ATAS ENCONTROS DA PRIMAVERA

OMNI TEMPORE

2018

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Ficha Técnica

Título: Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018.

Organizadores: Alexandra Carvalho, Diana Pardal, Joana Alves, Joana Castro, João Alves, Jorge Araújo, Rúben Conceição, Sofia Kinnon, Vanessa Neves.

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital.

Comissão Editorial: Alexandra Carvalho, Diana Pardal, Joana Alves, Joana Castro, João Alves, Jorge Araújo, Rúben Conceição, Sofia Kinnon, Vanessa Neves.

Comissão Científica: Prof. Amélia Polónia (FLUP), Prof. Gaspar Martins Pereira (FLUP), Prof. Luís Carlos Amaral (FLUP), Prof. Luís Miguel Duarte (FLUP), Prof. Maria Conceição Meireles (FLUP).

Revisores: Adolfo Cueto-Rodríguez (IHC-Nova FCSH), Aline Gallasch-Hall de Beuvink (UAL-Universidade Autónoma de Lisboa), Amélia Andrade (IEM-Nova FCSH), Ana Leal Faria (FLUL), André Silva (CITCEM-FLUP), António Canales Serrano (Universidad de La Laguna), Aurora Rego (CITCEM-FLUP), Cristina Clara Ribeiro Parente (IS-FLUP), Elvira Mea (CITCEM_FLUP), Giulia Rossi Vairo (IEM-Nova FCSH), Irene M. M. Carvalho Mendes Vaquinhas (CHSC-UC), Isabel Beceiro (CCHS-CSIC), Isabel Buescu (CHAM-Nova FCSH), Isabel Drumond Braga (IELT-Nova FCSH), Isabel Maria de Barros Dias (Universidade Aberta), Isabel Maria dos Santos Lourenço (CEAUP-FLUP), Joana Filipa Fonseca Antunes (CEAACP- FLUC), João Paulo Oliveira e Costa (CHAM-Nova FCSH), José Alberto Rodrigues da Silva Tavim (CIDEHUS-UÉ), José Francisco Preto Meirinhos (IF-FLUP), Magda Pinheiro (CIES-IUL), Maria da Graça Alves Mateus Ventura (CH-FLUL), Maria Dávila (CHAM- Nova FCSH), Maria de Fátima Nunes (IHC-Nova FCSH), Maria do Rosário Morujão (CHSC- FLUC), Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC), Maria João Oliveira e Silva (CITCEM-FLUP), Mário Barroca (CITCEM-FLUP), Mário Clemente Ferreira (CHAM-Nova FCSH), Nelson Clemente Santos Dias Oliveira (ESECD-IPG), Nunziatella Alessandrini (CHAM-Nova FCSH), Pedro Pinto (Nova-FCSH).

Design da Capa: Joana Abreu.

ISBN: 978-989-8969-08-8.

Local de Edição: Porto.

Ano de Edição: 2019.

Editorial

A *Omni Tempore* é uma publicação promovida por estudantes da Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seu conteúdo é o resultado da investigação desenvolvida nos seminários de História medieval, moderna e contemporânea, inseridos no 3.º ano do 1.º ciclo de estudos. Aos três números anteriormente publicados, em suporte digital, soma-se agora o presente, garantindo-se a continuidade deste projeto.

Pretende-se assim disponibilizar aos estudantes uma plataforma que os incentive a darem o primeiro passo no mundo da investigação científica, através da oportunidade de exporem os seus trabalhos finais, resultantes de um longo ano de pesquisa e na sequência de uma primeira experiência de apresentação pública, em que, rodeados por professores, colegas de curso e outros, viram os seus trabalhos serem comentados pelos seus pares, nos já habituais *Encontros da Primavera*. Todos os textos que se seguem foram apresentados na XIII edição deste evento, realizada entre os dias 17 e 18 de maio de 2018.

Na senda do que tem vindo a ser a marca das diferentes comissões editoriais, na contínua procura de aproximação da *Omni Tempore* aos modelos de exigência de uma publicação científica, todos os textos que aqui veem a luz foram sujeitos a uma dupla avaliação anónima, tendo sido convidados mais de 30 especialistas de diferentes áreas, países de origem e centros de investigação, nacionais e internacionais.

Paralelamente, este projeto resulta do esforço e empenho dos alunos da Licenciatura em História, mas, sobretudo, dos membros das Comissões Editorial e Científica. A par das anteriores Comissões, exortamos para que a publicação continue com o espírito estudantil que a fundou, dando experiência e visibilidade a novos investigadores. Se este novo volume representa apenas mais uma etapa na história desta publicação, esperemos que ela seja, para aqueles que dela fazem parte, a primeira de muitas na sua vida científica.

Concluindo, não podemos deixar de agradecer a todos os revisores que aceitaram fazer parte da construção do presente volume, esperando que levem consigo um pouco do que é produzido na Licenciatura em História da FLUP. Agradecemos ainda ao Dr. João Leite, Diretor da Biblioteca Central da FLUP, e à Dr.ª Helena

Miranda, do Serviço de Documentação e Informação da mesma Instituição, por todo o apoio técnico e disponibilidade provida. Por último, um especial obrigado à Prof.ª Dr.ª Inês Amorim, Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, que ao longo deste último ano se demonstrou sempre disponível e que nos auxiliou na resolução de diversos assuntos.

Índice

Parte I: Época Medieval 5

O Tratado de Alcáçovas – Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica? 6

As Mulheres que Fazem do seu Corpo sua Vontade: A Prostituição na Idade Média 33

A evolução do Almirantado Português ao longo da época medieval 71

Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita 125

«Quo Vadis?»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258 163

Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães e Sé de Braga: relações de poder 198

Parte II: Época Moderna 227

Os motins antijudaicos no século XVI e XVII: uma análise comparativa 228

Judeus portugueses em Amesterdão no século XVII: fluxos de emigração e níveis de integração. 265

A presença portuguesa na América espanhola do século XVII. Luís Gomes Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias 305

Execução técnica do Tratado de Madrid (1750). O contributo dos engenheiros portugueses 334

O Suicídio na Europa da Época Moderna. Perspetivas Cruzadas 376

Parte III: Época Contemporânea 403

As irmãs Morais Sarmento: Quatro Mulheres na Academia do Porto 404

Os pescadores bacalhoeiros nos anos 60 435

Correspondência na Guerra Colonial: Aerogramas entre Portugal e Angola (1967-1973) 480

Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos 503

Parte I: Época Medieval

PARDAL, Diana Sousa Costa – O Tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica?. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 6-32.

O Tratado de Alcáçovas – Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica?

Diana Sousa Costa Pardal

up201504534@letras.up.pt

Resumo

O nascimento de D. Joana, a Beltraneja, a 28 de Fevereiro de 1462, marca o início de um período de instabilidade política em Castela, agravado com a morte do rei D. Henrique IV, originando uma luta pelo trono. Devido às intenções de D. Afonso V de unir as coroas, inicia-se uma guerra (1475-1479) que termina com a elaboração do Tratado de Alcáçovas de 1479. O objetivo desta intervenção é explicar em que consistiu as cláusulas deste tratado diplomático e quais foram as suas principais consequências para o reino português, quer do ponto de vista da política interna peninsular, quer a nível das consequências económicas, relacionadas com a expansão marítima.

Palavras-chave: Tratado de Alcáçovas, D. Afonso V de Portugal, Henrique IV de Castela, Reis Católicos, D. Joana (a Beltraneja), Política Medieval, Península Ibérica, Século XV.

Abstract

The birth of Joana, the Beltraneja, on the 28th of February of 1462, marked the beggining of a troubled period in Castilian history, agravated by the death of her father Henrique IV and the consequential dispute to the throne. Afonso V of Portugal intentions to unify the two kingdoms lead to a war (1475-1479) that only saw its conclusion with the Treaty of Alcáçovas. The purpose of this paper is to analyse the clauses of this diplomatic treaty, as well as its political and economic consequences regarding the balance between the kingdoms of the Iberian Peninsula and the course of the Discoveries.

Keywords: Treaty of Alcáçovas, D. Afonso V of Portugal, Henrique IV of Castile, Isabel of Castile, Joana of Castile (the Beltraneja), Medieval Politics, Iberian Peninsula, 15th Century.

Introdução

O nascimento de D. Joana em 28 de Fevereiro de 1462 marcou o início de um período (1462-1479) de instabilidade política em Castela, que teve o seu agravamento com a morte do rei Henrique IV, originando uma crise de sucessão através da disputa da legitimidade ao trono entre a sua irmã D. Isabel, e a sua filha, D. Joana, a Beltraneja.

Esta fragmentação motivou a entrada de D. Afonso V de Portugal, com a ambição de unir as duas coroas, provocando uma guerra peninsular (1475 – 1479) que terminou com a elaboração do Tratado de Alcáçovas em 1479. Este trabalho consiste na análise de todo este contexto mas principalmente em perceber o conteúdo das cláusulas do tratado e quais as foram as consequências para o reino de Portugal.

Organização do trabalho, fontes e método.

Para uma melhor compreensão do conteúdo deste trabalho, este encontra-se dividido em três alíneas: a crise de sucessão castelhana, a guerra entre o reino português e castelhano, e o estabelecimento das pazes. Na primeira parte pretendeu-se explicar em que consistiu a crise de sucessão castelhana e quais foram os motivos da interferência de D. Afonso V, rei de Portugal, nesta crise. O impasse na resolução do problema originou uma crise interna, entre membros da alta nobreza castelhana, que dividiu o reino entre dois partidos: os que apoiavam D. Isabel e os que apoiavam D. Afonso V. A interferência do rei português criou uma guerra com o reino castelhano, que envolveu agressões bélicas e diplomáticas, quer no território peninsular, quer na costa africana e em várias ilhas Atlânticas disputadas pelos dois reinos. A última parte deste tratado foi dedicada a uma apresentação clara e exaustiva dos assuntos discutidos nas negociações em Alcântara e dos conteúdos das cláusulas do Tratado de Alcáçovas de 1479.

Para o estudo deste tema foram analisadas vinte fontes. Primeiramente realizou-se uma pesquisa e leitura de uma bibliografia mais geral para permitir compreender o contexto antecedente à elaboração do tratado, ou seja, o período desde 1462 até 1479. De seguida, efetuou-se a pesquisa de fontes específicas sobre o Tratado de Alcáçovas, e o início da análise dos documentos castelhanos transcritos (selecionados trinta e oito), e dos capítulos das crónicas portuguesas e castelhanas (selecionados quarenta e quatro). Após esta leitura, houve a necessidade de aprofundar alguns temas específicos incluídos nas cláusulas, como por exemplo o Tratado de Medina del Campo de 1431 e a questão das ilhas Canárias. Por essa razão realizou-se uma última pesquisa bibliográfica.

Pela necessidade de organizar melhor a informação, elaborou-se e incluiu-se, na parte final deste trabalho, dois documentos de apoio: uma lista cronológica dos acontecimentos desde Tratado de Windsor de 1386 até ao Tratado de Alcáçovas de 1479; e uma árvore genealógica das famílias do reino de Portugal e de Castela na época

em questão, com o objetivo compreender as ligações familiares que legitimaram as candidaturas ao trono castelhano após a morte de Henrique IV.

A crise de sucessão castelhana

O reinado de Henrique IV de Castela ficou marcado pelas lutas internas desencadeadas no seio da alta nobreza, tendo como ponto culminante a divergência sobre a sucessão do rei.

Henrique IV teve como primeira mulher, durante treze anos, D. Branca de Navarra. No entanto, como não tiveram nenhum filho, o Papa Nicolau V autorizou a anulação deste casamento e autorizou o rei a casar-se com D. Joana de Portugal, filha do rei português D. Duarte. Henrique IV, após o nascimento da sua única filha, D. Joana, no dia 28 de Fevereiro de 1462 em Madrid[1], convocou as Cortes Gerais do reino e obrigou os presentes a jurá-la princesa e reconhecê-la como sua filha primogénita e herdeira dos seus reinos, e deveriam ainda prestar-lhe obediência e fidelidade após a morte do rei[2]. Contudo, na corte castelhano-leonesa surgiram divergências sobre a legitimidade da infanta e consequentemente uma oposição a D. Joana de Portugal. Segundo Damião de Góis,[3] alguns escritores castelhanos, como António de Nebrija, defendiam que o rei era impotente, e por isso a rainha foi acusada de adultério, sendo a infanta filha de D. Beltrán de la Cueva, um membro da corte castelhana; portanto, a sucessão deveria ser atribuída a D. Isabel, meia-irmã do rei.

Para tentar resolver esta instabilidade, em 1465, Henrique IV reuniu-se, na vila de Ocãna, com D. Isabel e algumas personalidades importantes do reino como o mestre D. Juan Pacheco, arcebispo de Sevilha, e todos acordaram entre si um plano: D. Joana, a Beltraneja, deveria casar com o príncipe de Portugal, D. João, e D. Isabel deveria casar com D. Afonso V que estava viúvo. Caso o rei de Portugal não tivesse um filho varão com D. Isabel, e se o príncipe tivesse um com a princesa D. Joana, estes deveriam suceder nos Reinos[4]. D. Joana de Portugal encontrou-se com o seu irmão, D. Afonso V, na Guarda, para este assinar os capítulos deste contrato matrimonial. Porém, este acordo

[1] LADERO QUESADA, Miguel Angel – 1462: un año en la vida de Enrique IV, rey de Castilla. En la España Medieval. Madrid: editorial de la Universidad Complutense, 1991. Nº 14,p. 258.
[2] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*. Madrid: Atlas, 1953. Tomo septuagésimo,p.120 e 121.
[3] GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905,p. 95.
[4] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p. 180.

acabou por não se realizar devido à incapacidade de Henrique IV conseguir impô-los e, além disso, D. Isabel recusou casar-se ao afirmar que não tinha qualquer intenção em fazê-lo[5], apesar da insistência dos membros influentes da Corte talvez devido, como afirma Saul Gomes[6], ao facto de as cláusulas deste contrato lhe serem desfavoráveis.

A intenção destes acordos matrimoniais era o desejo por parte dos castelhanos de unir as coroas de Portugal, de Castela e de Leão. Porém este desejo não foi somente de Henrique IV nem de D. Afonso V. Quase um século antes, Fernando I de Portugal tinha feito o mesmo, e esta ambição verificou-se ao longo de toda a Idade Média. Após o assassinato do rei castelhano Pedro I pelo seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, que usurpou o trono, Fernando I tomou a decisão de intervir neste conflito interno castelhano. O rei português via neste conflito uma oportunidade de ter acesso a este trono e de efetuar a união das Coroas, uma vez que era primo direito de Pedro I, filho da irmã do seu pai, e portanto, possuía um direito de sucessão. O rei utilizou esse argumento para entrar na guerra com Castela que terminou em 1371 com a assinatura do Tratado de Alcoutim, onde o rei português desistiu oficialmente do trono castelhano[7].

As constantes intrigas e pressões na Corte terão influenciado o rei de Castela a mudar de posição e a inclinar-se para a exclusão da infanta D. Joana do trono a favor da sua irmã. Por isso, a 18 de Setembro de 1468 foi celebrado o Tratado de Toros de Guisando[8], em que Henrique IV reconhece D. Isabel como sua primeira herdeira e sucessora aos seus reinos. Como forma de garantir o seu sustento foi-lhe atribuído um vasto património que incluía várias cidades e o Principado das Astúrias, ficando com a jurisdição destas terras e consequentemente com as rendas dos seus vassalos. No entanto, a posição do rei mudou novamente devido à traição da sua irmã. Após o Papa Paulo II ter concedido, no dia 23 de Junho de 1469, dispensa do matrimónio entre o rei de Portugal e D. Isabel[9], esta aproveitou a deslocação de Henrique IV à Andaluzia, devido aos problemas de obediência naquela região, para se casar com Fernando, rei da Sicília e príncipe de Aragão[10], no dia 19 de Outubro de 1469[11], em Valladolid, sem a

[5] IDEM, p. 182 - 183.
[6] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: o africano. Temas e Debates, 2009, p. 258.
[7] MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de - *A monarquia feudal*. In MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2, p. 490-492.
[8] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos.* Valladolid, 1958. Vol. I, p. 58 - 59.
[9] IDEM, p. 66 - 67.
[10] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*,p.185.
[11] IDEM, p. 187.

presença do rei e contra a sua vontade. No entanto, a infanta contou com a ajuda e apoio de altas figuras do reino como D. Alonso Carrillo, Arcebispo de Toledo, que desejavam que ela ascendesse ao trono.

Com o objetivo de manter a paz no reino, o Papa Paulo II enviou um cardeal ao reino castelhano para estabelecer um acordo entre o rei Fernando II e D. Isabel[12], para que o rei pudesse aceitar este casamento. Contudo, esta atitude não teve qualquer efeito, uma vez que face à atitude da irmã, a [26] de Outubro de 1470, Henrique IV elaborou um novo documento em que reconhece D. Joana como sua filha legítima, e que deveria ser recebida como princesa, primogénita herdeira e sucessora dos seus reinos e senhorios depois da sua morte[13]. Uma vez que D. Isabel teria prometido e jurado estar sempre em conformidade com o rei, obedecendo-lhe e servindo-o, esta deveria casar com quem o rei determinasse[14]. Contudo, este juramento foi quebrado. O rei castelhano decidiu que o primeiro juramento deixava de ser válido e ninguém dos seus reinos poderia guardá-lo, e afirmou a proibição de intitular e chamar a dita infanta Isabel por princesa, herdeira e sucessora dos reinos de Castela e de Leão[15].

Com a morte de Henrique IV, no dia 11 de Dezembro de 1474[16], em Madrid, D. Afonso V aproveitou esta oportunidade para intervir, seriamente, na questão castelhana, tendo como argumento os laços de parentesco. O seu objetivo era conseguir uma união das Coroas através do seu casamento com a sua sobrinha, D. Joana, que defendia ser a legítima herdeira[17]. A partir deste momento, acentuou-se a divisão no reino de Castela entre dois partidos: castelhano-aragonês, a favor de D. Isabel e Fernando II, e o castelhano-português, a favor de D. Afonso V e D. Joana. Porém, D. Isabel antecipou-se ao declarar-se legítima sucessora do irmão, e intitulou-se rainha de Castela e de Leão, sendo jurada por grandes nobres, prelados e cavaleiros, que também reconheceram D. Fernando como seu rei[18], pondo em causa o direito de sucessão de D. Joana.

No reino de Castela e de Leão, houve nobres a favor do partido Castelhano-Português, como o Marquês de Villena. Este enviou uma carta ao rei português na qual

[12] IDEM, p. 248.
[13] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,*p. 67.
[14] IDEM, p. 68.
[15] IDEM, p. 69.
[16] MENDONÇA, Manuela – *O sonha da união ibérica: guerra luso-castelhana.* Coleção guerras e campanhas militares da história de Portugal. [Matosinhos]: QuidNovi, 2007, p. 37.
[17] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: o africano. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 260.
[18] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla,* p.253.

defendeu que D. Joana era a legítima sucessora de Henrique IV e que, por esse motivo, queriam intitulá-la de rainha. Contudo, após a injusta intitulação de D. Isabel, o Marquês, em nome de alguns nobres castelhanos, defendeu que D. Afonso V deveria casar-se com a sua sobrinha e chamar-se logo rei de Castela e de Leão, pois casando com ela poderia fazê-lo[19]. Com o incentivo desta carta e com o apoio do Conselho Régio, segundo Damião de Góis, D. Afonso V casou-se com D. Joana na cidade de Placência na presença do povo e de senhores castelhanos e portugueses, e os dois intitularam-se reis de Castela, Leão e Portugal[20]. Contudo, alguns cronistas não estavam convencidos da consumação do casamento, já que era necessária uma autorização papal, devido ao grau de consanguinidade, que nunca existiu oficialmente[21]. No entanto, esta ausência pode ser justificada pela pressão por parte de Castela. A 5 de Junho de 1476, D. Isabel mandou García Martínez de Lerma, embaixador em Roma, pedir ao Papa Sisto IV, em seu nome, que não concedesse dispensa matrimonial a D. Afonso V e a D. Joana sob justificação que seria "a causa de total destruição destes reinos, e de outros reinos na Cristandade"[22].

Como resposta, o rei português enviou uma carta a D. Isabel e a Fernando II na qual afirmava que D. Joana, sua sobrinha e filha legítima de Henrique IV, era a herdeira dos reinos de Castela e de Leão, e que a tinha tomado por mulher. D. Afonso V queria, por direito, entrar nos reinos que lhe pertenciam devido ao matrimónio, e para isso D. Isabel e D. Fernando teriam que abandonar esses mesmos reinos. Caso não o fizessem, o rei de Portugal entraria nos reinos, através da força militar, dando origem a uma guerra[23]. Porém, os reis católicos tomaram uma atitude defensiva e enviaram, em 1475, Andrés de Villalón ao reino de Portugal para comunicar diretamente com D. Afonso V, intimando que este teria que enviar uma carta a todos os nobres castelhanos, na qual afirmasse que não queria provocar discórdia e consequentemente afetar a amizade e paz existente entre os reinos. Caso não o fizesse originava uma guerra, sendo-lhe atribuída a culpa[24].

[19] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla,* p. 259.
[20] GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João,* p. 143 e 144.
[21] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: *o africano,* p. 265.
[22] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p.115 e 116.
[23] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla,* p. 260 e 261.
[24] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 73 e 74.

A guerra peninsular (1475-1479)

Em 1475, D. Afonso V entrou nos territórios castelhanos iniciando uma guerra lusa-portuguesa que só terminou com o Tratado de Alcáçovas em 1479. Esta guerra desenvolveu-se em duas áreas geográficas: nos territórios de fronteira na península, e na costa africana e ilhas atlânticas que eram disputadas pelos dois reinos.

Após tomar a decisão de interferir no conflito castelhano, D. Afonso V transferiu a governação do reino de Portugal para o seu filho, o infante D. João. No entanto seria um ato temporário, dado que o rei tinha a intenção de regressar a Portugal e reassumir a governação[25]. Os atos de agressão tiveram lugar quer nos territórios portugueses, quer nos territórios castelhanos, mas foi neste último território que se desenrolaram as ações mais importantes. Depois da sua estadia na cidade de Placência[26], o rei decidiu dirigir-se para a cidade de Toro e cercou-a. Apesar da falta de mantimentos[27], o rei português declarou guerra a D. Isabel e a Fernando II. O rei castelhano preparou todos os meios necessários e dirigiu-se da cidade de Zamora para a cidade de Toro, onde esperavam que houvesse uma batalha real. Contudo, esta acabou por não se realizar porque o rei português, segundo a crónica castelhana, não compareceu. Alguns apoiantes castelhanos do partido português ponderaram, nesta altura, abandonar esta causa, o que motivou D. Afonso V a ordenar que o seu filho, D. João, viesse ajudá-lo e com ele trouxesse gente para reforçar o exército português, para dar continuidade à guerra. O plano consistiu na deslocação do rei português para a cidade de Zamora com o objetivo de ir ao encontro de Fernando II[28]. Nesta cidade as duas forças ficaram divididas pelo rio, e após uns dias neste local, surgiu a tentativa de negociar uma possível trégua. Apesar de Fernando II e D. Afonso V terem chegado a conversações, o resultado desta não teve qualquer efeito[29].

No dia 1 de março de 1476, D. Afonso V tomou a decisão de regressar à cidade de Toro. Fernando II aproveitou esta deslocação, e aí deu-se início à batalha de Toro. Apesar do resultado desta batalha não ser bem explicito nas fontes, consideramos o lado

[25] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: *o africano*, p. 263.
[26] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p.263.
[27] IDEM, p. 278.
[28] IDEM, p. 289 a 290.
[29] IDEM, p. 291 e 292.

castelhano como vitorioso[30]. Face a esta derrota, o rei português procurou apoio militar recorrendo ao tratado de aliança que tinha estabelecido, em 8 de Setembro de 1475[31], com o rei francês Luís XI, para conseguir o seu apoio, com a justificação de que os reis deveriam unir-se para ajudar na sucessão dos reinos de forma pacífica, para que outros não os ocupassem de forma tirana[32]. O rei português pretendeu ir em pessoa falar com o seu aliado, e para isso voltou ao seu reino e outorgou uma carta pública, no dia 28 de Abril de 1475, na qual declarou a entrega do governo do reino ao príncipe D. João, e realizou o seu testamento[33]. A partir do Algarve, por via marítima, dirigiu-se ao território francês onde se encontrou com Luís XI, a 25 de Novembro de 1476, em Paris. Contudo, o rei francês não deu grande importância ao rei português, e após percorrer durante quase dois anos de cidade em cidade, D. Afonso V saiu de França humilhado e sem qualquer apoio. Como afirma Damião Góis, esta deslocação não teve qualquer sucesso, somente grandes despesas[34]. Os reis católicos aproveitaram a deslocação do rei português à França e apoderam-se da cidade de Toro[35]. A guerra estava perdida, para a causa portuguesa.

Como afirma Maria Dávila, "não era apenas D. Afonso V que estava empenhado na empresa do Atlântico. O seu irmão, o infante D. Fernando, herdeiro de todo o património do infante D. Henrique, também demostrava interesse na exploração do oceano e nos lucros que daí poderiam advir"[36]. Porém, o mesmo interesse era demostrado por D. Isabel de Castela. No dia 19 de Fevereiro de 1476, em Tordesilhas, D. Isabel concedeu uma autorização a João Alos, mestre de naus, para formar uma armada para combater embarcações dos portugueses, franceses e outras nações inimigas dos seus reinos[37]. Posteriormente, aproveitou essa armada para uma utilização comercial. D. Isabel não respeitou os eventuais direitos portugueses de conquista nos locais a sul do cabo Bojador, atribuídos pelo Papa Nicolau V a 8 de Janeiro de 1455,

[30] IDEM, p. 293 - 295. Para uma leitura mais aprofundado sobre a batalha de Toro, indicamos a seguinte dissertação: COSTA, António Carlos Martins – A batalha de toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV.
[31] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p. 269.
[32] IDEM, p. 309 - 311.
[33] FONSECA, Luís Adão – *D. João II.* Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, p. 36.
[34] GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*, p. 230 - 231.
[35] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p.315.
[36] DÁVILA, Maria – *Governar o Atlântico*: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485), p. 80.
[37] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 104 - 105.

com a Bula *Romanus Pontifex*[38], e pelo Papa Calisto III, em 1456, com a Bula *Inter caetera,*[39] interferindo nos interesses dos portugueses nos territórios ao longo da costa ocidental africana, através de ataques às naus e caravelas portuguesas[40], principalmente nas ilhas das Canárias (território disputado entre os dois reinos) Guiné, Mina de Ouro e a ilha de Cabo Verde, mas também em Safim e na Gâmbia[41]. A partir da documentação, verificou-se também uma intenção de conquista territorial, principalmente na ilha de Santiago em Cabo Verde[42].

D. Isabel demonstrou uma elevada preocupação pelas ilhas Canárias, e segundo a crónica de D. João II de Castela, o interesse castelhano pelas ilhas estava relacionado com o comércio[43]. Em 28 de Maio de 1476, a rainha castelhana, além de atribuir a jurisdição das ilhas a Diego de Herrera, proibiu que elas tivessem qualquer contacto comercial com mercadores portugueses, e caso algum português agisse contra os castelhanos, deveria ser expulso das ilhas[44]. A partir deste momento, as caravelas ou naus que passassem nesta região seriam capturadas, permitindo que Castela lucrasse uma vez que a coroa cobrava *el quinto*, e além disso tinha acesso às suas mercadorias, como por exemplo na caravela capturada aos portugueses, em 1478, que continha, entre diversos produtos, ouro e malagueta, extremamente valiosos no mercado europeu[45]. Existia ainda outra atividade económica nestas ilhas, que era o contrabando de armas e bens, que também havia no continente[46].

Durante o período de guerra, a Coroa castelhana incentivou os seus súbditos a explorarem os recursos em África através de duas atividades: a pesca e o comércio. Segundo Saul Gomes, estes incentivos foram para as diversas ilhas ao longo da costa africana. No entanto, até ao momento, só foi possível verificar um documento de D. Isabel, a partir de Sevilha, no dia 6 de Fevereiro de 1477, onde atribuiu este incentivo a Fernando de Gamarra, para que este pudesse ir pescar, as vezes que pretendesse, ao

[38] MENDONÇA, Manuela Coelho; FERREIRA, Fernanda Lucena – *O Tratado de Alcáçovas e a Divisão do Mundo*. In Revista História, Nº 14, Dezembro de 1979, p.43.
[39] DÁVILA, Maria – *Governar o Atlântico*: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485), p. 79.
[40] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: *o africano*, p. 269.
[41] IDEM, p. 295.
[42]LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 106 e 107.
[43] MENDONÇA, Manuela Coelho; FERREIRA, Fernanda Lucena – *O Tratado de Alcáçovas e a Divisão do Mundo*, p.39.
[44] IDEM, p. 114 -115.
[45] IDEM, p. 165 - 166.
[46] GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: *o africano*, p. 294.

longo de um ano na Guiné com total liberdade e segurança[47]. A 19 de Agosto de 1475, D. Isabel atribuiu poderes a Antón Rodríguez e Gonzalo Coronado, para que pudessem conceder licenças aos mercadores que pretendessem explorar África e a Guiné, trazendo mercadorias como escravos, ouro e malagueta, sendo obrigatória a cobrança d´*el quinto* para a Coroa[48].

A elaboração das pazes (1479)

Como afirma Ángela Fernandez, as mulheres "fueron piezas imprescindibles en los mecanismos que construían una paz, como parte necesaria en un marco estructural de alianzas políticas fundadas en la alianza matrimonial"[49]. Por este motivo, não foi de estranhar que a linha de partida do caminho para se alcançar a paz fossem as negociações entre D. Isabel e D. Beatriz em Alcântara, a 18[50] ou a 23[51] de Março de 1479.

Podemos afirmar que D. Beatriz foi a chave de todo o processo de tréguas, e a sua intervenção é justificada pelo facto de ser a governadora dos arquipélagos (Madeira, Açores e Cabo Verde), após a morte do seu marido, D. Fernando[52], mas também pelo elo de parentesco que tinha com ambos os monarcas: D. Afonso V era seu cunhado devido a ela ser casada com o irmão do rei, D. Fernando, duque de Viseu, e era tia de D. Isabel porque era irmã da sua mãe, D. Isabel de Portugal. Quando D. Isabel se encontrava em Cáceres, recebeu uma mensagem de D. Beatriz que pedia para se encontrarem numa cidade na fronteira com o objetivo de tratarem secretamente da paz, e por este motivo a rainha pediu a D. Álvaro, duque de Placência, a cedência temporária da vila de Alcântara com a sua fortaleza[53]. De imediato a rainha deslocou-se a esta

[47] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 117 - 119.
[48] IDEM, p. 95 - 97.
[49] MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – La mediación feminina como forma de acción política: Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV), 5º parágrafo.
[50] COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I.* Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005. ISBN 972-42-3440-1, p. 47.
[51] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p.179.
[52] DÁVILA, Maria – *Governar o Atlântico*: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485), p. 89.
[53] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p.344.

localidade sem o seu marido, Fernando II, levando somente consigo o Dr. Rodrigo Maldonado, membro do seu conselho e Fernando Álvarez de Toledo, seu secretário[54].

Como afirma Maria Dávila, "a presença de mulheres em contextos diplomáticos era comum durante a Idade Média. Estas eram frequentemente escolhidas como interlocutoras nas processos de paz, já que a mediação era tida como uma das principais esferas da ação política feminina"[55]. Nas conversações, D. Isabel e D. Beatriz, com o consentimento do príncipe D. João[56], acordaram os seguintes assuntos:[57] os acordos matrimoniais entre os infantes D. Isabel de Castela, filha de D. Isabel, e D. Afonso de Portugal, filho do príncipe D. João; como garantia da paz, os dois infantes deveriam estar em poder de D. Beatriz numa vila ou cidade que tivesse fortaleza e estivesse na fronteira; a insistência de D. Isabel para que D. Joana entrasse num mosteiro e não tivesse direito a usar qualquer título; o perdão e a restituição dos bens e ofícios aos castelhanos que estiveram do lado da causa portuguesa, e por fim as reparações de guerra. Apesar de inicialmente ter recusado o pagamento, alegando que também o reino de Castela teve os seus prejuízos com a guerra, a rainha determinou que a sua tia levasse as rendas de Ciudad Rodrigo ou Badajoz ou Albuquerque, para ajudar nos custos de guerra.

Estas negociações femininas foram importantíssimas porque, além de ter sido o primeiro passo para a paz, acordaram-se alguns dos principais assuntos incluídos nas cláusulas do futuro tratado. Ora este Tratado de Alcáçovas foi outorgado e jurado a 4 de Setembro de 1479 na vila das Alcáçovas pelo Dr. Rodrigo Maldonado, membro do conselho de Fernando II e D. Isabel, e por D. João da Silveira, membro do conselho de D. Afonso V, pondo fim a um período de conflito entre os dois reinos que teve início com a morte do rei Henrique IV[58]. O conteúdo deste documento oficial encontra-se dividido em duas partes: uma com dezasseis cláusulas do Tratado de Medina del Campo de 1431 e outra com as vinte e oito cláusulas com os acordos estabelecidos entre os reis católicos e D. Afonso V e o príncipe D. João.

[54] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 345.
[55] DÁVILA, Maria – *Governar o Atlântico*: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485), p. 233.
[56] IDEM, p. 239.
[57] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p. 179 - 183.
[58] IDEM, p. 284 - 285.

O Tratado de Medina del Campo foi assinado e jurado, no dia 30 de Outubro de 1431, por João II de Castela, e ratificado por D. João I de Portugal e pelos infantes, a 27 de Janeiro de 1432, em Almeirim[59]. Este acordo pôs fim a um período de tréguas de 10 anos estabelecidas com Henrique III, que teve início a 29 de Setembro 1402 e terminou no dia 1 de Março de 1413. A inclusão dos capítulos iniciais deste acordo no Tratado de Alcáçovas deve-se à vontade em assegurar as pazes antigas, mas este aproveitamento pelos procuradores pode ser justificado pelo facto de algumas cláusulas serem normas intemporais, de carácter jurídico e económico.

Efetuou-se a análise das versões do Tratado, de 1431, em duas fontes distintas, ou seja, na *Monumenta Henricina* e nos *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* e as cláusulas utilizadas no Tratado de 1479 foram as seguintes:

a) O acordo entre os dois reis, que consistia em não se puderem ofender um ao outro nem os seus herdeiros e sucessores, sob pena de trezentas mil coroas de França[60], e todos os danos, pessoas ou bens, que tivessem ocorrido durante as tréguas de 10 anos ficariam perdoados[61].
b) Todos os portugueses e castelhanos podiam entrar e sair dos dois reinos, e comercializar as suas mercadorias em segurança. No entanto, além de terem que pagar os tributos exigidos em cada reino e terem que levar ouro ou prata para as suas despesas de deslocação, não poderiam levar certos produtos que foram acordados durante o período de tréguas, como ouro, prata, moedas, armas, cavalos, éguas e cavalos de pequeno porte[62].
c) As normas criminais e jurídicas determinam os seguintes aspetos: se castelhanos e portugueses não cumprissem as ordens judiciais civis e criminais, os indivíduos seriam julgados de acordo com as leis do reino onde cometessem o delito[63]; João II de Castela afirmou que se algum português

[59] COELHO, Helena da Cruz – *D. João I*, p. 111.
[60] BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; ALMEIDA, Manuel Lopes de; DINIS, António Joaquim Dias (Subcomissão) – *Monumenta Henricina*, p. 39.
[61] LA TORRE, António de; SUAREZ FERNANDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p.257; *Monumenta Henricina*…Capitulo III, p. 29.
[62] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p.259 -260; *Monumenta Henricina*…Capítulo IV e V, p. 31 - 32.
[63] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p.260 -262; *Monumenta Henricina*…Capítulo VI e VII, p. 33 – 36.

tomasse ou roubasse alguma vila ou cidade ou castelo, o rei de Portugal teria que intervir contra os infratores, o rei de Castela ficaria com os bens dos mesmos e seriam julgados nesse mesmo reino, como também se algum indivíduo de algum dos reinos tentasse levar para o ouro reino mulher casada sem o consentimento dos maridos seriam os dois presos e julgados[64].

d) É evidente a importância atribuída às normas sobre as embarcações. Todas as embarcações, portuguesas ou castelhanas, que levassem mercadorias provenientes de reinos inimigos não poderiam ser atacadas. Porém, caso estas embarcações levassem indivíduos inimigos do outro reino e se estivessem num porto em terra de inimigo, as suas mercadorias poderiam ser atacadas e roubadas[65]. Se as embarcações da armada portuguesa formassem um cerco nos portos de Castela com o objetivo de tomarem e roubarem as embarcações francesas ou de outras nacionalidades que vinham a Castela com as suas mercadorias, a partir desse momento os castelhanos poderiam fazer o mesmo em Portugal às embarcações inglesas ou de outras nacionalidades. No entanto para que estes atos não ocorressem, os reis deveriam obrigar os seus súbditos a não fazê-lo[66]. Se uma embarcação inimiga de Castela ou de Portugal atacasse uma correspondente de um destes dois reinos, o rei do outro reino não poderia deixar que a embarcação inimiga ancorasse num dos seus portos ou praças[67].

e) As últimas cláusulas referem-se às garantias de cumprimento de ambas as partes após a assinatura do tratado, as penas a atribuir caso fosse quebrado o juramento, e se algum dos reis falecesse, os sucessores tinham que dar garantias que iriam continuar com o cumprimento do estipulado[68].

Para a análise das cláusulas do Tratado de Alcáçovas, destacam-se a obra *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes*

[64] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, p.* 263-264; *Monumenta Henricina*…Capítulo VIII e IX, p. 37 - 38.
[65] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p.266; *Monumenta Henricina*…Capítulo XI, p. 40.
[66] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p. 266 -267; *Monumenta Henricina*…Capítulo XIII, p. 41.
[67] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luí - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*,p. 267; *Monumenta Henricina*…Capítulo XIV, p. 42.
[68]LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p. .267 –273; *Monumenta Henricina*…Capítulo XV, XVII e XXI, p. 44 – 49.

Católicos; cronicas de los Reyes de Castilla; e as crónicas portuguesas de D. Afonso V, de Rui de Pina, e do príncipe D. João, de Damião de Gois.

Para se obter uma melhor compreensão dos conteúdos das mesmas, achou-se pertinente agrupá-las em seis temas: as intitulações; D. Joana, a Beltraneja; as Terçarias; acordo matrimonial entre a infanta D. Isabel de Castela e o infante D. Afonso de Portugal; perdão geral e fortalezas; e a posse territorial no Atlântico. Antes da descrição das cláusulas, encontra-se a delegação de poderes por parte dos reis aos seus procuradores. D. Isabel e Fernando II nomearam e outorgaram o seu poder ao Dr. Rodrigo Maldonado, no dia 2 de Junho de 1479, na cidade de Trujillo. Posteriormente, D. Afonso V a 19 de Agosto de 1479 na cidade de Évora, e o príncipe D. João no dia 27 de Agosto de 1479 na vila de Alcáçovas, nomearam e outorgaram o seu poder a D. João da Silveira. Estes dois procuradores tinham a tarefa de acordar todos os pontos a incluir no tratado de paz em nome dos reis[69].

Intitulações

A principal causa de todo este conflito bélico e diplomático foi a disputa pela legitimidade do uso do título do reino de Castela e de Leão, ou seja, a disputa pelo trono de Castela, por parte de D. Isabel, D. Afonso V e D. Joana, a Beltraneja. Portanto, não é de estranhar que a primeira cláusula do Tratado de Alcáçovas fosse a definição da legitimidade deste título. Ora Fernando II e D. Isabel acordaram que deixariam de se intitular reis de Portugal e dos Algarves, reconhecendo que estes reinos pertenciam ao rei D. Afonso V e aos seus sucessores. Por outro lado, D. Afonso V, o príncipe D. João e D. Joana teriam que fazer o mesmo, ou seja, deixar de usar o título dos reinos de Castela e de Leão, e reconhecer a legitimidade ao trono de Castela e de Leão a D. Isabel e Fernando II bem como aos seus sucessores[70]. Além disso, D. Afonso V tinha que deixar de usar as armas do reino de Castela e de Leão no seu escudo[71].

D. Joana, a Beltraneja.

Durante todo o processo de tréguas, identificou-se uma clara obsessão por parte da rainha D. Isabel em acordar o futuro de D. Joana, a Beltraneja. Esta atitude por parte da rainha justifica a quantidade de cláusulas que traçam o futuro de D. Joana. Ficou

[69] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p.288 -293.
[70] IDEM, p. 288 -293.
[71] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p.347.

acordado entre as duas partes que, após seis meses em liberdade, no dia 5 de Novembro, D. Joana teria que estar na posse de D. Beatriz em Terçarias, e teria que entregar-lhe todas as escrituras elaboradas durante o reinado de Henrique IV que poderiam comprometer o trono de D. Isabel. Além de ter que estar sob tutela de D. Beatriz, D. Joana teria que optar por duas vias: ou cumpria o acordo matrimonial com o príncipe D. João de Castela e Aragão ou professava num mosteiro[72]. Este acordo incluía os seguintes termos: os reis católicos prometeram desposar o infante por palavras de futuro quando este atingisse os 7 anos de idade, e casá-lo com D. Joana por palavras de presente quando este tivesse 14 anos. Após a realização do casamento, D. Isabel e Fernando II teriam que assegurar o sustento dos dois infantes, e dar à Beltraneja vinte mil florins, de bom ouro e justo peso, de cunho de Aragão[73]. Somente após o casamento é que D. Joana teria a autorização para utilizar o título de princesa, já que foi acordado que o rei D. Afonso V, o príncipe D. João e a própria D. Joana estavam proibidos de usar ou atribuir qualquer intitulação, ou seja, nem infanta, nem princesa nem rainha de Castela[74].

Neste tratado foram determinadas todas as situações possíveis caso este matrimónio não se realizasse. Primeiramente, se o príncipe D. João de Castela e Aragão falecesse antes da realização do matrimónio, quer por palavras de futuro, quer por palavras de presente, e se os reis católicos tivessem outro filho herdeiro, esse infante estaria obrigado a desposar D. Joana, mas esta não podia ter mais do que 20 anos. Porém, se D. Isabel não tivesse outro filho herdeiro, ter-se-ia que nomear, nos quatro meses seguintes, quatro juízes: dois nomeados por Castela e os restantes dois nomeados por D. Afonso V e por D. Beatriz. Estes juízes tinham a missão de determinar, dentro de oito meses, o que fazer com D. Joana e com todas as escrituras que estavam em Terçaria[75]. Outro caso era se o príncipe D. João, quando completasse a idade de sete anos, não quisesse casar com D. Joana por palavras de futuro ou quando tivesse 14 anos não quisesse casar por palavras de presente. Em qualquer dos casos, D. Joana seria livre e ser-lhe-iam entregues todas as suas escrituras que estavam na Terçaria. Além disso, D. Isabel prometeu dar cem mil *doblas* a D. Joana para as suas necessidades, sendo que o pagamento seria efetuado da seguinte maneira: metade dentro de um ano, a contar do

[72] IDEM, p. 347.
[73] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p.294 – 295.
[74] IDEM, p. 310.
[75] IDEM, p. 295 – 296.

primeiro dia em que o príncipe declarasse que não queria casar com D. Joana; e a outra metade no ano seguinte. A rainha castelhana deu como garantia a jurisdição da cidade de Toro com sua fortaleza[76].

Se D. Joana, enquanto estava nas Terçarias, quisesse ser monja, teria que professar num dos seguintes mosteiros: em Santa Clara de Coimbra, Santa Clara de Santarém, Santa Maria da Conceição em Beja, no mosteiro de Cristo em Aveiro ou no mosteiro do Salvador de Lisboa[77]. Antes de sair da Terçaria, o príncipe D. João de Portugal seria obrigado a entregar a D. Beatriz as vilas e fortalezas de Alandroal e Veiros, e com esta entrega, os reis católicos teriam que deixar D. Joana livre para que pudesse entrar num mosteiro, dentro de 12 dias, após sair do poder de D. Beatriz. No entanto, mesmo professando num mosteiro, D. Joana ficava condicionada, uma vez que nunca mais poderia sair do mesmo, e caso saísse teria que voltar de imediato para as Terçarias. Porém, além da entrega das fortalezas, o príncipe D. João teria que pagar cem mil *doblas* de ouro em dois anos. Se passado um ano não fosse paga a primeira parcela, a infanta D. Beatriz seria obrigada a entregar a fortaleza do Alandroal a D. Isabel, e se no segundo ano não fosse paga a segunda parcela, Castela recebia a fortaleza de Veiros[78]. Todavia, se D. Joana entrasse num mosteiro, o príncipe D. João ficaria livre do pagamento das cem mil *doblas* e da entrega das duas fortalezas[79]. Por fim, D. Joana optou por ser monja e a 15 de Novembro 1480 professou no mosteiro de Santa Clara de Coimbra[80].

Acordo matrimonial entre D. Isabel de Castela e D. Afonso de Portugal.

O segundo acordo matrimonial foi entre a infanta D. Isabel de Castela e o infante D. Afonso de Portugal, filho do príncipe D. João. O infante português deveria desposar com a infanta quando tivesse sete anos de idade por palavras de futuro, e quando atingisse a idade de 14 anos deveria casar por palavras de presente. Ficou acordado que os reis católicos deveriam dar um dote de quarenta contos, sendo que vinte contos eram uma indeminização de guerra[81].

[76] IDEM, p. 297 - 298.
[77] PINA, Rui de - *Crónica de El- Rei Afonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901, p. 868.
[78] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p.300 – 302.
[79] IDEM, p. 303.
[80] GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*, p. 268.
[81] PINA, Rui de - *Crónica de El- Rei Afonso V*,p. 868-869.

A infanta castelhana teria que ficar em poder de D. Beatriz na vila de Moura, ou seja, nas Terçarias, até à data do casamento por palavras de presente[82]. A posse das Terçarias foi delegada por D. Isabel, e por isso D. Beatriz teve que jurar o cumprimento de todas as obrigações que lhe foram destinadas, e para garantir o cumprimento das mesmas. D. Beatriz, o alcaide da fortaleza e todas as pessoas que fossem consigo para as Terçarias teriam que se desnaturar de D. Afonso V e do príncipe D. João e dos seus sucessores[83]. No Tratado de Alcáçovas foi ainda determinado que caso D. Beatriz falecesse, a tutela das Terçarias passava para a sua irmã D. Filipa e para D. Diogo, seu filho e duque de Viseu. Tal como D. Beatriz, ambos teriam que se desnaturar, e por isso D. Afonso V e o príncipe D. João deveriam dar licença a estes e a todas as pessoas que estivessem na dita Terçaria [84].

Perdão geral e Fortalezas.

D. Isabel e Fernando II acordaram perdoar todos os cavaleiros e escudeiros, entre outras pessoas, naturais e não naturais dos seus reinos, por todos os atos contra Castela após a morte do rei Henrique IV, uma vez que ficaram do lado da causa de D. Afonso V e de D. Joana, a Beltraneja. Portanto, foram concedidas cartas de perdão gerais e especiais, e consequentemente todos os lugares, vilas, terras, castelos, fortalezas, casas e património herdado, como outros quaisquer bens e ofícios, eclesiásticos ou seculares, foram restituídos aos seus titulares. Os reis de Castela e de Portugal determinaram que qualquer indivíduo, português ou castelhano, poderia deslocar-se ou morar no reino de Castela ou de Portugal, em segurança[85]. O Tratado inclui a obrigação de ambos os monarcas libertarem dentro de 30 dias após a assinatura do Tratado, D. Luís, filho do conde de Benavente, e D. João de Menezes e todos os cavaleiros e fidalgos, entre outros, que estavam presos, quer no reino de Castela, quer no reino de Portugal[86]; de destruir todas as fortalezas que tivessem sido construídas após a entrada do rei D. Afonso V no reino de Castela[87]; e de os reis católicos terem que restituir ao príncipe de Portugal a vila de Alcolea no reino de Aragão num prazo de 90 dias[88].

[82] ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*, p. 347.
[83] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p..312.
[84] IDEM, p. 313 – 315.
[85] IDEM, p. 274-275.
[86] IDEM, p..273.
[87] IDEM, p. 276.
[88] IDEM, p. 273.

O perdão por parte de D. Isabel à condessa de Medellin, a Alfon de Monrroy e a Alfon Puertocarrero foi outro dos temas principais deste Tratado, tendo também um documento específico sobre este assunto, incluído na obra *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos.* No acordo de paz foi determinado por D. Isabel o perdão aos três fidalgos por todas ações cometidas contra o reino de Castela e por se terem aliado ao rei e ao príncipe de Portugal após a morte do rei Henrique IV de Castela e de Leão. Apesar de estes três castelhanos terem sido obrigados a prestar obediência e fidelidade aos reis católicos, estes não autorizaram a restituição das fortalezas de Meajadas e Deleytosa, ficando com as mesmas. Decorrendo um cerco à vila de Beja e à fortaleza de Mérida, no dia 2 de Novembro de 1479, este cerco deveria ter sido levantado, e consequentemente, como representação das tréguas estabelecidas em Yelues e Badajoz, esta vila e fortaleza deveriam ter sido entregues à condessa de Medellin. Porém, a condessa deixava de poder administrar Mérida e os reis católicos nomearam D. Beatriz para essa função[89]. No caso de Alonso de Monrroy foi acordado que este podia ter em seu poder a fortaleza de Montanjes e a sua administração judicial e fiscal[90].

Os procuradores de ambos os reinos, Dr. Rodrigo Maldonado e D. João da Silveira, apresentaram, de ambas as partes, todos os prejuízos e roubos que cada reino sofreu durante o período de guerra. No entanto ficou acordado que todos estes atos ficariam perdoados com a realização deste Tratado[91]. Os reis de Portugal e de Castela outorgaram ainda que se algum dos seus súbditos, naturais ou estrangeiros, cometesse danos ou roubos, quer no mar quer na costa, no outro reino, estes infratores deveriam ser perseguidos e presos para ser punidos segundo as leis do reino onde cometeram as infrações[92].

Os territórios atlânticos.

Como afirma Luís Adão da Fonseca, "no Tratado de Alcáçovas de 1479 o Atlântico foi pela primeira vez pensado como um espaço, apesar de desconhecido, e tornou-se um objeto de negociação. Neste Tratado o tema não é sobre a liberdade de navegação, nem a organização das rotas marítimas, como aconteceu no Tratado de Windsor em 1386, nem um acordo que regula o acesso a determinados lugares ou

[89] IDEM, p. 320-321 e 365 -366.
[90] IDEM, p.367.
[91] IDEM, p. 275 – 276.
[92] IDEM, p. 276.

portos, como acontecia na maioria dos tratados medievais. No Tratado de 1479, como acontecerá em Tordesilhas, o tema é a divisão do espaço com independência dos lugares que ele integra"[93].

Iremos então explicar em que consistiu essa divisão do Atlântico entre o reino de Portugal, e o de Castela e de Leão. Os reis castelhanos prometeram que eles e os seus sucessores não poderiam interferir nos seguintes territórios, agora confirmados, que pertenciam ao reino de Portugal: terras da Guiné e as suas minas de ouro, mas também todas as ilhas de Cabo Verde, da Madeira, dos Açores; e todas as ilhas e terras a descobrir e conquistar até às Índias. Qualquer indivíduo, castelhano ou estrangeiro, que fosse criar danos e prejuízos em qualquer um destes territórios atrás referidos, seriam punidos[94].O reino de Castela e de Leão ficaria com as ilhas das Canárias, ilhas essas disputadas entre os dois reinos ao longo de 150 anos, e cuja disputa só terminou com a assinatura do Tratado de Alcáçovas em 1479[95].

Apesar de a época dos "descobrimentos" ter começado oficialmente no reinado de D. João I, "o interesse por territórios atlânticos começou devido à dificuldade de comercializar num Mediterrâneo dominado pelos italianos e muçulmanos, e pela busca de ouro e prata face à escassez que se fazia sentir na Europa cristã após a Guerra dos Cem Anos." Como afirma Manuela Mendonça, "a polémica sobre a posse das Canárias era antiga e fora secular motivo de muitas reivindicações por parte dos dois reinos"[96]. A disputa teve início no reinado de D. Afonso IV, porque contestou a decisão do Papa Clemente VI de atribuir as ilhas a Luís de la Cerda sob o pagamento de uma renda anual ao Papa. Ora os castelhanos apresentavam como argumento de legitimidade o facto de serem os herdeiros universais dos reis visigodos a quem as mesmas haviam pertencido. Já D. Afonso IV defendia que a primeira expedição teria sido realizada por ele, e tinha também o direito à sua posse devido à proximidade no espaço[97].

Contudo, foi com a ação do infante D. Henrique que esta disputa mais se ascendeu. No contexto da conquista de Ceuta em 1415, a questão das Canárias adquiriu

[93] FONSECA, Luís Adão – *Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no século XV*, p. 39.
[94] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, p..278.
[95] MENDONÇA, Manuela Coelho; FERREIRA, Fernanda Lucena – *O Tratado de Alcáçovas e a Divisão do Mundo*. In Revista História, Nº 14, Dezembro de 1979.p. 39.
[96] MENDONÇA, Manuela – *O sonha da união ibérica: guerra luso-castelhana*, p.93
[97] MENDONÇA, Manuela Coelho; FERREIRA, Fernanda Lucena – *O Tratado de Alcáçovas e a Divisão do Mundo*, p. 39.

um maior significado devido seu posicionamento geoestratégico, entre Marrocos e a Guiné. Por isso a insistência dos portugueses em se fixarem nas ilhas face à sua proximidade de África e a possibilidade de poderem comercializar e capturar cativos, bem como as condições de apoio para a prossecução das viagens a sul (em direção à Guiné, Serra Leoa, Golfo da Guiné e mais tarde a Rota do Cabo) justificam-no, pelo menos até ao Cabo Bojador[98].

Como afirma Peter Russell, terá sido "em 1424 que o Infante, realmente, iniciou os seus esforços com o fim de se apoderar para si mesmo do arquipélago"[99], já que no mesmo ano organizou uma considerável e dispendiosa expedição às ilhas, e defendeu que o motivo da mesma era o de Cruzada. Mas o verdadeiro motivo era a sua intenção de procurar escravos, urzela, sangue de dragão e outros produtos canários[100]. Contudo, esta expedição de 1424, como todas as tentativas seguintes que se realizaram ao longo de quarenta anos para obter a posse das ilhas fracassaram[101]. Como alternativa às Canárias, o infante D. Henrique empenhou-se no povoamento de Cabo Verde, posicionado estrategicamente relativamente a rota da Guiné.

As decisões acordadas no Tratado das Alcáçovas trouxeram um tema completamente novo. Como afirma Luís Adão da Fonseca, "o oceano Atlântico foi dividido em duas partes separadas por uma linha que passava a sul das Canárias, ou seja, o oceano situado a norte dessa linha pertencia a Castela e a sul a Portugal"[102]. Com a legitimidade da posse destes territórios, D. Afonso V atribuiu ao príncipe D. João, no dia 4 de Maio de 1481, a superintendência dos *trautos da Guiné*, ou seja, a exploração económica dos mares africanos e a organização de futuras expedições descobridoras[103]. Esta atribuição foi confirmada e ratificada, pelo Papa Sisto IV, na sua Bula *Ad perpetua rei memoryam*[104].

---

[98] SILVA, Isabel L. Morgado de S. e – *Perspetiva global das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa. Uma questão adiada até Alcáçovas-Toledo (1479-80)*. Revista da Faculdade de Letras História. Porto: III Série, Vol. 7, 2006, p. 99.

[99] RUSSELL, Peter – *O infante D. Henrique e as ilhas das Canárias*: uma dimensão mal compreendida da biografia henriquina. Academia das Ciências de Lisboa, Instituto dos Altos Estudos. Lisboa: Fascículo V, 1979, p. 32.

[100] IDEM, p. 33.

[101] IDEM, p.34 – 46.

[102] FONSECA, Luís Adão – *Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no século XV*, p.31 – 33.

[103] IDEM, p. 41.

[104] PINA, Rui de - *Crónica de El- Rei Afonso V*, p. 869.

Por fim, ficou determinado no Tratado de Alcáçovas, que Portugal ficaria com o direito exclusivo da conquista do reino de Fez, enquanto Castela ficaria com o mesmo direito relativamente à conquista do reino de Granada[105]. Como refere Manuela Mendonça, "podemos mesmo afirmar que os futuros reis católicos não tinham descoberto ainda a verdadeira riqueza e importância do sul do Atlântico"[106].

Conclusão.

Após a realização deste trabalho, podemos concluir os seguintes pontos. Em primeiro lugar, a política externa fracassada de D. Afonso V. Apesar das suas tentativas de casamento sucessivamente com D. Isabel e D. Joana, D. Afonso V ficou muito longe de conseguir o seu principal objetivo, que era o de obter o trono de Castela e de Leão e efetuar a união dos reinos, ficando definido que a legitimidade do trono castelhano pertencia a D. Isabel e a D. Fernando. No entanto, após o Tratado, o sonho da união manteve-se. Mas o principal desastre do monarca português foi a sua ida a França. Após a grande derrota na batalha de Toro, D. Afonso V deixou ao príncipe D. João a governação do reino de Portugal, e deslocou-se a França, com uma frota significativa e uma comitiva de 500 escudeiros, para procurar apoio diplomático. Contudo o rei Luís XI não deu nenhuma importância ao rei português, e após percorrer o país durante quase dois anos de cidade em cidade, D. Afonso V saiu de França humilhado e sem qualquer apoio. Como afirma Damião de Góis, foi somente uma viagem inútil, dispendiosa e humilhante para o rei de Portugal.

Da análise das cláusulas políticas, percebeu-se que estas favoreceram apenas Castela. Principalmente a cláusula que determina a legitimidade dos reinos de Castela e de Leão é que teve importância no seu tempo e nos anos posteriores. Apesar da persistente vontade e interesse, quer de Portugal quer de Castela, em unir as Coroas dos dois reinos através dos quatro acordos matrimoniais, estes não tiveram o resultado esperado. A recusa por parte de D. Isabel em se casar com D. Afonso V, e posteriormente o seu casamento com Fernando de Aragão, condenou as duas possíveis alianças, ou seja, os matrimónios de D. Isabel de Castela com D. Afonso V, e do príncipe D. João com D. Joana de Castela. Apesar da tentativa de uma nova união, com

[105] LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos,* p.278
[106] MENDONÇA, Manuela – *O sonha da união ibérica: guerra luso-castelhana,* p. 100.

o acordo matrimonial de D. Afonso, príncipe de Portugal, com D. Isabel, filha dos reis católicos, este projeto não teve efeito porque, com apenas dezasseis anos, o príncipe português morreu. E o segundo matrimónio, o de D. Joana com D. João, filho dos reis católicos, não chegou a realizar-se, já que D. Joana professou no mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Esta decisão e o incumprimento dos acordos matrimoniais fizeram com que todas as cláusulas sobre as Terçarias não tivessem qualquer valor.

Do nosso ponto de vista, é a nível económico que o Tratado tem relevância. Somente em 1479 é que Portugal desiste definitivamente da conquista das Canárias, na qual se empenhou desde o reinado de D. Afonso IV. Estas ilhas tinham principalmente a vantagem de serem um porto de apoio à conquista e ao estabelecimento do comércio nas terras a sul do cabo Bojador. Apesar de as Canárias e de a conquista de Granada terem ficado para o reino de Castela, Portugal beneficiou com a legitimação da posse da Guiné e das suas minas de ouro e com as ilhas atlânticas, nomeadamente Cabo Verde, Madeira e Açores. Além disso ficou com o direito exclusivo de conquista das terras até às Índias. A posse legítima desta área a sul das Canárias permitiu à coroa portuguesa investir seriamente no Atlântico, o que possibilitou, em 1482, a construção do forte da Mina que foi uma base fundamental na expansão das navegações portuguesas no atlântico sul, e consequentemente permitiu a Bartolomeu Dias descobrir a passagem para o Índico.

Podemos afirmar que a determinação sobre a posse territorial no Atlântico, foi essencial para Portugal porque, para além de constituir uma etapa muito importante para a futura elaboração do Tratado de Tordesilhas, o país conseguiu ter o exclusivo económico nesta região a sul do Cabo, e isso foi um incentivo ao progresso da expansão nos anos seguintes.

Fontes e Bibliografia:

1. Fontes impressas:

BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; ALMEIDA, Manuel Lopes de; DINIS, António Joaquim Dias (Subcomissão) – *Monumenta Henricina*. Coimbra: Atlântica,1962. Vol. IV (1431-1434).

GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905.

LA TORRE, António de; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos.* Valladolid, 1958. Vol. I e II.

PINA, Rui de - *Crónica de El- Rei Afonso V.* Lisboa: Escriptorio, 1901.

ROSELL, Cayetano - *Cronicas de los Reyes de Castilla*. Madrid: Atlas, 1953. Tomo septuagésimo.

2. Bibliografia:

2.1.Instrumentos auxiliares de consulta:

COROMINAS, Joan – *Breve dicionario etimológico de la lengua Castellana.* [Em Linha]. 3nd ed. Madrid: Editorial Gredos, 1973. [Consult. 15 Nov.2017]. Disponível em WWW: https://isaimoreno.files.wordpress.com/2017/03/diccionario-etimolocc81gico-abreviado-de-la-lengua-castellana-joan-corominas.pdf>. ISBN 84-249-1331-0.

2.2. Estudos:

COELHO, Helena da Cruz – *D. João I.* Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005. ISBN 978-972-42-3488-5.

COSTA, António Carlos Martins – *A batalha de toro e as relações entre Portugal e Castela*: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV. Tese orientada pela doutora Manuela Mendonça e co-orientada pelo doutor José Varandas, e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2011.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I.* Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005. ISBN 972-42-3440-1.

DÁVILA, Maria – *Governar o Atlântico*: a infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485). Lisboa: FCSH-UNL, 2017.

FONSECA, Luís Adão – *D. João II.* Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005. ISBN 972-42-3442-8.

FONSECA, Luís Adão – *Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no século XV*. Lisboa: Inapa, 1991. ISBN 972-9019-36-3.

GOMES, Saul António – *D. Afonso V*: *o africano.* Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN 979-972-759-975-2.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España de los Reyes Católicos.* Madrid: Alianza Editorial, 2015. ISBN 978-84-206-9342-2.

MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa*: *constantes e linhas de força*. 2º ed. Lisboa: Tribuna da História - Livros e Revistas, Lda., 2006. ISBN 978-972-8799-48-9.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de - A monarquia feudal. In MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. 2. ISBN 972-42-0636.

MENDONÇA, Manuela – *O sonha da união ibérica: guerra luso-castelhana.* Coleção guerras e campanhas militares da história de Portugal. [Matosinhos]: QuidNovi, 2007. ISBN 978-972-8998-88-2.

MENDONÇA, Manuela Coelho; FERREIRA, Fernanda Lucena – *O Tratado de Alcáçovas e a Divisão do Mundo*. In Revista História, nº 14, Dezembro de 1979.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela – *La mediación feminina como forma de acción política*: Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV). *E-Spania* nº 20, Février 2015. [Consult: 11 de Abril de 2019]. Disponível em: www. https://journals.openedition.org/e-spania/24146#quotation.

RUSSEL, Peter – *O infante D. Henrique e as ilhas das Canárias*: *uma dimensão mal compreendida da biografia henriquina*. Academia das Ciências de Lisboa, Instituto dos Altos Estudos. Lisboa: Fascículo V, 1979.

SANTARÉM, Visconde de – *O corpo diplomático portuguez.* Paris: J.P. Allauld, 1866. Vol.1. [Consult. 17 de Nov. 2017].
Disponível em WWW: <https://books.google.pt/books?id=F3pPAAAAcAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s&redir_esc=y>.

SILVA, Isabel L. Morgado de S. e – *Perspetiva global das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa*. *Uma questão adiada até Alcáçovas-Toledo (1479-80).* Revista da Faculdade de Letras. Porto: III Série, Vol. 7, 2006, p. 93-106.

VILLARROEL GONZALEZ, Óscar – *Juana la Beltraneja*: la construcción de una ilegitimidade. Madrid: Sílex, 2014. ISBN 978-84-7737-568-5.

Anexos

Anexo 1.

Cronologia

1368 – Tratado de Windsor.

1402, Outubro, 6 – Negociação das tréguas de 10 anos entre Portugal e Castela; ratificado a 18 de Novembro por D. João I.

1406, Dezembro, 25 – Morte de Henrique III de Castela.

1431, Outubro, 30 – Tratado de Medina del Campo; ratificado a 27 de Janeiro de 1432 em Almeirim.

1433 – Início do reinado de D. Duarte de Portugal.

1436, Setembro, 15 - Bula "*Romnus Pontifex*". Papa concede, para propagação do nome de Cristo, as ilhas Canárias aos portugueses.

1436, Novembro, 6 - Bula "*Romani Pontificis*". Anula a concessão anterior feita a Portugal.

1438 – Início do reinado de D. Afonso V de Portugal.

1443, Outubro, 22 – Carta do regente D. Pedro que proíbe a qualquer barco ir para além do Bojador sem a autorização de D. Henrique.

1454, Janeiro, 8 - Bula " *Romanus Pontifex*": o papa outorga e reserva a D. Afonso V e aos seus sucessores as navegações além Cabo Bojador.

1454 – Início do Reinado de Henrique IV de Castela.

1462, Fevereiro, 28 – Nascimento de D. Joana, a Beltraneja.

1465 – Tentativa de casamento da infanta castelhana D. Isabel com D. Afonso V de Portugal.

1468, Setembro, 18 – Tratado de Toros de Guisando.

1469, Junho, 23 - Bula de Paulo II - concedeu dispensa para o matrimónio de D. Afonso V de Portugal com a infanta D. Isabel de Castela.

1469, Outubro, 19 – Casamento de D. Isabel com D. Fernando, rei da Sicília e príncipe de Aragão.

1470, Outubro, [26] – Novo reconhecimento de D. Joana como sucessora e herdeira por parte de Henrique IV.

1474, Dezembro, 12 – Morte de Henrique IV de Castela.

[?] – Casamento de D. Afonso V e D. Joana, a Beltraneja.

1475 a 1479 – Guerra peninsular: Partido castelhano-aragonês e partido castelhano-português.

1475, Abril, 25 – Realização do testamento de D. Afonso V.

1475, Abril, 28 – Carta pública de D. Afonso V, na qual entrega o governo do reino ao príncipe D. João.

1475, Setembro, 8 – Acordo político entre D. Afonso V e Luís XI de França.

1476, Fevereiro, 14 – Entrada das tropas do infante D. João na cidade de Toro.

1476, Fevereiro, 19 – Autorização por parte de D. Isabel a João Alos para se formar uma armada para combater as embarcações inimigas.

1476, Março, 1 – Batalha de Toro, que resultou na derrota portuguesa.

1476, Novembro, 25 – Chegada de D. Afonso V a Paris.

1479, [18 ou 23 de Março] – Negociações em Alcântara entre D. Beatriz e D. Isabel, a católica.

1479, Junho, 2 - Na cidade de Trujilho D. Isabel outorgou o seu poder ao Dr. Rodrigo Maldonado para negociar um acordo com o reino de Portugal.

1479, Agosto, 19 – Na cidade de Évora, D. Afonso V outorgou o seu poder a D. João da Silveira para negociar um acordo com o reino de Castela.

1479, Agosto, 27 – Na vila de Alcáçovas, o príncipe D. João outorgou o seu poder a D. João da Silveira para o mesmo efeito.

1479, Setembro, 4 – Tratado de Alcáçovas entre o reino de Portugal e o reino de Castela.

1479, Novembro – Nascimento da infanta Joana, filha dos reis católicos.

1480, Março, 6– Ratificação do tratado de Alcáçovas, por parte dos reis católicos, na cidade de Toledo.

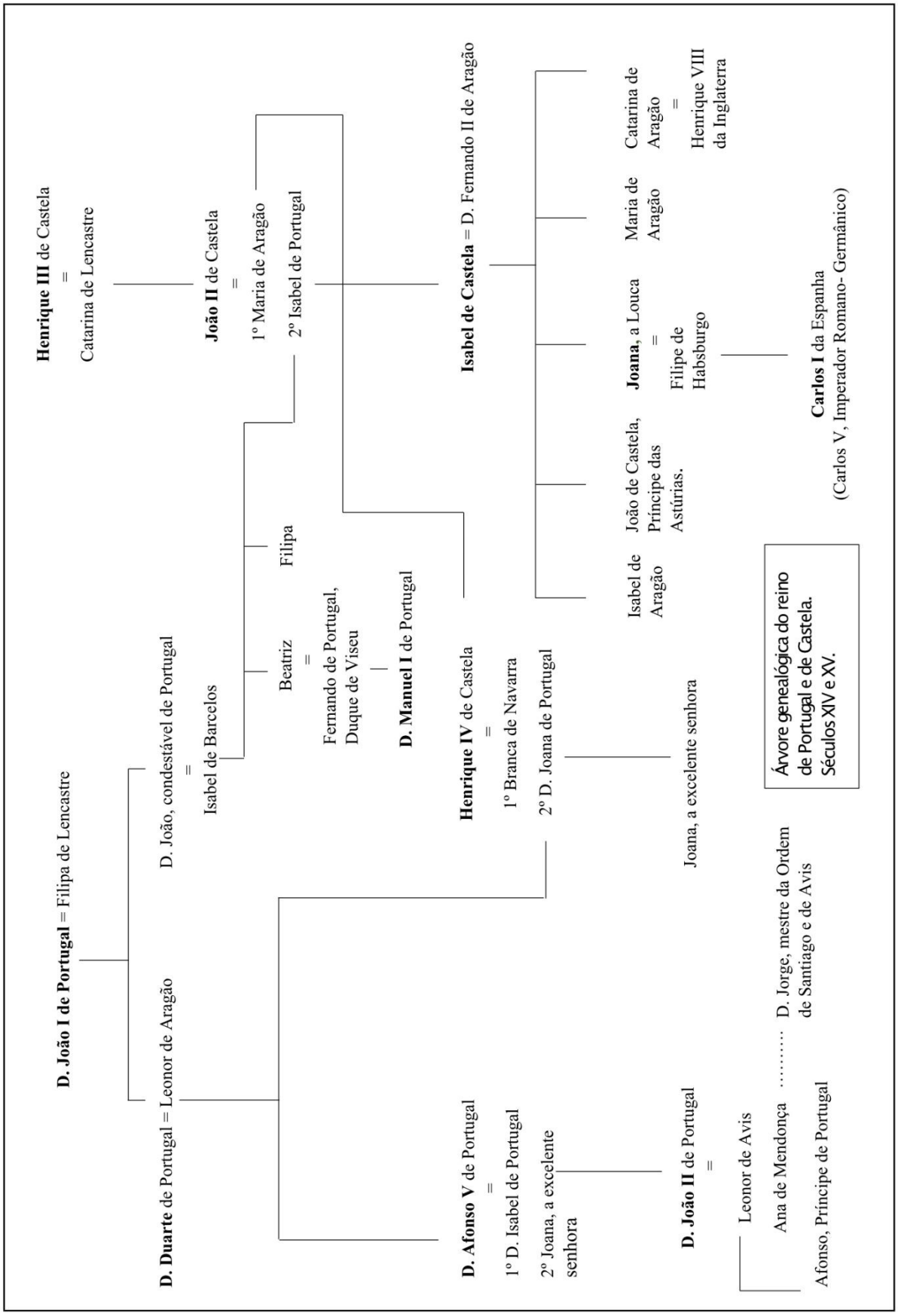
1481, Maio, 4 - O príncipe D. João recebe de D. Afonso V a superintendência dos *trautos da Guiné.*

1481, Agosto, 11 – Nascimento de D. Jorge, filho bastardo do príncipe D. João e de Ana de Mendonça. D. Jorge foi mestre de cavalaria da ordem de Santiago e de Avis, e duque de Coimbra.

1481, Agosto, 28 – Morte de D. Afonso V de Portugal.

Anexo 2.

Árvore genealógica dos reis de Portugal e de Castela.


Henrique III de Castela
=
Catarina de Lencastre
D. João I de Portugal = Filipa de Lencastre
João II de Castela
=
1º Maria de Aragão
2º Isabel de Portugal
D. João, condestável de Portugal
=
Isabel de Barcelos
D. Duarte de Portugal = Leonor de Aragão
Beatriz
=
Fernando de Portugal,
Duque de Viseu
Filipa
D. Manuel I de Portugal
Isabel de Castela = D. Fernando II de Aragão
Henrique IV de Castela
=
1º Branca de Navarra
D. Afonso V de Portugal
=
1º D. Isabel de Portugal
2º Joana, a excelente senhora
2º D. Joana de Portugal
Isabel de Aragão
João de Castela, Príncipe das Astúrias.
Joana, a Louca
=
Filipe de Habsburgo
Maria de Aragão
Catarina de Aragão
=
Henrique VIII da Inglaterra
Joana, a excelente senhora
D. João II de Portugal
=
Leonor de Avis
Ana de Mendonça ..... D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago e de Avis
Afonso, Príncipe de Portugal
Carlos I da Espanha
(Carlos V, Imperador Romano- Germânico)
Árvore genealógica do reino de Portugal e de Castela.
Séculos XIV e XV.

ALVES, Joana Catarina Machado – As Mulheres que fazem do seu corpo sua vontade: a prostituição na Idade Média. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 33-70.

As Mulheres que Fazem do seu Corpo sua Vontade: A Prostituição na Idade Média

Joana Catarina Machado Alves

Jmkity@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho aborda a temática das mancebas na época medieval e tem como objetivo principal responder à pergunta se as mancebas eram marginais ou não na sociedade da altura. Para estudo do tema foi utilizado como fonte principal a chancelaria de D. João II, em paralelo com fontes como cortes e chancelaria Afonsina e bibliografia específica sobre o tema.

Palavras-chave: Mancebas, Mancebas Teudas e Manteudas, Prostituição, História, História da Mulher.

Abstract:

This work discusses the theme of the mancebas in medieval times and has as main objective to answer the question whether the mancebas were marginal or not in the society of the time. For the study of the topic was used as the main source of the chancery of king D. João II, in parallel with sources such as courts and chancery Afonsina and specific literature on the topic.

Keywords: Mancebas, Mancebas Teudas e Manteudas, Prostitution, History, Women's History.

Abreviaturas:

C.H.R.D. Joao II – Chancelaria

Introdução

O trabalho que me propus desenvolver aborda as prostitutas e as mancebas "teúdas e manteúdas" na época medieval. Ele tenta perceber se estas mulheres eram vistas e tratadas como marginais, se elas tinham uma vida marginal ou se viviam em comum com o resto da população, ou até com melhor qualidade.

Isto só pode ser entendido, em primeiro lugar, quando percebermos o que era para as pessoas da altura um marginal; nada tem a ver com a definição dos dias de hoje. Em seguida é necessário compreender o que era ser mulher na época, vê-la na sua essência, no casamento, no trabalho, na sexualidade, só assim podemos entender como

as mulheres mancebas e barregãs eram vistas e tratadas pelas outras e o como e o porquê de enveredarem por esse tipo de vida.

Ao longo deste trabalho mostro como estas mulheres eram assimiladas pelo resto da população, pelas autoridades, pela lei, pelas outras mulheres… explicando que havia fatores que as marginalizavam, como algumas restrições ou obrigações, como usar marcas de diferenciação, o que as fazia não ser iguais ao resto das pessoas, mas também mostrando os fatores contraditórios, aqueles que as viam como não marginais, como pessoas que viviam em conjunto com a sociedade que as rodeava, que eram essenciais para essa mesma sociedade, e que estavam mesmo a prestar um "serviço público".

Foi através da análise de parte da chancelaria de D. João II que vi e registei centenas de casos de mulheres que eram mancebas teúdas e manteúdas, assim como mancebas do partido, as ditas prostitutas. Mas não foram só casos de mulheres que analisei. Muitos homens que pediam perdão por terem no passado manceba teúda e manteúda, sendo ao mesmo tempo casados também estavam presentes. Assim como as alcoviteiras e os proxenetas, os dois grupos mais penalizados e desprezados, por desencaminharem as mulheres honestas para a vida do pecado, e por provocarem muitos outros problemas. Todos estes grupos foram estudados no trabalho.

Mais de metade da chancelaria de D. João II foi examinada por mim ao longo de alguns meses, tendo apenas ficado cinco livros por estudar devido à limitação do tempo.

Na chancelaria de D. João II e nos livros que analisei, constam cartas de perdão e de degredo que contêm informação sobre as mancebas teúdas e manteúdas e as mancebas do partido; porém não é só este tipo de documentação que pode fornecer informação acerca destas mulheres: as cartas de legitimação, as leis, as posturas, as ordenações, podem também conter informações úteis. Por isso consultei as Cortes e as Ordenações. Consultei ainda as cortes de D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I e D. Duarte, as quais me deram informações úteis sobre queixas de costumes que não eram cumpridos, os quais muitas vezes protegiam de alguma forma as mulheres mundanas. Assim consegui registar casos de abuso de poder por parte de várias autoridades, e as Ordenações Afonsinas elucidaram-me sobre a legislação acerca de todos os assuntos abordados.

Este trabalho divide-se em três momentos, o primeiro é uma contextualização para conseguirmos entender mais facilmente o assunto abordado, o segundo aborda as mancebas teúdas e manteúdas e o terceiro fala sobre as mancebas do partido, para assim

se compreender as especificidades destas mulheres, e perceber que elas não eram iguais, apesar de terem um objetivo em comum. É nestes três pontos que são inseridos os exemplos de casos particulares, assim como dos casos encontrados nas cortes, nas ordenações, e as informações obtidas através da análise da chancelaria de D. João II e da leitura de bibliografia sobre o tema. Depois de tratado tudo o que foi referido chegamos à conclusão, onde proponho a minha resposta à questão colocada inicialmente.

O que era ser marginal na época Medieval?

Para entendermos os marginais temos de perceber que no Portugal de trezentos e quatrocentos não havia uma sociedade uniforme e arrumada e mesmo os ditos excluídos não eram totalmente excluídos, pois até o eremita mais puro, ou o mais selvagem dos bandidos, tinham de ter contacto com a "civilização"[1]. Estas sociedades eram, por isso, dinâmicas, constituídas por camadas ricas e dominantes, que definiam os modelos de vida a seguir, o que levava uma imensidão de indivíduos a lutar diariamente para não cair na privação e na pobreza, principalmente quando o mercado de trabalho era bastante limitado e competitivo e por isso era injusto para aqueles que tinham menos capacidades físicas, como os idosos, as crianças, as mulheres em idade fértil.[2]

Por isso era fácil cair na periferia social, desde logo se o mundo de trabalho a que a pessoa pertencia não fosse o mais valorizado, e chegasse mesmo a ser considerado imoral, como aqueles que mexiam em lixo, em sangue, os que trabalhavam em indústrias e por isso cheiravam mal e os que mergulhavam as mãos em urina e substâncias que tinham mau cheiro. Com estes ninguém queria conviver. No fundo da pirâmide estavam os carrascos, os que torturavam e executavam pessoas[3].

Entende-se que havia aqueles que estavam destinados à exclusão, como os criminosos, os vagabundos, os suicidas e os hereges (não sendo certo que estes tivessem existido em Portugal); depois existiam os desprezados, como os que tinham mesteres duvidosos, os doentes, os inválidos, os pobres, as mulheres, as crianças, os velhos e os bastardos; não esquecendo a existência dos marginais propriamente ditos, as pessoas que se arruinavam (como os cavaleiros pobres), os loucos, e os mendigos; por último havia os marginais do imaginário, os produtos do maravilhoso, como monstros e

[1] DUARTE, Luís Miguel, *Marginalidade e marginais*… p.174.
[2] DUARTE, Luís Miguel, *Marginalidade e marginais*… p.174.
[3] DUARTE, Luís Miguel, *Marginalidade e marginais*… p.174.

homens selvagens[4]. O que exprime que havia muitos graus de marginalização. Havia aqueles que eram automaticamente excluídos, depois havia os que eram desprezados, mas que ao mesmo tempo podiam conviver com os que eram ditos "normais".

É preciso entender o porquê de a sociedade medieval desconfiar, desprezar e marginalizar tantos grupos de pessoas. Em primeiro lugar quando se fala de marginal e desprezado, fala-se de medo. E é isto que estas sociedades sentiam. Medo. O medo do que não conheciam. O medo que os paralisava, e os levava a fecharem-se na sua comunidade, junto daqueles que conheciam. Se algo de novo surgia, expulsavam-no, pois vinha pôr em perigo a sua sobrevivência. É um mundo que apenas vê o bem e o mal, o preto e o branco, onde toda uma panóplia de cores era eliminada, assim como toda a diversidade de estatutos. Onde tudo se resumia ao mais básico. Sendo fácil ir parar à margem. Num momento somos parte da sociedade, no outro somos marginais, ou por doença, ou acidente, ou por infortúnios da vida. Eram, neste sentido, tempos muito difíceis, e a segurança era algo que as pessoas procuravam manter a todo o custo, mesmo que significasse empurrar os que a assustavam para onde não queriam estar. Isto explica esta tão grande lista de possíveis marginais. Para eles podia até haver uma maneira de emersão, mas não era fácil[5].

A mulher: uma visão da época

"O homem está no topo, a mulher na base", disse-o Christiane Klapisch-Zuber. Era assim que a sociedade medieval via a mulher, como um ser secundário que dependia do homem para viver e por isso devia estar "pronta a servi-lo"[6].

Esta visão foi trabalhada pela igreja por meio da bíblia, utilizando uma determinada interpretação a favor das suas crenças e ideais. A primeira versão da criação da mulher foi anulada em favor da segunda, mais punitiva para ela. Deus criou o homem à sua semelhança – homem e mulher - mas a igreja preferiu dar valor à versão que explica tal origem a partir de uma costela de Adão[7], um caminho para o desfavorecimento de Eva.

Para existir a mulher necessitou do homem. Como poderia sobreviver à dureza da vida sem ele? Logo precisava de ser submissa e obediente, ideal que a teologia

[4] DUARTE, Luís Miguel – *De que falamos nós quando*…p.58.
[5] DUARTE, Luís Miguel – *De que falamos nós quando*… pp.58-59.
[6] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.45.
[7] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.45.

medieval iria seguir. A sua figura foi tão secundarizada, que a ovulação feminina foi negada, atribuindo-se todo o valor da fecundação ao homem, sendo a mulher um mero objeto com a função de parir[8]. As "Evas" eram entendidas como um "macho falhado", eram apenas a auxiliar do homem, a sua companhia, gerada para não o deixar sozinho[9].

A época medieval era quase inteiramente masculina provam-no todos os papéis importantes na vida pública e privada, desempenhados pelos homens, mas também os documentos que sobreviveram ao passar dos séculos e que chegaram até nós. Todos os testemunhos têm voz masculina, e nem mesmo os textos que dedicam as suas linhas às mulheres são feitos pela sua voz.

Seguindo esta linha de pensamento existiam duas categorias no ser humano: a razão e o espírito que cabiam ao homem e o corpo e a carne que cabiam à mulher[10]. A imagem da mulher vai balançar entre duas extremidades, a de Eva sedutora e provocadora e a de Maria redentora e virginal. Os homens, esses, desejavam-na tanto que apenas sentiam medo e nada mais. Qual seria a solução para apagar tão fogosa tentação? A única resposta que encontraram foi desprezar aquela que mais queriam[11].

Para a mulher guardavam apenas o elogio de boa mãe e esposa[12], qualidades que esperavam encontrar na futura progenitora dos seus herdeiros.

O casamento era sagrado, um acontecimento importantíssimo, socialmente bem visto e necessário. Com ele surgem as alianças matrimonias, que marcam as relações de vassalidade, de ordem política e social[13].

Ele começa a ser considerado como única união legítima, desde o século XII que a igreja tentou impor a sua autoridade nas relações sociais, ou seja, passou a procurar organizar também as relações de parentesco, através do seu julgamento e da sua repressão nos matrimónios quando estes não coincidiam com os seus ideais, o que significou, maioritariamente, penitência ou excomunhão[14].

Aqui começa a surgir a condenação das concubinas. As mulheres solteiras que viviam à custa de homens casados ou solteiros eram fortemente condenadas, devido a protagonizarem formas de união não reconhecidas pela igreja. Mesmo que nelas existissem laços afetivos entre o casal, o facto de não estarem unidos por uma "simples

[8]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.47.
[9]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.47.
[10]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*...p.46.
[11]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.47.
[12]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.47.
[13]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.7.
[14]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.7.

cerimónia pública"[15] levava à recusa desta forma de coabitação. Com o passar do tempo e devido à visão turva sobre este tipo de coabitação, os laços afetivos nela existentes deixam de ser tidos em conta pela sociedade e dão lugar a uma união ilícita e com prazo de validade, passando a ser visto apenas como um espaço para o prazer e a fornicação.

Já nos séculos X e XI o casamento resultava de um pacto entre duas famílias, através de testemunhas ou da bênção sacerdotal e, ainda mais importante, do consentimento das duas famílias – caso a filha não cumprisse a decisão do poder parental seria deserdada; a pretensão de uma ascensão social e económica era bastante clara[16]. A filha funcionava como uma moeda de troca, como meio de passagem a uma vida melhor ou a um maior reconhecimento social. A mulher não era mais que um ser passivo, dada (pelo pai) e recebida (pelo esposo) como se de um pagamento se tratasse. Provam-no as *arras ou donas* de que o marido tem de dispor aquando do contrato nupcial, pois na maioria dos casos, segundo Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, a mulher é superior ao homem em poder e riqueza, o que leva a um desequilíbrio no lucro do "negócio" para a família do lado feminino, funcionando como uma reposição do valor mais alto que a mulher representava no matrimónio[17].

Dentro do casamento o marido pede submissão. Ou seja, a continuação de um papel já anteriormente desempenhado. Antes de casar a mulher é obediente ao pai enquanto filha e depois ao marido enquanto esposa. Dela espera-se, acima de tudo, fidelidade ao marido, seu senhor e a continuação da linhagem através dos filhos que, acreditava-se, iria gerar, não negligenciando os muitos casos de mulheres devolvidas às suas famílias por não conseguirem engravidar, sendo consideradas estéreis e o casamento nulo[18]. Não passava pelo pensamento duvidar da fertilidade masculina.

As mulheres deviam ser guardadas em casa, tanto quanto possível, e punidas quando desobedientes e adúlteras. Percebe-se que eram poucas as coisas que a mulher podia fazer sem ser vítima de alguma acusação do marido por desconfiança ou insegurança. Em caso de desobediência, a sociedade era a favor de a mulher ser chamada à atenção pela violência, quando exercida dentro dos lares, sem matar ou deixar mazelas, mas havia quem acreditasse que era legítimo parar apenas quando a mulher sangrasse[19].

[15] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.58.
[16]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.8.
[17]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.11.
[18]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.55.
[19]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.57.

No casamento a mulher encontrava diversas proibições e eventualmente alguma voz. Pela via do mesmo ela ganhava a capacidade de negociar imóveis, pois dispunha do seu próprio património, adquirindo alguma individualidade[20]. Entretanto havia condicionantes. A mulher casada não podia alienar propriedades sem a autorização do marido, mas em contrapartida a sua aprovação também era exigida, principalmente se se tratasse de bens seus[21].

Enquanto casadas deviam ser salvaguardadas pelos seus maridos, mas e depois da morte deles?

A vida medieval é fortemente marcada pela guerra, que ceifa a vida de milhares de homens. Um dia a mulher é casada com uma vida estável e segura, no outro vê-se viúva e desamparada. Como procediam nesta impiedosa realidade? À frente delas existiam três soluções: permanecer viúva na vida laica, enveredar por uma vida monástica ou casar novamente[22]. Se o primeiro casamento tinha sido um contrato para o homem, na média geral dos casos, com o objetivo de aumentar a riqueza e o poder, seguindo este raciocínio o segundo não deveria fugir ao mesmo propósito.

As viúvas das classes mais baixas não tinham a sua vida facilitada. No campo as mulheres ajudavam os seus maridos nos afazeres do trabalho agrícola; depois, quando se viam sozinhas, o cenário não se alterava muito. Em geral, estas mulheres seriam novas e com filhos pequenos, tendo de continuar a trabalhar no campo, seu único meio de sobrevivência[23]. Criavam aves, mais dificilmente algum animal de grande porte, tratavam das hortas próximas da casa, fiavam e teciam linho e lã e assoldar-se-iam nas épocas mais solicitadas[24]. Não tendo a mesma capacidade física que o homem, as zonas mais afastadas da habitação seriam abandonadas e em muitos casos abririam mesmo mão desses casais[25]. No caso de terem filhos mais crescidos tinham a sua ajuda e nas aldeias o auxílio de outros familiares era recorrente[26].

Já as mulheres idosas que se viam sem marido teriam uma situação penosa. Não podendo oferecer a sua força de trabalho em troca de um sustento eram vistas a mendigar por ele[27].

[20]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.118.
[21]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.19.
[22] COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.19.
[23]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como* …p.24.
[24]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*… p.24.
[25]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.24.
[26]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.24.
[27]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.24.

Porém uma mulher de um estatuto médio poderia escolher enveredar por uma vida monástica[28].

A vida da mulher casada não era fácil. "Mãe, que é casar?" – "Filha, é fiar, parir e chorar"[29].

Este era um tempo de condenação de certas profissões. Havia o desprezo por determinadas atividades, principalmente por aquelas que lidavam com dinheiro e faziam lucro com ele – mercadores, usurários, cambistas, professores, prostitutas; era o tabu do dinheiro condenado pela igreja[30]. Às que lidavam com o dinheiro temos de acrescentar as profissões que levavam o homem ao encontro dos "sete pecados mortais": os estalajadeiros, os taberneiros, as dançarinas, os homens da lei, os cozinheiros, os soldados, os mendigos[31].

A mulher era portanto muito secundarizada. Tendo uma condição mais débil, era excluída dos trabalhos que exigiam força física e de espírito, como a guerra[32]. Porém não podemos pensar que a mulher se confinava apenas à casa, ou ao auxílio do seu marido. Ela participava na vida económica e social, sobretudo por meio do trabalho. Na azáfama dos centros urbanos são encontradas nas tendas em ruas e vielas, onde vendem os seus produtos, ou às portas e nas praças das cidades[33].

A mulher de *status* privilegiado e a mulher de uma hierarquia mais baixa não podem ser vistas na horizontal. A privilegiada não entrava no mundo do trabalho, restringia-se à casa, lá educava os filhos e dirigia toda a criadagem. Quando saía à rua era para ostentar as suas ricas vestimentas ou para frequentar a missa[34].

A mulher não privilegiada era vista muitas vezes a auxiliar o rendimento familiar com trabalhos complementares. O trabalho feminino é particularmente forte no setor têxtil, e por isso muitas vezes as mulheres realizavam trabalhos por encomenda a partir de casa; normalmente fiavam para si ou para outrem que não tivesse instrumentos para o fazer[35]. Algumas ainda ajudavam a preparar a planta do linho, como as maçadeiras, as gramadeiras, as penteadeiras e as tasquinhadeiras[36].

[28]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.25.
[29]COELHO, Maria H.C e Ventura, Leonina – *A Mulher como*…p.57.
[30]COELHO, Maria H.C- *O trabalho no*…p.78.
[31]COELHO, Maria H.C- *O trabalho no*…p.78. Entenda-se por ordem: Luxuria, cupidez, gula, orgulho e avareza e preguiça.
[32]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o*… p.45.
[33]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o*…p.46.
[34]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o* … p.46.
[35]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o* …p.57.
[36] COELHO, Maria H.C – *A mulher e o*… p.57.

A atividade feminina era mais evidente na área dos géneros alimentares, elas dominavam a "regatia"[37]. Eram maioritariamente regateiras e vendedeiras, cabia-lhes vender o pão, o peixe, a carne (crus ou cozidos), os legumes, a fruta, o vinho, o azeite, o sal e diversos outros géneros alimentares[38]. A padeira vendia o pão em locais específicos ou à porta da sua casa. Porém era normal vê-las fora das delimitações do seu comércio e a vender a preços mais altos que os regulamentados[39]. As regateiras e as vendedeiras, tal como as padeiras, vendiam os seus produtos em zonas e horários específicos e praticavam preços altos.

A Sexualidade

Este é um tema difícil de tratar devido ao fator de ocultação. Nem tudo o que se diz é o que se faz na prática e porque na intimidade do casal cada um sabe o que pratica, podendo ou não seguir as regras dominantes na sociedade.

Todavia é o ideal clerical que se afirma sobre todos os outros. Ele é o único legítimo e que se deve ter em conta. Foi com o apoio da monarquia que ele ganhou força, tornando-se o dogma oficial. Com a utilização do direito escrito por parte do rei a partir do século XIII, a questão da sexualidade vai acabar por fazer parte dele[40]. Surgem as punições para as práticas proibidas, como são o adultério e a sodomia. Lógico que a aplicação destas leis e punições variava de região para região e no tempo, pois nem todas as autoridades tinham informação nem os meios para reprimir certas práticas. Mesmo que o ideal da igreja seja o imperativo não significa que seja o único existente. As normas vindas desde o paganismo continuavam enraizadas e teimavam em não desaparecer, mesmo que contestadas. Se elas continuam a existir significa que continuam a ser praticadas, mesmo que menos evidentes. Estas dissidências notam-se em alguns costumes municipais, como na permissividade do divórcio de iniciativa masculina[41]. Tornaram-se uma das vias contraditória à voz da igreja.

O corpo é uma questão complexa. Por um lado é reprimido pela igreja, por outro é glorificado pela mesma[42]. Depois de casado e com o objetivo da procriação, o casal era autorizado a deitar-se nu, porém esse ato poderia continuar a ser visto como luxúria.

[37]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o*… p.50.
[38]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o*…p.50-51.
[39]COELHO, Maria H.C – *A mulher e o* … p.51.
[40]MATTOSO, José – *Naquele Tempo*… p.16-17.
[41] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.17.
[42] Como disse Gregório Magno " O corpo é a abominável vestimenta da alma" ou como diz Paulo " O corpo é o tabernáculo do Espiríto Santo". LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*... p.29.

O corpo é sempre visto como o motor da tentação e por isso é condenado ao longo da Idade Média. Assim a nudez balança entre a beleza e o pecado, a inocência e a malignidade. Qualquer tipo de exaltação do corpo era fortemente reprimida. A grande herança dos Gregos e dos Romanos das termas, do desporto e mesmo do teatro, desaparece com a chegada da época medieval[43]. As mentalidades mudaram. As mulheres passaram a ser diabolizadas, a sexualidade controlada, a homossexualidade primeiro condenada, depois tolerada e por último proscrita[44]; quase tudo, ou tudo o que tinha a ver com sexo era condenado e controlado. Com o surgir da vida monacal esta repressão aumentou. Os Beneditinos acreditavam que "é a alma que se liberta do jugo e da tirania do corpo", por isso é necessária "a renúncia ao prazer e a luta contra as tentações"[45]. Os desejos do corpo foram secundarizados e reprimidos. O próprio matrimónio foi uma forma de restringir o apetite sexual. A cópula tinha como único fim a procriação. Se a mulher tinha de ser submissa no casamento, também o tinha de ser na intimidade do casal: "o marido é dono do corpo da sua mulher", disse-o Georges Duby. O homem é o ser ativo no ato sexual, como defendeu a igreja, mas sem excessos[46].

Contudo é a reforma gregoriana que traz o aperfeiçoamento deste sistema a partir do século XII. Ela traz o celibato para os clérigos - que não é totalmente cumprido até ao século XVI - e o matrimónio monogâmico para os homens em geral. E nem um nem outro preceito deviam ser corrompidos[47]. A virgindade passa a ser muito prezada e valiosa, a castidade na viuvez e no casamento recomendada[48].

A "cópula justa" é controlada na população por meio do casamento, como disse mais acima, porém os clérigos faziam também este controlo a partir dos manuais dedicados aos confessores – os penitenciais – onde eram mencionados os pecados da carne com as repreensões que deviam ser aplicadas. Tomemos como exemplo o bispo de Worms, que redigiu um Decreto no século XI, onde num dos pontos pergunta ao casado se "copula por trás, à maneira dos cães"[49], caso a resposta fosse afirmativa seguia-se o devido castigo: "…dez dias a pão e água"[50]. Porém as restrições de cópula não paravam por aqui. Quando a esposa se encontrava nos dias de menstruação

[43]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do…* p.31.
[44]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...*p.31.
[45]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...*p.31.
[46]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do…* p.35.
[47]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...* p.36.
[48] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...*p.36.
[49] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...*p.37.
[50] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do...*p.37.

(chegaram mesmo a dizer que a procriação nesses dias viria a originar filhos com lepra)[51], antes do parto ou no dia do senhor, a cópula era proibida e a infração era reprimida com penas semelhantes às anteriores[52]. Ingerir o esperma do marido "para que ele te ame mais, graças aos teus tratos diabólicos", podia levar a sete anos de penitência[53]. Isto prova a repugnância da igreja medieval em relação aos líquidos corporais: o esperma e o sangue[54]. Apelava-se também à abstinência sexual durante as quaresmas (o Natal, a Páscoa e o Pentecostes), assim como noutros dias de jejum e continência. Poucos eram os dias que sobravam para que se pudesse praticar o ato sexual sem pecar: cerca de 180 a 185 dias por ano, o que iria influenciar tanto as mentalidades, como a demografia (Isto, claro, se as populações seguissem à risca os mandamentos da igreja, o que estava muito longe de ser o caso)[55]. Porém mais atos eram reprovados: a felação, a sodomia, a masturbação, o adultério, a fornicação com monges; apenas era permitida a passividade da mulher e o domínio do marido[56].

Desde muito cedo as mulheres aprendiam as mezinhas que passavam de mãe para filha e logo as punham em prática. Os "feitiços" que ajudavam o marido a interessar-se mais por elas eram muito utilizados. É conhecido o ato de colocar um peixe vivo no sexo feminino e ali o manter "até que seja morto e, depois de o terem cozido ou grelhado" dão-no a comer ao seu esposo, algo que acreditavam fazê-lo apaixonar-se mais por elas[57]. São os amores forçados pelas mulheres. Mais um motivo para diabolizar a mulher, como aquela que enfeitiça os homens.

Concluindo, a igreja condenava quase todo o tipo de ato sexual ou aquilo que a ele era inerente, como era o corpo, o nu e a própria mulher. Apenas o aceitava com a finalidade de procriar e mesmo isso podia ser condenado, como referiu Santo Agostinho: "a conceção dos filhos não se faz sem pecado".

Barregã: uma Evolução da Palavra

[51] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.34.
[52]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*…p.37.
[53]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*...p.37.
[54] O sangue dita as ordens sociais. É sagrado pois o sangue de jesus é tomado na missa. Mas também é descartado, como prova a inferioridade da mulher muito influenciada pela menstruação umbilicalmente a ela ligada.
[55]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*… p.38.
[56]LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*... p.37.
[57] LE Goff, Jaques e Truong, Nicholas – *Uma História do*… p.37-38.

Se recuarmos a tempos mais longínquos verificamos que o masculino (*barregão*) nunca teve um significado negativo, como se verifica no caso feminino. Assim questiona-se se a palavra *barregã* teve no seu início um significado depreciativo ou não. Crê-se que na sua origem ela significasse "mulher legitima". Porém este termo está ligado a um tipo de coabitação sexual. Pensa-se então que a alteração do significado da palavra, pelo menos desde o século XV, possa estar relacionada com uma mudança tardia das instituições matrimoniais[58]. Provavelmente devido ao facto de a igreja ainda não ter definido o casamento como única instituição legal de união sexual e indissolúvel, a barregania não era considerada uma situação ilegítima.

O significado de "*barregão*" como homem forte, vigoroso, bom cavaleiro, na força da juventude parece não ter sofrido alterações ao longo do tempo[59]. A única forma de dar conotação negativa à palavra no masculino seria adjetivá-la negativamente. Em oposição ao significado feminino que a partir do século XV ganha um outro sentido. Torna-se comum ver a expressão "*barregã*" como sinónima de "concubina", e são muitos os textos que começam a contrapor o seu significado ao de mulher casada, surgindo a repressão e a censura contra elas[60]. É também no mesmo século que a palavra no masculino cai em desuso. O concubinato era uma alternativa lícita ao casamento como se nota no concílio de Toledo de 397 e 400, onde ele surge como tal[61]. Apenas a reforma gregoriana, com os seus adeptos, introduz o matrimónio como única via legal de união entre os casais, tornando-se assim o concubinato ilícito.

Temos também de entender que a prática da igreja visigótica permitia que os clérigos tivessem uma vida conjugal. Como provam os cânones 42 e 44 do IV concílio de Toledo de 633. Neles proibiu-se os clérigos de habitarem com mulheres *extreneae*[62], não permitindo uniões com elas, nem com servas suas[63]. Era permitido aos clérigos casar se cumprissem as regras anteriores. Presume-se, que assim como qualquer outra pessoa, os clérigos pudessem viver quer com uma *uxor,* quer com uma concubina. Mas devia ser um assunto demasiado controverso mesmo para a altura, pois havia prescrições que tentavam reprimir situações como as anteriores, sem sucesso[64].

[58]MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.55.
[59] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*… p.55.
[60]MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.57.
[61] Isto nos primeiros séculos do cristianismo.
[62] Mulher com significado duvidoso, podendo ser concubina ou não. Ver MATTOSO, José – *Naquele Tempo*… p.58.
[63] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.57-58.
[64]MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.58.

Foi mais uma vez com a reforma gregoriana que esta forma de vida dos clérigos teve o seu fim, com a implementação do celibato clerical. Com esta mudança a figura da barregã sofreu os primeiros ataques. Começa-se a assistir a uma legislação mais frequente, tanto conciliar como sinodal, contra as barregãs dos clérigos[65].

Assim, a mudança do significado de "barregã" para mulher de má vida fez-se paulatinamente. Ela acontece verdadeiramente a partir da adoção do direito romano, e gradualmente o direito civil começa a impor uma doutrina matrimonial inspirada na da igreja, onde apenas existia uma via legal de união, o casamento. Mas como qualquer outro costume que tenha muitos anos ou séculos, torna-se difícil que ele deixe de existir mesmo com a adoção de uma outra prática com as devidas penalizações. Compreende-se que a coabitação resista ao tempo. Porém aquilo que mais se condena é o concubinato de homens e mulheres casados, algo que a igreja proibia desde a época visigótica, restringindo-se ao privado e ao oculto aquilo que a lei canónica e civil considerava ilegal[66]. Deve ter sido nesta esfera que o termo *barregão* desapareceu, pois não pode ter designação específica algo que é tolerado na prática, quando no masculino. Mas como já referi, o termo feminino continua e muda de significado: só uma mulher de condição inferior e próxima do estatuto de prostituta aceitaria viver matrimonialmente com alguém, sem reivindicar o estado legal de casada[67]. A coabitação entre homens e mulheres livres não parece ser condenada, mesmo com a reforma gregoriana[68]. A barregania era então uma união livre que não resultava necessariamente da iniciativa da mulher. Em jeito de conclusão deste ponto, a barregania torna-se ilegal e ilegítima por a igreja ter conseguido implementar na sociedade o casamento religioso como única forma legal e válida de união, reprimindo e julgando todos os outros casos de coabitação que não fossem oficializados pelo matrimónio, a não ser que tanto o homem como a mulher fossem solteiros e cada um vivesse em espaço próprio.

As Mancebas Teúdas e manteúdas

Como vimos a barregania era uma prática paralela ao casamento. As mancebas teúdas e manteúdas eram mulheres casadas, solteiras ou até mesmo viúvas, que se encontravam associadas a um homem solteiro ou casado, e principalmente a clérigos,

[65] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.58.
[66] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.59.
[67] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.59.
[68] MATTOSO, José – *Naquele Tempo*…p.59.

vivendo sustentadas por estes, "*de quem recebiam bem fazer*"[69]. Era um tipo de parceria, na qual viviam como se casadas fossem, mas sem a oficialização legal pela via do matrimónio, e da qual nasciam filhos, como num casamento oficial.

Eram precisamente as mulheres que tinham uma relação (amorosa) com clérigos as mais numerosas. Primeiro porque os clérigos eram homens que atraiam muita atenção, sendo bem-falantes, tinham bastantes conhecimentos quando comparados com o resto da população, e estavam bem colocados económica e socialmente[70]. Eram um foco de atenção por parte de mulheres que se encontravam numa situação de precariedade. Algumas chegavam mesmo a dizer nas cartas de perdão que voltavam a cometer o pecado de estar com clérigos por "necessidades", como por exemplo o caso de uma mulher chamada Catarina Afonso, referida numa carta de perdão de 24 de março de 1487, sendo solteira e de Cernache, teve uma relação com Pedro Dias, clérigo de missa e morador na mesma vila. Recebera antes desta uma outra carta de perdão pelo mesmo pecado, mas disse que voltou a estar com o clérigo por passar dificuldades. Este não foi o único caso que encontrei em que a mulher afirmava ter passado "necessidades" para voltar a ter uma relação carnal com o religioso[71]. O que sugere que estas mulheres passavam realmente maus momentos na vida e que o concubinato era um dos meios de suprimi-los.

Porém estas infrações não se restringiam apenas ao grupo masculino. Elas acontecem também no lado feminino. Pode-se tomar como exemplo as recomendações dos papas e dos concílios acerca da perseverança da clausura. Muitas das religiosas saíam dos mosteiros e viviam em casas seculares, outras recebiam visitas suspeitas[72]. Os casos deviam ser tão numerosos que o papa Bonifácio VIII publicou uma constituição onde pedia a observação da clausura perpétua, proibindo-lhes assim que saíssem do convento, expeto em caso de doença. Não permitia que pessoas de fora lhes falassem, salvo se se mostrasse razão certa para tal e com a devida ordem do seu superior[73]. Todavia os escândalos repetiam-se e a sociedade não parecia afetada com aquilo que acontecia. A 11 de março de 1292 uma religiosa teve um filho, tendo declarado o seu nome, o do mosteiro e o do pai da criança. Num outro caso uma outra religiosa apresentou o seu nome, o do mosteiro e o do pai dos seus dois filhos e de uma filha,

[69] *Chancelaria de João II*. l. 8, fl.3.
[70] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*… p.38.
[71] C.H.R.D João II l.19 fl.13. p.133.
[72] ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em*… p. 233.
[73] ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em*…p.233.

sendo o progenitor também religioso[74]. Mas as restrições também chegaram aos mosteiros masculinos. Foi-lhes proibido que qualquer tipo de serviço doméstico no mosteiro fosse realizado por mulheres, a não ser o das enfermarias; nenhuma mulher, mesmo que mãe ou irmã do religioso, podia entrar no recinto do mosteiro[75].

Contudo a barregania, como disse anteriormente, não se confinava apenas aos religiosos. Os homens casados e solteiros eram também barregueiros. Certamente eram os clérigos que mais chamavam a atenção, mas quando estas mulheres tinham imensas dificuldades em sobreviver e em sustentarem os seus filhos, pois muitas vezes eles eram provenientes de relações anteriores de concubinato com homens que se finaram ou até mesmo de anteriores casamentos, sendo elas agora viúvas, uniam-se a homens casados ou até mesmo solteiros e assim procuravam o mesmo tipo de vida que as barregãs de clérigos. Tenhamos em atenção que estas barregãs de clérigos podiam ter um estilo de vida bastante superior ao das outras mulheres. Prova disso é a lei de D. João I, quando numas Cortes em Braga os procuradores dos concelhos se queixaram de que muitos clérigos e religiosos tinham barregãs à vista de todos e que estas andavam melhor vestidas e ornamentadas do que as mulheres dos leigos, o que levava a que estas últimas abandonassem os seus maridos, para se unirem em concubinato com os ditos religiosos. O mesmo acontecia com raparigas jovens que os pais conservavam virgens para as casar, mas que por influência dos clérigos, fugiam para serem barregãs destes[76].

Todavia tanto o concubinato clerical como o concubinato com homens casados era proibido e condenado.

As Barregãs de Clérigos e as Penalizações

O primeiro monarca a legislar sobre este assunto foi D. João I. Eram muitos os clérigos que tinham barregãs, mas nenhum queria ser reconhecido como barregueiro público, e por isso na maior parte das vezes eles não eram sequer penalizados pelo mal cometido. Porém as queixas contra os religiosos começaram a aumentar. Primeiro porque, como disse anteriormente, muitas mulheres abandonavam os seus maridos ou fugiam dos seus pais para viver com eles, devido às melhores condições de vida que estes lhes podiam proporcionar. O que levava a que muitos leigos recusassem receber os

[74] ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em*…p.233.
[75] ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em*…p.322.
[76] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.60.

sacramentos da mão de clérigos barregueiros. Isto era algo inaceitável vindo de quem devia levar uma vida casta e longe do pecado. Sabendo disto, o rei pede aos prelados que punam os ditos pecadores com excomunhão, suspensão, ou outro tipo de pena que achem justa[77]. Esta decisão não agradou aos visados, ainda mais quando as mulheres que tinham como barregãs não eram sequer repreendidas. Por isso os prelados dão a conhecer ao rei que punem os pecadores, mas que estes não se emendariam até que as barregãs também fossem repreendidas. Assim o rei ordena que as mulheres que fossem barregãs de clérigos e vivessem publicamente nesse pecado, sendo mantidas pelos religiosos ou achadas com eles, pela primeira vez deviam ser presas, condenadas a pagar 500 libras de pena e degredadas por um ano do local e do termo onde residiam, com pregão na audiência. Caso tornassem a cometer o mesmo pecado depois de já terem sido condenadas anteriormente, deviam ser degredadas por um ano de todo o bispado onde o pecado aconteceu, tendo ainda de pagar 500 libras. Se tal infração voltasse a ser repetida deviam ser açoitadas publicamente com pregão pelo sítio onde o mal tivesse sido consumado e degredadas do bispado até o rei decidir o contrário[78].

Estas especificações de recaída no mesmo crime provam, uma vez mais, o amparo que estes homens lhes proporcionavam. Quando o homem com quem tinham a relação de concubinato morria, ou se afastavam dele por qualquer outro motivo, associavam-se de imediato a outro. É exemplo disso o caso seguinte: Isabel Rodrigues, solteira de Lisboa aparece referenciada em duas cartas de perdão. Em ambas foi manceba teúda e manteúda de dois homens; na primeira de 1 de abril de 1486 esteve como manceba de Gil Martins, ferreiro do Funchal, na Madeira, com quem esteve seis ou sete anos e na segunda, de 4 de abril de 1486 esteve como manceba de João de Nelas, frade da Ordem da Trindade[79]. Mesmo com todas estas punições, que foram reforçadas no reinado de D. Duarte, mostrando a falta de eficácia e incumprimento da lei, elas continuavam a cometer o mesmo pecado e mais do que uma vez, o que prova que a lei não funcionava como pretendido. Havia forma de estas mulheres serem perdoadas pelos males praticados: se casassem, fugindo assim ao estilo de vida que levavam ou enveredando pela vida monástica[80]. Mas não eram apenas as mulheres de

[77] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.60.
[78] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.61-62.
[79] *Chancelaria de João II*. l.1 fl.13.
[80] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.62.

classes baixas que se ligavam a religiosos. As mulheres de estatutos superiores também caíam na tentação dos clérigos; para elas as penalizações anteriores não se faziam cumprir, porque se acreditava que uma mulher dessa condição ao cometer tal crime, já era castigada, pois perdia os seus privilégios e honras[81].

Como seria de esperar, com a existência destas novas leis, os abusos da autoridade tendem a vir ao de cima. A corrupção e o uso do poder em favor pessoal começam a ser praticados. Algumas mulheres eram acusadas de serem barregãs sem o serem, por inveja ou má-fé de vizinhos. O caso seguinte pode ser um exemplo: Margarida Fernandes recebeu uma carta de perdão de 10 de abril de 1490, na qual diz que foi acusada por Afonso Gonçalves, perante o Corregedor do Algarve de ser manceba teúda e manteúda de Fernando Rodrigues, clérigo de missa, tendo por isso sido presa. Apesar de afirmar que não conhecia tal homem, confessou mesmo assim o dito crime por ser pobre, e por medo à justiça não reivindicou as suas posses, perdendo tudo o que tinha e assim partiu para o degredo[82]. Compreende-se que acusações semelhantes à anterior não deviam ser incomuns, principalmente quando sabemos que qualquer pessoa do povo poderia acusar estas mulheres, recebendo em troca a terça parte das suas penas e o Alcaide-mor do local onde o crime aconteceu teria direito a duas partes[83]. Isso, claro, se se provasse a acusação, pois a mulher pode sempre estar a mentir para assim de livrar da pena a que foi condenada, o que também não seria incomum.

As invasões durante o dia e a noite às casas dos sacerdotes para prenderem as suas concubinas eram recorrentes e incitavam à corrupção por parte das autoridades, como o prova a chamada de atenção de D. João I aos Alcaides, dizendo que eles apenas podiam prender as mulheres suspeitas de concubinato quando encontradas com o dito clérigo, pois havia quem as prendesse quando se encontravam fora da casa do religioso[84]. Mais, manda que não entrem na casa dos clérigos sem terem a certeza de que a acusação era verdadeira, usando para isso testemunhas ou outra fonte de informação e só assim as podem prender, ou então se estivessem certos de que elas estavam presentes no interior da casa e fugiram[85].

Porém estes abusos não se restringiram ao reinado de D. João I. Com D. Duarte

[81] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.62.
[82] *Chancelaria de João II*. l.12 fl.14.
[83] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.198. Caso não existisse Alcaide as duas partes das penas iriam para o Meirinho.
[84] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.66.
[85] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.66.

os abusos continuaram. Os corregedores faziam avenças com as barregãs, levando todos os anos dos clérigos e das suas concubinas uma certa quantia de dinheiro, para não os prender, deixando-os continuar a sua vida de pecado[86]. Para tentar evitar essas práticas os Alcaides e os Meirinhos são pressionados pelos Corregedores para que paguem as penas que as barregãs lhes deviam, em dobro. Quando isso acontece, os últimos fazem com que os clérigos paguem em dobro também, e caso se neguem a fazê-lo ameaçavam prender as suas barregãs[87]. D. Duarte tenta resolver o problema fazendo com que qualquer pessoa do povo possa acusar os juízes e justiças que fossem corruptos, tendo direito a metade da pena que os acusados pagassem; quando eram acusados, eles teriam de pagar 50 coroas para a Arca da Piedade[88].

Pergunto-me, dar poder ao povo para poder acusar qualquer juiz ou justiça, e até mesmo mulheres que fossem vistas como barregãs, resolveria de facto um problema ou criaria um grande número deles? O povo podia fazer justiça com as suas próprias mãos, acusando alguém por vingança e não por justiça, sendo assim muitas pessoas acusadas e condenadas injustamente.

A lei também protegia os clérigos e mulheres de algumas injustiças. A corrupção das autoridades chegava às mulheres que davam assistência aos clérigos, que lhes amassavam o pão, que os ajudavam na doença e na velhice, que cozinhavam e lavavam a sua roupa. Em muitos casos estas mulheres eram presas e acusadas de serem barregãs sem ser provada tal acusação; prendendo-as, os oficiais do rei pediam-lhes dinheiro para serem as livrar da falsa acusação. As casas dos clérigos eram invadidas e os seus bens eram penhorados mesmo quando não tinham barregãs. Por causa disto os clérigos não conseguiam arranjar quem os auxiliasse. O rei, sabendo de tal problema e de forma a proteger os interesses dos clérigos e de quem trabalhava para eles, ordenou que, para servir qualquer religioso, a mulher tinha de viver em casa separada e "honestamente" e em caso de velhice a mulher podia viver com o clérigo se tivesse idade superior a 50 anos e ele superior a 60 e não houvesse outro tipo de relação entre eles a não ser a de serviço; era ainda necessário o clérigo ter carta régia, para que os Desembargadores confirmassem que se tratava de ligação honesta e não uma tentativa de viver com a sua barregã[89].

[86] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.69-70.
[87] *Ordenações Afonsinas*. livro V …p.70.
[88] *Ordenações Afonsinas*. livro II…p.204.
[89] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.114-115.

Não era apenas a lei canónica que condenava estas mulheres, a própria igreja também o fazia, com os meios de que dispunha. Estas mulheres não podiam ser enterradas em lugares sagrados e se tivessem sido barregãs até à sua morte, teriam de ter funerais solitários, pois todos aqueles que estivessem presentes no velório, mesmo que clérigos, seriam excomungados[90].

Os Filhos

Algumas destas relações amorosas proibidas duravam muitos anos, os suficientes para que nascessem filhos. Na chancelaria de D. João II são muitas as cartas a pedir a legitimação dos filhos dos religiosos e das religiosas, para assim regulamentar o acesso à herança dos pais. Normalmente, quando o clérigo falecia os seus bens passavam para os seus filhos ou para os parentes mais próximos, pagando-se terça pela alma do morto, porém havia momentos em que os seus descendentes sofriam restrições aos seus direitos de herdeiros[91]. Assim a legitimação garantia os direitos dos filhos dos clérigos e religiosas às heranças dos seus progenitores.

As cartas de legitimação eram abundantes e nelas muitas vezes estava presente o nome de mais de um filho: normalmente esses documentos pediam a legitimação de dois ou mais irmãos em conjunto, ou então irmãos de mães diferentes apareciam juntos para serem legitimados. Mães, que eram geralmente solteiras, seguindo-se as viúvas e só depois as casadas, em número quase nulo. É exemplo a carta de legitimação seguinte: Álvaro Eanes e Diogo, filhos de João Álvares, que foi capelão da duquesa de Bragança e abade em S. Salvador da Lavra, terra da Maia, e de Maria Fernandes e de Margarida Luís respetivamente, pediam legitimação a 7 de junho de 1488[92]. Ao serem legitimados, os filhos e filhas dos clérigos eram inseridos na sociedade e assim (para além de garantirem os seus direitos) estavam também a "apagar o erro" que os seus pais teriam cometido, anulando a bastardia. Não sendo bastardos, estes homens e mulheres podiam construir uma vida na sociedade.

Os Barregueiros Casados e Solteiros

O concubinato não se restringia aos homens da igreja, ele estendia-se às mulheres e homens casados e solteiros. Porém a realidade não é igual nos dois casos.

Quando a barregã era solteira e o homem também, podia formar-se um vínculo matrimonial, uma relação aceite e considerada estável, pois desta forma assumiam um

[90]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.41.
[91]ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em*… p.234.
[92] *Chancelaria de João II.* l.15, fl.11.

compromisso como se de um casamento se tratasse, viviam de forma monogâmica e em casas separadas a barregã teria de viver publicamente em casa própria, para que a relação fosse bem vista pela sociedade, caso contrário seria considerada barregã pública[93]. Desta forma a barregania entre homem e mulher solteiros não era punida. Ao contrário da barregania entre mulheres e homens casados. Como foi explicado, o casamento era a única via de união legal aceite pela igreja, sendo tudo o resto condenado. Dentro do matrimónio exigia-se a monogamia, sendo o adultério duramente reprimido. Mas, como em tudo na sociedade medieval, o que se espera da mulher não é o mesmo do que se espera do homem. A ela pede-se obediência ao marido, superior pela força de ser homem, e fidelidade ao esposo para assim garantir a legitimidade dos filhos. É de esperar que a lei atue de forma distinta em relação ao adultério masculino e ao feminino. Enquanto o feminino é severamente castigado, o masculino, não deixando de ser repreendido, sofria castigo mais leve quando comparado com o do sexo oposto. Sendo o homem mais libertino, era normal que o adultério masculino surgisse em maior número, transparecendo na grande quantidade de barregueiros casados. O adultério por parte dos homens era tão comum que começa a ser proibida a oferta ou venda de determinados bens às barregãs de homens casados, para assim proteger os interesses das suas esposas. Durante a minha investigação pude constatar que todos os casos de barregãs eram referentes apenas a mulheres solteiras que se juntavam a clérigos ou a homens casados e nunca a mulheres casadas. Isto tem a explicação no direito que os homens tinham de matar a sua mulher quando adúlteras, assim como o ser seu amante, porém com algumas restrições. São vários os reis que garantiam o direito de o homem poder matar a sua mulher pecadora. Caso o marido perdoasse à mulher o pecado cometido, ele podia fazê-lo, tudo seria esquecido a bem do matrimónio[94]. D. Afonso IV aprovou e louvou o costume de o marido poder matar a sua mulher quando encontrada a praticar o adultério e até defendeu o marido que mata a sua mulher mesmo que não encontrada em flagrante, assegurando que ele não morresse nem fosse condenado quando isso acontecesse[95]. Para além de não ser punido ao matar a mulher adúltera, ainda tinha o direito de herdar todos os bens da sua esposa, caso não tivessem filhos ou netos[96]. Voltemos às restrições a matar o amante da esposa: o marido pode matar o amante da mulher quando apanhado em pleno crime, a menos que fosse cavaleiro ou

[93] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.58-59.
[94] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.34.
[95] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.56.
[96] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.56.

fidalgo de solar; aí ele não devia morrer, mas sim ser condenado pela justiça, pois já estava desonrado pelo crime cometido. Se este fosse vilão ou homem de pequeno estado, devia ser açoitado publicamente e se fosse vassalo ou de condição semelhante devia ser degredado por um ano com pregão na audiência[97]. Mas isto apenas era válido quando o marido era de condição inferior ao amante; caso fosse cavaleiro ou fidalgo de solar poderia matá-lo, se o outro fosse de condição inferior ou igual à sua[98]. Podia ainda matar o amante mesmo que não fosse apanhado em flagrante delito, se se provasse por "fama pública" na cidade, na vila onde vive, ou noutro lugar, que ele era amante da sua mulher[99]. Deste modo não encontrei nenhum caso em que uma mulher casada pedisse perdão por ser barregã, mas foram inúmeros os casos em que o homem casado pedia perdão por ter barregã.

As penas

Sendo a barregania de homens e mulheres casados pecado e condenada pela justiça régia, vamos analisar as penas e as diferenças entre as condenações do homem e da mulher.

Como vimos, muitas mulheres nem sequer conseguiam chegar à justiça, morrendo às mãos dos seus maridos. Contudo havia leis para as barregãs solteiras e casadas que cometessem o pecado de serem concubinas de homens casados. Na investigação que fiz na chancelaria de D. João II, constatei que na maioria dos casos as mulheres que pediam perdão era perdoadas[100], salvo se já tivessem cometido o mesmo crime mais do que uma vez; aí em geral pagavam uma multa em dinheiro. As multas mais altas que registei para as mancebas teúdas e manteúdas foram de 500 reais, dinheiro que ia para a Arca da Piedade ou para ajuda às despesas da Relação, como é exemplo o caso de Isabel Álvares, de Leiria, referida numa carta de perdão de 6 de abril de 1486, que estivera como manceba teúda e manteúda de Pedro Eanes, clérigo de missa, de quem já se tinha afastado, mas para quem tornou e desta vez engravidou. Teve então de pagar 500 reais para a Arca da Piedade[101], ou teria de cumprir degredo, normalmente de um ano fora do termo onde residia. Para conseguir mais facilmente o perdão de sua majestade sobre tal assunto, estas mulheres que pediam a clemência do

[97] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.57.
[98] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.57.
[99] *Ordenações Afonsinas*. livro V … p.58.
[100] Claro que, se muitas ou algumas não foram perdoadas, nunca o saberemos.
[101] *Chancelaria de João II*. l.1, fl.14.

rei faziam-no principalmente quando este se dirigia à sua cidade, antevendo acusações por pessoas que lhe queriam mal, provavelmente devido às melhores condições de vida que estas tinham, ou por desavenças com alguém e essa pessoa, como forma de vingança, acusava-as. Muitos deviam ser os motivos que levavam à acusação das barregãs às justiças do rei. Apesar de o adultério do homem não ser condenado como o feminino, ele não era tolerado. O rei não permitia que nenhum homem levasse barregã para a corte, e se o fizesse arriscava-se a perder o mantimento que recebia da coroa enquanto tivesse a dita barregã; e caso não recebesse mantimento, devia ser degredado da corte com pregão na audiência, sem poder voltar sem ordem especial do rei; e a barregã devia ser degredada da corte com pregão na audiência ou posta na mancebia.[102] Os homens casados e as suas barregãs eram também castigados com o pagamento de multas que variavam consoante as suas posses e os seus mesteres: um homem que tivesse uma riqueza de 20 mil libras, ou mais, devia pagar pela primeira vez 500 libras e a sua barregã 250 libras; se possuísse um valor de 15 a 20 mil libras devia pagar pela primeira vez 400 libras e a sua barregã 200 libras; caso detivesse uma quantia de 10 a 15 mil libras devia pagar pela primeira vez 300 libras e a sua barregã 150 libras; se fosse dono de um valor entre 5 a 10 mil libras devia pagar pela primeira vez 200 libras e a sua barregã 100 libras; se fosse homem detentor de 2 a 5 mil libras devia pagar pela primeira vez 150 libras e a sua barregã 65 libras; mas se tivesse mil a duas mil libras devia pagar pela primeira vez 65 libras e a sua barregã 37 libras; se detivesse uma quantia de 500 a mil libras devia pagar pela primeira vez 60 libras e a sua barregã 30 libras; contudo se ele fosse dono de uma quantia entre 300 A 500 libras devia pagar pela primeira vez 40 libras e a sua barregã 20 libras; todavia se o homem fosse pobre e não tivesse bens que chegassem ao valor de 300 libras, ele devia pagar pela primeira vez 25 libras e a sua barregã 12 libras e meia[103]. Se tal pecado voltasse a ser cometido ambos deviam pagar pela segunda vez o valor destas penalizações em dobro; se descobertos a praticar o mesmo pecado pela terceira vez teriam de pagar os ditos valores a triplicar[104].

Vimos que as barregãs eram condenadas a pagar multas juntamente com os seus barregueiros. Multas essas que eram pagas pelos barregueiros casados, pois elas eram sustentadas por eles e só assim conseguiam liquidar o valor condenatório. Logo estas

[102] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.36.
[103] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.74-75.
[104] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.77.

mulheres não tinham receio de continuar naquela vida, pois a única penalização que tinham era um pagamento que era feito pelo seu amante. Sabendo disto D. João I decidiu atualizar a lei referente às barregãs aumentando os castigos. Agora pela primeira vez, a barregã, para além de ter de pagar as coimas, seria degredada da cidade, vila ou termo por um ano; pela segunda vez seria degredada por um ano do bispado onde o pecado tivesse sido consumado, com pregão na audiência, e numa terceira vez seria açoitada publicamente[105]. Estas penas não resolveram o problema pois a barregania continuou a existir, mas com certeza assustava algumas mulheres que começaram a temer a justiça e a confessar voluntariamente as suas falhas para assim conseguirem cartas de perdão, e verem as penalizações diminuídas.

Como vimos a lei defendia os interesses das mulheres casadas contra as barregãs dos seus maridos. Acontecia que muitos homens ofereciam ou vendiam bens seus e de suas mulheres às suas amantes, e como isso parece ter começado a ser um hábito muito praticado, o rei decidiu contrariar esta prática. D. Afonso III declarou que qualquer homem casado que desse à sua barregã, ou a qualquer outra mulher com quem tivesse uma relação carnal, algum bem móvel ou de raiz, a sua mulher podia reivindicar esse bem para si sem precisar de qualquer autorização do seu marido, estando com ele ou não. E ao reivindicar esse bem, ele torna-se dela e só dela; o marido não podia mais recupera-lo. Caso o bem tivesse sido vendido e não dado à mulher pecadora, a esposa legítima podia também recuperar esse bem sem pagar nenhuma quantia, por ter sido vendido sem o seu consentimento[106].

Estas leis davam lugar a abusos de poder das autoridades; e muitos homens eram presos sem terem barregãs; depois, com medo de verem sua honra manchada, pagavam aos meirinhos do corregedor, aos alcaides ou a outros para serem libertados, mas em vez de serem soltos, continuavam na cadeia enquanto as autoridades lhes penhoravam os bens. É pedido que apenas fossem presos os homens que tivessem sido encontrados com mulher na sua casa, ou que já tivessem pena prévia[107].

A parceria "carnal" entre estas mulheres e estes homens como vemos era fortemente condenada pelos direitos civil e canónico. Os homens eram condenados, se

[105] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.83.
[106] Esta lei é válida durante todo o tempo em que a esposa estivesse com o marido, e caso ele tivesse falecido ou por qualquer outro motivo ela se tivesse afastado dele, tinha apenas quatro anos desde o momento da separação para poder reaver o que era seu.
[107] *Ordenações Afonsinas*. livro V… p.84.

não fossem clérigos, mas a repreensão mais severa recaía sobre as mulheres e não sobre eles. A maioria das condenações eram a excomunhão, as multas, os açoites em público e o degredo. Seguindo a lei, o homem era apenas condenado ao pagamento de multas. Porém há casos em que chegou mesmo a ser condenado ao degredo.

Tomemos como exemplo uma carta de perdão de 7 de março de 1487, João Gonçalves, de Lisboa, casado por palavras de presente com Isabel Afonso, e que é acusado de ter tido uma manceba teúda e manteúda, Inês Dias Viçosa. Foi por isso julgado pelos desembargadores da Casa do Cível e condenado ao degredo de Lisboa e do seu termo por um ano[108]. Não podemos por isso generalizar em excesso.

As Alcoviteiras e Alcaiotes

Às barregãs estavam ligados umbilicalmente a alcoviteira e o alcaiote, embora seja uma prática quase sempre associada à figura feminina, havia homens que praticavam o mesmo crime, como Gonçalo Pires Osório, mencionado na carta de perdão de 8 de agosto de 1486, acusado de alcovitar a filha de uma mulher, com a alcunha de Curtida, a um Pedro Delgado[109], não tendo sido este o único caso registado na chancelaria de D. João II.

As alcoviteiras eram mulheres que desencaminhavam as mulheres "honestas" para o mundo do prazer e da luxúria e estavam sempre atentas aos problemas conjugais das todas as mulheres das várias classes sociais, para assim as aliciar para o mundo das relações extraconjugais, recebendo dinheiro por isso. A acusação de alcoviteira era muito grave, pois eram acusadas de destruírem casamentos e heranças, de dissolver patrimónios, provocar ilegitimidades e bastardia[110]. Eram por isso duramente punidas, principalmente quando ao crime de alcoviteira se acrescentava o de feitiçaria, duas práticas que andavam quase sempre de mãos dadas. Já no tempo de D. Pedro estas mulheres eram condenadas à fogueira[111], e na minha análise da chancelaria de D. João II constatei que as penas mais duras e as multas mais altas caiam sobre as alcoviteiras[112].

[108] *Chancelaria de João II.* l. 19. fl.17.
[109] *Chancelaria de João II* . l.8. fl.1.
[110] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.51.
[111] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.51.
[112] As coimas mais altas que pertenciam às alcoviteiras registei como valor mais alto 2000 reais.

Quando eram mulheres ligadas à prostituição e vivendo nesse mundo acabavam corrompidas por ele; a maior parte dormia com homens casados, solteiros, clérigos e frades, crimes normalmente perdoados sem o pagamento de coima. Contudo em muitos casos estas mulheres eram degredadas para Ceuta até ordem contrária do rei[113].

O "negócio programado" era, em muitos casos, consumado na casa da própria alcoviteira, onde ela entregava a mulher ao homem escolhido para a "afeição carnal". Um exemplo: Catarina Gonçalves, viúva de Estremoz alcovitou uma Inês, rapariga solteira, a Diogo Vaz, solteiro, tendo o encontro sido consumado na casa da própria alcoviteira[114]. Estas mulheres viviam de alcovitar outras como elas, era o seu meio de sustento. Elas alcovitavam qualquer mulher e de qualquer estatuto social, por isso as suas filhas e outros familiares não eram excluídos, como na carta de perdão de 9 de janeiro de 1483: Catarina Martins, de Santiago do Cacém, viúva, dormiu carnalmente com Gonçalo Rocha, castelhano, escudeiro de Pedro Pantoja. Porém alcovitou também uma Inês Gonçalves para que dormisse com ele, sendo ela sua filha. Foi por isso condenada ao pagamento de uma multa de 2000 reais para a Arca da Piedade[115].

A legislação era bastante severa. Qualquer mulher ou homem que alcovitasse mulheres honestas, fossem elas virgens, casadas, religiosas ou viúvas, ou que consentisse que qualquer mulher fizesse "mal do seu corpo" em sua casa, seriam açoitados pela vila com pregão, degredados dela para sempre e perdiam os seus bens, que passariam para as mãos do rei; da segunda vez, não haveria perdão possível e seriam mortos. Mas se alcovitassem um parente seu, seriam mortos imediatamente na primeira vez[116]. Na prática, e segundo constatei na chancelaria de D. João II, as penas aplicadas eram mais leves e tolerantes do que as previstas, mas em comparação com os outros crimes o de alcovitar mulheres era o mais grave e o mais duramente punido.

A Prostituição: um mal menor

Vamos agora virar a nossa atenção para as mancebas do mundo, mulheres solteiras que vendiam o seu corpo, conhecidas por vários nomes; "mulheres que fazem do seu corpo sua vontade"; "que fazem pelos homens"; "mulheres mundanas";

[113]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.81.
[114]*Chancelaria de João II*. l.5. fl.2.
[115]*Chancelaria de João II.* l.6. fl.23.
[116] *Ordenações Afonsinas*. livro V…p.52-53.

"mulheres públicas"; "mancebas; mancebas solteiras"; "mancebas do mundo"; "putas"; "mulheres do segre"; "mulheres que fazem encoberto"[117], eram várias as designações para as prostitutas, como eram vários os tipos de prostitutas. Não as podemos ver de forma uniforme: embora a prostituição seja de certo modo urbana, talvez possamos considerar a existência de prostitutas rurais e prostitutas urbanas. A prostituição rural acontecia durante as festas, romarias, feiras, peregrinações, e acompanhava a sazonalidade dos afazeres agrícolas e as deslocações das tropas (neste caso seria considerada uma prostituta itinerante)[118]. Um exemplo é a carta de perdão de 16 de abril de 1482, na qual Pedro Afonso, casado e escudeiro, é acusado de haver tido manceba quando foi para a batalha nos reinos de Castela, a qual levou consigo, dizendo que não tinha segundas intenções com ela, o que é difícil de acreditar, até que foi ferido em batalha e ela ajudou-o, tendo o pecado começado a partir daí[119]. Era por isso um tipo de prostituição ilegal, mais desorganizada e desprotegida. Já a prostituição urbana era taxada. Em Évora eram taxadas as mulheres que comerciavam o seu corpo[120], estabelecendo-se: "Das mancebas solteiras do mundo, um soldo da moeda antiga. Da *puta calada*, três libras da moeda antiga cada ano"[121]. Entende-se que as mancebas solteiras eram as mulheres que se encontravam publicamente na mancebia e a *puta calada* aquela que se encontrava em casa própria[122]. Mas não é apenas o exemplo de Évora que mostra que as prostitutas eram taxadas, na comarca da Beira é dito que na Guarda "todas as mulheres do segre que estiverem na mancebia e não tiverem casa alquiada por um ano devem pagar ao mordomo d'el-rei cada dia dois dinheiros, ainda que morem com outras que tenham casas alquiadas"[123]. Na Covilhã diz-se que as mulheres da mancebia pagavam um soldo por mês.[124] Em Coimbra no início do século XV, a mulher solteira que estivesse na mancebia pagaria ao mordomo cinco soldos da moeda antiga por ano[125]. Nas estalagens e nas tabernas, locais propícios ao jogo, ao álcool e consequentemente ao sexo, a prostituta era encontrada a satisfazer os seus clientes. Havia na cidade locais específicos onde elas permaneciam, para ai angariar os

[117] *Cortes* Portuguesas: Reinado de D. Fernando I…p.54.
[118] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.46.
[119] *Chancelaria de João II* . l.2. fl.10.
[120] BEIRANTE, M.A – *Évora na…*p.480-81.
[121] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*...p.11.
[122] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*... …p.13.
[123] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*.....…p.11.
[124] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*...p.11.
[125] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*... p.12.

seus clientes, como na mancebia, na praça junto à picota, nas suas casas, nas estalagens e nas tabernas.

Mulheres de língua afiada que desencadeavam brigas entre si, e com a população em geral, que cometiam furtos, começaram a ver leis que não as favoreciam, assim como restrições, porém eram também muitas as leis que ajudavam as mancebas públicas a exercer a sua profissão de forma descansada. Estas mulheres que praticavam a sua atividade publicamente nas ruas cheias de vida das cidades e eram por isso conhecidas de todos, e fáceis de encontrar, não eram a fração da população mais querida pelos outros; então porque é que a prostituição continuava a existir aos olhos de todos, sem ser contestada?

Era normal a mulher escolher o melhor pretendente não pelo amor sentido, mas pela segurança que este lhe podia proporcionar. Por isso os jovens viam as suas pretendentes casar com homens mais velhos, mas com uma vida mais estável e segura. Esta situação causava-lhes frustração por não encontrarem o seu par, para assim começar a sua descendência, sentimento que vai desencadear reações muito graves, como violações, algo com que a igreja se preocupará, e é neste sentido que encontra a solução na tolerância da prostituição, onde estes jovens irão "descarregar" toda a sua frustração sexual.

Nas cidades medievais portuguesas existia um recolher obrigatório. Este era iniciado ao som do toque do sino da oração, as portas da cidade eram fechadas, os cristãos deviam dirigir-se para as suas casas, os judeus e mouros para as judiarias e mourarias.[126] Este seria o primeiro aviso, depois do toque do sino de oração vinha o sino de correr, que significava o recolher imediato e obrigatório para todos, o trancar de todas as portas e o guardar de todas as chaves, ficando um oficial ou um cidadão encarregue da chave de cada porta das muralhas, para a eventualidade de ser necessário abri-la[127].

A noite era propícia aos bandos que atormentavam a população, serenatas e outras folias noturnas eram recorrentes, homens de fidalgos invadiam domicílios e roubavam, violavam e praticavam o adultério, outros bandos de homens tocavam viola nas ruas e cantavam, enquanto outros subiam os telhados das casas e faziam quanto

[126] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*...P.12.
[127] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*...p.33-34.

queriam no seu interior, e é disto que a população se queixa nas cortes de Lisboa de 1459[128] (claro que tudo isto era ocasional e não a regra, nem ocorria tudo ao mesmo tempo). Embora estes homens fossem penalizados se encontrados com violas nas ruas depois das 9 horas da noite, habilitando-se a perder as violas, armas e vestimentas que trouxessem, eram perdoados facilmente, já que normalmente não tinham antecedentes, além disso este ato era visto como uma forma de virilidade ou um ritual de passagem, sendo a mulher considerada a culpada e por vezes paga pelo serviço prestado; sentindo-se humilhada e envergonhada e, sabendo que ninguém lhe daria razão, não apresentava queixa. O mal já estava feito e assim a prostituição surgia de forma natural, pois as violações de mulheres levava ao proxenetismo, já que a maior parte, deixando de ser virgens, eram desprezadas pelo futuro noivo, não conseguindo arranjar marido ou então sentindo-se desamparadas e desacreditadas dos homens, enveredavam por uma vida de prostituição.

Sabendo como a noite era perigosa percebe-se o porquê do recolher obrigatório; ele tornava mais fácil a vigilância, pois fechava as portas à entrada de estranhos vindos de fora da cidade, os barulhos e os brados eram de mais fácil reconhecimento, bastando chamar "Aqui d'el rei" para que o meirinho ou alcaide e os seus homens logo acudissem, obrigavam ainda a quem andasse nas ruas durante a noite o uso de candeia para que pudesse ser reconhecido facilmente, prendendo quem não obedecesse[129].

Desta forma percebe-se que a violência sexual que era exercida sobre as mulheres era um problema que necessitava de ser resolvido o mais depressa possível. A igreja acatou a contragosto a prostituição como um mal menor: assim estes homens podiam descarregar as suas frustrações sexuais recorrendo às mulheres públicas, reduzindo os crimes sexuais sobre as mulheres honestas e casadas. Foi desta forma que a prostituição se tornou num mal necessário e tolerado. Embora as prostitutas tenham vindo reduzir os números de agressões sexuais, não significa que esse tipo de prática não existisse: ao longo da chancelaria de D. João II constatei muitos casos de mulheres que eram violadas em grupo quando encontradas sozinhas. Isto leva-me a perguntar se a prostituição seria uma forma de alívio destas agressões sexuais, ou apenas existia porque era um prazer de que a sociedade não conseguia prescindir?

[128] BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade*… p.35.
[129] CARDOSO, Isabel – *Recolher Obrigatório*… pp.35-36.

A Prostituta e o seu Trabalho

Nas ruas movimentadas das cidades, na mancebia, na praça junto à picota, nas suas casas, as prostitutas podiam ser encontradas. Porém tanto as tabernas, como as estalagens eram sítios que convidavam ao exercício do sexo, sendo as prostitutas muitas vezes chamadas a tais locais para satisfazer homens que requeriam os seus serviços. Deslocavam-se às estalagens por chamamento dos homens que lá pernoitavam, que na maioria dos casos eram viajantes de locais longínquos, os quais não prescindiam do acompanhamento feminino.

As estalagens, locais convidativos ao sexo e consequentemente à prostituição, eram numerosas nas cidades medievais. Em Évora conhecemos cinco estalajadeiros, quatro deles castelhanos e uma era biscainho. Fernando Afonso detinha uma estalagem na Alcárcova, em Évora, mesmo à entrada da mancebia, e tinha o privilégio de poder albergar não só cristãos, como judeus, sendo esta a mancebia mais importante da cidade em 1472[130]; já João de Biscaia tinha a sua estalagem abaixo da picota. Os estalajadeiros estavam ligados diretamente às mancebas da mancebia, não só por deixarem que tal atividade fosse consumada na sua estalagem, mas porque faziam negócio com a própria prostituição, como Luís Freixal: ele era casado com uma mulher da mancebia, é acusado em 1491 de ter mulheres no partido, de ser rufião, atividade duramente punida e desprezada, assunto que será desenvolvido mais à frente neste trabalho[131].

Todavia inicialmente as prostitutas não eram autorizadas a frequentar as estalagens. Nas cortes de Évora de D. Duarte dizia-se no capítulo terceiro que o alcaide mandava que nenhuma manceba solteira pudesse dormir, comer e beber em estalagens, uma forma de as tornar locais moralmente bem frequentados[132]. Porém esta legislação não parecia correta, principalmente quando um cavaleiro, ou um outro homem honrado, que quisesse uma mulher para passar a noite, tinha que andar pelas ruas à procura dela, ou então viam-se obrigados a entrar na própria mancebia, o que era uma vergonha e um perigo para eles. Corrigindo tal erro, o rei deu autorização para que as mancebas pudessem ir e vir das estalagens, quando solicitadas por alguém que pernoitasse nelas[133].

[130]BEIRANTE, M.A – *Évora na*…p.451.
[131]BEIRANTE, M.A – *Évora na*…p.181.
[132] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte*…p.77.
[133] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte*…p.77.

Mas não eram só os particulares que detinham estalagens a igreja também entrava neste jogo, como a igreja S. Pedro de Évora, dona de estalagens abaixo da picota à entrada da rua de Correvilas, e de casas no arrabalde da porta de Alconchel que tinham saída para a alcárcova da mancebia[134]. O convento de S. Dominguos em Évora também detinha casas no arrabalde de S. Mamede, casas da "putaria velha", que tinham sido doadas por Margarida Domingues, manceba de João Lourenço Valada, clérigo em 1386; a estas acrescentavam-se mais casas junto da rua de Avis, que foram deixadas por Olalhada Domingues, casas estas que elas possuíam e onde praticavam a sua profissão. Aqui se vê como a barregania se podia misturar com a prostituição[135]. Apesar de as mancebas públicas praticarem a sua atividade nas ruas e à vista de todos, as autoridades, no início do século XIV, começam a preocupar-se em confina-las aos bordéis ("mancebias" ou "putarias"), estes significavam a legislação e regulamentação desta profissão, assim como o encerrando das prostitutas num local específico, que garantia a moralidade e a saúde pública[136]. A regulamentação passava pelos poderes concelhios e régios, as "mães", "abadessas", "padres" e "abades", eram a mando da administração dos concelhos responsáveis por regular as brigas entre as prostitutas e garantir as necessidades imediatas. A estes juntavam-se os senhores das mancebias, que arrendavam o espaço a estas mulheres e tinham autoridade para pedir um valor diário à prostituta pelo uso da casa, ditando as regras do exercício da prostituição; e por fim os alcaides e mordomos incumbidos pelo rei cobravam soldo às "putas", tendo sido D. Dinis o primeiro rei a taxar tais mulheres[137]. Surgia pela primeira vez na cidade um espaço próprio para esta atividade; em Lisboa e no Porto encontravam-se dentro das muralhas das cidades. A população não ficou feliz por ver estes bordéis próximos dos locais sagrados e dos espaços que frequentava, pois muitos viam a prostituição como algo imoral[138]. Mas afinal como era um bordel? Em algumas povoações era um bairro, constituído por várias ruas, e encontrar-se-ia próximo do porto e da zona ribeirinha, de forma a estar afastado da zona mais "honesta" da cidade e mais frequentada pela população "honrada", de forma a não ofender a moral pública. Ele devia ser encerrado por muros altos e ruas fechadas, para controlarem o acesso, e vigiadas por um guarda local. As janelas e portas que se encontravam viradas para a cidade não podiam ser

[134] BEIRANTE, M.A – *Évora na* …p.97.
[135]BEIRANTE, M.A – *Évora na* … p.95.
[136]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…pp.47-48.
[137]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* … p.49-50.
[138]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.48.

abertas, para não se ver nada da sua atividade. Dentro deste espaço encontravam-se casas com jardins, pátio, cozinha, sala e quartos. Porém esta forma variava de região para região: mais a norte da europa as mancebias eram constituídas por casarões com vários andares, e na nossa região, às casas onde elas recebiam os seus clientes, acrescentava-se também tabernas, pousadas e albergarias[139]. Os bordéis tinham regras de funcionamento, como um horário de atividade, no século XIV deviam fechar ao fim do dia, mas já no século XV mantinham-se abertos pela noite dentro[140].

Depois de vermos a vida fervilhante que as prostitutas tinham, é necessário perguntar sobre os filhos destas mulheres. Era inevitável que a gravidez acontecesse, embora houvesse formas de a evitar ou interromper. Pouco seria o que as pessoas daquele tempo sabia sobre contraceção, e isso via-se quando diziam que as prostitutas não engravidavam devido ao grande número de coitos que entupiam o seu útero de sujidade[141]. Mas o conhecimento popular de receitas e métodos contracetivos era muito antigo, e passava por poções e mezinhas que ajudavam a aumentar ou a reduzir a fertilidade consoante o desejado. Sabe-se que os homens que queriam ser mais férteis deviam de ingerir carne, vinho e vegetais flatulentos, mas se o objetivo fosse o oposto e se se quisesse evitar a gravidez, devia-se praticar o coito interrompido, ingerir bebidas de plantas venenosas[142], poções mágicas, usar amuletos, espermicidas de óleo de cedro, pessários de mentol, poções de maçã reineta, manjericão doce, supositórios vaginais de óleo de cedro, entre outras misturas, ou no ato do coito a mulher ficar por cima (ato condenado pela igreja) e depois urinar logo de seguida ao ato sexual[143]. As prostitutas tinham acesso a todas estas soluções, mas quando nenhuma funcionava e se dava de facto a gravidez elas teriam outras opções, que passariam pelo uso de roupas apertadas, danças e pancadas no ventre para que o feto morresse, e caso nada disto resultasse podiam matar o bebé à nascença asfixiando-o, ou através da sobreposição. Caso não tivessem coragem para fazer isto, podiam abandoná-lo, esperando que alguém o recolhesse, o que também poderia significar a morte da criança. Por causa do grande número de filhos ilegítimos começaram a surgir os hospitais dos enjeitados, instituições

[139] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …p.49.
[140]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.49.
[141]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* … p.50.
[142] Que matariam o feto e a mãe.
[143]QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas* …pp.52-53.

que acolhiam os filhos indesejados, e foram muito populares durante a Idade Média e Moderna[144].

O Crime da Prostituição

A prostituição não é vista como crime. Aliás a prostituta não é condenada pela atividade que pratica, mas sim por estar associada aos proxenetas. Esses homens são duramente punidos e desprezados pelas autoridades, pois só causavam perturbações nas cidades, como roubos e desacatos[145]. Isto explica o motivo pelo qual na minha análise à chancelaria de D. João II os casos das mancebas teúdas e manteúdas são muito mais frequentes do que os das ditas mancebas do partido, ou seja as prostitutas. Este caso explica-se porque as prostitutas só eram referenciadas nas cartas de perdão quando tinham rufiões, ou seja, a maior parte nunca chegava a ser sequer mencionada.

Muitas mulheres viam na prostituição o seu meio de sobrevivência; desprezando o futuro noivo escolhido pelos pais viam-se deserdadas, desprezadas e sem nada, outras dos meios rurais, depois de servirem o seu patrão, em todos os sentidos, eram despedidas, ficando desamparadas; as mulheres violadas que depois de corrompida a sua virgindade viam a oportunidade de casar destruída ou deixavam simplesmente de acreditar nos homens pelo trauma passado, as casadas que vendiam os seus corpos para ajudar as despesas do lar, ou simplesmente aquelas que não tinham outra saída senão vender o seu corpo para sustentar a sua família, estas mulheres viam a prostituição como única saída para os infortúnios da vida. Eram então que os proxenetas entravam em ação: eles recolhiam-nas nos meios rurais, ou nas cidades onde as encontram perdidas, normalmente pobres e sós, e por isso aceitavam mais facilmente a proteção destes homens[146]. Eles diziam garantir-lhes amparo e proteção e em troca pediam tudo aquilo que elas ganhavam na mancebia.

Desta forma eles eram altamente punidos pela legislação: qualquer homem que tivesse manceba no partido e qualquer prostituta que tivesse rufião, seriam ambos açoitados publicamente pela cidade ou vila onde o crime tivesse acontecido, e degredados para sempre do reino. Mas caso o proxeneta fosse escudeiro apenas seria degredado com pregão na audiência. E a lei incitava à acusação deste tipo de crime, dando compensação a quem acusasse os infratores: o denunciante receberia 1000 reais

[144]BEIRANTE, M.A – *Évora na* …p.185.
[145]BEIRANTE, M.A – *O Ar da Cidade* … p.84.
[146] QUEIRÓS, Isabel - *Theudas e mantheudas*…p.50.

500 do rufião e 500 da prostituta, tendo estes que pagar a partir da cadeia, pois só eram soltos depois de efetuarem o pagamento, e cumpridas as outras duas penas.

Seguindo esta visão, a imagem que se forma na nossa mente sobre o rufião seria de um marginal, trapaceiro e violento, pobre e estranho à comunidade. Mas é completamente o oposto, estes homens eram de mesteres e estatutos dignos, pertenciam à "classe média", eram escudeiros, cavaleiros do rei, criados dos bispos e abades[147], como por exemplo o caso seguinte: no dia 1 de julho de 1482, é passada carta de perdão a Maria Soares, mulher solteira e manceba do partido, acusada de ter como rufião Rui Miguéns, criado da infanta D. Beatriz[148]. Com certeza que para além destes homens de classe média haveria também aqueles que eram verdadeiros marginais e perigosos.

As prostitutas podiam ainda ser punidas quando encontradas com mouro ou judeu. Aliás a legislação é severa com qualquer cristão que durma carnalmente com judeu ou moura e vice-versa, e caso isso acontecesse, a lei previa a morte, mas caso uma das partes não soubesse ou fosse forçada, apenas a parte culpada seria punida.

A lei apenas castigava a prostituta quando encontrada numa das duas situações anteriores. Porém há registo dos abusos praticados pelos mordomos, nas cortes do reinado de D. Afonso IV (1325-1357): das seis queixas referentes ao tema das prostitutas, as seis eram sobre queixas de más práticas dos mordomos. Tomemos como exemplo o Artigo 41 dessas cortes: nele é referido que no foral (Santarém) a mulher que faz do seu corpo sua vontade "com quem quer e com quantos quiser" não deve ser presa, a não ser que seja encontrada com mouro ou judeu. Neste caso tanto as prostitutas como o mouro ou o judeu devem ser presos, e levados à justiça, sem nada pagarem. Porém o mordomo, não cumprindo a lei, prendia-os, mas não os levava á justiça, aceitando dinheiro de forma a não os acusar e os soltar[149].

[147]DUARTE, Luís M, Marginalidade e marginais… p.180.
[148]*Chancelaria de João II.* l.2 fl.21.
[149]*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV* …p.74.

Conclusão

As prostitutas eram marginais? Esta pergunta não tem apenas uma resposta possível. Elas são-no em certos pontos, e noutros não o são. É difícil de entender se não for bem explicado.

Percebe-se ao longo do texto que elas são constrangidas em certos aspetos, como quando são proibidas de ir às estalagens, e mesmo quando podem ir é apenas porque a legislação assim o permite, ou quando eram fechadas nas "mancebias" e "putarias", tendo de ficar aí confinadas a viver e trabalhar. A estas restrições acrescenta-se a obrigação de as prostitutas terem de usar um símbolo de identificação. Numa sociedade hierarquizada e repleta de preconceitos era necessário haver mecanismos de diferenciação. As prostitutas tinham de usar o véu açafroado (amarelo), como era utilizado pelas mulheres públicas de Lisboa. Algo de que elas não gostavam e por isso arranjavam forma de não o usarem. Como se vê no caso seguinte: uma carta de perdão de 15 de junho de 1492 faz referência ao caso de Maria Vasques, que morava em Setúbal, e era a rendeira das coimas da vila, e por isso concedia, em troca do pagamento de um vintém, que as mulheres solteiras da mancebia pudessem andar de véu alvo (branco), como andavam as mulheres honestas[150]. Era então através de subornos que elas contornavam a lei. Apenas me apareceu este caso, acredito que houvesse muitos mais. Como disse no ponto sobre os rufiães, estes procuravam mulheres mais vulneráveis, normalmente sós e pobres, por isso é normal associarmos as prostitutas a alguém doente, pobre e dependente do seu proxeneta, mas a imagem não está totalmente correta. Não deixando estas últimas de existir, principalmente quando começavam a envelhecer, elas não correspondiam sempre à imagem anterior, principalmente quando atendemos à quantidade de queixas sobre a forma de vestir destas mulheres. Elas vestiam-se de forma exuberante e rica quando comparado com as mulheres casadas, o que causava desagrado. Isto deu origem a leis de restrição das roupas que as mulheres da mancebia podiam ter e usar, de maneira a diminuir as queixas que havia por parte das outras mulheres. Por exemplo nas cortes de D. Afonso IV, no Artigo 26, diz-se que "as mulheres que fazem pelos homens" não podem adquirir mais do que um par de panos no valor de trinta soldos durante todo o ano, e não podem ter nenhuma das suas peças ornamentadas, assim como não podem usar nada com ouro ou prata, sob pena, se não

[150] *Chancelaria de João II*. l.5, fl.12.

cumprissem, de ficar sem os panos e todas as outras peças[151]. Daqui podemos retirar que estas mulheres mundanas eram tudo menos pobres, conseguiam comprar tecidos caros, usar ornamentos igualmente valiosos e joias em ouro e prata, vestiam quase como uma mulher de classe alta, algo que poucas mulheres casadas conseguiam fazer. Para além disso eram mulheres com posses, detinham casas próprias, como se pode ver com a doação à ordem de S. Domingos em Évora. Não era qualquer mulher que tinha em sua posse bens, principalmente propriedades, e mesmo aquelas que não eram donas de casa própria, viviam em casas alugadas, sustentando-se sozinhas através da venda do seu corpo; logo não era uma profissão mal remunerada. A isto tenho de juntar a liberdade que gozavam, de fazer o que queriam, quando queriam e com quem queriam; isso tornava-as verdadeiras donas dos seus corpos, ao contrário das mulheres casadas, que se submetiam à vontade de uma figura masculina. Como podiam as outras mulheres simpatizar com alguém que lhes causava inveja com a vida que levavam?

Estas mulheres, embora na sua profissão fossem apartadas do resto da população, no dia-a-dia conviviam com todas as outras pessoas em geral, frequentando os mesmos espaços, e dando o seu trabalho como um bem público que suprimia as necessidades masculinas, que de outra maneira não seriam satisfeitas. Quando me refiro às prostitutas digo sempre a palavra "profissão": pois o que elas faziam era de facto uma profissão, para além de ser o seu modo de subsistência e serem pagas por isso, elas eram taxadas pelo rei, como já expliquei, e participavam no regimento da Procissão do Corpo de Deus como qualquer outro grupo profissional da cidade[152]. Como é que um grupo regulamentado e taxado pelo rei podia ser considerado marginal?

Para além disto estas mulheres eram facilmente convertidas em mulheres honestas, casando-se e afastando-se daquela vida de pecado. É prova disso a carta de perdão de uma mulher chamada Catarina, solteira e prostituta, de 17 de abril de 1492. Foi acusada de ser prostituta e de ter um rufião, tendo por isso sido condenada ao degredo, que não tinha cumprido. Foi presa na prisão de Portalegre, onde João Dias, lavrador, morador em Portalegre, a conheceu e quis casar com ela, pois esta estava condenada à morte pela sentença que não tinha cumprido. Então ele pediu que ela fosse libertada da morte para poder casar, tendo sido Catarina perdoada[153]. É apenas um dos

[151] *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV* …p.111.
[152] BEIRANTE, M.A – *Évora na*…p.454.
[153] *Chancelaria de João II*. l. 5, fl.1.

muitos exemplos de como estes casamentos eram bem vistos pela sociedade da altura, algo estranho aos olhos de hoje.

Se apenas pudesse dar uma resposta à minha pergunta, diria que elas não são de todo marginais, como se pode ver com a vida que levavam e como eram consideradas profissionais pela lei, como qualquer outro mester digno, sendo a prostituição apenas condenada em situações específicas.

Porém as mulheres não tinham encontrado apenas este tipo de vida para se sustentarem. Apesar de serem completamente diferentes, as mancebas do partido e as mancebas teúdas e manteúdas tinham um objetivo em comum, sobreviver à vida através da necessidade que os homens tinham de mulheres, usando o seu corpo para conseguir o que precisavam. Enquanto umas o fazem em troca de dinheiro, as outras fazem-no em troca de bens materiais, sendo sustentadas por inteiro pelos seus barregueiros, em troca mantinham com eles uma relação como se fosse um casamento legal, tendo filhos deles e vivendo sob o mesmo teto. Porém eram livres de todas as restrições que o casamento poderia causar. Contudo estas mulheres, as mancebas, eram bastante mais penalizadas do que as precedentes, como expliquei: eram alvos de multas, de prisões, degredos, açoites e se havia mulheres odiadas pelas honestas, eram estas, pois estavam a cometer um pecado maior ao manterem uma relação carnal com um religioso ou um homem casado, e ao contrário da prostituta, estas não eram úteis para a comunidade.

O uso do corpo pela mulher para conseguir fazer face às aventuras da vida era e é algo sem fim, não só pelo bem que garantiam à sociedade, mas porque a satisfação que davam era compensadora demais para ser proibida.

Lista Bibliográfica

Fontes manuscritas:

Chancelaria de D. João II: Livros – 10 a 25

Fontes Impressas:

Cortes portuguesas. Reinado D. Afonso IV (1325-1357), ed.A.H.de Oliveira Marques, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cientifica,2009.

Cortes portuguesas. Reinado D. Duarte (1436-1338), ed.A.H.de Oliveira Marques, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cientifica, 2004.

Cortes portuguesas. Reinado D. Fernando (1367-1383), ed.A.H.de Oliveira Marques, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cientifica, 1990.

Cortes portuguesas. Reinado D. Pedro I (1357-1367), ed.A.H.de Oliveira Marques, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cientifica, 1986.

Ordenações Afonsinas, livro. II, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Ordenações Afonsinas, livro. IV, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Ordenações Afonsinas, livro. V, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Bibliografia:

BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN 972-31-06993-0.

BEIRANTE, Maria Ângela – *O Ar da Cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. ISBN 9789727726967.

CARDOSO, Isabel – Recolher Obrigatório, *Revista Ciências Históricas*, vol. 13, 1998, p.31-41, 6 (2018). Disponível em: http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/272/2/Recolher%20obrigat%C3%B3rio.pdf.

COELHO, Maria Helena da Cruz – A mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas, *Revista de História económica e social*, nº 20 (1987), p. 45-63.

COELHO, Maria Helena da Cruz – O Trabalho no Portugal Medievo, *V cursos internacionais de verão de Cascais*, Cascais, 1998, p.75-92.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina – *A Mulher como um bem e os Bens da Mulher*, Coimbra, 1986.

DUARTE, Luís Miguel – De que falamos nós quando falamos de marginais? Portugal na Baixa Idade Média, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, ISSN 0871-2352, Vol. 11. p. 55-68.

DUARTE, Luís Miguel – Marginalidade e marginais. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, coord. – A Idade Média. In MATTOSO, José, dir. – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Temas e debates, 2011. ISBN 978-989-644-144-9. Vol. I, p.170-196.

LE GOFF, Jaques; TRUONG, Nicholas – *Uma História do Corpo na Idade Média*. Lisboa: Edições Liana Levi, 2003.

MATTOSO, José – *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autor, 2000. ISBN 9724223868

PERES, Damião – *História da Igreja em Portugal*. (Nova Edição). Porto, Portucalense editora, 1967. Vol.II

QUEIRÓS, Isabel Maria – *Theudas e mantheudas: a criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão: 1481-1485*. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Dissertação de Mestrado em História Medieval.

ALVES, João Pedro Santos – A Evolução do Almirantado Português ao longo da época medieval. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 71-124.

A evolução do Almirantado Português ao longo da época medieval

João Pedro Santos Alves

joaonaboalves@gmail.com

Resumo

O Almirantado português criado no reinado de D. Dinis instituiu em Portugal um comando supremo da marinha de guerra sob a tutela do genovês Manuel Pessanha, que trouxe consigo um enorme avanço nas técnicas de condução de guerra naval, bem como na modernização da organização da frota portuguesa. A implantação do Almirantado português representou a vontade de consolidação da defesa da orla costeira e o início da inversão de forças entre os portugueses e muçulmanos no plano oceânico.

O Almirantado conheceu o seu expoente máximo durante o reinado de D. Fernando, abalado pela crise de sucessão de 1383-85, irá tentar recuperar durante todo o século XV o seu estatuto e poder iniciais, mas depara-se com uma realidade diferente quer no plano político, quer no da condução das políticas marítimas, que o afasta da primeira linha da condução da guerra naval e dos assuntos políticos e diplomáticas do reino. Chegado aos inícios do século XVI o cargo de Almirante havia-se transformado num título nobiliárquico.

Palavras-chave: Almirante, Almirantado, história da marinha, marinha de guerra.

Abstract

The portuguese Admiralty was created during the reign of D. Dinis bringing to Portugal a supreme command over the navy under the orders of the genovese Manuel Pessanha, and with him came a huge advancement in the technics of conducting naval warfare, as well as modernizing the organization of the portuguese fleet. The implementation of the portuguese Admiralty represented the will to consolidate the defense of the sea coast and the turning of tides between the portuguese and the muslims in the oceanic theatre of war.

The Admiralty knew its highest point during the reign of D. Fernando, the crisis of succession in 1383-1385 shook it, and during all of the XVth century it tried to regain all of its initial might and status, but it faced a new reality in the oceanic stage and in the new orientations of the maritime policies which resulted in its withdrawal from the front lines of naval warfare, and from the political and diplomatic affairs of the kingdom. In the beginning of the XVIth century the office of Admiral had transformed itself into a mere noble title.

Keywords: Admiral, Admiralty, history of the navy, navy.

Abreviaturas

B.C.M.P. – Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa;

D.P. – Descobrimentos Portugueses;

Hª M. P. – História da Marinha Portuguesa;

N.H.M. – Nova História Militar.

Introdução

O presente estudo pretende identificar quais as causas, fatores e acontecimentos que provocaram a perda da preponderância e da importância do cargo de Almirante e do Almirantado português ao longo da Idade Média, a cronologia deste estudo estende-se desde meados do século XII, período em que existem as primeiras menções documentais a um Almirante, até ao final do século XV, época a partir da qual o cargo se transforma num mero título. As menções a combates navais e atuações por parte de frotas armadas portuguesas no plano oceânico precedem largamente a chegada de Manuel Pessanha a Portugal, alguns destes episódios podem ser datados a épocas tão recuadas como o reinado de D. Afonso Henrique (1143-1185). Assim o presente estudo será iniciado com uma análise do panorama da marinha de guerra portuguesa no período Pré-Pessanha, a qual irá incidir sobre a composição desta frota armada, sobre os seus meios, quer humanos, quer materiais, dos quais dispunha e ainda sobre a sua estrutura organizativa e de comando. A contratação e a chegada de Manuel Pessanha durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), representam um ponto de viragem na organização da frota naval do reino, para melhor perceber qual a real significância da contratação de Manuel Pessanha e os elementos que lhe estão subjacentes é necessário descortinar as ligações diplomáticas, comerciais e militares detidas pela família Pessanha, a contratação de um Pessanha significava para o reino português a obtenção de uma linha direta aos serviços e contatos comerciais, diplomáticos e políticos detidos por uma das famílias mais influentes em Génova, Roma e nas mais importantes coroas europeias à época, como a inglesa e a francesa. O cargo de Almirante-mor do reino surge em Portugal em finais do século XIII, tendo-se consolidado no primeiro quartel do século XIV, o que se demonstra curioso é que por volta da mesma cronologia verificamos que em alguns reinos europeus se desenham processos semelhantes ao português, neste estudo serão analisados os casos castelhano e francês. Numa breve análise comparativa tentaremos apontar quais os pontos estruturantes e os elementos comuns a estes três modelos no seu momento de implantação e afirmação nos respetivos reinos.

O genovês Manuel Pessanha inicia um período de transmissão hereditária do cargo de Almirante-mor de Portugal o qual será dominado, de forma incontestada, pela linhagem dos Pessanha até à crise de sucessão de 1383-1385 que se irá constituir como um dos episódios mais marcantes na história e na evolução do cargo de Almirante e do Almirantado português. Com a chegada ao poder da dinastia de Avis dá-se também uma

mudança significativa no cargo de Almirante, perdendo os Pessanha a linha sucessória direta para a ocupação do ofício, os eleitos para o ocupar passarão a ser membros de famílias nobres, como os Meneses ou os Castelo Branco, que se demonstraram leais à causa do mestre de Avis. Não sendo o intuito do presente estudo realizar uma análise biográfica dos ocupantes do cargo de Almirante, apenas iremos destacar os acontecimentos de cariz política, militar, económica e diplomática que marcaram a atuação de cada uma destas personagens, em seguida avaliando-as de forma individual de modo a perceber se a sua tenência do ofício afetou de uma forma positiva ou negativa a evolução do cargo do Almirante. Esta análise irá então dividir-se em dois pontos, sendo o primeiro relativo à atuação do Almirante durante a primeira dinastia e o segundo irá iniciar-se com a implantação da dinastia de Avis.

Em 1415 tem lugar o primeiro movimento de conquista territorial efetuada pelo monarca português num espaço exterior à península, falamos como é claro da tomada de Ceuta ocorrida no reinado de D. João I. Sabemos que neste episódio bélico a frota naval desempenhou um grande papel, nomeadamente no transporte de tropas, e as crónicas assim o comprovam. Tendo isto em conta é então com grande estranheza que notamos a ausência do Almirante em quase toda a ação, sendo ele o principal responsável pela condução da guerra pelo mar seria espectável que ele, a par da família real, fosse um dos grandes protagonistas da tomada de Ceuta. Ora tal não acontece e neste ponto do nosso estudo iremos apresentar quais as razões que, na nossa opinião, ditaram o afastamento da figura do Almirante da linha da frente do combate.

O Almirantado português desde a sua criação foi agraciado com várias doações monetárias e patrimoniais, as quais fizeram com que o Almirante se tornasse num dos principais senhores feudais do reino português. Numa fase inicial estas doações serviriam para dotar este cargo dos recursos económicos e financeiros necessários à manutenção de tripulações e comandantes experientes e ainda navios preparados para ação bélica. À medida que os tempos vão avançando os bens económicos vão diminuindo, através da perda de tenças e de bens patrimoniais e territoriais, esta perda parece ser de alguma forma atenuada pela acumulação de cargos possuídos pelo Almirante-mor, especialmente na segunda metade do século XV.

Feita a introdução aos pontos de abordagem deste estudo, passaremos à descrição da metodologia aplicada ao tratamento das fontes e à análise efetuada aos seus dados. As principais fontes utilizadas na elaboração deste trabalho foram as crónicas

dos reis que se encontram compreendidos no período cronológico supramencionado e a coleção documental *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*[1]. Estas duas fontes constituem a grande base documental de investigação selecionada para este estudo, a metodologia utilizada na análise destas fontes foi a seguinte:

Quanto às crónicas, todos sabemos que são fontes muito interessantes e úteis, mas estão repletas de condicionantes que devem ser levadas em conta aquando da sua leitura. Estas fontes foram utilizadas principalmente para obter informações acerca de episódios de batalhas, mas como qualquer historiador militar alertará, raramente os relatos são fidedignos. Algumas personagens podem ver o seu papel na batalha engrandecido, enquanto outras caiem no esquecimento, por vezes de forma não intencional, por outras com o intuito de cumprir algum objetivo político ou até propagandístico. Na análise realizada identificamos o Almirante que é mencionado na crónica, qual a sua ação, em que contexto se insere essa mesma ação e por fim a crónica e respetivo capítulo de onde foram retirados os respetivos dados.

No que diz respeito à segunda grande fonte documental, a coleção *Descobrimentos Portugueses*, é uma enorme coletânea documental, que apresenta uma extensa variedade quanto à tipologia dos seus documentos. Efetuada a recolha documental, as informações foram divididas em quatro grandes campos: documentos referentes a entradas em função no cargo; documentos relativos aos bens económicos possuídos pelo Almirantado; documentos acerca da jurisdição e aplicação de justiça por parte do Almirante; e por fim, o quarto campo no qual se colocaram todos os documentos relativos a aspetos que forma considerados relevantes para a explicação da evolução do poder e do prestígio do Almirante, mas que não fazia sentido inserir nos três campos anteriormente referidos.

[1] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua* História. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.

1. Bibliografia crítica

A temática do Almirante e do Almirantado recolhe já uma considerável quantidade de produção bibliográfica, poucas vezes uma obra foca a sua atenção exclusivamente no Almirante ou no Almirantado português. Por norma, é um tema que tende a estar subordinado a outros que parecem sobrepor-se a ele como, por exemplo, a história da marinha portuguesa, ou a história da expansão portuguesa. Estes capítulos da nossa história lideram sempre o foco das obras, surgindo o Almirante e o Almirantado como uma espécie de subtópicos, integrados nesta história de cariz mais geral. A primeira menção ao Almirantado e à sua história surge na *Monarquia Lusitana*, obra na qual o título de primeiro detentor do cargo de Almirante de Portugal é atribuído a D. Fuas Roupinho. Assim verificamos que desde muito cedo surge na historiografia sobre o Almirante e o seu cargo, a questão de quem foi o primeiro ocupante do cargo em Portugal. Esta é uma das grandes interrogações desta temática e dependendo dos critérios que usamos para definir o cargo, a resposta irá, inevitavelmente, variar.

Como já atrás referimos a primeira obra da historiografia portuguesa a abordar a temática do Almirantado e do cargo de Almirante no reino português é a *Monarquia Lusitana*[2], em 1650, da autoria de frei Francisco Brandão, na sua quinta parte que cobre os primeiros 23 anos do reinado de D. Dinis. No século XVIII a obra de frei Jerónimo de S. José[3], uma crónica da Ordem da Santíssima Trindade, irá apresentar breves apontamentos acerca da família Pessanha e numa cronologia mais avançada analisará com algum detalhe a figura de Rui de Melo, isto fica-se a dever ao facto desta ordem religiosa dividir o lugar da Pedreira em Lisboa com o Almirante, perpetuando a criação de laços que se afirmam já desde a época de Manuel Pessanha, e que se estenderão até à segunda metade do século XV, já com Rui de Melo a exercer o cargo de Almirante do reino de Portugal. Durante todo o século XIX assistimos ao surgimento de produção bibliográfica sobre este tema, como a obra de Inácio da Costa Quintella, *Annaes da Marinha Portuguesa*[4] de 1839, mas a produção não se dá apenas no nosso país, em Itália surge uma outra obra crucial ao estudo desta família genovesa, a recolha

[2] BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976.
[3] FR. Jerónimo de S. José – *História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Vol. I e II, 1789.
[4] QUINTELLA, Inácio da Costa - *Annaes da Marinha Portugueza*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1975.

documental feita por Luigi Tommaso Belgrano, em Génova, acerca dos Pessanha[5] em 1881. No final desta centúria surge a obra que nos irá oferecer o estudo mais completo a nível documental e cronológico do Almirantado português à época, da autoria de Anselmo Braamcamp Freire, intitulada *Brasões da Sala de Sintra*[6]. Com o início do século XX surge a obra de autoria de Almeida Pessanha, *Os Almirantes Pessanha*[7] de 1923 que se afirma como uma pedra basilar para o estudo do Almirantado português, traçando uma genealogia completa da linhagem dos Pessanha e oferecendo novos elementos para o estudo desta família em Portugal. Na década de 30, o estudo de Gustavo de Matos Sequeira[8] acerca da cidade de Lisboa oferece-nos importantes dados sobre um aspeto que até esta época tinha recebido muito pouca atenção por parte da historiografia, a temática do "bairro do Almirante", ou seja, as possessões territoriais do Almirante no lugar da Pedreira em Lisboa. Um novo impulso é dado ao estudo do Almirantado graças à publicação da coletânea de documentação feita por João da Silva Marques[9] em 1944. No ano de 1954 é publicado um artigo interessantíssimo sobre a atividade da marinha de guerra durante a primeira dinastia, da autoria de Rosalina da Silva Cunha[10] aqui inicia-se uma ideia, que se tenderá a fixar cada vez mais na história da marinha de guerra portuguesa, a demonstração da existência de uma armada naval ao dispor do monarcas portugueses numa data que em muito precede a chegada de Micer Manuel Pessanha ao reino português, em 1317. Este é o grande ponto de inovação deste curto, mas elucidante artigo.

Na segunda metade do século XX são produzidos novos estudos que trarão novas perspetivas à análise desta temática, como os trabalhos realizados por Charles Verlinden[11] e José de Vasconcellos e Menezes[12], esta segunda obra merece destaque pois é, sem sombra de dúvida, a obra mais completa acerca do Almirantado português

[5] BELGRANO, L. T. – *Documenti e Genealogia dei Pessagno Genovesi: Ammiragli del Portogallo*. Genova: Società Ligure St. Patria, 1881.
[6] FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, 3 Vols.
[7] PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1923.
[8] SEQUEIRA, Gustavo Matos – *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, Vol. I.
[9] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua* História. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.
[10] CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia*. sep. da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Tomo XX, 2ª série, Nº1, 1954, p.1-74.
[11] VERLINDEN, Charles – *Dal Mediterraneo all´Atlantico. In Contributi per la storia economica*. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica, 1975, p.27-51.
[12] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado - Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI).* Lisboa: Academia da Marinha, 1989.

até aos nossos dias. Nos finais da década de 90 do século XX é produzida uma obra, coordenada por Humberto Baquero Moreno[13], dedicada ao estudo da marinha portuguesa durante a época medieval na qual o Almirante e o Almirantado são alvo de um estudo cuidado e extenso, com especial ênfase no período compreendido pela dinastia de Borgonha. No ano final da centúria, em 1999, é lançada uma monografia acerca da Quinta da Trindade, uma possessão patrimonial da ordem religiosa da Santíssima Trindade[14], a qual na época medieval partilhou o espaço da Pedreira com o Almirante, nesta obra o principal foco está assente na convivência e nas relações entre o Almirantado e a Ordem da Santíssima Trindade, ainda neste estudo encontramos publicados alguns documentos, até à época inéditos, de grande valor para o estudo do Almirantado português dos quais destaco, pela sua importância, o testamento do Almirante Rui de Melo e o da sua mulher D. Brites Pereira.

Já no século XXI, inserido num projeto de um âmbito mais alargado que visava realizar uma síntese completa da história militar portuguesa, temos a coleção *Nova História Militar de Portugal*, na qual está incluída uma parte da autoria Luís Miguel Duarte[15], onde o Almirante e o Almirantado medieval são objetos de um estudo pormenorizado. Em anos mais recentes verificamos que o grosso das publicações acerca do Almirantado português se centram na época da tenência de Manuel Pessanha, a autora que se tem vindo a afirmar, desde 2013[16], como uma das grandes especialistas desta personagem genovesa e o seu período de ocupação do cargo é Giulia Rossi Vairo, cujos estudos versam sobre as mais diversas áreas de atuação de Manuel Pessanha, desde o seu papel diplomático, como embaixador à cúria romana, militar, com especial destaque pelo papel desempenhado durante os conflitos internos entre D. Dinis e o

[13] MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998.
[14] ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1999.
[15] DUARTE, Luís Miguel – A Marinha de Guerra Portuguesa. In *Nova História Militar de Portugal*. José Mattoso (coord.); Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; 2003, Vol. I, p.290-346.
[16] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna. In *Le nove son tanto e tante buone che dir non se ne puó: Lisboa dos Italianos-História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini (org.). Lisboa: Cátedra de Estudos Sefraditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2013, p.19-37. E ainda: VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha, Almirante d`El-Rey D.Dinis. *O Medievalista* [on-line] Nº13 janeiro-junho 2013, Lisboa: IEM. [Consult. 2 de outubro de 2017] Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/.

infante D. Afonso[17], as suas ações comerciais, às quais se dedica em tempos de paz, dinamizador da organização e reestruturação da marinha de guerra portuguesa[18], entre outros.

Digna de nota, neste estado da arte, é ainda a realização em Lisboa, na Academia da Marinha, nos dias 14 a 16 de novembro de 2017 de um simpósio intitulado: *O Mar como futuro de Portugal. A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D.* Dinis, nas atas deste encontro, aquando da sua publicação, encontraremos dois artigos que se debruçaram sobre os Pessanha, o primeiro é da autoria de Giulia Rossi Vairo e intitula-se: *Origens do ofício do Almirantado no reino português*, o segundo artigo resulta da autoria conjunta de Nunziatella Alessandrini e Luís Miguel Duarte e intitula-se: *Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa*. Este último contém a transcrição de um documento inédito.

Outra nota a retirar da leitura bibliográfica realizada é o facto de a produção historiográfica mais atual vincar com alguma veemência a teoria de que já antes da chegada de Manuel Pessanha, existiria em Portugal uma marinha de guerra. De facto, existiria essa mesma marinha de vertente militar, mas não podemos dizer que haveria uma marinha de guerra permanente, com um corpo de homens fixo e administrada e dirigida por um comando central, isto é, o Almirantado. A bibliografia tem uma enorme tendência para se fixar, em excesso na minha opinião, na chegada e no almirantado de Manuel Pessanha, pese embora se denote uma clara evolução da marinha de guerra portuguesa logo após a sua chegada. Por outras palavras, tende-se a dar a exclusividade da ocupação deste cargo aos primeiros Pessanha, deixando quase de parte os restantes almirantes.

A genealogia da família Pessanha foi já objeto de estudo por parte de alguns autores, encontrando-se bem analisada, é uma das vertentes de estudo que conta com a bibliografia de maior qualidade. A vertente de ação mais aprofundada é sem dúvida a militar, contando com imensos relatos e opiniões sobre as manobras e táticas militares utilizadas em batalha, dentro desta temática podemos também incluir as inovações

[17] VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*. Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) –. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; GESOS, 2018, Vol. I, p.427-441.
[18] VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise au XIVe siècle. In *The Sea in History – Medieval World II*. Michel Balard (ed.) - Paris: Boydell & Brewer, 2017, p.322-331.

técnicas trazidas pelos Pessanha e os seus genoveses. Quanto a este último ponto temático, a bibliografia diz que não é possível quantificar, nem identificar de uma forma concreta essas mesmas inovações técnicas importadas para o reino português, visto que não existe documentação que relate as ações destes mesmos genoveses selecionados por Pessanha nos estaleiros ou taracenas do reino.

A atuação jurisdicional e judicial do almirante não suscita tanta produção. Para o estudo desta área temos os trabalhos de Luís Miguel Duarte[19] e ainda de Mário Viana[20], as articulações de poder entre os oficiais locais e os oficiais do almirante, que irão dar aso a várias queixas dos Concelhos perante o Rei nas cortes, são outra área de estudo dentro da atuação jurisdicional e judicial que mereceu pouca atenção por parte da bibliografia.

Um outro tema a ser referido é o das possessões territoriais, privilégios e benefícios que o almirantado vai recebendo por parte da coroa ao longo da sua existência. Assim facilmente se percebe que, especialmente após a chegada de Manuel Pessanha para o desempenho do cargo, o Almirante seja mais do que um simples líder militar marítimo, sendo também um grande senhor feudal, um comerciante e um diplomata. Por fim fazemos notar que o tema proposto para este estudo, a identificação das razões para a perda de importância do almirantado, não está diretamente tratado em nenhuma bibliografia consultada. Os autores falam de fatores, episódios e decisões que minam e retiram poder ao almirante, mas nunca os organizam de forma sistemática, nem discutem o seu real impacto no apagamento do Almirantado português no final do século XV.

Os estudos específicos sobre o Almirantado começam a produzir-se em Portugal pelo final da década de 80 do século XX, tendo a historiografia portuguesa um atraso de cerca de 50 anos, quando comparada com os estudos espanhóis sobre o cargo em Castela, que precede o português e contribui para o lançamento das suas bases. Torna-se imprescindível inserir a instituição portuguesa num panorama mais alargado, para tentar conseguir identificar os pontos estruturantes para o surgimento e perda de relevância do Almirantado.

[19] DUARTE, Luís Miguel – Crimes do mar e justiça da terra. *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Série II, 1991, Vol.8, p.43-74.
[20] VIANA, Mário – O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. J. Solórzano, M. Bochaca e A. Aguiar(coord.). Logroño: Instituto de Estudos Riojianos, 2012, p.313-344.

2. Apontamento sobre Marinha de Guerra portuguesa, na era "Pré-Pessanha"

Antes de mais temos de levar em consideração que o que entendemos por "Marinha de Guerra" durante toda a Idade Média não corresponde aos nossos padrões contemporâneos. Esta marinha seria composta por um comando operacional único, com capacidades para treinar, mobilizar e dirigir em combate os seus homens. A evolução da marinha de guerra portuguesa pode ser dividida, apenas para uma melhor descrição, em três grandes períodos[21]: a primeira fase vai desde o reinado de D. Afonso Henriques até D. Afonso III, a segunda fase começa com o reinado de D. Dinis até D. Fernando, o último período estende-se desde 1385 até 1415, com a armada de Ceuta.

Temos, portanto, descrições de atuações de uma marinha já com D. Afonso Henriques, nomeadamente no cerco de Lisboa de 1147, onde surge mencionado um "rector de galeata regis"[22]. Nesta época já existiria um oficial designado para comandar as operações navais, este homem, de quem se desconhece o nome, poderá não terá sido um experiente marinheiro, mas sim um comandante de tropas terrestres, a quem o rei pediu o desempenho de funções de comando marítimo numa situação excecional. O relato do cruzado Osberno da tomada de Lisboa, permite-nos perceber que já em meados do século XII Portugal dispunha já de meios marítimos, nomeadamente galés e respetivos comandantes e tripulações, para auxiliar os movimentos das tropas terrestres[23]. Rosalina Cunha avança ainda uma proposta interessante, após a tomada de Lisboa (1147) e de Alcácer do Sal (1159) nos despojos obtidos após a conquista destas duas praças poderiam ter sido encontrados barcos, materiais náuticos e até possivelmente taracenas, "com que se teria enriquecido a marinha portuguesa incipiente"[24].

Ao falar da atuação da "marinha de guerra" portuguesa no reinado de D. Afonso Henriques é inevitável mencionar D. Fuas Roupinho, uma personagem um pouco polémica, isto porque se discute desde logo a sua existência e em caso afirmativo, quanto da descrição das suas ações será real ou uma mitificação com propósitos

[21] DUARTE, Luís Miguel – Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, França e Portugal. In *Genova una "porta" del mediterraneo*. Luciano Gallinari (coord.). Brigati-Genova: Istituto di Storia dell`Europa mediterrânea, 2005, Vol. I, p.259-294.
[22]MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139*-1414. Lisboa: Academia da Marinha, 1998. p.167.
[23] CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra…* p.19.
[24] CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra…* p.20.

político-militares. Nobre de origem galega, seria filho de Gonçalo Fernandes Churrichão e de Dona Sancha Anes de Monte Negro, serviu o reino português nos seus inícios, auxiliando D. Afonso Henriques na luta contra os Almóadas. Luís Krus avança que o nome verdadeiro deste nobre seria Fernão Gonçalves Churrichão, de sua alcunha "O Farroupim"[25]. Este homem destaca-se no serviço militar à coroa portuguesa, segundo a *Crónica de 1419* investido do cargo de alcaide da cidade de Porto de Mós[26] terá combatido os mouros em maio de 1180, a batalha resultou numa vitória portuguesa tendo sido derrotado e aprisionado o chefe mouro de Cáceres, que posteriormente foi levado como prisioneiro para Coimbra, onde D. Fuas Roupinho o entregou a D. Afonso Henriques[27]. Terá sido após esta vitória que D. Afonso I de Portugal irá encarregá-lo da defesa da península de Setúbal, é no desempenho destas mesmas funções que irão surgir os relatos das batalhas navais protagonizadas pela sua armada, que terá sido preparada pela cidade de Lisboa a pedido do Rei[28]. Após uma batalha defensiva ganha em 1180, junto da zona do Cabo Espichel, os portugueses vão pela primeira vez desenvolver uma ação ofensiva por mar face aos muçulmanos. A armada portuguesa faz um raide à baía de Ceuta, no qual arresta vários navios muçulmanos, trazendo-os para Lisboa. A 17 de outubro de 1182, motivado pelo grande êxito obtido na incursão anterior a Ceuta, D. Fuas Roupinho fez-se de novo ao mar junto à costa algarvia, com uma armada de 21 galés, mas na zona de Gibraltar deparou-se com uma frota muçulmana de 54 galés[29], a frota portuguesa lançou-se à batalha em desvantagem numérica[30], neste confronto foram perdidos onze navios portugueses e D. Fuas Roupinho faleceu.

A análise da atuação desta personagem deve ser feita com grande cuidado, a documentação coeva não faz qualquer tipo de menção às suas atuações militares, os relatos dos seus feitos de armas chegam até nós através de uma fonte muito mais tardia, dois capítulos da *Crónica de 1419* um texto cronístico do século XV. Este facto levanta desde logo alguns problemas do ponto de vista de interpretação histórica, pese embora as suas atuações sejam em parte apoiadas pelas circunstâncias político-militares que também tinham tornado possível a incursão aos arredores de Sevilha do Infante D.

[25] KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.). Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.187-188.
[26] KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. (Vol. II) … p.188.
[27] *Crónica de Portugal de 1419*, ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. p.77.
[28] MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa - Volume I (1139-1521)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989. p.15.
[29] MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha…* p.16.
[30] Temos de ter em consideração que os números adiantados para estas armadas não são exatos.

Sancho I, em 1178. Entre 1179 e 1184 as forças muçulmanas encontram-se num período de retaliação face ao ataque a Sevilha e realizam várias incursões na zona da linha do Tejo, as quais foram articuladas com a prática de pirataria costeira, cuja repressão, em grande medida, se ficou a dever às milícias concelhias. Não duvidamos do seu serviço prestado à coroa portuguesa, mas não nos podemos esquecer que a *Crónica de 1419* tem como objetivo final constituir-se como uma obra que pretende articular toda a historiografia portuguesa em função da Dinastia de Avis, tentando assim projetar no passado, o presente. Assim o serviço do cavaleiro e as suas campanhas a Ceuta e a consequente derrota na batalha do Estreito de Gibraltar, parecem ser uma espécie de antecedente histórico à conquista da cidade do Norte de África, por D. João I, em 1415. A vitória na campanha norte africana, levada a cabo pelo monarca português, é então como que uma vingança e uma superação das dificuldades sentidas no reinado do primeiro de Portugal[31].

A primeira menção a um Almirante na documentação surge num aforamento régio de propriedades, datado de 6 de fevereiro de 1288[32], no qual, entre os recetores de doação, encontra-se um "Domingos Martins dicto almirante"[33]. Não dispomos de quaisquer dados para o estudo deste suposto almirante, nem sobre a sua atividade ou desempenho de funções, assim sendo a historiografia portuguesa ainda discute se Domingos Martins terá, de facto, ocupado o cargo de Almirante, ou se a designação é uma mera alcunha[34]. Surge apenas mais um documento relacionado com o Almirante nesta cronologia, datado de 6 de janeiro de 1298[35], é uma carta de confirmação de foros e costumes aos alcaides, arrais e petintais das galés do Rei, onde se diz que estes estarão agora sob a jurisdição do almirante[36]. Neste documento é ainda feita menção a um importante instrumento de administração, que seria um livro que estaria na posse do Almirante, no qual estariam inscritos todos os homens do mar para serem elegíveis a prestar serviço nas galés reais e ainda porque em caso de dívidas ou delitos comuns estes homens do mar deveriam dirigir-se "perante seu almirante"[37]. Em termos de ações navais militares, para esta cronologia de finais do século XIII, destacamos uma

[31] KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. (Vol. II) … p.188.
[32] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos* Portugueses… (Vol. I). p.21.
[33] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses…* (Vol. I). p.21.
[34] COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal: um reino "Plantador de Naus". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.71-89. p.82.
[35] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.22.
[36] O nome de Domingos Martins não surge no documento, sendo apenas mencionado o Almirante.
[37] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.23.

importante mobilização de uma divisão naval portuguesa que em 1295 se juntou à frota naval francesa reunida por Filipe, o Belo (1285-1314) na costa oeste de França[38].

A Domingos Martins terá então sucedido Nuno Fernandes Cogominho, que surge na documentação a 3 de março de 1314[39], com o título de Almirante-mor e Chanceler do Infante D. Afonso[40], numa doação régia de uma horta em Salvaterra. Este seria um "Almirante de direito e costume"[41], isto é, seria um oficial dotado de algum poder jurisdicional sobre os homens do mar, que teria como funções: a administração da logística, dos meios e dos homens da marinha de guerra, mas não desempenharia nenhum papel como líder em combate naval. Nuno Fernandes Cogominho estará ainda ligado aos conflitos entre D. Dinis e o Infante D. Afonso, tomando o partido do Infante irá integrar um grupo de nobres, antigos vassalos de D. Dinis, que se encontram descontentes com as políticas promovidas pelo monarca. Este mesmo grupo nobiliárquico, constituído por personagens como Rámon de Cardona[42], promoveu uma incursão pela fronteira portuguesa, na zona marcada pelo rio Guadiana por volta da segunda metade do ano de 1316 e princípios de 1317[43], incursão que foi travada graças aos esforços de D. Afonso Sanches e D. João Afonso, com os seus respetivos exércitos, enviados para defender o território a mando de D. Dinis.

Não podemos, no entanto, negar a existência de alguns combates navais e a participação de embarcações portuguesas nos mesmos, mas seria esta uma "Marinha de guerra" muito diferente daquela que viremos a conhecer após a chegada dos Pessanha a Portugal, seria uma armada composta na sua maioria por barcos de corsários, que atuavam em serviço do rei em troca de um pagamento.

A utilização do termo "Almirante" para designar alguns destes corsários ao serviço do rei causa também alguma confusão, isto deve-se ao facto de a palavra, importada do mundo árabe, surgir em Portugal com dois significados. O primeiro serve para designar um chefe supremo de uma frota ou armada real e a segunda formulação indica como almirante qualquer homem que detenha o comando sobre um grupo de navios armados. Como podemos ver, antes da chegada de Micer Manuel Pessanha não

[38] CUNHA, Rosalina Branca da Silva – *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra…* p.29.
[39] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.26.
[40] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.27.
[41] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.6.
[42] Fidalgo aragonês, alferes do príncipe D. Afonso e casado com a infanta Beatriz de Aragão, meia-irmã e dama da Rainha D. Isabel.
[43] VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha … p.429.

existe em Portugal uma marinha de guerra dotada de um comando naval único e centralizado. Não estariam também disponíveis os meios logísticos, administrativos ou judiciais necessários para o funcionamento eficaz de uma frota permanente e submetida de uma forma direta à tutela régia. Tudo isto viria a mudar no reinado de D. Dinis.

3. A Família Pessanha

Os Pessanha eram uma família genovesa de mercadores, armadores e "homens políticos", originários da zona da Val Graveglia, no século XII mudaram-se para a zona da Lavagna e estabeleceram-se definitivamente em Génova no final desse século, na zona do bairro de Molo[44], o porto natural da cidade. Manuel, ou Emanuelle, era o segundo mais velho entre quatro irmãos: Leonardo (o mais velho), Filippo (o terceiro mais velho) e ainda Antonio (o mais novo)[45]. Todos estes rapazes eram profundos conhecedores das artes marítimas e irão cruzar-se por várias vezes no futuro no desempenho de várias funções e cargos.

Leonardo Pessanha, o mais velho, rumou para Inglaterra onde prestou serviços ao monarca Eduardo II como, por exemplo, dirigir-se a Génova para alugar cinco galés por três meses, guarnecidas com uma tripulação de 200 homens, para fazer guerra à Escócia[46]. Mas anteriormente a este empreendimento, Leonardo já teria relações comerciais com este país, através de viagens realizadas com o apoio de sociedades, aliás como era comum à época nas cidades italianas; numa dessas viagens irá ser acompanhado pelo seu irmão Manuel.

Fillipo teria a alcunha de "Pessagnino", dele não temos muitas informações, talvez devido à sua jovem idade, a não ser umas escassas menções nuns contratos de compra onde surge como "vendedor de ardósia"[47], no entanto não podemos descartar a possibilidade de, mais tarde, ter participado nas iniciativas comerciais dos seus irmãos e em algumas por sua própria conta[48]. Quanto ao mais novo dos irmãos, Antonio,

[44] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.2.
[45] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.3.
[46] AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História (org.) Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2006, p.139-146. p. 140.
[47] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.4.
[48] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna … p.20.

dedicou-se principalmente ao serviço da coroa inglesa de Eduardo II. Nesta corte assumiu cargos de uma enorme importância, como o de "King´s merchant" e o tesoureiro da corte[49], cargo recebido em 1314, serviu por várias vezes como embaixador à cúria papal de João XXII. Como compensação pelos serviços prestados, recebeu várias rendas e bens da coroa inglesa, cerca de 1315 é nomeado cavaleiro pela coroa inglesa e passa a receber uma renda de três mil libras esterlinas[50], Antonio seria dono de uma considerável fortuna, recebendo rendas de diversas atividades, como minas na Cornualha e taxas alfandegárias em Londres e Boston, bem como as dízimas da Irlanda, receberia ainda as rendas e as receitas alfandegárias do arcebispado de Canterbury, que à época se encontrava vacante[51]. Ainda no ano de 1315 recebe como doação o solar de Kennington e o direito de caçar à sua vontade na floresta rela. O genovês também recebeu património da extinta ordem dos Templários, nomeadamente a casa templária de Dinsley em 1313[52] e possessões na zona da Champagne e na Aquitânia[53]. A sua fluidez financeira ainda lhe permitiu organizar um sindicato bancário para financiar a guerra face à Escócia e garantir por sua própria conta o abastecimento de todos os castelos do norte do reino inglês[54], os seus recursos monetários permitiram-lhe ser credor da coroa inglesa, que em 1313 contraiu um empréstimo de valores astronómicos para com o genovês. Terá sido este papel de credor, e a demora do monarca inglês em saldar as suas dívidas, que o fez afastar-se da corte inglesa e procurar no reino francês compensação pelos seus serviços tendo servido o monarca francês entre 1318 a 1327. No final deste período Antonio Pessanha regressa à corte inglesa até 1338, ano da última menção documental acerca deste homem, que teria partido com o rei de Inglaterra numa expedição com rumo à Flandres, estávamos no período inicial da Guerra dos Cem Anos[55].

No que diz respeito a Manuel Pessanha, nascido no último quartel do século XIII[56], sabemos que desde muito jovem esteve ligado à atividade marítima, em 1303

[49] AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi… p.142.
[50] AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi… p.142.
[51] AIRALDI, Gabriella – Genovesi e Portoghesi verso un mondo globale … p.220.
[52] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.4.
[53] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna … p.20.
[54] ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In *Atas do XV Simpósio de História Marítima: O Mar como futuro de Portugal – a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D. Dinis*. Lisboa, 2017. No prelo, revisão de provas efetuada. p.6.
[55] ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados … p.7.
[56] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna … p.19.

temos notícia de que ele terá comandado a sua primeira galé[57], numa missão conjunta com o seu irmão mais velho Leonardo, com destino à zona do Mar Negro. O seu primeiro contato com Portugal dá-se através de uma escala no nosso país, em 31 de outubro de 1306[58], durante uma viagem comercial entre Inglaterra e Génova, transportando lãs inglesas. As atividades da família Pessanha atingiram grande parte da Europa ocidental, prestaram serviços não só como soldados, mas também como conselheiros, embaixadores, mercadores e banqueiros. São estas mesmas caraterísticas, demonstradas pelos vários elementos da família Pessanha, como a flexibilidade, capacidade de adaptação e organização patriarcal da família que vão pontuar a atuação do Almirante-mor português Micer Manuel Pessanha durante o seu serviço à coroa portuguesa.

4. Os Almirantados de Castela e França

O Almirantado português não surge como um caso único na Europa da época, aliás será em grande parte influenciado pelo modelo castelhano, mantendo sempre as suas respetivas caraterísticas e formas de organização. O caso português foi o único que seguiu à risca o modelo de comando dos muçulmanos, com o Almirante no topo, seguido do alcaide das galés e do arrais, enquanto que no caso francês e no castelhano, manteve-se no topo o Almirante, mas os oficiais subalternos seriam o *comitre* e o *nauchere*[59].

Vejamos agora quais os pontos que caraterizam estes Almirantados, a sua estruturação e funcionamento, os muçulmanos foram os primeiros a sistematizar e concretizar táticas e manobras marítimas realmente efetivas e de alguma forma independentes do comando terrestre. Mas pese embora a experiência trazida, o papel do combate naval vai-se manter em grande medida igual durante toda a época medieval, servindo principalmente para o transporte de tropas e para manobras de cerco e de bloqueio naval. Os três pontos fulcrais presentes em todos estes exemplos são: 1. Um comando único e experiente em atividades marítimas; 2. Existência de bases de

[57] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.5.
[58] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.287.
[59] PEDROSA, Fernando Gomes - *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima- Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Cacém: Câmara Municipal de Cascais, 2000. p.53.

construção, reparação e manutenção de navios; 3. Capacidade de financiamento e sustento dessa mesma frota de guerra[60]. Estes são os aspetos indispensáveis para se conseguir uma frota de guerra minimamente eficaz e competente. Nem para todos os países faria sentido manter uma marinha de guerra, devido, em grande parte, aos custos que lhe estão associados.

Um outro ponto comum aos três casos aqui estudados será a presença de genoveses na liderança das suas frotas, a contratação de um genovês significa o acesso, de uma forma privilegiada, a todos os elementos necessários à construção de uma frota: as galés, remadores, marinheiros, armas, dinheiro e talvez o mais precioso, informações[61]. O primeiro responsável pela vinda destes homens para a Península Ibérica foi o arcebispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez que em 1113 contrata dois italianos, um pisano e um genovês para construir e manter uma frota de defesa de costa[62], e ainda em 1147 Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157) contou com o auxílio de forças navais genoveses, pisanas e catalães na conquista da cidade de Almeria[63]. Feita esta pequena introdução, debrucemo-nos agora sobre a análise de cada caso específico, começando com o Almirantado castelhano.

Em Castela, o cargo de Almirante surge atribuído a várias personagens e concedido por curtos períodos de tempo. Em 1253, Afonso X (1252-1284) nomeia como seu Almirante-mor Ruy López de Mendoza[64], que seria uma personalidade nobiliárquica com prestígio suficiente para se sobrepor às contestações que pudessem advir dos seus *comitres*[65], um outro elemento a destacar é a fixação, de forma permanente, de uma frota de dez galés. Nas *Siete Partidas,* Afonso X dita na *Segunda Partida, Título XXIII: de la guerra que se faz por la mar,* uma doutrina de comando e abastecimento de navios. E na *Lei III: Quál debe seer el almirante de la mar, et cómo*

[60] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.262.
[61] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.268.
[62] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.265.
[63] LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario de la creación del Almirantazgo de Castilla. In *Cátedra Jorge Juan: Ciclo de Conferencias: curso 1996-1997*. Ignacio José Díaz Blanco (coord.) Ferrol: Universidade da Coruña, Servizio de Publicacións, 1999, p.165-192. p.176.
[64] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.269.
[65] CÁLDERON ORTEGA, José Manuel; DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier – Alfonso X y el Almirantazgo Castellano: Reflexiones en torno al nacimiento de una institución. *Ius Fugit: revista interdisciplinar de estudios histórico-jurídicos.* Nº 8-9, 1999-2000, p.301-320. p.314.

debe seer fecho et qué poder ha[66], estão explicadas as caraterísticas que um candidato ao cargo deveria reunir, essas caraterísticas seriam: ser de boa linhagem, ter conhecimento de guerra, energia, coragem e fidelidade ao seu senhor.

Teremos de esperar pelo reinado de Sancho IV (1284-1295) para surgirem alterações relevantes quanto ao cargo de Almirante de Castela. Sancho IV encontra-se a braços com a guerra do Estreito (1285) para conseguir combater o seu inimigo muçulmano, o Rei manda chamar à sua corte Benedetto Zaccaria. Em troca dos seus serviços é lhe dada uma tença de seis mil dobras anuais, mais a vila de Puerto de Santa Maria[67]. Zaccaria ficaria obrigado a fornecer 12 galés, bem armadas e tripuladas e ainda mais uma galé para a defesa dos acessos ao Rio Guadalquivir. Acabados os seus serviços regressa a Génova, o monarca chama de novo Benedetto Zaccaria que obtém uma vitória face à armada muçulmana, e em setembro de 1291 é agraciado com o título de Almirante de Castela. Mas mantêm-se a desorganização e a sobreposição de competências dentro da marinha castelhana, o que se verificava em Castela à época era que o cargo de Almirante era atribuído como remuneração por serviços, promessas cortesãs e ainda proximidade à pessoa do Rei, e que apenas em casos de especial necessidade eram requisitados os serviços de alguém experiente na arte de marear e na guerra marítima. Só no século XIV surge em Castela um Almirantado que se traduz num comando único e supremo da frota real, transmitido de uma forma hereditária, essa estruturação começa com a outorga de um documento por Fernando IV de Castela, em 10 de maio de 1310[68]. Aqui se fixam as barreiras geográficas da extensão do poder do Almirante, enumeram também quais os seus subordinados e os bens materiais de que ele deveria dispor, a partir deste momento o cargo adquire o seu caráter unipessoal e vitalício e ainda se verifica a sucessão hereditária no respetivo exercício[69].

No caso castelhano Sevilha irá demarcar-se como o centro de atividade do Almirante, é nesta cidade do sul da Península Ibérica que se irão instalar as taracenas reais[70], a localização desta cidade permitia-lhe ser um excelente ponto de controlo de toda a navegação da zona do estreito de Gibraltar e dos seus acessos, o que servia uma

[66] SALDANHA, António Vasconcelos de – O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, p.137-156. p.153.
[67] CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo de Castilla - Historia de una Instituición conflictiva (1250-1560)*. Madrid: Universidad Alcalá Henares, 2003. p.27.
[68] CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo…* p.34.
[69] CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo…* p.35.
[70] LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario … p.184.

dupla finalidade, a primeira referente a questões militares e de segurança do reino pois este controlo naval permitia a privação do reino de Granada de ajudas e reforços vindos do Norte de África, a segunda finalidade era permitir o restabelecimento de uma comunicação comercial livre e regular entre o Mediterrâneo e o Atlântico[71]. Como centro de apoio logístico às frotas e às taracenas sevilhanas irá afirmar-se a cidade de Cartagena.

O caso do Almirantado francês é o mais singular de todos, a França, tal como Castela, apercebe-se, numa fase muito tardia da necessidade de uma frota de guerra permanente, a tradição dita que a França seja um país muito mais focado na guerra terrestre. O rei S. Luís, ou Luís IX de França (1226-1270), manda fundar um dos portos de embarque franceses na zona do Mediterrâneo, perto de Montpellier o local é conhecido como *Aigues Mortes*[72], a construção deste porto foi ordenada de forma a prover um acesso direto ao Mediterrâneo e conseguir finalmente obter a autonomia naval francesa. Terá sido esta mesma cidade portuária a última cidade francesa a ver Luís IX vivo, visto que ele parte de lá em 1270 para a cruzada com destino à Tunísia, onde vem a falecer. O outro local escolhido para estabelecer um porto de embarque foi o *Clos des Galées*[73], este centro naval serviu como um local de manutenção, acabamentos e de armazenamento de víveres, armas e munições.

A chegada ao cargo de Benedetto Zaccaria em 1292, a convite do monarca francês Filipe IV (1285-1314), terá sido um dos momentos mais importantes da constituição e estruturação do Almirantado francês, este genovês traz consigo toda a experiência militar naval e os modelos de estrutura organizativa que sustentam o Almirantado. Entra em ação em 1296, ao lançar um ataque a Inglaterra, mas utilizando uma tática revolucionária à época no comando militar francês. Em vez de promover um desembarque anfíbio seguido de uma carga de cavalaria, o genovês opta por um cerco, uma espécie de bloqueio continental[74], realizando-o sem falhas e conseguindo a vitória face aos ingleses. O Almirantado francês é o caso mais atípico: os franceses nunca deram uma grande importância ao poderio naval, preferindo sempre a vertente terrestre da guerra, os dois referidos portos de embarque foram construídos com o intuito de

[71] LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario … p.184.
[72] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.280.
[73] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.282.
[74] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.283.

constituírem bases de apoio para as campanhas das cruzadas, e não de serem locais de construção e de manutenção de uma frota de guerra real permanente.

O fenómeno português da criação do Almirantado tem movimentos que lhe são contemporâneos na Europa, mas isto não significa que não se revista das suas caraterísticas próprias. Mas mais importante do que apontar as diferenças é assinalar os fios condutores, os elementos comuns e estruturantes destes três casos, o primeiro a assinalar serão as três condições fulcrais elencadas por Luís Miguel Duarte: o comando único e experiente, a existência de bases de construção, reparação e manutenção de navios e por fim a capacidade de financiamento e sustento dessa mesma frota de guerra[75]. O segundo ponto comum a todos os casos é a presença de genoveses, devendo-se isto à sua vasta experiência e conhecimento das melhores técnicas navais, nomeadamente as muçulmanas. Esta superioridade na navegação é tal e tão conhecida que "no decurso de um século, fizeram dela um artigo de exportação através da Europa, para Espanha, Portugal, França e Inglaterra"[76]. Com a evolução destes Almirantados, que se verifica apenas nos casos português e castelhano, o cargo vai-se revestir de novas caraterísticas, como um comando naval único com capacidade de dirigir uma armada em combate, a obtenção de jurisdição sobre todas as gentes do mar, mesmo em tempo de paz e ainda a criação de serviços e oficiais administrativos subordinados ao Almirantado para o ajudarem no cumprimento das suas funções. As bases navais vão aumentar em dimensão, no caso português vão-se multiplicando ao longo da costa, enquanto que em Castela assistimos a um acumular de atividades no Arsenal de Sevilha. O cargo ganhará ainda um cariz vitalício e será transmitido por via hereditária entre pais e filhos.

5. Os Almirantes Pessanha

Não sendo o objetivo principal deste estudo biografar as personagens da família Pessanha que ocuparam o cargo de Almirante de Portugal, e visto já existirem obras que cobrem esta temática de forma bastante completa, serão abordados apenas os eventos e informações mais relevantes de cada ocupante do cargo. Não irei falar em extensão

[75] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.262.
[76] DUARTE, Luís Miguel - Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses… p.294.

sobre todos eles, pois alguns não apresentam dados suficientes ou relevantes para contribuir para este estudo.

A família Pessanha foi a escolhida pelo rei D. Dinis para renovar e reorganizar a marinha de guerra portuguesa, finda a reconquista e consolidadas as fronteiras terrestres com Castela, D. Dinis contrata um homem de uma das famílias genovesas mais experientes e famosas para liderar a reforma da sua marinha de guerra, concedendo-lhe o cargo de Almirante-mor. É ainda nesta época que se dá a criação do Almirantado português, com a missão de consolidar a segurança da costa portuguesa.

Como já foi referido anteriormente, Manuel Pessanha já havia estado em Portugal, pelo menos uma vez que saibamos, cerca de 1306, aquando de uma escala de uma viagem comercial entre Inglaterra e Génova. A atuação de homens do mar genoveses na Península Ibérica era já uma prática bem conhecida, em grande parte devido aos serviços prestados à coroa castelhana por Bennedeto Zaccaria e Gil Bocanegra[77]. E por outro lado, era certo que a fama dos Pessanha e sua influência em várias cortes europeias havia chegado à corte de D. Dinis, contribuindo estes fatores para a escolha de Manuel Pessanha.

D. Dinis encarregou dois cavaleiros residentes na cidade de Avinhão com a missão de selecionar um homem - uma família - capaz de ocupar o cargo de Almirante, estes dois cavaleiros eram João Lourenço e Vicente Eanes César[78]. A escolha recaiu sobre um mercador genovês com vasta experiência marítima e comercial, com conhecimentos e ligações à Coroa inglesa, através dos seus irmãos, acesso a vastos recursos na cidade de Génova e ainda ligações privilegiadas com Roma, uma vez que o seu irmão Antonio Pessanha se encontrava ao serviço do Papa Clemente V[79]. Esse mercante era Manuel Pessanha contatado pela primeira vez em 1316, após o afastamento de Nuno Fernandes Cogominho do cargo de Almirante-mor do reino, após este último se afirmar como partidário do infante D. Afonso[80], no ano de 1317 foi convidado a deslocar-se a Portugal onde se encontrou com o monarca D. Dinis no Palácio real de Santarém[81]. Após algumas negociações o acordo foi formalizado através

[77] MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa …* p.169.
[78] VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha… p.5.
[79] MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa …* p.169.
[80] VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha … p.433.
[81] VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna … p.21.

do contrato de 1 de fevereiro de 1317[82], que irá desenhar os princípios base do Almirantado Português e confirma a entrada em funções do genovês como Almirante-mor do reino de Portugal, nos anos seguintes, até 1321, o monarca outorga uma série de cartas de confirmação e de mercê com o objetivo de reafirmar e reforçar o poder deste novo Almirante-mor.

Manuel Pessanha serviu a coroa portuguesa não só como um comandante militar naval, foi também encarregado de missões diplomáticas, como a de 1318, na qual seguiu para Roma com a companhia de Vicente Eanes César, esta tinha como objetivo a separação da Ordem Militar de Santiago da sua congénere castelhana. O Papa acedeu a este pedido e a ordem portuguesa adquiriu a sua independência, permitindo o arranque do seu processo de "nacionalização", consolidando assim um dos projetos políticos de D. Dinis, o da "apropriação" pela coroa das Ordens Militares[83]. É de novo enviado a Roma, em 1320, desta feita acompanhado por D. Gonçalo Pereira, deão do Porto[84], esta viagem tinha como objetivo obter fundos papais para a organização da armada portuguesa para combate dos mouros[85] e ainda receber a bula que permitia a separação da Ordem de Santiago portuguesa da sua homóloga castelhana, um outro motivo para esta viagem era a entrega de uma quantia de quatro mil florins e ainda um rol de queixas contra o Bispo de Lisboa, que era acusado de instigar o clima de conflito que se vivia no reino à época[86]. Como podemos verificar nos seus primeiros três anos no ofício Manuel Pessanha esteve várias vezes na cúria romana, estando documentada a sua presença na corte papal em "julho de 1317, no início do ano e durante o mês de junho-julho de 1318, no fim do mesmo ano princípio de 1319 e depois ainda em 1320"[87].

Mas não ficam por aqui as suas missões como diplomata, o reinado de D. Afonso IV inicia-se em 1325, mas Manuel Pessanha recebe a sua confirmação do cargo de Almirante-mor apenas no dia 21 de abril de 1327[88], o que demonstraria alguma hesitação por parte do monarca perante os serviços do genovês. Isto fica-se a dever à posição tomada pelo Almirante, aquando das lutas internas no reino entre D. Dinis e o

[82] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.27.
[83] GONÇALVES, Marta Pereira – Ammiragliato – Estudo sociológico sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481). In *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2017, p.96-123. p.104.
[84] Este homem mais tarde viria a assumir sucessivamente os cargos de Bispo de Lisboa e de Arcebispo de Braga.
[85] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.40.
[86] SOUSA, Bernardo Vasconcellos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p.50.
[87] VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha … p.434.
[88] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.27.

seu filho Infante D. Afonso, colocando-se o Almirante do lado da causa real, não despertando por isso especial interesse a D. Afonso IV renovar os seus serviços, visto que duvidava da sua lealdade[89]. Renovado o cargo, o genovês vai empreender de novo missões diplomáticas em nome da Coroa Portuguesa, duas delas terão como destino Inglaterra: a primeira deu-se em 1326, acompanhado por Rodrigo Domingues, foi muito bem-recebido e elogiado pelo monarca Eduardo II, a missão tinha como objetivo assegurar o casamento entre a filha de D. Afonso IV e o primogénito de Eduardo II, matrimónio que nunca se veio a realizar. Para a sua segunda missão diplomática em Inglaterra, Manuel Pessanha seguiu acompanhado do seu filho Carlos, recebendo de novo ambos amplos elogios por parte de Eduardo III[90]. Quanto aos seus feitos de armas Micer Manuel Pessanha participou em algumas batalhas[91], das quais destaco uma pela sua importância: a do Cabo de São Vicente, travada a 21 de julho de 1337, o resultado da batalha foi uma derrota portuguesa face aos castelhanos liderados pelo Almirante Alonso Jofre Tenório, acabando prisioneiros Manuel Pessanha e o seu filho Carlos Pessanha. Conduzidos até Sevilha, foram recebidos pelo monarca castelhano com "grande alegria"[92], foram libertados por volta de 1340, um pouco antes da batalha do Salado. Batalha na qual a armada portuguesa, comandada por Manuel Pessanha e o seu filho Carlos, participou em conjunto com a frota castelhana face à ameaça muçulmana que assombrava o reino vizinho em meados do século XIV. Manuel Pessanha terá falecido por volta do primeiro quartel do ano de 1342, pois já no dia 7 de abril desse mesmo ano surge mencionado como Almirante do reino o seu filho Carlos Pessanha.

No que diz respeito a Carlos Pessanha é escassa a informação acerca do seu desempenho de funções, apenas sabemos que acompanhou o seu pai em várias ações de batalha. O ponto alto da sua carreira terá sido a participação no cerco de Algeciras (1342), onde comandou a frota portuguesa. Segue-se-lhe Bartolomeu Pessanha, sobre o qual não consegui informação relevante para o estudo, o mesmo já não pode ser dito sobre o seu sucessor, Lançarote Pessanha, um dos homens que, sem sombra de dúvida, mais marcou o Almirantado português.

Desde logo é com este homem que a jurisdição do Almirantado conhece a sua expansão máxima, autorizado a colocar os seus oficiais em todos os pontos do país,

[89] VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise … p. 325.
[90] PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*... p. 154.
[91] Veja-se quadro nº1 em Anexos.
[92] PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina.* Porto: Lello & Irmão, 1977. p. 405.

usufruía de uma jurisdição que se aplicava em tempos de guerra e de paz a todos os pleitos dos homens do mar, quer cíveis, quer criminais. O período entre 1356 e 1373 terá sido a época de ouro do Almirantado português, excetuando apenas o curto período entre 1362 a 1367, quando Lançarote é acusado de adultério por D. Pedro I e destituído do cargo[93], exilando-se em Castela. Após 1373, começa a primeira fase de decadência do cargo, que durará até ao início do reinado de D. João I. Logo nesse mesmo ano Lançarote era destituído do cargo, em virtude do seu mau desempenho durante do cerco de Lisboa, sendo substituído por João Afonso Telo, um homem que teria uma experiência marítima praticamente nula, que chega ao cargo pela necessidade urgente de o preencher e por ser o irmão da rainha, o que com certeza contribuiu para a sua ascensão. Este nobre terá recebido o título de "Dom" aquando da sua entrada em funções como Almirante do reino[94], como Almirante tem uma carreira pouco brilhante, em grande parte marcada pelo desastre de Saltes em 1381, no qual a marinha portuguesa foi completamente arrasada. Foi preso pelos castelhanos e substituído no cargo pelo regressado Lançarote Pessanha, mas por pouco tempo, pois, este último será morto em 1384, acusado de ser apoiante da causa castelhana durante a crise de sucessão de 1383-1385.

6. Os Almirantes da Dinastia de Avis

Com a subida ao trono de D. João I inicia-se em Portugal uma nova dinastia e também uma nova fase do Almirantado português, como sabemos a situação política no país em 1385 é extremamente conturbada e o Almirantado não escapa a esse fenómeno, afetado pelo episódio de 1384, como acabámos de ver, com o Almirante em funções Lançarote Pessanha é morto em Beja por populares, acusado de ser partidário dos castelhanos. O Almirantado já tinha sido enfraquecido pela passagem pelo cargo de D. João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, e encontrava-se menos poderoso a nível económico depois de perdido o "feu" de Odemira em 1375[95]. É sob estas condições difíceis que chega ao Almirantado, em dois de junho de 1385[96] Manuel Pessanha II. Na doação feita pelo rei é restituída a vila de Odemira, nos termos em que a havia tido o

[93] LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007. p. 68.
[94] FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra …* (Vol. I). p. 109.
[95] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p. 409.
[96] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Supl. Vol. I). p. 304.

seu pai Lançarote Pessanha, não existe grande atividade no Almirantado durante os dois anos em que este homem ocupa o ofício. Manuel Pessanha II terá falecido nos finais de 1386 ou inícios de 1387[97].

O Almirantado permaneceu vacante até à doação do ofício por D. João I a Carlos Pessanha II, irmão do falecido Manuel Pessanha II, em 15 de dezembro de 1387[98]. Durante este período o Almirantado volta a perder a parte fulcral do seu "feu", a vila de Odemira, em 1387. Mas vejamos com atenção a carta de doação de ofício outorgada a Carlos Pessanha II, este documento começa por referir que foi o Condestável que argumentou e comprovou, junto de D. João I, que Carlos Pessanha teria legitimidade para receber a mercê de ofício de Almirante. Isto sugere que D. João I não estaria muito disposto a outorgar o cargo a este homem, a mercê é-lhe concedida a título vitalício "mice carlos que o aia em toda sua vida"[99] e não hereditário, como sempre havia sido feita, esta situação é posteriormente alterada quando, em 1397[100], é decidido, por carta de sentença, que a doação deve ser a título hereditário. Neste período inicial do reinado de D. João finda-se o estatuto de bairro coutado em 1392[101], em virtude de uma confirmação régia de um diploma outorgado ainda no reinado de D. Fernando. Tendo em conta todos estes elementos é possível conceber que estamos perante a fase mais negra do Almirantado português desde a sua criação em 1317. Afetado pelos maus desempenhos no teatro de guerra, intrigas de corte, apoios à causa castelhana durante a crise de 1383/85 e sucessões conturbadas, o Almirantado precisava de se reerguer e recuperar a confiança do monarca. Carlos Pessanha II irá ser o homem que dá início a essa recuperação.

O Condestável Nuno Álvares Pereira teve uma influência enorme na ascensão de Carlos Pessanha II, isto demonstra por um lado a fragilidade da manutenção dos Pessanha como a linhagem dominante do Almirantado, mas por outro lado revela o grande aliado Carlos Pessanha II na corte, que era o célebre Condestável. É através desta aliança que Pessanha tenta ganhar a confiança do monarca e prestigiar a sua linhagem, este processo fica completamente definido com o casamento de Carlos

[97] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.291.
[98] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.210.
[99] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.210.
[100] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.209.
[101] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.199.

Pessanha II com uma irmã do Condestável, D. Joana[102]. É então através de uma boa estratégia de ligações matrimoniais que o Almirante e o Almirantado recuperam o seu prestígio, estando agora ligados a uma das mais importantes famílias do reino português do século XIV. Nos anos seguintes, a recuperação do Almirantado consolida-se, Carlos Pessanha II mantém-se no cargo até 1433, ano em que se demite em favor do seu genro, D. Pedro de Menezes[103], 2º conde de Viana e 1º capitão de Ceuta.

D. Pedro de Menezes casou pela terceira vez no primeiro quartel de 1433[104], desta feita com D. Genebra, filha do Almirante Carlos Pessanha II, recebendo a tutela do ofício de Almirante por dote do seu casamento. Não foi possível encontrar uma carta de entrada em funções propriamente dita: o primeiro documento que faz menção a D. Pedro Menezes como Almirante é um privilégio concedido aos pescadores da cidade de Lisboa "A vos conde de viana nosso almirante"[105]. Sendo D. Pedro de Menezes o 1º capitão de Ceuta, isso implicaria que ele estivesse praticamente sempre na praça do norte de África, ocupando-se da sua administração e defesa, o que tornaria extremamente difícil, senão impossível o exercício das funções do Almirantado, em Portugal continental. José de Vasconcellos e Menezes apresenta uma teorização interessante acerca do modo de funcionamento do Almirantado nesta época. Após ter analisado a documentação referente a este período, descobre que nenhum documento é dirigido ao Almirante, o grosso dessa documentação é dirigida ao capitão-mor da frota e a outros oficiais ligados ao ofício marítimo, o que o leva a deduzir que "algumas atribuições do ofício do Almirantado seriam desempenhadas por várias autoridades".[106]

Olhemos também para o plano geral das navegações no Portugal de meados do século XV: o grosso da navegação atlântica já estaria nesta época nas mãos do Infante D. Henrique, predomínio que irá manter até à sua morte em 1460. No cargo de capitão-mor da frota teríamos, desde 1423, Álvaro Vaz de Almada, um homem e cavaleiro de grande estatuto, não só dentro do reino, mas também a nível internacional, fazendo parte da ordem da Jarreteira de cavalaria inglesa. São então dois "gigantes" que disputam com o Almirante, pela tutela das navegações militares portuguesas.

[102] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.294.
[103] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.295.
[104] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.298.
[105] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.283.
[106] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.296.

A 22 de novembro de 1437, D. Pedro de Menezes morreu, regressando o Almirantado para a tutela do seu genro, Carlos Pessanha II que foi confirmado pela doação de seis de fevereiro de 1439[107]. Neste período é notória uma nova decadência do Almirantado, com o seu poder fragmentado, fruto do afastamento do titular do cargo de Portugal continental, logo em 1441, Carlos Pessanha II pede ao monarca para confirmar e guardar os privilégios do Almirante[108] isto é, uma clara tentativa para tentar restabelecer e reafirmar os poderes do Almirante e do Almirantado, que se haviam dispersado durante a tutela anterior.

Carlos Pessanha II é substituído no ofício, em 1444[109], pelo seu neto Lançarote Pessanha II, que seria menor de idade, logo não poderia desempenhar o cargo, é aqui que entra em funcionamento o sistema de "regência", que estava consagrado no documento de 1319[110]. Foi o seu pai, Rui de Melo[111] que desempenhou efetivamente o cargo, este fidalgo empreendeu um esforço com o objetivo de revitalizar o Almirantado, de modo a fazê-lo regressar ao estatuto de inícios do século XIV. De imediato, desde 1444 regista-se um aumento exponencial de documentação relativa ao Almirante, Rui de Melo vai assim levando avante sua "luta pela conquista das prerrogativas do Almirantado"[112], obtendo confirmações de privilégios, ganhando sentenças sobre disputas de jurisdição, entre muito mais. Estávamos a acercar-nos de um dos momentos mais marcantes da história portuguesa do século XV, a batalha de Alfarrobeira (1449) na qual o Almirante toma o lado da causa real e combate contra as forças do Infante D. Pedro. Devidos aos serviços prestados à coroa na batalha, Rui de Melo integra a lista de nobres contemplados com amplos privilégios e mercês[113], no rescaldo da Batalha de Alfarrobeira. Era o culminar da sua política de promoção do Almirantado.

Em 1453 falece Lançarote Pessanha II, antes de atingir a maioridade, assumindo assim integralmente a tutela do cargo Rui de Melo por carta de mercê datada de 27 de

[107] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.395.
[108] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.409.
[109] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.440.
[110] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.36.
[111] Uma biografia completa deste fidalgo está disponível em: MORENO, Humberto Baquero – A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico. sep. da *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973, Série B, Vol. IV, p.1-1199. p.863.
[112] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.305.
[113] As doações feitas a Rui de Melo no período pós Alfarrobeira estão descritas em: MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira…* p.864.

julho de 1453[114]. Desempenha de uma forma muito ativa as suas funções, preocupando-se sempre com o fortalecimento e a afirmação do Almirantado, face aos restantes poderes e oficiais do reino. É nesta época que o Almirantado sofre uma das maiores transformações na sua organização, Rui de Melo seria fronteiro-mor do Algarve desde 1450[115], o que implicava a sua residência e presença frequente na zona sul do reino de Portugal, deixando desguarnecidos os restantes locais do país, da intervenção direta do Almirante. Por esta razão, D. Afonso V decide dividir a jurisdição do Almirantado em três secções: uma a norte estendendo-se do Minho até ao Mondego, uma outra no centro com sede em Lisboa, que cobriria a zona desde o Mondego até à fronteira com o Algarve, ficando a zona sul sob a jurisdição direta do Almirante. O rei pede a Rui de Melo para nomear dois homens, nos quais irá delegar uma parte do seu poder, sendo eles os seus subordinados.

O nome de Pero Rodrigues de Castro, cavaleiro da Casa Real e morador da cidade de Lisboa, é o proposto pelo Almirante ao Rei, para ocupar o cargo na zona entre o Mondego e o Algarve, sendo confirmado a 19 de setembro de 1450[116]. Um ano mais tarde o Rei sente a necessidade de colocar mais um representante, desta feita na zona norte do país, para ocupar este posto, Rui de Melo propõe Fernão Álvares Vieira, cavaleiro da casa do Duque de Bragança, homem que lutou em Alfarrobeira sob o estandarte da casa real[117]. Foi investido no cargo por carta de confirmação no mesmo dia em que o seu nome foi proposto, 13 de novembro de 1451[118]. O que aqui se desenha é a organização dos departamentos marítimos, segundo a divisão que se mantém até aos nossos dias (Norte, Centro e Sul). É difícil fazer uma avaliação do poder efetivo destes homens, porque não existe informação acerca deles na bibliografia nem na documentação consultada, aliás o único documento que encontrei que lhes faz menção está datado de 11 de janeiro de 1497[119] e menciona brevemente um "sota almirante"[120], não esclarecendo nem o seu nome, nem as suas atribuições. Não me foi possível, por estas razões, fazer qualquer tipo de avaliação do efetivo poder destes dois homens.

[114] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.502.
[115] MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira…* p.864.
[116] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.481.
[117] MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira…* p.546.
[118] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. I). p.487.
[119] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.475.
[120] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.476.

Rui de Melo conseguiu devolver o Almirantado a uma posição elevada em termos de prestígio e de poder dentro do reino português, feito atingido através de uma estratégia bem delineada, exercida junto do monarca no sentido de obter confirmações dos poderes, privilégios e bens associados ao cargo, com a qual se conjuga a situação favorável à afirmação do poder nobiliárquico, que se verificou imediatamente após Alfarrobeira. Em 17 de outubro de 1463, Rui de Melo lavrou o seu testamento[121] no qual nomeia a sua esposa, D. Brites Pereira[122], como a sua principal herdeira, neste documento estão contidos vários elementos cruciais ao estudo do património do Almirantado português, mas devido às limitações impostas ao presente estudo não foi, de todo, possível incluir estes elementos na presente análise. Rui de Melo virá a falecer em Portimão, a 25 de fevereiro de 1467, supostamente vítima de um disparo que o atingiu, enquanto tentava acalmar uma rixa entre franceses e ingleses[123], por vontade testamentária foi sepultado na capela-mor da Igreja do Convento da Trindade de Lisboa, esta decisão deve-se à especial devoção mantida pela família Pessanha por esta ordem religiosa[124].

Sucedeu-lhe no cargo Nuno Vaz de Castelo Branco[125], mais um dos casos em que não é possível encontrar uma carta de entrada em funções propriamente dita. A única notícia que nos permite afirmar a sua chegada ao cargo, encontra-se na *Crónica de D. Afonso V*, de Duarte Nunes de Leão, explica o cronista que Nuno Vaz Castelo Branco recebeu o Almirantado, em abril de 1467, após uma cerimónia realizada na Sé de Évora[126]. Estamos perante um exercício do Almirantado sobre o qual não existe praticamente nenhuma documentação relevante para este estudo. A sucessão deste homem não é um assunto encerrado da historiografia, alguns autores consideram que ele manteve o seu cargo até à sua morte em 1481, enquanto outros afirmam que foi substituído pelo filho Lopo Vaz de Castelo Branco em 1475. Segundo a pesquisa realizada no âmbito deste estudo, os dados demonstraram que a primeira opção, sustentada por Anselmo Braamcamp Freire, é a mais correta. Estas dúvidas quanto ao detentor do cargo no último quartel do século XV, surgem da interpretação de um

[121] Publicado em: ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem…* p.311-314.
[122] D. Brites Pereira irá intitular-se de *Almiranta* no seu testamento lavrado a 21 de março de 1480, o documento encontra-se publicado em: ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem…* p.353-361.
[123] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.316.
[124] ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem…* p.76.
[125] Segundo Almeida Pessanha este homem seria cavaleiro do conselho real e vedor da fazenda.
[126] LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1975. p.894.

documento datado de a 25 de setembro de 1475[127], que se trata de uma doação régia endereçada a Lopo Vaz de Castelo Branco, filho do Almirante Nuno Vaz de Castelo Branco, na qual são garantidos ao seu filho todos os seus ofícios, os quais já possuía, bem como aqueles que herdaria depois da morte de seu pai, que seriam o Almirantado e a Montaria-mor do reino[128].

O que se verifica então neste documento não é uma doação em vida do Almirantado por Nuno Vaz de Castelo Branco ao seu filho Lopo Vaz de Castelo Branco, mas sim uma confirmação dos ofícios detidos pelo seu pai, a um filho de Lopo Vaz de Castelo Branco. Este último, pelo que conseguimos apurar, detinha em 1475 os títulos de cavaleiro do conselho real, monteiro-mor do reino. Pese embora Lopo Vaz de Castelo Branco estivesse na linha de sucessão para ocupar o cargo de Almirante do reino, tal não veio a acontecer pois este faleceu em 1478, antes do seu pai que se manteve como Almirante até à sua morte em 1481[129].

A morte de Lopo Vaz de Castelo Branco é explicada pelo contexto político da época, lembramos que neste período por volta do ano de 1475, D. Afonso V reanima as esperanças de união das coroas portuguesa e castelhana, dando início um confronto político e militar que se irá manter até 1479. Durante este conflito Lopo Vaz de Castelo Branco, de sua alcunha o "Torrão"[130], entregou o castelo de Moura aos castelhanos[131]. O castelo foi depois novamente recuperado por forças portuguesas e D. Afonso V emitiu um perdão, no qual lhe foram restituídas todas as suas possessões, mas o príncipe D. João não aceitou o gesto piedoso do seu pai e mandou assassinar Lopo Vaz de Castelo Branco[132], que assim perdeu a sua vida em 1478.

Como já referimos, o cargo irá manter-se nas mãos de Nuno Vaz de Castelo Branco até à sua morte em 1481, não existindo qualquer descendente elegível para assumir o cargo. Assim sendo o cargo permanecerá vacante durante cerca de dois anos até 1483, este é um período difícil para o Almirantado pois irão diluir-se os poderes e a jurisdição do cargo, à medida que a coroa se tenta apoderar de uma forma mais direta de todos os assuntos ligados à navegação, especialmente após 1475, quando o príncipe D. João recebeu do rei a tutela direta sobre as navegações e comércio atlântico. Isto a

[127] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.163.
[128] FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra …* (Vol. I). p.196.
[129] FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra …* (Vol. I). p.196.
[130] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado…* p.321.
[131] PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina…* p.865.
[132] LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal…* p.992.

somar ao clima de desconfiança que pairava sobre o ofício do Almirante, após, mais uma vez, ter tomado o partido do rei de Castela, pese embora neste caso essa adesão ao partido castelhano não ter sido feita pelo detentor do cargo, mas sim por um familiar próximo, que por sinal era o próximo elemento na linha de sucessão do cargo.

O impasse é finalmente resolvido em 1483[133], por carta de mercê que concedeu a Pero de Albuquerque, cavaleiro do conselho real, o ofício de Almirante, esta carta é um documento muito extenso que explica de uma forma pormenorizada quais os poderes, privilégios e jurisdição do Almirante. Esta opção explica-se pelo interregno que se verificou no cargo, pois o poder havia-se fragmentado, com outros órgãos e oficiais a apoderarem-se de privilégios e poderes que cabiam ao Almirantado, uma vez que a instituição via o seu desempenho habitual de funções afetado pela falta de um líder. Estabeleciam-se agora os novos moldes do poder do Almirantado: continuaria com o direito a todas as suas tenças, direitos, foros e privilégios; a sua jurisdição seria aplicável desde que se armasse a frota até ao dia do respetivo desarmamento da mesma; ficava dispensado de obrigação de manter em Portugal os 20 homens genoveses sabedores do mar e é lhe ainda retirada toda a autoridade sobre os homens do mar dos portos de Lisboa e Porto.[134] Como sintetiza muito bem José de Vasconcellos Menezes, "Tudo se resume a algum dinheiro, mas fracos poderes"[135]. Algo que se alterou logo a 20 de abril de 1484, quando D. João II concedeu a Pero de Albuquerque a jurisdição do Almirantado, como a havia tido Micer Manuel Pessanha: "A Pero Dalbuquerque, almirante destes Regnos, doaçam de toda a jurdiçam que tinha e avia miçe Manuell, o primeiro allmirante que foy"[136].

Durante a época de vacância é ainda de destacar que surgem dois homens que se afirmam como sucessores legítimos para ocupar o cargo de Almirante, esses dois homens eram Manuel Pessanha e Rui de Abreu[137]. Ambos fazem uma petição ao rei, a justificar a sua pretensão e legitimidade para assumir o cargo, o caso acaba em tribunal, onde por mediação régia fica acordado, em 1484, que dos dois desistiam das suas pretensões de assumir o cargo, recebendo em troca as seguintes compensações: Manuel Pessanha os direitos da mouraria de Elvas e o senhorio de Vila Boim, com todos os seus

[133] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.270.
[134] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado*… p.341.
[135] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado*… p.341.
[136] MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado*… p.342.
[137] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.275.

termos e jurisdição, alcaidaria, padroados de igrejas e todas as rendas e direitos, como os havia o Duque de Bragança; e Rui de Abreu receberia os direitos da judiaria de Elvas[138]. De notar que as doações feitas a ambos os homens eram apenas de caráter vitalício: "lhe damos a ambos em dias de sua vida como dicto he"[139].

Pero de Albuquerque manteve-se em funções durante apenas um ano, em 1484 foi preso em Lisboa e mais tarde degolado em praça pública, em Montemor-o-Novo. Após conhecer o destino do seu marido, D. Catarina refugiou-se no castelo do Sabugal, obrigando as forças do monarca a pôr cerco ao castelo, mas D. João II consegue obter uma rendição sem ter de recorrer às armas. Esta execução faz parte de uma campanha de sentenças lançadas por ordem de D. João II, que tinham como principal fim punir os apoiantes da causa do Duque de Bragança[140].

Lopo Vaz de Azevedo, o último Almirante analisado, recebe a 29 de março de 1485[141] a carta de mercê que o coloca em funções. Não forma encontradas nenhumas informações relevantes quanto ao seu desempenho de funções, o que é natural tendo em conta que chega a um Almirantado completamente desprestigiado, fragmentado e abalado por crises de lealdade e de sucessão.

7. O Almirante e Ceuta

A conquista de Ceuta em 1415 é a primeira manobra militar de grande envergadura, no plano marítimo desde as guerras fernandinas de finais do século XIV. Após a crise de 1383-85, os grandes embates militares portugueses tinham tido lugar em terra, como Atoleiros (1384) e Aljubarrota (1385), mas é importante reter que o combate em Ceuta se deu em terra, nas praias, e depois dentro da cidade, a componente naval mantinha o seu papel de apoio, servindo para o transporte das tropas, armas e mantimentos.

Com um papel tão crucial a desempenhar pelos meios marítimos seria de esperar uma grande atividade por parte do Almirante, mas o que na realidade acontece é o

[138] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.276.
[139] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.276.
[140] FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p.78.
[141] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Vol. III). p.292.

oposto. Nas fontes o Almirante quase nunca surge mencionado, aliás na principal fonte sobre a tomada de Ceuta, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes Zurara, existe mesmo um erro do cronista, que identifica o Almirante à época em funções como sendo Lançarote Pessanha. Tal seria impossível porque outras fontes documentais como por exemplo a Chancelaria e Cartas régias, indicam que o Almirante em funções seria Carlos Pessanha II. Podemos ainda acrescentar mais alguns argumentos que provam que seria impossível ser Lançarote Pessanha quem ocupava o cargo de Almirante em 1415.

Lançarote Pessanha I faleceu em 1384 em Beja, durante a crise de sucessão, suspeitando-se que o Almirante se iria declarar a favor da causa de D. Beatriz, o povo da cidade de Beja deteve-o e receando alguma represália após o aprisionamento deste importante nobre, resolvem matá-lo. Lançarote Pessanha II entraria em funções apenas em 13 de agosto de 1444 e era à época menor de idade, funcionado assim o Almirantado através de um sistema de "regência" com Rui de Melo, pai de Lançarote, como Almirante efetivo até o seu filho atingir a maioridade, como vimos atrás. Por isso era impossível Lançarote Pessanha ser o Almirante à altura dos acontecimentos de 1415. O engano do cronista é compreensível, dada a diferença temporal entre o momento em que ocorreram os eventos e a época em que escreve sobre eles. Temos ainda a possibilidade de erro no relato feito pelo Infante D. Henrique ao cronista ou um lapso na leitura de documentos, a lista é infinda. Uma outra possibilidade a colocar é a de que esta é uma omissão de Zurara, aquando da composição desta crónica, negligenciando quase completamente a ação do Almirante, que assim se torna em mais uma das "vítimas" do cronista, na narração deste episódio, que viram o seu papel resumido a uma mera menção. Isto porque Gomes Eanes Zurara tinha como objetivo final engrandecer a atuação de D. João I e dos seus três filhos, que são na verdade os protagonistas desta obra, mas isto tudo em nada reduz a importância da obra de Zurara, que até aos nossos dias continua a ser a fonte documental mais importante para o relato do início da empresa guerreira portuguesa no Norte de África.

Feito este apontamento sobre a crónica vejamos o papel desempenhado pelo Almirante nesta expedição, refira-se em primeiro lugar a preparação do plano estratégico, a missão de espionagem levada a cabo pelo Prior da Ordem do Hospital e Afonso Furtado, capitão-mor da frota que os levou até à Sicília a fim de encetar negociações com a rainha viúva. Pelo caminho fizeram uma escala em Ceuta para efetuar um reconhecimento discreto da cidade, do seu aparelho de defesa, locais de

desembarque, etc… A questão que colocamos é, porque razão não seguiu o Almirante nesta viagem? Sendo ele o comandante máximo da marinha de guerra portuguesa, decerto poderia dar uma opinião valiosa em questões de manobras navais e identificação de possíveis locais de desembarque.

Este episódio demonstra claramente que o Almirante já tinha começado a perder influência na tomada de todas as decisões estratégicas relativas à guerra naval. Em grande parte, devido à desconfiança vivida face à lealdade da família Pessanha à causa do mestre de Avis, provocada pelo episódio de 1384, em Beja, sentimento esse que se nota ainda no documento que determina a entrada em funções de Carlos Pessanha, sendo-lhe outorgado o Almirantado apenas a título vitalício e não hereditário.

O Almirante é apenas mencionado aquando da ordem de preparação das armadas, sendo encarregado de aprontar todos os homens do mar necessários para o esforço logístico necessário para a armação da frota. É de novo referido já na altura em que frota zarpa de Lisboa, ele e o seu filho seguem no comado de duas galés. Não temos mais nenhuma informação que nos permita descrever o seu papel nas manobras militares que se seguiram, fica apenas a notícia de que um irmão do Almirante, um tal "Miçe Itam", fica encarregado do comando de uma frota, com a missão de defender o estreito de Gibraltar[142], após a tomada da cidade de Ceuta. O papel do Almirante na tomada de Ceuta em 1415 parece ter sido muito reduzido, isto pode dever-se a várias razões, como já atrás referi: a desconfiança do monarca perante a lealdade dos Pessanha poderá ter sido um fator decisivo na atribuição do seu papel na armada; um outro fator poderá ser a própria organização da frota, que se encontrava dividida entre D. João I, que teria o comado das galés e o infante D. Pedro, que teria o controlo das naus da armada. Mas o principal fator foi o significado que toda esta empresa tinha para a realeza: era a legitimação de uma dinastia, por isso o protocolo ditava que o controlo máximo da armada fosse exercido de forma direta pela família real.

8. Bens económicos do Almirantado[143]

Como já referimos o Almirantado conhece a sua criação no reinado de D. Dinis, mais concretamente em 1317, nesta primeira fase da sua implementação o património

[142] ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1916. p.264.
[143] Veja-se o quadro n.º 3 nos Anexos, para acompanhar a leitura deste ponto.

adjacente ao Almirantado ganha um significado que vai para além da expressão económica e financeira. Este primeiro "feu" outorgado por D. Dinis a Micer Manuel Pessanha é a base da legitimação do contrato de vassalagem entre o genovês e o rei português, garantindo a obrigação do primeiro de serviço e lealdade à coroa portuguesa. Esta primeira doação consistia numa tença anual de 3 mil libras, a serem pagas através das rendas dos reguengos de Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate e ainda a doação do lugar da Pedreira na cidade de Lisboa, espaço que mais tarde virá a ser conhecido como o "bairro do Almirante". O espaço doado ao Almirante era contíguo aos terrenos possuídos pelo convento da Ordem da Santíssima Trindade, construído em 1294, esta convivência deu aso a algumas queixas apeladas ao monarca, o qual resolveu a contenda ao ordenar demarcar o terreno numa carta endereçada ao alcaide de Lisboa, a 25 de setembro de 1320[144]. O pagamento das rendas seria feito em três prestações, sempre no primeiro dia dos meses de janeiro, maio e setembro. A doação tinha um caráter hereditário, durando até se encontrar disponível alguma "vila, lugar povoado ou herdade", cujo valor fosse igual a três mil libras ao ano. O Almirante receberia ainda um quinto de todos os saques e presas tomados por mar, e por cada mouro capturado receberia 100 libras do monarca, que em seguida tomava esses prisioneiros mouriscos sob sua custódia. Às suas custas o Almirante teria de manter de forma permanente, ao serviço do Rei, 20 genoveses sabedores do mar, o rei assumiria o pagamento dos soldos destes homens quando os convocava para o seu serviço e ainda concedia o privilégio ao Almirante de poder utilizar estes homens, em tempos de paz para fazerem comércio na Flandres, Génova ou outras partes. Desde logo se levanta uma questão, nunca saberemos a quantia exata do valor dos bens do Almirantado, porque não existe documentação que nos permita, de alguma forma, quantificar os valores arrecadados através comércio realizado por si e pelos seus homens.

A seguinte grande alteração na riqueza do Almirantado dá-se em 1319 é neste ano que, finalmente, o método provisório de pagamento da tença anual é substituído por um "feu" concreto, com a doação da vila e do castelo de Odemira e ainda do reguengo de Algés. Este método, que assentava na arrecadação das rendas dos reguengos acima mencionados, causou alguns problemas entre o Almoxarife de Lisboa e o Almirante, suscitando a intervenção do Rei, que determinou então que, quando fosse necessário, se poderia recorrer às rendas da cidade de Lisboa para perfazer o valor anual de três mil

[144] ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados … p.11.

libras. Em 1322, devido aos bons serviços prestados ao Rei, o Almirante recebe um acréscimo anual no valor de mil libras, mas é também referido neste documento que, previamente, já havia sido feito um aumento da tença anual do Almirante, no valor de duas mil libras, a serem pagas em dinheiro e panos. Segundo Giulia Rossi Vairo, a principal causa para a outorga destas doações a Manuel Pessanha fica-se a dever à lealdade por ele demonstrada ao rei D. Dinis aquando do período de lutas internas (1319-1324), entre o monarca e o seu sucessor e futuro rei D. Afonso IV[145]. Verificamos então que o valor da tença anual do Almirante rondaria, por esta altura, as seis mil libras anuais.

Em 1357, surge a menção a uma renda da vila de Lagos que deveria ser paga ao Almirante, não conseguimos, no entanto, obter mais informações, ficando por definir o valor desta renda e quando é que esta foi doada ao Almirante. Já em 1361 o Almirantado recebe uma importantíssima doação, outorgada por D. Pedro I, que se constituirá como uma das suas maiores fontes de rendimento, a taxa de ancoragem doada a 11 de março de 1361. Todos os barcos que lançassem âncora num porto português deveriam pagar ao Almirante uma taxa, cujo valor poderia variar da seguinte forma: um navio entre os 50 e os 100 tonéis deveria pagar uma dobra de ouro, enquanto que um navio cujo peso estivesse entre os 30 e os 50 tonéis deveria pagar meia dobra de ouro. Esta taxa era paga apenas uma vez por ano. A 11 de janeiro de 1370, é doada a Lançarote Pessanha uma casa no bairro da Pedreira (bairro do Almirante). No ano seguinte, 1371, é outorgado a Lançarote Pessanha, um quarto de uma azenha no sítio da Atalaia em Faro, mas, pese embora, o Almirante fosse dono de apenas um quarto do engenho, ele devia receber a totalidade dos rendimentos que esta estrutura produzisse. O que também se verifica com esta doação é um alargamento, da localização geográfica das doações, que até então se tinham mantido perto da zona de Lisboa, o Almirantado começa assim a arrecadar possessões no sul do país, mais concretamente no Algarve.

Em 1373, Lançarote Pessanha é afastado do cargo de Almirante, fruto da sua atuação aquando do episódio do cerco de Lisboa pelo exército castelhano. Entra em funções em 1375 D. João Afonso Telo, irmão da rainha D. Leonor Teles e nesse mesmo ano o Almirantado perde uma das suas mais importantes posses, a vila de Odemira. A apreensão é feita ainda enquanto Lançarote era o Almirante, e a decisão seria fruto de uma punição aplicada devido à má atuação do Almirante, durante as guerras contra os

[145] VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise … p.325.

castelhanos: "lançarote peçanha que foe nosso almirante a qual lhe tiramos e mandamos receber pera a coroa do nosso regno por deserviços que nos fez".[146] A posse da vila de Odemira passou para D. Álvaro Pires de Castro.

Verifica-se algo de muito interessante nos anos de 1376 e 1377, o Almirantado é quase inundado de doações de terras mais pequenas e dispersas pelo território português, estas doações são outorgadas "para servir o Rei com certas lanças". Fazem parte da estratégia de reformas militares levadas a cabo por D. Fernando, o monarca faz uma série de doações a vários nobres do reino, de forma a assegurar um número fixo de homens de armas, que estes senhores deveriam disponibilizar sempre que fossem chamados a prestar serviço ao rei. Como explica Rita Costa Gomes, "por cada montante que o rei doava, correspondia assim um certo contingente armado a fornecer pelo nobre."[147] Em 1379, D. Fernando faz mais uma importante concessão ao Almirante, outorgando-lhe todos os direitos e rendas da alcaidaria da cidade de Lisboa, enquanto fosse mercê do Rei, esta é uma doação feita a título provisório, outorgada numa época de necessidade, visto que nos aproximávamos da terceira e última guerra fernandina (1381-1382).

Teremos de esperar até ao final da crise de sucessão para surgir uma nova doação ao Almirante, D. João I decide fazer de novo doação, em 1385, da vila de Odemira, tal como a houvera Lançarote Pessanha pai do novo Almirante, Micer Manuel Pessanha II. Passados dez anos, voltava para a esfera do Almirantado o seu "feu" original, isto pode ser interpretado como uma renovação da confiança da Coroa no Almirantado, ou então como fazendo parte da política de doações feitas à nobreza por parte de D. João I, como recompensa pelo apoio à sua causa durante o conflito da sucessão. Em 1388, o Rei faz outra doação, desta feita de umas casas no bairro da Pedreira, ou seja, no "bairro do Almirante" em Lisboa. A totalidade do património original do Almirante na cidade de Lisboa regressa assim à sua tutela, em virtude da doação feita a 8 de julho de 1393, na qual é lhe doado o Paço do Almirante e ainda o bairro da Pedreira.

Entramos no século XV, e aqui é mais complicado conseguir definir quais as receitas, tenças e privilégios detidos pelo Almirante, pois é nesta época que a família Pessanha começa, através de laços matrimoniais, a penetrar na corte régia, levando a

[146] MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses*… (Supl. Vol. I). p. 410.
[147] GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 115.

uma espécie de fusão entre os bens detidos pelo Almirante e as posses que este já teria sob a sua tutela como bens herdados da sua família. A isso temos de somar os bens ou privilégios que poderia vir a receber em virtude de outro cargo ou estatuto que pudesse deter. Não é estranho verificar que, a partir deste momento, os Almirantes detenham mais cargos além do de comandante naval, temos casos em que são condes, outros são cavaleiros do conselho real, outros ainda coudéis-mor. Esta acumulação de cargos e títulos torna esta análise mais difícil.

Em 1450 é dado um rude golpe nas finanças do Almirantado, quando o rei se recusa a pagar a tença anual de valor de 300 mil libras, que havia sido reivindicada pelo Almirante Rui de Melo. O rei justifica esta recusa com os seguintes argumentos: em primeiro lugar, a tença não deveria ser mais paga, pois já não era requerido ao Almirante que mantivesse à sua custa os vinte genoveses "sabedores do mar", exigidos pelo contrato de D. Dinis; em segundo lugar, D. Afonso V informa que já em tempo do seu avô, D. João I, a tença não era paga ao Almirante.

A última menção ao património do Almirantado que foi possível encontrar é a doação do cargo em 1475. Esta doação é um pouco complexa, uma vez que nela são doados vários cargos e mercês, promovendo assim uma fusão entre os privilégios, mercês e bens do Almirantado, e os detidos pela família dos Castelo Branco, que ocupava o cargo de Almirante desde 1467. Nesta doação feita ao filho mais velho de Lopo Vaz de Castelo Branco são concedidos: o Almirantado, com todas as suas rendas e tenças, a montaria-mor do reino com todos os seus direitos, jurisdições e tença e por fim, o castelo de Moura com todos os seus direitos e rendas. Nos anos seguintes até ao final do século XV, não obtivemos dados de quaisquer doações ou alterações dignas de nota quanto ao património do cargo.

O património e riqueza detidos pelo Almirantado são fundamentais para assegurar o funcionamento da instituição, como por exemplo: para garantir a manutenção dos barcos, dos homens de armas, dos oficiais, dos galeotes e todos os outros custos associados a uma frota de guerra. A doação de património assume um cariz mais importante nos primeiros anos de afirmação do Almirantado, nomeadamente nas doações de 1317 e 1319, não sendo apenas meras doações materiais, visam assegurar o pagamento e a compensação do serviço do Almirante-mor, garantindo também a vassalidade e lealdade do Almirante perante o monarca e o reino. Ao longo do século XIV, vão aumentando as possessões detidas pelo Almirante, que vai

acumulando uma enorme riqueza e património, chegando a ser um dos grandes senhores do reino, mas após o reinado de D. Fernando, o declínio económico do Almirantado torna-se por demais evidente.

À entrada no século XV, este vê-se reduzido às suas posses na cidade de Lisboa (Bairro do Almirante e os Paços do Almirante) e ainda à taxa de ancoragem, privilégio que se irá manter. Entre as propriedades perdidas destacamos o seu "feu" original de Odemira e ainda o reguengo de Algés. Os inícios do século XV introduzem ainda uma outra alteração, relativamente aos bens possuídos pelo Almirantado, é a partir desta época que se torna comum o Almirante acumular este cargo com outros, que leva a que o património do Almirantado tenha tendência para se fundir com aquele que é detido pela pessoa do Almirante, isto é, com a sua herança familiar e ainda com tenças ou outros rendimentos que advenham de outro cargo ou título detidos por este homem, o que torna a quantificação destas mesmas posses e rendimentos muito difícil, exigindo um estudo aprofundado sobre cada família que ascende ao cargo.

Conclusão

O Almirantado português é muito mais do que apenas o órgão máximo da hierarquia militar da marinha portuguesa, criado no reinado de D. Dinis representou a vontade de consolidação da defesa da fronteira marítima e o início da inversão de forças entre os portugueses e muçulmanos no plano oceânico. Funcionou ainda como uma ferramenta crucial nas relações internacionais e diplomáticas do reino de Portugal, com o Almirante a desempenhar funções em inúmeras embaixadas enviadas às cortes de outros reinos europeus ou à cúria papal. Habilidade negocial e diplomática que foi conseguida através da contratação de um genovês, que consigo trouxe ainda mais benefícios, tais como um avanço nas técnicas de navegação, a consolidação de um corpo de oficiais conhecedores de navegação e experientes em combate marítimo.

Temos ainda de incluir um claro avanço nas técnicas, manobras e táticas militares que foram introduzidas em Portugal por estes 20 genoveses, que por certo alteraram as formas de condução de batalhas navais. A vertente de chefe militar conheceu o seu expoente máximo com os primeiros ocupantes do cargo, atuação essa

que chega a ser prezada pelo Papa Bento XII numa carta datada de 30 de abril de 1341, enviada a D. Afonso IV.[148] Após as guerras Fernandinas nota-se um claro decréscimo nas intervenções militares levadas a cabo pelo Almirante.

O Almirante foi também detentor de um visível poder feudal, dono de significativas possessões territoriais, concentradas numa primeira fase sobretudo em redor de Lisboa, e já no século XV, fruto de algumas alterações, no Algarve que passa a ser a zona central do senhorio do Almirante. À riqueza territorial temos ainda de acrescentar os valores que poderia ganhar com o comércio que lhe era permitido em tempo de paz e por fim, já numa época mais tardia temos de levar em conta as tenças que receberia por parte da Coroa.

O Almirantado estendeu ainda mais a sua influência através da jurisdição e da aplicação da justiça, a acrescentar ao estatuto de autoridade máxima, quando em frota ou armada, o comandante supremo da marinha de guerra medieval portuguesa forma a sua própria rede de oficiais, que compreendia ouvidores, alcaides, meirinhos e escrivães, entre outros, que tinham como função tratar e julgar os crimes de todos os homens do mar. Com o passar do tempo este poder jurisdicional evoluiu, passando a jurisdição a estender-se às épocas de paz e com alçada sobre todos os feitos dos homens do mar, cíveis ou criminais.[149] Assim sendo, por finais do século XIV o Almirante era uma das grandes entidades máximas na aplicação de justiça do reino, podendo as suas decisões apenas ser apeladas ao rei.

Durante a elaboração deste trabalho surgiram algumas questões às quais não foi possível responder, quer por falta de tempo, quer por falta de espaço. Entre elas destacamos as relações entre o Almirante e o Capitão-mor da frota, e ainda um outro tópico que merece mais atenção seria a evolução da jurisdição e aplicação da justiça por parte do Almirantado.

Em suma, a decadência desta instituição fica-se a dever a vários fatores, os quais fomos expondo ao longo do trabalho. Desde logo, o panorama das navegações havia-se alterado, as ambições marítimas eram outras, já não prevalecia a guerra contra o mouro nas costas portuguesas ou no Mediterrâneo, afirmava-se a aventura no Atlântico. A

[148] VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise … p.331.
[149] CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de Apontamentos (1483-1489). Códice da coleção pombalina da B.N.L.*, introdução e transcrição por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. p.150.

logística e a administração tinham de se adaptar às novas condicionantes do "terreno", por essa mesma razão adota-se o sistema de capitanias.

A posição da Coroa perante as navegações também se tinha alterado, vistas como uma enorme fonte de riqueza, a monarquia desejava ter um controlo direto e incontestado sobre elas. Posição essa que se veio a afirmar cada vez mais desde que, em 1475, D. Afonso V delegou no seu filho, o príncipe herdeiro D. João, a direção das políticas marítimas. Essa mesma tendência de centralização irá continuar a acentuar à medida que avançamos para a Idade Moderna, quando a Coroa cria à sua volta um complexo sistema burocrático e sigiloso de licenças e permissões que se aplicaram a todas as profissões ligadas à atividade marítima e da navegação.

Um outro fator que devemos levar em conta é a crescente política de centralização régia, que arranca com grande vigor durante o reinado de D. João II, a política de controlo nobiliárquico de finais do século XV nunca deixaria reerguer um potentado económico, político e judicial como o Almirantado do século XIV. Mas serão sobretudo os escândalos políticos, como as traições e deserções, as questões de sucessão no cargo, provocadas pela sua hereditariedade, e ainda os maus desempenhos a nível militar, os principais contribuintes para o declínio que o Almirantado português conhece em finais do século XV.

Fontes impressas:

BELGRANO, Luigi Tommaso – *Documenti e Genealogia dei Pessagno Genovesi: Ammiragli del Portogallo*. Genova: Società Ligure St. Patria, 1881.

CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de Apontamentos (1483-1489). Códice da coleção pombalina da B.N.L.*, introdução e transcrição por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

Crónica de Portugal de 1419, ed. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998. ISBN:972-8021-58-5.

FR. Jerónimo de S. José – *História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Vol. I e II, 1789.

MARQUES, João da Silva - *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, Vol. I, Suplemento ao Vol. I e Vol. III, 1988.

LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1975.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004; ISBN: 972-27-1252-7.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*. Barcelos: Livraria Civilização, Vol. I e II, 1990, ISBN:972-26-0265-9.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2007. ISBN: 978-972-27-1253-8.

Ordenações Afonsinas - Livro I, nota de apresentação de Mário Júlio Almeida Costa. edição fac-similada, Real Imprensa da Universidade, 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PINA, Rui de - *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão, 1977.

ZURARA, Gomes Eannes – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa; 1916.

Bibliografia:

Estudos:

AIRALDI, Gabriela - Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História (org.) Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2006, p.139-146. ISBN:972-8932-07-3.

AIRALDI, Gabriella – Genovesi e Portoghesi verso un mondo globale. In *Ibéria Quatrocentos Quinhentos. Duas décadas de cátedra (1984-2006) Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. HOMEM, Armando Luís de Carvalho; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (coord.). Porto: CEPESE, 2009, p.211-221. ISBN:978-989-95922-9-2.

ALBERTO, Edite Martins – *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1999. ISBN: 972-9149-75-5.

ALBUQUERQUE, Luís – *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. Sintra: Publicações Europa-América, 1989. ISBN:972-1-02774-X.

ALBUQUERQUE, Luís – Lançarote Pessanha. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.) Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.106.

ALBUQUERQUE, Luís – Manuel Pessanha. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.) Navarra: Publicações Alfa; 1985, Vol. II, p.106.

BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976.

CÁLDERON ORTEGA, José Manuel; DÍAZ GONZÁLEZ, Francisco Javier – Alfonso X y el Almirantazgo Castellano: Reflexiones en torno al nacimiento de una institución. *Ius Fugit: revista interdisciplinar de estudios histórico-jurídicos.* Nº 8-9, 1999-2000, p.301-320. ISSN:1132-8975.

CALDERÓN ORTEGA, José Manuel - *El Almirantazgo de Castilla - Historia de una Instituición conflictiva (1250-1560)*. Madrid: Universidad Alcalá Henares, 2003. ISBN:84-8138-548- 4.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *D. João I*. Lisboa, Temas e Debates, 2008. ISBN: 978-972-759-967-7.

COELHO, Maria Helena da Cruz – Portugal: um reino "Plantador de Naus". *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.71-89. ISSN:0870-4147.

CUNHA, Rosalina Branca da Silva – Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia. sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Tomo XX, 2ª série, Nº1, 1954, p.1-74.

DUARTE, Luís Miguel – A Marinha de Guerra Portuguesa. In *Nova História Militar de Portugal*. José Mattoso (coord.); Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira (dir.). Lisboa: Círculo de Leitores; 2003, Vol. I, p.290-346. ISBN:972-42-3075-9.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta 1415. seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. ISBN: 978-972-24-1798-3.

DUARTE, Luís Miguel – Crimes do mar e justiça da terra. *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Série II, 1991, Vol.8, p.43-74.

DUARTE, Luís Miguel - *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3588-2.

DUARTE, Luís Miguel – Zaccaria, Pessagno, Bocanegra: Os Almirantes genoveses nos primórdios das marinhas de guerra de Castela, França e Portugal. In *Genova una "porta" del mediterraneo*. Luciano Gallinari (coord.). Brigati-Genova: Istituto di Storia dell`Europa mediterrânea, 2005, Vol. I, p.259-294. ISBN:88-87822-24-7.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Carlos Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.895. ISBN:972-42-0834-6.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Lançarote Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.896. ISBN:972-42-0946-6.

FERREIRA, João Pedro Rosa – Manuel Pessanha. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. II, p.896-898. ISBN:972-42-0946-6.

FONSECA, João Abel da; SOARES, Luís Couto; MAIA, José dos Santos (coord.) - *A Formação da Marinha Portuguesa: dos primórdios ao Infante*. Lisboa: Academia da Marinha, 2015. ISBN:978-972-781-122-9.

FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. ISBN: 972-42-3442-8.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921, 3 Vols.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3516-5.

GOMES, Saul António - *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN: 978-972-759-975-2.

GONÇALVES, Marta Pereira – *Ammiragliato* – Estudo sociológico sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481). In *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2017, p. 96-123. ISBN 978-989-99854-0-7.

KRUS, Luís – D. Fuas Roupinho. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. José Costa Pereira (coord.). Navarra: Publicações Alfa, 1985, Vol. II, p.187-188.

LÓPEZ de ARENOSA y DÍAZ, Francisco José - Despertar marítimo: Ante el 750 aniversario de la creación del Almirantazgo de Castilla. In *Cátedra Jorge Juan: Ciclo de Conferencias: curso 1996-1997*. Ignacio José Díaz Blanco (coord.). Ferrol: Universidade da Coruña, Servizio de Publicacións, 1999, p.165-192. ISBN: 84-95322-35-8.

MENEZES, José de Vasconcellos e - *Os Marinheiros e o Almirantado - Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI)*. Lisboa: Academia da Marinha, 1989.

MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa - Volume I (1139-1521)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989.

MORENO, Humberto Baquero (coord.) - *História da Marinha Portuguesa - Homens Doutrinas e Organização 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998. ISBN:972-8370-98-9.

MORENO, Humberto Baquero – A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico. sep. da *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques,1973, Série B, Vol. IV, p.1-1199.

ALESSANDRINI, Nunziatella; DUARTE, Luís Miguel – Porquê os Pessagno? Novos dados para o conhecimento desta família genovesa. In *Atas do XV Simpósio de História Marítima: O Mar como futuro de Portugal – a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante de D. Dinis*. Lisboa, 2017. No prelo, revisão de provas efetuada.

PEDROSA, Fernando Gomes - *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima- Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Cacém: Câmara Municipal de Cascais, 2000. ISBN:973-637-075-2.

PEREIRA, José António Rodrigues - *Marinha Portuguesa- Nove Séculos de História*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010. ISBN:978-989-8159-19-9.

PESSANHA, José Benedito de Almeida - *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1923.

PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.ISBN:972-42-3438-X.

QUINTELLA, Inácio da Costa - *Annaes da Marinha Portugueza*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1975.

SALDANHA, António Vasconcelos de – Almirante. In *Dicionário dos Descobrimentos portugueses*. Francisco Contente Domingues (coord.); Luís de Albuquerque (dir.). Lisboa: Círculo de leitores, 1994, Vol. I, p. 55-56. ISBN:972-42-0834-6.

SALDANHA, António Vasconcelos de – O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV, 1988, p.137-156. ISSN:0870-6735.

SEQUEIRA, Gustavo Matos – *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, Vol. I.

SILVA, Maria Fernandes Espinosa Gomes da – Almirante. In *Dicionário de História de Portugal*. Joel Serrão (dir.). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, Vol. I, p.118-119.

SILVA, Tiago João Queimada e – Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419. *Revista Portuguesa de História*. Tomo XLIII, 2012, p.91-104. ISSN:0870-4147.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012. ISBN:978-972-759-966-0.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, Vol. II. ISBN:972-98018-3-5.

SOUSA, Bernardo Vasconcellos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. ISBN:972-42-3515-7.

VAIRO, Giulia Rossi – A guerra civil portuguesa, o almirante Manuel Pessanha e a criação da Ordem de Cristo. In *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*. Isabel Cristina F. Fernandes (ed.). Palmela: Câmara Municipal de Palmela; GESOS, 2018, Vol. I, p.427-441. ISBN:978-972-8497-75-0.

VAIRO, Giulia Rossi – La Lisbona di Manuel Pessagna. In *Le nove son tanto e tante buone che dir non se ne puó*: Lisboa dos Italianos-História e Arte (sécs. XIV-XVIII). Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano

Sabatini (org.). Lisboa: Cátedra de Estudos Sefraditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 2013, p.19-37. ISBN: 978-989-96236-3-7.

VAIRO, Giulia Rossi – Manuel Pessanha et l'organisation de la flotte portugaise au XIVe siècle. In *The Sea in History – Medieval World II*. Michel Balard (ed.) - Paris: Boydell & Brewer, 2017, p.322-331. ISBN: 978-1-78327-159-7.

VAIRO, Giulia Rossi - O genovês Manuel Pessanha, Almirante d`El-Rey D.Dinis. *O Medievalista* [on-line] Nº13 janeiro-junho 2013, Lisboa: IEM. [Consult. 2 de outubro de 2017] Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/. ISSN:1646-740X.

VIANA, Mário – O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*. J. Solórzano, M. Bochaca e A. Aguiar (coord.). Logroño: Instituto de Estudos Riojianos, 2012, p.313-344. ISBN: 978-84-996003-3-8.

VERLINDEN, Charles – Dal Mediterraneo all´Atlantico. In *Contributi per la storia economica*. Prato: Istituto Internazionale di Storia Economica, 1975, p.27-51.

Anexos:

Quadro nº 1 – Cronologia dos ocupantes do cargo de Almirante português entre os séculos XII e XV, com o título que ostentavam durante o desempenho do seu ofício

Cronologia dos Almirantes portugueses – Século XIII a XV		
Nome	**Vigência do Cargo**	**Título**
Domingos Martins (?)	1285-1298	Almirante
Nuno Fernandes Cogominho	1298-1316	Almirante-Mor
"Micer" Manuel Pessanha	1317-1344	Almirante-Mor
Carlos Pessanha	1342-?	Almirante
Bartolomeu Pessanha	1344-1356	Almirante
Lançarote Pessanha	1356-1373	Almirante/ Almirante-Mor
D. João Afonso Telo	1375-1381	Almirante
Lançarote Pessanha	1382-1384	Almirante-Mor
Manuel Pessanha "II"	1385-1386	Almirante-Mor
Carlos Pessanha "II"	1387-1433	Almirante
D. Pedro de Menezes	1433-1437	Almirante
Carlos Pessanha "II"	1437-1444	Almirante
Lançarote Pessanha "II"	1444-1453	Almirante
Rui de Melo	1453-1467	Almirante
Nuno Vaz de Castelo Branco	1467-1481	Almirante
Vacância do Almirantado	1481-1483	-
Pêro de Albuquerque	1483-1484	Almirante
Lopo Vaz de Azevedo	1485- 1501	Almirante

Quadro nº2 – Dimensão das armadas/frotas portuguesas

Batalha/ Destino da armada	**Data**	**Número de navios**	**Fonte**
Cabo Espichel	Julho de 1180	Desconhecido	B.C.M.P I p.15
Ceuta	17 de outubro de 1182	21 galés	Hª M.P. I p.141
Inglaterra (auxílio a Filipe, o Belo)	1295	4 navios	Hª M.P. I p.141
Cabo de S. Vicente	21 de julho de 1337	20 galés	Hª M. P. I p.141
Batalha do Salado	1340	10 galés	Hª M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1341	10 galés	Hª M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1342	10 galés	Hª M. P. I p.141
Auxílio a Castela	1364	10 galés	Hª M. P. I p.141
Bloqueio naval de Sevilha	Verão de 1369 a Outono de 1370	28 galés portuguesas, 4 galés fretadas a Reinel de Grimaldo e ainda 30 naus portuguesas	Hª M. P. I p.141
Cerco de Lisboa	1373	4 galés e um número indiscriminado de naus	Hª M. P. I p.141
Batalha de Saltes	17 de julho de 1381	21 galés, 1 galeota e 4 naus, guarnecidas por uma tripulação de 6 mil homens	Hª M. P. I p.141
Cerco de Lisboa/ Batalha do Tejo	18 de julho de 1384	17 galés, 5 grandes naus de guerra, 12 naus e 1 galeota, guarnecidas por uma tripulação de 3500 marinheiros e 800 homens de armas	N.H.M I p.338
Auxílio a Inglaterra	1386	6 galés, 2 grandes naus de guerra e 12 naus	N.H.M I p.344
Ceuta	1415	15 galés e 70 navios de vela	*Ceuta - 1415* p.90

Quadro nº 3 - Património do Almirantado português

Data	Bem concedido	Donatário	Fonte
1314, fevereiro 6	Horta em Salvaterra	Nuno Fernandes Cogominho	D.P. Vol. I p.20-21
1317, fevereiro 1	Lugar da Pedreira (Lisboa); tença anual de 3 mil libras; quinto de todas as presas e saques que fizer no mar; 100 libras por cada mouro capturado	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.27-30
1319, setembro 24	Feu da vila e do castelo de Odemira e reguengo de Algés	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.33-36
1322, junho 22	Acréscimo anual de mil libras à tença, a juntar a um acréscimo anterior de 2 mil libras anuais pagas em dinheiro e panos. O total da tença do Almirante: 6 mil libras anuais	Manuel Pessanha	D.P. Vol. I p.42-43
7 de abril de 1342	Capela no Mosteiro da Ordem da Santíssima Trindade (Lisboa)	Manuel Pessanha	*A Quinta da Trindade…* p.42
1357, junho 8?	Renda da vila de Lagos	Lançarote Pessanha	D.P. Supl. Vol. I p.35
1361, março 11	Taxa de ancoragem: 1 dobra de ouro para navios entre 100 e 50 tonéis, meia dobra de ouro para navios com 30 e 50 tonéis. (taxa cobrada uma vez por ano)	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.112-113
1368, março 10	Quitação de 15 000 libras a Lançarote	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.122

	Pessanha, em quais era obrigado aos Reis D. Pedro I e D. Fernando		
1370, janeiro 1	Casa na Pedreira (Bairro do Almirante)	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I pág.123
1371, janeiro 5	Um quarto de uma azenha em Faro (sítio da Atalaia), com todos os seus rendimentos	Lançarote Pessanha	D. P. Vol. I p.135
1371, julho 21	Perda do reguengo de Algés, em favor do Capitão-mor da frota Gonçalo Tenreiro	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. I p.147-148
1375, julho 8	Perda da vila de Odemira, em favor do fidalgo Dom Álvaro Pires de Castro	João Afonso Telo	D. P. Supl. Vol. I p.409-410
1376, abril 15	Terras da Ribeira, Cemadãães, Gondim, Berlãães, Bálsamo, Mesquinhata,Alvalas, Numão e Moledo	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p. 411
1376, abril 15	Terras de Bemposta, Penas Roias com os seus tabelionados; foros de Mogadoiro, Paradela e Vimeiro com tabeliado e meirinhado desta; herdades de Crastelos, o terço e um chouso em Vivinho; Freixo de Espada à Cinta com seu tabelionado; Torre de Moncorvo com seu tabelionado e uma azenha; Mirandela e Lamas e os bens de Maria	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p. 410-411

	Fernandes		
1376, julho 17	Castelo de Monsanto	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.411
1376, julho 19	Terras de Vileboas e Vilarelhos no almoxarifado de Torre de Moncorvo	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.411
1376, maio 23	Terras de Mafamude, Leborim e Lavadores do almoxarifado do Porto	João Afonso Telo	D. P. Supl. Vol. I p.411
1377, novembro 19	Terras de Paços, Azaguis e Carregosa, no julgado da Feira, com todos os seus frutos, novos, rendas e direitos	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.412
1379, março 20	Todas as rendas e direitos da alcaidaria de Lisboa, enquanto fosse mercê do Rei	João Afonso Telo	D.P. Supl. Vol. I p.415
1383, setembro 9	Quinta de Marim, no termo de Faro, com todos os "seus figueiraaees e herdades e pertenças"	Lançarote Pessanha	D.P. Vol. II, Tomo I p.177
1385, junho 2	Vila de Odemira com o seu termo, suas rendas, novos e direitos, como houvera Micer Lançarote	Manuel Pessanha II	D.P. Supl. Vol. I p.304-305
1387, fevereiro 25	Perda da vila de Odemira em favor de uma doação hereditária feita a Lourenço Anes Fogaça, chanceler do rei	Carlos Pessanha II	D.P. Supl. Vol. I p.432
1388, junho 6	Casas no bairro do Almirante	Carlos Pessanha II	D.P. Vol. I p.191

1393, julho 8	Doação dos Paços e Bairro da Pederneira	Carlos Pessanha II	D.P. Vol. I p.201-202
1450, agosto 13	Rei recusa o pagamento de uma tença anual de 300 mil libras	Carlos Pessanha II	D.P Vol. I p.478-479
1475, setembro 25	Castelo de Moura, com todos os seus direitos e rendas; Almirantado, com as suas rendas e tenças; Montaria-mor do reino, com os seus direitos, jurisdições e tença	Lopo Vaz de Castelo Branco e ao seu "filho mayor"	D.P. Vol. III p.163-164

ARAÚJO, Jorge António – Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 125-162.

Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita

Jorge António Araújo

up201507385@letras.up.pt

Resumo

A partir da leitura de duas crónicas medievais ibéricas, nomeadamente a *Crónica del Rey Don Juan*, de Pero López de Ayala, e os *Anales de la Corona de Aragón*, de Jerónimo Zurita, analisámos os discursos produzidos sobre Portugal, o território português, os portugueses e as relações deste reino com os seus congéneres europeus. O resultado foi a constatação de uma diferença clara e acentuada entre os discursos castelhano e aragonês, que ao longo do estudo vamos detalhando. Tendo em conta as diferentes perspectivas transmitidas por estas crónicas, desenvolvemos ainda uma proposta de interpretação quanto ao posicionamento de Portugal no xadrez ibérico medieval.

Palavras-chave: Crónicas Medievais Ibéricas; Portugal, Castela e Aragão; Pero López de Ayala; Jerónimo Zurita.

Abstract

Starting from the reading of two medieval Iberian chronicles, namely the *Chronicle of the King Don Juan*, from Pero López de Ayala, and the *Annals of the Crown of Aragon*, from Jerónimo Zurita, we analyzed the discourses produced on Portugal, the Portuguese territory, the Portuguese and the relations of this kingdom with its European congeners. The result was the finding of a clear and sharp difference between the Castilian and Aragonese discourses of those two chroniclers, which we detail in the course of the study. Taking into account the different perspectives conveyed by those chronicles, we developed yet a proposal of interpretation regarding the positioning of Portugal in the medieval Iberian chess, the "Game of the Kings".

Keywords: Iberian Medieval Chronicles; Portugal, Castile and Aragon; Pero López de Ayala; Jerónimo Zurita.

Introdução

No mundo globalizado, como é o nosso, o estudo das relações entre povos adquire particular pertinência, e a análise dos discursos que os *outros* produzem sobre *nós* pode revelar-se um contributo para a percepção da nossa própria identidade e do nosso lugar no mundo. São esses discursos que constituem o objecto do trabalho de investigação apresentado, nomeadamente os produzidos pela cronística castelhana e aragonesa sobre Portugal, mais concretamente na *Crónica del Rey Don Juan*, de Pero López de Ayala, e nos *Anales de la Corona de Aragón*, de Jerónimo Zurita, numa perspectiva comparativa, à qual a historiografia portuguesa parece não ter dado ainda a devida relevância – conforme salientou Luís Miguel Duarte, no prefácio que escreveu à obra *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*[1].

Partindo da leitura e da análise crítica das ditas fontes, tínhamos como objectivos: 1. Contribuir para a reflexão sobre as potencialidades que a análise da cronística *estrangeira* tem para um melhor entendimento da posição de Portugal na Europa medieval, e da imagem do reino português entre os seus congéneres; 2. Identificar as linhas de força que, quanto a esta matéria, podemos encontrar nas duas crónicas analisadas; 3. Perceber as principais diferenças entre o discurso castelhano e aragonês sobre Portugal, sem deixar de respeitar e atender às devidas distâncias entre as fontes.

É precisamente por aqui que devemos começar, pelo reconhecimento da existência de profundas diferenças entre as duas obras nos mais variados aspectos: quanto às cronologias e aos ambientes de produção, ao método e estilo dos autores, aos conteúdos e às características internas das fontes. Estes são factores que influenciam tanto as perspectivas encontradas como as nossas metodologias de trabalho, pelo que sobre eles nos devemos debruçar inicialmente. De facto, a distância entre as fontes é tão assinalável que poderia tornar desadequada a escolha e comparação que fazemos. Todavia, importa centrar o objecto do estudo nos discursos sobre Portugal, que nestes dois textos estão consideravelmente presentes. Para além disso, é sabido que Jerónimo Zurita construiu grande parte da sua obra tendo como base as crónicas de Pero López de Ayala, mesmo quando se refere a Portugal, o que nos permite identificar eventuais mudanças discursivas intencionalmente introduzidas.

[1] Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Prefácio: regresso feliz a um rei triste*, p. 13-14.

Importa também ter presente a complexidade das crónicas enquanto fontes, tantas vezes *traiçoeiras*, dúbias e enigmáticas, não se entregando facilmente a quantificações ou a conclusões lineares e absolutas. Neste caso, lidamos com duas obras volumosas, sobretudo olhando aos 20 livros que constituem os *Anales de la Corona de Aragón* – e aqui vamos apenas até ao Livro X, que refere a morte de Juan I de Castela, estando naturalmente toda a nossa visão condicionada por este facto. Trata-se, portanto, de um trabalho que exige um maior aprofundamento e com diversos caminhos possíveis, resultando o nosso enfoque de uma inevitável selecção, que sem dúvida deixa de fora questões cuja abordagem seria igualmente pertinente. Sobretudo, procurámos desde o início obter duas perspectivas, para que pudessem ser comparadas. Será, então, sobre os aspectos que permitem essa comparação que mais nos centraremos. E é também por isso que escolhemos duas fontes propositadamente tão distintas, ao que não são alheios factores como a proximidade e a língua, que nos levaram, por exemplo, a descartar, para já, outras crónicas com possível pertinência, como as de Froissart.

Entre os pontos dados ao estabelecimento de comparações nas duas fontes, e que aqui vamos tratar, estão os discursos produzidos sobre personagens portuguesas, sobre a percepção do território português, sobre o que representa Portugal para ambos os autores e ainda a identificação das épocas e das temáticas mais valorizadas. Para isso, e como metodologia, estabelecemos um processo de leitura das fontes – apoiados na crítica e na bibliografia sobre o tema –, a partir do qual, seguindo um questionário previamente estabelecido, construímos duas bases de dados em que registámos as datas, as personagens, os lugares e pontos de referência mencionados, a caracterização que desses elementos os autores nos dão, os domínios temáticos de inserção dos assuntos tratados (militar, diplomático, comercial…), os aspectos a que os cronistas parecem dar mais importância em determinada questão, as referências perceptíveis quanto ao alinhamento ou às relações de amizade e inimizade entre reinos, as fontes que os cronistas dizem utilizar, entre outros pontos. Depois de construídas estas bases, e dada a massiva quantidade de elementos recolhidos, tornou-se necessário filtrar e trabalhar os dados parcelarmente, consoante os objectivos traçados. É a partir deste processo que se extrai toda a informação apresentada e que se fundamentam as nossas conclusões.

Estruturalmente dividimos esta exposição em quatro grandes pontos: o primeiro de revisão de alguma bibliografia crítica; o segundo de contextualização e crítica das fontes; o terceiro de apresentação e sistematização dos principais resultados obtidos; o último de análise e interpretação desses mesmos resultados, procurando apurar o *sentido*

histórico que cada um dos autores atribui a Portugal e discutir o lugar ocupado pelo reino português no mundo ibérico medieval.

Ao fecharmos esta introdução, torna-se necessário esclarecer que o facto de enquadrarmos uma fonte como os *Anales de la Corona de Aragón* dentro do *género cronístico*, ou de em diferentes momentos a estes nos referirmos como sendo uma *crónica*, resulta de um critério cientificamente justificado, que vai ao encontro da posição que alguns dos autores que mais recentemente se debruçaram sobre esta questão terminológica consideraram correcta, ao concluírem que, na Idade Média, a separação de géneros entre crónicas e anais não é evidente, sendo esta uma distinção do nosso tempo e geradora de equívocos[2]. Mesmo tendo em conta a noção ainda hoje frequentemente predominante de anais[3], percebemos que seria difícil aí enquadrarmos a obra de Jerónimo Zurita, pois ultrapassa em grande medida a mera relação de acontecimentos ordenados cronologicamente: pelo contrário, o que temos é a construção de uma narrativa intencional, apoiada numa construção historiográfica que abrange cerca de oito séculos. A própria nomeação de Zurita, em 1548, enquanto «Coronista»[4] deixa clara a natureza do seu ofício, que em cortes havia sido criado em 1547, com o intuito de se «escrivir la coronica de Aragon»[5], conforme consta no acto coevo.

[2] Vejam-se, por exemplo, as palavras de David Dumville: «… we have no reason to think that there was any distinction made between *chronicon* (etc.) and *annals*»; DUMVILLE, David – *What is a Chronicle?*, p. 4. Ou ainda as de R. W. Burgess e Michael Kulikowski: «The current distinction between annals and chronicles is therefore very recent and should be abandoned»; BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael – *Medieval historiographical terminology: the meaning of the word 'Annales'*, p. 175.

[3] Segundo David Dumville, foi Reginald Lane Poole, em *Chronicles and Annals: A Brief Outline of their Origin and Growth* (1926), quem com maior acutilância estabeleceu a definição distintiva entre crónicas e anais. Esta noção, que fez escola em obras de referência sobre o tema, é analisada pelo mesmo autor nos seus diferentes aspectos, nas suas incoerências e nos posteriores desenvolvimentos que teve: Cf. DUMVILLE, David – *What is a Chronicle?*, p. 4-11.

[4] ANDRÉS DE UZTARROZ, Juan Francisco – *Progressos de la Historia en el Reyno de Aragon, y elogios de Geronimo Zurita, su primer coronista*, cap. XI, p. 58.

[5] IDEM, *Ibidem*.

1. Bibliografia Crítica

O interesse pela cronística medieval estrangeira enquanto fonte para estudos históricos sobre Portugal não é novo, mas também não é comum, tendo vindo nas últimas décadas a adquirir maior pujança, seguindo novas abordagens críticas. É natural que neste cenário, por questões históricas e de proximidade, as crónicas ibéricas constituam um alvo privilegiado, sobressaindo, todavia, o estudo da cronística castelhana e, nesta, das obras de Pero López de Ayala, autor que desde sempre recebeu muito mais atenção por parte da historiografia portuguesa do que outros com trabalhos igualmente reconhecidos – desde logo do que Zurita. E são vários os motivos para essa incidência.

Num artigo de 1933, Juan de Contreras afirmava já que certas questões da história portuguesa estavam muito melhor reflectidas nas palavras de Pero López de Ayala do que nas de Fernão Lopes, ou do que nas obras portuguesas dos séculos XVII e XVIII, dando, entre outros, o exemplo de uma imagem mais realista de D. João I, face à exaltação apaixonada dos textos portugueses[6]. Também Mário Martins dirá que, por exemplo, na descrição da batalha de Aljubarrota, Ayala é «mais exacto»[7] do que Fernão Lopes, até porque nela participou pessoalmente.

Foi o próprio Fernão Lopes o primeiro a referenciar Ayala, recebendo de Castela as suas crónicas, criticando-as, mas copiando igualmente algumas passagens no seu trabalho, por vezes de forma literal. Sobre esta questão, o estudo de Peter Russell, *As Fontes de Fernão Lopes*[8], constitui ainda uma referência. Outros autores colocaram lado a lado os textos de Ayala e de Fernão Lopes, mostrando as suas relações, desde Juan de Contreras, em *El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografia portuguesa*, até Maria Emília Duarte Geada, na tese *Fernão Lopes e a influência de Pero López de Ayala na Crónica de D. Fernando*[9], ou Teresa Amado, em *Fernão Lopes contador de história: sobre a 'Crónica de D. João I'*[10]. A confrontação entre os textos serviu também a Giuliano Macchi para a determinação das variantes nos manuscritos das

[6] CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografia portuguesa*, p. 144.
[7] MARTINS, Mário – *Pero López de Perez Ayala em Aljubarrota e os seus cantares na prisão em Portugal*, p. 108.
[8] RUSSELL, Peter Edward – *As Fontes de Fernão Lopes*. Coimbra: Coimbra Editora, 1941.
[9] GEADA, Maria Emília Duarte – *Fernão Lopes e a influência de Pero López de Ayala na Crónica de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964. Tese de licenciatura.
[10] AMADO, Teresa – *Fernão Lopes contador de história: sobre a 'Crónica de D. João I'*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

crónicas de Fernão Lopes e para o estabelecimento das suas edições críticas[11]. Mais recentemente merecem destaque os estudos de Covadonga Valdaliso, tanto pelo recurso ao cruzamento de perspectivas entre Ayala e Fernão Lopes, como pela utilização de crónicas castelhanas enquanto fontes sobre Portugal. Outros exercícios comparativos têm resultado em estudos que focam questões mais específicas. É o caso, por exemplo, do trabalho de Rui Pedro Monteiro Santos, *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, relevante para a nossa investigação pelo levantamento que apresenta de certas personagens referidas na *Crónica del Rey Don Juan* e pela visão que nos dá quanto às escolhas e caracterizações feitas pelo cronista castelhano[12].

Não obstante a inspiração e a cópia, com Fernão Lopes inicia-se uma corrente de crítica e contestação à cronística de Ayala que perdura na historiografia portuguesa em séculos posteriores. Encontramo-la em nomes tão distintos como José Soares da Silva, no século XVIII, ou, já no século XIX, pela pena de D. Frei Francisco de S. Luís, o Cardeal Saraiva[13]. Entre os pontos altos da discussão e da crítica está constantemente o episódio narrado por Ayala no Ano V, Capítulo VII, da *Crónica del Rey Don Juan*, em que supostamente o Mestre de Avis, aquando da morte do rei D. Fernando, é o primeiro a notificar o rei de Castela do facto, incentivando-o a «tomar el Regno de Portogal, que pertenescia de derecho á la Reyna Doña Beatriz, su muger»[14]. Um episódio que, de resto, muita tinta fez correr e que continua a ser referido mesmo em obras mais recentes. Por muito tempo, aliás, se reduziu a obra de Ayala ao debate deste tema, daqui se percebendo a desconfiança e o preconceito que a historiografia portuguesa criou relativamente a estas fontes, retardando o seu conhecimento e negando-lhes utilidade.

Para Juan de Contreras, só no século XX a historiografia portuguesa procede à revisitação e revalorização das crónicas castelhanas, e nomeadamente as de Ayala, a partir de nomes como o de Damião Peres e de uma nova geração de historiadores que à época surgia, fazendo uso de uma abordagem crítica fundamentada, mais distante das *visões apaixonadas*[15]. Teresa Amado distingue posteriormente duas fases de maior

[11] Cf. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. XI-LXVIII. Cf. também: LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*, p. XI-LXXVII.
[12] Cf. SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes.*
[13] Cf. CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro…*, p. 136-137.
[14] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon*, p. 83.
[15] Cf. CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro…*, p. 144-145. Os contributos metodológicos trazidos por Damião Peres, nomeadamente na sua edição da *Crónica de D. Pedro*, de 1932, são igualmente postos em relevo por Teresa Amado. Cf. AMADO, Teresa – *The Study of literary texts*, p. 92.

interesse e evolução nos estudos de textos literários medievais e da cronística em particular: a primeira entre as décadas de 1950 e 1960, marcada em grande medida pela publicação de importantes obras de síntese e pela edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, de Lindley Cintra[16], com os subsequentes estudos de Diego Catalán Menéndez Pidal[17]; a segunda, a partir da década de 1980, pautada pela generalização de uma nova forma de pensar e fazer História, por um novo modo de olhar para estas fontes e pelas suas edições[18], mas também, diríamos nós, por um novo contexto de um mundo cada vez mais próximo, em que se potencia a circulação e o conhecimento das relações entre países. Nesse sentido, uma das principais alterações de paradigma ocorridas, e que hoje parece consensual, prende-se com a necessidade de abordar estas fontes tendo em conta o passado medieval partilhado entre Portugal e o resto da Península Ibérica, e já não a partir de uma perspectiva isolada[19].

Actualmente, são cada vez mais recorrentes os trabalhos que utilizam a cronística estrangeira como objecto de estudo em si ou como fonte documental determinante para as mais variadas áreas envolvendo a história de Portugal. Raramente, todavia, têm os *Anales de la Corona de Aragón* merecido particular atenção neste campo[20], e, quando considerados, surgem por norma sem grande aprofundamento crítico ou inseridos em relação com diversas outras fontes e em temas muito específicos. Podemos talvez arriscar dizer que esta é uma obra que permanece ainda relativamente desconhecida e inexplorada entre nós, sobretudo quando comparamos com a atenção atribuída a outras crónicas ibéricas.

Relativamente ao modo como Portugal é visto e tratado exteriormente pela cronística – e não só a nível ibérico –, um dos assuntos contidos na *Crónica del Rey Don Juan* e nos *Anales de la Corona de Aragón* que mais atenção tem merecido nos últimos anos é a batalha de Aljubarrota. Nesse âmbito inserem-se trabalhos como o de José Luís Martín Martín, *Aljubarrota vista pelos castelhanos*[21], e João Gouveia

[16] CINTRA, Luís Lindley, ed. – *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990. 4 vols.
[17] MENÉNDEZ PIDAL, Diego Catalán – *De Alfonso X al conde de Barcelos: quatro estudios sobre el nacimiento de la historiografia romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.
[18] AMADO, Teresa – *The Study of literary texts*, p. 87-92.
[19] IDEM, *Ibidem*, p. 88-89.
[20] Apontemos, porém, enquanto exemplo recente de como os *Anales* de Zurita podem constituir uma fonte relevante para temas da história de Portugal, o estudo de Marcelo Augusto Encarnação, *A Batalha de Toro* (2011).
[21] MARTÍN MARTÍN, José Luís – *Aljubarrota vista pelos castelhanos.* São Jorge: Fundação Batalha de Aljubarrota, D.L. 2008.

Monteiro, em *Aljubarrota Revisitada*[22], mas também a publicação do conjunto de *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*, com testemunhos, nacionais e internacionais, que directa ou indirectamente se relacionam com esse facto histórico e o ajudam a compreender[23], e ainda a tradução para português de duas passagens das *Chroniques*, de Jean Froissart, tornando assim acessível ao público português parte deste texto, redigido em francês medieval[24]. Os discursos castelhanos relativos à derrota em Aljubarrota, e o modo como esse acontecimento é recordado, foram também vistos, inclusivamente em Ayala, por César Olivera Serrano, em *La Memoria de Aljubarrota en Castilla*[25]. Para além disto, se na nossa investigação nos propomos a procurar elementos descritivos ou retratísticos, por exemplo quanto à caracterização dos monarcas, ressalve-se que outros estudos já nos precederam nesta matéria. No âmbito da cronística ibérica é exemplo o trabalho de Isabel de Barros Dias, que mostra como nas crónicas de inspiração afonsina dos séculos XIII e XIV os retratos dos soberanos continuam a ter a influência de modelos da Antiguidade Clássica[26], ou, relativamente à imagem do rei na cronística castelhana, o estudo de Carmen Benítez Guerrero, *La Imagen del rey en la cronística castellana: propaganda y legitimación durante la primera mitad del siglo XIV*[27]. Também recentemente Natália Pires publicou o seu artigo sobre a imagem dos portugueses na *Crónica del Rey Don Juan*[28], que seguiremos de perto na nossa análise das personagens.

Finalmente, se é verdade que podemos talvez falar numa redescoberta e revalorização destas fontes por parte da historiografia portuguesa, diga-se igualmente que muito está ainda por fazer. Em 2014, Luís Miguel Duarte, em prefácio à obra *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, questionava-se, em tom algo surpreso, como nunca antes fora realizado um exercício tão elementar como seria o de comparar, sistematizadamente, os aspectos gerais das cronísticas portuguesa e

[22] MONTEIRO, João Gouveia – A Interpretação. In *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001. p. 193-281.
[23] BARROCA, Mário Jorge, coord. – *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*. [S. l.]: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.
[24] FROISSART, Jean – *Crónicas: duas passagens relativas a Aljubarrota*. Trad. de Ana Sofia Laranjinha; notas críticas por Mário Jorge Barroca. [S. l.]: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.
[25] Cf. OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota en Castilla*, p. 278-286.
[26] Cf. DIAS, Isabel de Barros – Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV). In *Modelo: actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 123-128.
[27] BENÍTEZ GUERRERO, Carmen – *La Imagen del rey en la cronística castellana: propaganda y legitimación durante la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, 2013.
[28] PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses na 'Crónica de D. Juan I' de Pero López de Ayala*.

castelhana do século XV, definindo o artigo de Isabel Beceiro, *La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporâneos*, como uma referência no assunto a partir daquele momento[29]. A prévia inexistência de um exercício como este parece ilustrar condignamente o ainda incipiente estado de conhecimento das crónicas ibéricas entre a historiografia portuguesa. Não tendo passado assim tanto tempo, e uma vez que, até à data, não encontrámos novas perspectivas sobre o tema, também nós tomámos como referência o trabalho da dita autora, ainda que com condicionantes, já que se refere a uma cronologia muito específica, não analisa concretamente as nossas fontes e deixa de lado a cronística aragonesa[30]. Continua, aliás, a faltar um conhecimento mais aprofundado das crónicas de Aragão, numa perspectiva geral e quanto ao seu potencial para a investigação no campo da história de Portugal. Isto já para não nos estendermos aos textos de além-Pirenéus, tantas vezes inacessíveis, também por falta de divulgação e de estudos. Citam-se amiúde episódios singulares ou factos conhecidos de uma ou várias crónicas, repescam-se ilustrações, mas nem sempre se aprofundam as leituras sobre as fontes, com a devida sistematização. É também nesta lacuna que gostaríamos de enquadrar o nosso trabalho.

2. Aproximação às Fontes

As crónicas, enquanto fontes históricas, possuem um valor inegável, que não pode, porém, ser dado como garantido[31]. Ao confrontar-se com estes textos, o historiador deve estar ciente de que a imagem que recebe é deformada, consoante os interesses do cronista e das personagens ou entidades para as quais este trabalha[32], e que lida com um discurso cujo objectivo é o de convencer e influenciar o seu leitor[33]. No final da Idade Média o género cronístico conhece uma série de importantes e paulatinas transformações, desde logo por via de uma maior difusão, própria da época e de uma lenta mas progressiva evolução nas práticas do saber e da escrita, mas igualmente por uma certa diversificação das suas tipologias e das origens sociais dos seus autores[34].

[29] Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Prefácio…*, p. 13-14.
[30] Cf. BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporáneos*, p. 87-88.
[31] SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)*, p. 46.
[32] GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Economia dos descobrimentos henriquinos*, p. 220.
[33] SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário…*, p. 46.
[34] Cf. BLAKE, N. F. – *Chronicles*, p. 325-329.

O reconhecimento da influência e do poder do cronista leva a que os príncipes europeus, no final da Idade Média e princípio do Renascimento, o procurem chamar a si, oficializando o seu mester e cobrindo-o de benesses[35], mas deixando-o igualmente numa condição de dependência e de quase «servidão»[36], nas palavras de Guy Bourdé e Hervé Martin, em que se torna difícil distingui-lo do panegirista[37]. É aqui, no entanto, também como fruto desta relação, que se enuncia uma nova missão para o cronista. De facto, não se lhe pede já a mera decifração das «mensagens enviadas por Deus aos homens através dos acontecimentos»[38], mas sim a análise dos «jogos complexos da vida política»[39], o que requer uma capacidade de distanciamento que tem sido vista como anunciadora da «historiografia dos Tempos modernos»[40]. A par disto, diferentes autores identificam uma progressiva necessidade de, através das crónicas, se proclamar a superioridade colectiva de uns povos face a outros, transformando estes textos em veículos privilegiados de expressão de um «sentimento nacional»[41].

Esta caracterização inicial, ainda que necessariamente breve e não podendo ser generalizada a toda a Europa, espelha alguns dos elementos que já encontramos nas fontes que utilizamos. Fontes que, não obstante, são muito diferentes entre si, a vários níveis, pelo que sem atendermos a essas diferenças também dificilmente poderemos entender a sua leitura. Para além de provirem de entidades sociopolíticas distintas, como são os reinos de Castela e de Aragão, saliente-se, em primeiro lugar, o grande hiato cronológico que medeia a sua produção. As datações críticas apontam para que Pero López de Ayala tenha escrito a *Crónica del Rey Don Juan* entre cerca de 1390 e 1407[42]. Já quanto a Zurita, sabe-se que laborou nos seus *Anales* entre 1549 e 1580[43], a mais de século e meio de distância, portanto.

---

[35] SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário…*, p. 46.
[36] BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *As Escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias*, p. 26.
[37] IDEM, *Ibidem*, p. 31.
[38] IDEM, *Ibidem*, p. 35.
[39] IDEM, *Ibidem*.
[40] IDEM, *Ibidem*, p. 26.
[41] IDEM, *Ibidem*, p. 36. E para Portugal basta atentar ao tanto que já foi escrito relativamente às origens do sentimento "nacional" em Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Sendo extensa a bibliografia, veja-se como síntese: GIL, Ana Cristina Correia – *A Identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*, p. 93-111.
[42] Entre o início do reinado de Enrique III de Castela e a morte do cronista. Michel García afirma, todavia, que Ayala não escreveu as suas crónicas segundo um plano previamente estabelecido e de modo continuado, mas sim em várias etapas, «para responder a incitaciones de diversa índole». No caso da crónica de Juan I, diz-nos este autor que o cronista terá intercalado a sua escrita com a da crónica da menoridade de Enrique III, retomando-a posteriormente a partir de 1396. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas: el proceso creativo*, p. 56-61.
[43] Período no qual exerceu o ofício de cronista de Aragão. Estes foram publicados em duas partes, com dez livros cada: a primeira em 1562 e a segunda em 1579. Em 1580 é publicada a sua *Historia del Rey*

A obra cronística de Ayala é o produto de um século de crises, reflectindo-se no texto o decorrer da Guerra dos Cem Anos, do Grande Cisma do Ocidente e da necessidade de afirmação da autoridade régia castelhana, numa época de instabilidades sucessórias, de menoridade régia, de disputas pelo poder e de dissensões internas na elite política de Castela. Mais oposta não poderia ser a realidade em que se move Zurita, contemporâneo de Carlos I e de Filipe II de Espanha – este que viria a ser também Rei de Portugal –, testemunha do processo de expansão das Coroas ibéricas, mas também da emergência de forças concorrentes e dos avanços das Reformas, Protestante e Católica. Ambos os autores são figuras de relevo e de influência nas sociedades do seu tempo, com um alto nível de educação e literacia – visível no amplo conhecimento que dos autores clássicos detêm e pelos quais são influenciados –, provindo de meios familiares socialmente favorecidos, porém distintos: Zurita, filho do médico de câmara da corte espanhola, estuda na Universidade de Alcalá de Henares e desde cedo desempenha diferentes cargos públicos[44], até ser nomeado, em 1548, primeiro cronista oficial da Coroa de Aragão; já Ayala, de família nobre castelhana, é, antes de mais, um militar, politicamente promovido à mais alta proximidade com o Rei, ao seu conselho, a emissário de Castela por diversas ocasiões, a chanceler, e em cuja obra se espelha muito do que são os ideais de cavalaria e um certo sentimento de serena autoridade moral[45].

Ainda que aqui a tratemos isoladamente, diz-nos Michel García que a *Crónica del Rey Don Juan* deve ser vista em conjunto com a parte correspondente ao período da menoridade de Enrique III, na respectiva crónica deste monarca[46]. O mesmo autor considera este conjunto como um «corpus autónomo»[47] que não se confunde com as crónicas dos dois reis anteriores, Pedro I e Enrique II[48], e cuja composição estará estreitamente relacionada com as circunstâncias políticas da menoridade de Enrique III, em que Ayala participa activamente, pretendendo deixar o registo dos erros e das

Don Fernando el Católico, de las empresas, y ligas de Italia, que tem sido vista como sendo uma continuação ou a terceira parte dos *Anales*, mas cuja redacção é bem anterior à da segunda. Sobre os motivos de Zurita para o adiamento da publicação desta *Historia*, e sobre o título escolhido, veja-se: EXTRAVÍS HERNÁNDEZ, Isabel – *Algunas cuestiones sobre la Historia del Rey Don Fernando…*, p. 477-493.

[44] Cf. REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita: primer cronista oficial de Aragón (1512-1580)*, p. 20-21.

[45] Isto para além de seu pai, Fernán Pérez de Ayala, ser alguém com um passado conhecido na escrita de obras de cariz historiográfico, o que, para Michel García, pode ter tido influência na hora em que Pero López é feito cronista. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas…*, p. 53-55.

[46] IDEM, *Ibidem*, p. 58-61.

[47] IDEM, *Ibidem*, p. 60.

[48] Que terão sido escritas, aliás, bem antes, entre os anos finais do reinado de Enrique II e os primeiros de Juan I. Michel García afirma mesmo: «… no es absurdo suponer que a Ayala ni se le ocurriría pensar que iba a llevar adelante su obra cronística para los dos reinados seguientes». IDEM, *Ibidem*, p. 56.

responsabilidades de cada um, num «período particularmente crítico de la historia de Castilla, inaugurado por el fracaso de la empresa portuguesa del rey [Juan I] y concluido por el final de la minoría de su sucessor»[49]. Trata-se então de uma obra de legitimação régia, de registo da memória, mas com uma larga componente de crítica a opções do passado e de exposição de lições para um futuro que via em Enrique III a sua esperança[50].

Este não é já o mundo de Jerónimo Zurita. Nos seus *Anales*, o cronista procura narrar a evolução dos reinos ibéricos, particularmente de Aragão, desde a chegada muçulmana à Península, no século VIII, até à conquista do Reino de Granada, em 1492, terminando com o elogio dos Reis Católicos e da união das Coroas aragonesa e castelhana. Todavia, a criação do ofício de cronista e a promoção desta empresa ocorre num período de progressiva intromissão do poder central nos assuntos internos de Aragão, processo visto enquanto parte integrante do desenvolvimento do *absolutismo* espanhol, pelo que a afirmação da história e da identidade aragonesa corresponde também aos interesses da oligarquia local[51]. O contexto político é o de uma monarquia que articula uma grande diversidade de territórios extensos e longínquos, mas que se vê atacada em várias frentes, seja pelo avanço do protestantismo, pelas investidas de França e Inglaterra, ou ainda pela expansão otomana[52]. A multiplicidade das relações externas da Coroa de Aragão faz com que o interesse e a relevância dos *Anales* enquanto fonte não se limite apenas ao âmbito ibérico, mas a um vasto conjunto territorial, como o do Mediterrâneo em geral[53].

Na análise estrutural das duas fontes, começamos por destacar a diferença entre a personalização das crónicas de Ayala e a consideração da entidade política nos *Anales* de Zurita. Parecendo consensual a ideia de que até ao século XIV as crónicas régias, a nível ibérico, assentam grande parte do seu discurso num tronco comum, que tem por base uma identidade hispânica das monarquias[54], a partir desse mesmo século o que se verifica é um progressivo processo de particularização, desviando-se o centro de

[49] IDEM, *Ibidem*, p. 60.
[50] IDEM, *Ibidem*.
[51] REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita…*, p. 20-23.
[52] IDEM, *Ibidem*, p. 20-24.
[53] SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los 'Anales de la Corona de Aragón' de Jerónimo Zurita*, p. 79.
[54] Fundada na unidade religiosa, na participação na *Reconquista* contra o Islão e também na retórica ideológica em torno de uma antiga unidade política – a ideia de um *neogoticismo* cujo rasto é ainda visível no século XV, enquanto fundamento da monarquia dos *Reis Católicos*. Cf. ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*, p. 23-26.

interesse dos *feitos de Espanha* para os «fechos de los reyes»[55] – a autonomização da história dos reis e a desvinculação face à narrativa da memória peninsular, que também em Portugal acontece[56]. É claramente neste âmbito que devemos colocar Ayala, em cuja obra o rei se assume como figura central. Zurita, contudo, opera segundo uma outra perspectiva, de desenvolvimento da história de algo que é necessariamente maior do que a figura do rei, a Coroa de Aragão, desde as suas origens até quase ao presente em que escreve. Por esta razão, os seus *Anales* são comummente entendidos já dentro do grupo das «primeiras histórias nacionais»[57].

A crítica é parte integrante destes textos, inclusivamente nas referências aos monarcas. Isabel Beceiro diz-nos mesmo que uma das características que mais distingue a generalidade das crónicas de Castela face às portuguesas é essa «visión realista y crítica»[58], de que, aliás, Ayala constitui bom exemplo, na imagem que traça de Juan I, tantas vezes questionado nas suas escolhas, responsabilizado e dado como inapto. Também em Zurita encontramos este lado crítico, tanto a figuras régias, sobretudo de Castela, como a Alfonso X – tido como herético e blasfemo, cuja excessiva dedicação às ciências e às artes o teria feito negligenciar as suas funções[59] –, mas igualmente ao nível da crítica historiográfica, com o autor a questionar e a contradizer por diversas vezes o que dizem as suas fontes. Podemos entender as críticas aos monarcas tendo em consideração os quadros circunstanciais em que foram produzidas as duas obras e os seus objectivos, que já aqui fomos enunciando. Mas, segundo Isabel Beceiro, este aspecto é também o reflexo de uma realidade em que o rei se vê rodeado de outros poderes, que constantemente o relembram dos caminhos e exemplos a não seguir[60]. A necessidade de afirmação dos monarcas leva à frequente valorização, nas crónicas, dos episódios de vida cerimonial e de exibição de poder e riqueza, bem como ao salientar do protagonismo na luta contra o Islão hispânico[61]. Vemos isso em Ayala, em diferentes momentos, mas também em Zurita, sendo mesmo, neste último, um dos objectivos

[55] GÓMEZ REDONDO, Fernando – *La Crónica particular como género literario*, p. 421.
[56] Cf. KRUS, Luís – *Crónica*, p. 173.
[57] ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*, p. 58.
[58] BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza…*, p. 97.
[59] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. II, livro IV, p. 81 e vol. IV, livro IX, p. 276. É interessante como esta parece ser uma crítica comum a diferentes monarcas castelhanos e em diferentes crónicas. Isabel Beceiro aponta o exemplo de Juan II, também acusado de negligenciar o governo em favor de uma excessiva entrega ao estudo. Este é um tipo de crítica que, segundo a autora, não vemos nas crónicas portuguesas. Cf. BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza…*, p. 93-99.
[60] Diferente do que acontece em Portugal, de acordo com a mesma autora, onde a maior centralidade régia leva o discurso cronístico a assumir um tom menos crítico e mais laudatório. IDEM, *Ibidem*, p. 91.
[61] IDEM, *Ibidem*, p. 102-103.

máximos da sua obra. De facto, os *Anales* terminam com a conquista do Reino de Granada, que só teria sido possível, segundo o cronista, graças à união das Coroas. Assim, a ideia de combate ao Islão justifica, legitima e faz louvar esta união, de que Aragão é parte fundamental.

Outro aspecto de distinção entre os dois autores é o método de trabalho. Pero López de Ayala escreve essencialmente, ainda que a grande distância temporal, sobre acontecimentos de que é contemporâneo e nos quais chega a participar, ao longo de uma vida de serviço a quatro monarcas castelhanos[62]. Mesmo conhecendo, como o próprio afirma, histórias e crónicas antigas[63], e podendo ter acesso privilegiado a documentação, o seu relato contém muito de informações pessoalmente testemunhadas[64] e de selecção de lições exemplificadoras e moralizantes. Não conseguimos analisar os níveis de conhecimento que teria Ayala sobre Portugal. Contudo, a sua preparação intelectual e a longa estadia no reino, fruto da participação e prisão em Aljubarrota[65], certamente o munem de informações quanto à realidade portuguesa. Zurita, por outro lado, não protagoniza nem assiste aos acontecimentos que narra – nasce em 1512 e o seu texto termina em 1492. Porém, é consensualmente reconhecido pela forma afincada e rigorosa como colige e utiliza um enorme conjunto de registos documentais, que fundamentam a obra, bem como pela aplicação de métodos de crítica textual considerados revolucionários para o seu tempo e no seu meio[66]. Encontramo-lo, segundo Esteban Sarasa Sánchez, precisamente no momento final de uma tradição historiográfica, medieval, e no começo de outra[67]. A sua preocupação crítica estende-se inclusivamente, ou sobretudo, à obra cronística do próprio López de Ayala, como bem testemunham as *Enmiendas y Advertencias* que deixou, postumamente publicadas[68]. Sobre Portugal, as fontes que refere são essencialmente: o mesmo Pero López de

[62] Ainda que, conforme assinalado na nota 42, a escrita das suas crónicas possa não ter ocorrido de forma continuada nem obedecido a um plano previamente estabelecido.
[63] São várias as passagens em que o cronista nos diz isso. Por exemplo: «que leemos por hestorias é corónicas…», em LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 108; «Señor, vos sabedes por corónicas é libros de los fechos de España que son en la vuestra Camara, é los leen delante vos quando á la vuestra merced place…», IDEM, *Ibidem*, p. 126.
[64] Michel García afirma mesmo que, na Crónica de Juan I, a narração é descontínua e que as lacunas mais evidentes coincidem com os períodos de ausência do cronista no estrangeiro. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas…*, p. 57.
[65] Da qual regressa apenas em 1387 ou 1388. IDEM, *Ibidem*, p. 56.
[66] REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita…*, p. 25-26.
[67] SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los Anales de la Corona de Aragón'...*, p. 62.
[68] ZURITA, Jerónimo – *Enmiendas y advertencias a las crónicas de don Pedro, don Enrique el segundo, don Juan el primero y don Enrique el tercero que escribió don Pedro López de Ayala*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1683.

Ayala[69]; o «conde don Pedro de Portugal»[70] (ou de Barcelos); «las genealogias del conde don Pedro de Portugal»[71] (e registamos repetidamente por poder não se tratar da mesma fonte); Froissart[72]; uma «historia del rey don Fernando»[73] (que não podemos dizer ser a crónica de Fernão Lopes); sobrando ainda um conjunto de expressões vagas como «una historia antigua de Portugal»[74], uma «historia general»[75], «antiguos anales»[76], «memorias del reino de Portugal»[77], «escrituras originales antiguas»[78] e «un autor antíguo de Portugal»[79]. Mas não nos deixemos iludir: para além de, na maior parte das vezes, Zurita não ser claro na indicação das fontes que utiliza, em certas ocasiões é igualmente notória a sua ingenuidade – por exemplo, quando parece acreditar no que é dito por «una griega gran hechicera»[80] – e não deixa de cometer erros, que foram sendo corrigidos por diferentes autores[81].

É curioso que tanto a Zurita como a Ayala se reconheça um estilo de escrita algo semelhante, fluído mas austero[82]. Ambos se dedicaram ao estudo dos autores clássicos, tendo produzido traduções dos mesmos. De Ayala é conhecida a sua obra variada, em áreas como a poesia e a tratadística, ao passo que de Zurita sobressaem os seus comentários críticos a obras de cariz historiográfico, os seus estudos de genealogia aragonesa e uma numerosa correspondência.

Nas duas obras estão também implícitos diferentes métodos de estruturação e de narração: mais breve a crónica do rei castelhano, mas também mais aprofundada, numa estrutura variável de capítulos divididos por 12 anos; bastante mais longos os *Anales*,

[69] Por exemplo: «según don Pedro López de Ayala escribe en su historia…», em ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 206.
[70] Muitas vezes referido, sendo talvez a sua principal fonte sobre Portugal, ou a mais recorrente, pelo menos para os dez livros que vimos.
[71] Exemplo em: IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro I, p. 58.
[72] Exemplo em: IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 362.
[73] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 304.
[74] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro III, p. 231.
[75] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 163.
[76] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro III, p. 231.
[77] IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VII, p. 177.
[78] IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 367.
[79] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 276.
[80] IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro IV, p. 81.
[81] Cf. REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita…*, p. 12-18. Um erro clássico sobre Portugal é o que faz da rainha D. Mafalda de Sabóia «hija del conde don Manrique de Lara señor de Molina» (vol. I, livro II, p. 105), informação que está na provável fonte utilizada pelo cronista, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.
[82] Desta forma é caracterizado Jerónimo Zurita por Esteban Sarasa Sánchez. O mesmo Zurita auto-descreve a sua escrita, em 1578, apontando-lhe uma forma árida e austera, mas também concisa e clara. Cf. SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los 'Anales de la Corona de Aragón'…*, p. 77. Já quanto a Ayala, Juan de Contreras salienta o «glacial objetivismo» e a «impávida serenidad que ni un solo momento se turba ni se deconcierta», aspectos que, segundo diz, «llegan a veces a ser enojosos al lector». CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro…*, p. 116.

num total de 20 livros, cada um com um número muito maior de capítulos e subcapítulos, mas a tocar nos assuntos mais superficialmente, quando centrado na mesma cronologia da crónica. Estas diferenças estruturais são importantes pois determinam a utilização de metodologias distintas para o tratamento de cada obra, conforme adiante descrevemos.

3. Sumarização e Apresentação de Resultados

3.1. Os domínios temáticos e a necessária selecção:

Se por muito tempo, conforme enunciado no ponto relativo à *bibliografia crítica*, crónicas como a de López de Ayala foram reduzidas ao debate de um único tema pela historiografia portuguesa, desde cedo procurámos, na nossa investigação, ver nestas fontes novas potencialidades, definindo como objectivo, para recurso futuro, a identificação das principais linhas de força e dos domínios temáticos encontrados relativamente às referências a Portugal.

Uma *etiquetagem* demasiadamente rígida dos assuntos revelar-se-ia inapropriada a essa identificação e apenas nos traria problemas metodológicos, já que estamos a lidar com textos complexos, não lineares ou programáticos, reflexos da própria volatilidade humana, em que um mesmo capítulo pode tratar de questões da mais variada índole.

Não seria, contudo, necessário um grande nível de detalhe para percebermos que a maioria dos testemunhos que nestas crónicas conseguimos obter sobre Portugal se enquadra sobretudo nos campos da história política, diplomática e militar. Numa segunda linha, temos também informações de carácter económico, social, simbólico e, como já vimos, historiográfico. Referência ainda para algumas indicações de âmbito mais individual, como as descrições de personagens, e os esboços genealógicos. A vasta extensão das fontes e das possibilidades de trabalho apenas nos permitem apresentar uma pequena selecção e um ponto de partida para aprofundamentos posteriores.

3.2. Descrição da amostra, critérios e metodologias:

Precisamente enquanto ponto de partida, importa especificar que testemunhos são estes e com que volume de informação estamos a trabalhar. São três as variáveis que considerámos fundamentais para registo: as referências directas ao *reino* português, ao seu *território* e às *personagens* portuguesas – constituindo o que sinteticamente

chamámos de *assuntos portugueses*. Alguns critérios tivemos que definir para cada uma destas variáveis. Por exemplo, em relação ao território, foram contabilizadas tanto as localidades que entretanto deixaram de pertencer a Portugal como as que fizeram o caminho inverso, pois a imagem que pretendemos obter inclui necessariamente esses domínios, não nos sendo possível desligar da realidade presente em que escrevemos. Do mesmo modo, incluímos referências que podem estar mais ou menos ligadas a Portugal, mesmo sem coincidência exacta. É o caso das alusões à Lusitânia, ou a rios como o Douro e o Tejo. Importa ainda sublinhar o facto de não termos considerado os títulos nobiliárquicos entre os locais, já que isso desvirtuaria os resultados obtidos – com as referências ao conde de Barcelos, por exemplo, ficaríamos, quantitativamente, com uma grande predominância desta localidade, quando, efectivamente, poucos acontecimentos narrados nas fontes lá têm lugar.

No que concerne às personagens os critérios são ainda mais complexos, não podendo ser aplicado a esta época um princípio de *nacionalidade*. Sabemos o quão comum seria um nobre, em determinado momento, mudar-se para ir servir outro rei – novamente, o 1.º conde de Barcelos é disso mesmo exemplo, havendo também nos textos alusões a nobres naturais de Portugal que passaram para Castela. Poderíamos igualmente questionar os casos das rainhas que vieram para Portugal, que não eram *portuguesas* e certamente também nem falariam português, ou mesmo das que daqui partiram, para não mais retornar, entre tantos outros casos. Seria extremamente difícil, para não se dizer inadequado e anacrónico, procurar ou definir a personagem *portuguesa*. Portanto, todas estas figuras, mais ou menos relacionadas, tiveram que ser consideradas, requerendo, em certos casos, algum estudo biográfico.

Finalmente, tentando evitar repetições e lidar com o excesso de referências, optámos por apresentar os dados *arredondados* por capítulo. Ou seja, fizemos dos capítulos a nossa *unidade de medida*, sejam estes maiores ou menores, mais ou menos relevantes. A cada capítulo com *assuntos portugueses* corresponde apenas um registo. Assim, por exemplo na contabilização que adiante apresentamos das referências às localidades, se em determinado capítulo a cidade de Lisboa é por várias vezes mencionada, só a contabilizamos uma vez, nivelando-a, portanto, a outros locais que nesse mesmo capítulo surgem menos vezes. Só assim conseguimos controlar o *excesso* de dados, prevenindo, por outro lado, possíveis discrepâncias assinaláveis – até porque o que muitas vezes encontramos são frases feitas, ou fórmulas repetidas, que desvirtuariam os resultados.

Em suma, num total de 124 capítulos distribuídos pelos 12 anos (1379-1390) que perfazem a *Crónica del Rey Don Juan*, pudemos registar 83, ou seja, cerca de 65% dos capítulos, número revelador de uma *constante portuguesa* nesta crónica e muito superior ao das referências a outros reinos. Relativamente aos *Anales de la Corona de Aragón*, conforme inicialmente explicitado, tendo em conta o volume e a extensão cronológica abrangida pela obra, limitámos a nossa análise até 1390, ano da morte de Juan I de Castela, ou seja, até ao Livro X. Nestes 10 primeiros livros dos *Anales* registámos um total de 144 capítulos, dividindo-se cada um em números muito variáveis de subcapítulos, que não contabilizámos. São capítulos maiores do que os da crónica de Ayala, porém facilmente se percebe que, proporcionalmente, os *Anales* não dão tanta atenção a Portugal, privilegiando a relação com Castela e assumindo a centralidade daquele reino.

3.3. Cronologias de incidência

Anos	Capítulos Registados	Total de Capítulos
1379	1	5
1380	1	9
1381	4	5
1382	3	6
1383	11	15
1384	12	12
1385	20	21
1386	10	12
1387	7	7
1388	3	6
1389	4	6
1390	7	20
Total	83	124

Quadro 1 - Registo dos capítulos com referências portuguesas, por ano, na *Crónica del Rey Don Juan.* A sombreado os anos de maior incidência.

Conforme se demonstra no *Quadro 1*, a larga maioria dos capítulos referenciados na *Crónica del Rey Don Juan* diz respeito aos anos entre 1383 e 1386, facto que não nos deve admirar, por coincidir com o relato da crise dinástica, da invasão

castelhana a Portugal, da batalha de Aljubarrota e das consequências destes eventos[83]. De resto, chega mesmo a haver anos (1384 e 1387) em que todos os capítulos contêm algum tipo de alusão a Portugal, em oposição à menor recorrência dos primeiros dois anos e do ano final da crónica.

Quanto aos *Anales de la Corona de Aragón*, pela complexidade estrutural, em que os acontecimentos surgem frequentemente sem datações claras ou até em datas incorrectas, a aplicação da metodologia anterior não seria viável, o que nos leva a apresentar os resultados por períodos ou reinados. Há ainda que ter previamente em conta o facto de aqui a informação ser progressivamente mais delongada e aprofundada quanto mais recente é o tempo a que diz respeito – veja-se, por exemplo, que os primeiros 10 livros dos *Anales* vão do século VIII ao final do século XIV, ao passo que os 10 livros seguintes já só vão até 1492. Assim, o mais provável seria encontrarmos um maior volume de informação sobre os reinados mais recentes.

Período/Reinado	N.º de Capítulos
Anteriores[84]	3
D. Henrique	3
D. Teresa	3
D. Af. Henriques	8
D. Sancho I	6
D. Afonso II	4
D. Sancho II	8
D. Afonso III	10
D. Dinis	**34**
D. Afonso IV	**29**
D. Pedro	17
D. Fernando	13
D. João I	6
Total	144

Quadro 2 - Registo dos capítulos com referências portuguesas, por período/reinado, nos *Anales de la Corona de Aragón*. A negrito os reinados de maior incidência.

No entanto, tal como se verifica pelo *Quadro 2*, a atenção de Zurita, no que concerne a Portugal, recai sobretudo nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, um período longo, é certo, mas naturalmente, também, de intensa ligação entre Portugal e Aragão, em que é dado destaque ao matrimónio com D. Isabel, ao papel mediador de D. Dinis na questão do reino de Múrcia, ao conflito que opõe pai e filho, mas não só. Uma

[83] Já Michel García tinha apontado, a propósito da descontinuidade narrativa da Crónica de Juan I, para a grande atenção atribuída à segunda metade do reinado deste monarca (1385-1390) e especificamente ao ano de 1385. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas…*, p. 57.

[84] Inserem-se neste campo, indiscriminadamente, as referências a tempos anteriores ao conde D. Henrique.

vez mais, ressalve-se o facto de nesta contabilização apenas se incluírem capítulos, e não subcapítulos, ainda que estes possam ser em maior ou menor número.

3.4. As personagens

As principais descrições de personagens encontradas nas duas fontes são as que dizem respeito aos monarcas, não se tratando, na maior parte das vezes, de meras caracterizações, mas sim de juízos de valor. No cômputo geral da avaliação feita por Zurita aos monarcas portugueses, não caímos em erro se dissermos que D. Dinis é claramente um dos mais favorecidos, sendo descrito como um rei muito respeitado, senhor de grande autoridade e poder, justo, de elevada correcção moral[85], e que ao final da vida tem ainda o mérito de deixar um «gran tesoro»[86], ao qual outros reis, como os de Castela e Aragão, recorriam por empréstimo[87]. A nível semelhante apenas outras quatro figuras: o Conde D. Henrique, menos referido mas tido por «gran caballero»[88], destacado pelas altas origens familiares, pelo bom governo e pelas «muchas peleas con los moros y leoneses»[89]; D. Afonso Henriques, «de ánimo muy generoso y altivo»[90], «príncipe valerosísimo y que se igualó a los más excelentes príncipes que hubo en aquellos tiempos»[91], admirado tanto pelas conquistas que fez contra os mouros, nomeadamente em Ourique[92] e Lisboa[93], como pela guerra que manteve contra os reis de Leão e Castela[94]; também D. Sancho I, igualmente «muy valeroso príncipe»[95], pelas conquistas[96] e pelo papel enquanto «poblador»[97]; e finalmente D. João I, outro «príncipe

[85] Esta caracterização encontra-se no episódio narrado no Capítulo LXVI do Livro V dos *Anales*, relativo à viagem empreendida por D. Dinis até Aragão. Uma viagem que o conde D. Pedro relata na sua *Crónica Geral de Espanha de 1344*, enquanto elemento integrante da comitiva portuguesa e, por tal, testemunha privilegiada. Neste relato, que pode constituir a fonte de Zurita, apesar deste ali não o indicar, o conde D. Pedro acentua também a autoridade, riqueza e ostentação de D. Dinis e da sua comitiva. Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 120-121.
[86] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VI, p. 107.
[87] IDEM, *Ibidem*.
[88] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 104.
[89] IDEM, *Ibidem*.
[90] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro I, p. 80.
[91] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 141.
[92] «… famosa y tan celebrada batalla», na qual «fue alzado por rey y confirmado en aquella dignidad con una tan señalada y maravillosa victoria» ante «seis reyes moros». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 104.
[93] «… la mayor fuerza que los moros tenían». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 105.
[94] «… y lo que fue empresa y hazaña de mayor admiración era que siempre tuvo guerra con los reyes de Castilla y León; y no tenían menor contienda con ellos que con los infieles». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 105.
[95] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 161.
[96] Com destaque para o cerco e a tomada de Silves. IDEM, *Ibidem*.
[97] «… porque restauró y edificó muchas villas y castillos muy fuertes en su reino». IDEM, *Ibidem*.

de gran valor»[98], de quem se diz que mostrou possuir todas as capacidades e qualidades para se tornar Rei[99]. Em sentido totalmente oposto estão D. Afonso IV, tido como o exemplo do mau filho[100], que procurou deitar as mãos ao reino de seu pai[101], e D. Fernando, o mais desconsiderado, de quem se diz, não obstante as próximas relações familiares a Aragão[102], ser inconstante e leviano[103], acusado de ter burlado tanto o Rei de Aragão como o de Castela[104], e de ter casado em segredo, «por muy desatinados amores»[105], com uma mulher já anteriormente casada e com um filho[106]. Quanto a outros monarcas a que poucas ou nenhumas referências são feitas, seria interessante perceber se coincidem com momentos menos intensos da relação com Aragão ou até com uma menor presença portuguesa no exterior em geral. Nesse sentido, não pudemos deixar de reparar, por exemplo, na escassa atenção atribuída aos monarcas portugueses D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III.

Na crónica de Ayala as caracterizações dos reis portugueses são menos evidentes, mas existem. De D. Fernando, por exemplo, recorda-se frequentemente a sua proximidade de parentesco com Juan I de Castela[107], criticam-se algumas das suas acções, nomeadamente as indecisões na questão do Cisma[108], e diz-se ser um Rei pouco amado, a quem muitos «non quisieran bien»[109], apesar da personalidade afectuosa[110],

[98] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 346.
[99] Por duas vezes isso é sublinhado. Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 346-347.
[100] Colocado até em oposição ao infante D. Jaime de Aragão, seu primo: «Caminaban estos príncipes por bien diferente camino los unos de los otros…». IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 58.
[101] «… y el infante don Alonso primogénito de Portugal intentó de poner la mano en los negócios más adelante de lo que convenía, y quiso sacar a su padre en vida del reino, […] y desto resultaron grandes alteraciones y guerras en Portugal todo el tiempo que el rey don Dionís vivió». IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 59.
[102] Por diferentes vezes é salientado o facto de D. Fernando ser bisneto do rei Jaime II de Aragão, acreditando-se mesmo que «por esta causa […] sería más fácil la concordia con este príncipe». IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 278.
[103] Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 304.
[104] A propósito dos incumprimentos dos acordos de casamento, primeiro com a infanta D. Leonor de Aragão e depois com a infanta D. Leonor de Castela. «No fue sólo el rey de Aragón burlado de aquel príncipe […] pero el rey de Castilla». «Y dejó burlados estos príncipes…». IDEM, *Ibidem*.
[105] IDEM, *Ibidem*.
[106] «… doña Leonor Téllez de Meneses con la cual casó siendo hija de su vasallo, y lo que fue de mayor admiración, estando casada con un caballero su vasallo y de quien tenía un hijo que se llamó Alvaro de Acuña». IDEM, *Ibidem*.
[107] Primos direitos, filhos de duas irmãs, sendo D. Fernando também bisneto de Sancho IV de Castela pelo lado paterno, proximidade que deveria favorecer o entendimento entre os dois monarcas. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 68. Aspecto igualmente notado em: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses na 'Crónica de D. Juan I' de Pero López de Ayala*, p. 834.
[108] E aqui é visto em oposição ao rei de Castela, que cedo declarou a sua posição, acrescentando Ayala «ca si los Reyes todos asi lo ficieran, non durára tanto la cisma». IDEM, *Ibidem*, p. 75.
[109] Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 86.
[110] «… que era ome de grandes gasajados». IDEM, *Ibidem*, p. 85. Curiosamente, Fernão Lopes dá-nos uma descrição no mesmo sentido, inclusivamente quando diz que D. Fernando seria «grande agasalhador dos estrangeiros». LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. 3.

colocada em oposição ao «ome de pocas palabras»[111] que seria o monarca castelhano. Pelo contrário, D. João, Mestre de Avis, é «bien quisto é de todos bien amado é querido»[112], sobretudo entre os povos; é ganancioso, na medida em que deseja o poder[113], e traidor[114]; mas é também alguém que, ao contrário do monarca castelhano, confia totalmente o seu destino a Deus[115], segue os conselhos dos que o rodeiam[116], aparecendo, nas vésperas de Aljubarrota, em claro crescendo, orgulhoso e soberbo[117], face ao impaciente, moribundo e enfermo Juan de Castela[118]. Uma nota ainda para D. Leonor Teles, algo desconsiderada por Zurita, pela crítica que podemos ver ao casamento de D. Fernando, mas descrita por Ayala como uma mulher muito activa e com grande poder de influência[119], facto que motivaria a sua prisão pelo rei castelhano.

Não encontrámos descrições semelhantes de outras rainhas. D. Beatriz, por exemplo, a filha de D. Leonor Teles e de D. Fernando, é uma personagem constantemente mencionada no relato de Ayala, mas simultaneamente está sempre ausente, e sobre ela pouco ou nada ficamos a saber. Ainda nesta crónica, a condessa D.

---

[111] IDEM, *Ibidem.* Esta seria, aliás, no entender do cronista, uma das razões pelas quais os portugueses não gostavam e se afastavam do rei de Castela, já que estavam habituados à personalidade de D. Fernando. Isso e porque «el Rey non les daba luego dineros». IDEM, *Ibidem.*

[112] IDEM, *Ibidem*, p. 87.

[113] Diz-nos Ayala que desde o início as intenções do Mestre de Avis eram as de «se apoderar más cada dia» e tomar «parte en el Regno», apesar das atitudes dissimulantes e de ter defendido a causa do infante D. João, preso em Castela. IDEM, *Ibidem*, p. 88. Para além disso, o cronista chega mesmo a aventar que, após Aljubarrota, o objectivo do Mestre de Avis era o de conquistar Castela. IDEM, *Ibidem*, p. 110. A imagem do Mestre de Avis enquanto traidor e ambicioso foi igualmente vista em: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses…*, p. 834.

[114] Que quebra o juramento de fidelidade prestado a Juan I e a D. Beatriz, aspecto também salientado em: OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota…*, p. 281-282.

[115] Há várias passagens nesse sentido, como por exemplo as palavras que Nuno Álvares dirige aos cavaleiros castelhanos em vésperas de Aljubarrota: «E el dicho Nuño Alvarez dixo […] ca de todo punto su señor é ellos ponian este fecho en la mano de Dios, é que se librase por batalla». IDEM, *Ibidem*, p. 102. Pelo contrário, em diferentes momentos os conselheiros castelhanos pedem ao seu rei «que fuese la su merced de non querer tentar á Dios, é que se partiesen […] é se tornasen para Castilla», ao que Juan I mostra grandes resistências, quando não oposição. IDEM, *Ibidem*, p. 92. Outra passagem ilustrativa deste tipo de conselhos ao monarca castelhano, antes da partida para Aljubarrota: «ca debia pensar é catar como Dios quisiera dar aquella pestilencia tan grande en su hueste de mortandad é de otras desdichas muy rebesadas […] é por tanto debian tomar esta guerra com tiento…». IDEM, *Ibidem*, p. 101.

[116] É aconselhado não só por portugueses, mas também por ingleses. IDEM, *Ibidem*, p. 100. E aqui deve ser colocado novamente em oposição ao monarca castelhano, fortemente criticado por não seguir os conselhos que recebe, ou por optar sempre pelos caminhos mais radicais e desastrosos, quando o cronista dá a entender que todos os outros seriam mais razoáveis. Por exemplo, na ideia de Juan I atacar a Beira: «le dixeron […] que tal cabalgada como aquella de entrar por la Vera é tornarse, non era honrosa á él, ca non era dado al Rey facer almogaveria. E el Rey non les quiso creer, é siguió su voluntad». IDEM, *Ibidem*, p. 100.

[117] Expressões do texto: «… estaba el dicho Maestre Davis é los de su partida orgullosos é soberbios». IDEM, *Ibidem*, p. 100.

[118] Uma imagem, diríamos nós, quase indigna do que seria suposto num rei em batalha: «El Rey Don Juan estaba en el campo echado, é acostado á un Caballero, é muy doliente, que apenas podia fablar». IDEM, *Ibidem*, p. 103.

[119] Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 89-90.

Teresa é uma «fija bastarda»[120], sem nome, de Alfonso VI de Leão e Castela, casada com «un grand Señor que decian Don Enrique»[121]. Por outro lado, Zurita, a propósito da morte da rainha D. Isabel, relembra a «santidad y religión»[122] pelas quais a mesma «fue consagrada en la memoria de las gentes»[123], dizendo ser «muy reverenciada en todo aquel reino como de una gran sierva de Dios y por quien obró diversos milagros»[124]. Em debate historiográfico, Zurita defende ainda a possibilidade de D. Dulce, esposa de D. Sancho II, filha da rainha Petronila de Aragão e de Ramón Berenguer IV de Barcelona, ter estado anteriormente casada com o conde de Urgel[125].

Ao nível das personagens não régias as descrições tornam-se muito menos abundantes. Em Ayala temos sobretudo alguns elogios àqueles que ficaram do lado do rei de Castela contra o Mestre de Avis[126]. É o caso de Aires Gomes da Silva, dito natural do reino de Portugal e tido como cavaleiro muito bom[127], mas também de Martim Gonçalves de Ataíde[128] e do Bispo da Guarda, Afonso Correia, chanceler da Rainha D. Beatriz, descrito como um homem bom, honrado e com boa vontade[129]. Por várias vezes surgem listagens de nomes relativas a portugueses tidos por «omes honrados»[130], «muy grandes Caballeros»[131], «muy buenos Señores»[132], entre outras formas de caracterização, que em geral servem para definir o grupo de portugueses que se colocaram do lado do rei castelhano[133]. De Nuno Álvares Pereira apenas podemos adivinhar os seus dotes de estratega militar, sobretudo quando se reconhece que foi a sua escolha do terreno para a batalha de Aljubarrota que deu em larga medida vantagem aos portugueses[134]. Já para Zurita, Nuno Álvares é um cavaleiro muito estimado, aquele que mais lutou pela causa de D. João I, e que mostrou grande valor quando as hostes

[120] IDEM, *Ibidem*, p. 127.
[121] IDEM, *Ibidem*.
[122] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VII, p. 177.
[123] IDEM, *Ibidem*.
[124] IDEM, *Ibidem*.
[125] Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 120. Este equívoco, que de algum modo se generalizou, está hoje desfeito: Cf. DIAS, Nuno Pizarro – *Dulce de Barcelona e Aragão*, p. 160.
[126] Já Rui Pedro Monteiro Santos o tinha concluído. Cf. SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, p. 62.
[127] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 97.
[128] Novamente, «un Caballero muy bueno de Portogal». IDEM, *Ibidem*, p. 106.
[129] IDEM, *Ibidem*, p. 85.
[130] IDEM, *Ibidem*, p. 88.
[131] IDEM, *Ibidem*, p. 91.
[132] IDEM, *Ibidem*, p. 105.
[133] Sobre este assunto veja-se: SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia…*, p. 64-68. Também: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses…*, p. 829-839.
[134] Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 103-104.

portuguesas, em número muito inferior, venceram o rei de Castela[135]. Ainda nos *Anales* encontramos pequenas caracterizações como as de João Afonso Telo de Meneses, «el mayor privado que tenía el rey de Portugal»[136], e Lopo Gonçalves de Abreu, «uno de los mejores caballeros de su linaje»[137], entre outras.

Inicialmente pensámos poder levar a cabo um estudo mais aprofundado sobre todas as personagens portuguesas referidas nas duas crónicas. Porém, o seu número é tal que se tornou, para já, incomportável esse objectivo, demonstrando, ainda assim, a grande circulação e presença de portugueses no exterior. Este grupo abrange pessoas de diversas condições e ofícios, ou mesmo desconhecidos, sendo até possível interceptar naturais de Castela que se passaram para Portugal, e vice-versa. A presença de portugueses no exterior é mais notória se tivermos em conta que grande parte das acções narradas não se passa em Portugal, sobretudo, claro, nos *Anales de la Corona de Aragón*. Todavia, essa descentralidade pode ser, precisamente, um dos factores que conduzem à aposta na circulação e à necessidade de ter embaixadores reconhecidos. Através das referências a casamentos e das descrições genealógicas, que remetem para as origens ou para os destinos das personagens, é possível traçar ainda quadros das relações externas do reino e da família régia portuguesa[138].

3.5. Percepção territorial

Os dois autores têm percepções muito distintas do território português. Ayala parece conhecê-lo bem, o que se nota pelo grande número de locais que refere, pela caracterização que de alguns deles faz e mesmo pelo domínio que demonstra relativamente à divisão comarcã – um conhecimento que em Zurita não é tão evidente. Todavia, ambos coincidem no claro destaque que dão a Lisboa, considerada cabeça do reino e principal cidade[139], a grande distância das outras. Ayala, testemunha desta

[135] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 346.
[136] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 303.
[137] IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 61.
[138] É o caso, nos *Anales*, da descrição do Conde D. Henrique, senhor «de la casa de Lotaringia» (vol. I, livro I, p. 62) e, mais adiante, «de la casa de los condes de Borgoña» (vol. I, livro I, p. 74); da filha de D. Afonso Henriques, «doña Teresa mujer de Filiberto conde de Flandes» (vol. I, livro II, p. 105); do casamento de D. Afonso III com «Matildis condesa de Bolonia» (vol. I, livro II, p. 192), ou da Infanta D. Leonor, filha de D. Afonso II, «con el rey de Dacia» (vol. I, livro II, p. 192), entre outras referências, que aqui não podemos enumerar. Encontramos também alguns erros, como o que atrás já indicámos relativamente a D. Mafalda de Sabóia (Cf. nota 81).
[139] Em Ayala: «… la principal cabeza del Regno, á quien todos tenian ojo». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 90. Em Zurita: «ciudad de Lisboa que era la más principal cosa della y la cabeza del reino y la mayor fuerza…». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. I, livro II, p. 105.

macrocefalia, acrescenta mesmo que, para tomar Portugal, bastaria tomar Lisboa[140], uma cidade com muita gente[141] e sobre a qual o Mestre de Avis se apoiava. Num patamar seguinte, mas também a considerável distância de outras cidades, quer numa crónica quer noutra, apenas Santarém e Coimbra, conforme é possível constatar através do *Quadro 3*, para a *Crónica del Rey Don Juan*, e do *Quadro 4*, para os *Anales de la Corona de Aragón*.

Crónica del Rey Don Juan	
Local	**Capítulos com referências**
Lisboa	26
Santarém	15
Coimbra	11
Elvas	7

Quadro 3 - Cidades portuguesas referidas em maior número de capítulos na crónica de Ayala.

Anales de la Corona de Aragón	
Local	**Capítulos com referências**
Lisboa	12
Coimbra	5
Santarém	5
Silves	3

Quadro 4 - Cidades portuguesas referidas em maior número de capítulos nos anais de Zurita.

O Porto, por exemplo, apesar de descrito por Ayala como sendo «una cibdad muy buena»[142], fica à margem, referido em muito poucas ocasiões – e em Zurita apenas num capítulo. O mesmo autor dá-nos outras descrições de localidades, como a Guarda, terra de fronteira com Castela, cabeça da comarca da Beira, onde haveria um castelo bom e muito forte[143]. Também no campo dos castelos e lugares ditos como muito fortes estão Leiria, Mértola e Santarém, esta última considerada pelo cronista a mais honrada

[140] «… que cobrada la dicha cibdad, todo el Reyno era cobrado». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 90.
[141] IDEM, *Ibidem.*
[142] IDEM, *Ibidem*, p. 90.
[143] IDEM, *Ibidem*, p. 85.

vila do reino[144]. Note-se ainda a curta descrição do campo de Aljubarrota, colocado entre dois vales, factor que, segundo Ayala, teria dado a desvantagem aos castelhanos[145], e que nas crónicas portuguesas nem sempre é tão valorizado, sobressaindo mais o heroísmo e a táctica militar. De resto, relativamente ao período de 1383-1385, percebe-se, pelo relato do cronista, que Trancoso, Lisboa e Aljubarrota são locais que ficam marcados na memória castelhana como jornadas bastante negativas, tanto em perdas humanas como em danos morais. Já para Zurita, Aljubarrota é sinónimo de uma das mais famosas e memoráveis batalhas «que en España ha habido»[146], um dos acontecimentos mais assinaláveis «de aquellos tiempos»[147], cuja vitória afirma o valor de D. João para ser Rei. Sobre localidades, o cronista aragonês apenas nos dá pequenos apontamentos, por exemplo de Silves, «lugar muy principal en el Algarbe, junto al océano»[148], Elvas, em região de fronteira, «primer lugar del reino de Portugal»[149], onde haveria «grandes florestas y bosques»[150], e finalmente Campo Maior, que ficaria «en los confines del reino de Portogal»[151]. Há ainda uma curiosa nota, reveladora de um possível conhecimento estratégico, em que Zurita salienta a relação de complementaridade entre «el castillo y la ciudad de Coimbra y el castillo de Montemayor, porque el uno sin el otro no eran de tanta importancia y defensa»[152].

Ainda que Lisboa, Santarém e Coimbra sejam as cidades que em maior número de capítulos surgem mencionadas por ambos os autores, nas referências directas às comarcas portuguesas são três as que sobressaem: o Entre-Douro-e-Minho, o Algarve e a Beira. Em Ayala esta última é terra de «muchos Ricos omes é Caballeros é Escuderos que servernian al Rey [de Castela], é que querrian mas ser so el señorio suyo é gobernanza, que non de la Reyna Doña Leonor»[153]. Pelo contrário, é no Entre-Douro-e-Minho, para além de Lisboa, que o cronista castelhano vê o maior apoio à causa do Mestre de Avis, apesar de também aqui existir oposição. Este Entre-Douro-e-Minho, diz-nos Zurita, seria a comarca «a donde estaban heredados la mayor parte de los ricos

[144] IDEM, *Ibidem*, p. 88.
[145] «… en las dos alas de la vuestra batalla, do están muchos Caballeros é Escuderos muy buenos, segund la ordenanza que vemos, non nos podriamos aprovechar dellos; ca las dos alas de los vuestros tienen delante dos valles que non pueden pasar para acometer á vuestros enemigos é acorrer á los de vuestra avanguarda». IDEM, *Ibidem*, p. 103.
[146] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 347.
[147] IDEM, *Ibidem*.
[148] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 161.
[149] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro VIII, p. 14.
[150] IDEM, *Ibidem*.
[151] IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 369.
[152] IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 61.
[153] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 85.

hombres y hijosdalgo de aquel reino [Portugal]»[154], o que não deixa de constituir outro interessante apontamento sobre o conhecimento do autor quanto à realidade social portuguesa.

Finalmente, se fossemos traçar o mapa da imagem que os cronistas dão de Portugal, teríamos sem dúvida que levar em conta a forte presença das localidades de fronteira, sobretudo da Beira, mas também do Alentejo, como podemos aferir pelo *Quadro 5*. Nos *Anales* as localidades de fronteira resumem-se, praticamente, a estas duas comarcas, sem qualquer expressão do Minho ou Trás-os-Montes. A coincidência deste facto nas duas crónicas apenas confirma a importância e a projecção que estas regiões fronteiriças efectivamente tinham, o que não nos deve admirar, já que constituem o caminho *tradicional* das invasões vindas de Castela.

Localidades de fronteira referidas em:	***Crónica del Rey Don Juan***	***Anales de la Corona de Aragón***
Beira	11	11
Alentejo	9	5
Minho	5	-
Trás-os-Montes	3	-
Algarve	-	1
Total	**28**	**17**

Quadro 5 – Referências a localidades de fronteira, nas duas fontes, por comarcas.

3.6. Outros tópicos

Depois de enunciados os principais aspectos inicialmente propostos, temos espaço para identificar algumas outras *imagens* de Portugal, sobre as quais não conseguimos escrever uma alínea destacada, mercê da escassa informação disponível. São, de certo modo, *pontas soltas* de difícil comparação, já que as duas fontes também não cobrem as mesmas cronologias. Comecemos pela imagem económica.

Os dois cronistas, não muito abundantemente, transmitem, directa ou indirectamente, informações que poderíamos considerar de cariz económico e financeiro. Muito poucas, todavia, dizem respeito a Portugal. Não temos aqui claras alusões às relações comerciais, como as que são feitas relativamente às da «nación

[154] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VI, p. 61.

catalana»[155] e aos «mercaderes é […] romeros de Castilla é de Inglaterra»[156], por exemplo, mas ambos os autores parecem identificar Lisboa como um importante pólo comercial, por ser uma cidade com muita gente, que precisava de abastecimentos[157], segundo Ayala, e por poder constituir até, em determinados momentos, uma alternativa a Sevilha para os mercadores, conforme relata Zurita[158]. Em Ayala, o Porto apresenta-se também nitidamente como uma cidade de vocação marítima, à qual Lisboa, durante o cerco, pede que arme uma frota de galeras e naus para apoio ao abastecimento[159], e para onde o Duque de Lencastre se dirige a fim de embarcar para «Bayona de Inglaterra»[160].

Ao contrário do que sucede para Castela, em que os dois cronistas insistem numa permanente «gran falta de dinero»[161] e apontam para pesadas dívidas do rei que justificam a sobrecarga de impostos, sobre Portugal não temos grandes informações relativas às finanças régias. Porém, há algumas manifestações de uma certa ostentação e riqueza. Vimos já como Zurita destaca o «gran tesoro»[162] deixado por D. Dinis e a forma como outros monarcas ibéricos, nomeadamente o rei de Aragão, a ele recorriam para empréstimos. Ainda nesta cronologia, o mesmo autor inclui Portugal entre os reinos que utilizaram as rendas e os bens da extinta Ordem do Templo para a «defensa de las fronteras de los infieles»[163], atribuindo depois alguma atenção à Ordem de Cristo[164], enquanto herdeira desse legado. O próprio relato da viagem de D. Dinis a Aragão é um testemunho de ostentação, de um rei suficientemente rico e poderoso para transportar atrás de si, num longo percurso, uma comitiva de cerca de «mil caballeros de linaje»[165], albergando-os e alimentando-os à sua própria custa, e recusando qualquer tipo de oferenda ou aposento. Às duas fontes é comum a referência a jóias portuguesas, e particularmente à sua oferta. Na crónica de Ayala, quando o rei de Castela chega a Santarém, em 1384, é recebido muito bem, em «posadas muy buenas para todos los

[155] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 276.
[156] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 124.
[157] IDEM, *Ibidem*, p. 90.
[158] Por exemplo, em meados do século XIV: «… y por los grandes robos y daños que hacían estos corsarios se fueron a descargar más de setenta navios cargados de trigo a Lisbona y al reino de Portugal, que no osaron ir a Sevilla…». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 147.
[159] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 90-91.
[160] IDEM, *Ibidem*, p. 117.
[161] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 347.
[162] IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 107.
[163] IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 373.
[164] Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 50-51.
[165] IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 327.

suyos»[166], e a rainha D. Leonor oferece-lhe «ciertas joyas de las que fueron del Rey Don Fernando»[167]. Adiante, acrescenta o cronista que no castelo de Leiria se encontravam «muchas joyas»[168]. Já em Zurita temos, por exemplo, o caso de João Afonso Telo de Meneses, que, em 1370, chega a Barcelona com «cuatro mil marcos de oro, […] una corona muy rica y otras joyas de mucho valor»[169], para pagar a contratação de tropas, no âmbito da guerra com Castela[170]. Outras informações, como os dotes de determinadas princesas, podem ser encontradas nas duas fontes e mereceriam análise mais aprofundada.

As palavras de Ayala transmitem testemunhos quanto a estratégias seguidas por Castela para a desestabilização das economias locais portuguesas. Por exemplo, são referidas, em diferentes momentos, as intenções do monarca castelhano entrar pelas comarcas fronteiras, em ataque rápido, e destruir e queimar terra, nomeadamente na Beira, mas também nos arrabaldes de Coimbra, descritos como muito grandes[171]. Podemos igualmente entrever algumas preocupações estratégicas de cortar determinados cursos de abastecimento, ou de atacar em épocas específicas do ano para provocar maiores prejuízos económicos. Veja-se como a proximidade do São João justifica, em 1385, a ordem do rei de Castela para que os seus cavaleiros entrem em Portugal por Ciudad Rodrigo, destruindo «los panes é viñas»[172], em episódio que antecede a batalha de Trancoso. O cronista castelhano faz ainda questão de sublinhar como muitos portugueses que permaneceram ao lado do rei de Castela foram principescamente pagos, ainda que o monarca isto tivesse «por muy bien empleado»[173].

Outros aspectos aqui poderíamos tratar, sendo um dos mais complexos, certamente, o dos alinhamentos políticos e internacionais. Ambas as fontes deixam transparecer, ainda que para diferentes cronologias, quadros de divisões políticas internas e de relações preferenciais entre reinos. Atendendo mesmo à relevância que estas crónicas atribuem às relações internacionais, podemos ser tentados a conceber um mundo bastante mais aberto do que aquele que imaginamos, pelas nossas ideias feitas

[166] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 88.
[167] IDEM, *Ibidem*.
[168] IDEM, *Ibidem*, p. 101.
[169] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 304.
[170] Ouro que será depois confiscado pelo monarca de Aragão, em retaliação pela assinatura da paz luso-castelhana. Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *Luzes e sombras: na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415*, p. 100.
[171] Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 101.
[172] IDEM, *Ibidem*, p. 98.
[173] IDEM, *Ibidem*, p. 131.

face às limitações da época. E há um elemento simbólico com que somos confrontados nos dois textos e que parece distinguir claramente Portugal no mundo: as quinas. De facto, as quinas são das mais representativas formas de identificação dos portugueses no exterior, e Zurita até lhes traça as origens: «aquella famosa y tan celebrada batalla junto al campo Urich en la cual se hallaron seis reyes moros»[174], em 1139, e em memória da qual D. Afonso Henriques «tomó las armas y devisas de los cinco escudos dentro en outro mayor»[175]. Também em Ayala as quinas «son armas de Portogal»[176], que o rei de Castela pretende usar como forma de afirmar as suas pretensões ao reino[177]. Se é certo que várias ilustrações são conhecidas com a representação das quinas, a sua alusão em textos é uma outra forma de atestar a efectiva presença da heráldica e do valor deste elemento enquanto imagem simbólica de Portugal.

4. Portugal: uma proposta de interpretação

Mas qual o sentido histórico de Portugal para ambos os cronistas e qual o lugar do reino português no mundo ibérico medieval narrado por estas fontes? Chegados a esta questão, afastemo-nos em parte dos levantamentos, das quantificações e das descrições, para passarmos a um exercício de interpretação. Podemos procurar extrair uma resposta a partir dos próprios textos.

Diz-nos López de Ayala que Juan I, na fase final do reinado, anunciou ao seu conselho, nas Cortes de Guadalajara de 1390[178], a ideia de abdicar dos títulos de rei de Leão e Castela na pessoa do seu filho, Enrique III, mantendo para si apenas os senhorios de Sevilha, de Córdova, do Reino de Múrcia e alguns outros domínios e rendas[179]. Com esta derradeira cartada, o monarca castelhano acreditaria poder ser finalmente aceite enquanto Rei de Portugal, pois não sucederia a tão combatida – pelos portugueses – união com Castela[180]. Os seus conselheiros, claro, recusam um plano tão arriscado, desenvolvendo uma longa explicação sobre o quão prejudiciais tinham sido no passado,

[174] ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. I, livro II, p. 104.
[175] IDEM, *Ibidem*.
[176] LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 101.
[177] Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 126-127.
[178] Para uma leitura sobre o significado destas cortes veja-se: MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Las Cortes de Guadalajara de 1390 en el marco de la crisis política del siglo XIV*.
[179] Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 125-129.
[180] «… é que los de Portogal veyendo esto se llegarian á él, é le obedescerian por su Rey, é non avrian ya temor del ayuntamiento de los Regnos, pues traeria las armas de Portogal sin mezclamiento de las de Castilla…». IDEM, *Ibidem*, p. 126.

desde Fernando Magno, as partições dos reinos ibéricos, que haviam conduzido, por exemplo, à perda de Portugal[181]. Em Ayala, portanto, não se vê a acção conquistadora dos primeiros reis portugueses. Portugal seria um *erro histórico*, resultante de divisões prejudiciais, cujas consequências estavam então à vista[182]. Após Aljubarrota, mesmo reconhecendo-se os erros do monarca castelhano, são vários os incentivos para que este um dia retorne ao conflito, mais forte. Pelas palavras de Clemente VII, Papa de Avinhão, lembra-se que, na história, «muchas veces el vencedor es vencido de otro mas bajo»[183], dando-se exemplos bíblicos e outros relativos a Roma, a França ou mesmo à Hispânia visigótica contra os muçulmanos[184]. Ayala parece lembrar várias vezes a promessa de um retorno, talvez como uma mensagem para o seu próprio tempo e para o futuro[185]. Portugal é, assim, também uma conquista adiada, e por isso D. João será sempre não o *Rei de Portugal*, mas apenas aquele «que se llamaba Rey de Portogal»[186]. Não obstante, o cronista sabe que tal tarefa não se adivinha fácil, sobretudo porque reconhece por várias vezes nos portugueses a vontade de se manterem como um reino independente, acrescentando até que por essa causa muitos morreriam e se perderiam[187]. Podemos até questionar-nos se não é isto, porventura, parte daquele mesmo «sentimento de nacionalidade»[188] que Fernão Lopes regista na sua crónica.

Já para Zurita, Portugal é o fruto da acção dos cavaleiros *valerosos* que foram fundando o novo reino, que se libertaram da vassalagem ao imperador Alfonso VII e

[181] «… el Rey Don Alfonso, que ganó á Toledo, […] dexó el gobernamiento del Regno de Portogal á un grand Señor que decian Don Enrique, que era casado con una su fija bastarda, é nunca jamas tornó al señorio de Castilla. E todas estas guerras é males fueron por la particion destos Regnos». IDEM, *Ibidem*, p. 127. E o texto continua com outros exemplos.

[182] «… é los deservicios é perdidas que á estos Regnos vuestros por esta razon son venidos, mal pecado aun non son fuera de la memoria de los omes, é hoy en dia avemos sentimiento dello asaz, ca vemos el Regno de Portogal estar apartado é enemigo». IDEM, *Ibidem.*

[183] IDEM, *Ibidem*, p. 108.

[184] Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 109.

[185] Após o episódio de Aljubarrota, e sobretudo depois de assinadas as tréguas, há várias passagens nesse sentido. Deixamos uma que nos parece elucidativa: «E que él avia fecho la dicha trégua com Portogal por muchas razones; empero que una de las principales era por tornar á los seis años complidos á la dicha guerra, para dar batalla á los de Portogal, é ponerlo en el juicio é voluntad de Dios, é non dexar este fecho asi olvidado, con tan grand deshonra como Castilla avia rescebido». IDEM, *Ibidem*, p. 131. Esta interpretação vai em linha com a que nos dá Michel García, ao ver na Crónica de Juan I uma mensagem para o reinado de Enrique III, em quem se depositavam esperanças passada a menoridade, conforme atrás referimos (Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas…*, p. 56-61).

[186] É desta forma que Ayala se refere constantemente, e até ao fim, a D. João I: «el Maestre Davis, que se llamaba Rey de Portogal». Sobre este aspecto veja-se o que diz OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota…*, p. 281-285.

[187] «… ya non están los de Portogal en la primera imaginacion, antes llanamente dicen que en ninguna manera vos obedescerán, é que sobre esto morirán é se perderán». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan…*, p. 127.

[188] SOUSA, Armindo de – *Condicionamentos básicos*, p. 367.

que expandiram o seu território a partir de limites exíguos[189]. A capacidade de lutar, tanto contra Castela e Leão como contra os muçulmanos, é talvez o grande elemento de legitimação e de elevação dos primeiros monarcas portugueses descritos nos *Anales*. Ao longo do texto, Portugal surgirá em diferentes momentos como um importante aliado de Aragão, com apogeu em D. Dinis. Para Aragão, esta aliança é do maior interesse[190], sobretudo quando usada contra Castela. Porque, diz-nos o cronista, «de ningún otro príncipe podía el rey de Castilla ser tan ofendido y damnificado como del de Portugal»[191]. E talvez por isso também D. João I seja tão bem aceite e apoiado por Zurita, não só pelas vitórias que obtém, mas porque, no fundo, segundo as palavras do próprio, «no mostró menos constancia y valor que tuvo el rey don Enrique padre de su adversario para hacerse rey de Castilla»[192]. Que maior *ataque* poderíamos ter às pretensões de Juan I? É a posição de Zurita sobre o tema, quase dois séculos depois dos eventos. E é sempre que Portugal opta pela aproximação a Castela, deixando de lado novas aproximações a Aragão[193], que sobressaem os momentos de crítica mais incisiva ao rumo português, esquecendo-se qualquer ligação familiar. Chega mesmo a acrescentar o cronista que só os reis de Castela e Leão foram impeditivos ao ânimo de Afonso Henriques, de poder estender as suas conquistas «hasta las costas de nuestro mar»[194].

Estamos, portanto, perante um jogo de equilíbrio de poderes, em que à grande influência exercida pela centralidade de Castela respondem as margens peninsulares, numa tentativa de afirmação. O mesmo discurso dicotómico face a Castela encontramos nas crónicas portuguesas, não sendo assim de admirar este tipo de leituras. No entanto, e porque nada é a preto e branco, existem também momentos de convergência identitária, por exemplo quando estes reinos se unem em luta contra o Islão e passam a assumir a designação de *exército cristão*, tecendo-se inclusivamente elogios aos antigos inimigos[195].

Também não é possível negar que, no quadro ibérico, chegam a ser descritos alguns momentos de protagonismo do reino português, parte dos quais fomos referindo.

[189] Ideias expressas nas caracterizações de D. Henrique, D. Afonso Henriques e D. Sancho I.
[190] Nas palavras do próprio Zurita. Cf. ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 187.
[191] IDEM, *Ibidem*.
[192] IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 347.
[193] Por exemplo com as rupturas de acordos matrimoniais por monarcas portugueses.
[194] IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 141.
[195] Por exemplo no capítulo em que Zurita narra a batalha do Salado: IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VII, p. 241-243.

As fontes estão muito longe de transmitir uma imagem de Portugal enquanto reino passivo ou defensivo, *vítima* das ambições anexionistas castelhanas ou de outras forças desestabilizadoras. Pelo contrário, ambas as crónicas dão testemunho de como Portugal também mantém ambições conquistadoras e anexionistas, nomeadamente em relação a Castela[196]. O reino português é visto, portanto, como parte integrante do equilíbrio de poderes ibérico, e em nada é desconsiderado ou tido como marginal. Mesmo fora do âmbito das relações estritamente ibéricas, estas fontes dão atenção a episódios como o da vinda do Duque de Lencastre a Portugal, narrado por Ayala, ou às referências genealógicas e matrimoniais, que remetem para as várias ligações da casa real portuguesa com o exterior. Se em Zurita os conhecimentos relativamente a Portugal podem não parecer tão evidentes, fazendo-se talvez sentir já o peso da distância, não faltam, por outro lado, referências às comitivas ou a embaixadores portugueses, e ainda palavras reconhecedoras e elogiosas para os monarcas. Portugal surge-nos, assim, como um reino que disputa de igual para igual o seu poder no espaço ibérico, e não como uma realidade alheada ou periférica. Sobre esta matéria, contudo, seria pertinente o estudo de outras crónicas, sejam castelhanas, aragonesas ou de outras regiões da Europa, para que melhor se perceba o alcance do reino português nesses textos.

Conclusões

Ao longo deste trabalho procurámos obter uma perspectiva comparada da imagem de Portugal no período medieval, a partir de duas crónicas ibéricas, fontes que a historiografia portuguesa nem sempre tem sabido valorizar. As assinaláveis diferenças entre os cronistas e as suas obras exigiram a aplicação de distintas metodologias, que no entanto permitiram encontrar curiosos pontos de intersecção e discórdia.

Começámos por constatar que, no que concerne à relação com Portugal, as duas fontes valorizam cronologias díspares: em Ayala, a crise dinástica; em Zurita, sobretudo os reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV. Comparámos posteriormente algumas das principais descrições de personagens feitas pelos dois autores, apercebendo-nos da existência de um assinalável grupo de pessoas, naturais de Portugal, que circula no

[196] Assim o diz Ayala sobre as intenções do Mestre de Avis, conforme referido na nota 113: IDEM, *Ibidem*, p. 110. Mas igualmente Zurita, por exemplo a propósito do tratado estabelecido entre Portugal e Aragão em 1370, em que o rei de Portugal pretende intitular-se também de rei de Castela: «Declaróse que el rey de Aragón y sus sucesores intitulasen al rey de Portugal rey de Castilla…». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 303.

estrangeiro e cuja memória os cronistas preservam, ainda que de muitos hoje não tenhamos mais do que os nomes. Trata-se de um grupo bastante heterogéneo, a que não foi possível atribuir toda a atenção à partida desejada. Fica, no entanto, como matéria para futuro aprofundamento.

Se na crónica de Ayala muitas das acções decorrem em Portugal, o mesmo não pode ser dito em relação aos *Anales* de Zurita. Ainda assim, os dois autores mostram um certo nível de conhecimento quanto ao território português – mais Ayala –, com alguns apontamentos e descrições pertinentes, que por vezes até ajudam a tirar outras ilações, por exemplo sobre a vida económica. Através da contabilização das localidades referidas nos textos, aferimos o peso e a vitalidade das regiões de fronteira, mesmo que aí não se encontrem as cidades mais cotadas.

Por fim, procurámos reflectir sobre o sentido histórico de Portugal nestas crónicas, e sobre o lugar que as mesmas atribuem ao reino português no xadrez ibérico dos finais da Idade Média. A partir deste exercício conseguimos interceptar duas visões totalmente opostas, mas que curiosamente se completam: de um lado, a centralidade e influência de Castela, que vê em Portugal um erro histórico e uma conquista adiada; do outro, a tentativa de afirmação das margens, tantas vezes aliadas face ao inimigo comum, numa luta não só pela sobrevivência mas também, quando possível, de ataque e ambição hegemónica. Assim integrámos Portugal num jogo de equilíbrio de poderes entre os reinos ibéricos, afastando-o do carácter periférico a que frequentemente é votado.

É certo que muito fica por fazer, sendo este um trabalho que nunca estará terminado. Desde logo, seria importante observar as restantes crónicas de Ayala e os livros seguintes dos *Anales de la Corona de Aragón*, por forma a termos perspectivas completas sobre a obra dos dois cronistas. Mesmo na investigação que desenvolvemos, para além da questão das personagens, poderíamos ter atribuído mais atenção à identificação dos alinhamentos internacionais, às imagens de divisão política e social transmitidas sobre Portugal, a assuntos específicos como a crise de 1383-1385, entre outros aspectos. Desejaríamos também ter conseguido consultar alguma bibliografia apenas acessível em bibliotecas fora do país. O cruzamento com outras crónicas, ibéricas ou de outras regiões da Europa, poderia fornecer ainda mais pistas relativamente à percepção do lugar ocupado por Portugal no mundo medieval. Não duvidamos ser esse um dos caminhos a seguir.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

ANDRÉS DE UZTARROZ, Juan Francisco – *Progressos de la Historia en el Reyno de Aragon, y elogios de Geronimo Zurita, su primer coronista*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1680.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica de Giuliano Macchi. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. ISBN 972-27-1252-7.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica de Giuliano Macchi. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. ISBN 978-972-27-1253-8.

LÓPEZ DE AYALA, Pero – Crónica del Rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon. In ROSEL, Cayetano, coord. – Cronicas de los Reyes de Castilla: desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel. In *BIBLIOTECA de autores españoles.* Madrid: Atlas, 1953. tomo LXVIII, p. 65-159.

ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Edição literária de Ángel Canellas López; edição electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yagüe e Pilar Rivero. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003. 8 vols. [Em linha]. [Última consulta a 4 de Abril de 2019]. Disponível na Internet: <URL: http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>.

Bibliografia

AMADO, Teresa, coord. – The Study of literary texts. In MATTOSO, José, dir. – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-3-7. p. 87-109.

BECEIRO PITA, Isabel – La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporáneos. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [etc.], 2014. ISBN 978-989-98749-1-6. p. 87-103.

BLAKE, N. F. – Chronicles. In STRAYER, Joseph R., ed. – *Dictionary of the Middle Ages*. New York: Charles Scribner's Sons, 1983. ISBN 0-684-17023-X. vol. III, p. 325-330.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *As Escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias*. Trad. de Ana Rabaça. 3.ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2012.

BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael – Medieval historiographical terminology: the meaning of the word 'Annales'. In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd, ed. – *The Medieval Chronicle VIII*. Amesterdão: Rodopi, 2013. ISBN 978-90-420-3736-6. p. 165-192.

CONTRERAS, Juan de – El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografia portuguesa. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia. Tomo 102 (1933) p. 115-157.

DIAS, Nuno Pizarro – Dulce de Barcelona e Aragão ([1153-1159]-1198). In MARQUES, Maria Alegria Fernandes [et al.] – As Primeiras Rainhas. In RODRIGUES, Ana Maria; SÁ, Isabel dos Guimarães; SILVA, Manuela Santos, coord. – *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, reimp. 2016. ISBN 978-972-42-4703-8. vol. II, p. 107-210.

DUARTE, Luís Miguel – Prefácio: regresso feliz a um rei triste. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [etc.], 2014. ISBN 978-989-98749-1-6. p. 11-15.

DUMVILLE, David – What is a Chronicle?. In KOOPER, Erik, ed. – *The Medieval Chronicle II: proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle, Driebergen/Utrecht 16-21 July 1999*. Amesterdão: Rodopi, 2002. ISBN 90-420-0834-2. p. 1-27.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. 2 vols. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
*Nota: já publicada, mas aqui apenas acedemos à edição policopiada.

EXTRAVÍS HERNÁNDEZ, Isabel – Algunas cuestiones sobre la 'Historia del Rey Don Fernando el Católico, de las Empresas y Ligas en Italia' de Jerónimo Zurita. In SERRANO MARTÍN, Eliseo; GASCÓN PÉREZ, Jesús, coord. – *Poder, sociedad, religión y tolerancia en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2018. ISBN 978-84-9911-508-5. p. 477-493.

GARCÍA, Michel – Ayala y sus crónicas: el proceso creativo. *Talia Dixit: Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografía*. Cáceres: Universidad de Extremadura. ISSN 1886-9440. N.º 10 (2015) p. 51-63.

GIL, Ana Cristina Correia – *A Identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Ponta Delgada: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, 2015. ISBN 978-989-8492-31-9.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.

GÓMEZ REDONDO, Fernando – La Crónica particular como género literário. In TORO PASCUA, María Isabel, coord. – *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval: (Salamanca, 3 al 6 de octubre de 1989)*. Salamanca: Biblioteca Española del Siglo XV, 1994. ISBN 84-920305-1-8. vol. I, p. 419-427.

KRUS, Luís – Crónica. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, org. – *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. ISBN 972-21-0871-9. p. 173-175.

MARTINS, Mário – Pero López de Perez Ayala em Aljubarrota e os seus cantares na prisão em Portugal. *Estudos Medievais.* Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 7 (1986) p. 107-117.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – Las Cortes de Guadalajara de 1390 en el marco de la crisis política del siglo XIV. *Wad-al-Hayara: Revista de Estudios de Guadalajara*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura "Marquês de Santillana". ISSN 0214-7092. N.º 18 (1991) p. 241-250.

MONTEIRO, João Gouveia – Luzes e sombras: na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415. In DOMINGUES, Francisco J. Rogado Contente, coord. – *Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta: Portugal e a criação do primeiro sistema mundial*.

Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016. ISBN 978-989-8593-10-8. p. 99-115.

OLIVERA SERRANO, César – La Memoria de Aljubarrota en Castilla. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro, coord. – *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: a guerra e a sociedade na Idade Média*. Porto de Mós: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009. ISBN 978-989-96464-0-7. vol. II, p. 277-294.

PIRES, Natália – A Imagem dos portugueses na 'Crónica de D. Juan I' de Pero López de Ayala. *En Doiro ant'o Porto e Gaia: Estudos de Literatura Medieval Ibérica*. Porto: Estratégias Criativas. N.º 5 (2017) p. 829-839.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3483-5.

REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – Jerónimo Zurita: primer cronista oficial de Aragón (1512-1580). *Revista de Historia Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. ISSN 0214-0993. N.º 88 (2013) p. 11-46.

SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban – Los 'Anales de la Corona de Aragón' de Jerónimo Zurita. *Revista de Historia Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. ISSN 0214-0993. N.º 88 (2013) p. 61-80.

SOUSA, Armindo de – Condicionamentos básicos. In MATTOSO, José, coord. – A Monarquia Feudal (1096-1480). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, D. L. 1992. ISBN 972-42-0636-X. vol. II, p. 313-386.

SOUSA, Armindo de – Os Cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso). *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense. ISSN 0871-2352. Vol. IX (1994) p. 43-47.

CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da – «*Quo Vadis?*»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 163-197.

«Quo Vadis?»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258

Rúben Filipe Teixeira da Conceição

filipe.rtc@gmail.com

Resumo

Através do estudo das Inquirições Gerais do Reino realizadas no reinado de D. Afonso III (1248-79), entre 1257-58, e que tinham como objetivo registar, prioritariamente, o património régio, pretende-se identificar a rede viária no Entre-Cávado-e-Minho em meados de Duzentos. Para isso, procurar-se-á analisar qual a implantação das vias no território, bem como o impacto destas na organização de um espaço fulcral, pelo menos inicialmente, para a manutenção do Reino como identidade política soberana face a poderes externos, e da Coroa face aos poderes internos, nomeadamente o clero e a nobreza portuguesa.

Palavras-chave: Inquirições Gerais do Reino de 1258, D. Afonso III, vias de comunicação

Abstract

Through the study of the General Inquiries of the Kingdom conducted in the reign of Afonso III (1248-79), between 1257-58, and whose objective was to register, as a priority, the royal patrimony, we intend to identify the road network in Entre-Cávado-e-Minho in the middle of the XIII century. To this end, it will be sought to analyze the implementation of the routes in the territory, as well as their impact on the organization of a vital space, at least initially, for the maintenance of the Kingdom as a sovereign political identity versus external powers, and of the Crown against the portuguese clergy and nobility.

Key words: General Inquiries of the Kingdom of 1258, King Afonso III, communication routes

Abreviaturas

PMH: Inq. - *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones.*

1. Quadro metodológico

O Norte peninsular em geral e os territórios do Noroeste em particular foram, nos séculos VIII-XIII, o ponto de partida para aqueles que levaram a cabo o processo de expansão cristã para Sul. Durante e após o processo bélico, foram sendo implantadas diversas estruturas de poder, que, de formas distintas, foram capazes de reorganizar o território segundo determinadas matrizes políticas, sociais e culturais. Num território em constante mutação[1], a Coroa portuguesa iniciou com D. Afonso II (1211-23), mas sobretudo com D. Afonso III (1248-79), uma série de ações que acabaram por permitir, a médio-longo prazo, controlar, com maior ou menor eficácia, poderes laicos e religiosos, assim como os seus bens e patrimónios. Os processos que conduziram ao alienamento de outros territórios só foram possíveis, em parte, graças às vias de comunicação[2].

Focados nessa problemática e tendo como fonte de estudo principal as Inquirições Gerais de 1258, realizadas a mando de D. Afonso III, pretende-se reconstruir os traçados viários do território do Entre-Cávado-e-Minho em meados do século XIII e demonstrar o impacto que tiveram as estruturas que se encontravam agregadas ou que se foram constituindo nas proximidades destas vias, de modo a ser possível entender os diferentes obstáculos que o viajante medieval teria de enfrentar no seu percurso, independentemente do seu estatuto social, local de origem ou outras motivações.

O primeiro passo foi identificar a fonte primária, aquela que requereu a maior das atenções: a 1ª alçada das Inquirições Gerais do Reino[3], relativa ao território do Entre-Cávado-e-Minho.

Quanto à bibliografia relativa à temática em estudo, destaca-se a tese de licenciatura de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, intitulada *Vias Medievais Entre*

[1] Situação apenas alterada com a assinatura do Tratado de Alcanizes em 1297, que se traduziu na quase imutabilidade da linha de fronteira do Portugal Continental até aos nossos dias.

[2] Esta temática foi abordada por ANDRADE, Amélia Aguiar - "A estratégia Dionisina na Fronteira Noroeste" in "*A Construção Medieval do Território*". Lisboa: Livros Horizonte, 2001. P.87-105.
Uma das ferramentas utilizadas por D. Dinis (1279-1325) e utilizada como exemplo pela autora foram as Inquirições de 1288. "As sentenças régias decorrentes destes inquéritos e promulgadas em 1290 permitiram a devassa de coutos e honras ilegais e sobretudo, a humilhação dos prevaricadores, obrigados a aceitarem a intervenção de oficiais régios locais, que até essa altura tinham conseguido evitar através de logros e/ou de processos mais ou menos violentos." (p.90).

[3] *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. Vol. I, Fasc. III (1891). Doravante, a esta obra será referida como PMH: Inq.

Douro e Minho (1968), onde o autor descreve os antecedentes da viação romana e da sua implantação no Entre-Douro-e-Minho, bem como o desenvolvimento dos transportes e dos itinerários que foram despontando ao longo da Idade Média neste território, alicerçando as suas observações em estudos estrangeiros e nacionais[4].

O segundo pilar desta investigação é a obra de Iria Gonçalves *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III* (2011)[5]. Através da análise das informações recolhidas no processo das Inquirições Gerais de 1258, a autora faz uma descrição do que seria o quotidiano das *gentes* do Entre-Douro-e-Minho, desde a defesa do território, passando pela paisagem, agricultura e animais selvagens, culminando no Rei e no poder emanado por si através dos seus oficiais.

Enquanto a obra de Carlos A. Ferreira de Almeida, apesar da longevidade dos seus resultados, continua a ser o principal trabalho realizado em Portugal na área das vias medievais até aos nossos dias, o trabalho de Iria Gonçalves é um dos poucos estudos de relevo regional existentes no nosso país, primando pela forma objetiva como articula um leque tão alargado de dados, todos retirados de uma só fonte. Ao estudar a Beira Interior, a autora aborda a forma como os indivíduos na Idade Média viam o seu território e como o foram construindo, destacando a "(…) cerrada rede de caminhos ao redor das povoações, muitos deles, por certo, aí existentes desde tempos imemoriais e mantidos estáveis porque as terras cultivadas ou outros obstáculos os impediam de mudar (…)" e que ligavam diferentes povoações entre si[6].

Quanto a Manuel Conde e a Marina Vieira, estes expõem na sua investigação uma "(…) rede viária que não corresponde à expectativa apriorística de um Trás-os-Montes isolado e mal servido de caminhos (…)", defendendo assim a importância de estudos regionais que permitam "(…) destrinçar os percursos principais dos secundários, que detectem antigas pontes e passagens, que busquem as pistas da micro-

[4] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1968. Tese de Licenciatura. No que toca aos primeiros, nomeie-se J. Hubert, Paul Marie Duval ou Henri Breuil, enquanto que para os segundos, o autor retira contributos das obras de Gama Barros, Padre Avelino de Jesus da Costa, Jorge Alarcão ou Orlando Ribeiro.

[5] GONÇALVES, Iria - *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Santa Maria da Feira, Ed. Afrontamento: 2011. ISBN: 978-989-8351-22-7.

[6] GONÇALVES, Iria – Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior In *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*, coord. de Iria Gonçalves, Vol. V. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2013. P.163-182.

toponímia (…)"[7], como forma de caracterizar a rede viária nacional. Os autores abordam ainda a problemática dos locais de paragem e de repouso, destacando o recurso, por parte de reis e senhores, ao direito de aposentadoria ou a diversas estruturas como "(…) albergarias e hospitais, estalagens, mesões, vendas e pousadas (…)"[8].

Para Francisco Fraure, as vias medievais no território de Guimarães constituíram um complemento às vias romanas já existentes, como atesta a construção de pontes em período medievo em complemento às pontes romanas. Contudo, o autor regista uma clara estruturação dos caminhos e pontes medievas em volta de Guimarães, que servem a urbe "(…) e, por essa razão, dali partem e para lá se dirigem, comportando-se, a novel vila, como um pólo de atracção e dispersão de vias (…)"[9].

Por último, o estudo de Nuno Resende foca-se na *ponte medieval* como meio de controlo do território. O autor tenta também quebrar o misticismo que envolvia a arquitetura pontística medieval, que muitas vezes "(…) surgem no imaginário popular das comunidades associadas a extravagantes construtores, como demónios, santos e rainhas (…)", bem como romper com a insistência em classificar as *pontes* como romanas, românicas e góticas, dando o exemplo da utilização do "(…) arco de volta perfeita como elemento principal da engenharia pontística muito além da medievalidade (…), transcendendo, desta forma, as distinções que foram criadas no passado[10].

Paralelamente, na última década foram elaboradas algumas teses onde se analisam as estradas como fator estruturante do território, nomeadamente a de Helena Romão Monteiro, que coloca o seu foco na estrada da Beira, a de João Maia Romão, que se dedica a comparar as vias comunicações do antigo termo de Tomar e o atual concelho, e a de Pedro Gonçalves Ferreira, que elaborou um estudo similar ao de Helena Monteiro, mas centrado no território do Baixo Ave[11]. Complementarmente,

[7] CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos In. GONÇALVES, Iria (Coord.) *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Vol. II. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. P.91.

[8] Idem, p.90.

[9] FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro – Viajar no Tempo de D. Afonso Henriques. Vias e Pontes no território vimarenense. In. BARROCA, Mário (coord.) - *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017. P.351. ISBN 978-989-8351-75-3.

[10] RESENDE, Nuno – Pontes e vias medievais a sul do Douro na região de Montemuro: as primeiras questões. In. CARDOSO, António Barros (dir.) - *Douro: vinho, história & património*. Porto: APHVIN/GEHVID, 2014. Nº 3. P.227. ISSN: 2182-8490.

[11] MONTEIRO, Helena Patrícia Romão - A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de

foram vários os trabalhos que enriqueceram, de diferentes formas, o presente estudo, como por exemplo na identificação da toponímia ou nas questões de ocupação do espaço[12].

O passo seguinte foi o de levantamento e análise das informações relacionadas com vias de comunicação, sobretudo referências a caminhos e a pontos de passagem, naturais ou construídos por ação humana[13]; a castelos[14], pela sua construção em locais estratégicos com o objetivo de dominarem efetivamente o espaço sob o seu controlo, o que implica a possível existência de caminhos; e os mosteiros[15], devido à missão assistencial levada a cabo por estes no que toca aos peregrinos.

Quanto à análise dos dados, foram surgindo alguns problemas que, com maior ou menor dificuldade, foram sendo ultrapassados. No que diz respeito à georreferenciação das paróquias, não foi possível identificar apenas duas das 212 paróquias referidas, nomeadamente a de S. João de Gomesende e a de Santa Marinha de Duzães[16], como consequência da mutação, do desaparecimento da sua toponímia dos mapas ou mesmo por terem sido erradamente arquivadas após a conclusão do processo. Outro problema residiu na compreensão, tratamento e georreferenciação das informações recolhidas, por estas serem, em parte, relatos dos inquiridos sobre

---

Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; ROMÃO, João Maia - No encalço do passo do Homem medieval as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar. Lisboa: [s.n.], 2012. Versão corrigida e melhorada após defesa pública da dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; FERREIRA, Pedro Ricardo Gonçalves - Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave. Porto: FAUP, 2016 - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

[12] VEIGA, A. Botelho da Costa - *Estudos de história militar portuguesa*. Lisboa: [S.n.], 1936. Vol. I - Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; Análise da tradição e da polémica de Ourique; COSTA, Américo - *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1929-1949. Vol. III; ANDRADE, Amélia Aguiar - *A Construção Medieval do Território*. Lisboa; Livros Horizonte, 2001; ALARCÃO, Jorge - *Portugal Romano*. Lisboa, Editora Verbo: 1987.

[13] Nomeadamente referências a «carreira», a «ponte», a «porto» e a «portela», mas também a «barca», a «portagem», a «pousa», a «pousada» e a «vau», apesar de em menor número.

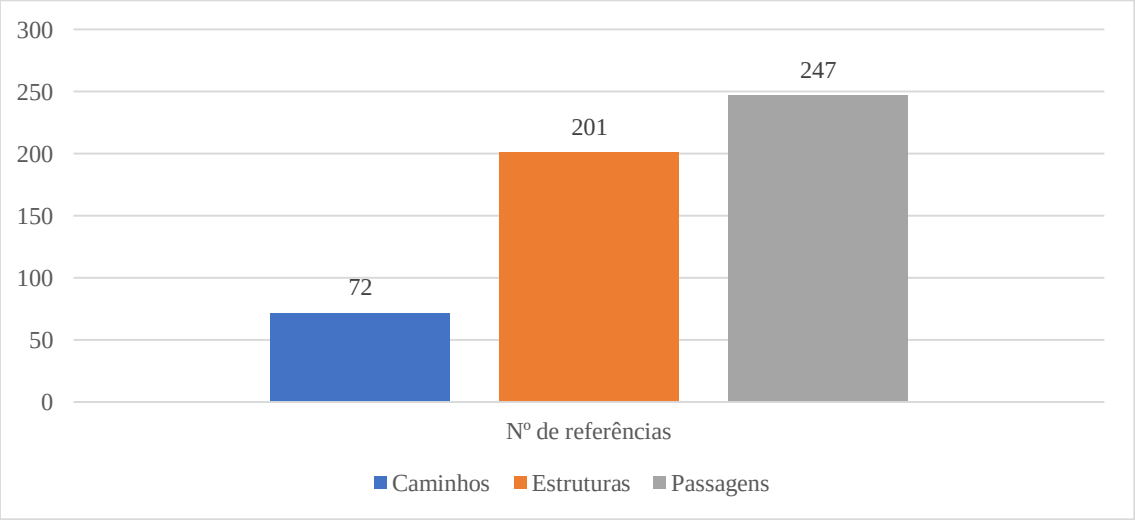
[14] No que toca a este género de informações, apenas incluímos as que são explícitas em relação a que castelo as populações se dirigem. Contudo, são inúmeras as referências relativas ao serviço de anúduva, ao abastecimento dos castelos, etc. – para tal, ver GONÇALVES, Iria (2011), (mapas I.2 a I.7).

[15] São vários os trabalhos de relevo realizados por Carlos A. Ferreira de Almeida na área das vias de comunicação. Além da sua tese de licenciatura, salientam-se dois outros, intitulado de "Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal" – Separata de «A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica" In. *Atas das 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974. p.39-57. e "*Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220"*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História da Arte.

[16] Segundo a fonte, a paróquia de S. João de Gomesende pertencia ao Julgado de Regalados e a paróquia de Santa Marinha de Duzães pertencia ao Julgado de Fraião.

localizações fora do espaço geográfico da sua paróquia, algo que não foi entendido num primeiro momento.

Gráfico nº1-Referências recolhidas dos PMH: Inq, I Alçada



A base de dados construída no âmbito deste estudo contém 520 entradas relativas a pontos que compunham, de forma direta ou não, a rede viária do Entre-Cávado-e-Minho, das quais 72 dizem respeito a *caminhos*, 201 a *estruturas* e 247 a *passagens*.

Simultaneamente, a identificação dos pontos ao nível da microtoponímia também se demonstrou um processo complexo, não tendo sido possível georreferenciar 173 das 541 referências recolhidas, sobretudo devido ao método de recolha de informação utilizado pelos inquiridores. Luís Krus, em *Escrita e Poder*, aborda todo este processo junto das populações locais, desde o aval régio dado aos oficiais que recolhiam as informações, à proteção dos inquiridos pela autoridade régia, bem como à ameaça para com "(…) todos os que colocassem obstáculos à missão (…)"[17].

Relativamente ao grau de exatidão das informações recolhidas, se em determinados aspetos os inquiridores eram muito incisivos, nomeadamente na descrição dos limites da propriedade régia, como acontece na paróquia de Santa Maria de Sá,

[17] KRUS, Luís – Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III. In *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, secretaria de Estado da Cultura, 1981. Nº1. P.60. No ano seguinte e em conjunto com José Mattoso e Olga Bettencourt, Luís Krus publicou um artigo focado nas Inquirições Régias como fonte para o estudo da Idade Média em Portugal. A sua importância mantem-se até aos nossos dias pelas questões que levanta a nível metodológico, quer pela estrutura da fonte, quer pelas informações que dela podem ser retiradas. Ver MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa In Revista de História Económica e Social. Lisboa: Sá da Costa, 1982. Nº 9. P.17-45.

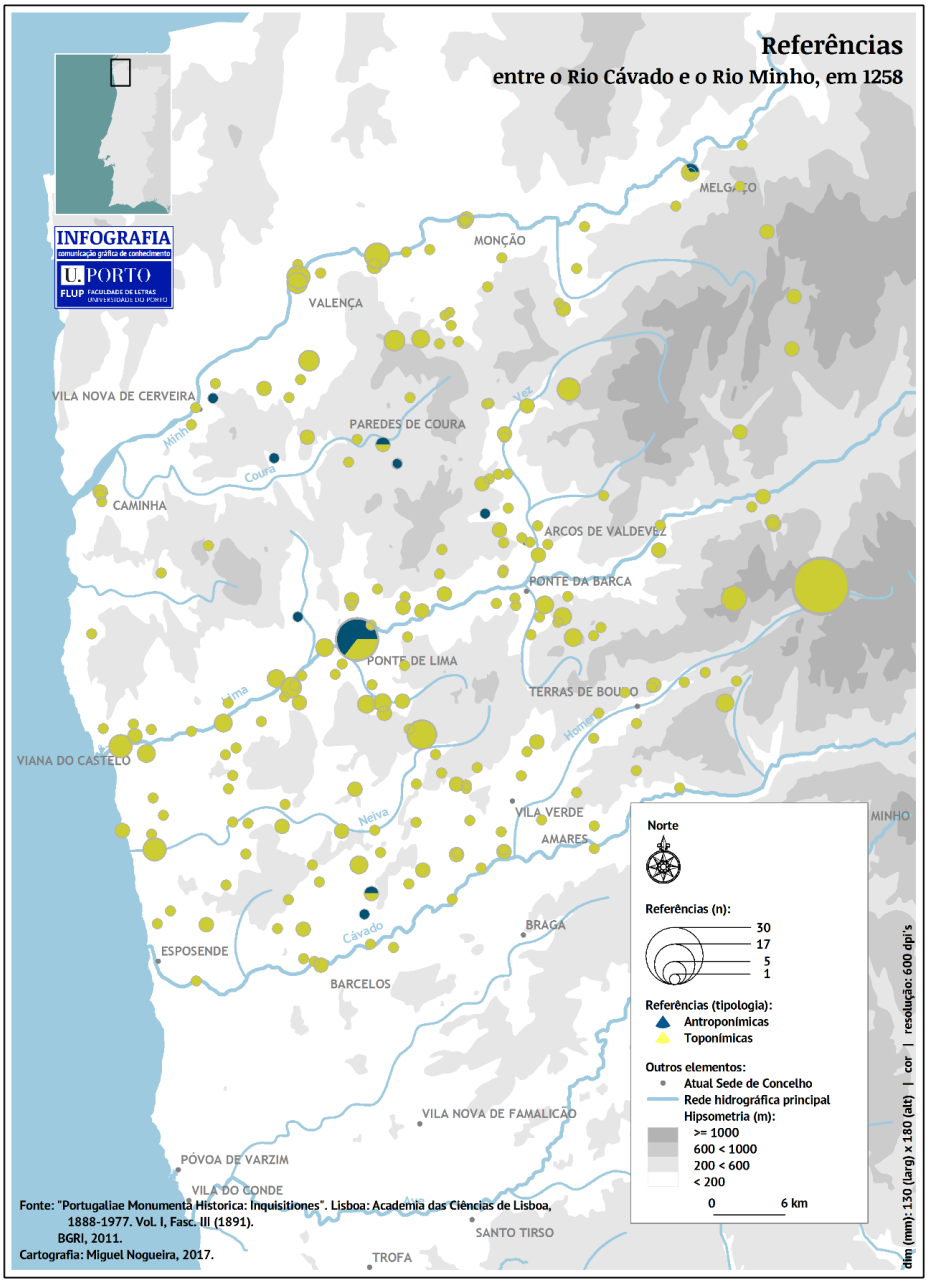
Julgado de Ponte de Lima[18], em que a toponímia permite identificar os diferentes pontos enumerados, noutros casos tal não é possível, principalmente quando os oficiais régios utilizam a antroponímia como ferramenta de identificação do espaço. Como exemplo tomamos o da paróquia São Miguel de Barroças, do Julgado de Pena da Rainha, onde é descrita a localização de uma *pousa* do mordomo do Rei utilizando o nome do seu proprietário[19], mas sem registar qualquer elemento geográfico que a permitisse localizar.

Quanto à polissemia das palavras, esta também se revelou um obstáculo. Seria um «porto» uma estrutura, um ponto de passagem em que se cobrava algum tipo de imposto ou um local de refúgio? Qual a relação entre termos como «carreira» e «vereda»? Foram estas as perguntas que se foram apresentando ao longo deste estudo.

[18] PMH: Inq., p.338. "Item, in agra dAgno mao há el Rey meyo Regaengo, quomo parte pelo marco do Espineiro, et ende quomo parte pelo marco do resio, et inde pelo marco do Barco, et inde pelo carreiro velio.".

[19] Idem, p.370 "Item, (…) in casa de Nuno Midiz no quinteeiro é pousa do Mayordomo del Rey.".

Mapa nº 1 – Total das referências recolhidas no Entre-Cávado-e-Minho, em 1258.



Pretende-se demonstrar a distribuição espacial das referências recolhidas da fonte e georreferenciadas até ao momento, estando divididas entre «Antroponímia» e «Toponímia», com as últimas a terem um peso estruturante na organização do território.

2. O território do Entre-Cávado-e-Minho:

2.1. «*Gentes e Espaços*»

Para o historiador, a análise do território é sempre um desafio, pois mais do que tentar perceber as dinâmicas sociais, é necessário compreender como é que o espaço e os fatores naturais influenciavam o dia-a-dia daqueles que ocupavam o território.

Bordejado pelo Atlântico a Ocidente, pelas serranias a Norte e recortado pelos grandes rios que correm desde o reino vizinho[20], o território do Entre-Cávado-e-Minho foi sempre um espaço de grandes assimetrias, visíveis nas distintas formas de povoamento que foram sendo adotadas ao longo do tempo.

Por um lado, os pequenas povoações das serras de Laboreiro, do Soajo, da Amarela e da Peneda, "(…) não muito distantes umas das outras, todas elas com um reduzido número de residentes, mas que na sua expressão mais lata nunca ultrapassaram a centena de moradores (…)"[21], e que davam uso efetivo ao termo «comunidade», com a existência de práticas relativas ao gado, como a sua junção em grandes rebanhos e a sua vigia, ao «boi do povo» ou a questões relativas à gestão dos campos e de estruturas comunitárias como o forno ou os caminhos[22]. Por oposição, desenvolveu-se ao longo das margens dos rios e nas áreas aplanadas a altitudes mais baixas o povoamento disperso e orientado para a agropastorícia, onde o «campo-prado» e o cultivo do milho imperavam[23].

Quanto à forma de construir as habitações, Sílvio Conde afirma que "as referências que delas encontramos nas inquirições do século XIII ou em contratos das épocas mais recuadas são muito parcas e fragmentárias; as mais das vezes, satisfazem-se com a mera indicação de uma casa (...) um lugar e um homem (…)"[24]. Se por um lado os inquéritos régios nunca tiveram como objetivo descrever com pormenor a propriedade, focando-se apenas nos elementos jurisdicionais e nas possíveis mais-valias económicas, por outro o desenvolvimento do tabelionado em Portugal veio permitir aos historiadores desenvolver numerosos estudos acerca da habitação para cronologias mais tardias, sobretudo para os finais da Idade Média.

Quanto aos caminhos, a sua construção estava à mercê dos condicionalismos geográficos, bem visíveis no Norte de Portugal, mas esta não deixava de se constituir como uma realidade, sendo atribuída a indivíduos ou a comunidades, segundo os seus

[20] Para a área em estudo, falamos dos rios Minho, Lima, Homem e Cávado. Rios como o Laboreiro ou o Neiva, além de muitos outros cursos de água com menor extensão e caudal, com nascente já em território nacional e afluentes dos anteriores, constituem a malha hidrográfica desta vasta área.

[21] ALMEIDA, Carlos A. Brochado - *O Sistema defensivo da vila de Melgaço : dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado.* Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2002. ISBN 972-98755-3-7. P.11.

[22] RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboços de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa, 1986. 4ª edição. P.61-62.

[23] Idem, p.60-61.

[24] CONDE, Manuel Sílvio – "A Casa" In MATTOSO, José (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2013. Vol. I. P.57. ISBN 978-989-644-122-7.

próprios interesses, de instituições monásticas ou da Coroa[25]. Carlos Alberto Ferreira de Almeida alude para esta questão, ao referir que a construção e manutenção de pontes foi durante muito tempo, "(…) um serviço religioso e chegou mesmo a ser um ideal de santidade construir pontes, quer prestando serviço material, quer reunindo numerário suficiente para sua edificação (…)[26]. Contudo, com o fortalecimento da autoridade régia em Portugal a partir da segunda metade do século XIII, esta tarefa foi sendo paulatinamente transferida para a esfera da Coroa, quer por doações testamentárias dos monarcas ou pelo lançamento de fitas, situação que se verificará em absoluto já no tempo da União Ibérica (1580-1640)[27].

Importantes para a construção do espaço em análise foram os poderes que aí se foram constituindo ao longo da Idade Média: falamos da nobreza e do clero. Independentemente da sua origem – quer tenham vindo da Galiza, de Leão ou de paragens mais longínquas, quer tivessem profundas raízes no território -, a camada da nobreza que saiu vencedora da Batalha de Pedroso de 1071, composta por ricos-homens, cavaleiros e infanções, face à velha aristocracia condal, constituiu-se no núcleo duro das famílias que apoiaram D. Afonso Henriques no processo que conduziu à criação do Reino de Portugal. O seu processo de ascensão, anterior ao ano 1000, a par da reorganização territorial protagonizada pela Igreja de Roma em Portugal, que impôs a estrutura paroquial como elemento definidor do território, veio alterar profundamente a ordem social, política e administrativa do Entre-Douro-e-Minho.

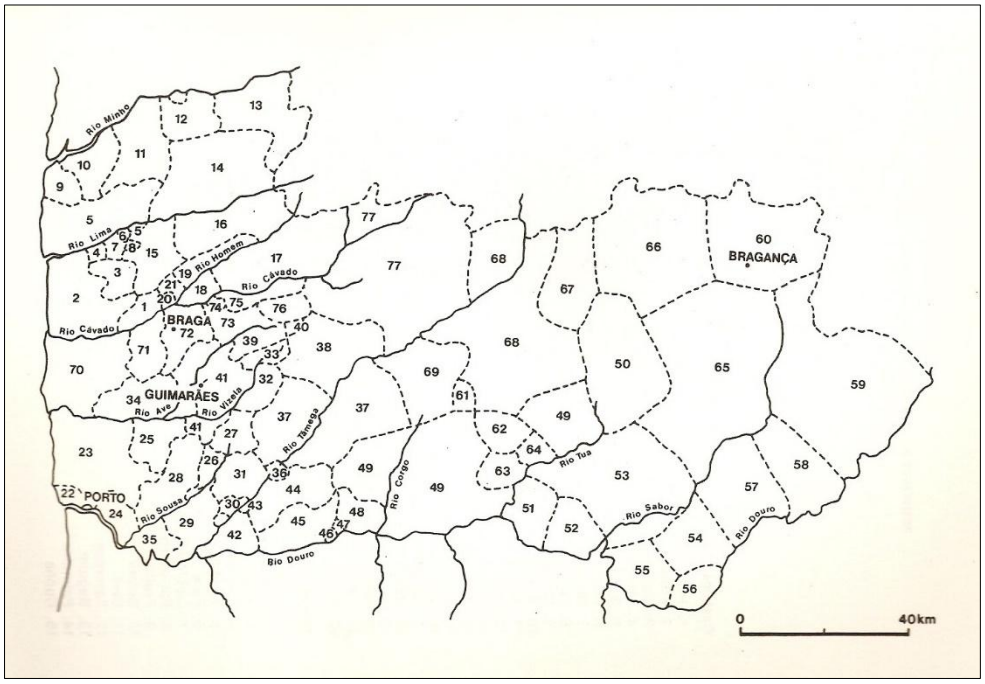
Contudo, os modelos administrativos adotados tiveram sempre de se adaptar às características do território, sendo atribuído aos rios um papel importante nessa gestão, nomeadamente no período em que o modelo das *Terras* imperou por todo o mundo cristão peninsular (séculos XI-XIII), como ilustrado no mapa nº2.

[25] PMH: Inq. Durante a recolha de informação, foram vários os casos identificados por nós, que remetem para construção ou manutenção de vias: "Item, no Casal do Eiro et o de Christina am d alimpiar a via del o porto de Esporoes ataen o Casal de Cima de Vila." (p.418) e "Et os de Vilar vam fazer a carreira do Cavacadoyro ataen a Portela de quintana." (p.414).

[26] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais Entre Douro e Minho* (…), p.127.

[27] Idem, p.129.

Mapa nº2: «Julgados a norte do Douro em 1258»



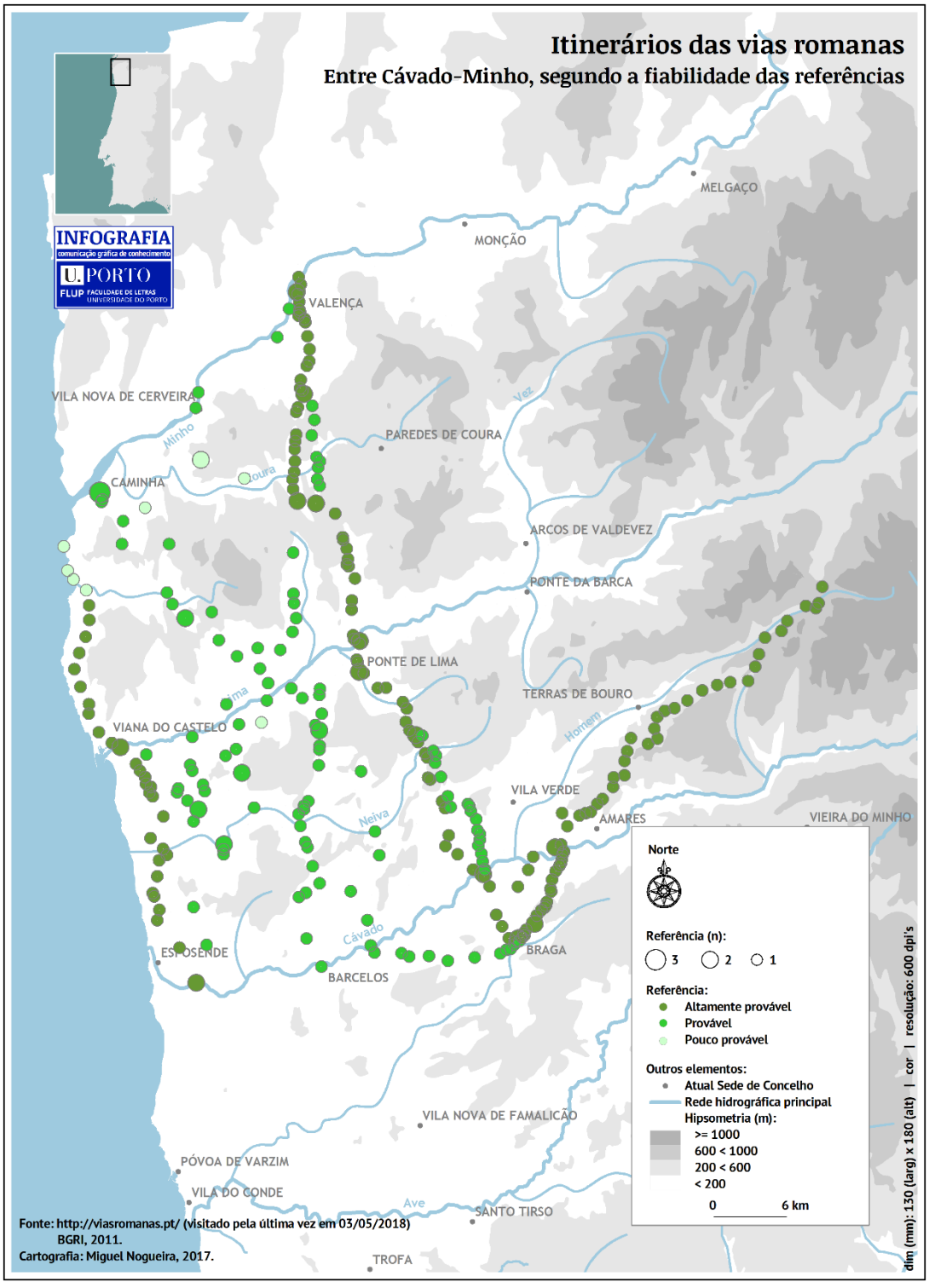
Adaptado de MATTOSO, José - Identificação de um País: oposição-composição. Ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325). Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN: 978-989-644-358-0. P.888.

Legenda das *Terras*: 1) Prado; 2) Neiva; 3) Aguiar; 4) Geraz; 5) S. Martinho e Ponte de Lima; 6) Correlhã; 7) S. Estevão; 8) Souto e Rebordões; 9) Caminha; 10) Cerveira; 11) Fraião; 12) Pena da Rainha; 13) Valadares; 14) Valdevez; 15) Penela; 16) Nóbrega; 17) Bouro; 18) Entre Homem e Cávado; 19) Regalados; 20) Lalim; 21) Vila Chã.

Com este mapa, pretende-se demonstrar o papel dos rios como delimitadores do espaço. Como exemplos de territórios implantados num interflúvio, a *Terra* de Entre Homem e Cávado e a *Terra* de Bouro, ambas entre os rios Homem e Cávado.

2.2. O território do Entre-Cávado-e-Minho: A via no Noroeste Peninsular

Mapa nº3 – Vias romanas no Entre Cávado-Minho: Identificação dos Itinerários.



Das vias romanas assentes no território em análise, apenas a Via XVIII (mais conhecida por «Geira») e a possível ligação entre as atuais Caminha e Valença, constituíram-se no eixo Oeste-Este, enquanto as restantes se apresentam no eixo Norte-Sul. Destacam-se ainda as várias bifurcações que a Via «Veteris» faz ao longo do seu traçado, desde o momento em que atravessa o rio Cávado na barca do Lago, em Gemeses-Esposende (tradição que chegou até aos nossos dias) até atingir o rio Minho a Norte. O presente mapa evidencia os registos arqueológicos encontrados no território em análise.

As vias de comunicação sempre funcionaram como um meio para atingir determinados objetivos. Carlos Alberto Ferreira de Almeida alude para a existência de caminhos anteriores aos povos castrejos peninsulares, empregados na busca pelo estanho e pelo cobre[28]. Com a romanização do território, surgiram estradas que permitiam a movimentação de grandes destacamentos militares e ligavam importantes as importantes civitates romanas, separadas por longas distâncias, como Astorga e Braga.

Contudo, Lino Tavares Dias chama a atenção para outra das funcionalidades destas vias, "(…) feitas para interligar a rede de cidades com as estruturas rurais, as explorações de minas e as termas medicinais, ligando-as aos rios navegáveis como o Douro e o Tâmega que atravessavam por ponte e por barco, prosseguindo encosta acima e, daqui, ao mundo globalizado de então, muito centrado no Mediterrâneo (…)"[29], desenvolvendo a ligação da periferia do Império à capital Roma.

Chegadas à Idade Média, as vias de comunicação sofreram com as constantes crises económicas, políticas e sociais. No período anterior às invasões muçulmanas da Península Ibérica em 710-11, assistiu-se a uma recessão geral em todos os sectores da economia visigótica. A face visível foi o abandono, por parte de muitos mercadores, dos grandes circuitos comerciais, dos portos e dos mercados peninsulares[30], resultando assim na desarticulação de muitas das relações comerciais de longa distância.

Paralelamente, a ruralização da sociedade, a atrofia das cidades e dos seus meios para controlar a economia campesina[31], bem como a organização do povoamento em «comunidades de aldeia» ou em «comunidades de vale»[32], levou ao aparecimento de pequenas comunidades concentradas que levaram a cabo um modo de vida comunitário,

[28] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais Entre Douro e Minho* (…), p.17.

[29] DIAS, Lino Tavares – Contributo para o reconhecimento de «Estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro In. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM, 2013. Nº 4. P.184. ISSN: 2182-1097-04.

[30] LEGUAY, Jean-Pierre – O «Portugal» Germânico: O fim de uma época (680-710) In. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – "Portugal das Invasões Germânicas À «Reconquista»" In. MARQUES, António H. de Oliveira (dir.); SERRÃO, Joel (dir.) - *Nova História de Portugal*. 1ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1993. Vol. II. P.112.

[31] MATTOSO, José – A emergência do mundo medieval In. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. I. P.349-350. ISBN 972-42-0589-8.

[32] Idem, p.354-356.

sendo a sua face mais visível a da (re)ocupação de locais castrejos[33], o que de certo modo levou à diminuição da necessidade da realização de grandes deslocações.

Articulados entre si, estes fatores foram importantes para que as vias de comunicação de caráter regional e inter-regional tenham perdido importância a nível socioeconómico, como resultado da diminuição do tráfego de média-longa distância.

Em oposição, o mundo muçulmano continuou a atribuir às vias romanas o papel estruturante que detinham a nível comercial, militar e de ordenamento do território, com as cidades a desempenharem o papel de "ponto convergente de uma densa teia de caminhos e sendeiros que articulavam cada povoação ou alcaria entre si e cada uma delas ao seu castelo ou povoado fortificado."[34]. Foram ainda capazes de articular o Al-Andaluz com o Norte de África, até ao Mar Vermelho e adiante, como resultado das rotas comerciais que ligavam, por exemplo, os portos de Tavira e de Faro ao golfo de Túnis[35].

Do lado cristão, foi graças ao empenhamento da nobreza condal e, mais tarde, dos cavaleiros e infanções do Entre-Douro-e-Minho, que se deu a expansão das forças cristãs para Sul ao longo da faixa ocidental da Península Ibérica, entre os séculos IX-XIII. Esta ação guerreira resultou em abundantes despojos de guerra e permitiram o cerceamento de territórios que estariam, pelo menos em teoria, sob a tutela administrativa muçulmana.

Quantos aos despojos acumulados, estes foram muitas vezes reinvestidos na aquisição de novas terras, reunindo desta forma vastíssimas áreas territoriais das quais, mais tarde, recolheriam os seus direitos, quer fossem em géneros, serviços ou em forma de moeda[36], contribuindo para o contínuo aumento da base do poder destas famílias. Deu-se assim o renascimento da economia e do reavivar dos grandes circuitos comerciais, mas também da criação de novos. Exemplo disso é o «Caminho de Santiago».

Local de peregrinação a partir de meados do século IX, Santiago de Compostela transformou-se num pólo de atração de diversas gentes, desde o mais singelo peregrino

[33] MATTOSO, José - Portugal no reino Asturiano-Leonês In. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. I. P.447. ISBN 972-42-0589-8.

[34] TORRES, Cláudio – O Garb-Al-Andaluz In. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. I. P.390-391. ISBN 972-42-0589-8.

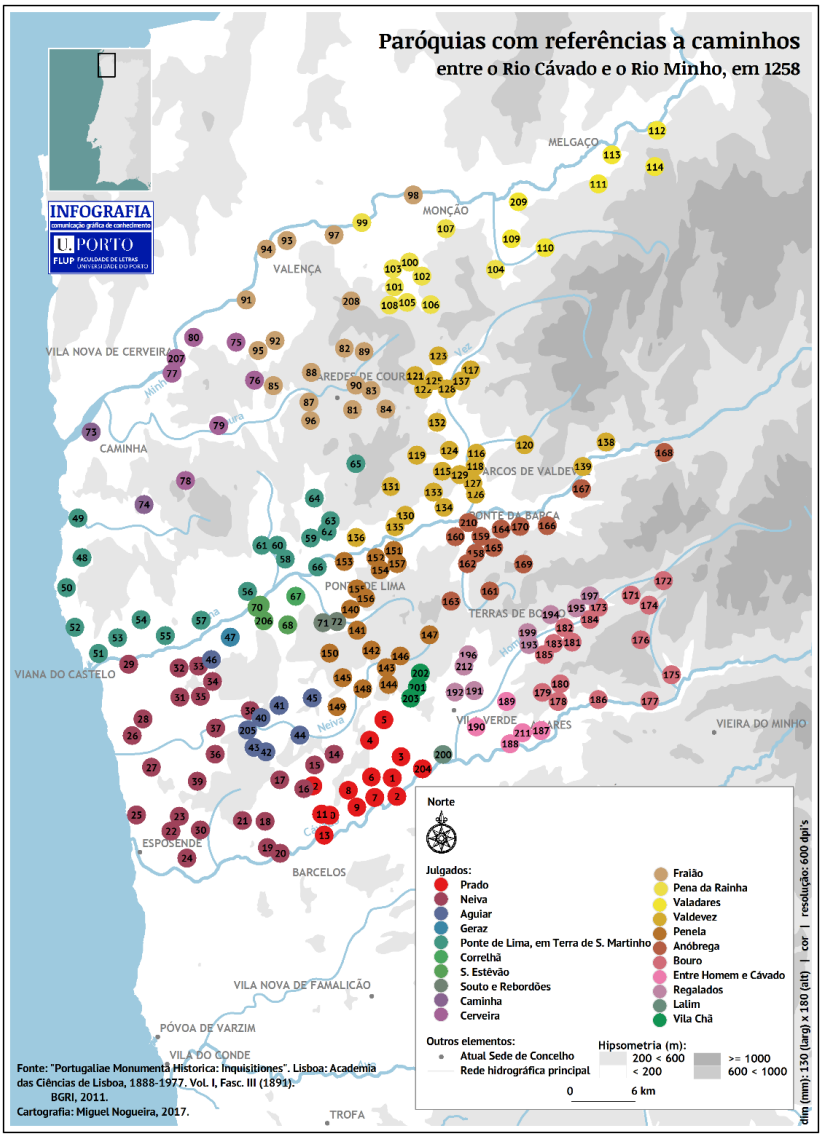
[35] Idem, p.393.

[36] MATTOSO, José - Portugal no reino Asturiano-Leonês (…) p.544.

ao mais abastado dos monarcas, mas também de muitos comerciantes. A sua ligação a Roncesvalles, nos Pirenéus, e daí para os restantes reinos europeus, bem como ao Sul da Península, sobretudo após a conquista definitiva de Toledo em 1085 por Afonso VI de Leão e Castela, foi essencial para o reativar de antigas estruturas e rotas viárias[37]. No que toca ao Condado Portucalense, o culto a Santiago Maior permitiu "(…) o aparecimento, no fim do século XI, de burgos com incipientes características urbanas no Porto, em Guimarães e talvez em Ponte de Lima e em Constantim de Panoias (…)"[38], o que veio dar um impulso à economia local e regional.

3. Análise dos dados recolhidos

Mapa nº4 – Paróquias com referências a caminhos entre o Rio Cávado e o Rio Minho, em 1258.



Neste mapa estão enumeradas as paróquias em que foi possível recolher informações relativas ao tema em análise no Entre-Cávado-e-Minho, em 1258.

De realçar a maior densidade destas junto a grandes cursos de água, como são os rios Cávado, Lima e Minho.

[37] CARLÉ, María del Carmen; PASTOR, Reyna – Los Reinos Cristianos em los siglos XI y XII In. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Historia de España*. 2ª ed. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1995. Tomo X, Vol. I, Cap. 8. P.214.

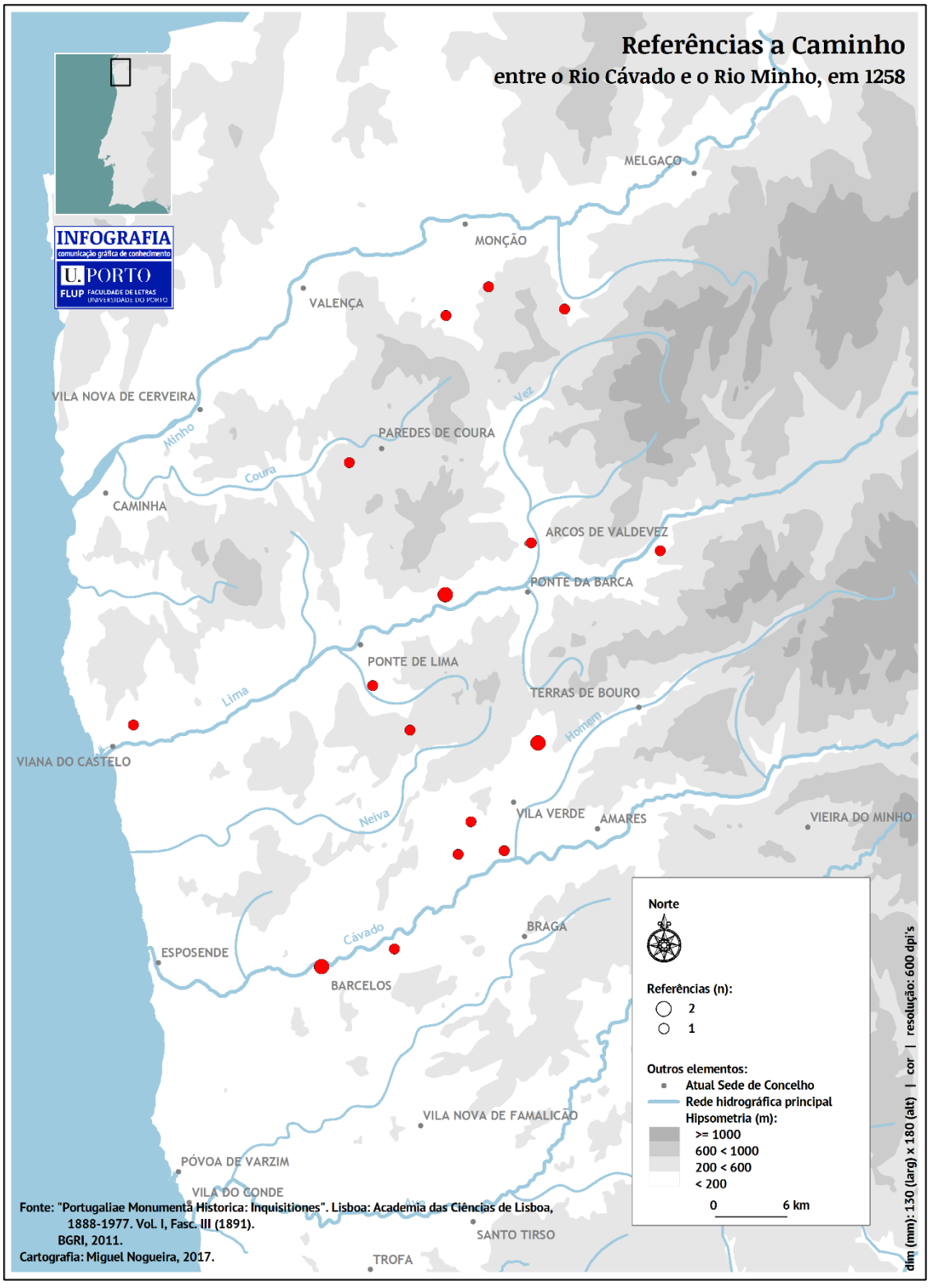
[38] MATTOSO, José - Portugal no reino Asturiano-Leonês (…) p.545.

A análise do mapa nº4 permite concluir que a distribuição espacial das paróquias identificadas é mais densa junto a locais de passagem, a cursos de água e ao longo das antigas vias romanas. No que toca às terras do Entre-Cávado-e-Lima, tal observação deve-se ao facto de estas se situarem em áreas mais planas e proporcionarem condições mais aprazíveis para o assentamento humano e para o desenvolvimento de uma vida sedentária baseada na agropastorícia quando em comparação com o Entre-Lima-e-Minho.

Consequentemente, a necessidade de criar caminhos, fossem de âmbito local ou regional, surgiu como forma de escoar potenciais excessos de produção e de manter diferentes populações em contacto. No que toca aos caminhos *per si*, apenas foi possível georreferenciar 18 das 72 referências recolhidas da fonte[39], o que não é suficiente para reconstruir com exatidão a rede viária do Entre-Cávado-e-Minho (mapa nº5). Contudo, recalcando ou articulando com as antigas vias romanas (mapa nº3), estes permitiriam às populações locais deslocarem-se entre os diversos centros distribuidores que pontilhavam o território, pelo menos de forma hipotética, fosse em virtude do cumprimento dos seus deveres, para a realização de trocas comerciais, em peregrinação ou por qualquer outro motivo.

[39] São 72 as referências, divididas em duas categorias - «caminhos primários» e «caminhos secundários» -, havendo uma maior preponderância do termo «carreira», com 34 referências, seguida de «carreiro» com 13. A existência de mais referências a caminhos «secundários» do que «primários», de 62 para 10, poderá dever-se à relevância que estes teriam como delimitadores do território minifundiário que sempre marcou o Entre-Cávado-e-Minho.

Mapa nº5 – Referências a «caminho» no Entre-Cávado-e-Minho, em 1258.



A dificuldade em georreferenciar as informações relativas às vias de comunicação construídas por ação humana, não permite avaliar a possível existência de padrões à data das Inquirições Gerais de 1258. Contudo, se articulado com o mapa nº6, relativos a locais de passagem, a situação altera-se.

Contudo, as referências a pontos de passagem são frequentes na fonte em estudo, sendo que com as 247 referências recolhidas, foi possível identificar possíveis corredores de circulação que, com o tempo, terão levado ao assentamento de populações nas suas imediações por razões de várias ordens.

Exemplo disso foi o aparecimento de um traçado no eixo Norte-Sul, nomeadamente no segmento entre Monção - Arcos de Valdevez - Ponte da Barca, sendo que o número substancial de referências nesta área se pode justificar pela necessidade em defender o vale do rio Vez. Corredor de circulação no sopé da serra do Soajo, o vale do Vez constituiu-se desde cedo como um caminho de infiltração no território do Condado Portucalense, mais tarde Reino de Portugal, surgindo assim a necessidade das populações locais se organizarem para defenderem o seu espaço[40]. Caso o exército invasor conseguisse chegar a Arcos de Valdevez, facilmente atingiria Ponte de Lima e Braga, e de seguida Guimarães e o burgo do Porto.

O trabalho de georreferenciação realizado demonstra um aumento da importância deste vale no que toca à circulação viária, enquanto o traçado entre Ponte de Lima e Valença, que decalca a antiga via romana XIX, poderá ter perdido peso a este nível, devido ao menor número de referências identificadas na fonte. Em sentido oposto, a fronteira com a Galiza e a costa atlântica são as áreas que apresentam uma menor densidade de referências a vias. A explicação pode dever-se à ameaça de conflito permanente, apesar das intensas relações entre portugueses e galego-leoneses, mas também aos aspetos geográficos, nomeadamente as áreas montanhosas das serras de Laboreiro, do Soajo, da Peneda e do Gerês.

Paralelamente, a ocupação lenta da orla marítima deveu-se sobretudo aos ataques muçulmanos e normandos que durante os séculos X-XII foram acossando as populações costeiras. Só com a conquista de Lisboa a Sul e com a organização de um sistema de defesa capaz de responder eficazmente face aos ataques vindos do mar, é que se deu essa expansão, onde a prestação da anúduva se demonstrou mais uma vez como fator essencial na organização defensiva do território.

[40] Esse caráter pessoal empregado pelas populações locais na defesa do território é visível nos mapas reproduzidos em GONÇALVES, Iria (2011). No mapa da p.26, muito completo no que é relativo à prestação da *anúduva*, é possível verificar uma grande densidade ao longo do vale do Vez, sobretudo entre o Porto do Couço e Ponte da Barca, na confluência do Vez com o Lima. O mapa da p.38 é referente ao *apelido*, o que vem reforçar a ideia da existência de uma organização defensiva a nível local, mas pensada num âmbito mais alargado a nível territorial.

Ainda sobre os pontos de passagem, é necessário fazer uma menção aos cursos de água. Nos locais em que a capacidade tecnológica e de recursos existia, bem como a vontade e a necessidade para a sua construção, e em que o relevo do terreno o permitia, a existência de pontes tornou-se uma realidade. Por exemplo, no que toca aos materiais utilizados na construção de pontes surgem duas referências na fonte, nomeadamente a uma ponte em pedra[41] e a outra construída com o recurso a madeira[42]. Sobre este tema, relembremos o estudo de Nuno de Resende e o papel que este atribui às pontes como elementos estruturadores do território[43].

Contudo, naqueles em que tais fatores não se conjugavam, recorria-se a barcas[44], como aquela que existia no porto de Tui, financiada por graça de Dª Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, e ao cuidado do bispado desta cidade, como demonstração pública das mercês que esta fez à dita diocese. Deste modo, ficaria assegurada a livre-passagem para quem quisesse atravessar o rio Minho, independentemente do estatuto social[45].

Apesar de não existirem referências expressas na fonte relativamente ao tráfego fluvial entre a foz dos rios e o interior do território, foi possível encontrar uma menção a bateleiros no couto de S. Vicente de Fragoso[46]. O direito a pernoitarem neste couto, a cerca de nove quilómetros da costa, leva a considerar a possibilidade destes indivíduos terem levado a cabo o transporte de bens e mercadorias num troço ainda considerável do rio Neiva, com cerca de 45 quilómetros entre a nascente e a foz.

---

[41] PMH, Inq., p.335 – "Item, da leira da Ponte pedrina a meya.".

[42] Idem, p.369 – "(…) et inde a fonte de pena maa quomo fiize pela ponte da tavoa (…)".

[43] RESENDE, Nuno – Pontes e vias medievais a sul do Douro na região de Montemuro: as primeiras questões (…) p.205-232.

[44] São 16 as referências a «barca», «barco» ou «barqueiro», num total de nove localizações distintas, sendo que não foi possível georreferenciar duas. Das informações sinalizadas cartograficamente, duas fazem referência ao mesmo homem, Afonso Barco, que recebeu de D. Afonso Henriques duas propriedades distintas, uma em São Pedro da Castanheira, no Julgado de Fraião (PMH. Inq. p.357), e outra em S. João de Rio Frio, no Julgado de Valdevez (PMH. Inq. p.382). Desconhecemos o porquê destas duas doações, talvez tenham sido concedidas como forma de premiar este indivíduo pelos serviços prestados no transporte fluvial, mas o que sabemos é que após a sua morte, a primeira propriedade passou para a alçada do mosteiro de Ganfei, enquanto a segunda passou para a esfera da Ordem do Templo.

[45] PMH, Inq. – A referência a esta barca é patente nos depoimentos recolhidos: na paróquia de S. Pedro da Torre "(…) que andasse a barca no porto de Tuy, et passasse essa davandita barca quantos quisessem passar sem dineiros (…)"(p.364); na vila de Valença – "Item, dixerunt que a Rayna dona Tarasia, madre de Rey don Alfonso Iº, meteu una barca no porto de Tuy in que passassem todos por amor de Deus sem precio (…)" (p.366); no Couto de S. Cosme de Ázere "(…) por esta esmolna e por outras que a Rayna dona Tarasia deu á See de Tuy, am a trager una barca de mercee no porto de Tuy, in que passem sem precio todos aqueles que in ela quiserem passar, por sua alma et de todos aqueles que depos ela veerem de sua geerazom." (p.380).

[46] Idem, p.319 – "Item, os bataleiros pousam in esta davandita ecclesia de Sancto Vicentino e fazem se ende erdeiros.". O bateleiro era o responsável pelo batel, pequena embarcação utilizada na navegação fluvial.

A importância do transporte no rio Neiva também é estudada por Ivone Magalhães no seu estudo sobre *As barcas e barcos de passagem do Caminho Português da Costa* (2017). A autora aborda ainda a localização estratégica do povoado de São Tiago do Neiva, no sopé do monte de Moldes, pela sua importância em defender a "(…) a entrada e saída de embarcações, considerando-se que o rio tem bastante água mas é estreito (…)[47]. Este é um exemplo de como a navegação fluvial, a par da navegação marítima (tema que aqui não é abordado) e a "(…) rede viária, que se foi formando durante a Idade Média a partir do desenho das estradas romanas (…)"[48], formavam o sistema de transportes no Reino de Portugal.

Relativamente a portagens, locais ou estruturas estratégicas onde se cobravam impostos, foi possível identificar oito pontos diferentes no território com base em dez referências, com a portagem em Ponte de Lima[49] a ser referida por três vezes: a cobrança da passagem seria feita na ponte sobre o rio Lima. As restantes referências apontam para a existência de portagens em Vilar do Monte[50] (Barcelos), em Vitorino das Donas[51] e em Fontão[52] (Ponte de Lima), em Gondar[53] (Caminha), em Lapela[54] (Monção), na vila de Monção[55] e em Melgaço[56].

[47] MAGALHÃES, Ivone Baptista de – As barcas e barcos de passagem do Caminho Português da Costa In. *Caminho Português da Costa – Estudos*. Viana do Castelo: Associação do Caminho Português da Costa, 2017. p. 30.

[48] COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch - *História Económica de Portugal: 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. ISBN 978-989-626-346-1. p.63. Sobre a rede viária do Noroeste de Portugal, ver: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral In. *Caminho Português da Costa – Estudos*. Viana do Castelo: Associação do Caminho Português da Costa, 2017. p.7-26.

[49] PMH, Inq. p.342 – "Item, dixerunt que dam cada ano al Rey pro voz et pro caomia, et pro portagine, et pro todos foros, excepto pam et vino, ccc maravedis: et isto tragem d uso." Já os moradores das paróquias de Santa Maria de Rebordães (p.346) e de S. Salvador de Souto (p.347) estavam isentos de pagar portagem em Ponte de Lima por o fazerem diretamente ao Rei.

[50] Idem, p.310 – "Item, dam aos Mordomos de Barcelos, por deffenderem suas portagees, segnas restes de cebolas: et pectam iiij caomias, se as fazem: et vam ao Castello.". Neste caso, não era a população local que cobrava as portagens, mas sim os mordomos de Barcelos, talvez por incapacidade dos primeiros no cumprimento dessa tarefa.

[51] Idem, p.344 - "Item, no Portadigo j leira.".

[52] Idem, p.336 - "(…) os omees da Marina, que veerem comparar vino et pasarem pelo arco de Rio Podre, se comparar j carrega, dá j almude, et se comparar j cupa dá j almude, et quantos compararem d una cupa dam senos almudes al Rey de vino.".

[53] Idem, p.349 – "Item, dixerunt que dam cada ano al Rey de todo este davandito Juigado de Camina (…) dam al Rey excepto isto as meyas das portagines, et excepto os ij casaes et meyo d el Rey que sunt in collatione Sancte Marie de Camina (…)". Neste caso, os habitantes do Julgado de Caminha tinham isenção no que toca ao pagamento das portagens.

[54] Idem, p.369 - "Item, dixerunt que in Lapela filiam portagem para el Rey.".

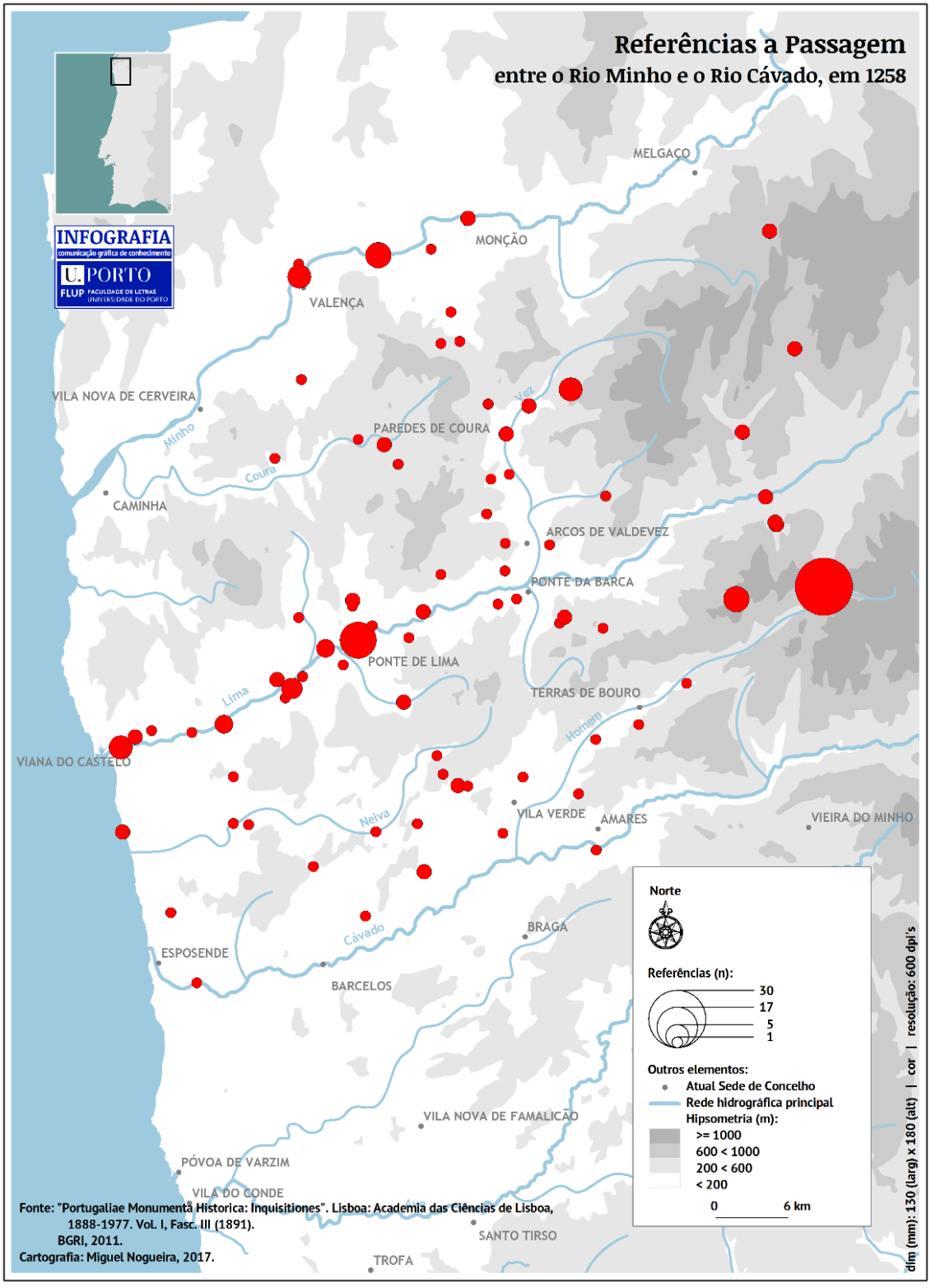
[55] Idem, p.369 - "Item, dixerunt que da vila de Monzom com seu Couto dam cada ano al Rey por portádigo et caomias et foros, et por todas rendas et dereituras, cccc. Maravedis veteres ad tertias anni.".

O que estes pontos tinham em comum era a sua localização, nomeadamente em pontes no interior do território ou em vilas raianas que possibilitavam a passagem para a Galiza, aos que se juntam as diversas barcas anteriormente referidas. Como Isabel Vaz Freitas refere, "Passar a ponte, entrar numa vila significa abrir os cordões à bolsa (…)"[57].

[56] Idem, p.378 - "Item, dixerunt que da vila de Melgazo cum suo Cauto dam cada ano al Rey por portatico et calumpniis et foris, et pro omnibus rendi set directuris, cccl. Maravedis veteres ad tertias anni.".

[57] FREITAS, Isabel Vaz – *Mercadores Entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006. Coleção Pedras Angulares. ISBN: 84-9704-194-1. P.14.

Mapa nº6 – Referências a pontos de passagem no Entre-Cávado-e-Minho, em 1258.



Deste mapa fazem parte todas as referências a pontos de passagem fluvial e terrestre recolhidas, sendo notória a densidade de referências ao longo do rio Lima, sobretudo até à vila de Ponte de Lima, onde continua operacional uma das mais antigas pontes romanas em Portugal, sendo que se optava pela utilização de barcas nos locais onde não era possível a construção de pontes.

Se por um lado, as áreas interiores do Entre-Cávado-e-Minho são as mais densas a nível demográfico, as faixas da fronteira terrestre são aquelas para quais muitas das populações se dirigiam em defesa, contabilizando, no total, 67 referências, como demonstra o mapa nº7.

Como importantes pontos de entrada no território português, surgem, por exemplo, a Portela do Homem (Terras de Bouro), com 15 povoações responsáveis pela sua guarda, e o Vau de Carexe (Valença), estando a sua defesa encarregue aos homens do Couto do Mosteiro de São Fins de Friestas e do couto de S. Pedro de Merufe, como é referido nas Inquirições Gerais de 1258. Mais tarde, esta missão terá sido partilhada com a guarnição do castelo de Lapela[58].

Ainda a nível bélico, é importante realçar que no período da governação de D. Afonso III e do seu filho D. Dinis se deram grandes reformas no Reino de Portugal, nomeadamente com a utilização do estilo gótico na arquitetura militar. Foi a partir deste momento em que se começaram a assentar castelos de planta esquadriada em áreas mais planas e a cotas mais baixas, em contraste com os castelos roqueiros que pontuavam o território do Entre-Douro-e-Minho[59]. Estes tinham mais torres ao longo do pano de muralha, na qual também surgia, por norma, junto ao seu ponto mais vulnerável, uma torre de menagem, que além de comandar todo o recinto, foi adquirindo ao longo do tempo a função de habitação. Para reforçar a defesa das entradas, foram sendo adotadas soluções como os balcões de matacães, estruturas que permitiam o tiro vertical direto[60].

As características de que estes castelos foram dispondo são um claro sinal da confiança nos seus sistemas defensivos e passaram a constituir uma demonstração de força para com os poderes rivais, fossem internos ou externos. Este é o tipo de castelo que vai sendo recorrentemente referido na fonte, para o qual um número significativo de povoações tinha de acorrer, em tempos de paz ou de guerra.

---

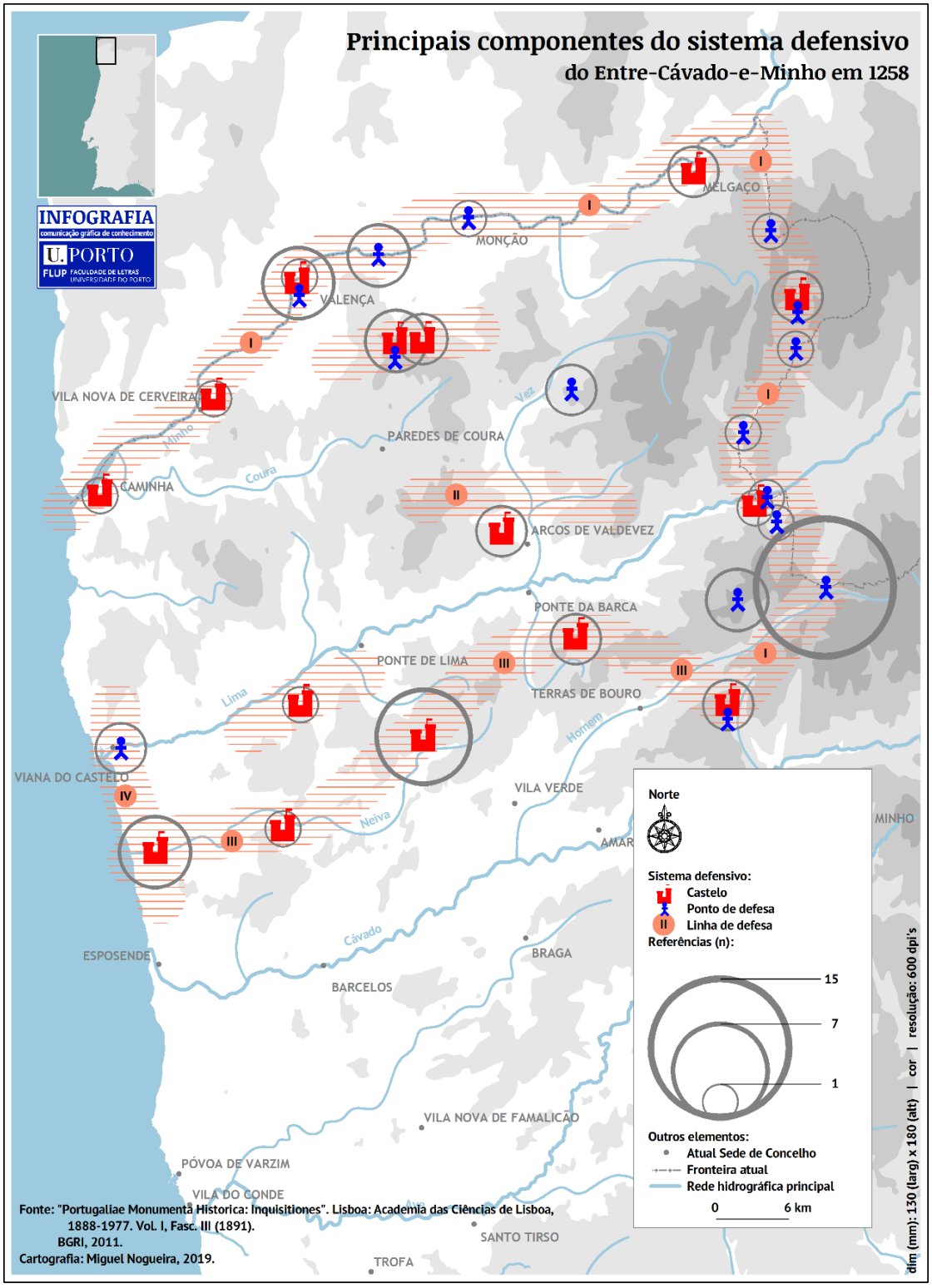
[58] Sobre o castelo de Lapela, ver ALMEIDA, Carlos A. F. de – "Sinais de Romanização na Torre de Lapela – Monção" In. *PORTUGALIA*, Nova Série, Vol. XXVI. Porto: FLUP, 2005. ISSN: 0971-4290. Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. P.119-148. - Não sendo certa a data da sua construção, o castelo de Lapela foi erguido entre as povoações de Valença e Monção. A sua localização geográfica, sobranceira ao rio Minho, tinha como objetivo defender uma larga secção da fronteira, até então desprotegida a quaisquer avanços que pudessem surgir da outra margem do Minho.

[59] Sobre os castelos do Entre-Douro-e-Minho, ver ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História da Arte.

[60] BARROCA, Mário Jorge - «Da Reconquista a D. Dinis» In. MATTOSO, José (coord.) – *Nova História Militar (...)* P.117-121.

CONCEIÇÃO, Rúben Filipe Teixeira da – «*Quo Vadis?*»: pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições Gerais de 1258. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 163-197.

Mapa nº7 – Principais componentes do sistema defensivo do Entre-Cávado-e-Minho em 1258.



Para a construção deste mapa foram utilizadas as informações relativas à prestação dos serviços de «anúduva» e de «apelido», bem como as referências a oficiais régios, nomeadamente o «alcaide». As Inquirições Gerais do Reino de 1258 captam o período em que os castelos roqueiros e os castelos góticos se complementaram entre si, com os primeiros na sua fase decadente, enquanto os segundos mantiveram, em grande parte até aos séculos XIX e XX, consoante as diferentes conjunturas políticas, a sua operacionalidade. A exceção foi o castelo de Castro Laboreiro, de matriz roqueira, que graças às alterações que foi sofrendo, manteve o seu valor estratégico até aos séculos XV e XVI.

No que toca aos locais de pernoita, onde se incluem os 24 mosteiros implantados no Entre-Cávado-e-Minho, as 156 referências recolhidas (mapa nº8) demonstram que no ano de 1258, tanto o monarca como os seus oficiais e a nobreza, dispunham de uma ampla rede de apoio por parte das comunidades locais. Nos casos em que o cumprimento das suas funções os levava a passar vários dias na estrada, eram muitos os pontos em que aqueles podiam pernoitar, direito assegurado pelos «contratos» entre a Coroa, os senhores locais e as populações.

Contudo, nem sempre a presença destes homens era pacífica, estando expressos nas Inquirições Gerais de 1258 casos em que oficiais ou senhores tentavam fazer valer os seus direitos, umas vezes com sucesso, outras não, tal como aconteceu na paróquia de Santa Marinha de Oleiros, do Julgado de Prado, em que D. Nuno Santos, que possuía aí um casal, foi proibido de *pousar* pelos moradores na dita paróquia[61].

Outro exemplo é a referência ao topónimo «Albergaria» na paróquia de São Miguel de Facha, atual concelho de Ponte de Lima[62]. Leonardo Silva refere na sua tese de mestrado, intitulada de *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (século XII a XVI)* (2017), a existência de uma albergaria[63] nesta mesma paróquia, na via entre Barcelos-Ponte de Lima. Tendo em conta que um dos ramais da *Via Veteris* passaria pelo vale da Facha, e que os dados recolhidos em 1258 pelos inquiridores apontam para a contínua utilização deste traçado, é possível pressupor a evolução deste topónimo a partir de uma estrutura[64] em articulação com a dita via.

Ainda sobre os locais de pernoita, urge clarificar e classificar as informações recolhidas, sendo necessário diferenciar as referências explícitas a quem podia pernoitar e aquelas em que tal não está expresso na fonte, tal como demonstra o gráfico nº2.

---

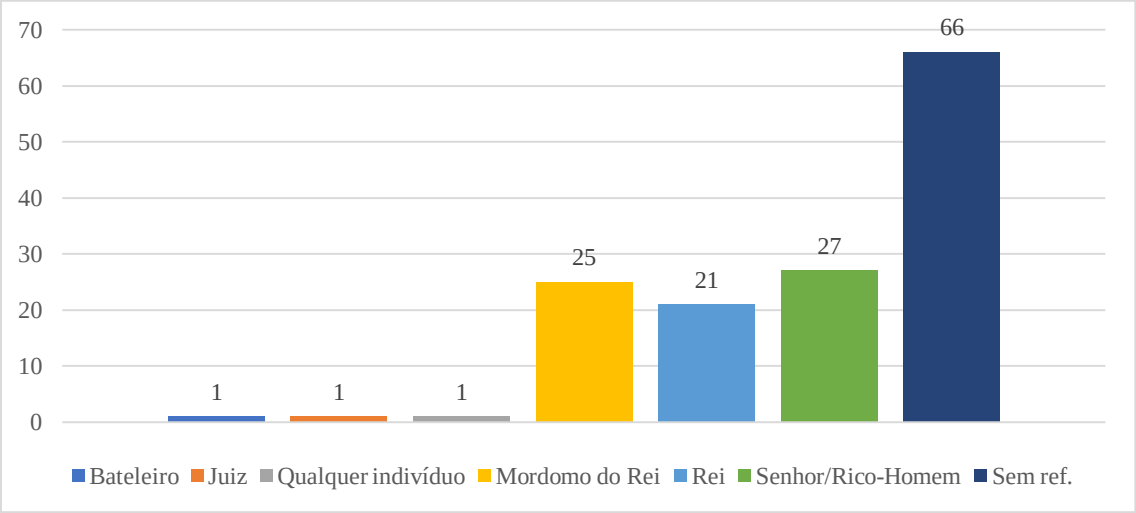
[61] PMH: Inq., p.296 «Item, disse que don Nuno Santii avya y uno casal de vedro, e quis pousar in esta ecclesia, et estes freegueses venerom a el e disseromli ca non avia dereito de pousar y, e foise ende.».

[62] Idem, p.343. «Item, os casaes da Albergaria j peza cum todos seus demarcamentos et difiimentos.».

[63] SILVA, Leonardo Manuel Cabral da - *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal: (século XII a XVI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. p.205.

[64] VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, Frei - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. Lisboa: Livraria Civilização, 1966. Vol. I. Edição crítica por Mário Fiúza. P.294-296. Segundo este autor, o termo «albergaria» pode ter vários significados, podendo referir-se a uma "Casa ou edifício destinado para recolher toda a qualidade de pessoas que fazem jornada e precisam das comodidades do sono, mantimentos e descanso.", ao "Direito que o senhorio tem de ser hospedado, recolhido e sustentado na casa do seu vassalo ou enfiteuta (…)" e a "Hospital, hospício transitório de pobres, miseráveis, peregrinos, passageiros, estropiados, enfermos (...)", sendo que para Fr. Joaquim Viterbo, a última das noções é a noção vigente em Portugal.

Gráfico nº 2 - Quem pernoita (nº de referências)

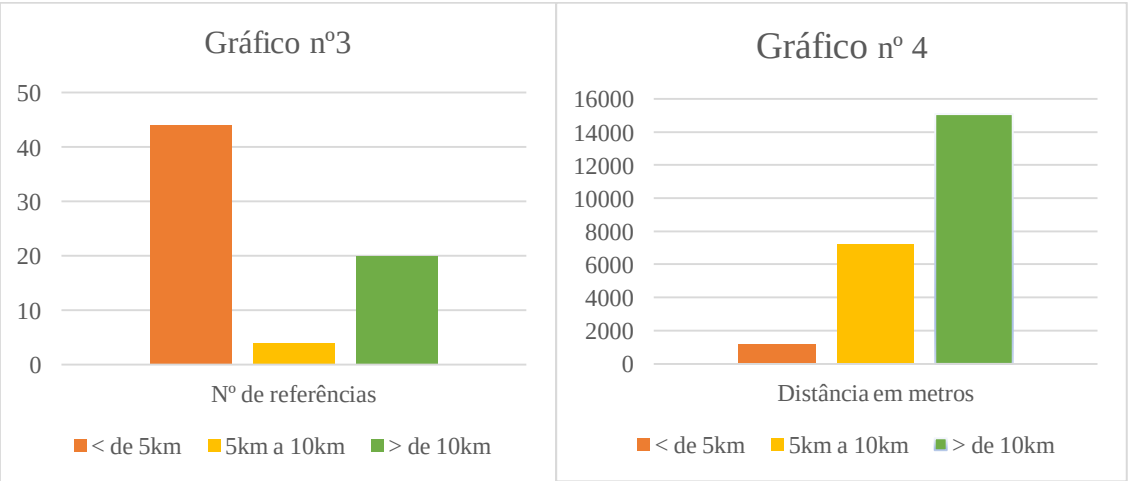


Aqui não estão representadas as referências dos 24 mosteiros que estavam assentes, à data das Inquirições Gerais de 1258, no território do Entre-Cávado-e-Minho, mas como explicita Fr. Joaquim Viterbo, estes serviam como estruturas de apoio aos «miseráveis» e «peregrinos», mas não só (ver nota de rodapé nº63). Das restantes 132 referências, foi possível retirar 142 informações distintas, sendo 76 relativas a indivíduos que podiam ou não pernoitar, enquanto as demais 66 referências, toponímicas e antroponímicas, apenas fazem alusão a locais de pernoita.

Paralelamente, é importante perceber qual a relação entre as referências recolhidas e as vias, de forma a compreender se os viajantes teriam de se desviar das vias principais, com o propósito de encontrarem um lugar de abrigo. Assim sendo, procedeu-se à comparação das informações retiradas da fonte com as antigas vias romanas[65] (por ser a informação disponível mais plausível).

Gráfico nº3 - Distância dos locais de pernoita e as vias romanas (locais georreferenciados) [esquerda]

Gráfico nº 4 - Distância média entre os locais de pernoita e as vias romanas (locais georreferenciados) [direita]



Os dois gráficos dizem respeito aos locais de pernoita encontrados na fonte e cuja localização espacial foi possível encontrar, num total de 93 referências, as quais correspondem a 68 locais, ou seja, existem locais que foram registados pelos inquiridores mais que uma vez.

[65] A comparação foi feita entre as informações dispostas nos mapas nº3 (p.10) e nº8 (p.25).

A análise dos gráficos nº3 e nº4 permite, por um lado, perceber que dois terços das referências a locais de pernoita (44) se situam a menos de 5 quilómetros de distância das antigas vias romanas (a média cifra-se em cerca de 1200 metros), o que possibilita deduzir que, mesmo em tempos mais avançados, estas vias continuaram a ter uma importância relevante nas deslocações efetuadas no território em análise.

Por outro lado, as 20 referências que se situam a mais de 10 quilómetros de distância destas vias (cerca de 15.100 metros em média), concentram-se sobretudo no vale do Vez e entre as localidades de Monção e Melgaço, o que pode ser justificado pela inexistência de vestígios de vias romanas em territórios mais inóspitos. Contudo, estas referências enquadram-se no segmento já anteriormente referido entre Ponte da Barca - Arcos de Valdevez – Monção[66], bem como na estrada que se foi formando entre Monção e Melgaço, paralela ao rio Minho e com destino à Galiza[67].

Apesar dos números do gráfico nº2 parecerem suficientes para cobrir o Entre-Cávado-e-Minho, não se pode esquecer que apenas os monarcas, os seus oficiais e a aristocracia podiam usufruir do direito de aposentadoria, o que diminui os locais disponíveis em que caminhantes e comerciantes podiam descansar em segurança e reabastecer-se de alimentos para o resto da viagem. Comparando com outras áreas do Reino de Portugal, este território apresenta índices de estalagens mais aceitáveis[68].

Por muitas vezes este direito era sinónimo de abusos perpetuados contra aqueles que estavam sujeitos a este encargo, com o número de queixas a aumentar ao longo dos séculos XIV e XV. A solução, como refere Iria Gonçalves, passou muitas vezes pela atribuição de isenções, não só aqueles anteriormente referidos, mas também a todos que pretendessem construir estruturas comerciais ao longo das diversas vias de comunicação existentes, como estalagens e vendas[69].

Outra das autoras que abordou esta problemática foi Isabel Vaz Freitas, apoiando-se para tal em questões como a segurança durante a viagem, nos fenómenos climáticos, nas condições das estradas e nos gastos com a pernoita, alimentação e portagens, com o objetivo de demonstrar como mercadores e almocreves, agentes

[66] Ver as considerações expostas na p.18.

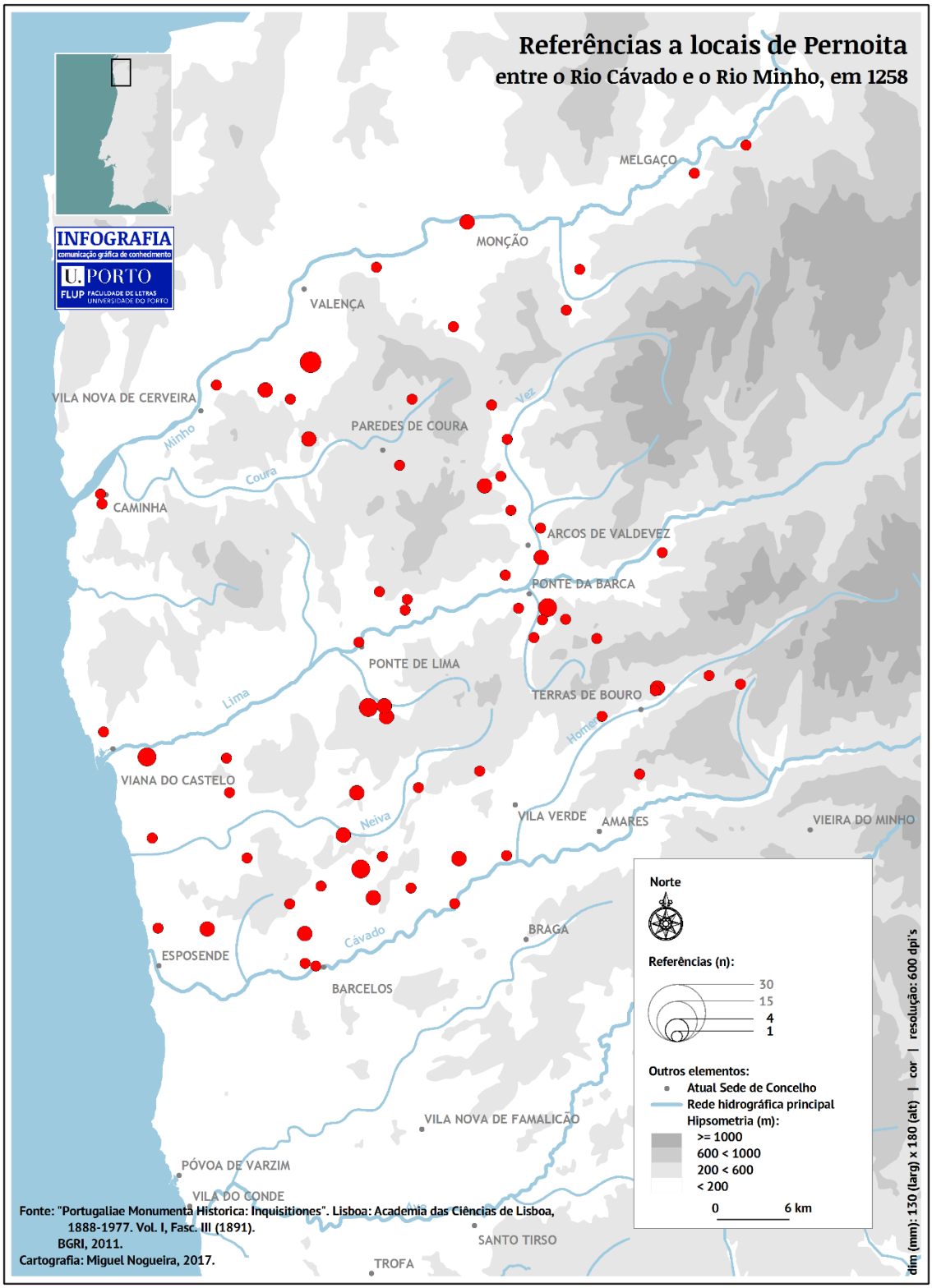
[67] FREITAS, Isabel Vaz – *Mercadores Entre Portugal e Castela na Idade Média*. (…) p.41-42. PMH: Inq., p.375 - refere-se a presença de um mercador na paróquia de São Pedro de Mou, no Julgado de Valadares (atualmente esta freguesia faz parte do concelho de Monção), o que vem reforçar esta ideia.

[68] Idem, p.19.

[69] GONÇALVES, Iria – "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)" In. *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. P.143-155.

importantes do comércio, foram constituindo uma vasta rede comercial entre o Reino de Portugal e os restantes espaços peninsulares[70].

Mapa nº8 – Referências a locais de pernoita entre o Rio Cávado e o Rio Minho, em 1258



Referências a «pousada» e outras informações relativas ao direito de aposentadoria que o Rei, os seus oficiais e nobres tinham em pernoitar, bem como referências toponímicas, no Entre-Cávado-e-Minho, em 1258.

[70] FREITAS, Isabel Vaz - *Mercadores Entre Portugal e Castela na Idade Média* (…) p.13-35.

A análise dos locais de pernoita e de quem usufruía de tal direito pode permitir uma análise aprofundada da situação socioeconómica das populações deste território, mas por depender sobremaneira da toponímia como ferramenta de georreferenciação da informação recolhida, este tópico que merece uma abordagem mais cautelosa.

No presente mapa, há que ter em atenção a maior incidência do direito de aposentadoria e de topónimos relativos a pernoita a sul do rio Lima, o que poderá estar diretamente ligado com a menor presença física dos monarcas portugueses no Entre-Lima-e-Minho a partir do século XIII. Exemplo disso é a outorga de forais por parte de D. Afonso III a localidades sobranceiras ao rio Minho, aquando da sua estadia em Guimarães – as relações entre a cabeça da monarquia e os seus súbditos começa a ser realizada à distância e por intermédio da crescente máquina burocrática que a Coroa foi construindo.

Conclusão

Em primeiro lugar, a função aglutinadora das vias romanas na construção do território. É verdade que esta afirmação não é nova, mas a identificação de estruturas em torno destas vias, permite afirmar que as populações e os poderes que governavam no Entre-Cávado-e-Minho tiveram uma preocupação constante na ocupação efetiva destes espaços, mesmo em tempos de paz. Desde a «*via puplica*» até às singelas veredas, os caminhos constituíram-se, independentemente da época, como um importante fator de estruturação do território, ao delimitar áreas e ao aproximarem diferentes populações.

Paralelamente, os caminhos possibilitaram a circulação de pessoas, bens e mercadorias. Neste estudo, é possível verificar o decalque das vias romanas durante a Idade Média que, articuladas com a navegação fluvial, permitiam o transporte a média-longa distância, sendo ainda complementadas por uma rede de caminhos locais, sobretudo expressa nos inúmeros pontos de passagens identificados, e que seriam usados de forma sistemática pelas populações no cumprimento das suas tarefas diárias.

Quanto à distribuição espacial das referências recolhidas, realça-se mais uma vez a maior densidade existente no Entre-Cávado-e-Lima, sobretudo entre Barcelos e a Serra do Gerês, mas também ao longo do vale do rio Vez. Apesar de não ser possível afirmar com segurança a existência de uma proporcionalidade entre as referências recolhidas e a densidade populacional, é certo que estas referências se inscrevem em áreas com um forte povoamento, influenciado, sem dúvidas, pelo relevo do terreno.

Relativamente às questões militares, destaca-se a perda da influência das estruturas existentes no interior do território em estudo como consequência do reforço das áreas limítrofes do Reino por parte da Coroa, ação iniciada no reinado de D. Afonso III como forma de estabilizar a linha de fronteira com a Coroa de Castela.

Em suma, a rede viária que se foi construindo no Entre-Cávado-e-Minho herdou e complementou os traçados das vias romanas, agregando-se a estas um vasto número de estruturas que acabariam por ter impacto nas deslocações, quer fosse de forma positiva ou negativa, dos quais todos tentavam tirar proveito, quer fosse a travessia de um rio, um troço mais estreito de uma estrada ou uma localidade. Desse modo, aos olhos das autoridades locais e régias, o caminhante era visto como uma fonte de rendimento, independentemente do seu estatuto social ou das motivações que o faziam continuar até atingir o seu destino.

Quanto aos *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, estes sempre se destacaram como uma das fontes privilegiadas para o estudo medieval em Portugal, quer pela quantidade quer pela qualidade de dados que disponibiliza a quem a explora, seja qual for a temática em análise. No que toca à matéria esquematizada, em nada diverge, pois permitiu traçar um esboço do que poderá ter sido a rede viária no Entre-Cávado-e-Minho em 1258.

Contudo, urge referir a necessidade de mais estudos semelhantes, não só espacialmente, como temporalmente. Replicar o presente estudo às restantes alçadas torna-se assim uma prioridade se o objetivo for construir um mapa viário do Portugal medievo tendo como base as Inquirições Gerais de 1258, sabendo, claro, dos constrangimentos que a mesma fonte implica. Por outro lado, se o propósito for aumentar a precisão do conhecimento adquirido através do cruzamento de dados, obrigatoriamente terá de se recorrer a mais fontes, desde chancelarias régias, a capítulos de Cortes, a itinerários régios, a forais, a tombos monásticos e a documentação particular, o que irá consequentemente aumentar o período temporal em análise.

É também importante realçar o papel da interdisciplinaridade no estudo das vias medievais. O historiador pode tentar perceber a *causa-efeito* dos fenómenos que estuda, mas nunca o conseguirá entender no seu todo. Assim, será necessário recorrer a áreas como a Geografia e a Arqueologia, para se entender, por exemplo, a maneira de como a orografia e os assentamentos humanos que antecederam o período em análise influenciaram a criação e o desenvolvimento de vias na época medieval, de forma a ser possível aprofundar o estudo aqui desenvolvido.

Por último, destaca-se a incapacidade em georreferenciar todas as informações que fazem parte da nossa base de dados, pelos vários motivos que já foram apresentados ao longo desta exposição. Apesar de representar um obstáculo ao aprofundamento do presente estudo, esta constitui-se igualmente como um importante fator para redobrar os esforços no que toca à análise das vias medievais.

Fontes Impressas

Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. Vol. I, Fasc. III (1891).

Bibliografia

ANDRADE, Amélia Aguiar - *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado - *O Sistema defensivo da vila de Melgaço : dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado.* Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2002. ISBN 972-98755-3-7.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968. Tese de Licenciatura.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História da Arte.

ALARCÃO, Jorge - *Portugal Romano*. 4ª ed. revista. Lisboa: Editora Verbo, 1987. (Coleção História Mundi).

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) - A Idade Média In MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2013. ISBN 978-989-644-122-7

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do Imaginário minhoto setecentista*. Braga: Universidade do Minho, 2003.

CAPELA, José Viriato (coord.) – *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga: Universidade do Minho e Casa Museu de Monção, 2005.

CARLÉ, María del Carmen; PASTOR, Reyna – Los Reinos Cristianos em los siglos XI y XII In MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Historia de España*. 2ª ed. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1995. Tomo X, Vol. I, Cap. 8. P.205-220.

COELHO, Maria Helena da Cruz (coord.); HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – "Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV". In MARQUES, António H. de Oliveira (dir.); SERRÃO, Joel (dir.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. III. ISBN 972-23-2039-4.

CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – "Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos" In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. Vol. II. P.67-97.

COSTA, Américo - *Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira, 1929-1949.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch - *História Económica de Portugal: 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. ISBN 978-989-626-346-1.

DIAS, Lino Tavares – Contributo para o reconhecimento de «Estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro In *CEM – Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM, 2013. Nº 4. p.177-190. ISSN: 2182-1097-04.

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro – "Viajar no Tempo de D. Afonso Henriques. Vias e Pontes no território vimarenense." In BARROCA, Mário (coord.) - *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017. p.303-357. ISBN 978-989-8351-75-3.

FERREIRA, Pedro Ricardo Gonçalves - Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave. Porto: FAUP, 2016 - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FREITAS, Isabel Vaz – *Mercadores Entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006. Coleção Pedras Angulares. ISBN: 84-9704-194-1.

GONÇALVES, Iria – "Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)" In *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. p.143-155.

GONÇALVES, Iria - *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM, Edições Afrontamento, 2011. ISBN: 978-989-8351-22-7.

GONÇALVES, Iria – "Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior" In *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2013. Vol. V. p.163-182.

KRUS, Luís – Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III. In *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, secretaria de Estado da Cultura, 1981. Nº1. p.59-79.

MAGALHÃES, Ivone Baptista de – As barcas e barcos de passagem do Caminho Português da Costa In. *Caminho Português da Costa – Estudos*. Viana do Castelo: Associação do Caminho Português da Costa, 2017. p.27-48.

MARQUES, André Evangelista - Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhorialização do Entre-Douro-e-Lima (906-1200) In GONÇALVES, Iria (coord.) *Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2009. Vol. IV. p.167-207.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – "Portugal das Invasões Germânicas À «Reconquista»" In MARQUES, António H. de Oliveira (dir.); SERRÃO, Joel (dir.) - *Nova História de Portugal*. 1ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1993. Vol. II.

MONTEIRO, Helena Patrícia Romão - A estrada da Beira: reconstituição de um traçado medieval. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Medieval

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte de história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa In Revista de História Económica e Social. Lisboa: Sá da Costa, 1982. Nº 9. p.17-45.

MATTOSO, José (coord.) – "Antes de Portugal" In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. I. ISBN 972-42-0589-8.

MATTOSO, José (coord.) – "A Monarquia Feudal (1096-1480)" In MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. II. ISBN: 972-42-0636-X.

MATTOSO, José (coord.) – *Nova História Militar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. BARATA, Manuel Themudo (dir.); TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). Vol. I. ISBN: 972-42-3075-9.

MATTOSO, José - *Identificação de um País: oposição-composição. Ensaios sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates, 2015. ISBN: 978-989-644-358-0.

RESENDE, Nuno – Pontes e vias medievais a sul do Douro na região de Montemuro: as primeiras questões. In CARDOSO, António Barros (dir.) - *Douro: vinho, história & património*. Porto: APHVIN/GEHVID, 2014. Nº 3. p.205-232. ISSN: 2182-8490.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboços de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa, 1986. 4ª edição.

ROMÃO, João Maia - No encalço do passo do Homem medieval as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar. Lisboa: [s.n.], 2012. Versão corrigida e melhorada após defesa pública da dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Leonardo Manuel Cabral da - *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal: (século XII a XVI)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017.

VEIGA, A. Botelho da Costa - *Estudos de História Militar Portuguesa*. Lisboa: [S.n.], 1936. Vol. I - Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; Análise da tradição e da polémica de Ourique.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, Frei - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. Lisboa: Livraria Civilização, 1966. 2 Vol. Edição crítica por Mário Fiúza.

Cartografia

CRUZ, António - Mapa da Província do Minho In. *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da FLUP, 1970. (Coleção «*Amphitheatrum*»).

FOLQUE, Filipe – Carta geographica de Portugal, 1860. Folhas 1 e 4.

KINNON, Sofia – Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães e Sé de Braga: relações de poder. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 198-226.

Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães e Sé de Braga: relações de poder

Sofia Kinnon

up201506739@letras.up.pt

Resumo

A Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, cujas raízes se encontram no famoso mosteiro fundado por D. Mumadona Dias, por diversas vezes viu-se envolvida em conflitos com a Sé de Braga, sua metropolita, ao longo do período tardo-medieval (século XIII a XV). Neste artigo, as causas e os intervenientes destas contendas serão analisadas, fazendo, quando pertinente, menção a acontecimentos marcantes do período.

Palavras-chave: Colegiada de Santa Maria de Oliveira de, Guimarães, Sé de Braga, conflitos, visitação, período tardo-medieval.

Abstract

The Collegiate Church of Santa Maria de Oliveira de Guimarães, sucessor of the famous monastery founded by Mumadona Dias, was involved in a series of conflicts with the See of Braga, its metropolite, throughout the late medieval period (XIII to XV century). In this article, the causes and intervenients of said conflicts will be analysed, referencing, where pertinent, important events of the period.

Keywords: Collegiate Church of Santa Maria de Oliveira de Guimarães, See of Braga, conflicts, visitation, Late medieval period.

Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

CSMOG – Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães

DE – Documentos Eclesiásticos

VMH – *Vimaranis Monumenta Historica*

Introdução

O presente trabalho surge no âmbito do Seminário de História Medieval, desenvolvido ao longo do terceiro ano da licenciatura de História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O tema no qual este trabalho se baseou foi os conflitos que opuseram a Real Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães à Sé de Braga ao longo da Idade Média desde a fundação da primeira, até à assinatura da chamada 'Concórdia Nova' em 1553. A escolha do tema não foi imediata. Guimarães, por ser a minha cidade-berço, foi o espaço que me propus estudar. A facilidade de acesso que tinha tanto à biblioteca como ao arquivo tornavam esta decisão exequível e válida.

Pelo papel que desempenhou em diversos momentos da história portuguesa, Guimarães foi alvo de múltiplos estudos. Esta atenção prolongou-se ao longo dos séculos, até datas mais recentes. Assim sendo, ao contrário do que acontece para muitos outros temas, este em específico tem associada a si uma longa tradição historiográfica. A cidade e as suas instituições foram estudadas nas suas diversas vertentes, económica, política e religiosa. Por essa razão, a minha pesquisa inicial incidiu sobre obras de cariz mais geral sobre Guimarães. Autores como o Padre António Caldas, Torquato d' Azevedo e António Lino[1] foram escolhas óbvias. Porém, já me tinha sido indicada pelos orientadores do seminário a Colegiada da Oliveira, e como tal, foi também incluído na leitura inicial um livro dedicado somente a ela, escrito por Manuel Alves de Oliveira[2]. Esta bibliografia permitiu-me estabelecer algumas bases do que já tinha sido tratado e partir para obras mais específicas. Nesse momento, o tema final já se começara a formar; por isso foi precisamente aos conflitos entre Guimarães e Braga que dediquei a segunda fase de leitura. Comecei pelas *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*[3], que incluem uma série de artigos dos mais diversos e conceituados historiadores portugueses. A partir destas, e também a conselho dos professores, estabeleci um universo bibliográfico bastante diversificado. Foi nesta fase que encontrei os livros que constituem as pedras angulares deste trabalho.

[1] CALDAS, Padre António José Ferreira – *Guimarães: Apontamentos para a sua História*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996. ISBN 971-8078-51-X; AZEVEDO, P. Torquato d' – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*. 2ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000.ISBN 972-95023-8-2; LINO, António – *Monografia de Guimarães e seu termo.* Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.

[2] OLIVEIRA, Manuel Alves de – *História da Real Colegiada de Guimarães.* Guimarães, 1978.

[3] *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada.* 5 vols. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1980-1982.

Após esta segunda leitura, comecei a traçar um plano geral. Apesar de o ponto principal serem os litígios entre priores vimaranenses e arcebispos de Braga, a contextualização e os motivos desses mesmos conflitos nascem em parte com o Mosteiro de Guimarães, fundado pela condessa Mumadona Dias, levando a que fosse necessário saber mais sobre este cenóbio. A tese de mestrado de Cláudia Ramos[4] foi a principal fonte sobre esta instituição monástica. Para além de dedicar parte da obra ao mosteiro, de seguida trata igualmente a fundação da colegiada e a relação da família condal e da família real com estas mesmas instituições. Para o cerne do trabalho, os conflitos, as fontes multiplicam-se. Do lado de Braga, e, mais concretamente, dos seus arcebispos, destaco os trabalhos do Padre José Marques[5], de Maria Helena da Cruz Coelho[6], de Maria Antonieta da Costa[7] e de João Carlos Taveira Ribeiro[8]. Da parte de Guimarães, deve-se apontar os trabalhos do Padre António Franquelim S. N. Soares[9], de Maria da Conceição Falcão Ferreira[10] e os artigos de João Lopes de Faria[11]. Sobre este último, sou obrigada a tecer um comentário. João Lopes de Faria foi um homem que, aparentemente, viveu para servir a Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira. Nasceu na freguesia da Oliveira, tornou-se organista na sua igreja e dedicou 50 anos da sua vida a ler, transcrever e traduzir documentos alusivos a Guimarães e à Colegiada. O amor que tinha pela sua cidade e por aquela instituição motivaram-no para isso, tornando-se num especialista em curiosidades vimaranenses ao ponto de lhe chamarem "Dicionário de Guimarães". Isto escreveram quatro amigos e ilustres vimaranenses, Abel Cardoso, Alberto Vieira Braga, Alfredo Pimenta e Rodrigo Pimenta. Morreu com 79 anos em

[4] RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Vol. I.
[5] MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
[6] COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*. Volume II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. ISBN 972-9430-09-8. P. 389-462.
[7] COSTA, Maria Antonieta da – Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374). *Lusitania Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. ISSN: 0076-1508. 2º Série, 17 (2015), p. 117-140.
[8] RIBEIRO, João Carlos Taveira – *A Instituição Capitular Bracarense no século XIV (1325-1374): Organização e Relações*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, 1998.
[9] SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva – Conflitos jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (século XIII a 1831). In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães,1981. P. 11-30
[10] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV: uma questão de poderes. In *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães*. Vol. VI. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996. P. 121-128
[11] FARIA, João Lopes - Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua igreja. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXXI, Nº3 (1921) P. 206-215, Vol. XXXIV, Nº 2-3 (1924) P. 98-107.

1939. Após a sua morte, a cidade de Guimarães prestou-lhe a maior homenagem possível. A rua que trilhara diariamente nos últimos seis anos da sua vida, pois aí se localizava o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, recebeu o nome deste autor, em consagração das horas que lá passou na sua demanda pelo saber. Durante a minha pesquisa deparei com numerosos artigos de João Lopes de Faria, espalhados pelos diversos números da *Revista de Guimarães* e do *Comércio de Guimarães*. Pela sua dedicação e esforço, achei que merecia um destaque especial, visto ser um nome conhecido apenas por aqueles que estudam Guimarães.

Retomando o discurso, os estudos supracitados, a par dos outros referenciados, permitiram-me constituir uma listagem dos conflitos e perceber as suas causas e intervenientes. Foi a partir deles que me foi possível encontrar de uma forma mais célere fontes documentais sobre os litígios.

Quando Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, em 2012, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo procedeu à análise, inventariação e digitalização dos documentos alusivos à Colegiada. Este espólio documental *online*[12] foi fundamental para a minha investigação. Como no tempo de que dispunha era impossível tratar todos os documentos alusivos ao tema, foquei-me principalmente nos de índole eclesiástica, que para o período em questão se encontram em três maços de documentos[13]. Ainda que, tendo em conta as minhas capacidades atuais de latim e de paleografia, alguns documentos estivessem fora do meu alcance, o resumo foi por vezes útil para uma melhor compreensão do conflito apresentado por algum autor. Para além das minhas limitações paleográficas, existem outros documentos pertinentes ao tema, mas que não tive possibilidade de consultar. Refiro-me ao manancial documental existente no Arquivo Distrital de Braga. Estes documentos, ao contrário dos da Torre do Tombo, não se encontram digitalizados. A existência de resumos de documentos pontifícios relativos à arquidiocese de Braga, condensados na separata da *Revista Itinerarium*[14], foi extremamente útil neste contexto. Ao longo deste trabalho, também se fez uso dos resumos dos documentos relativos à Colegiada realizados por José Gomes de Oliveira

[12] Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1380776.
[13] ANTT, CSMOG, DE, m. 1, 4 e 5.
[14] VASCONCELOS, Maria; ARAÚJO, António de Sousa – *Bulário bracarense: sumário de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX existentes no Arquivo Distrital de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 1986. Separata de *Itinerarium*, Nº 32 (1986).

Guimarães, mais conhecido como Abade de Tagilde, na revista *O Arqueólogo Português*[15].

Relativamente às fontes impressas, os *Vimaranis Monumenta Historica* e alguns artigos da *Revista de Guimarães* e do *Boletim de Trabalhos Históricos* forneceram transcrições de documentos pertinentes para o tema, se não de mais fácil compreensão, pelo menos de uma leitura mais aprazível. Como em todas as fontes impressas, ficamos sujeitos à transcrição do autor, tanto aos seus erros, como à omissão de pormenores presentes nos documentos originais.

Na análise documental, por vezes o nome dos envolvidos não era discriminado, mencionando-se apenas os cargos eclesiásticos. Nestes casos, para completar as lacunas, recorri a uma compilação dos priores da Colegiada, inserida na obra do Padre António Caldas[16], e ainda a uma listagem dos arcebispos de Braga, presente na separata da Revista *Itinerarium*[17]. Quando as datas do Padre António Caldas eram incertas, ou apontavam apenas o ano, não dando para perceber exatamente quem era o prior, em vez de arriscar cair em erro, preferi mencionar apenas o título eclesiástico.

A estrutura do trabalho é relativamente simples. Começo por fazer uma pequena introdução sobre as origens da colegiada, passando de seguida ao desenvolvimento do tema principal. Como marcos temporais, defini a assinatura das duas Concórdias como ponto inicial e final do trabalho, ou seja, entre a Concórdia Velha de 1216 e a Nova de 1553. Dentro destas, optei, contudo, por uma divisão em titulares do arcebispado. A simples enumeração de conflitos era uma possibilidade, todavia pareceu-me ser mais propício a um melhor entendimento o agrupamento dos conflitos pelos prelados contra quem estes ocorreram.

Por fim, será importante ressalvar que este é um trabalho em aberto. Ainda há certos aspetos que são passíveis de um maior desenvolvimento e aprofundamento. O que será aqui apresentado é o resultado da investigação realizada até ao momento, a que planeio dar continuidade.

[15] GUIMARÃES, J. G. de Oliveira – Catálogo dos pergaminhos existentes no arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães. *Arqueólogo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. IX (1904), p. 81-98; Vol. X (1905), p. 126-138, 208-224, 344-358; Vol. XI (1906), p. 93-108 e 219-229; Vol. XII (1907), p. 79-91 e 355-362; Vol. XIII (1908), p. 119-138.
[16] CALDAS, António – *Guimarães: Apontamentos para a sua História*, p. 277-294.
[17] VASCONCELOS, MARIA – *Bulário bracarense*, p. 21-23.

Origem dos privilégios: de mosteiro condal a colegiada real

A Península Ibérica constituiu um palco de fixação para diversos povos ao longo da Alta Idade Média. Hispano-romanos, suevos, alanos, vândalos e visigodos, numa altura ou noutra, deambularam pelo canto ocidental do Velho Continente. A sucessão de acontecimentos que aí teve lugar até meados do século VIII propiciou a formação de uma entidade política a Norte da Península, área essa que de certa forma sempre escapara ao controle dos diversos invasores. Assim, conjugando forças autóctones com refugiados cristãos do Sul, principalmente visigodos, dá-se origem à monarquia asturiana[18]. Paulatinamente, esta entidade instala-se, consolida-se e por fim começa a expandir-se. Chegado ao poder Afonso, terceiro do seu nome, as fronteiras do reino asturo-leonês são alargadas até ao Mondego, graças à ação de três *comites* (Vímara Peres, Odoário e Hermenegildo Guterres)[19], provenientes da problemática Galiza. Estes instalam-se nesses territórios e procedem à sua consolidação, defesa e reorganização. Os três condes aí se estabeleceram, e, através de uma política de casamentos, as três linhagens fundem-se, originando uma única família condal, à qual cabia a governação de Portucale.

Figura 1: Estátua da Condessa Mumadona Dias, no Largo com o qual partilha o nome, em Guimarães. Em cada mão segura objetos que remetem para o Mosteiro de Guimarães: na mão direita uma cruz, e na esquerda livros. Estes últimos representam o espólio bibliográfico que doou ao seu mosteiro, uma coleção verdadeiramente impressionante para a época*.

É dentro desta linhagem que surge a figura da condessa Mumadona Dias, descendente de Hermenegildo Guterres, casada com Hermenegildo Gonçalves[20]. Em cumprimento de uma promessa que fez a este

* Imagem retirada de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mumadona_Dias#/media/File:Est%C3%A1tua_a_Mumadona_Dias_no_Largo_da_Mumadona_04.JPG> a 15.05.2018.

[18] Sobre o processo de reconquista, vd. MATTOSO, José – *O Ocidente na Política Asturiano-Leonesa (711-1037).* In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1262-X. P. 469-478.

[19] Idem, p. 471.

[20] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520).* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1989. P. 8-11.

último no findar da vida dele, Mumadona Dias funda um mosteiro no que viria a ser Guimarães. Desconhece-se a data exata desta fundação, mas deve ser colocada entre a morte do conde Hermenegildo Gonçalves e uma doação do rei Ramiro II à já formada instituição, ou seja, entre 943 e 950[21]. Volvidos alguns anos, e face à ameaça normanda que assolava as costas hispânicas, a condessa mandou que se erguesse no monte Latito, sobranceiro ao mosteiro, um castelo para sua proteção. A presença destes dois edifícios foi um dos fatores primordiais para a dinamização desta área.

Foi sob os auspícios desta família condal, e até da monarquia asturo-leonesa, que o mosteiro floresceu. Da parte dos monarcas, conta-se a já mencionada doação de Ramiro II, e somam-se outras protagonizadas pelos seus sucessores, nomeadamente por Fernando Magno[22]. Relativamente à família condal, atesta-se a presença dos seus membros no mosteiro, geração após geração, como *confessos, devotas* ou *pueri oblati*[23]. A sua presença era geralmente acompanhada de doações. Assim, o mosteiro de Guimarães foi adquirindo diversos domínios territoriais e estabelecendo uma vasta malha eclesiástica sobre a qual exerceria a sua influência. É neste ponto que se percebe a importância do mosteiro para a reorganização territorial.

Tendo nascido e crescido sob a proteção da família condal, a decadência desta última vai provocar resultados similares a esta instituição. O silêncio documental que se regista nos finais do século XI é disso prova. A morte, em 1071, do último representante da linha de Vímara Peres, Nuno Mendes, na batalha de Pedroso, é a data que os historiadores atribuem à apropriação pelos monarcas leoneses do mosteiro e dos respetivos bens.

Tal como acontece com o mosteiro, o momento da fundação da colegiada, (ou a transformação do primeiro na segunda) não pode ser precisado. Sabe-se, através da documentação disponível, que este acontecimento terá de ter acontecido entre 1107 e 1110, pois na primeira data ainda se faz referência a um "Abbas Eita de Vimaranes conf.", enquanto na segunda já subscreve um "Petrus Episnensis canonicus"[24]. Outra questão que até hoje continua sem resposta é a da continuidade entre uma instituição e a outra. Tanto o processo de dissolução do mosteiro, como a criação da colegiada ou a

[21] RAMOS, Cláudia - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães…*, p. 50.
[22] Idem, p. 169 e 170.
[23] Idem, p. 51-56 e 172.
[24] COSTA, Avelino Jesus da - *Arquidiocese de Braga: síntese da sua história*. In ANDRADE, António Alberto Banha de; ALMEIDA, Manuel Lopes de (dir.) - *Dicionário de História da Igreja em Portugal.* Vol. III. Lisboa: Editorial Resistência, 1984. P. 148.

transição do primeiro para a segunda não reúnem até à data fontes documentais que a comprovem. O que se pode afirmar é que a colegiada se ergueu no mesmo sítio em que existiu o mosteiro e que, chegados o conde D. Henrique e Dona Teresa, estes estavam associados aos religiosos de Guimarães[25]. Assim sendo, da mesma maneira que o condado portucalense lhes foi confiado por D. Afonso VI, possivelmente também o foi a colegiada.

A sucessão de acontecimentos que se desenrolam a partir da chegada deste casal ao território portucalense é bem conhecida. Desta união nasce Afonso Henriques, que viria a tornar-se no primeiro rei de Portugal. Sob a sua proteção, e dos seus sucessores, a colegiada prosperou. Podemos constatar que os primeiros soberanos beneficiaram largamente esta instituição. Os que se lhes seguiram, se não aumentaram essas prerrogativas, confirmaram-nas. A ligação entre a colegiada e a coroa ainda se prendia com o facto de, desde D. Afonso I, os soberanos portugueses serem os padroeiros da dita instituição[26]. Assim, durante os diferentes reinados, esta instituição foi dotada de privilégios, isenções e património, tornando-se paulatinamente num potentado eclesiástico e civil, como senhor espiritual e temporal de vastos domínios. A rede que, com o contributo dos monarcas e dos benfeitores populares, fiéis à Santa Maria da Oliveira, se foi formando, estende-se um pouco por todo o Entre Douro e Minho. Para além do prestígio da Colegiada, os seus priores e cabidos gozavam de uma enorme influência económica e social, aspeto que certamente contribuiu para as posições tomadas ao longo da Idade Média contra a Sé de Braga.

Figura 2: Gravura do século XIX. Neste retrato da Colegiada, ainda se pode observar o frontão e a rosácea do tempo de D. João I, assim como um tanque por baixo da janela. Ambos foram removidos no século XX.
Imagem retirada de *Guimarães: do passado e do presente*. 2ª Edição. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012, p. 204.

[25] RAMOS, Cláudia - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães*…, p. 53
[26] MARQUES, José – O Mosteiro e a Colegiada da Senhora da Oliveira de Guimarães, dos primórdios aos finais do século XV. In *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira: história e património*. Guimarães: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, 2011. ISBN 978-989-20-2141-6. P. 22.

Conflito secular: causas e intervenientes

No primeiro século de vida da colegiada, esta auferiu de relativa liberdade e autonomia da diocese bracarense. Os autores atribuem este facto não só à proteção régia, mas também a uma herança do Mosteiro de Guimarães. Enquanto este ainda existia, e durante a maior parte dessa mesma existência, a Sé de Braga encontrava-se vacante. A Sé de Lugo tinha, entretanto, tomado as funções desta. O prestígio que a ligação com a família condal oferecia, o poder económico e a distância a que o cenóbio se encontrava do metropolita propiciavam a autonomia de atuação e decisão. De uma forma quase irónica, a queda definitiva da família condal protetora e o início da restauração da Sé da Braga partilham a mesma data. Não só o mosteiro perde o seu principal paladino, como também vê renascer um forte opositor ao seu poder. Alguns autores, tendo em conta este cenário, acreditam que é aqui que reside um dos principais fatores explicadores da conduta da Colegiada[27]. Somando a isto a proteção concedida a esta instituição capitular pelos monarcas portugueses, entende-se a relativa liberdade com que atuava.

D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228)[28]

Tendo em conta a documentação disponível, até inícios do século XIII não se verifica nenhum confronto direto com o arcebispado de Braga. No entanto, outros mosteiros da área de Guimarães, a saber o Mosteiro da Costa e o de S. Torcato, tinham sido advertidos pelo papa Inocêncio III[29] pela sua conduta em relação ao arcebispo de Braga. A questão da desobediência ao prelado diocesano foi um dos focos do III Concílio de Latrão em 1179, cuja influência se fez sentir em Portugal e nas suas dignidades eclesiásticas[30].

Estevão Soares da Silva foi um arcebispo particularmente reformador e protetor das liberdades eclesiásticas, herdeiro do concílio lateranense, o que o levou a entrar em

[27] FARIA, João Lopes - *Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua igreja*…, p.207.
[28] As datas que se seguem aos nomes dos arcebispos correspondem aos seus períodos de governo à frente da arquidiocese de Braga.
[29] *VMH*, pág. 111, nº CXLIV. A data apontada está, contudo, errada. Em ARAÚJO, Maria – *Bulário bracarense*, o documento nº 62, da página 50, trata o mesmo documento, apontando a data de 1213, não 1202.
[30] GOMES, Saul António – *A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. I. ISBN: 972-42-2277-2. P. 398.

litígio com os demais poderes portugueses. Foi precisamente neste arcebispo que D. Afonso II encontrou o principal opositor às suas políticas de centralização régia.

Como já ficou demonstrado, Guimarães representava um polo de resistência ao poder diocesano de Braga, que D. Estêvão tenta desde logo anular. As concórdias celebradas com o Mosteiro da Costa[31] e de S. Torcato[32], respetivamente em 1213 e 1214, são uma fase desse processo. De seguida, o arcebispo tentou visitar a Colegiada de Guimarães, onde foi recebido por homens armados que impediram a realização da dita visitação. João Lopes de Faria[33] aponta 1215 como a data deste primeiro conflito entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga. Maria da Conceição Falcão Ferreira faz apenas menção a ela, sem identificar a data, constatando que "…há quem registe a memória da ida do arcebispo a Guimarães e da pouca calorosa receção: esperavam-no homens armados, bem como a porta da Igreja cerrada"[34]. Acreditando na afirmação de João Lopes de Faria, terá sido no seguimento deste primeiro conflito em 1215 que, após o arcebispo ter apelado a Roma, o papa Inocêncio III nomeia os arcediagos de Zamora e de Astorga para mediarem um acordo entre as duas partes. A composição que daí resultou, conhecida como Concórdia Velha[35], foi assinada em 23 de Outubro de 1216 e estipulava as condições da relação entre arcebispo de Braga e prior e cabido de Guimarães. Entre estas condições, contava-se a obrigatoriedade da presença do prior nos sínodos anuais de Braga e firmava-se a questão da visita, em que o prior deveria receber a procuração do arcebispo e hospedá-lo na sua casa ou no claustro. No entanto, as passagens mais importantes desta composição são as seguintes: "… Bracharensis Archiepiscupus liberam et absolutam habeat et exerceat jurisdictionem in Priore et Ecclesia Vimaranensi siquam habet de jure in aliquo sua sufraganeo Episcopo et eius Ecclesia…" e "Prior vero jurisditionem habeat in canonicis suis et portionariis quam habet Episcopus Diocesanus in suis canonicis…"[36]. Nestas, afirma-se que o prior de Guimarães teria sobre os cónegos a mesma jurisdição que um bispo tem sobre os seus. Para além disso, o arcebispo de Braga teria jurisdição sobre o prior e cabido de Guimarães como tinha sobre qualquer outro bispo seu sufragâneo. A interpretação destas duas passagens ao longo dos séculos seguintes foi a de que o prior de Guimarães

[31] *VMH*, p. 120, nº CLXXI.
[32] *VMH*, p. 123, nº CLXXIV.
[33] FARIA, João Lopes – *Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua Igreja*…, Vol. XXXI, nº 3 (1921), p. 207.
[34] FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV*…, p. 124.
[35] *VMH*, p. 128-129, nº CLXXIX.
[36] Ambas as citações foram retiradas de *VMH*, p. 128.

era como um bispo na sua própria diocese, e, como tal, apenas encarava Braga como metropolita. Aqui reside a origem de alguns dos conflitos que surgiram ao longo da Idade Média entre a Colegiada de Guimarães e a Sé de Braga. A concórdia foi confirmada no ano seguinte (1217) pela Bula *Sacrosancta Romana Ecclesia*[37] do papa Honório III.

A Concórdia mostrou-se rapidamente nula na prática, já que volvidos alguns anos surge um novo conflito por causa da visitação.

D. Silvestre Godinho (1229-1244)

A memória das contendas entre este arcebispo e os priores da Colegiada sobrevive graças a três bulas de Gregório IX[38]. Datadas de 1236 e 1239 (tendo sido emitidas duas neste último ano), permitem-nos conhecer a existência de confrontos neste período entre o arcebispo D. Silvestre Godinho e os priores de Guimarães. A motivação destas contendas parece ser a receção dos votos e mortuárias, impostos eclesiásticos, e o incumprimento do que tinha ficado acordado em 1216.

D. Gonçalo Pereira (1326-1348)

D. Gonçalo Pereira, antes de se tornar arcebispo de Braga, foi coadjutor do seu antecessor no cargo, D. João Martins de Soalhães, por invalidez deste. Assim, ainda antes da sua ascensão a arcebispo, esteve diretamente ligado à administração da diocese de Braga. Foi por este razão que foi incluído nesta alínea um conflito que opôs o chantre e cabido da Colegiada ao vigário de Braga em 1324. Discutia-se a quem pertencia o couto de Moreira de Riba de Vizela (atual Moreira de Cónegos). Esta questão chegou a D. Dinis, que ordenou ao chantre e cabido de Guimarães que comprovassem que o dito couto lhes pertencia. Estes, por sua vez, incumbiram Guilherme Esteves, tabelião de Guimarães, que procurasse a confirmação de posse. Este obteve-a através do

[37] VASCONCELOS, Maria – *Bulário bracarense*, p. 50, nº 63.
[38] ANTT, CSMOG, DE, m. 1, nº 21; nº 22; nº 23.

testemunho de nove homens-bons, que afirmavam que o couto pertencia de facto aos cónegos de Guimarães havia pelo menos 15 anos[39].

Já no seu próprio arcebispado, Gonçalo Pereira viu-se por duas vezes em litígios com a Colegiada e os seus cónegos por causa da visita canónica. Em 26 de Abril de 1335, a bula *Sua nobis*[40] de Bento XII nomeava o deão, o arcediago de Zamora e o cónego Geraldo como juízes para julgarem o litígio entre o arcebispo de Braga e o prior e cabido de Guimarães. Isto implica que uma tentativa de visitação já teria sido realizada, provavelmente sem sucesso, daí a apelação ao sumo pontífice. Apesar de não mencionar nenhuma data, Maria da Conceição Falcão Ferreira refere que a Colegiada impediu uma visitação do arcebispo "com gentes de armas, todo um concelho"[41]. Só há registo de duas tentativas de visitação, e apenas a já mencionada foi malsucedida, logo deverá ter sido a esta que Maria Conceição Falcão Ferreira faz referência. A 20 de Setembro, o prior e cónegos vimaranenses notificaram o arcebispo através dos citados juízes apostólicos para não visitarem a Colegiada e a vila de Guimarães sem primeiro visitar a cidade de Braga e a metrópole. A causa disto prende-se, na minha opinião, com a Concórdia Velha. Apesar de não encontrar registo para D. Gonçalo Pereira, pelo menos dois dos seus sucessores, aquando da sua subida ao arcebispado, receberam bulas papais a concederem-lhes autorização para visitar as suas dioceses por si ou por pessoas idóneas, salvaguardando que a visita do seu próprio arcebispado antecedesse as das restantes dioceses sufragâneas[42]. Se tivermos isto em mente, a advertência do prior e Colegiada vimaranense parece-nos mais clara. Considerando-se bispo da sua própria diocese, de acordo com a interpretação da composição de 1216, o prior recusa-se a ser visitado enquanto o arcebispo não percorrer a sua própria diocese. Aqui pode residir a base do argumento do prior para não receber a visita do prelado, caso essa condição de visita já se encontrasse em vigor nesse período.

O conflito de 1341 que opôs as mesmas dignidades eclesiásticas foi de igual natureza. Quando D. Gonçalo Pereira parte para Guimarães com o intuito de realizar a visita canónica, depara com a porta da igreja matriz fechada e o prior ausente. Isso, contudo, não o impediu de realizar a visitação à força. Como narra Monsenhor Augusto Ferreira, o prior Estevão Dade protestou junto da Santa Sé contra esta violenta

[39] *VMH*, p. 399-400, nº CCCVII.
[40] VASCONCELOS, MARIA – *Bulário bracarense*, p. 99, nº 242.
[41] FERREIRA, Maria – *Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV*…, p. 126.
[42] VASCONCELOS, MARIA – *Bulário bracarense*, p. 111, nº 287.

demonstração de poder[43]. Como resposta, Bento XII incumbe o arcediago de Val de Miñor na Igreja de Tui de averiguar esta questão, através da bula *Orta dudum*[44].

Como podemos comprovar a partir destes dois conflitos, a questão da visitação ainda era o principal foco de tensão entre estes dois potentados eclesiásticos. Isto porque a visita canónica era "um mecanismo de fiscalização dos bispos ao estado das paróquias na sua jurisdição"[45]. Era uma prerrogativa do bispo sobre a sua diocese, e do arcebispo sobre a sua arquidiocese. A Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira refugiava-se na Concórdia Velha, quando confrontada pela jurisdição bracarense.

D. Lourenço Vicente (1374-1397)

O período durante o qual D. Lourenço Vicente desempenhou funções como arcebispo de Braga foi especialmente importante e conturbado tanto na história de Portugal, como na do Ocidente. Em Portugal, as tensões são provocadas pela crise sucessória que se seguiu à morte de D. Fernando, enquanto na Europa se devem ao Cisma do Ocidente.

Até aqui, os dois blocos de oposição eram a Colegiada de Guimarães e a Sé de Braga. No conflito que agora vai ser relatado não é isso que acontece. Inicialmente, o litígio é interno à Colegiada, entre o prior e o cabido por causa da eleição do chantre, mas eventualmente necessitou da intervenção do arcebispo e do papa. Aquando da morte do chantre D. Vicente Domingues, o cabido procedeu à escolha do seu sucessor, tendo a decisão recaído sobre João Lourenço. Em paralelo, o prior Gonçalo Vasques fazia o mesmo. Apesar de ser uma prerrogativa do cabido, o prior conseguiu impor a sua escolha, nomeando Gonçalo Raimundo para chantre. O cabido apela então a Roma, que por sentença de 27 de Maio de 1375[46] reconhece a eleição do cabido, e invalida a do prior. Este último, todavia, não respeitou a decisão do pontífice, pois volvidos dois meses, Gregório XI ordena ao arcebispo D. Lourenço Vicente que sequestre as rendas

[43] FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes*…, p. 146.
[44] VASCONCELOS, MARIA – *Bulário bracarense*, p. 101, nº 250.
[45] CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro – *Visitações*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. IV (P-V / Índices). Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2459-7. P. 365.
[46] GUIMARÃES, José – *Catálogo dos pergaminhos*…, vol. X (1905), p. 354, nº CLI.

do chantrado da Colegiada a pedido de D. João Lourenço, o chantre eleito pelo cabido[47], certamente por não ser ele a recebê-las. A situação prolongou-se até 1377, tendo o prior Gonçalo Vasques e o seu escolhido Gonçalo Raimundo apelado sucessivas vezes para Roma[48], sem sucesso.

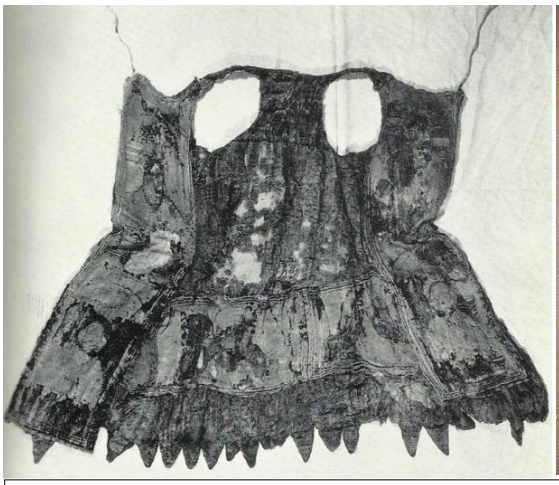
Esta cisão no interior da Colegiada espelhava o que se passava com a Igreja Cristã do Ocidente. Desde 1307 que a sede papal tinha sido transferida para Avinhão, no que ficou conhecido como o "Cativeiro de Avinhão". A partir de então, tinha-se assistido a uma crescente submissão do papado à monarquia francesa. Esta estadia termina (temporariamente) em 1377, quando o papa Gregório XI decide retornar a Roma. Todavia, este morre no ano seguinte, ressurgindo assim a questão de onde seria a sé da Igreja Católica. O Cisma do Ocidente inicia-se quando, durante o processo de eleição do novo papa, as opiniões se dividem e são nomeados dois: Urbano VI, que pretendia ficar em Roma, e Clemente VII, que queria voltar para Avinhão. A existência de dois papas, assim como a transformação desta cisão eclesiástica numa outra componente da Guerra dos Cem Anos, aumenta as tensões e divisões. A escolha de um ou outro papa, refletia a escolha política: ou o lado francês, ou o inglês. Este clima de discórdia e instabilidade, que teve repercussões no equilíbrio da Igreja, foi aproveitado pela Colegiada e parte da clerezia bracarense para contestar a autoridade do arcebispo; assim o sugere Monsenhor Augusto Ferreira[49]. Em 1380, ao inteirarem-se de rumores da preferência de D. Fernando pelo partido de Avinhão, rapidamente declaram o arcebispo ilegítimo por ter sido confirmado por Gregório XI. No ano seguinte, a 28 de Maio, o prior e cabido de Guimarães são advertidos pelo papa Clemente VII para obedecerem a D. Lourenço Vicente[50].

Em 1383, na sucessão de um conflito entre o prior Gonçalo Vasques e uns homens do arcebispo, este último e os seus vigários foram proibidos de entrar em Guimarães por decreto régio[51], pouco antes do monarca falecer.

A crise sucessória após a morte de D. Fernando, que dividiu o reino entre apoiantes da fação portuguesa, encabeçada pelo Mestre de Avis, e a castelhana, protagonizada por D. Beatriz, filha do "Formoso", e por D. João I de Castela, termina

[47] Idem, vol. X (1905), p. 355, nº CLII.
[48] Idem, p. 355, nº CLIII; pág. 256, nº CLV, CLVI, CLVIII.
[49] FERREIRA, J. – *Fastos Episcopaes*…, p. 190-191.
[50] Idem, p. 291.
[51] FERREIRA, Maria – *Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV*…, p. 127.

com a vitória do primeiro em Aljubarrota, em 1385. A partir deste momento, o Mestre de Avis sobe ao poder como D. João I, iniciando uma nova dinastia. Este monarca atribuiu grande parte do seu sucesso à intervenção da Santa Maria da Oliveira de Guimarães, e como tal, tendo o conflito bélico terminado, dirigiu-se à cidade e presenteou-a com o seu loudel de batalha e um tríptico de prata, encontrando-se ambos atualmente no Museu Alberto Sampaio.



Figuras 3 e 4: Fotografias do antes e depois do restauro do loudel.
Loudel usado por D. João I na Batalha de Aljubarrota, oferecido à Colegiada aquando da vinda do rei a Guimarães. Após o processo de restauro, que consistiu na remoção de acrescentos posteriores, foram encontrados vestígios de brasões, nomeadamente o de São Jorge e o do próprio Mestre de Avis.
Imagens retiradas de MENDONÇA, Maria José - *O loudel do rei D. João I*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973.

A par destas oferendas, o rei D. João I agiu junto do papa para conseguir algo ainda mais precioso aos olhos da Colegiada: a tão desejada isenção da jurisdição bracarense. A partir desse momento, a Igreja de Guimarães respondia diretamente à Santa Sé, afirmando-se como "uma prelazia com jurisdição quasi episcopal"[52]. Não tardaram os protestos do arcebispo junto ao papa. Em 28 de Maio de 1390, após uma tentativa de solução, D. Lourenço Vicente apela a Bonifácio IX, pedindo a revogação da isenção obtida por D. João I. O papa, após se inteirar da situação, concede o pedido do arcebispo e revoga a isenção através da bula *Importuna petentitum ambitio*[53], de 18 de Janeiro de 1395. Ainda que o pontífice a tenha revogado, esta regalia continuou a ser usada como argumento contra a visita canónica, como se veio a comprovar já no arcebispado seguinte.

[52] FERREIRA, J. – *Fastos Episcopaes*…, p. 209-210.
[53] VASCONCELOS, Maria – *Bulário bracarense*, p. 107, nº 273.

D. Martinho Afonso Pires da Charneca (1398-1416)

Logo no primeiro ano do arcebispado de D. Martinho, assiste-se a uma nova contenda, igualmente por causa da visita canónica. Bonifácio IX vê-se obrigado a expedir outra bula, *Romani Pontificis providenciam*[54], reiterando a revogação da isenção. Apesar da intercessão papal, as tensões mantiveram-se altas. Aquando da sagração do altar-mor da reconstruída Igreja da Oliveira em 1401, o arcebispo de Braga não se encontrava presente. Em seu lugar foi o bispo de Coimbra, acompanhado do arcebispo de Compostela e do bispo de Ciudad Rodrigo[55].

Em 1405, D. Martinho tenta novamente visitar a Colegiada. Ao chegar lá, o prior D. Diogo Álvares de Brito recusa-se a receber o arcebispo, defendendo-se com a isenção obtida por D. João I, apesar das duas revogações papais da mesma. Para além desta, recorre também à Concórdia Velha. Argumenta que o arcebispo, quando no ano anterior realizou a visita enquanto o prior estava ausente, distribuiu os ornamentos da Igreja Matriz por outras da área, indo contra o estabelecido na concórdia de 1216. Por essas razões, impediu a visitação e recusou-se a hospedar o arcebispo nas casas da Igreja[56].

D. Fernando da Guerra (1416-1467)[57]

Os conflitos com o arcebispo D. Fernando da Guerra foram os mais numerosos e variados, tendo sido possível identificar sete. Os motivos que conduziram a estas contendas foram de uma índole mais diversificada.

No rescaldo do Concílio de Constança (1417), que pôs termo ao Cisma do Ocidente com a eleição de Martinho V como (único) papa, procedeu-se a uma reforma do clero secular e regular. À frente do arcebispado de Braga encontrava-se D. Fernando da Guerra, com ligações à família real. Um arcebispo ciente das suas prerrogativas e

[54] Idem, p. 277, nº. 1399.
[55] ANTT, CSMOG, DE, m. 5, nº 18.
[56] FARIA, João Lopes de – *Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua Igreja*..., Vol. XXXI, nº 3 (1921), p. 209-215.
[57] Destaca-se desde já a obra do Padre José Marques *A Arquidiocese de Braga no século XV* como pedra angular deste capítulo.

particularmente reformador, tentou combater o relaxamento da disciplina eclesiástica e corrigir alguns dos males da sua arquidiocese, levando-o a conflitos diretos com o prior e cabido vimaranenses.

Em 1425, o arcebispo tentou que se passasse a assinar em Braga os contratos de arrendamento dos bens das igrejas do padroado da Colegiada. D. Fernando pretendia com isto arrecadar receitas através das funções de chancelaria, e certamente controlar a rede de influências da Colegiada. D. Rui da Cunha opôs-se, recebendo o apoio do rei através de um decreto de 19 de Março desse ano[58].

Também com este arcebispo surge a questão da visita. Quando, em 25 de Setembro de 1431, D. Fernando da Guerra envia os seus representantes à Igreja Matriz de Guimarães para realizarem a visita canónica, o prior D. Rui da Cunha opõe-se pela força à mesma, recusando igualmente que outros membros do cabido fossem visitados pelo arcebispo na Igreja de S. Paio. Alguns membros do cabido dirigiram-se ao Mosteiro da Costa, onde o arcebispo aguardava o desenrolar dos acontecimentos. Perante a atitude hostil do prior, D. Fernando excomunga-o[59]. O prior apela então ao rei e a Roma. Do primeiro, só obtém uma resposta (desfavorável) dois anos depois, confirmando D. Duarte o direito do arcebispo de visitar a colegiada e receber a colheita. Contudo, D. Rui da Cunha tinha sido criado na casa do Infante D. Pedro, e como tal pediu-lhe que intercedesse a favor da Colegiada. D. Pedro assim o fez, requerendo junto de D. Duarte para esse fim. Em finais de 1433, o rei escreve ao arcebispo de Braga para adiar a visita a Guimarães[60]. Em simultâneo, D. Rui da Cunha tinha apelado para o papado. Eugénio IV nomeia então uma delegação apostólica para tentar resolver a contenda, sem sucesso[61]. O litígio iniciado em Setembro de 1431 prolongar-se-ia por mais nove anos, até que se firmasse uma concórdia nos Paços do Conde de Barcelos, em Guimarães, no dia 27 de Janeiro de 1440.

Desde 1431 que se tentava realizar um concílio ecuménico. Porém, por uma razão ou por outra, o concílio acabava sempre por ser adiado ou mudado de lugar. Repetidamente, o papa Eugénio IV exortou o arcebispo de Braga a comparecer no dito

[58] FARIA, João Lopes de – Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua Igreja…, Vol. XXXIV, nº 2-3 (1924), p. 99.
[59] FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes*…, p. 273-274.
[60] MARQUES, José – Documentos Portugueses. Tipologia. *Revista de História.* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Vol. XII (1993), p. 48-49.
[61] MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*…, p. 532.

concílio[62] juntamente com os prelados da sua província[63]. Foi neste contexto que D. Fernando pediu ao prior e cabido vimaranense um subsídio para custear a deslocação ao dito concílio. A Colegiada apelou ao arcebispo, argumentando que estava depauperada, mas o pagamento do subsídio manteve-se, tal como tinha ficado acordado no sínodo de Braga desse ano[64].

O período sem notícias que medeia estas duas últimas contendas relatadas e a seguinte deve-se, principalmente, à ausência de D. Fernando da Guerra da sua arquidiocese. Este período corresponde ao que José Marques define como palaciano (1441-1461)[65], em que a ação deste arcebispo está direcionada, principalmente, para assuntos da coroa. Note-se que este período compreende a regência do Infante D. Pedro, que previamente tinha intercedido a favor da Colegiada de Guimarães.

Reatando o relato das contendas, a luta de D. Fernando contra o absentismo levou-o a um confronto direto com o prior D. Afonso Gomes de Lemos, sucessor de D. Rui da Cunha, após este ter sido afastado em seguimento do desfecho da Batalha de Alfarrobeira (1449). Arcebispos como D. Gonçalo Pereira e D. Lourenço Vicente tinham já pretendido lidar com esta questão e obrigar os beneficiados a residir nos respetivos benefícios. D. Fernando deu o passo seguinte. Num ato provocatório, o arcebispo afixou a 11 de Junho de 1458, na porta da Igreja da Oliveira, uma provisão contra o absentismo[66]. Como era uma situação que afetava diretamente o prior, D. Afonso apelou ao papa, obtendo uma resposta favorável na forma de uma isenção a essa mesma obrigatoriedade. Posteriormente, D. Fernando reiterou a decisão do papa através de uma carta de 23 de Junho de 1465[67].

Em duas outras ocasiões, o arcebispo violou abertamente prerrogativas do prior e cabido vimaranenses. Em Julho de 1456, D. Fernando da Guerra procedeu à confirmação de Gonçalo Afonso na dignidade de chantre de Guimarães, algo que cabia

[62] Este concílio ficou conhecido como o de Basileia, Ferrara e Florença, pois, como já foi mencionado, por diversas vezes a cidade que o devia receber foi alterada.
[63] VASCONCELOS, Maria – *Bulário Bracarense*, p. 116, nº 302; p. 119, nº 313; p. 120; nº 316.
[64] ANTT, CSMOG, DE, m. 4, nº 23.
[65] MARQUES, José – Os Itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467). *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. ISSN 0870-4511. Vol. 1 (1978), p. 91.
[66] MARQUES, José – A Colegiada de Guimarães no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos: 1449-1487. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. II. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 262.
[67] FERREIRA, J. – *Fastos Episcopaes*…, p. 301-302.

in solidum ao cabido. A Colegiada apresentou um protesto formal ao arcebispo[68] e recorreu ao pontífice. Este último nomeou como legado apostólico D. Álvaro, bispo do Algarve, para averiguar a contenda[69]. Este último decidiu a favor da Colegiada, sendo Gonçalo Afonso substituído por Vasco Anes, capelão do duque de Bragança[70]. Mais tarde, D. Afonso V reforça a decisão do legado, confirmando a prerrogativa do cabido de nomear o chantre[71]. Noutra ocasião, o arcebispo elegeu Lopo Afonso para capelão da igreja de S. Tiago de Murça, pertencente ao padroado da Colegiada. Esta ação insere-se na política reformadora de D. Fernando da Guerra, nomeadamente na sua luta contra o absentismo. De facto, esta igreja encontrava-se abandonada há cinco anos[72].

No seguimento de uma visita a Guimarães em Julho de 1459, D. Fernando da Guerra envia o seu escrivão da puridade, Brás Afonso, inventariar todas as peças pertencentes ao Tesouro existentes na Colegiada. Inicialmente, o prior não permitiu a entrada desse escrivão. Contudo, sob pena de excomunhão, foi obrigado a ceder e o inventário foi iniciado a 26 de Agosto desse ano[73].

D. Luís Pires (1468-1480)

Pouco depois de assumir o cargo de prelado bracarense, D. Luís Pires retoma a questão do absentismo através de um decreto geral. Neste afirma a obrigatoriedade de os beneficiados residirem nos respetivos benefícios, incluindo os cónegos e pessoal da Colegiada de Guimarães. Num momento inicial, o prior e os cónegos vimaranenses apelam ao arcebispo, mas quando não obtêm resposta favorável, recorrem a Roma. Paulo II, por bula de 16 de Dezembro de 1469, reitera a isenção[74] concedida anteriormente aquando do conflito com D. Fernando da Guerra.

O conflito de maior envergadura que opôs a Colegiada ao arcebispo D. Luís Pires ocorreu quando a primeira encabeçou o movimento da clerezia contra o pagamento de colheitas ou procurações, no seguimento de uma visitação por pessoas ligadas ao arcebispo e não por ele próprio. Além disto, alegaram que D. Luís, ao

[68] ANTT, CSMOG, DE, m. 4, nº 37.
[69] Idem, nº 38.
[70] GUIMARÃES, José – *Catálogo dos pergaminhos*…, vol. XII (1907), p. 359, nº CCXCII.
[71] ANTT, CSMOG, DE, m. 4, nº 39.
[72] MARQUES, José – *A Colegiada de Guimarães no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos*…, p. 262.
[73] Idem, p. 263.
[74] GUIMARÃES, J. – *Catálogo dos pergaminhos*…, Vol. XIII (1908), p. 122, nº CCCX.

contrário dos seus antecessores, não tinha privilégio pontifício para receber os impostos. O litígio chega ao fim com uma concórdia celebrada no Porto, a 6 de Outubro de 1477[75], posteriormente confirmada pela bula *Ea que*[76]. É de notar que, durante este conflito, o arcebispo de Braga viu-se envolvido noutro com o alcaide-mor de Guimarães, Fernão de Lima[77]. Após a morte de um escudeiro deste último às mãos de criados do arcebispo, estes refugiam-se em Braga. Fernão de Lima põe então cerco à cidade de Braga, impedindo o arcebispo de aceder a ela. Foi por esta razão que o arcebispo se viu obrigado a residir no Porto, onde tinha sido bispo anteriormente, e aí assinar a concórdia.

[75] MARQUES, José – *A Colegiada de Guimarães no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos*…, p. 264.
[76] VASCONCELOS, Maria – *Bulário Bracarense*, p. 132, nº 357.
[77] GARRIDO, Luís – *D. Luís Pire: retalhos da vida de um prelado quatrocentista*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2007. Tese de doutoramento. P. 130.

A "Nova Concórdia": uma solução final frustrada

Desde o final do arcebispado de D. Luís Pires até à data de assinatura da Nova Concórdia em 1552 ocorreram outros conflitos. No entanto, estes já não serão abordados. É, todavia, importante mencionar os acontecimentos que levaram a essa concórdia.

Entre 1533 e 1540, o Infante D. Henrique, irmão de D. João III e futuro cardeal, inquisidor-mor e rei de Portugal, empunhou o báculo bracarense. Neste período, tentou realizar uma visita à problemática Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. Quando essa tentativa falha, D. Henrique apelou a Roma, mas antes de a questão ficar resolvida, ele abandonou a Sé de Braga.

Não muito tempo depois, no arcebispado de Baltazar Limpo (1550-1558), este prelado tentou realizar a visita com iguais resultados. Após apelar a Roma, Júlio III nomeou D. Henrique como legado papal para mediar um novo acordo entre as duas partes. A este novo acordo, assinado a 7 de Junho de 1553[78], dar-se-á o nome de Concórdia Nova, num paralelismo com a de 1216.

A Concórdia de 1553, em teoria, deveria eliminar os principais equívocos levantados pelo acordo anterior. Assim, a visita canónica firmava-se como uma prerrogativa e direito incontestável do arcebispo, e a Colegiada ficava submetida à sua jurisdição da mesma forma que uma igreja sufragânea. A retificação destes dois pontos deveria ter posto um termo aos litígios entre as duas instituições. No entanto, estes continuaram a acontecer, mantendo-se a visita canónica o cerne dos conflitos.

Figura 5: Litografia sem data apontada (possivelmente do século XIX). Na legenda consegue-se ler "Sé de Guimarães". Retirada de *Guimarães: do passado e do presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985. Entre a página 214 e 215.

[78] SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - *A arquidiocese de Braga no séc. XVI: visitas pastorais e livros de visitações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972. P. 181.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, foram sendo apresentados os diferentes conflitos que opuseram a Real Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães à Sé de Braga, com os seus múltiplos intervenientes e causas. Entre o período de 1216 e 1553, foram identificados 27 conflitos. A origem da maioria destes litígios encontra-se numa disputa de influências, entre a mais prestigiosa diocese do país e a mais antiga colegiada. Tanto os bispos de Roma como os monarcas portugueses foram chamados a interceder em diversas destas contendas. Nas 11 situações em que houve apelo ao papa, foram emitidas 11 bulas, das quais seis foram desfavoráveis à Colegiada. Nas sete contendas em que o rei interveio, seis foram favoráveis ao prior e cónegos vimaranenses. Como ficou demonstrado, as intercessões das duas instâncias supremas do nível civil e eclesiástico eram na grande maioria das vezes decisivas na solução dos conflitos e na decisão do lado vitorioso.

O foco destes conflitos é, desde o início, a visita canónica, tradução do poder do bispo sobre os seus sufragâneos. Vindo do latim "*visitatio, onis*", uma possível tradução é visitação ou inspeção. Ora, a visita canónica era exatamente isso: uma inspeção. Daí os priores esforçarem-se tanto para impedir a sua realização. Contudo, outras causas podem ser encontradas. Disputas patrimoniais, de padroados, transgressões, etc. O cerne da questão é, todavia, a jurisdição que cada uma das instituições exercia sobre a sua área de influência. Ambas, ao longo dos séculos, foram atraindo a si dependentes e património, originando assim dois potentados. Tal como outrora aconteceu no Mediterrâneo, em que as duas potências, Roma e Cartago, entraram em inevitável conflito pela supremacia, de uma forma muito mais modesta o mesmo aconteceu com estes dois "gigantes" minhotos. Demasiado próximos um do outro, a disputar os mesmos benefícios, entram em rota de colisão. Quiçá, esta animosidade teria raízes mais longínquas, ainda no século XI com o ressurgimento da Sé de Braga. Guimarães, como um dos mais importantes centros religiosos perto de Braga, que na altura reunia melhores condições para corresponder às aspirações dos infanções e do próprio Garcia[79], talvez pretendesse substituir Braga como Sé.

[79] Cristina Cunha descreve sumariamente este panorama na sua tese de doutoramento. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. A Coruña: Editorial Toxosoutos, 2005. (Serie Trivium). ISBN 84-96259-49-8. P. 47-52.

A primeira tentativa de solução, a Velha Concórdia de 1216, tornou-se mais um ponto de dissensão entre as duas instituições. Desde a assinatura desta concórdia, os priores de Guimarães consideravam-se prelados da sua própria diocese, agindo em conformidade. A Nova Concórdia de 1553, apesar de retificar os pontos de maior divergência, não pôs termo aos conflitos, que continuaram a provocar tensões entre as duas instituições ao longo de quase toda a história da Colegiada. Isto por si é prova de que não era apenas na composição que residia a justificação do poder e da autonomia do prior e dos cónegos vimaranenses. A contínua devoção por parte dos crentes, os diversos benefícios dos seus patronos, uma acumulação centenária de privilégios e isenções são causas do prestígio da Colegiada entre a população portuguesa. Mas se a visita canónica era uma prerrogativa incontestável do bispo[80], como foi possível que a Colegiada tenha resistido durante tempo à mesma? A resposta a isto, a meu ver, encontra-se na proteção régia, pelo menos para o período medieval.

Como acontece um pouco por toda a sociedade medieval, estas duas instituições, com os seus priores e arcebispos, tentavam manobrar e ascender num mundo regido por privilégios. Era nestes que a colegiada se escudava, e eram estes que a Sé de Braga tentava anular, provocando o elenco de conflitos apresentados neste trabalho.

[80] É de notar que esta resistência à visitação se registou noutras instituições, e não só na Colegiada de Guimarães. Podemos encontrar casos semelhantes um pouco por todo o país. A título de exemplo, consulte-se SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel.* Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 2000.

Fontes manuscritas

- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, Documentos Eclesiásticos, m. 1, nº 21 [PT/TT/CSMOG/DE1/21]. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4648359>; nº 22 [PT/CSMOG/DEI/22]; <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4648360>; nº 23 [PT/CSMOG/DEI/23] <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4648360>. Consultados em 20.06.2018
- Idem, m. 4, nº 23 [TT/CSMOG/DE4/23]. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4663961>. Consultado em 26.06.2018; nº 37 [PT/TT/CSMOG/DE4/37]. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4663982>; nº 38 [PT/TT/CSMOG/DE4/38]. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4663976>; nº 39. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4663977> Consultados em 19.06.2018.
- Idem, m. 5, nº 18 [TT/CSMG/DE5/18]. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4663939>. Consultado em 15.05.2018.

Fontes impressas

- GUIMARÃES, J. G. de Oliveira – Catálogo dos pergaminhos existentes no arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães. *Arqueólogo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1º Série, Vol. IX (1904), p. 81-98; Vol. X (1905), p. 126-138, 208-224, 344-358; Vol. XI (1906), p. 93-108 e 219-229; Vol. XII (1907), p. 79-91 e 355-362; Vol. XIII (1908), p. 119-138.
- MARQUES, José – Documentos Portugueses. Tipologia. *Revista de História*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Vol. XII (1993), p. 47-58.
- PIMENTA, Alfredo – Cartas de Reis. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. II (1937), p. 50.
- PIMENTA, Alfredo – O altar-mor da Colegiada. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. I (1933-36), p. 38-42.
- PIMENTA, Alfredo – O altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Oliveira. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XII (1949-1950), p. 158-159.

- *Portugaliae Monumentae Historicae. Diplomata et Chartae: chartularia. Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães: edição crítica*. Coord. de Luís Carlos Amaral; colab. André Evangelista Marques, *et al.* Nova série. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.
- *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Nº 31 (1921), p. 209-215; nº 34 (1924), p. 100-107; nº 36 (1926), p. 8-13, 133-136, 183.
- VASCONCELOS, Maria; ARAÚJO, António de Sousa – *Bulário bracarense: sumário de diplomas pontifícios dos séculos XI a XIX existentes no Arquivo Distrital de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 1986. Separata de *Itinerarium*, Nº 32 (1986).
- *Vimaranis Monumenta Historica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Vimaranensis senatus, 1929. Vol. 2., nº 171, 174, 179, 250, 253, 281, 297, 307.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. M. Pinto de – Guimarães uma fundação monástica. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. III. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 309-318.
- COSTA, Avelino Jesus da - *Arquidiocese de Braga: síntese da sua história*. In ANDRADE, António Alberto Banha de; ALMEIDA, Manuel Lopes de (dir.) - *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Vol. III. Lisboa: Editorial Resistência, 1984. P. 128-200.
- AZEVEDO, P. Torquato d' – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*. 2ª ed. Guimarães: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro, 2000. ISBN 972-95023-8-2.
- Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 128, *Igreja de N. Senhora da Oliveira. Guimarães*, 1981. ISBN 972-95023-8-2.
- CALDAS, Padre António José Ferreira – *Guimarães: Apontamentos para a sua História*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996. ISBN 971-8078-51-X.

- CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro – *Visitações.* In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* Vol. IV (P-V / Índices). Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2459-7. P. 365-369.

- COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*. Volume II/1. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. ISBN 972-9430-09-8. P. 389-462.

- COSTA, Avelino de Jesus da - *Arquidiocese de Braga: síntese da sua história.* Separata do Dicionário de História da Igreja em Portugal. Incompleta

- COSTA, Maria Antonieta da – Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374). *Lusitania Sacra.* Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. ISSN: 0076-1508. 2º Série, 17 (2015), p. 117-140.

- CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244).* A Coruña: Editorial Toxosoutos, 2005. (Serie Trivium). ISBN 84-96259-49-8.

- FARIA, João Lopes de – Santa Maria de Guimarães. A jurisdição da sua Igreja. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXXI, Nº3 (1921), p. 206-215; Vol. XXXIV, Nº 2-3 (1924) P. 98-107.

- FERNANDES, Cristina Célia – *O Livro dos Milagres de Nº Sº da Oliveira da Real Colegiada de Guimarães (Apógrafo de 1351)*. Guimarães: Opera Omnia, 2006. ISBN 972-99985-2-3.

- FERREIRA, J. Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga* (séc. III – séc. XX). Famalicão: Mitra Bracarense, 1931. Tomo II.

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: 'Duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1386)*. Braga: CITCEM e Universidade do Minho, 2010. ISBN 978-989-96779-0-6.

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV: uma questão de poderes. In *Actas do 2º Congresso histórico de*

Guimarães. Vol. VI. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1996. P. 121-128.

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1989.
- FERROS, Luís – A decoração heráldica do tecto da igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 283-402.
- GARRIDO, André – *D. Luís Pires: retalhos de vida de um prelado quatrocentista*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2007.
- GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – Os Dom Priores da Colegiada. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XIII, Nº2 (1896) P. 49-59; Vol. XV, Nº3 (1898) P. 107-112.
- *Guimarães: do passado e do presente*. 1ª Edição. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985.
- *Guimarães: do passado e do presente*. 2ª Edição. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012. ISBN: 78-972-8050-42-9.
- GOMES, Saul António – *A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) - *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. I. ISBN: 972-42-2277-2.
- LINO, António – *Monografia de Guimarães e seu termo*. Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.
- MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- MARQUES, José – A Colegiada de Guimarães no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos: 1449-1487. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e*

sua Colegiada. Vol. II. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 240-323.

- MARQUES, José – O Mosteiro de Guimarães. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. LXI (1990), p. 7-13.
- MARQUES, José – O Mosteiro e a Colegiada da Senhora da Oliveira de Guimarães, dos primórdios aos finais do século XV. In *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira: história e património*. Guimarães: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira, 2011. ISBN 978-989-20-2141-6. P. 16-29.
- MARQUES, José – Os Itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467). *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. ISSN 0870-4511. Vol. 1 (1978), p. 89-182.
- MARQUES, José – Património e rendas da Colegiada de Guimarães em 1442. In *Actas do Congresso histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 213-237.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – Alguns aspetos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. Volume II/1, pág. 359-387. ISBN 972-9430-09-8.
- MATTOSO, José – *O Ocidente na Política Asturiano-Leonesa (711-1037)*. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1262-X. P. 469-478.
- MENDONÇA, Maria José - *O loudel do rei D. João I*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973. Separata de Museus de Portugal.
- MORENO, Humberto Baquero – Rui da Cunha: D. Prior da Colegiada de Guimarães e a política do seu tempo. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. V. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1982. P. 171-182.

- OLIVEIRA, Manuel Alves de – *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães, 1978.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Vol. I.
- RIBEIRO, João Carlos Taveira – *A Instituição Capitular Bracarense no século XIV (1325-1374): Organização e Relações.* Braga: Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, 1998.
- SANTOS, Ana Paula Figueira – *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, 2000.
- SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - *A arquidiocese de Braga no séc. XVI: visitas pastorais e livros de visitações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972.
- SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva - *A Arquidiocese de Braga no séc. XVII: sociedade e mentalidades pelas visitações pastorais (1550-1700)*. Braga: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva – Conflitos jurisdicionais entre a Colegiada e o Arcebispo de Braga (século XIII a 1831). In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1981. P. 11-30.

Parte II: Época Moderna

NEVES, Vanessa Sofia Sampaio – Os Motis antijudaicos no século XVI e XVII: uma análise comparativa. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 228-264.

Os motins antijudaicos no século XVI e XVII: uma análise comparativa

Vanessa Sofia Sampaio Neves

vanessa.sof.20@hotmail.com

Resumo:

Ao longo da época moderna, com especial foco para o século XVI e XVII, Portugal foi cenário de vários motins populares contra os judeus. Estes têm despertado algum interesse historiográfico. No entanto, esses estudos focam-se no contexto dos motins em geral, o que se traduz numa análise pouco aprofundada deste tema em concreto. Pelo contrário, o objetivo deste trabalho é o de analisar especificamente os motins do século XVI e XVII de que são alvo as comunidades judaicas ou cristãs novas em Portugal, procurando identificar espaços, motivações, lideranças e consequências.

Palavras-chave: Motins antijudaicos, cristãos-novos, cristãos-velhos, história social.

Abstract:

During the early era, with special focus on the 16th and 17th centuries, Portugal was the background of several popular riots against Jews. These have sparked some historiographic interest. However, these studies have been focused on the general frame of the analysis of the riots in general which results in a superficial analysis of this subject. Therefore, the goal of this project, is to analyze the specific riots against Jewish and new- Christians, in the 16th century and the 17th century, so that one can safely conclude about their spaces, motivations, leadership and consequences.

Keywords: Riots, New Christians, Old Christians, Social History

Introdução

> O judeu viu-se irremediavelmente cristão-novo, inserido numa nova religião e numa nova cultura. Toda esta conversão assentou numa realidade de violência física e psicológica[1].

Assim descreve Elvira Mea o processo de conversão dos judeus, e foi esta frase que deu origem a todo o processo de investigação que aqui se apresenta.

Através desta pequena citação várias ilações podem ser extraídas: a conversão dos judeus ao catolicismo (imposta pelo monarca D. Manuel I) vai marcar uma série de conflitos que se fazem sentir ao longo dos séculos XVI e XVII. É exatamente destes conflitos que se pretende fazer uma análise. Propõe-se olhar para os motins organizados não contra a coroa ou seus representantes, mas sim contra os conversos, focando-se na reação das massas contra a minoria judaica, apelidada, a partir de 1497, de "cristã-nova".

A perseguição e repressão dos judeus é uma temática bastante recorrente na história, muito discutida e trabalhada, nos mais diversos países e nas diferentes épocas históricas com destaque para o século XX, devido ao que aconteceu antes e durante a segunda guerra mundial[2].

A historiografia portuguesa, apesar disso, no que concerne à época moderna, ainda não tem muitos estudos sobre o tema. Há, com efeito, alguns historiadores que se focaram no estudo da perseguição e repressão dos judeus, mas sempre numa visão pouco pormenorizada e incompleta dos motins antijudaicos ou inserida no âmbito da Inquisição. O estudo desta questão pode-se observar em algumas obras geralmente enquadradas nos vários tipos de revoltas dos séculos XVI e XVII (económicas essencialmente) ou enquadrados em obras referentes à história dos judeus. Nestas, não são tratados de uma forma comparativa e problematizante, fazendo por isso com que se percam algumas informações destas manifestações sociais.

Deste modo, mostrou-se interessante propor uma análise a estes motins, que marcam a história portuguesa. Pretende-se, através de uma análise comparativa,

[1] MEA, Elvira Azevedo – *Judeus e Cristãos Novos em Portugal*. Sep. de Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade. Actas do curso de Inverno 2002. Coimbra, 2003 p. 126.
[2] Alguns exemplos: BENARUS, Adolfo – *O antisemitismo*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1937; FRANCO, Manuela – O Estado Novo e os judeus: os portugueses de Salónica. *Revista de Estudos Judaicos*, n.º 9, Abril 2006, p.14-22.; MUCZNIK, Esther – *Portugueses no Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

perceber os pontos comuns e divergentes dos motins antijudaicos ocorridos em Portugal nos séculos já referidos, tentando chegar às suas motivações, desenvolvimentos e consequências.

Num outro sentido, este mais social, tem igualmente importância analisar esta temática, uma vez que na atualidade há grupos/minorias que sofrem de discriminação e preconceito, muito ligado à religião, mas não exclusivamente. Perceber quão antigas são estas questões de antissemitismo e intolerância é também bastante interessante e importante de se analisar.

Para de melhor modo se explanar estas questões dividiu-se o trabalho tematicamente. Para além da introdução, da apresentação deste estudo (quadro teórico-metodológico) e da conclusão, destaca-se a parte da análise propriamente dita ao tema, começando com uma secção destinada à explanação das noções sobre os motins, nomeadamente a definição de conceitos, as principais datas e espaços, seguido por um capítulo dedicado aos contextos históricos. Por fim segue-se o estudo dos motins propriamente ditos, onde se pretende expor e comparar a dimensão temporal, espacial, bem como as suas motivações e consequências. Aqui, apresenta-se o que factualmente ocorreu nos vários motins, de acordo com cada tópico de estudo.

Para a elaboração desta análise, procedeu-se, numa primeira fase, a uma seleção e leitura de várias obras e artigos a par das fontes primárias, destacando-se, neste domínio, as fontes literárias (como a crónica de D. Manuel I, de Damião de Góis, a Miscelânea de Garcia de Resende, a obra de Samuel Usque), as cartas (carta de Gil Vicente ao rei D. João III) e variada informação do Desembargo do Paço e da Universidade de Coimbra, que mais à frente serão alvo de atenção acrescida.

1. Quadro teórico-metodológico

Este estudo procura, numa primeira fase, estabelecer um contexto da situação vivida em Portugal relacionado com os cristãos-novos, começando por evidenciar as medidas do monarca D. Manuel I.

De seguida, visa fazer uma caracterização dos motins, deixando claras as questões relativas à dimensão temporal (datas do início e do final dos motins), espacial (local onde ocorrem os motins e as suas "expansões"/ "réplicas"), a descrição propriamente dita dos motins (com um foco para os impulsionadores e intervenientes,

bem como o desenrolar destes), e as suas consequências (ligadas diretamente aos motins e às penas dadas aos intervenientes).

Para tentar responder a todas estas perguntas, foi necessário recorrer a bibliografia adequada, consultada em duas camadas: primeiro de bibliografia geral e depois de obras mais específicas.

Obras de teor mais generalista permitem perceber a situação relacionada com a sociedade e, mais concretamente, com os judeus. Recorreu-se, como tal, ao terceiro volume da História de Portugal[3], dirigida por José Mattoso e coordenada por Joaquim Romero Magalhães. Foram também consultadas monografias sobre os reinados de D. Manuel I[4], D. João III[5] e os reinados filipinos[6] (uma vez que estes foram os monarcas envolvidos nos principais motins). Em todas estas obras são referidas medidas régias que interferem com a situação dos cristãos-novos, e mostram, de igual modo, a evolução paulatina das tensões entre os conversos e os cristãos-velhos. Sobre os reinados filipinos, todas as leituras realizadas consolidam a ideia que este foi um período fortemente marcado por revoltas motivadas, fundamentalmente, por questões económicas, mas também devido ao cercamento da autonomia e das liberdades. Convergem todas num mesmo sentido acerca dos cristãos-novos: os conversos, durante este período temporal, pediam constantemente acesso a cargos, benefícios e honras em troca da disponibilização de avultadas quantias em dinheiro. Esta situação gera o descontentamento, nomeadamente dos cristãos-velhos, o que explica, em grande medida, os tumultos.

Este período agitado vai constituir, assim, o "pano de fundo" deste estudo, sendo que estas obras funcionam como ponto de partida para o estabelecimento de um contexto de compreensão das revoltas antijudaicas.

Para se obterem resultados mais específicos, outras obras e artigos sobre os cristãos-novos, como os de Elvira Azevedo Mea, apresentam-se como referenciais. Nas

[3] MAGALHÃES, Joaquim Romero – A sociedade: Os cristãos-novos: da integração à segregação. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.) – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 3 vol. pp.404-406.

[4] COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

[5] BUESCU, Ana Isabel – *D. João III (1502-1557)*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

[6] ALVAREZ, Fernando Bouza – *Portugal no tempo dos Filipes- Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
OLIVAL, Fernanda – *Filipe II- de cognome "O pio"*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
OLIVEIRA, António de – *Filipe III*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
OLIVEIRA, António de – *Poder e Oposição Politica em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1991.

várias separatas e artigos consultados[7], é dado um enfâse crucial à expulsão/conversão dos judeus, em 1497, no reinado de D. Manuel. A autora procura também explicar a deterioração da imagem do cristão-novo ao longo do século XVI, salientando a dicotomia entre "cristão-velho" e "cristão-novo". Relaciona este último aspeto com as motivações dos motins, já apontando alguns pormenores sobre estes.

Relativamente a textos relacionados com a história dos judeus em concreto, e já com grande pormenor para os motins, destacam-se as obras de António José Saraiva[8] e François Soyer[9], que dão pormenores das revoltas do século XVI, das suas motivações e consequências, dissertando essencialmente sobre as de 1506 e 1531.

Lúcio de Azevedo[10] faz uma abordagem da história dos judeus por reinados. Esta é uma visão interessante para se perceber o que cada monarca fez relativamente à situação controversa deste povo. Deste modo, aqui já há mais pormenores de variados motins, o que realmente não acontecia nas obras consultadas anteriormente. Salienta-se também que, este autor já aborda informações sobre os motins do século XVII.

Obra essencial para este estudo, que já aborda mais concretamente os motins do século XVII, é de António de Oliveira — *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*[11] — onde se disserta sobre várias agitações sociais do século XVII, referindo-se também às tensões antijudaicas. Sobre os motins deste século destaca-se ainda a obra de Carlos Eduardo Calaça[12] sobre o antissemitismo na Universidade de Coimbra.

Especificamente sobre esta análise – revoltas antijudaicas – os estudos existentes são generalistas. A temática dos judeus, da sua conversão e perseguições está

[7] MEA, Elvira Azevedo – *A inquisição Portuguesa, agente de emigração para Espanha*. Sep. Inquisición y conversos. Conferencias pronunciadas en el III curso de cultura hispano-judía y sefardi de la universidade de Castilla- la Mancha, 1993.
MEA, Elvira Azevedo – *A resistência Sefardita ao Santo Ofício no Período Filipino*. Sep. Ciclo de Conferências 2001: Cadernos de Estudos Sefarditas nº2, 2002.
MEA, Elvira Azevedo – Inquisição e Minoria Judaica- séculos XVI-XVII. In. BARROS, Maria Filomena Lopes de; MONTALVO, José Hinojosa – *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica*. Évora: Publicações do Cidehus, 2016. pp.381-395.
MEA, Elvira Azevedo – *Judeus e Cristãos Novos em Portugal*. Sep. de Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade. Actas do curso de Inverno 2002. Coimbra, 2003.
[8] SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
[9] SOYER, François – *A perseguição aos judeus e Muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496- 1497)*. Lisboa: Edições 70, 2013.
[10] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3.ª ed. Porto: Clássica Editora, 1989.
[11] OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002.
[12] CALAÇA, Carlos Eduardo – *Antissemitismo na Universidade de Coimbra (Cristãos-Novos letrados do Rio de Janeiro 1600- 1730)*. Brasil: Associação Editorial Humanitas, 2005.

abundantemente estudada no âmbito da Inquisição, do controlo por parte da coroa e dos mecanismos do poder central. No entanto, falta informação sobre questões de antissemitismo da própria população. A informação sobre os motins, como se pode verificar pelo texto acima, está ainda muito fragmentada e dispersa por vários autores e obras, não havendo textos nucleares especificamente sobre essa temática.

Após esta seleção, leitura e análise bibliográfica, procedeu-se à análise e crítica das fontes a utilizar, em que se incluem cartas, relatórios e fontes literárias (crónicas, descrições e textos poéticos), descrições existentes sobre estas revoltas - informações que podem ser usadas para dar resposta às questões que orientam este estudo.

Tendo em conta os objetivos do presente estudo, e as características das fontes, a base metodológica assentou na exploração destas fontes, procedendo-se ao levantamento de toda a informação que respondesse às questões de partida, nomeadamente sobre a dimensão temporal e espacial, motivações, desenvolvimentos e consequências dos motins antijudaicos.

Procedeu-se, por fim, a uma análise comparativa que visa perceber os pontos comuns e divergentes dos motins ocorridos.

Assim, neste trabalho faz-se uma análise qualitativa e uma interpretação comparativa dos dados disponíveis, que visa a perceção da realidade dos motins num contexto mais amplo.

2. Os motins antijudaicos: Noções em tornos de conceitos, principais datas e locais através das fontes primárias

Assumindo que os movimentos sociais a comparar se inserem na categoria de motins, revoltas ou tumultos populares, começamos por definir estes conceitos. O dicionário Houaiss entende como motim uma:

> "insurreição organizada ou não contra qualquer autoridade civil ou militar instituída, caracterizada por atos explícitos de desobediência, de não cumprimento de deveres e desordem (…)"[13].

Relativamente ao conceito de revolta, o mesmo dicionário define como "*ato ou efeito de revoltar(-se), grande perturbação; agitação. Manifestação coletiva, organizada ou*

[13] HOUAISS, António – *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. vol. V. p. 2691.

não contra de insubmissão contra qualquer autoridade (...)"[14], entendendo-se como tumulto "*uma explosão de rebeldias, motim, levante. Briga envolvendo várias pessoas. (...) Grande agitação desordenada (...)*"[15].

Apesar destas definições e dos conceitos se mostrarem com algumas diferenças (essencialmente no que toca a revoltas contra as instituições do Estado ou não**,** ou pelo facto de serem organizadas ou não), nas várias fontes analisadas, bem como na bibliografia, os termos foram usados de forma bastante indiferenciada. Os conceitos usados pelos vários autores para se referirem às agitações contra os cristãos-novos tomam diversas versões: uns usam o termo "levantamento", "tumulto", "rebelião", outros "revolta" e ainda "amotinação", "tensão" ou "agitação". O termo "motim" é mais vezes referido na documentação do século XVII. Verifica-se, ainda, que os autores das fontes primárias usam também uma amálgama de termos para se referirem ao mesmo acontecimento.

Desta forma, e uma vez que as palavras cujos conceitos foram definidos acima, se encontram tanto na bibliografia como nas fontes analisadas como sinónimos, este estudo vai optar igualmente por não fazer distinções concretas no uso dos conceitos.

Depois de definidos conceitos e métodos de análise, é importante, desde já definir o universo de observação, nomeadamente o relativo às datas e locais onde estas revoltas ocorrem. Neste ponto vai ser crucial a referência a dados obtidos nas fontes analisadas, e assim sendo, em primeiro lugar é necessário caracterizar estas mesmas fontes.

Durante a leitura da bibliografia, algumas datas surgem destacadas enquanto indicadoras das tensões entre os cristãos-novos e velhos. No século XVI há referências a 1504, 1505, 1506, 1515 e 1531. No século seguinte aos anos 1605 e 1630. Estas manifestações ocorrem em locais diversos do território continental português: Coimbra, Évora, Gouveia, Santarém e Lisboa, sendo que algumas vão ser alvo de vários motins e outras apenas têm referências esporádicas e com poucas repercussões.

Embora tenham sido apresentadas várias datas, só algumas destas vão ter uma atenção acrescida neste estudo, uma vez que para alguns destes eventos os autores tratados, como Elvira Mea ou J. Lúcio de Azevedo, apontam esses conflitos, sem, no entanto, os desenvolverem ou indicarem fontes relativas ao seu estudo.

[14] HOUAISS, António – *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. vol. VI. p.3353.
[15] HOUAISS, António – *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015. vol. VI. p.3802.

Deste modo, os acontecimentos que terão aqui maior relevância serão aqueles para os quais se encontraram fontes primárias que permitiram um maior desenvolvimento da análise. Assim, vai haver um foco para o motim de 1506, cuja documentação é mais variada, incluindo a *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis[16], a *Crónica de D. João II e Miscelânea de Garcia de Resende*[17] e a *Consolaçam ás Tribulaçoens de Israel* de Samuel Usque[18].

Estas fontes mereceram mais atenção, uma vez que, os autores dos textos foram contemporâneos destes acontecimentos e fizeram uma descrição mais minuciosa do ocorrido. Apesar das suas limitações, nomeadamente o facto de serem textos encomendados (como a crónica), ou feitos com determinado objetivo (o de chocar os leitores ou realçar o sofrimento judaico, como no caso do texto de Samuel Usque), elas completam-se entre si, fornecem apontadores sobre os impulsos e possibilitam a reconstituição do motim ao longo dos três dias de duração, bem como das suas consequências e penas decretadas pelo monarca. Dão ainda informação acerca dos impulsionadores do motim e das personagens que neste se envolveram.

De igual modo, permitem de forma geral estabelecer um contexto da situação vivida antes do primeiro grande motim do século XVI, essencialmente com o auxílio da obra de Damião de Góis, que aborda questões como a expulsão dos judeus e mouros, os métodos usados para impedir a saída dos judeus, e a "conversão forçada" destes agentes históricos.

O motim de 1531 cativará alguma atenção neste estudo, apesar das poucas informações dadas, tanto na bibliografia consultada, como nas fontes primárias, em particular a Carta de Gil Vicente de 1531 ao rei D. João III, inserida na *Compilaçam de todalas as obras de Gil Vicente*[19].

Com efeito, o dramaturgo presenciou todas as agitações desse ano, e reflete as suas informações e apreciações numa carta que envia ao rei D. João III, a contar o sucedido. Aí explicita que os cristãos-novos viviam com imenso medo que a situação de 1506 se voltasse a repetir.

[16] GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol.
[17] RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* [texto fac-similado]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.
[18] USQUE, Samuel – *Consolaçam ás tribulações de Israel*. Coimbra: França Amado- Editor, 1906.
[19] Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a El-Rei Dom João, o terceiro do nome, estando sua alteza em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a vinte e seis de janeiro de 1531 pub. in VICENTE, Gil – *Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983 pp. 642-645 vol. 2.

A carta, escrita pelo dramaturgo, não permite reconstruir na totalidade o motim, nem responder em grande parte às questões de partida, uma vez que se prende mais com a vertente relacionada com o terramoto propriamente dito, o qual era tido como causa para a animosidade geral contra os cristãos novos em Lisboa. No entanto, não deixa de ser uma fonte de referência, especialmente pela parte final e pela interpretação que suscita de vários autores sobre o clima de medo em que viviam os conversos.

Merecerão também atenção os motins de 1605 e de 1630, ilustrados em variada documentação proveniente do governo, do Desembargo do Paço e da Universidade de Coimbra, documentação esta disponibilizada na obra de António de Oliveira[20], uma vez que aí se encontram publicadas as fontes.

Sobre o tumulto de 1605 são referenciadas várias fontes, que podem ser usadas para a reconstrução desse motim. Os documentos são um relatório do Conselheiro do Estado que averigua o que ocorreu no dia do motim[21], duas listas de culpados e as suas acusações[22], e uma carta do monarca a pedir satisfações do que ocorreu durante o motim[23]. Através desta já se pode traçar um quadro geral das revoltas de 1605, essencialmente os seus motivos e como se desenvolveram.

Sobre o motim de 1630, António de Oliveira, em apêndice à sua obra anexa documentação do Desembargo do Paço, da Universidade de Coimbra e ainda informação proveniente do corregedor de Coimbra[24]. Dentro destas grandes áreas, há tipologias várias de fontes: cartas para o Reitor da Universidade de Coimbra,

[20] OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002.

[21] 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, A pp. 93-96.

[22] 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII***.** Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, B pp. 96-98.

[23] 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, C pp. 98-99.

[24] 1630, Março, 25; Informação do Corregedor de Coimbra sobre o motim contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 404, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 4 pp.342-343.

provenientes do Governo e do Desembargo do Paço, relatórios da Universidade sobre os acontecimentos de 1630 contra os cristãos-novos[25] e ainda variada informação do Desembargo do Paço sobre os motins[26],[27]. Há também informações provenientes da própria Universidade que realiza relatórios para explanar o sucedido.

Esta variedade de Cartas, a que acresce o Édito[28] colocado na Universidade a expulsar os cristãos-novos, permite perceber o que originou o motim, as suas alavancas, o reconhecimento das personagens envolvidas nos conflitos ocorridos na Universidade de Coimbra, além de veicularem informações acerca do seu desenvolvimento, bem como referências à sua expansão, nomeadamente para Lisboa.

3. De judeus a cristãos-novos: uma conversão forçada

A temática deste estudo remete para o século XVI e XVII em Portugal. Dentro deste período alargado vai haver um destaque para o reinado de D. Manuel I, D. João III e para os reinados filipinos. Optou-se por este período, uma vez que, os motins principais contra os cristãos-novos se enquadram nesta cronologia e ainda porque ficou claro que as revoltas contra os judeus se tornaram mais comuns a partir da sua conversão, decretada por D. Manuel I, em 1497 como extensiva a todos os judeus que pretendessem ficar no reino, sendo por isso essas revoltas e motins mais regulares no século XVI.

O século seguinte vai ser alvo de atenção, uma vez que os reinados filipinos são marcados por uma série de outras revoltas que permitem enquadrar as movimentações populares contra os recém-conversos. O século XVII é ainda marcado pelo auge da

[25] 1630, Março, 31; Relatório do conservador da Universidade sobre os acontecimentos ocorridos nas Escolas contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 405-408v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 5 pp. 343-345.

[26] 1630, Março, 19; Carta do Desembargo do Paço para o reitor da Universidade solicitando informações sobre os cristãos-novos, AUC, Provisões, tomo II, nº 329, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2 p.341.

[27] 1630, Abril, 11; Consulta do Desembargo do Paço ao monarca sobre o sucedido em Coimbra contra os cristãos novos – AGS, SP, Portugal, livro I 4175, fl. 401-401v., pub in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 10 pp. 349 -350.

[28] Édito afixado na porta da Universidade contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 409, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972- 95017-2-6. Apêndice documental, doc. 6 p. 346.

Inquisição, sendo, neste sentido os cristãos-novos duplamente visados. Enquadrar os tumultos contra os marranos neste "pano de fundo" permite a definição do problema judaico.

Como referido no capítulo inicial, este contexto vai ser realizado com apoio às obras de caracter mais geral, já anteriormente referenciadas.

3.1. As comunidades judaicas antes da conversão forçada. O início das tensões

Antes da expulsão de todos os que não defendiam o catolicismo em 1496 não ocorreram em Portugal grandes perseguições. Por isso as conversões ao cristianismo por parte de mouros e judeus eram quase nulas.

São comuns as descrições de localidades portuguesas com uma presença judaica notória. A situação de relativa estabilidade nas suas relações com a restante população, devia-se essencialmente ao facto de se encontrarem em comunidades fechadas, isoladas dos restantes. António José Saraiva[29] refere-se a estas comunidades nestes termos: haveria cerca de 40 grandes povoações importantes de judeus de norte a sul de Portugal. Estas estariam ou perto de portos, como no caso de Lisboa, Porto e Setúbal, ou em localidades fronteiriças, como Elvas ou Guarda, em cidades mais comerciais, como Santarém e Braga, em centros agrícolas como Beja e Celorico da Beira, no Norte, como Guimarães, ou no Sul, como em Faro. As comunidades hebraicas eram muito numerosas e o convívio com a restante população quase nulo.

É sabido também, que os judeus tinham importantes poderes (tanto económicos como políticos): controlavam o comércio, tinham grande parte do monopólio das operações financeiras e também um papel cultural e intelectual importante, verificando-se que estes seriam físicos da corte, por exemplo. Desta forma, sempre foram um alvo fácil de críticas para a restante população: tinham influência junto ao rei, conseguiam enriquecer facilmente numa sociedade cada vez mais capitalista e encarregavam-se, de forma massiva, da recolha de impostos.

As dificuldades e os conflitos sociais entre os diferentes grupos (agora em clivagem com os estatutos de cristãos-velhos e cristãos-novos), começam a generalizar-se após a conversão forçada e depois de 1507, em que é estabelecida a paridade efetiva, mas sobretudo, a partir do estabelecimento da Inquisição em Portugal, que obriga os cristãos-novos a integrar-se junto da restante população.

[29] SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos.* 6.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994 pp. 27-28.

Com a conversão, os cristãos-novos ficam mais expostos às revoltas, pois deixam de estar protegidos pelos monarcas e encontram-se necessariamente imbuídos nas mesmas malhas de sociabilidade urbanas, sociais e religiosas. São obrigados a integrar-se na sociedade, fora das judiarias. Começam a intervir também em locais em que até então não podiam: nos governos municipais, nas prebendas eclesiásticas, nas universidades e nos cabidos.

Os cristãos-velhos tornavam-se assim cada vez mais hostis, devido à competição socioeconómica que se revelava cada vez feroz. Para além da concorrência que antes ocorria essencialmente entre si, entram agora no "jogo" os convertidos, que muitas das vezes teriam uma preparação e experiência muito maior que a restante população. Deste modo as hostilidades vincam-se.

3.2. O casamento do rei D. Manuel: as exigências matrimoniais para a expulsão dos infiéis

Desde 1478 que os reis católicos perseguiam os "hereges". Estes lideraram a corrente antijudaica na Península Ibérica, desencadeando perseguições e expulsões de grande escala de todos aqueles considerados "infiéis".

É devido a estas expulsões que muitos judeus fogem para Portugal, o leva a um aumento do número de judeus, bem como da dimensão das comunidades judaicas.

Esta situação vai alterar-se face à necessidade de se forjar uma aliança duradoura com os governantes de Castela e Aragão, o que leva a que o rei português proponha uma aliança matrimonial com D. Isabel.

D. Manuel (que até aqui não se mostrara com políticas muito bem definidas relativa aos judeus), vai-se ver com uma imposição politico-matrimonial: a de expulsar todos aqueles que não defendiam a religião católica, afetando de forma mais incisiva os judeus e mouros. A princesa espanhola, D. Isabel, só casaria com o monarca português se o reino, que este governava, fosse composto apenas por fiéis católicos.

Deste modo, D. Manuel vê-se obrigado a decretar a expulsão dos judeus, o que se concretiza efetivamente em 1496. Esta situação é reportada com algum pormenor na obra de Damião de Góis. Este refere que o rei vai decidir só depois de realizados vários pareceres e discussões. Acaba por determinar que os expulsaria, apesar da consciência da importância (essencialmente económica) que estes tinham, como evidencia a seguinte passagem:

> ho bom conselho era perder ha saudade, a todolos proveitos, & tributos que se desta gente tiravam, & por ho inteto em só Deos, & na sua sancta fé, porque elle dobraria cõ suas merçes ho q se nisto perdesse, & que pois este negoçio per sua võtade viera a se per a determinaçãm de conseljo, que ha resoluta conslusam delle fosse lançare loguo do regno aqlles q nam quisessem receber a aguoa do batismo, & crer ho q cre há Egreja catholica christã [30].

Porém, o rei rapidamente percebe as desvantagens de expulsar os judeus, que seriam uma importante garantia de riqueza em Portugal, não querendo como tal que a comunidade judaica saísse do reino. Com isto em vista, procura dificultar a saída que teria decretado: no ano seguinte, ordena a retirada dos filhos menores a todos aqueles que não tivessem convertidos à religião católica, com o fim de serem cristianizados. Em seguida, manda batizar todos os menores de 25 anos. Só em caso de conversão é que os filhos seriam entregues novamente aos pais.

Vai ainda dificultar a sua saída do reino: não aceita que nenhum judeu saísse sem a sua autorização, manobrando as saídas dos portos portugueses como lhe fosse mais conveniente.

Perante esta situação, os pais vêm-se forçados a batizar-se para continuarem com os seus filhos: O primeiro batismo coletivo dá-se em 16 de março de 1497: cerca de 20 mil judeus convertem-se em Lisboa. Surgem, assim, os "cristãos-novos". Este acontecimento fica registado na historiografia como os "Batizados em Pé".

Contudo, enquanto milhares de judeus se convertiam, pequenos grupos resistiam, muitos acabando por se suicidar (e assassinar os filhos, antes que estes fossem separados das famílias, como conta Damião de Góis)[31] e ainda outros conseguem sair do reino, rumando a locais de maior tolerância religiosa, onde podiam continuar a viver enquanto "judeus".

Portanto, através desta pressão formal, o monarca português consegue converter grande número de judeus ao cristianismo e possibilita a sua estada em Portugal, consoante o cumprimento das suas condições.

Depois da conversão forçada, D. Manuel I tenta impedir a segregação, proibindo o casamento de cristãos-novos entre si, impedindo a difusão de livros em hebraico,

[30] GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol. p.39.

[31] ahos Iudeus fez vsar tanta crueza esta mesma lei natural, que muitos delles mattaram hos filhos, afogandohos, & lançandohos em poços, & rios, & por outros modos, querendo antes vellos acabar desta maneira, q nam apartallos de sim, sem sperança de hos nunqua mais vere, & pella mesma razão muitos delles se mattavam asim mesmos, texto de GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol. p.42.

destruindo toda a memória material destes. Para garantir alguma estabilidade promete que não se iriam realizar inquirições sobre a religião num prazo de 20 anos, dando assim um tempo alargado de adaptação.

Realizada a conversão, a transformação dentro do país parecia concluída: as sinagogas foram transformadas em lugares de culto para os cristãos, todos passam a frequentar a igreja, as distinções *a priori* terminam, mas tal como Samuel Usque refere, a conversão seria apenas exterior, porque no segredo das suas almas continuariam sempre judeus. Por isso é que na realidade continuariam a realizar os ritos judaicos no interior das suas casas e a "viver como judeus" durante a sua vida.

3.3. O estabelecimento da Inquisição e o crescimento das tensões

Independentemente das medidas tomadas por D. Manuel I, após a conversão e aparecimento dos "cristãos-novos", a integração destes na sociedade foi complexa, marcado por inúmeros desafios. A catequização fora mal dirigida, a população em geral continuava a segregar os conversos. Foram muitos os que se encarregaram de estimular e organizar a transferência do ódio judeu para o cristão-novo. Acima de todos, os pequenos clérigos desempenharam um papel crucial nas revoltas contra os judeus, e são estes que complicam a sua integração e aceitação.

Face à insegurança e aos sucessivos motins que começam a ser frequentes, já no reinado de D. Manuel I, se pede o estabelecimento da Inquisição em Portugal. No entanto, é no reinado de D. João III, que tal se concretiza. O rei, para além do controlo ideológico e religioso, queria também controlar a riqueza que os cristãos-novos continuavam a acumular.

O estabelecimento da Inquisição na data de 1531 deve-se, essencialmente, à situação de agitação geral em torno da comunidade conversa, que gera bastantes excessos: uma onda de messianismo faz-se sentir no seio do povo judeu por toda a Europa, por volta dos anos de 1520-1530. Em Portugal, esta situação complica-se aquando a estadia de David Reubeni, que divulga que a vinda do Messias estaria próxima e que viria para acabar com o sofrimento judaico. Este discurso determina casos de excessos contra a nova fé e aumenta a instabilidade na comunidade cristã-nova.

As queixas contra os cristãos-novos começam rapidamente a aumentar, o que evidenciava a animosidade entre conversos e cristãos-velhos. Com esta argumentação, a Inquisição é estabelecida em Portugal, prevendo o controlo dos cristãos-novos, surgindo assim um poderoso dispositivo de vigilância social e de controlo do quotidiano. Com o

desenvolvimento deste tribunal, e face ao grande número de cristãos-novos condenados, viu-se a necessidade de diminuir a repressão e começar a catequização.

No período de controlo filipino, a Inquisição tende-se a organizar. Promovem-se várias visitações, o que aumenta a sua eficácia, patente também no crescente número de cárceres.

Os vários motins têm assim como pano de fundo uma conversão pouco sustentada e apoiada, sem os devidos esforços por parte do Estado. A segregação continua a existir, bem como o preconceito, ódio e antissemitismo.

A conversão forçada, sem condições de catequização, faz com que, do lado dos cristãos-novos, as mudanças sejam apenas aparentes. A par dos que efetivamente se convertiam, muitos continuavam a praticar a sua fé e religião e os conflitos tendem a generalizar-se entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

4. Os motins: análise comparativa

Como ficou explicito anteriormente, este estudo visa analisar os vários motins ocorridos nos séculos XVI e XVII e perceber os seus pontos comuns e dispares. Para isso, nos vários subcapítulos que se seguem, cada uma das questões de partida enunciadas vai ter um espaço definido de análise nos variados motins, com mais enfoque para os de 1506, 1531, 1605 e 1630. No entanto, haverá referências a outros pequenos motins como de 1504, 1505 e 1515 a que na bibliografia consultada se fazem breves referências.

4.1. Dimensão temporal e espacial dos motins

Consoante se analisam os vários motins, é revelado um certo padrão no âmbito da dimensão temporal. Não se pode generalizar, uma vez que não acontece na totalidade dos casos, mas grande parte das agitações podem inserir-se no período que decorre entre abril e maio, que corresponde essencialmente aos períodos de festividades religiosas, tal como a Pascoela e a Páscoa.

Ao analisar com pormenor cada um dos motins sobre este campo, pode-se confirmar estas conclusões.

O motim de 1504 ocorreu no mês de maio, como se pode comprovar na obra de J. Lúcio de Azevedo[32]. O mesmo autor refere que agitações com os cristãos-novos, no ano seguinte, ocorrem em abril: "*Em Abril de 1505, deram-se desordens em Évora por causa dos cristãos-novos, e nessa ocasião foi demolida a sinagoga, que ainda estava em pé"*[33].

O grande motim de 1506, que todas as fontes e bibliografia destacam, também ocorre nesse mês. Sobre este motim, face à sua "grandeza" já são dados pormenores quanto ao dia de início e término. Damião de Góis refere que se iniciou no dia 19 de abril e se estendeu por três dias, portanto, até o dia 22 desse mesmo mês. O mesmo autor particulariza que este seria dia de Pascoela:

> Pelo que nestes dous capítulos que sam hos derradeiros desta primeira parte tratarei de hu tumulto e alevantamento, que se ahos xix dias Dabril destanno de M.D.VI, em domingo de Pascoella fez em Lisboa contra hos Christãos novos (…)[34]

Em 1515, as tensões contra os cristãos-novos voltam a ocorrer, sendo estas assinaladas por J. Lúcio de Azevedo, todavia sem grande pormenorização quanto a datas, referindo apenas que *"No verão de 1515, mais uma vez aparecem em Lisboa cartazes insultuosos contra os judeus"*[35].

Sobre 1531, através da carta de Gil Vicente para D. João III[36], consegue-se perceber que as tensões se generalizam após o terramoto, que ocorreu em janeiro desse ano. Mas mais pormenores não são mais referidos.

Para 1605, as fontes apenas mostram que o motim contra os judeus se generalizou após o Perdão Geral, que segundo o dicionário judaico se deu em inícios de janeiro[37]. Já no ano de 1630, sabe-se que ocorreu de 4 a 9 de março, embora tensões já se tenham verificado antes em vários locais e se estendessem depois por várias outras cidades, como a de Lisboa.

---

[32] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989.
[33] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. p. 59.
[34] GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol. p. 253.
[35] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. p. 62.
[36] VICENTE, Gil – *Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983 pp. 642-645 vol. 2.
[37] MUCZNICK, Lúcia Liba [et al.] – *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009 ISBN 978-972-23-4092-2 pp. 406-407.

O facto de os grandes motins, como o de 1506 ou o de 1630, terem ocorrido por altura da Páscoa, tem uma simples explicação: neste período as pessoas viviam com mais efervescência os ritos religiosos e qualquer sinal de pouca fé, como acontece no caso do primeiro grande motim do século XVI, é encarado de forma bastante agressiva. Por outro lado, várias personagens eclesiásticas usam estas mesmas missas, no período em questão, para pregaram contra os conversos e contra os supostos pecados que cometiam ao continuarem com os seus cultos em segredo. O que se verifica, portanto, é que os motins têm uma duração pouco extensa, e que estes ocorrem aquando a população estaria mais frágil e mais propensa a aceitar o que os religiosos pregavam.

Acerca dos espaços onde ocorrem os motins, estes já foram referidos anteriormente. Com maior expressão destaca-se Lisboa e Coimbra, ocorrendo conflitos de pequenas dimensões em outros locais, como Évora, Santarém e Gouveia. Há também sinais de agitações impulsionadas pelos maiores motins nas cidades de Aveiro e Elvas, como ocorreu em 1605.

Relativamente ao motim de 1504, na obra de J. Lúcio de Azevedo refere-se com pormenor onde ocorreram essas agitações, podendo deste modo chegar à sua localização. Neste caso refere-se que estas ocorreram na Rua Nova:

> Em Maio do ano seguinte houve em Lisboa um motim em que os conversos, residentes na Rua Nova, que era o centro do comércio da cidade, foram desacatados e agredidos por gente da populaça e rapazes[38].

Sobre o de 1506 são dados nas fontes primárias mais detalhes. O motim inicia-se no Mosteiro de S. Domingos, onde ocorrem os primeiros desacatos e violências. Depois, os revoltosos vão invadir as habitações dos judeus, perseguem-nos, agridem-nos, matam-nos e queimam-nos no Rossio e junto à Ribeira.

O de 1605, à semelhança do anteriormente referido, inicia-se também num local religioso. As tensões vão ficar mais carregadas na Igreja Vila de Melo e no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e depois generalizam-se pela cidade.

Depois do Perdão Geral e de se soltarem os judeus, também é referido que estes foram alvo da ira popular ao saírem da prisão, logo o espaço aqui é também mais ou menos caracterizado.

[38] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. p. 59.

Na fonte é também dada a informação de que o motim ocorrido inicialmente em Coimbra se difundiu para Lisboa e para outros locais e que se arrastou por um período temporal extenso ao longo do ano em questão.

Mais uma vez, em 1630, o conflito começa num local religioso, nomeadamente, no Convento de Santo António da Figueira da Foz. A partir daqui o motim, vai se expandir para a cidade de Coimbra, nomeadamente para a Universidade.

Pode-se verificar, portanto, que os motins vão ocorrer em determinados sítios específicos de acordo com a sua motivação inicial: se os motivos são religiosos estes vão ocorrer ou iniciar-se em igrejas. Se os motivos são por outras causas, estes ocorrem em locais diversos, como se verifica em 1504. Neste caso as tensões são económicas e, como tal, o motim ocorre no centro do comércio da cidade de Lisboa.

Há, portanto, uma relação de causalidade na definição do espaço dos motins. Estes ocorrem também em locais públicos, na maior parte dos casos, só se verificando algumas exceções em 1506 e 1630 onde são invadidos espaços privados.

4.2. Os motins e as suas motivações, impulsionadores, agentes e desenvolvimentos

> Em 1503, a carestia extrema das subsistências deu azo à suspeita de que os hebreus a tinham promovido para auferirem lucros da miséria em geral. Em Maio do ano seguinte houve em Lisboa um motim em que os conversos, residentes na Rua Nova, que era o centro do comércio da cidade, foram desacatados e agredidos por gente da populaça e rapazes[39].

São poucas as informações encontradas acerca do tumulto de 1504, no entanto, esta pequena descrição conduz já à possibilidade de se tirarem algumas conclusões. Em primeiro lugar, este motim ocorreu devido a motivações socioeconómicas, como se pode observar. Como referido anteriormente, devido ao controlo que os cristãos-novos teriam no ramo económico, vão ser alvo de sucessivos ataques. Estes seriam alvos mais fáceis em qualquer circunstância e, neste período, a carestia extrema de alimentos leva a que sejam visados como os principais culpados.

Evidencia-se aqui que, apesar da conversão, a imagem dos cristãos-novos continuava a ser denegrida, e isto é um facto constante ao longo de todo o período que aqui se analisa.

[39] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. p. 59.

A dicotomia entre cristão-novo e cristão-velho começa desde logo a acentuar-se e só piora com o desenrolar do século XVI. Esta atribuição de culpas de tudo o que de errado acontecia vai levar a que muito dos motins ocorram.

Nesta descrição não são dados pormenores acerca dos impulsionadores e apenas há referência aos participantes, mas sem grande pormenor. Mas aqui, tal como nos motins que posteriormente se vão abordar, já se denota uma agressão física aos conversos. Os participantes vão interferir de forma violenta no motim. A violência verbal transforma-se rapidamente em violência física, o que, com o passar do tempo e nos vários motins, se vai tornar uma constante.

Em 1505 esta situação de violência é ainda mais clara, quando a população se levanta contra os judeus e destrói a antiga sinagoga.

Se neste motim já há alusões a agressividade, no de 1506, esta faceta atinge uma proporção imensa. A brutalidade e crueldade da população para com os conversos atinge um nível bastante elevado: este motim termina com um verdadeiro massacre, com milhares de mortos e casas saqueadas e destruídas.

A população estaria neste ano atormentada pela peste e pelas péssimas condições de vida. O povo encontrava-se desesperado. Foi neste contexto emotivo que se instauram as hostilidades.

Damião de Góis regista a sua motivação inicial: na igreja de S. Domingos, em Lisboa, a população diz ter visto um crucifixo iluminado, como se de um milagre se tratasse. Ora, um cristão-novo, rapidamente explica este fenómeno, argumentando que não seria um milagre, mas sim uma vela acesa atrás da imagem de Jesus, que provocaria o efeito visualizado.

Esta resposta leva a uma reação dos crentes: o cristão-novo é arrastado para a rua, onde acaba por falecer devido às agressões violentas de que foi alvo. Posteriormente queimam o seu corpo, no Rossio.

Como se pode observar, já no começo do motim, este ocorreu por questões claramente religiosas, mas também, ainda que indiretamente, por questões socioeconómicas. O desespero da população é óbvio. Esta procurava o refúgio, o "milagre" na Igreja e o facto de o cristão-novo "quebrar" esta fé, procurando uma explicação racional para um fenómeno que se queria de origem divina provoca uma reação violenta.

Juntam-se, portanto, várias reações: por um lado, uma claramente religiosa, mas por outro também a económica e a social, mostrando mais uma vez que a dicotomia entre crentes convictos e conversos era ainda evidente.

Damião de Góis, continua a descrição, mostrando quem impulsionou e divulgou esta agitação. Depois de morto o cristão-novo que gerou toda a confusão, dois frades dominicanos, estimulam a população a revoltar-se: "*sairão dous frades do mosteiro, com hum cruçifixo nas mãos brandando, heresia, heresia"*[40]. Ao mesmo se refere Samuel Usque, evidenciando logo de seguida quem ao motim se juntou:

> entre os quaes ouve dous frades domínicos que sahirõ pella cidade de Lixboa com crucifixos as costas amutinando o povo, e cramando viessem todos en sua companhia vingar a morte do seu deus, e com muytos preverssos ociosos e gente macanica que a elles se recolherom[41].

Portanto, os impulsionadores foram os frades dominicanos e devido à sua pregação, a população em geral vai-se juntando ao conflito. O autor da crónica de D. Manuel I, dá algum pormenor sobre quem no motim participou, sendo estes gente do povo, escravos, mas também marinheiros e estrangeiros, que se encontravam aportados em Lisboa. Inicialmente. Seriam cerca de 500 as pessoas que intervieram neste motim. Durante três dias a cidade esteve entregue aos amotinados, que pilharam casas, violavam as mulheres, matavam desde adultos a recém-nascidos. E por todo o lado, fogueiras eram acesas para queimar os corpos dos mortos ou de conversos que ainda respiravam.

Carsten L. Wilke[42], refere sobre este motim que os agentes da justiça foram neutralizados e que é lançada uma autêntica perseguição aos cristãos-novos. Matanças selvagens, pilhagens, roubos de casas e ouro e violações ocorrem durante os três dias pelos quais este motim se prolonga.

O poema de Garcia de Resende é bastante revelador neste sentido, descrevendo os horrores vividos:

[40] GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol. pp. 253-254.
[41] USQUE, Samuel – *Consolaçam ás tribulações de Israel*. Coimbra: França Amado- Editor, 1906. III diálogo p. 31.
[42] WILKE, Carsten L. – *História dos judeus portugueses*. Trad. de Jorge Fernandes Campos da Costa. Lisboa: Edições 70, 2009. 243 p. ISBN 978-972-44-1578-9.

huõs delles vivos queimaram,
mininos espedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos e vilezas
em todos quantos acharam[43].

Começando com cerca de meio milhar de pessoas, rapidamente o número cresce: aos frades e à restante população juntam-se mais de mil homens, e todos continuam estas crueldades durante mais dois dias. Só na terça-feira a situação acalma: nas ruas já não encontravam cristãos-novos, que, entretanto, teriam fugido ou estariam escondidos entre as pessoas que os ajudavam.

João Paulo Oliveira e Costa[44] destaca neste acontecimento a facilidade com que os conversos eram identificados nas ruas e nas suas casas, demonstrando que a sociedade permanecia com uma óbvia segregação.

De 1531, mais uma vez, pouco se sabe. Embora inserido neste estudo, não se pode considerar um motim propriamente dito, mas sim um claro sinal de antissemitismo e de tensão na sociedade, merecendo, de qualquer modo, ser analisado.

Esta situação relaciona-se com o terramoto ocorrido nesse ano: em 1531, há, no centro do país, uma série de tremores de terra com consequências desastrosas para a população, e posteriormente, nota-se que maior parte desta culpa os recém-conversos por este acontecimento.

Gil Vicente presencia todos estes acontecimentos, e envia uma carta ao rei a contar o sucedido, insistindo no facto de vários padres espalharem a ideia de que a ira de Deus teria provocado o sucedido.

O dramaturgo vai contestar estes padres, contra-argumentando, afirmando que o terramoto foi provocado por questões naturais, abandonando a descrição antissemita. Na parte final da carta deixa claro, que os conversos temeram que acontecesse o mesmo de 1506:

> […] porque, à primeira pregação, os cristãos-novos desapareceram e andavam morrendo de temor da gente, e eu fiz esta diligência e logo no sábado seguinte seguiram tôdolos prègadores esta minha tenção […][45].

[43] RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* [texto fac-similado]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973.p. 357.
[44] COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521 Um príncipe do renascimento*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.

A seguinte passagem demonstra que mais uma vez os cristãos-novos foram considerados culpados pela situação que se vivia e que teriam medo de uma possível revolta contra eles.

Esta carta não permite reconstruir na totalidade os eventos, uma vez que se prende mais com a vertente relacionada com o terramoto e não tanto com a situação dos conversos. No entanto, não deixa de ser de referência, especialmente pela parte final e pela interpretação que suscita.

Em primeiro lugar, fica claro que, mais uma vez, foram os padres que incentivaram as hostilidades, sendo que se torna quase um fator comum aos vários motins. Verifica-se, também, que os motivos são de igual modo religiosos, uma vez que a população difunde a ideia de que o tremor de terra só ocorreu por ser um castigo dos céus, pelos constantes pecados dos cristãos-novos. Mais uma vez, a culpa dos males é atribuída aos conversos. A segregação é, ainda, evidente, mesmo depois de vários anos após a conversão.

Muito do ocorrido aqui repete o que se testemunhou em motins anteriores, os mesmos motivos, os mesmos impulsionadores e os mesmos agentes, denotando-se quase uma constante nos motins analisados.

Ainda se pode relacionar este discurso com a tentativa da implantação plena da Inquisição em Portugal. Era necessário criar e justificar um mecanismo de controlo da população, e essencialmente, dos cristãos-novos. O argumento dado seria o de tentar reprimir os conflitos, que se mostravam constantes.

Muitos autores defendem que se não voltou a acontecer o que em 1506 ocorrera, foi por causa da intervenção de Gil Vicente, e do seu discurso.

Ainda neste ano, em 1531, mas não relacionado com o terramoto, J. Lúcio de Azevedo, refere que em Gouveia, também por motivações religiosas vão ocorrer tumultos: *"Em Gouveia, a destruição de uma imagem da Virgem deu origem a tumultos sérios, por se imputar o desacato aos cristãos-novos"*[46].

A aproximação cada vez maior do estatuto do cristão-novo ao do cristão-velho vai gerar, paulatinamente, mais polémica, uma vez que despoletaria uma maior

[45] Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a El-Rei Dom João, o terceiro do nome, estando sua alteza em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a vinte e seis de janeiro de 1531 pub. in VICENTE, Gil – *Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983 pp. 642-645 vol. 2 pp. 642-643.

[46] AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. p. 71.

competição socioecónomica. Isto faz com que se gerem agitações, como no caso de 1605.

Tendo sido assinado o Perdão Geral, a 16 de janeiro desse ano, libertando os cristãos-novos das heresias, que alegadamente, poderiam ter cometido, ao saírem da prisão, depois da publicação do Perdão, os cristãos-novos foram objeto da ira popular, que estava descontente com este acordo. É assim que António de Oliveira[47] começa a abordar o motim de 1605, o primeiro grande tumulto antijudaico do século XVII, e é por aqui que se pode continuar a análise deste motim.

Portanto, como referido, o que motivou este tumulto foram causas essencialmente económicas e políticas, mas não só. António de Oliveira mostra ainda que na Igreja Vila de Melo, o seu prior, Doutor António Feio d'Orta, falou contra o Perdão, e o mesmo aconteceu no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde um religioso pregou contra o mesmo. Deste modo, mais uma vez se denota uma importância acrescida dos religiosos para a difusão das hostilidades.

Ao saírem da cárcere depois do Perdão Geral, tanto em Coimbra como em Lisboa, os cristãos-novos e seus familiares vão ser alvo da ira popular, levando ao desencadear de vários motins. Posteriormente, verifica-se que esta hostilidade se estende a várias outras situações: os lentes cristãos-novos da Universidade de Coimbra são expulsos e os estudantes, do mesmo estatuto social, são perseguidos.

Segundo informações do conselheiro de Estado, baseadas em inquirições a 137 testemunhas em Coimbra e 104 em Lisboa, neste dia ocorreram roubos, ofensas e destruição de património pertencente aos cristãos-novos:

> En una quexa y denunciacion que una mujer de la nacion hizo delante my de afrentas e robos que se le hicieron (…), quemar portas y ventanas, (…) y entraron en casa de la quexosa"[48].

Numa carta realizada pelo monarca são ainda dados pormenores sobre os intervenientes, nomeadamente estudantes:

[47] OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social d a Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6.
[48] 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII***.** Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, A pp. 93-96.

> (…) studantes desta Universidade em todos os excessos que se cometerão nesta cidade no tempo que seu deu nella à execução obteve do perdão geral que Sua santidade concedeo à minha instancia a gente da nacão hebrea (…) e por andarem nas noites em que se cometerão os ditos excessos embuçados e disfarçados com espingardas, alarbadas, e outas armas (…) [49].

Assim sendo, verifica-se novamente mais fatores que se repetem: o perdão geral foi o responsável pelos conflitos, embora tenha contribuído para a sua difusão também a pregação dos padres, que geram maiores hostilidades. Primeiro, estas verificam-se junto ao cárcere e depois difunde-se pela cidade, chegando mesmo aos universitários, que disfarçados e com o apoio das armas, geram revoltas.

De novo numa igreja, tal como ocorreu em 1506, se verificam conflitos: na igreja da Maiorca, no segundo domingo da Quaresma, um frade dominicano pregou contra os cristãos-novos. Nesta mesma igreja estava um cristão-novo, Manuel Dinis, que depois da missa esperou pelo frade e agride-o.

Ora esta situação vai impulsionar o grande motim de 1630. Rapidamente a população procura defender o frade, prendendo o agressor.

A notícia desta situação vai chegar à cidade de Coimbra, provocando a exaltação da população cristã-velha. Para piorar a situação, corriam rumores de que imagens religiosas teriam sido profanadas por conversos revoltados. O relatório que a Universidade faz sobre o motim revela exatamente esta informação:

> O sacrilego, e horrendo caso de Santa Engracia, schandalisou como era resão, e por se entender que forão autores delle christãos novos (…) cresçeo nos estudantes o aborrecimento contra todos [50].

Esta situação de revolta generalizada leva a que na Universidade de Coimbra, os estudantes cristãos-velhos, preparem um motim.

---

[49] 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, C pp. 98-99.

[50] 1630, Março, 31; Relatório do conservador da Universidade sobre os acontecimentos ocorridos nas Escolas contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 405-408v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 5 pp. 343-345.

Paralelamente ao que aconteceu nos vários motins anteriores, em 1630 o motim iniciou-se por uma questão religiosa, provocado por uma pregação de um padre e depois é continuado pela população em geral, com maior destaque, neste caso, para os estudantes da Universidade da dita cidade.

Logo na segunda-feira seguinte ao ocorrido na igreja, a 4 de março, os cristãos-velhos da Universidade de Coimbra afixam um édito na porta das Escolas Maiores, que funcionaria como ultimato: ou os cristãos-novos saíam da Universidade em três dias ou iria haver desacatos:

> Vendo as insolençias e desaforos da infame, e pertinas gente hebrea. Ordenamos os fieis cristãos e amigos de Ihesus Crhristo, que todo o que for tocado deste torpe sangue deixas as escolas dentro de tres dias sob pena de publicamente ser nomeado por tal, e a pura punhada serem lançados dellas (…)[51].

Apesar das autoridades escolares rapidamente intervirem e retirarem o édito, o levantamento vai generalizar-se, começando na Universidade uma autêntica perseguição aos "judeus convertidos". Apesar de todas as intervenções das autoridades, os amotinados continuam a sua revolta, espalhando-se pelas ruas, divulgando panfletos inflamatórios, durando esta situação até sábado dessa semana, juntando-se aos estudantes também rapazes do povo, que amedrontam, não só os estudantes, mas os cristãos-novos em geral.

> A primeira noite andarão botando pregõens pella cidade que se comprisse o edicto com as penas delle, e foram ás portas de alguns particulares faserlhe a mesma notificação (…). O que fasia maior confusão era que en sendo noite quantos mossos andavão por fora bradavão en grandes voses viva a fee de Christo viva o zello e morrão os judeus (…). Durou isto ate o sabado nove do presente (…)[52].

Como demonstra esta passagem, depois da afixação do édito, os estudantes andaram a difundi-lo, apesar de este ter sido logo retirado da Universidade. O facto de o divulgarem, leva a que a população tenha acesso ao que na Universidade se fazia e contribui para que os conflitos se difundissem.

[51] Édito afixado na porta da Universidade contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 409, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972- 95017-2-6. Apêndice documental, doc. 6 p. 346.

[52] 1630, Março, 31; Relatório do conservador da Universidade sobre os acontecimentos ocorridos nas Escolas contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 405-408v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 5 p. 344.

Este trecho demonstra também que os discursos seriam bastante duros, pedindo a morte dos cristãos-novos. Se inicialmente os conflitos foram circunscritos à Universidade, depois alargam-se para as ruas das cidades, e os ataques já afetam todos os conversos e não apenas os estudantes.

Neste ponto, a análise já deixa clara como os motins se desenvolveram, criando um discurso quase repetitivo em certas questões, nomeadamente no que se relaciona com as motivações, impulsionadores e participantes. Apesar de os motins terem diferentes desenvolvimentos e diversas consequências, como se vai demonstrar abaixo, eles têm bastantes pontos comuns.

4.3. Consequências e penas

É importante deixar claro claras duas ideias antes de se partir para a análise deste tópico. Primeiramente, fez-se a distinção entre "consequências" e "penas" com um fim de separar os resultados obtidos em relação a estes dois aspetos, que não são sobreponíveis. Relativamente ao primeiro termo, pretendem-se conhecer as consequências ligadas aos motins, isto é, se houve mortes, feridos ou outras (como já anteriormente mencionado em alguns motins verificaram-se roubos, destruição de património, violações). Já nas penas, pretende-se expor os resultados relacionados com as medidas e sanções acionadas dadas pelo poder formal.

Em segundo lugar, é importante referir, desde já, que sobre as consequências e penas, os resultados vão ser mais expressivos de acordo com a grandeza do motim. Neste sentido, para os motins mais pequenos, como o de 1504, 1505, 1515 as informações não são dadas com grande expressão. Já para o motim de 1506, 1605 e 1630, os resultados obtidos, pela análise das fontes, já se revelam bastante mais expressivos.

Sobre 1504, sabe-se, apenas através de J. Lúcio de Azevedo, que as autoridades foram chamadas a intervir.

Sobre o motim de 1506 as informações já se mostram com uma maior relevância, tanto na documentação primária como ao longo da bibliografia, e os dados foram referidos de forma explícita.

A nível das consequências, os números variam: Damião de Góis refere cerca de 1900 mortos, enquanto Garcia de Resende e Samuel Usque falam em cerca de 4000. É de supor, no entanto que, estes números excedam a realidade.

As destruições, roubos e estupros, referidos anteriormente, marcam a realidade deste motim. Portanto, pode-se concluir sobre este, que teve bastante impacto na população pela violência extrema que causou.

Sobre a reação do monarca, relativa ao conflito, Garcia de Resende, expressa-se desta forma:

> Estando so ha cidade,
> por morrerem muyto nella,
> se fez esta crueldade;
> mas el Rey mando sobrella
> com muy grande brevidade,[53]
> muytos foram justiçados,
> quantos acharam culpados,
> homes baixos e bragantes:
> e dous frades observantes
> vimos por isso queimados.

Face à violência do motim, o rei vai intervir com uma repressão rápida e severa, tal como no poema se realça. Em primeiro lugar, para acalmar a situação, manda o prior do Crato e o barão Alvito impor a ordem. Depois, toma medidas que visaram a punição dos culpados. Foram condenados à morte cerca de 50 participantes nos motins. Os dois frades, que geraram os conflitos, foram condenados à morte pela fogueira, como o autor da crónica salienta. Outros, foram enforcados e ainda houve quem perdesse apenas os seus bens e ofícios. Para punir as autoridades negligentes, nomeadamente os vereadores, confiscaram-lhes um quinto dos seus bens.

D. Manuel vai ainda retirar o título de "nobre e sempre leal", à cidade de Lisboa (por um período limitado, no entanto), bem como privar a cidade de alguns privilégios. As pessoas que intervieram no motim foram também punidas:

> Determinamos (…) que todas, & quaisquer pessoas, assi dos moradores da dita çidade, quomo fora della que forem culpados em has ditas mortes, & roubos, assi hos q per sim mattaram, & roubarão, quomo hos q pera has ditas mortes, & roubos deram ajuda, ou conselho, alle das culpas corporaes, q por suas culpas merecem, perção todos seus bes, & fazendas (…)[54].

J. Lúcio de Azevedo refere que o rei vai punir expressivamente as mulheres que participaram neste motim e ainda encerrar o mosteiro de S. Domingos de Lisboa, onde o motim se teria iniciado. No ano seguinte, foi concedida a liberdade aos cristãos-novos

[53] RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* [texto fac-similado]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973. p. 357.
[54] GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol. p. 257.

para saírem do reino e prolonga-se a isenção dos inquéritos sobre a religião, dando alguma segurança aos conversos, que teriam, aqui, sido bastante importunados.

Graças às situações ocorridas em 1515, nomeadamente a divulgação de cartazes contra os judeus, o rei D. Manuel I começa a fazer esforços para o estabelecimento da Inquisição, devido aos antagonismos que ainda se faziam sentir entre cristãos-novos e cristãos-velhos. No entanto, não são dados mais pormenores nas fontes nem na bibliografia acerca de outras consequências deste tumulto.

Este tópico, sobre as consequências, vai ser desenvolvido com bastante pormenor no que toca ao motim de 1605 e 1630, devido à minúcia de António de Oliveira, que anexa e analisa a informação sobre estes campos, com bastante pormenor. Do primeiro grande motim antijudaico do século XVII, aqui analisado, sabe-se que apesar das tensões não ocorreram mortes. Sobre as penas, em Coimbra, como o motim neste local teve mais expressão, sabe-se que estas foram bastante mais duras: pena de morte e degredo para variados locais, como a tabela seguinte demonstra.

Tabela 1. Lista de sentenciados, categoria social e respetivas condenações

Nome do preso	Dados sociais	Cadeia onde foi preso	Anos	Pena	Outras penas	Condenações e absolvições
António Loppes	Armador	Cadeia da corte	5	Degredo para o Brasil	Baraço e pregão pela cidade	Condenado
Domingos da Silva	Homem Baço	Cadeia da corte	2	Fora da cidade e termo	Pregão em audiência	Condenado
Isabel Dias		Cadeia da corte	1	Fora da cidade e termo	Pregão em audiência	Condenado
Estevão Dias		Cadeia da corte	10	Degredo para o Brasil	Baraço e pregão pela cidade	Condenado
Jacome Carvalho	Porteiro do conselho do Santo Ofício	Cadeia da corte		Não foi condenado		Absolvido
Antonio Silvestre	Familiar do Santo Ofício	Cadeia da corte		Não foi condenado		Absolvido
Domingos Pereira	Porteiro da cidade	Cadeia da corte		Não foi condenado		Absolvido
João da Costa	Mulato Cativo	Cadeia da corte		Não foi condenado		Absolvido

Andre Rodrigues	Sapateiro	Cadeia da corte		Não foi condenado		Absolvido
Estevão Franco	Mulato forro	Cadeia da Cidade de Coimbra		Enforcado		Condenado
João	Flamengo	Cadeia da Cidade de Coimbra	8	Galés	Açoitado	Condenado
Sbastião Aranha		Cadeia da Cidade de Coimbra	5	Degredo para Angola	Açoitado	Condenado
Antonio[55]	Índio cativo	Cadeia da Cidade de Coimbra	2	Degredo para Castro Marim	Baraço e pregão pela cidade	Condenado

Fonte: 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos — BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de — Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, B pp. 96-98

Tabela 2. Lista de ausentes e respetivas penas decretadas

Nome do Ausente	Dados sociais	Local da condenação	Anos	Pena	Outras penas
Simão Paulo		Lisboa	3	Galés	Baraço e pregão pela cidade
Antonio Faria		Lisboa	2	Degredo para Castro Marim	Pregão em audiência
Duarte Serrão		Lisboa	10	Degredo para o Brasil	Baraço e pregão pela cidade
Pedro	Índio Cativo	Coimbra		Condenado à forca	
Manoel Velho	Negro Cativo	Coimbra		Condenado à forca	
João Rodrigues	Chapineiro	Coimbra	7	Degredo para Angola	Açoitado
Mulher João Rodrigues		Coimbra	5	Degredo para o Brasil	Baraço e Pregão pela cidade
Migel de Gouvea		Coimbra	5	Galés	Açoitado
Paiva		Coimbra	2	Degredo para Angola	Açoitado
João de Mattos		Coimbra	3	Degredo para Castro Marim	Açoitado
João Dias		Coimbra	3	Degredo para Castro Marim	Açoitado

[55] António, o índio cativo morreu antes de se executar a pena.

Teixeira		Coimbra	3	Degredo para Castro Marim	Açoitado
Sebastião de Souto		Coimbra	2	Degredo para África	Pregão em audiência
Thomas Ferreira		Coimbra	1	Fora da vila e termo	Pregão em audiência
Isabel Barbosa		Coimbra	3	Degredo para Castro Marim	Baraço e Pregão pela cidade
Pelonia Francisca		Coimbra	3	Degredo para Castro Marim	Baraço e Pregão pela cidade

Fonte: 1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos — BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de — Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, B pp. 96-98

Como a tabela demonstra, no total foram identificados 29 condenados, sendo que três destes tiveram a pena máxima, ou seja, a condenação à morte. Verifica-se também que, as condenações mais graves ocorreram em Coimbra, muito devido ao facto de aí o motim ter atingido maiores proporções. É neste local que também há mais casos de condenações: dos 29 casos dados, 17 são de Coimbra.

Pode-se ainda extrair que cinco dos doze casos julgados, em Lisboa, terminaram em absolvição (estes teriam altos cargos, nomeadamente no Santo Ofício), sendo que em Coimbra todos os acusados foram condenados.

As penas mais comuns foram o desterro para Castro Marim (contados sete casos), seguido do degredo para o Brasil (4), Angola (3), Galés (3), ou a obrigação de sair da cidade/vila (três casos). As condenações que indicam as Galés como pena só aparecem também três vezes. Para além destas penas, como as tabelas demonstram, há outros castigos que se acumulam com as penas principais, como pregão e baraço pela cidade/local de sentença ou açoites. O número de ausentes (aqueles que conseguem fugir depois de decretada a pena) são ainda elevados, dos três condenados à morte, só um é que cumpre, efetivamente, o seu destino.

Relativamente aos intervenientes sentenciados e condenados nota-se uma maior participação de homens, sendo que só foram condenadas quatro mulheres. Destacam-se os escravos (desde índios a mulatos ou negros cativos), que ainda têm uma representação relativamente expressiva.

Sobre as consequências de 1630, António de Oliveira refere que perante a amotinação geral, as autoridades académicas foram obrigadas a intervir. Logo no primeiro dia em que o édito foi colocado, o reitor reúne-se com os revoltosos, obrigando

os estudantes a acalmar-se, sob pena de perderem "os seus cursos". O conservador da Universidade procura desfazer os ajuntamentos de revoltados. Apesar dos conflitos se terem estendido por mais tempo, não houve consequências graves: O motim ficou-se pelos insultos e panfletos difamatórios dos cristãos-novos (onde se defendia por vezes a aniquilação dos judeus). Apesar desta onda de ódio, não houve mortos.

Apesar das confusões destes dias, o corregedor do Crime da Corte aconselhou o rei a não reagir contra os cristãos-velhos, uma vez que estes ainda estavam muito agitados pelos sacrilégios, que, alegadamente, teriam sido cometidos pelos conversos. Uma possível punição poderia levar ao enfurecimento maior da população, pelo que o monarca optou por não punir os culpados.

Conclusão

Tal como proposto inicialmente, este trabalho centrou-se no estudo dos motins antijudaicos, em Portugal, no século XVI e XVII, procurando a reconstrução destes através da resposta a várias questões de partida, nomeadamente a perceção da dimensão temporal e espacial dos vários motins, o seu desenvolvimento, através da explanação das motivações, impulsionadores, participantes e o que neste ocorreu, e por fim as suas consequências.

Dados estes objetivos, foi fundamental, numa primeira fase, perceber o contexto em que estas manifestações sociais se inseriam. No que toca a este ponto, verificou-se que a ação do monarca D. Manuel, ao expulsar os considerados hereges (aqui com destaque para os judeus), e de seguida decretar a conversão a todos aqueles que pretendessem ficar em Portugal, vai marcar profundamente os finais do século XV e todo o período posterior. Se a relação da população em geral com os judeus já era bastante agitada no passado, com a conversão, e depois com a igualdade do estatuto entre cristãos-novos e velhos, vai suscitar o recrudescer de ódios. Mais do que a religião em si, a concorrência económica que esta conversão significava, vai significar instabilidade.

Relativamente à dimensão temporal, fica claro que o século XVI é marcado por mais agitações. Contabilizam-se neste estudo cinco motins, sendo que o de 1506 foi o que mais se destacou neste período, devido à sua violência feroz, ao grande número de envolvidos, pelas consequências que causou, e pela necessidade de uma intervenção

forte do rei. Todos estes tumultos evidenciam que o antagonismo entre cristãos-novos e velhos era evidente, e que foram muitos os que se encarregaram de transferir o ódio contra os judeus para os cristãos-novos.

No século XVII, ocorrem dois grandes tumultos em Coimbra. A principal diferença em relação aos do século anterior são os intervenientes, sendo que nestes se destacam os estudantes universitários.

A maior parte dos motins, como ficou provado, realizaram-se em espaços públicos, sendo que só com exceções é que se verifica a invasão a locais privados (como no caso de 1506 e 1605, quando os revoltosos invadem as casas das vítimas). Lisboa foi o local onde se verifica maior número de conflitos, seguido de Coimbra, e só depois outros locais, como Santarém ou Évora.

No que se refere aos impulsionadores e participantes, também fica claro que na maior parte dos motins, os membros eclesiásticos assumem um papel destacado, sendo que nos vários documentos analisados aparecem como incentivadores das revoltas, pregando contra os cristãos-novos, incentivando as amotinações. Outros intervenientes nos motins são referidos em vária documentação enquanto "gente da populaça", "rapazes", cristãos-velhos (e ainda há exemplos, como o de 1506, que mostram uma panóplia maior de participantes, com referências a escravos e estrangeiros). Nos motins ocorridos em Coimbra, para além de crentes no catolicismo, os estudantes assumem um papel primordial, agitando a população, difamando judeus, pedindo o extermínio da raça judaica, e promovendo a segregação e expulsão dentro da Universidade.

Os motins geralmente iniciavam-se com um problema num local restrito, normalmente numa igreja, e depois generalizava-se pela cidade. Tal acontece em 1506 e 1630, por exemplo.

Como referido acima, não foram só questões religiosas que influenciam os amotinados, mas também questões económicas, como em 1504, com a culpa da carestia a ser atribuída aos judeus, que alegadamente, se aproveitaram da crise para enriquecerem, subirem preços e ficando com os bens para si. Por outro lado, decisões políticas, como o Perdão Geral, de 1605, incentivam hostilidades.

Todos os motins têm desenvolvimentos diferentes, sendo que o mais grave terminou com milhares de mortos (1506). Em todos os outros, as ofensas, alguns corporais, e a difamação são as práticas mais comuns. Relativamente às consequências, os vários monarcas, desde D. Manuel, aos "Filipes", são obrigados a intervir. As penas mais comuns para os desacatos são a pena de morte (verificada em 1506 e 1605),

degredo para vários locais (1605), retirada de privilégios (1506), açoites (nos diversos motins abordados), entre outras.

Como nota final, importa salientar que a análise destes motins só foi possível graças às várias monografias e autores consultados, que já apresentam um estudo mais ou menos intenso sobre algumas das questões abordadas. Carecem ainda de informação, no entanto, os mais pequenos motins, pelo que o seu desenvolvimento não foi possível ser realizado da forma mais pormenorizada.

Apesar disso, de forma geral, estimamos que os objetivos tenham sido cumpridos: ficou claro que as hostilidades contra os judeus vão ser comuns, quer no tempo anterior à conversão, como no tempo subsequente a esses.

Fontes e Bibliografia:

Fontes primárias:

GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949-1955 [conforme edição de 1566]. 1 vol.

RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea* [texto fac-similado]. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1973.

USQUE, Samuel – *Consolaçam ás tribulações de Israel*. Coimbra: França Amado- Editor, 1906. Acessível na Biblioteca Municipal do Porto.

VICENTE, Gil – *Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente*; introdução e normalização do texto Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983 pp. 642-645 vol. 2.

1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, A pp. 93-96.

1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub.

in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, B pp. 96-98.

1605, maio-dezembro, Relatório do Conselheiro de Estado encarregado de averiguar de novo e julgar os implicados nos tumultos contra os cristãos-novos ocorridos em Coimbra e Lisboa, acompanhado de outros documentos – BNL, colecção pombalina, códice 653, fls. 467-479 pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2, C pp. 98-99.

1630, Março,14; Carta do Governo para o reitor da Universidade sobre a manutenção da ordem alterada pelo motim dos estudantes, AUC, Provisões da Universidade, tomo II, nº336, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 1 p. 341.

1630, Março, 19; Carta do Desembargo do Paço para o reitor da Universidade solicitando informações sobre os cristãos-novos, AUC, Provisões, tomo II, nº 329, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 2 p. 341.

1630, Março, 29; Informação sobre o motim dos estudantes enviado pelo desembargador Francisco Leitão, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 410, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 3 p. 342.

1630, Março, 25; Informação do Corregedor de Coimbra sobre o motim contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 404, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 4 pp. 342-343.

1630, Março, 31; Relatório do conservador da Universidade sobre os acontecimentos ocorridos nas Escolas contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 405-408v.,

pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 5 pp. 343-345.

Édito afixado na porta da Universidade contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 409, pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 6 p. 346.

1630, Abril, 6; Informações prestadas pelo Desembargo do Paço ao Monarca sobre os acontecimentos de Maiorca e Coimbra contra os cristãos-novos, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 403-403v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 7 pp. 346-347.

1630, Abril, 10; Consulta do Desembargo do Paço sobre as inquietações de Coimbra, AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 402-402v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 8 p. 347.

1630, Abril, 11; Consulta do Desembargo do Paço sobre o espancamento do Frade que pregou em Maiorca – AGS, SP, Portugal, livro I 475, fl. 412-412v., pub. in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc.9 p. 348.

1630, Abril, 11; Consulta do Desembargo do Paço ao monarca sobre o sucedido em Coimbra contra os cristãos-novos – AGS, SP, Portugal, livro I 4175, fl. 401-401v., pub in OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6. Apêndice documental, doc. 10 pp. 349 -350.

Obras e artigos:

ALVAREZ, Fernando Bouza – *Portugal no tempo dos Filipes- Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 373p. ISBN 972-762-195-3.

AZEVEDO, J. Lúcio de – *História dos Cristãos Novos Portugueses*. 3ªed. Porto: Clássica Editora, 1989. 517p.

BUESCU, Ana Isabel – *D. João III (1502-1557)*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. 344p. ISBN 972-42-3536-X.

CALAÇA, Carlos Eduardo – *Antissemitismo na Universidade de Coimbra (Cristãos-Novos letrados do Rio de Janeiro 1600-1730)*. Brasil: Associação Editorial Humanitas, 2005. 352p. ISBN 85-98292-80-X.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do renascimento*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. 333p. ISBN 972-42-3440-1.

ERIKSEN, Trond Berg; HAKON, Harket; EINHART, Lorenz – *História do Anti-semitismo: Da antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2010. 692 p. ISBN 978-972-44-1590-1. Tradução de: João António Correia de Sousa Araújo.

FRADE, Florbela C. Veiga – A Emigração dos Cristãos-Novos Portugueses. Fugas ou saídas?. *Cadernos de Estudos Sefarditas*. n.° 2 (2002) pp. 111-134.

FRANCO, Eduardo; TAVARES, Célia – *Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição: uma relação controversa em Portugal (séculos XVI e XVII)*. Navegações: Ensaios. v. 9, n. 1, 2008 p. 48-58.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – A sociedade: Os cristãos-novos: da integração à segregação. In MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.) – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. 3 vol. pp.404-406.

MATEUS, Osório – *Tormenta*. Lisboa: Quimera, 1988.

MEA, Elvira Azevedo – *A inquisição Portuguesa, agente de emigração para Espanha*. Sep. Inquisición y conversos. Conferencias pronunciadas en el III curso de cultura hispano-judía y sefardi de la universidade de Castilla- la Mancha, 1993.

MEA, Elvira Azevedo – *A resistência Sefardita ao Santo Ofício no Período Filipino*. Sep. Ciclo de Conferências 2001: Cadernos de Estudos Sefarditas nº2, 2002.

MEA, Elvira Azevedo – Inquisição e Minoria Judaica- séculos XVI-XVII**.** In. BARROS, Maria Filomena Lopes de; MONTALVO, José Hinojosa – *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica*. Évora: Publicações do Cidehus, 2016.381-395.

MEA, Elvira Azevedo – *Judeus e Cristãos Novos em Portugal*. Sep. de Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade. Actas do curso de Inverno 2002. Coimbra, 2003.

MUCZNICK, Lúcia Liba [et al.] – *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009 ISBN 978-972-23-4092-2 pp. 406-407.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho – 1531: Gil Vicente, judeus e a instauração da inquisição em Portugal. *Contextos. Revista do Departamento de Línguas e Letras Programa de Pós-Graduação em Letras, da UFES*. ISSN:1519-0544 (2000) 95-108.

OLIVAL, Fernanda – *Filipe II- de cognome "O pio"*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. 320p. ISBN 972-42-3658-7.

OLIVEIRA, António de – *Filipe III*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. 361p. ISBN 972-42-3439-8.

OLIVEIRA, António de – *Movimentos sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e social d a Faculdade de Letras de Coimbra, 2002. 758p. ISBN. 972-95017-2-6.

OLIVEIRA, António de – *Poder e Oposição Politica em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difusão Editorial, 1991. 297p. ISBN 972-29-0255-5.

PAULO, Amílcar – *Os cristãos-novos no Porto; O édito de expulsão de D. Manuel; A matança dos cristãos-novos; a esnóga de Matosinhos*. Matosinhos, 1929. Sep. Bibl. Pública Municipal Matosinhos, 8.

SARAIVA, António José – *Inquisição e Cristãos-Novos*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. 308p. ISBN 972-33-1003-1.

WILKE, Carsten L. – *História dos judeus portugueses*. Trad. de Jorge Fernandes Campos da Costa. Lisboa: Edições 70, 2009. 243 p ISBN 978-972-44-1578-9.

SOYER, François – *A perseguição aos judeus e Muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-1497)*. Lisboa: Edições 70, 2013. 371p. Tradução de Araújo, Jaime. ISBN 978-972-44-1709-7.

TENGARRINHA, José – *A história da Imprensa periódica Portuguesa*. 2ª ed. Editorial Caminho: Lisboa, 1989. ISBN 972-21-0396-2.

RODRIGUES, António Simões (coord.) – *História de Portugal em Datas*. Círculo de Leitores, 1994. ISBN. 972-42-1004-9.

DUARTE, Cláudia Sofia Nunes – Judeus portugueses em Amesterdão no século XVII: fluxos de emigração e níveis de integração. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 265-304.

Judeus portugueses em Amesterdão no século XVII: fluxos de emigração e níveis de integração.

Cláudia Sofia Nunes Duarte

up201506022@letras.up.pt

Resumo

A inquisição portuguesa está profundamente estudada no que diz respeito às denúncias, aos acusados e às suas sentenças. No entanto, no que toca à fuga dos judeus para outros países são poucos os trabalhos conhecidos e aqueles que existem encontram-se desatualizados face à descoberta de novas fontes. Este estudo sustenta-se na análise de uma fonte primária, a partir da qual se procuram conhecer os fluxos de fuga dos judeus portugueses e os seus processos de integração em Amesterdão no século XVII. Como metodologia de pesquisa socorremo-nos de um quadro teórico-metodológico suportado pela análise qualitativa da fonte e pelos contributos de autores que se têm debruçado sobre a temática.

Palavras-chave: Fuga; diáspora; inquisição; cristãos-novos; Amesterdão;

Abstract

The Portuguese Inquisition is deeply studied about the denunciations, the accused their sentences. However, as far as the escape of the Jews to other countries are few the known works and those that exist are outdated in the indicted of the discovery of new sources. This study is based on the analysis of a primary source, from which one tries to know the flows of escape of the Portuguese Jews and their processes of integration in Amsterdam in 17th century. As a research methodology, we rely on a theoretical-methodological framework supported by the qualitative analysis of the source and by the contributions of authors who have been working on the theme.

Keywords: Flight; diaspora; inquisition; new Christians; Amsterdam;

Introdução

Em finais da Idade Média, o povo sefardita havia adquirido um prestígio e poder dificilmente igualado por qualquer outra comunidade congénere da Europa. Em Portugal, os judeus desempenharam papel preponderante no desenvolvimento económico e cultural do país. Apesar do seu prestígio, motivações políticas e religiosas levaram D. Manuel à sua expulsão. Com o batismo forçado e, mais tarde, com o

estabelecimento da inquisição, os judeus viram-se obrigados a fugir para espaços de maior liberdade religiosa.

O tema do antissemitismo tem merecido o interesse de alguns investigadores no campo da historiografia[1]. Os trabalhos existentes, porém, não esgotam o estudo da temática, pelo que esta continua objeto de investigação atualizado. O facto de a inquisição não estar totalmente estudada pela historiografia portuguesa, levou-nos a debruçar sobre o tema esperando contribuir para o seu conhecimento mais completo. Consideramos também que o tema, apesar de se reportar a um período anterior, reveste-se de interesse social, cultural e político para a atualidade, na medida em que trata de perseguições por motivos religiosos e de processos de mobilidade forçada e potenciais níveis de integração de povos de outras culturas, como é o caso dos refugiados dos nossos dias. Este é, portanto, um tema da atualidade, muitas vezes noticiado, e que deve merecer a nossa atenção.

Falamos de fluxos de fuga e não de emigração, pois, no período histórico em análise os judeus não saíam por sua vontade. O movimento de saída de judeus de Portugal para outros países foi originado por perseguições de caráter político e religioso. Como refere Florbela Frade, "a emigração de cristãos-novos pode ser classificada mais exatamente como fugas do que emigração pois raras são as ocasiões onde se pode sair livremente"[2]. Os fluxos eram involuntários, os judeus saiam de Portugal obrigados ou forçados ou, como caracteriza Houaiss, "sem vontade própria"[3].

A leitura de várias obras[4] sensibilizou-nos para o estudo do tema "os judeus portugueses em Amesterdão no século XVII", com o subtema "fluxos e níveis de integração". Os fluxos de fuga dos judeus portugueses e os seus processos de integração em Amesterdão constituem o foco central de estudo. Temos como objetivos traçar a

[1] MEA, E. Azevedo, *in* BARROS, M. Filomena; MONTALVO, José (dir.). - *Minorias Étnico religiosas na Península Ibéria: Período Medieval e Moderno*, 2008; MEA, E. Azevedo - *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*, 1997; MEA, E. Azevedo - *O Santo Ofício Português: Agente de Emigração para Espanha*, 1993; FRADE, F. Veiga, *in* MOURA, Angel; COLIN, Michèle; MEA, E. Azevedo (coords.). *Caderno de Estudos Sefarditas***,** 2002; AZEVEDO, J. Lúcio de - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 1989; WILKE, Carsten - *História dos Judeus Portugueses*, 2009.

[2] FRADE, F. Veiga, idem, p.132.

[3] HOUAISS, António - *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, p.2253.

[4] MEA, E. Azevedo, *in* BARROS, M. Filomena; MONTALVO, José (dir.). - *Minorias Étnico religiosas na Península Ibéria: Período Medieval e Moderno*, 2008; MEA, E. Azevedo - *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*, 1997; MEA, E. Azevedo - *O Santo Ofício Português: Agente de Emigração para Espanha*, 1993; AZEVEDO, J. Lúcio de - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 1989; MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro - *História da Inquisição Portuguesa: (1536 – 1821)*, 2013; REMÉDIOS, Mendes dos - *Os Judeus Portugueses em Amesterdão*, 1990; ROTH, Cecil - *História dos Marranos*, 2001.

dimensão da comunidade portuguesa judaica em Amesterdão; conhecer o perfil socioeconómico e cultural dos judeus portugueses que para aí se dirigiam; entender o contributo da comunidade judaica para o progresso da cidade e descrever o processo de adaptação dos Judeus Portugueses à cidade, nos domínios económico, religioso, cultural e social. O estudo estrutura-se em torno das seguintes questões de investigação: i) De que cidades portuguesas partem os Judeus para Amesterdão? ii) Que profissões e cargos desempenhavam? iii) Como se conseguiram integrar?.

É nossa finalidade elaborar uma narrativa histórica sobre a chegada dos judeus portugueses a Amesterdão e a constituição da sua comunidade, apoiada numa fonte primária assumida como nuclear, complementando os dados da sua análise com os contributos de autores que se debruçaram sobre o tema.

O recorte temporal escolhido para a investigação é o século XVII. Foi neste período que se intensificaram os movimentos migratórios de judeus portugueses com destino a Amesterdão e aquele em que, segundo a literatura historiográfica, os níveis de perseguição da inquisição portuguesa atingem o seu auge. Na época, Amesterdão era considerada um importante local de atração dos Judeus Portugueses por ser uma cidade que possibilitava liberdade de culto, o que acabou por ser um fator de atração para os judeus portugueses, que viam na Holanda um local favorável para o desenvolvimento das suas atividades.

O Trabalho estrutura-se em dois pontos. O primeiro, "Os judeus portugueses que fugiram para Amesterdão", traça o panorama político, cultural, social e religioso de Portugal e Amesterdão, no sentido de ajudar à compreensão dos motivos de fuga dos judeus de Portugal para essa cidade e porque foi este local o escolhido para se refugiarem das perseguições que lhes foram feitas. O segundo ponto, "A comunidade Judaico-Portuguesa de Amesterdão", descreve a chegada dos judeus mais importantes a Amesterdão e o desenvolvimento da sua comunidade.

Quadro teórico-metodológico

A inquisição é um tema que sempre despertou interesse e vários estudos após a sua extinção. Desta forma, o estudo desta área temática provoca algum fascínio, daí a existência de inúmeras obras de carácter geral e específico. Ao longo dos séculos XX e XXI foram imensos os escritos sobre a inquisição portuguesa.

Num âmbito mais geral, e para a contextualização da fuga dos judeus de Portugal para Amesterdão, encontram-se as obras de Monteiro, de Marcocci e José Paiva, de Carsten Wilke, Lúcia Mucznik, José Alberto da Silva Tavim e Esther Mucznik, Isabel Drumond Braga, de Cecil Roth, e os mais clássicos de Lúcio de Azevedo e de Elvira Mea[5]. Esta autora foi para nós uma historiadora de referência, exercendo um papel preponderante nos estudos sobre a Inquisição em Portugal. Em relação à chegada dos judeus portugueses a Amesterdão, utilizamos obras de autores como Wilke, Roth e Mucznik, Tavim e Esther Mucznik[6]. No artigo *A Emigração dos Cristãos-Novos Portugueses: Fugas ou saídas?,* Frade[7] estuda as redes de auxílio criadas para ajudar na fuga, sendo um importante estudo também sobre a legislação dos vários monarcas portugueses para impedir a saída dos judeus de Portugal.

Para desenvolver o estudo da comunidade judaica portuguesa em Amesterdão revelam-se importantes os contributos da obra *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, coordenado por Maria Helena Carvalho dos Santos e José Sommer Ribeiro, o estudo *Os Judeus Portugueses em Amesterdão* de Mendes dos Remédios, o artigo *Inquisição e Judeus Novos no Contexto das Guerras Holandesas* de Vainfais, o livro *Os primeiros portugueses de Amesterdão. Documentos da Torre do Tombo: 1595-1606* de Salomon, o artigo *A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal. Um centenário esquecido* de Maria Cruz e o livro *Gabinete de Investigação: uma "caça aos judeus" sem precedentes. Brasil-Holanda, Séculos XVII-XVIII* de Anita Novinsky[8].

[5] MONTEIRO, N. Gonçalo - *Idade Moderna (Século XV-XVIII)*, 2015; MARCOCCI, Guisepe; PAIVA, J. Pedro - *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, 2013; WILKE, Carsten - História dos Judeus Portugueses, 2009; MUCZNIK, Lúcia [et al.] - *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009; BRAGA, I. Drumond - *Os estrangeiros e a Inquisição Portuguesa*, 2002; ROTH, Cecil - *História dos Marranos*, 2001; AZEVEDO, J. Lúcio - *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 1989; [5] MEA, E. Azevedo, *in* BARROS, M. Filomena; MONTALVO, José (dir.). - *Minorias Étnico religiosas na Península Ibéria: Período Medieval e Moderno*, 2008; MEA, E. Azevedo — *Inquisição portuguesa: apontamentos para o seu estudo*, 2000; MEA, E. Azevedo - *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*, 1997 MEA, E. Azevedo - *O Santo Ofício Português: Agente de Emigração para Espanha*, 1993.

[6] WILKE, Carsten - *História dos Judeus Portugueses*, 2009; ROTH, Cecil - *História dos Marranos*, 2001; MUCZNIK, Lúcia [et al.] - *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009; MUCZNIK, Lúcia [et al.] - *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009.

[7] FRADE, F. Veiga, op. cit.

[8] DINES, Alberto [et al.] - *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, 1994; REMÉDIOS, Mendes dos - *Os Judeus Portugueses em Amesterdão, 1990*; VAINFAS, Ronaldo - *Inquisição e Judeus Novos no Contexto das Guerras Holandesas*, 2006; SALOMON, Herman Prins - *Os Primeiros Portugueses de Amesterdão. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 1983; NOVINSKY, A. Waingort - *Gabinete de Investigação: uma "caça aos judeus" sem precedentes. Brasil-Holanda, Séculos XVII-XVIII*, 2007.

Através da leitura da bibliografia mencionada foi possível então passar para a procura de uma fonte primária crucial para a investigação em curso. Após a leitura da obra de Manuel Cadafaz de Matos e de Hermans Prins Salomon[9] encontrou-se a crónica (única fonte primária em estudo na investigação): *As Memórias do Estabelecimento e Progresso dos Judeus Portuguezes e Espanhoes nesta famosa cidade de Amsterdam*[10].

O seu autor, David Franco Mendes, descende de uma família judaica do Porto, residente em Amesterdão, recebeu uma excelente formação, sabendo 6 línguas, para além do hebraico. Foi o principal poeta hebreu do seu tempo e escreveu várias biografias de Judeus famosos[11]. Entre os seus trabalhos escreveu a fonte em uso que aqui tratamos, a qual retrata o estabelecimento dos Judeus em Amesterdão e a formação da sua comunidade.

A fonte em uso retrata os acontecimentos históricos numa sucessão cronológica, impressa e publicada no livro acima mencionado. É uma fonte acessível, pois a obra onde está publicada pode ser requisitada na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, podendo também ser consultada, em formato original, na biblioteca Est Haim ou na Studia Rosenthaliana. Esta fonte está editada com introdução e notas por Fuks e Funks-Mansfeld e tem o comentário, análise e glossários feitos por Teensma.

A crónica consiste numa narrativa sobre o estabelecimento dos judeus, a fundação das suas sinagogas, as suas academias e escolas, as suas casas e pretende destacar o perfil de nobreza de alguns indivíduos. Narra a história de muitos judeus portugueses em Amesterdão. O autor apoia-se em documentos históricos e trabalhos realizados por autores da sua época, como Miguel de Barios[12] e o livro Genealógico do seu visavô Jacob Belmonte[13].

Esta fonte é uma crónica escrita por um judeu e por isso deve ser entendida como um documento que retrata o que se passou atendendo ao ponto de vista do autor, podendo conter exageros, factos que não aconteceram ou ocultar informações. Apesar

[9] MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H. P. (dir.) - *Os Judeus Portugueses em Amesterdão*, 1990.
[10] MENDES, D. Franco — Memórias do Estabelecimento e Progresso dos Judeus Portuguezes e Espanhoes nesta famosa cidade de Amesterdam. Crónica portuguesa da História dos judeus sefarditas em Amesterdão até 1772. Edição com introdução e notas por Fuks e Fuks-Mansfeld, e com o comentário, análise e glossários por Teensma. Edição fac-similada da edição de 1975. In MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H. P. — Os Judeus Portugueses em Amesterdão. *Monvmenta Ivdaica Portvcalensia*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990, pp.1-151.
[11] GALE, Thomson - *David Franco Mendes. Enciclopédia Judaica*.
[12] MENDES, D. Franco - *Memórias do Estabelecimento e Progresso dos Judeus Portuguezes e Espanhoes nesta famosa cidade de Amesterdam*, 1990, p.1, ln 12.
[13] Idem, p.32, ln 12.

de o texto se apoiar em diversos documentos e informação de outros autores, permanece aberto a uma rigorosa critica de fonte, nomeadamente no que se refere à citação dos factos. O cruzamento de informação cronológica que consta na crónica com a obra de Salomon[14] indica contradições na datação de alguns factos. Também é constatado o uso de duas eras (hebraica e cristã) para situar os acontecimentos no tempo e por vezes não fica claro a correspondência de anos entre as duas.

Tendo presente a natureza da obra e os recursos documentais para a sua elaboração esta tem aspetos positivos e negativos a levar em conta na sua utilização. O facto de ser de fácil leitura, atendendo ao período em que foi escrita e à língua utilizada, o português, permite a recolha de informação de forma direta. Considera-se ainda que o conteúdo da obra abrange um alargado período que ajuda à contextualização dos acontecimentos e à sua interpretação na longa duração. É uma obra que retrata, com um elevado número de registos, que não podemos assegurar que sejam exaustivos, a chegada e a vida dos judeus em Amesterdão, respondendo, na sua maior parte, aos objetivos traçados pela investigação em curso. No entanto, o autor centra os seus relatos em personalidades importantes no interior da comunidade judaica, o que limita a análise para uma dimensão mais extensiva que abarque outros grupos socioculturais. Assinale-se, também, as notas e comentários ao longo do texto que aparecem de forma incompleta, sugerindo omissão de informação da fonte e a existência de números em cima de muitas palavras, algumas delas importantes, mas em rodapé o autor não apresenta a informação.

Na apresentação das obras compiladas na Coleção *Monvmenta Ivdaica Portvcalensia*[15], os seus diretores agradecem a Fucks-Teensma, por terem publicado pela primeira vez em 1975 a obra de David Franco Mendes, que até então ainda estava em manuscrito. Este agradecimento é encontrado na capa da coleção e leva a pensar que, à data, a obra não era conhecida do público. Sobre o impacto da obra na sociedade da época deduz-se que David Franco Mendes não a deu a conhecer, ou se deu, não são conhecidas notícias sobre o seu impacto, sendo a sua primeira publicação e edição, como referido acima, de 1975.

A elaboração da investigação em curso atingiu o seu auge com o tratamento da informação da fonte primária através de uma base de dados produzida em *excel*. Atendendo aos objetivos traçados, a base de dados está dividida em duas diferentes

[14] SALOMON, H. P, op. cit.
[15] MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H. P, op. cit.

grelhas de informação. A primeira grelha é referente à identificação de dados biográficos sobre os judeus portugueses que chegam a Amesterdão no século XVII. A segunda grelha de dados refere-se às instituições criadas pelos vários indivíduos portugueses que se estabeleceram na cidade, pretendendo conhecer o processo de adaptação dos judeus portugueses à cidade, a nível económico, religioso, cultural e social. Embora as duas grelhas se apresentem em separado, elas cumprem um objetivo comum: oferecer informação o mais clara e objetiva possível sobre o objeto de estudo e viabilizar o cruzamento de dados no processo de interpretação.

Com a metodologia utilizada procura-se extrair o máximo de informação do documento, tendo presente duas dimensões de análise essenciais: indivíduos mais importantes e instituições, através das quais se estrutura a interpretação dos dados e a escrita do texto.

Com este quadro teórico-metodológico, suportado pela análise qualitativa da fonte e pelos contributos de autores que se têm debruçado sobre a temática, julgamos ser possível atestar a veracidade de dados fornecidos pela fonte e alargar o conteúdo da sua interpretação, para a construção da narrativa histórica.

Contexto

1. Portugal: Motivações para a fuga dos Cristãos-Novos

> "Determinamos, e mandamos, que da publicaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam atá per todo o mez d'Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e nouenta e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouuer, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, para quem os acusar"[16].

A 5 de dezembro de 1496, em Muge, D. Manuel assina o édito de expulsão de todos os Judeus do Reino de Portugal. Este édito vinha na sequência da "expulsão de cerca, pelo menos, 30 mil judeus de Castela em 1492"[17] e da "exigência castelhana nas negociações em curso entre as duas monarquias com vista ao casamento de D. Manuel com D. Isabel"[18]. Através do édito, D. Manuel impunha "a saída aos mouros e judeus até outubro de 1497, sob pena de confisco e de morte, de que se excetuavam apenas os

[16] CORRÊA, E. Silva - *Judaísmo e Judeus na Legislação Portuguesa*.
[17] MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Idade Moderna (Século XV-XVIII)*, 2015, p.237.
[18] Ibidem.

que individualmente se convertessem à fé cristã"[19]. Sendo que, D. Manuel obriga os judeus a deixar os filhos menores de 14 anos para serem batizados[20].

No início do século XVI foram imensos os momentos em que se tentou contornar a expulsão dos judeus e a sua emigração através de legislação. Segundo Cecil Roth[21], queria-se manter os cristãos-novos em Portugal a todo o custo. Ao édito seguiram-se "várias restrições às saídas"[22].

A história de Portugal não ficaria apenas marcada pelas hostilidades da monarquia contra os cristãos-novos, a sociedade portuguesa já o fazia desde há algum tempo. Contudo, as últimas medidas levam ao exacerbar do ódio contra os judeus. Em 1506, num contexto de peste, um cristão-novo teria posto em dúvida um suposto milagre proclamado por frades dominicanos; a população matou o cético, alargando-se depois os motins, acirrados por dois religiosos dominicanos, a toda a cidade, por quatro dias, o que se terá saldado no assassínio de um número que se estima entre 1000 a 3000 cristãos-novos[23]. D. Manuel reprimiu os motins antijudaicos e tentou, apesar de ter decretado a sua expulsão, que os judeus permanecessem em Portugal[24].

Três anos após o édito de expulsão, D. Manuel proíbe os cristãos-novos de deixar o reino sem a sua permissão e aos cristãos-velhos de liquidar os seus bens[25]. Este grupo social era importante para a economia do reino. Por isso, em 1520, D. Manuel reconheceu-lhes o direito de voto e a elegibilidade nas eleições municipais[26]. Anteriormente, o rei já tinha "prorrogado por vinte anos suplementares a imunidade de maio de 1497 contra toda a inquirição sobre as práticas religiosas dos cristãos-novos"[27].

Apesar de D. Manuel ter concedido benesses aos cristãos-novos, após a sua morte, sucede-lhe D. João III, que "proibiu em 1532 e em 1535 a saída dos cristãos-novos de Portugal"[28]. No decorrer destas proibições, D. João III pressiona a Santa Sé para o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício. Desta forma, "em 1531, o rei nomeou como inquisidor-geral frei Diogo da Silva, bispo de Ceuta, mas pouco tempo depois o

[19] Ibidem.
[20] MEA, E. Azevedo - *O Santo Ofício Português: Agente de Emigração para Espanha*, 1993.
[21] ROTH, Cecil, op. cit.
[22] MONTEIRO, N. Gonçalo, op. cit., p.237.
[23] Ibidem.
[24] DINES, Alberto [et al.], op. cit.
[25] WILKE, Carsten, op. cit.
[26] Ibidem.
[27] Idem, p.82.
[28] FRADE, F. Veiga, op. cit., p.119.

papa suspendeu os seus poderes e concedeu uma bula aos cristãos-novos, sob pressão destes" e, em 1536, "uma nova bula papal restabeleceu o tribunal"[29].

Inicialmente, a Inquisição não se mostrou muito ativa. O seu grande impulso dá-se quando, em 1539, o infante D. Henrique, filho de D. Manuel e irmão de D. João III, passou a inquisidor geral[30].

Porém, o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício entra em choque com a relevância económica dos cristãos-novos para o país e para a Santa Sé. A ação política em relação aos cristãos-novos acaba por revelar-se na promulgação de leis contraditórias, gerando-se um clima de instabilidade em torno da sua permanência no reino. A 22 de setembro de 1544, o papa suspendeu a atividade de todos os tribunais inquisitoriais de Portugal[31] e durante a regência de D. Henrique, em 1569, volta-se a proibir a emigração e a venda de bens sem autorização. Para quem quisesse sair o pagamento de fiança era obrigatório e tinha como condição voltar no ano seguinte[32]. Mais tarde, já com o restabelecimento da inquisição, D. Sebastião, perante a necessidade de dinheiro para a empreitada de Alcácer Quibir, promulga, em 1577, uma ordenação que autorizava a saída dos cristãos-novos do reino e suspendia as confiscações por 10 anos[33]. Estando a inquisição ativa, os cristãos-novos emprestavam dinheiro ao rei para a empreitada de Alcácer Quibir em troca da possibilidade de emigrar.

O desastre de Alcácer Quibir leva ao desaparecimento do rei. Após várias tentativas de sucessão a D. Sebastião, inaugura-se em Portugal a dinastia filipina. Os governadores de Filipe II, em 1597 e 1598, iniciam uma perseguição feroz contra os cristãos-novos[34]. Em 1601, os mercadores cristãos-novos mais abastados abordaram o Rei e compraram o direito de emigração e, em 1605, o perdão para todas as heresias passadas[35]. Contudo, a perseguição continua, o que leva às "grandes prisões do Porto e de Coimbra com centenas de detidos e num clima de violência"[36]. Apesar do cancelamento da liberdade de emigração em 1610, a circulação estabeleceu-se em 1629 para não mais ser retirada[37].

[29] MONTEIRO, N. Gonçalo, op. cit., p.239.
[30] Ibidem.
[31] WILKE, Carsten, op. cit.
[32] FRADE, F. Veiga, op. cit.
[33] WILKE, Carsten, op. cit.
[34] DINES, Alberto [et al.], op. cit.
[35] Ibidem.
[36] MEA, Elvira - *Inquisição e Minoria Judaica Séculos XVI-VII*, 2008, p.390.
[37] ROTH, Cecil, op. cit.

As diversas medidas de proibição de saída dos Cristãos-Novos, a permanente perseguição e as grandes prisões de Coimbra e do Porto trouxeram um enorme clima de terror para a comunidade judaica portuguesa. A atividade da Inquisição incidia, quase sempre, sobre os acusados de prática de judaísmo[38]. Assim, a fuga era a única hipótese possível.

2. Amesterdão: Motivações para a instalação dos Cristãos-Novos

> "A Tyrania dos Inquisidores, ó Israel te persegue
> em toda a parte, confiscando, matando e queimando.
> Não estas Seguro nem em França, nem em Portugal.
> Mas Amsterdam, mais prudente, favorece e protege
> publicam[en]te os teus templos, agazalhandoos em seu seo"[39]

Amesterdão, no século XVI, era uma cidade pertencente aos Países Baixos. Sob Carlos V (1500-1558) estas regiões foram reunidas com os territórios que formam hoje a Bélgica e o Luxemburgo, sendo-lhes dado o nome genérico de Países Baixos, integrando-se num todo, que nessa época passou a fazer parte do grande império dos Borgonha[40]. Filipe II de Espanha sucede a Carlos V. Em 1568, algumas das províncias setentrionais revoltaram-se contra o rei da Espanha. Essa revolta foi encabeçada pelo Príncipe Willem de Oranje, o qual, na história Holandesa, passou a ser conhecido por Pai da Pátria[41]. Como atesta David Franco Mendes:

> "Submergidas Estas Provincias nos abismos das Calamid[ade]s & persecuções da Espanha, Executad[a]s p[e]lo seu Inhumano ministro o Duque D' Alva, cujo principio foi verter a Inocente sangue dos famosos Condes de Egmont & Hoorne em cadafalso publico, Se revestirão de Valor, & resolverão Expor Sua vida E bens p[e]la Liberdade, & Principiarão de Valor na Junta & Congresso Geral em Dorte, em 19 Junho 1572 a declarar a Guerra a d[it]o Duque"[42].

A resistência oferecida a Filipe II deveu-se à forte repressão que exerceu sobre os calvinistas quando estes atacaram igrejas católicas. A duração da guerra entre a Holanda e a Espanha levou à assinatura por parte das várias províncias de tratados de união contra a Espanha. Daróz[43], no *blog* de História Militar, menciona que:

[38] MONTEIRO, N. Gonçalo, op. cit.
[39] MENDES, D. Franco, op. cit., p.81.
[40] KARLDAM - *História dos Países Baixos (resumo)*.
[41] Ibidem.
[42] MENDES, D. Franco, op. cit., p.4, ln 18-25.
[43] DARÓZ, Carlos - *Guerra dos Oitenta Anos. A Independência da Holanda (1568-1649)*, 2006.

> "Em 6 de janeiro de 1579, estimulados pelo novo governador espanhol Alexander Farnese, Duque de Parma, os estados do Sul assinaram a União de Arras expressando a sua lealdade ao rei espanhol. Nos dez anos seguintes ele restabeleceria a religião católica na maior parte desta área. Como resposta, Guilherme uniu os estados protestantes dos Países Baixos, Zeeland, Utrecht, Gueldria e a província de Groning na União de Utrecht. Esta União levaria mais tarde (1581) à independência do reino da Espanha, formando as República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos".

A União das Províncias Unidas viria a ficar então consolidada com o Tratado de Utrecht que estabelece no artigo 13 que "todas as Provincias serão obrigad[a]s a permetir a cada qual a Liberdade de religião e Consciencia, Sem persecutar, nem estorvar alguem p[o]r esse motivo"[44]. Com este tratado, Amesterdão tornou-se uma cidade acessível e de diversos cultos religiosos, ou seja, mostrava uma tolerância que Portugal não tinha.

A liberdade religiosa e intelectual e o desenvolvimento económico dos Países Baixos levaram Amesterdão, em pouco tempo, a ocupar a posição que, anteriormente, pertencia a Antuérpia no tráfico com a Península Ibérica e no comércio transatlântico[45]. Ou seja, os judeus portugueses viam em Amesterdão um local onde podiam usufruir do seu culto livremente, mas também uma cidade que lhes possibilitava um grande desenvolvimento nos seus negócios, pois a Holanda tornou-se, na primeira metade do século XVII, a primeira potência comercial do mundo[46], nomeadamente no que toca ao trato colonial, em que diversas redes de judeus e de cristãos-novos figuravam de forma ativa.

Os Judeus Portugueses em Amesterdão

1. Comunidade Judaico-Portuguesa

A partida dos judeus portugueses para Amesterdão decorre das condições políticas, religiosas e sociais dos dois países no século XVII. As condições socio históricas em Portugal levam à fuga dos cristãos-novos. Amesterdão oferece as condições para a sua instalação.

[44] MENDES, D. Franco, op. cit., p.5, ln 4-6.
[45] MUCZNIK, Lúcia [et al.] - *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009.
[46] NOVINSKY, Anita Waingort - *Gabinete de Investigação: uma caça aos Judeus sem precedentes. Brasil-Holanda, Século XVII-XVIII*, 2007.

A diáspora dos judeus portugueses levou a uma rede nacional de ajudas baseadas em laços de amizade, familiares ou clientelas. Esta rede foi montada com o objetivo de levar as comunidades a recolher donativos para resgatar as pessoas, levar cartas a familiares e a enviar pessoas para circuncidar em terras dominadas pela Inquisição. A capacidade económica dos judeus teve influência na fuga. Nem todos conseguiam passar os seus bens ou vendê-los, pelo que houve necessidade de criar ajudas para os fugitivos que se encontravam com maiores dificuldades financeiras[47].

Durante o século XVII a comunidade judaico-portuguesa vai-se estabelecendo em Amesterdão, desenvolve-se e funda as suas próprias instituições. Aprofundar o conhecimento dessa comunidade passa por clarificar a sua dimensão e o perfil socioprofissional e cultural dos indivíduos que dela faziam parte.

1.1. Proveniência dos Judeus

Figura 5: Mapa de Proveniência dos Judeus Portugueses

Fonte: Elaborado através do Google Maps. Segundo a fonte lida (Mendes, 1990) e Salomon (1983).

Através das várias fontes consultadas não foi possível encontrar todos os locais de onde fugiram os judeus de Portugal para Amesterdão no decurso do século XVII. Podemos, no entanto, identificar, a partir da principal fonte consultada, que partiram judeus de Amarante, de Castro Daire, de Lisboa, da Madeira, de Ponte de Lima, do Porto e de Faro. Mas também partiram das colónias, como é o exemplo do Brasil. Sendo referido pela bibliografia, para além destes locais, a chegada de judeus de Trancoso, da Guarda e de Ormuz[48]. Os números apurados, e refletidos no mapa, não são exaustivos,

[47] Ver FRADE, F. Veiga, op. cit.
[48] SALOMON, Herman Prins - Os *Primeiros Portugueses de Amesterdão. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 1983.

nem representativos, e a prevalência dos provenientes da cidade do Porto (17 judeus) explica-se por dois motivos, não exclusivos: o facto de a família do autor da fonte ser do Porto e, por sugestão dos trabalhos da Professora Elvira Mea, também pela violenta perseguição que essa comunidade aí sofreu, nomeadamente com a visitação de 1618.

O mapa também mostra que a maior parte dos judeus que foram para Amesterdão eram naturais do norte do país e do litoral, existindo registo de apenas dois judeus do interior do país. As fugas davam-se através dos portos e das fronteiras, daí serem também destes locais os judeus que fugiam, pois "não estavam guardados tão intensamente que se pudesse impedir a fuga daqueles que estivessem dispostos a deixar os seus bens"[49].

Como podemos verificar, não foi possível apurar o local de Proveniência de todos os indivíduos mencionados na crónica do autor. Isto deve-se ao facto de David Franco Mendes, por diversas vezes, não especificar a origem dos judeus portugueses, limitando-se apenas a referir que vinham de Portugal.

Tabela 1: Proveniência não especifica dos judeus portugueses

Localização não especifica	Número de Judeus
Portugal	14
Roterdão	2

Fonte: Mendes, 1990

Quanto à proveniência de Roterdão, como é sabido, não é uma cidade Portuguesa. A referência à cidade mostra que a fuga de alguns judeus portugueses não se fazia diretamente para Amesterdão. Passavam por outras cidades, ficando aí abrigados por algum tempo até seguirem para Amesterdão. David Franco Mendes[50] fala da chegada de dois judeus portugueses que haviam fugido com o seu pai de Portugal para Roterdão.

1.2. Dimensão da Comunidade

As fugas para Amesterdão realizaram-se por via marítima e terrestre. Ainda que não possamos precisar a data da chegada dos primeiros judeus portugueses a Amesterdão, sabemos que, de acordo com Salomon[51], é possível assinalar a presença de judeus portugueses na cidade desde o ano 1592, como é o caso de Rafael Cardoso

[49] ROTH, Cecil, op. cit., p.135.
[50] MENDES, D. Franco, op. cit.
[51] SALOMON, H. Prins, op. cit.

Nemias, «da casa dos Nemias de Beja» e que se dizia de Lisboa. A fonte analisada indica a chegada de indivíduos a partir do ano de 1593. O autor descreve a presença de 52 indivíduos entre 1593 e 1669. Outras fontes consultadas informam que esse número poderá ser muito superior, chegando aos 95 indivíduos[52]. Os números encontrados nas várias fontes apenas de referem à chegada de judeus portugueses considerados mais importantes, devido ao seu nível económico e posição social. A descrição feita pelos autores assim o indica.

Na primeira metade do século XVII, a presença dos judeus portugueses na cidade já era notável. Em 1639 as três primeiras congregações de judeus portugueses fundadas na cidade uniram-se e deram origem à Comunidade Talmud Torah, que se transformou numa grande metrópole dos sefarditas ocidentais. O Dicionário do Judaísmo Português[53] indica uma comunidade com cerca de 3300 sefarditas, a qual viria a receber um forte impulso após a assinatura da paz entre a Espanha e a Holanda, em 1648.

Até finais do século XVII o número de judeus portugueses em Amesterdão tinha aumentado. A fonte em estudo cita o livro *Teatro Bélgico* de Gregorio Letti que refere que os "Judeos Portug[uese]s e Espanhoes se Computa em 450 familhas, inda algu[m]as pocas pobres que não fazem figura"[54]. Para a segunda metade do século XVII, Wilke[55] menciona que a comunidade portuguesa de Amesterdão parece ter atingido a sua dimensão máxima, contando então com cerca de 4500 membros. Contudo, não sabemos se existe relação entre o número de indivíduos mencionados por Wilke e o número de famílias indicadas pelo autor em que David Franco Mendes se baseia. Concretamente, para o ano de 1675, Remédios[56], através do manuscrito das regras da congregação de Talmud Torah, retira o nome das pessoas que estavam casadas e solteiras, contando na altura com 672 indivíduos (Anexo I).

No que toca às relações familiares, a bibliografia consultada é unânime, todos os judeus chegavam acompanhados de familiares ou estes já se encontravam em Amesterdão. Como se pode verificar na seguinte tabela.

[52] Referimos, por exemplo, a obra de Herman Salomon, anteriormente referenciada, e de Maria do Rosário Cruz, *A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal. Um centenário esquecido*, 1975.
[53] MUCZNIK, Lúcia [et al.] - *Dicionário do Judaísmo Português*, 2009.
[54] MENDES, David Franco, op. cit, p.95, ln 28.
[55] WILKE, Carsten, op. cit.
[56] REMÉDIOS, Mendes, op. cit.

Tabela 2: Relações Familiares

Individuo	Relações Familiares
Jacob Tirado	Primo de Abraham Pharrar
António Lopes Pereyra	Filho de Mayor Rodrigues e Gaspar Lopes Homem, irmão de Manuel Lopes Pereyra, Maria Nunes e Justa Pereyra.
Miguel Lopes	Tio de Manuel Lopes Homem e de Maria Nunes
Manuel Lopes Homem	Filho de Mayor Rodrigues e Gaspar Lopes Homem, irmão de António Lopes Pereyra. Primo de Maria Nunes, de Justa Pereyra e de Francisco Nunes Pereyra. Sobrinho de Miguel Lopes. Casado com Dona Maria.
Maria Nunes	Filho de Mayor Rodrigues e Gaspar Lopes Homem, irmão de António Lopes Pereyra, Manuel Lopes Pereyra e Justa Pereyra. Sobrinha de Miguel Lopes. Casada com Manuel Lopes Homem.
Gaspar Lopes Homem	Marido de Mayor Rodrigues e pai de Manuel, António Lopes Pereyra, Maria Nunes e Justa Pereyra.
Mayor Rodrigues	Esposa de Gaspar Lopes Homem e mãe de Manuel, António Lopes Pereyra, Maria Nunes e Justa Pereyra.
Justa Pereyra	Mulher de Francisco Nunes Homem
Francisco Nunes Homem	Primo de Maria Nunes, de Manuel Lopes, de Antonio Lopes Pereyra e de Justa Pereyra. Casado com a sua prima Justa Pereyra.
Haham Imanuel Abendana	Filho de Abigail e de David Abendana
Don Jahacob Israel Belmonte	Marido de Simha Belmonte e pai de Mosseh
Gimar Vaz	Esposa de Don Jahacob Israel Belmonte e mãe de Mosseh
Mosseh Belmonte	Filho de Jacob Israel Belmonte e de Simha Belmonte
Aharon Sarphatim	Sem Informação
Daniel Obediente	Sem Informação
Rabi Josseph	Sem Informação
Melchior Mendes Franco	Marido de Sara Franco. Pai de Francisco Mendes Medeyros e Christoval Mendes Franco
Sara Franco	Mulher de Melchior Mendes Franco. Mãe de Francisco Mendes Medeyros e Christoval Mendes Franco.
Francisco Mendes Medeyros	Filho de Sara Franco e de Melchior Mendes Franco. Irmão de Christoval Mendes Franco.
Christoval Mendes Franco	Filho de Sara Franco e de Melchior Mendes Franco. Irmão de Christoval Mendes Franco.
Os Nobre Souzas	Sem Informação
Os Candidos Safartims	Sem Informação
Felices Curieis	Sem Informação
Diego Gomes Lobato	Sem Informação
Paulo de Pina	Sem Informação
Manuel Pimentel	Irmão de Garcia Pimentel. Primo de Jacob Tirado
Garcia Pimentel	Irmão de Manuel Pimentel. Primo de Jacob Tirado
Abraham Pharrar	Primo de David Pharrar e de Jacob Tirado
David Pharrar	Primo de Abraham Pharrar
Abraham Zacuto Luzitano	Descendente de Abraham Zachuto
Ishac Aboab	Sem Informação
Menasse Ben Israel	Pai de Josseph Ben Israel, da familia de Isac Abrabanel e irmão de Ephraim Aboab
Josseph Bem Israel	Filho de Menasse Bem Israel
Haham Ischac Aboab	Sem Informação
Mãe de Haham Ischac Aboab	Mãe de Haham Ischac Aboab
Pai de Haham Ischac Aboab	Pai de Haham Ischac Aboab
Gabriel	Veio para Amesterdão com a sua mãe e irmãos
Baltazar Orobio	Sem Informação
Ishac Penço Felis	Casou com Ester Penço, pai de Josseph Penço, avô de Abraham Naar
Ester Penço	Casou com Ishac Penço, mãe de Josseph Penço, avó de Abraham Naar
Josseph Penço	Filho de Ishac Penço e de Ester Penço,
Abraham Penço	Filho de Ishac Penço e de Ester Penço
Abraham Naar	Neto de Ishac Penço e de Ester Penço

Baruch Espinosa	Nasceu de uma Familia Portuguesa em Amesterdão
Jacob de Pinto	Filho de Abraham de Pinto
Ishac de Pinto	Filho de Abraham de Pinto, sobrinho de David Imanuel de Pinto e genro de Jacob de Pinto
Mosseh Curiel	Sem Informação
David Franco Mendes	Filho de Ribca Simha Franco Mendes e Abraham. Irmão de Mordecay Franco Mendes
Miguel Levi de Barios	Descendente de Familia Portuguesa em Amesterdão
Ribca Simha Franco Mendes	Mãe de David Franco Mendes e de Mordecay Franco Mendes. Mulher de Abraham Franco Mendes
Abraham Franco Mendes	Pai de David Franco Mendes e de Mordecay Franco Mendes. Marido de Abraham Franco Mendes
Mordecay Franco Mendes	Filho de Ribca Simha Franco Mendes e Abraham. Irmão de David Franco Mendes

Fonte: Mendes, 1990

A análise da fonte relativa às relações familiares, cuja informação se encontra sistematizada na tabela, revela que grande número de judeus chegava a Amesterdão acompanhado dos filhos, dos irmãos, dos primos e dos pais. Contudo, atesta-se também, mas em menor número, a chegada de judeus em companhia da sua mulher ou do seu homem, do seu sobrinho, do seu tio, dos seus avós e ainda dos seus netos. Os judeus portugueses tentavam, na sua maior parte, levar a família com o intuito de iniciar uma vida nova longe da perseguição que existia em Portugal. É verdade também que muitos, quando chegavam, já encontravam ramos da família na cidade, que lhes permitiam apoio para aí se estabelecerem. Daí a escolha da cidade para se fixarem.

Eram poucos ou mesmo nenhuns os judeus que chegavam sozinhos. Mesmo a família não sendo judaica ou querendo continuar a passar por cristã-nova, tentava-se reconvertê-la para juntos passarem a uma cidade de culto livre, como foi o caso de Uriel Acosta descrito por David Franco Mendes[57].

Normalmente, os judeus portugueses chegavam acompanhados da sua família mais próxima. No entanto, Salomon[58] refere a chegada de alguns judeus acompanhados, mas não menciona o grau de parentesco dos acompanhantes ou se se conheciam, uma vez que existiam redes que auxiliavam a fuga e juntavam os judeus em grupos que poderiam não ter qualquer grau de afinidade. Essas redes organizavam a fuga através de embarcações nos principais portos, no Norte os "portos de Aveiro e do Porto"[59].

[57] MENDES, D. Franco, op. cit.
[58] SALOMON, H. Prins, op. cit.
[59] FRADE, F. Veiga, op. cit., p.124.

1.3. Profissões e Cargos

A fonte em estudo oferece dados consistentes sobre os cargos e profissões desempenhados pelos judeus portugueses. Em outras fontes bibliográficas consultadas, a informação sobre o assunto aparece generalizada e refere apenas a existência de cargos nas instituições mais importantes, não lançando qualquer estatística sobre cada um dos cargos.

Sobre as profissões dos judeus, a fonte revela que estes estavam ligados a diversos domínios, tais como a ciência, a cultura, a economia e o ensino. Antes da chegada à cidade, já haviam exercido essas profissões e quando chegam procuram a sua integração também a partir do desempenho de atividades com as quais estavam familiarizados. A fonte dá a conhecer as diversas atividades às quais os judeus portugueses se dedicavam.

Tabela 3: Número de indivíduos em cada profissão

Profissões	Número de Indivíduos
Poeta	2
Filosofo	1
Médico	3
Teólogo	1
Físico	1
Professor	1
Leitor de Metafísica	1
Fiscal	1
Capitão	1
Sem Informação	44

Fonte: Mendes, 1990

Os dados recolhidos referem-se às profissões que o autor da fonte primária indica para cada indivíduo de que falou mais profundamente. Dos 52 indivíduos mencionados na fonte, apenas se refere a profissão de 7. No entanto, é possível verificar na tabela a presença de 12 indivíduos para as profissões encontradas, pois a mesma fonte conta que alguns indivíduos desempenhavam várias profissões enquanto estavam em Amesterdão.

Os indivíduos da comunidade judaico-portuguesa desempenhavam um leque variado de profissões: professores, médicos, teólogos, físicos, filósofos, poetas, capitão, leitor, fiscal, para além, naturalmente, de mercadores, financeiros, rendeiros e tipógrafos – profissões a que a fonte não dedica particular atenção, mas que outros trabalhos

documentam abundantemente, como Wilke[60], Lúcia Mucznik, José Alberto da Silva Tavim e Esther Mucznik[61], Manuel Cadafaz de Matos e Hermans Prins Salomon[62] e Salomon[63]. Segundo Salomon[64], Miguel Lopes Homem seria rendeiro e, na coleção que dirige com Manuel Cadafaz de Matos[65], Menasseh Ben Israel "é o fundador que marcou uma época na História da Imprensa Judaico-portuguesa em Amesterdão", sendo ele o primeiro tipógrafo da comunidade.

Apesar de não existir informação sobre as profissões de todos os indivíduos, sabemos que muitos exerceram importantes cargos nas sinagogas e na construção da comunidade. A fonte relata a existência desses cargos, sistematizados na seguinte tabela:

Tabela 4: Número de Indivíduos de cada cargo

Cargos	Indivíduos
Parnas	2
Contador-mor	1
Governador da Sinagoga	1
Ros	3
Deputados	1
Tesoureiro	2
Pertencente à corte do Rei	3
Agente do Rei de Portugal	1
Haham	1
Hazan	1
Rubi do Kaal Kados	1
Conselheiro	1
Lavrador de vidros Óticos	1
Mantenador	2
Sem Informação	34

Fonte: Mendes, 1990

De acordo com a tabela, a informação que a fonte oferece no que toca aos cargos desempenhados pelos indivíduos no interior da comunidade judaica portuguesa não é extensiva a todos. Para 34 não existe qualquer informação sobre o cargo que

[60] WILKE, Carsten, op. cit.
[61] MUCZNIK, Lúcia [et al.], op. cit.
[62] MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H.P - *Os Judeus Portugueses em Amesterdão, 1990.*
[63] SALOMON, H. Prins, op. cit.
[64] Ibidem.
[65] MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H.P, op. cit.

desempenhariam. Ainda assim, a informação disponível ajuda a complementar o conhecimento acerca do perfil socioprofissional daquela comunidade.

Os cargos exercidos no âmbito das instituições e na Corte do rei eram diversificados: parnas, contador-mor, governador da sinagoga, ros, deputados, tesoureiros, pessoas que exerciam cargos nas cortes dos reis, tanto de França como de Portugal e Espanha, haham, hazan, rubi de Kaal Kados, conselheiro, lavrador de livros óticos e mantenador das academias.

Os dados expostos apenas dizem respeito à apresentação dos indivíduos em Amesterdão feita pelo autor da fonte. Porém, se atendermos à descrição que David Franco Mendes faz das instituições fundadas dentro da comunidade, o número de indivíduos que exerciam cargos nelas sobe. A sua análise alarga, quer o leque de cargos e de profissões desempenhadas, quer o número de indivíduos. Nas instituições apresentadas é possível encontrar108 governadores desde a fundação da sinagoga de Beth Yacob até à fundação da Academia dos floridos, de que falaremos no ponto seguinte. No que toca ao Hazan, conta-se a existência de pelo menos 8. Para o cargo de médico exercido na sinagoga constam 11, no cargo de Haham, 10 indivíduos, no cargo de professores, 27 indivíduos, e no cargo de tesoureiro, 30 indivíduos.

2. Instituições Fundadas

Os judeus começaram logo a tentar estabelecer-se, apelidando Amesterdão de "Jerusalém do Norte"[66]. Contudo, nem tudo foi fácil. Inicialmente os calvinistas achavam que eles eram católicos e tomaram a casa onde se estavam a reunir para fazerem o culto ao seu Deus, como atesta David Franco Mendes:

> "Assaltarão esses Severos ministros a caza em que oravão, na hora de [ne'îlah] quando envoltos nos Taletot postrados por Terra, estavão nos últimos peridos de Jejum; (…) Quanto mais se augmentava // a Perturbação dos Acometid[o]s tanto mais crescia A Sospeita de q[ue] Erão Catholicos & Se avivava a violencia da Justiça p[ar]a averiguar a verdade"[67].

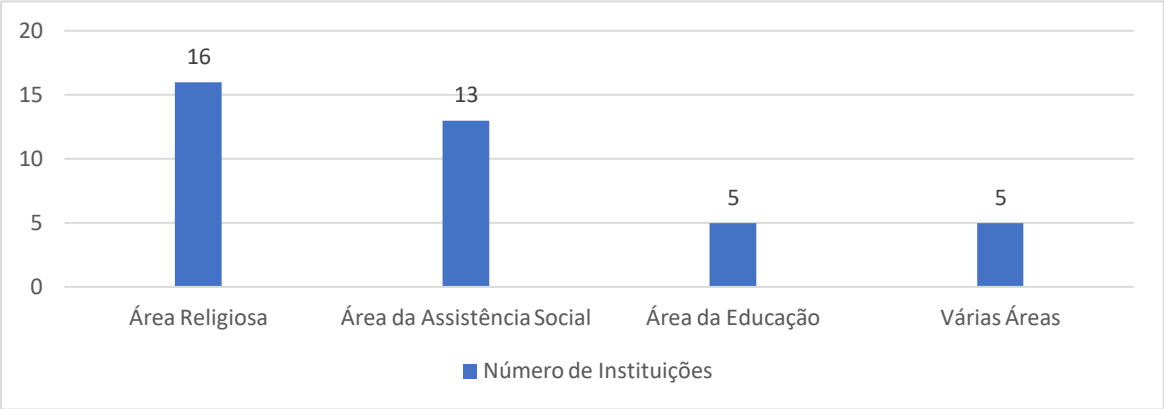
Após provarem que não eram católicos, com a ajuda de Jacob Tirado que serviu como tradutor, os ministros foram contar aos "S[enho]res do Magistrado o Successo, os

[66] REMÉDIOS, Mendes dos, op. cit., p.174.
[67] MENDES, D. Franco, op. cit., p.8, ln 34-37, p.9, ln 4-6.

quais benignam[en]te lhes derão faculd[ad]e p[ar]a se Estabelecer nestas cidade a q[ue] p[r]offessassem publicam[en]te a religião Judaica"[68]. A partir deste momento a comunidade judaico-portuguesa estava livre para usufruir do seu culto publicamente. São inúmeras as instituições fundadas pelos judeus na cidade ligadas ao culto (sinagogas e cemitérios).

A análise da fonte relativa às instituições fundadas pelos judeus portugueses indica 39 instituições, as quais tinham como finalidade o serviço educativo, a assistência médica, o culto religioso, a assistência social a pessoas pobres, estrangeiras e órfãos e a ajuda financeira. Procedemos ao tratamento destas instituições por áreas de intervenção, no sentido de melhor dar a conhecer as suas finalidades e de clarificar o seu papel e importância na comunidade.

Gráfico 1: Instituições fundadas pelos judeus portugueses em Amesterdão



Fonte: Mendes, 1990

Da análise do gráfico 1 torna-se claro que as instituições de carácter religioso são aquelas que foram criadas em maior número. Seguem-se as instituições na área da assistência social, com 13 instituições, e na área da educação. O autor da fonte não menciona a existência de instituições ligadas à área da saúde, todavia, refere a existência de médicos dentro de algumas dessas instituições.

Também aparecem instituições ligadas a várias áreas, as quais tinham diversas finalidades. A fonte não revela, no entanto, se entre as áreas que abrangiam haveria alguma que tivesse maior destaque no que diz respeito aos serviços prestados.

[68] Idem, p.9, ln 16-19.

2.1. Área Religiosa

Através do gráfico 1 verifica-se a criação de 16 instituições de carácter religioso entre as 39 instituições mencionadas por David Franco Mendes. Entre as instituições religiosas contam-se cemitérios, casas de particulares para oração e ainda as famosas sinagogas.

Tabela 5: Instituições fundadas pelos judeus na área religiosa.

Instituição	Data de Fundação	Fundadores	Local de Fundação	Fundos para construção	Finalidade
Bêt ya'aqov	1597, setembro	Jacob Tirado	Houtgragt	Compraram terras por sua conta	Apropriar casa para oração publicamente
Biqûr hôlîm	1602	Sem Informação	Groede, proximo à cidade de Alcamar	Compraram 2 terços de morgo de terra e uma casa.	Terras para descanso dos defuntos
Neweh šalôm	5368-1608	Ischac Franco Medeyros com o pai e irmãos e alguns religiosos Jehidim	Langehoutgragt	Sem Informação	Fazer face às imensas pessoas que chegavam de Espanha e Portugal à Primeira Sinagoga
Bêt hahayim	1618, maio 12	União das duas Sinagogas Bet Jahacob e Neve Salom com os seus parnassins e deputados	Ouwerkerk	União de Bet Jacob e de Neve Salom para juntos comprarem terras mais próximas.	Aumentar a terra para enterrar os defuntos
Bêt yisra'el	1618	David Osorio	Langehoutgragt	Sem Informação	Unir os jehidim que se tinham separado de Neve Salom para proferirem as suas orações
1º Jesiba	1630	Saul Levi Morteira	Durante um ano foi em casa de Jacob Belmonte	Sem Informação	Doutrina Verdadeira
União das três Sinagogas	1638	Haham David Pardo	Bêt Israel era a Congrega Geral com o nome de talmûd tôrah. Vendida casa de Bet Jacob.	União das três sinagogas por convénio de David Pardo	União das três Sinagogas numa só congregação
Gemîlût hasadîm	1639	Mosseh Belmonte com 42 irmãos	Sem Informação	Sem Informação	Enterrar pobres e ricos desinteressadamente
Jesiba de yešîvah	1666	Sem Informação	Alugaram um aposento	Instituíram temidim por mês para os dispêndios	Abranger o maior número possível de irmãos.
Hebra de 'avôdat haqodeš	5465/ 1705	Irmandade de yešivah por indicação de Abraham Namias Cardoso	Sem Informação	Sem Informação	Acabar com o uso de roupas de cores ao carregar os defuntos.
Regulamento de Sacadores,	1640	Corporação de gemîlût hasadîm	Dentro de Gemîlût hasadîm	Sem Informação	Sem Informação
Jesiba de Keter tôrah	1643	Saul Levi Morteyra	Casa de Ishac Penço Felis	Sem Informação	Meditação

Jesiba de tôra' ôr	1656	Ephraim Bueno e Abraham Pereyra com 15 Irmãos	Sem Informação	Sem Informação	Meditarão meia hora por dia harambam
Hesed le 'avraham	1652	Pereyra	Sem Informação	f 46000 dados por Pereyra	para 14 hahamim
Jesiba de bêt yôsef	1751	David e Aron de Josseph	Pátio da Esnoga	Tomaram o dispendio por sua conta	Para meditar 'arba 'ah tûrîm e honrar o nome do seu pai Joseph de Pinto
Jesiba de tif' eret bahûrîm	1670	36 mancebos	Casa de Abraham de David Bueno de Mesquita	Casa de Abraham de David Bueno de Mesquita	Meditação de gemara

Fonte: Mendes, 1990

A fundação de instituições de carácter religioso tem início em finais do século XVI, com a sinagoga de Bêt ya'aqov em 1597 aquando da chegada da grande massa dos judeus portugueses.

De acordo com David Franco Mendes[69] a criação de tantas instituições de caráter religioso deve-se à constante chegada de pessoas da nação portuguesa e espanhola. Com o aumento do número de judeus na cidade surge a necessidade de ampliar algumas das instituições existentes e de redefinir o mapa da sua localização por forma a torná-las mais próximas das pessoas. O cemitério de Biqûr Holîm criado na aldeia de Groede, próximo à cidade de Alcamar, na Holanda Setentrional, foi um desses casos. O autor relata que como ficavam os "seus enterros tão remotos"[70] decidiram comprar novas terras em Ouwerkerk, nascendo o cemitério de Bêt hahayim em 1618, mais próximo da comunidade. Biqûr Holîm deixou de existir sendo que os judeus desenterraram os ossos dos seus antepassados para os enterrar no novo cemitério. Daqui por diante, as instituições religiosas procuram situar-se em espaços perto da comunidade, como em Langehoutgragt e Ouwerkerk. Contudo, são poucas as fundações que se deram de raiz em espaços novos. Das 16 instituições apenas 5 se deram em novos espaços, para 5 delas não temos qualquer informação sobre a sua localização, 3 ocupavam espaço dentro de outras instituições e outras 3 localizavam-se em casa de particulares.

As instituições fundadas em casa dos indivíduos levam a crer que nem sempre eram criadas para usufruto de todos. A criação dessas instituições resultava da rutura dentro das sinagogas entre os seus membros ou então como forma de louvar um ente que tinha sido importante e aí a sua casa era o local de culto como é o caso da Jesiba de bêt yôsef e da 1ª Jesiba.

[69] MENDES, D. Franco, op. cit.
[70] Idem, p.20, ln 4.

As instituições eram fundadas, na sua maioria, por uma pessoa com a ajuda de irmãos de outras instituições. Também se dava o caso de corporações e administradores de outras instituições fundarem novas instituições para responder à necessidade da construção de um maior espaço. São conhecidos os fundadores de 14 instituições. David Franco Mendes não menciona os fundadores de duas delas.

Sobre o financiamento destas instituições, não há informação sobre 9. Para as restantes, o financiamento para a sua construção partia da compra de terras por conta dos judeus ou então da disponibilização de dinheiro entre eles. Em algumas instituições estipulavam um imposto mensal para os gastos nas construções e nos dispêndios.

Dentro das várias instituições existiam cargos que os judeus ocupavam como haham, hazan, médico, tesoureiro, governadores, administradores e professores. Contudo, a informação é escassa no que diz respeito ao número de pessoas nesses cargos. O cargo de governador era o mais importante em qualquer instituição e, por isso, é também sobre ele que se consegue obter mais dados acerca das pessoas que desempenharam o cargo. Das 16 instituições são conhecidos os governadores de 9 delas.

Todas as instituições tinham finalidades religiosas, de meditação ou o de estabelecer terras para o enterro de defuntos. Algumas tinham como única finalidade a meditação de apenas uma oração, considerada a mais importante pelo governador ou pelo dono da casa. Das 16 instituições apenas não sabemos a finalidade de uma delas, todavia foi colocada neste setor, pois a informação obtida através de David Francos Mendes[71] indica que ela pertencia à Hebra dos Coveiros.

2.2. Área da Assistência Social

A área da assistência social foi objeto de interesse para os judeus. Nesta área foram fundadas 13 instituições.

Tabela 6: Número de Instituições da Área de Assistência Social

Instituições	Data de Fundação	Fundadores	Local de Fundação	Fundos para a Construção	Finalidade
Môhar habetûlôt	1615	Rabi Joseph Pardo, Mordechay Franco Mendes	Amesterdão	Começou com 16 companheiros e cada um contribuiu com 20 libras de Grosso	Dotar Órfãos e Donzelas
Hônen dalîm	1625	Saul Levi Morteira, David Pardo, David Cohen Henriquez	Sem Informação	Três Quehilot contribuíram para a sua construção	Para emprestar aos desvalidos dinheiro sobre os seus penhores por tempos estipulados sem interesse

[71] MENDES, D. Franco, op. cit.

Hebra de 'asûta' dehabraya	1688	20 talmîdê hahamîm	Na universidade de 'ez hayim	Contribuindo cada um com um soldo por mês em mão do tesoureiro	Assistir com dinheiro os irmãos doentes
Irmandade de 'abi yetômîm	Sem Informação	Os expelidos da hebra de gemîlût hasadîm	Sem Informação	Sem Informação	Sustentar órfãos da nação portuguesa e espanhola e hospedar pobres forasteiros
hebra de 'avodat hahesed	1642	Parnassins regentes da Quehila em companhia dos Parnassins do Ano anterior	Sem Informação	Sem Informação	Retirar pessoas da miséria em que viviam
abÎ yetômÎm	1648	42 Irmãos excluídos da Hebra da gemîlût hasadîm	Houtgragts. N Rua Nova e mais tarde na Rua Grande	Sacado de livros da Nação	Sustentar órfãos até 10 anos da nação portuguesa e espanhola, mediciná-los e para hospedar pobres forasteiros Portugueses, Espanhóis e Italianos
ba 'alê tôrah	1652	Pereyra	Sem Informação	f 46000 dados por Pereyra	para casar órfãs e f 500 para qualquer descendente que estude uma halakah e privilégios para seus parentes estudiosos que forem a terra santa.
Corporação de Hônen dalîm	1667	70 Irmãos que abandonaram Temîmê Darek	Melhor aposento da casa de Abigael Dias de Fonseca	Sem Informação	Assistir os forasteiros doentes, com médicos, medicamentos, alimentos e limosnas e aos Irmãos decadentes que adoecessem um ducatão por semana e veladores
Hebra de Maskil el dal	5433, Yiar, 1673	3O Irmãos Caritativos	Sem Informação	Sem Informação	Socorrer os pobres forasteiros, que não podiam gozar da sedaca com Limosnas e assistência de Médicos, Cirurgiões e Boticários
Irmandade de ša 'arê zedeq	1678	David Coutinho, Ishac Cohen Lobato e Semuel da Costa Abendana	A jesiba girava em casa de cada um dos irmãos.	Sem Informação	Pagar alojamento e dar comida a pobres forasteiros
Irmandade de Keter šem tôv	1679	Abraham Orobio de Castro com 19 companheiros e 17 companheiras	Sem Informação	Sem Informação	Socorrer inválidos
Irmandade de ba álê tešûvah	1680	30 pessoas por indicação de Jacob Velho.	Sem Informação	Sem Informação	Socorriam os necessitados com esmolas e depois de mortos enterravam-nos
Irmandade de rešit hokmah	1682	Ishac Bassan, Daniel de Campos, Eliau Gabay e Baruch Henriques por indicação de Jacob Velho	Sem Informação	Sem Informação	Velar e socorrer irmãos necessitados

Fonte: Mendes, 1990

As instituições de assistência social começaram a ser fundadas apenas no século XVII. A primeira instituição foi fundada em 1615, bem mais tarde daquela que foi a data da fundação das primeiras instituições religiosas. É na segunda metade do século XVII, que se dá a fundação da maioria das instituições desta natureza. A instituição fundada mais tardiamente, em 1688, situa-se dentro da universidade, facto revelador da importância atribuída pelos judeus à área da assistência e da sua extensão aos diversos espaços da vida da comunidade.

A fundação destas instituições era feita quase sempre por grupos de indivíduos. Apenas uma instituição foi fundada por uma só pessoa. Sabe-se ainda que 3 instituições foram criadas por indivíduos que abandonaram outras associações ou que foram expulsos delas. O local de fundação era quase sempre em espaços já construídos, como a universidade e a casa de particulares. Apenas abÎ yetômÎm foi construída de raiz em Houtgragts. Esta, mais tarde, abandona a sede na Rua Nova para se estabelecer na Rua Grande.

Apesar da inexistência de dados para 8 das instituições, a informação disponível indica que os dispêndios na construção das instituições foram quase nulos, tendo os meios financeiros da instituição sido utilizados essencialmente para os fins da própria instituição. Os fundos para a sua construção ou, neste caso, para os fins da instituição, eram arranjados através da contribuição dos associados, das corporações já existentes, de donativos de particulares ou através da venda de livros, como é o caso de abÎ yetômÎm.

Nas instituições de Assistência Social existiam diversos cargos, no entanto, à semelhança do que é narrado nas instituições religiosas, o autor apenas dá alguma informação sobre os administradores e deixa de parte os outros cargos.

A principal finalidade destas instituições prendia-se com a assistência a pessoas com dificuldades económicas e socialmente desfavorecidas. Casar órfãos, emprestar dinheiro, sustentar órfãos, hospedar os estrangeiros, socorrer os inválidos e enterrar e velar os pobres, contam como atividades desenvolvidas no interior dessas instituições e como serviços prestados à comunidade.

2.3. Área da Educação

Na área da educação foram criadas 5 instituições. As instituições com fins educativos foram todas fundadas no século XVII e tinham como finalidades, principalmente, o ensino, o apoio ao ensino e ajudar na aprendizagem.

Tabela 7: Instituições fundadas na Área da Educação

Instituição	Data de Fundação	Fundadores	Local de Fundação	Fundos para a construção	Finalidade
Universidade de 'ez hayim	5397/1637	Saul Levi Morteira, Rehuel Jessurum com 117 irmãos	Na primeira congregação de Bet Jacob	6 f de cada irmão e recomendou-se a oferta de 3 placas para ez hayim e 3 placas para Talmud Tora	Progresso dos Estudos.
Livraria na Universidade	1653	O Mahamad e os Parnassins para reformar as Ascamot criaram a livraria	Na universidade de 'ez hayim	Sem Informação	Abranger as Ascamot e as suas copias
Jesiba de maskîl el dal	Sem Informação	Primeiro administrador da Hebra de Maskil el dal juntamente com 40 Irmãos e 40 Irmãs.	Rodavam por mês em casa de Eliau Gaon, de David Lopes Henriques, de Abraham Levy, de Fonseca, de Jacob Gabay Isidro, Abraham Gabay Mendes e de Mosseh Rodrigues.	Sem Informação	Sem Informação
Academia Poética	1676	Ishac Nunes Belmonte	Casa de Ishac Nunes Belmonte	Sem Informação	Ensinar artes liberais, poesia e dar explicações
Academia dos Floridos	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação

Fonte: Mendes, 1990

Apesar da existência de apenas 5 instituições de educação, salienta-se a existência de uma Universidade dentro da comunidade construída por judeus e para judeus. A organização da universidade, com disciplinas e aulas assistidas pelos seus Parnassins, evidencia o avanço cultural da comunidade judaica portuguesa. A Academia dos Floridos é integrada nesta área pelo facto de David Franco Mendes[72] revelar que ela tinha estudantes, sendo nossa dedução que se dedicaria ao ensino.

Em relação à localização destas instituições, há informação de que reabilitaram espaços existentes para elas ou rodavam em casa de particulares. A Academia Poética era mesmo de encargo particular.

Sobre as profissões que abarcavam, David Franco Mendes dá informação para os cargos de governadores, porém, para a profissão de professor, revela apenas a existência de um professor para a Universidade e dois para a Academia Poética.

2.4. Várias Áreas

As instituições inseridas neste ponto detinham finalidades educativas, religiosas e de assistência social. Das 4 instituições, a Jesiba de neweh zedeq, a Jesiba de Temime Darech e a Sinagoga de Talmud Tora desempenhavam funções nas diversas áreas retratadas neste trabalho.

Tabela 8: Instituições que correspondem a diversas áreas

Instituição	Data de Fundação	Fundadores	Local de Fundação	Fundos para Construção	Finalidade
Jesiba de neweh zedeq	1603	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Meditava-se uma hora por dia o Talmude e harambam e em Sabat e propõem e declaram dificuldades sobre a perasa da semana
Jesiba de rešîte da'at	Sem Informação	Abraham Penço Felis	Casa de Abraham Penço Felis	Sem Informação	O dinheiro que guardavam dos Temidim empregavam-no em sustento dos pobres
Jesiba de Temime Darech	1665	Jacob Ferro, Jeosuah Sarfatim Pina, Josseph Franco Serrano, Abraham Nunes e Abraham Penço	Sem Informação	Sem Informação	O rendimento se empregava em socorro de irmãos necessitados nas doenças, provendo-lhes médicos e mezinhas e falecendo o acompanhavam até à sepultura, condolião os lutosos e sobrando dinheiro ao fim do ano compravam turva para repartir pelos irmãos pobres no inverno

[72] MENDES, D. Franco, op. cit.

Sinagoga de Talmud Tora	1671	Os Parnassins movidos pela persuasiva discreta de Ishac de Pinto	Às portas de Santo António	Ishac Aboab num sermão pediu a todos que dessem generosas ofertas para construir a sinagoga. Fizeram várias nedavah para construir a sinagoga e fazer face aos grandes dispêndios. Excedendo os dispêndios da fábrica resolveram tomar dinheiros por crédito	Fazer face aos consecutivos arrivamentos de judeus da nação Espanhola e Portuguesa levou a que se procurasse um lugar de maior largura

Fonte: Mendes, 1990

No que toca à área religiosa, a fonte em estudo revela que na Jesiba de neweh zedeq se meditava uma hora por dia Talmud e harambam e sabat. Na Jesiba de Temime Darech juntavam-se nas tardes de Sabat para cantarem o Salmo 119. A Sinagoga de Talmud Tora tornou-se o espaço religioso mais importante da comunidade portuguesa em Amesterdão. Na área da assistência social, a Jesiba de neweh zedeq, após o pagamento ao samas e aos estudantes, repartiam o que sobrava, anualmente, pelos pobres da Irmandade. Na Jesiba de Temime Darech, o seu rendimento empregava-se em socorro dos irmãos necessitados nas doenças, provendo-lhes médicos e mezinhas e quando estes faleciam acompanhavam-nos até à sepultura e condoíam os lutosos. Se sobrasse dinheiro ao fim do ano, compravam turva para repartir pelos irmãos pobres no inverno. Na Sinagoga de Talmud Tora existiam semanas estipuladas e esmolas para todos os pobres. Respetivamente à área da educação, Mendes revela que as três instituições tinham professores e alunos. A Jesiba de rešîte da'at abrangia apenas a área social e religiosa. Esta instituição era constituída por moços meditantes e o seu dinheiro era utilizado para o sustento dos pobres.

Os fundadores destas instituições eram sempre muitos, agrupavam-se para as criar e manter a funcionar. Só é conhecida a origem dos fundos da Sinagoga de Talmud Tora, os quais vieram das esmolas oferecidas pelos judeus e do recurso ao crédito.

Tendo a Sinagoga de Talmud Tora sido uma instituição de relevo, Mendes dedica-lhe atenção em particular e fala dela com mais pormenor, mencionando os vários cargos existentes no seu interior – governadores, hazan, tesoureiro, haham e professores.

3. Integração dos Judeus na Cidade

No final do século XVI, aquando da chegada dos primeiros judeus portugueses a Amesterdão, a cidade não detinha grande liberdade. Segundo Wilke[73], as autoridades municipais mostraram aos imigrantes que só o culto calvinista era permitido. Numa primeira fase, as mesmas autoridades ameaçaram "mandar destruir um edifício em construção, destinado a servir de sinagoga"[74].

No dia 8 de novembro de 1616 as autoridades de Amesterdão reconheceram aos judeus o direito de residência na cidade[75]. Este acontecimento só foi possível depois da recomendação do célebre jurista Hugo Grotius[76].

A partir de então surgem as primeiras indicações de vida judaica livre e os primeiros indícios da sua organização enquanto comunidade. Esta era constituída por um conselho executivo, ou seja, o Mahamad composto por seis administradores ou parnassins, eleitos por um ano, e um tesoureiro ou gabay[77]. O Mahamad usava leis rígidas, usufruindo do seu poder para castigar os judeus heréticos ou desobedientes. Utilizava para tal o castigo máximo de que todos tinham medo, o herem ou banimento da sociedade[78].

Segundo Remédios[79], a organização da comunidade demonstra a grande liberdade em que viviam, prosperando e engrandecendo-se à sombra da liberdade, sujeitos tão-somente à disciplina do seu Mahamad. Todos os delitos judaicos eram sancionados pela Mahamad e não estavam sujeitos às autoridades civis de Amesterdão.

A liberdade religiosa e cultural tão desejada dos judeus é revelada pelos vários autores que falam das sucessivas chegadas dos Judeus. Remédios menciona que "era natural, em tais condições, que o seu número aumentasse cada vez mais, que o seu poder e riquezas, a princípio pouco menos que reduzidos e bastante diminutas, sucessivamente fosse crescendo pela afluência dos foragidos, pela fixação dos capitais, pelo desenvolvimento dos interesses (…)"[80]. O mesmo autor segue dizendo que nem os casamentos eram conhecidos e legalizados pela lei comum.

[73] WILKE, Carsten, op. cit.
[74] Idem, p. 119.
[75] DINES, Alberto [et al.] - *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, 1994.
[76] WILKE, Carsten, op. cit.
[77] Ibidem.
[78] MENDES, D. Franco, op. cit.
[79] REMÉDIOS, Mendes, op. cit.
[80] Idem, pp.197-198.

No que toca às associações, os vários autores são unânimes e revelam que a sua atividade era verdadeiramente admirável. No entanto, para Wilke[81] as imensas fundações, principalmente as caritativas, eram a prova da existência de um mal que se agravava todos os dias pela diminuição dos que pagavam ou pelo seu retraimento no desembolso e pelo acréscimo dos que acudiam a Amesterdão de todas as partes, fiados no auxílio e amparo que ali esperavam encontrar.

De todas as instituições mencionadas no ponto anterior, os autores Remédios[82], Vainfas[83], Wilke[84] mostram a grande relevância da Santa Companhia de dotar órfãos e donzelas, que chegou a deter importantes capitais, como a única a abraçar toda a diáspora portuguesa. Entre todas as instituições, a Talmud Torah tornou-se a mais importante e a maior sinagoga da Europa. Segundo Vainfas[85], ela era reservada para a gente da nação, ou seja, judeus espanhóis e portugueses e representava o símbolo da sua união, mas também era considerada, naquela época "o templo judaico mais admirável da Europa"[86].

Para além destas instituições referidas pela fonte em estudo, sabe-se que os judeus portugueses fundaram a sua própria tipografia em Amesterdão. Entre 1604 e 1617 Offemberg recensea pelo menos 14 volumes distintos em espanhol e português, impressos em Amesterdão e destinados à comunidade aí existente[87]. Foi precisamente em 1626 que Menasseh Bem Israel criou uma imprensa hebraica em Amesterdão[88]. Entre as obras por eles produzidas e impressas encontram-se as *Consolações às Tribulações de Israel* de Samuel Usque, os *Estatutos da Santa Companhia de Dotar Orphans e Donzelas*, o *Tratado da Verdade da Lei de Moisés* de Saul Levi Mortera e o *Tratado Teologico- Político* de Bento de Espinosa[89]. No século XVII, Amesterdão era já o principal centro de impressão e difusão do livro[90].

A elite social dos judeus era constituída por prósperos comerciantes que, chegados a partir de 1636, produziram e exportaram açúcar para Amesterdão, importaram produtos europeus, que revendiam no local, tal como escravos africanos, cuja

[81] WILKE, Carsten, op. cit.
[82] REMÉDIOS, Mendes, op. cit.
[83] VAINFAS, Ronaldo - *Inquisição e Judeus Novos no contexto das Guerras Holandesas*, 2006.
[84] WILKE, Carsten, op. cit.
[85] VAINFAS, Ronaldo, op. cit.
[86] MUCZNIK, Lúcia [et al.], op. cit., p.301.
[87] MATOS, M. Cadafaz; SALOMON, H.P, op. cit.
[88] Ibidem.
[89] Ibidem.
[90] MUCZNIK, Lúcia [et al.], op. cit.

importação era monopólio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais[91]. Para além da ajuda financeira, os judeus portugueses de Amesterdão ajudaram os holandeses na conquista de diversos territórios aos portugueses no Brasil. Mais tarde, viriam a constituir uma nova comunidade na colónia holandesa do Brasil. Segundo Vainfas[92], a partir de 1635 partiram para o recife, dominado pelos holandeses desde 1630, e fundaram ali o Kahal Kadosh Zur Israel e o Kahal Kadosh Magen Habraham.

A comunidade judaica portuguesa também ajudou à integração de pessoas de outros países, apoiando-as no momento da sua chegada. Mendes[93] diz que a fama da comunidade portuguesa na cidade levou a que Tudescos e Polacos desvalidos procurassem apoio junto dela. Estes judeus foram socorridos e foi-lhes permitido orar nas instituições criadas pelos judeus portugueses.

Apesar de numa primeira fase Amesterdão ter colocado entraves à fixação judaica, no século XVII, esta cidade era já o mais importante centro Sefardita da diáspora ibérica, tanto a nível social como económico e cultural.

Considerações Finais

A análise da fonte permitiu elaborar um retrato da comunidade judaica portuguesa em Amesterdão no século XVII. Devemos levar em consideração que este retrato é delimitado pelo olhar de um representante da elite dessa comunidade, oriundo de uma família do Porto, e pelas limitações impostas pela própria fonte. Ao longo da análise, fica claro que o autor da fonte conduz o seu relato pela atenção prestada aos indivíduos mais influentes na comunidade e aos cargos de maior prestígio social, pelo que não nos foi possível determinar de uma forma mais exata o número de judeus que constituíam a comunidade, nem avançar sobre a distribuição dos indivíduos no contexto da sua caracterização socioprofissional. O recurso a outros autores permitiu que os dados da fonte fossem complementados, no sentido de se conhecer os fluxos crescentes da emigração dos judeus portugueses para Amesterdão durante o século XVII.

Apesar das limitações, a fonte dá a conhecer o leque das profissões dos judeus portugueses e das instituições por eles fundadas. A análise destas duas dimensões permitiu traçar uma perspetiva do crescimento da comunidade e da sua influência

[91] WILKE, Carsten, op. cit.
[92] VAINFAS, Ronaldo, op. cit.
[93] MENDES, D. Franco, op. cit.

crescente no espaço europeu, indo ao encontro do pensamento de outros autores que se debruçaram sobre o estudo dos judeus portugueses na Época Moderna. Podemos afirmar que a comunidade judaica portuguesa foi crescendo ao longo do século XVII e que este crescimento foi acompanhado da fundação de várias instituições de cariz religioso, educativo e assistencialista. Tais instituições serviram de base para a integração dos recém-chegados e revelam o poder económico e cultural daquela comunidade. Tratava-se de uma comunidade rica, organizada e estruturada em torno de leis próprias, com uma forte identificação com os valores do judaísmo.

O número de instituições ligadas ao culto leva-nos a crer que os judeus encontraram suficiente abertura na cidade para se integrarem, preservando a sua identidade cultural e religiosa. No campo cultural, as instituições criadas mostraram-se relevantes para o conhecimento do papel dos judeus no ensino e na divulgação da arte e da ciência, como é o caso da tipografia, na qual os judeus portugueses se constituíram mecenas de escritores e patronos de academias literárias. A existência de inúmeras instituições direcionadas para a assistência social e económica evidencia uma comunidade que se construiu com algumas dificuldades, mas capaz de se desenvolver e com poder de influência política, económica e cultural. Efetivamente, os judeus portugueses em Amesterdão destacaram-se entre outros judeus nas diversas cidades da Europa, sendo chamados por muitos "os ricos", "os senhores", "os famosos", "os estimados".

Numa investigação futura, é imprescindível o uso de um maior número de fontes primárias portuguesas, até de natureza local, para trazer um superior contributo para a historiografia sobre os judeus ausentes de Portugal, bem como o seu cruzamento com outras fontes holandesas – muitas delas tratadas, imaginamos, mas publicadas em holandês, língua que não dominamos.

Referências Bibliográficas

1. Fontes Primárias

- MENDES, David Franco – Memórias do Estabelecimento e Progresso dos Judeus Portuguezes e Espanhoes nesta famosa cidade de Amesterdam. Crónica portuguesa da História dos judeus sefarditas em Amesterdão até 1772. Edição com introdução e notas por Fuks e Fuks-Mansfeld, e com o comentário, análise e glossários por Teensma. Edição fac-similada da edição

de 1975. In MATOS, Manuel Cadafaz de; SALOMON, H. P. – *Os Judeus Portugueses em Amesterdão. Monvmenta Ivdaica Portvcalensia*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990, pp. 1-151.

2. Bibliografia

- AZEVEDO, João Lúcio de – *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. 3ªed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- BORSANELLI, Rafael – *O desafio da Hospitalidade: Emigrantes e Refugiados* [Em Linha]. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2016. [Consult. 26 abril 2018]. Disponível na WWW: http://www.iea.usp.br/eventos/o-desafio-da-hospitalidade-emigrantes-e-refugiados.
- BRAGA, Isabel Drumond – *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Hugin Editores, 2002.
- CAEIRO – *Os Judeus Portugueses de Amesterdão* [Em Linha]. Questom Judaica, 2015. [consult. 4. maio 2018]. Disponível em: http://questomjudaica.blogspot.pt/2015/10/os-judeus-portugueses-de-amsterdao.html.
- CORRÊA, Emílio Manuel da Silva – *Judaísmo e Judeus na legislação Portuguesa. Da Medievalidade à Contemporaneidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012, 146 p. Dissertação de Mestrado em História e Cultura das religiões apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CRUZ, Maria do Rosário Termudo Barata – A Gazeta de Amsterdam de 1675 e as suas notícias de Portugal. Um centenário esquecido. *Separata de Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 9. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975.
- DARÓZ, Carlos – *Guerra dos Oitenta Anos. A Independência da Holanda (1568-1649)* [Em Linha]. História Militar, 2009. [consult. 4. maio 2018]. Disponível em: http://darozhistoriamilitar.blogspot.pt/2009/03/guerra-dos-oitenta-anos-independencia.html.
- DINES, Alberto [et al.] – *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*. Maria Helena Carvalho dos Santos e José Sommer Ribeiro

(coords.); trad. Maria do Rosário Laureano Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

- FRADE, Florbela Veiga – A Emigração dos Cristãos-Novos Portugueses: Fugas ou saídas?. In MOURA, Angel; COLIN, Michèle; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (coords.). *Caderno de Estudos Sefarditas*. Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2002. 111-134.
- GALE, Thomson – *David Franco Mendes. Enciclopédia Judaica*. [Em Linha]. Enciclopédia. Com: Copyright, 2007. [Consult. 14 março 2018]. Disponível em: https://www.encyclopedia.com/religion/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/franco-mendes-david.
- HOUAISS, António – *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- KARLDAM – *História dos Países Baixos (resumo)* [Em Linha]. Blog Karldam, 2008. [consult. 4. maio 2018]
  Disponível em: http://karldam.blogspot.pt/2008/05/histria-dos-pases-baixos-resumo.html.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa: (1536 – 1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- MATOS, Manuel Cadafaz de; SALOMON, H. P. (dir.) – O**s** Judeus Portugueses em Amesterdão**.** *Monvmenta Ivdaica Portvcalensia*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990.
- MEA, Elvira Azevedo – Inquisição e Minoria judaica séculos XVI-XVII. In BARROS, Maria Filomena; MONTALVO, José (dir.). – *Minorias Étnico religiosas na Península Ibéria: Período Medieval e Moderno*. Évora: Publicações do Cedehus, 2008, p. 381-395.
- MEA, Elvira Azevedo – Inquisição portuguesa: apontamentos para o seu estudo. *Separata de L'identità dissimulata: giudaizzanti iberici nell'Europa cristiana dell'età moderna*. Firenze: Leo S. Olschki, 2000, p. 321-345.
- MEA, Elvira Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro de Almeida. 734 p. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

- MEA, Elvira Azevedo – O Santo Ofício Português: Agente de Emigração para Espanha. *Separata de Inquisición y conversos: conferencias pronunciadas en el III curso de Cultura Hispano-Judía y Sefardí de la Universidad de Castilla. Toledo: Universidad de Castilla-La Mancha*. Toledo: Universidad de Castilla-La Mancha, 1993.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.
- NOVINSKY, Anita Waingort – *Gabinete de Investigação: uma "caça aos judeus" sem precedentes. Brasil-Holanda, Séculos XVII-XVIII*. São Paulo: Editora Humanitas, 2007.
- MUCZNICK, Lúcia Liba [et al.] – *Dicionário do judaísmo português*. Lúcia Liba Mucznick (coord.). Lisboa: Editora Presença, 2009.
- REMÉDIOS, Mendes dos – Os Judeus portugueses em Amesterdão. ed. e estudo introd. de Manuel Cadafaz e Herman Prints Saloman. Edição fac-similada da edição de 1911. In Os Judeus Portugueses em Amesterdão. *Monvmenta Ivdaica Portvcalensia*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1990.
- ROTH, Cecil – *História dos Marranos*. Trad. José Saraiva. Apresent. Herman Salomon. Porto: Livraria Civilização, 2001.
- SALOMON, Herman Prins – *Os Primeiros Portugueses de Amesterdão. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: 1595-1606*. Braga: Oficinas Gráficas Barbosa & Xavier, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo – Inquisição e Judeus Novos no Contexto das Guerras Holandesas. *Textos de História*. Fluminen: Universidade Federal Fluminense. 14:1/2 (2006) 1-16.
- WILKE, Carsten – *História dos Judeus Portugueses*. Trad. Jorge Fernandes Campos da Costa. Lisboa: Edições 70, 2009.

Anexos

1. A população judaico-portuguesa em Amesterdão no ano de 1675. In Remédios, 1990, p. 197-209.

1.1 Lista de Indivíduos da nação que estão casados

Abraham Atias
A. Abendana de Brito
A. Abaf Blondon
A. Arias el Viejo
A. Asubi
A. Aguilar
A. Belmonte
A. Baesa
A. Belmonte de Ishac
A. Bueno Bivas
A. Bueno de Jshac
A. Baruh Enriques
A. Costa Guedelha
A. Costa
A. Costa de Joseph
A. Castiel
A. Castro del Brasil
A. Campos
Abraham Coen de Lara
A. Coronel
A. Costa Andrade
A. Drago
A. Dias da Fonseca
A. Dias
A. Espinosa Catela
A. Franco Mendes
A. Franco Drago
A. Frois
A. Fonseca
A. Fero
A. Gama
A. Guer
A. Gomes Gutierres
A. Gavai Mendes
A. Guer de Nimega
A. Eaim Nunes
A. Habib
A. Haim de Aron
A. Haim Querido
A. Iesurun Espinosa
A. Israel Zagache
A. Iesurun Henriques
A. Ydaña
A. Iesurun de Aron
A. Yeuda Leon
A. Ysrael Monsanto
A. Levi.
A. Levi de Yahacob
A. Lamera
A. Levi de Yshac
A. Lopes Arias
A. Mendes Silva
A. » Vasques
A. » Coutinho
A. » Henriques
A. » el Moso
A. » Silva
A. » Frontera
A. Miranda
A. Moreno
A. Nuñes
A. Nunes Caseres
A. Penso de Yshac
A. Preto de Yshac
A. Pereira Coutinho
A. Pimentel
A. Pineiro
A. Rodrigues Prado
A. » Pereira
A. » Carion
A. » Monsanto
A. » de Azevedo
A. Ramos
A. Semah Fero
A. Senior Coronel
A. Soares
A. Sosa
A. Silva Cardoso
A. Semah Cortisos
A. Teles
A. Toro
A. Vega
A. Vaz
A. Valverde
A. Zagache
A. Zuzarte de David
Aron Aguilar
» Bueno
» Capadose
» Coen de Sara
» Cabeson
» Curiel
» Costa (?)
» Faia
» Gavai faro
» Gomes
» Haim Vaz
» Iesurun
» Mendes
» Medina
» Moreno
» Pereira
» Pinto
» Pereira
» Senior Bentallado
» Vaz Faro
Binjamin Arari
» Aboaf
» Baruh Mendes
» Rocha
» Belmonte
» Chaves
» Espinosa Catel
» Enriques
» Franco
» Yesurun
» Leon Guedes
» Mendes
Baruh da Costa
» Senior
Caliman Haim
Caleb de faro
David Abendana de Semuel
» Atias
» Abrabanel
» » Aredas
» Aboa Fonseca
» Aedo
» Brasilai
» Bueno Mesquita
» Bernal
» Baruh del Brasil
» » Louzada
» Cardoso de Abraham
» Chaves
» Caseres
» Castro Tartas
» Costa Andrade
» Coen Peixoto
» » Rodrigues
» » Enriques
» » de Lara
» Dias Fonseca
» Dargo
» Enriques Faro
» Franco da Costa
» Pereira
» Fernandes Tabago
» Gavai Faro
» Gomes Mendes
» Gamis Vas
» Gabillo
» Yeuda Leon
» de Yeuda Leon el Viejo
» » » » de Micael
» Israel Fores
» » Pelegrino
» Lopez Henriques
» Levi Morteira
» Lopes de Paz

David Lopes
» Levi Maduro
» Leon de Eliezer
» Moreno
» Namias Fores
» Nunes de Mercado
» » Fonseca
» » Mantensa
» Perreira
» Pinho de Mordohai
» Pesoa
» Pinedo
» Rodrigues
» Salom de Azevedo
» Senior Coronel
» » Bentallado
» Tribino
» Val Verde
Daniel Abendana
» » de Joseph
» Bornal
» Belillos
» Cardoso
» Campos
» Iesurun Espinosa
» » de Amburgo
» Levi de Barios
» Lopes Arias
» » de Michael
» » Rio
» Mendes
» » Vasques
» Pinto
» Pereira de Castro
» Rodrigues
» Semah Aboaf
» Silva
» Vas
Eliao Aboaf
» » Cardoso

Eliao Bueno Henriques
» Coen
» Yeuda Leon
» Nunes
» Naar
» Obediente
» Preto
» Suares
Eli Abillo Samas
» de Medina
Eliasar de Solis.
Graviel Aboaf de Eliao
» Moreno
» Lopes Sousa
Guidion Henriques
Guerson Italiano
Harim Franco Atias
Yshac Aboaf ... Haham
» Abeakar
» Aboaf de Paz
» » de Matatia
» Antunes
» Atias de Semuel
» » » David
» Alfarin
» Abrabanel Aredes
» Belmonte
» Bernal
» Baruh
» » de Imanuel
» Bueno de Mora
» Bentancol
» Coen Camiña
» » de Lara
» » Lara de Moseh
» Costa de Mordohay
» Coen Gonzales
» Castro ... Boticario
» Caseres
» Castaño

Yshac Chaves
» Dias
» Ergas Henriques
» Henriques Coutiño
» » Faro
» » Villegas
» Febos
» Furtado
» Gabai Henriques
» Gomes Nieto
» » Souza
» Guedella
» Gaim Aguilar
» Israel Monsanto
» Idaña
» Levi Ximenes
» Levi Flores
» » Bitoria
» Loisada
» Lemos
» Leon Benavente
» Lopes Alvin
» Leon Crasto
» Mendes Silva
» » Peña
» Miranda
» Mercado
» Meza
» Muñon
» Mocata, Vega
» Montezinos
» Mesia
» Nunes Bernal
» » Navaro
» Namias
» Orobio de Castro, Doctor
» Oef
» Penso
» Pesoa

Yshac Prado
» de Pinto
» Piñero
» Pinedo
» Penamacor
» Pina
» Penso de Moseh
» Rocamora Doctor
» Rodrigues
» » Mercado
» Suaso
» Saruco
» Semah Arias
» » de Valencia
» Sousa Brito
» Sacuto
» Sanches
» Sueiro
» Tribino
» Vaz Lopes
» » Martines
» Villareal
Jacob Abendana, Haham
Yahacob Abendana Brito
» Abenatar Pimentel
» Aboaf Osorio
» Aguilar
» Atias
» Avila
» Abendana Pereira
» Baruh Louzada
» Bueno de Mesquita
» Belmonte de Yshac
» Baruh de Ymanuel
» Castro de Pas
» Chaves
» Caseres
» Cordova
» Costa de Joseph
» Costa Atias

Yahacob Dias
» Ergos Henriques
» » el Moso
» Henriques Granada
» » de Sevilla
» » Alvares
» Franco de Silva
» » Pacheco
» » Drago
» Fero
» Figueredo
» Gomes Salzedo
» Gavai Pereira
» Hamis Doarte
» Hesquiau Iesurun
» Yeuda Rodrigues
» Yesurun Espinosa
» »
» Yeuda Leon
» » » de Liorne
» Levi de Uri
» » de Ximenes
» Lopes de Castro
» » Alvin
» » Ximenes de Mose
» Mendes de David
» Mocata
» Marques
» Matos
» Musafia
» Munao
» Mendes Silva
» Nunes Mendes
» » Henriques
» » Castelo
» Oliveira
» Orobio de Castro
» Oef
» Pereira

Yahacob Pereira de Elisa
» » de Silva
» Preto Henriques
» » Suares
» Palma Corillo
» Pinedo
» de Pinto
» Querido
» R.º Nuñes
» R.º de Leon
» Rodrigues
» Saportas ... Haham
» Samora
» Semah Fonseca
» Señor
» » Henriques
» Semah Fero
» Suero
» Siera
» Feez da Costa
» Vaz Martines
» Uziel Cardoso
» » Ribeiro
» Ximenes Cardoso
Joseph de Asevedo
» Abravanel
» Abeñacar
» Atias
» Abenacar Costa
» Berabel
» Coen de Lara
» » » » de Moseh
» Espinosa Henriques
» Falcon
» Faro Hazan
» Franco Nuñes
» Fernandes Reinoso
» Harbon
» Israel Nuñes
» Yesurun

Joseph Yesurum Lopes
» Yeuda Leon
» Levi
» Mendes Rocha
» Mocata
» Pardo ... Hazan
» Pereira
» » Barbero
» Senior Bentallado
» Valero
Jeosua Abas
Josua Coen Peixoto
Jeosua Faro Robi
» Jesurun Furtado
» de Matos
» Serfatin
» Senior Coronel
» Velosinos
Jeuda Asulai
» Obediente
» Rafael Obediente
» Veiga
Jeosiau Calderon
» Mocata
Jeoiadan Yllam
Jonatan Henriques
Johanan Luzia
Jsai Coen
Jmanuel Abenatar ... Hazan
» Abaz
» Aboaf
» Alvares Corea
» Campos
» Levi Mendes
» Nanias de Castro
» Nunes
» de Pinto
» Villa Real
Moseh Aguilar Ribi
» Abrabanel Aredes

Moseh Aboaf de Matatias
» Abas
» Aboaf de David
» » de Pas
» Alvares
» Bueno Henriques
» »
» Blandon
» Curiel
» Castro Fartas
» Chaves
» Chaves de David
» Curiel Rosado
» Calderon
» Drago
» Doria
» Falcon
» Franco Pacheco
» Gavai
» » Henriques
» Gomes
» Yesurun Espinosa
» Yeuda Leon
» Ysrael
» Levi
» » Resio
» Lopes Alvin
» Macabeo
» Mesquita
» Machado
» Moreno
» Machoro
» Musafia
» Noar
» Oeff
» Pereira
» Pesoa
» de Pinto
» Pinto de David
» Rodrigues

Moseh Rosa
» Sacuto
» Salon de Selomo
» Sintob
Mordohay Andrade
» Coen
» Castro Ribi
» Franco Mendes
» Halas
» Yeuda
» Machoro
» Señor
» » Bentallado
Menase Abrabanel
» Delgado
» Gaon
Naphtali Aser
Pinhas Abarbanel
Renel Coen Lobato
Refael Leon Crasto
» Montezino
» Montalto
» Peres
» Padua
Semuel Abrabanel Ribi
» » Sousa
» » de Lisa
» » » Raphael
» » » Jonas
» Aboaf de Pas
» »
» Belmonte
» Carillo
» Belmonte
» Gomes Coitinho
» Gamis Vas
» Leon Guedes
» » Benavente
» Lopes
Semuel Montezino Chaves
» Mendes Vasques
» Oef
» Pereira
» Pinto
» R.º Barbero
» Ramires
» Rosa
» Salon
» Soria
» Siera
» Texera
» Telles
» Vas
» Vello
Selomoh de Avila
» Asulai
» Bueno
» Baruch Lousada
» Escapa
» Gerbon
» Lina
» Levi Maduro
» Machoro
» Marques
» Naar
» Olivera
» Rocamora
» Senior Coronel
» Salon
» Susarte
» Soria
» Faro
Sinon Abeñacar
» Abrabanel Sosa
» del Valle
» Namia
» Costa
Uri Levi, E.

Fonte: Remédios, 1990, pp. 198-204

1.2. Lista de Indivíduos da nação que se encontram solteiros

Abraham Abravanel
» Abendana de David
» Asevedo de Yahacob
» Aboaf de Fonseca
» Abendana
» Alvin
» Bueno de Moseh
» Blondon
» Bueno de Mesquita
» Bueno de Mesquita de D.ª
» Buèno de Daniel
» Coen Cuña
» Costa Andrade de D.ª
» Capadose de Aron
» Chaves de Moseh
» Coen de Lara de Aron
» Coen de Lara de Yshac
» Coitiño
» Carillo de Semuel
» Curiel
» Delgado
» Ergas Henriques
» Henriques Faro de D.ª
» Henriques Faro de Yshac
» Escapa de Selomoh
» Fero de Yahacob
» Fundao
» Fernandes
» Fernandes Reinoso
» Gutieres de Selomoh
» Gomes Araujo
» » Nieto de Yshac
Abraham Gavai Mendes de Yshac
» Gavai Henriques de Moseh
» Gavai Faro de Aron
» Gomes Silveira
» Haim Lombroso
» Ysrael Nunes de Aron
» Lopes Arias de Daniel
» Machoro
» Mesiah
» Machoro de Selomoh
» Mesa de Yshac
» Nanias de Simon
» Nunes Reinoso
» Olivera
» Pesoa de Yshac
» » de David
» » Penso
» Preto de David
» Rocha de Binjamin
» Sarfati
» Susarte Yahacob
» Sanches
Aron Abrabanel Sousa de Semuel
Aron Blandon
» Castiel de Abr.
» Franco Baisela
» Fonseca
» Gomes Gutieres de S.
» Gavai Henriques de Moseh
» Haim Nunes
» Nunes

Aron Pinto de Yahacob
» Pereira de Yahacob
» Rodrigues
» Oef
» Salon, de Asevedo
Benjamin Caseres
» da Cera
» Mendes Castro
» Nunes Pavia
» Pesoa Penso
» Senior
» Sarfatin
Baruh Norsa
David Aguilar de Aron
» Abendana de Imanuel
» Aboaf de Eliau
» Abenatar de Imanuel
» Bueno Mesquita de Yacob
» Coronel
» Chillon
» Franco Mendes
» Gutieres de Selomoh
» Gaon de Yabacob
» Galeno
» Yesurun Espinosa
» Levi de A
» Leon deliasar
» Levi de Uri
» Mesquita
» Montezinos
» Machoro de Selomoh
» Mercado de Yshac
» Machoro de Leon
» Nunes de Moseh
» Penso de Yshac
» Pardo
» Sarfatin
» Semah de Valencia
» Semah da Fonseca
David Ximenes Cardoso
» Zuzarte de Abr.
Daniel Coitiño
» Dias da Costa
» Nunes de Leon
» Peres
» Rocamora
» Salom
Eliau Benveniste
» Lopes
» Gaon
» Senior
Efraim Nunes Castelo
Eliau de David Pereira
Elisah de David Pereira
Yshac Aguilar de Aron
» Andrade Calvo
» Aboaf Asevedo
» Aguilar de Yahacob
» Abravenel
» Abendana
» Belmonte de Yahacob
» Coen de Lara de Joseph
» Curiel de David
» Carillo
» Coen de Lara de Aron
» Castro Pas de Iahacob
» Ergas de Moseh
» Frois de Abraham
» Franco da Silva
» Gaon
» Gomes Gutieres de Abr.
» Gavai Henriques de Moseh
» Hain de David
» Eisquiau Zagache
» Israel Monsanto de Abr.
» Leon de Elieser
» Mendes
» » de Abr.

Yshac Mellado
» Nunes Belmonte
» Navaro de Cadis
» Nieto
» Nunes Bernal el Moso
» Preto de David
» Pesoa de David
» Pereira de Iahacob
» Preto Henriques
» Rodrigues da Costa
» » de Abr.
» » Monsanto
» Rocha de Binjamin
» Rodrigues Pereira
» Senior Godines
» Susarte de Abr.
» Valle de Simon
» Vellozinos de Ieosuah
» Villareal

Jacob Arias
» Alvares
» Abeñacar de Joseph
» Asubi
» Belmonte de Abr.
» Baruh Carvalho
» Brasilai de David
» Baruh de Yshac
» Coen de Abraham
» Carillo
» Chaves de Moseh
» Coitiño
» Curiel de Moseh
» Delgado
» Henriques Coitiño de Ishac
» Franco Baisela
» » de Haim
» Gavai Faro de Mello
» Gama de Abraham
» Gomes de Araujo

Jacob Haim Nunes de Abr.
» Haim Corillo
» Jesurun de Joseph
» » Rodrigues
» Jdana
» Levi Gomes
» Lima de Selomoh
» da Cuesta
» Lopes de Semuel
» Mendes Silva de Abr.
» » Coitiño de Abr.
» Macaveo
» Naar
» Nunes Franco
» Namias de Castro
» Nunes de Daniel
» Namias Fores
» Peña
» Penso
» R.º Pereira
» R.º Monsanto
» R.º Cardoso
» Silva de Daniel
» Texera
» Vilareal
» Vas Lopes de Yshac
» Vello
» Uziel Abilac
» Vaz de Semuel
» Zagache

Joseph Abrabanel Sera
» Abendana de Daniel
» Abrabanel de David
» Belmonte de Iahacob
» Bueno Mesquita de D.ª
» Baruh de Yshac
» Bueno de Aron
» Coen de Abraham
» Costa de Baruh
» Franco Silva

Joseph Guer
» Gaon de Menase
» Iesurun Rod.ª
» Mendes de Castro
» » Henriques
» Namias Fores
» Pinto de Imanuel
» R.º Lopes
» Rocamora
» Semah Fero
» Soto de David
» Toro
» Valverde
» Vieira

Jeosuah Abendana
» Bueno Mesquita
» Faia
» Prado
» Preto
» Sarfati de Selomoh

Jeuda Senior de Mordehay
» » » Jacob

Jonas Abrabanel de Semuel
» » » Joseph

Jesaia de Sousa

Jmanuel Alvares
» Año Bueno
» Curiel
» Namias Tores
» Namias de Eliau
» Serfatin
» Vieira
» Vas de Oliveira

Moseh Nunes Henriques
» Alvares de Joseph
» Alva
» Abenacar de Joseph
» Baruh Henriques
» Dias
» Fonseca

Moseh Faia
» Fernandes Tavago
» Gomes d'Araujo
» Iesurun Lopes
» Lopes Henriques
» Mendes de Benjamin
» Mendes de Castro
» Musafia de Aron
» Nunes Henriques
» Orobio de Castro
» Preto Henriques
» Preto de Iahacob
» Salon de Ishac
» Salom de Semuel
» » de David
» Senior Coronel
» Toro de Semuel
» Villa Real
» Zagache

Mordohai Gama
» Sanches

Menase Iesurun Henriques

Micael de Caseres
» Namias

Refael Atias
» Iesurun Lopes
» Penso

Semuel Bernal
» Bueno
» Curiel
» Henriques de Sevilla
» » Yeuda Leon
» Mendes Serano
» » Silva
» » Frontera
» Pina
» Palache
» Sarfati
» Villa Real

Selomoh Abrabanel Sousa

Selomoh Abrabanel Sousa [de Yshac]

Selomoh Abas
» Costa
» Curiel de Moseh
» Coronel
» Doria

Selomoh Ieuda Leon
» Lopes Henriques
» Musafia
» Oliveira de Yshac
» Salom de David
» Sanches
» Susarte de Abr.

Fonte: Remédios, 1990, pp. 205-209

2. Indivíduos em Amesterdão (1593-1669)

Indivíduos	Nome depois de Circuncidar	Data de Chegada	Ano de Morte
Jacob Tirado	Sem Informação	1593	Sem Informação
António Lopes Pereyra	Sem Informação	1598	Sem Informação
Miguel Lopes	Sem Informação	1597	Sem Informação
Maria Nunes	Sem Informação	1597	Sem Informação
Gaspar Lopes Homem	Sem Informação	1597	Sem Informação
Mayor Rodrigues	Sem Informação	1598	Sem Informação
Justa Pereyra	Sem Informação	1598	Sem Informação
Francisco Nunes Homem	Abigail	1598	Sem Informação
Imanuel Abendana	David Abedema	1598	Sem Informação
Jahacob Israel Belmonte	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Gimar Vaz	Sem Informação	1599	1629
Mosseh Belmonte	Simnha Belmonte	1599	Sem Informação
Aharon Sarphatim	Sem Informação	1619, setembro	1647
Daniel Obediente	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Rabi Josseph	Sem Informação	Provavelmente deverão ter chegado em 1597.	Sem Informação
Melchior Mendes Franco	Sem Informação	Provavelmente deverão ter chegado em 1597.	Sem Informação
Sara Franco	Abraham Franco Mendes	1598/04/27	Sem Informação
Francisco Mendes Medeyros	Sem Informação	1598/04/27	Sem Informação
Christoval Mendes Franco	Ishac	1598/04/27	Sem Informação
Os Nobre Souzas	Mordechay Franco Mendes	1598/04/27	Sem Informação
Os Candidos Safartims	Sem Informação	1598	Sem Informação
Felices Curieis	Sem Informação	1598	Sem Informação
Diego Gomes Lobato	Sem Informação	1598	Sem Informação
Paulo de Pina	Abraham Cohen	Sem Informação	Sem Informação
Manuel Pimentel	Rehuel Jessurum	1604	Sem Informação
Garcia Pimentel	Ischac Abenjacar	Sem Informação	5374/1614
Abraham Pharrar	Sem Informação	Sem Informação	1607
David Pharrar	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Abraham Zacuto Luzitano	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Ishac Aboab	Sem Informação	1614	1642
Menasse Ben Israel	Sem Informação	1654	Sem Informação
Josseph Bem Israel	Sem Informação	1614	1658
Haham Ischac Aboab	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Mãe de Haham Ischac Aboab	Sem Informação	1612	1693
Pai de Haham Ischac Aboab	Sem Informação	1612	Sem Informação
Gabriel	Sem Informação	1612	Sem Informação
Baltazar Orobio	Uriel Acosta	1623	1647
Ishac Penço Felis	Ishac Orobio de Castro	1630/40	1687
Ester Penço	Sem Informação	Sem Informação	1683, II, 24
Josseph Penço	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação

Abraham Penço	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Abraham Naar	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Baruch Espinosa	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Jacob de Pinto	Sem Informação	1632/11/24	1677
Ishac de Pinto	Sem Informação	1669	Sem Informação
Mosseh Curiel	Sem Informação	1669	1682
David Franco Mendes	Geronimo Nunes da Costa	Sem Informação	Sem Informação
Miguel Levi de Barios	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Ribca Simha Franco Mendes	Daniel Levi de Barios	Sem Informação	Sem Informação
Abraham Franco Mendes	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
Mordecay Franco Mendes	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação

Fonte: Mendes, 1990

MATA, Simão Castro Feijó Araújo da – A Presença portuguesa na América espanhola do século XVII: Luís Gomes Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 305-333.

A presença portuguesa na América espanhola do século XVII. Luís Gomes Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias

Simão Castro Feijó Araújo da Mata

scfamata@gmail.com

Resumo

Ao longo da chamada Época Moderna, comerciantes portugueses espalharam-se pelo globo, criando redes de contatos e fluxos comerciais que se estenderam também a territórios desligados da tutela da Coroa portuguesa. Este trabalho tem como objetivo analisar algumas particularidades da comunidade portuguesa cristã-nova residente em Cartagena das Índias, no Vicerreino do Peru, através de uma abordagem biográfica que procura incluir elementos de uma análise prosopográfica. Recorrendo ao processo inquisitorial de Luís Gomes Barreto procura-se assim, além de compreender aspetos da sua rede pessoal de relações, retirar algumas conclusões referentes à natureza das perseguições inquisitoriais americanas das décadas de 1630 e 1640.

Palavras-chave: comerciantes, cristãos novos, transimperial, União Ibérica, Cartagena das Índias

Abstract

Throughout the so-called Early Modern Period, Portuguese merchants spread out through the globe, establishing contacts and commercial networks that also reached territories that were not under the rule of the Portuguese crown. This paper aims at analyzing some particularities of the Portuguese community living in Cartagena de Indias, in the Viceroyalty of Peru, through a biographical approach which seeks to include elements of a prosopographical analysis. Calling upon the inquisitorial process of Luís Gomes Barreto we seek, besides understanding certain aspects of his personal network of relationships, to draw conclusions regarding the nature of the american inquisitorial persecutions of the 1630s and 1640s.

Keywords: merchants, new christians, transimperial, Iberian Union, Cartagena de Indias

Abreviaturas

AHN - Archivo Histórico Nacional

LGB - Luís Gomes Barreto

Introdução

A cidade de Cartagena das Índias – localizada na costa caribenha da atual República da Colômbia – destacou-se, ao longo da primeira metade do século XVII, como um dos vários centros urbanos americanos cuja integração na economia atlântica garantiu, além do crescimento da população espanhola[1], uma contínua e crescente presença portuguesa. Como ponto de partida para este estudo, pressupôs-se a ampliação da circulação de portugueses na América espanhola durante a referida época, assim como a consolidação da sua influência neste espaço do Império. A cidade de Cartagena assumir-se-ia como um dos destinos de maior destaque para os portugueses, dado o peso que aí deteve o comércio - esclavagista, sobretudo - e todas as oportunidades de ascensão social e enriquecimento que essa atividade gerava paralelamente.

A relação da Coroa espanhola com a presença destes estrangeiros foi sempre ambígua, e, por vezes, contraditória. Nas áreas americanas conquistadas, as imposições e ditames da Coroa e das instituições do poder central tenderam a ver-se limitadas pelos interesses e poderes locais e regionais. Estes últimos distinguiram-se pela sua capacidade de se afirmarem no momento e no terreno, num contexto propício à criação de situações "excecionais" – ou seja, de legalidade ambígua aos olhos do poder central – que, para todos os efeitos, constituíam a normalidade quotidiana nesses territórios.

Tendo em conta o objetivo proposto, espera-se que este trabalho possa contribuir para a investigação contemporânea do fluxo transimperial de pessoas e bens, através de uma análise da relação das comunidades minoritárias e "forasteiras" com a sociedade e o poder político envolventes. Em termos mais específicos, pretende-se, também, compreender melhor o papel desempenhado pelos portugueses na colonização espanhola da América durante o recorte temporal definido, mas também refletir sobre a diversidade do panorama social e humano nas colónias espanholas e a natureza dos conflitos sociopolíticos que atravessam o período. Foi neste sentido que se definiram as questões de partida para o projeto: averiguar algumas das formas de agrupamento e inserção dos portugueses nas colónias espanholas, procurando ter em conta a dinâmica interna destes, assim como as suas complexas relações com as autoridades e a sociedade envolvente. Para este efeito, valemo-nos sobretudo de conceitos operativos como

[1] Ainda que seja questionável a força e capacidade agregadora de uma identidade "espanhola" (ou seja, uma identidade comum a todos os territórios ibéricos com a exceção de Portugal) nessa época, esse termo – ainda que usado de forma algo anacrónica – será aqui usado numa aceção meramente geográfica, descrevendo-se como "espanhóis" todos os peninsulares não naturais de Portugal, ou descendentes destes já nascidos nas Américas.

"confiança", "reputação", "interdependência" e "mutualidade", que nos permitem interpretar os fenómenos acima mencionados.

Isto é feito através de uma abordagem biográfica que tenta não perder de vista um certo teor prosopográfico. Ao conhecermos o percurso de vida de Luís Gomes Barreto (LGB), um traficante de escravos cristão-novo, natural de Viseu mas vizinho e membro do *Cabildo*[2] de Cartagena - cujo historial junto do Santo Ofício culminará na sua condenação por criptojudaísmo e exílio desta cidade em 1651 - torna-se evidente que o estudo do seu percurso, das redes em que se articulou, da sua relação com o poder local, etc., demonstra ter o potencial necessário para uma articulação com o panorama mais amplo dos mecanismos, estratégias e limitações à inserção dos portugueses na América espanhola.

Como fonte primária optou-se, assim, por sustentar a investigação com base no segundo – mais extenso - processo de fé de LGB, datado de 1650-51[3]. A análise efetuada passou essencialmente pela recolha dos testemunhos de todos aqueles envolvidos no processo - ou cujo momento de passagem pelo Santo Ofício tenha sido transcrita para o documento pelo fiscal do Santo Ofício - o que nos forneceu os detalhes necessários relativos aos perfis sociais dessas pessoas, para além de nos informar acerca do teor específico dos depoimentos e da natureza destes. Cruzando a informação daí retirada com as conclusões da bibliografia recolhida, foi então possível comparar algumas tendências e padrões.

Em resumo, pela análise de uma trajetória de vida individual, pretendeu-se também reconstruir e explorar aspetos da comunidade portuguesa em que se integrava essa pessoa, de modo a relativizar a visão deste grupo como uma comunidade estritamente endogâmica e fechada sobre si mesma, e elencar, além de alguns dos principais mecanismos de coesão interna por eles utilizados, exemplos demonstrativos da sua inserção numa cidade do Império espanhol.

[2] Corporações municipais criadas para a administração das cidades. De inspiração medieval, nela estariam representadas as elites locais que exerceriam o poder em nome do Rei, ainda que com um elevado grau de autonomia.
[3] Archivo Histórico Nacional (AHN) - *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bloque 2.

1. Quadro teórico-metodológico

1.1. Estado da arte

Com a década de 1990, e em especial a partir do século XXI, as influências de novas escolas e tendências historiográficas, com destaque para a *World History* anglo-saxónica, vieram renovar o estudo dos Impérios Ibéricos, abrindo novas possibilidades para a abordagem ao nosso tema. Como aponta Serge Gruzinski, a história de um país (ou de um Império) não pode negligenciar as várias "histórias" locais, particulares, sem no entanto deixar de vocacionar-se para a construção de uma renovada visão totalizante. A Monarquia hispânica constitui-se como objeto de estudo privilegiado para este tipo de aproximação, pela sua grande variedade interna de territórios, formas de administração, de organizações sociais, etc. A ênfase da atual historiografia é agora colocada na circulação interna no considerável espaço da Monarquia, no cruzamento de influências que ela possibilitou e nas novas formações (políticas, sociais, económicas, culturais…) de natureza "híbrida" que se foram desenvolvendo. Esta necessidade de "descer" ao local e ao particular – no sentido de aperfeiçoar as formulações de sínteses gerais - é enfatizada também por Diogo Ramada Curto, ao referir-se à abordagem biográfica[4].

Paralelamente, também a circulação de portugueses para a América espanhola (e vice- versa) tornou-se agora mais "naturalizada" aos olhos da historiografia. Ainda que não se negue a hostilidade de certos setores espanhóis, e, em certas ocasiões de forma mais veemente, da Coroa, entende-se agora o "elemento português" como parte integrante da estrutura colonial, atuando em prol da construção duma ordem espanhola no território, inserindo-se nas dinâmicas locais e regionais de poder. Tendo isto em conta, e baseando- se no conceito de monarquia "corporativa", vários autores empreenderam leituras da presença portuguesa assentes em vetores como o delineamento de "bandos" clientelares e as táticas de imiscuição na sociedade local, assente na chamada economia "da dádiva" e do "bem comum", ou a complexa e contraditória relação dos portugueses "ilegais" com o Estado espanhol[5].

[4] GRUZINSKI, Serge - *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories*, pp. 175-195; O texto de Curto incide também, precisamente, sobre um português que vai circulando e construindo a sua vida nas Índias de Castela, no Brasil, em Castela e em Portugal: CURTO, Diogo *Ramada – O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru*, pp. 27-35.

[5] Alguns exemplos podem ser encontrados em: CARDIM, Pedro - *"Todos los que no son de Castilla son yguales". El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares*; CEBALLOS, Rodrigo – *Arribadas Portuguesas: A participação Luso-Brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1650).* Rio de Janeiro; FRAGOSO, João – *A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império português (séculos XVI e XVII).* Vitória; IBID, et. al. – *Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.* Lisboa.

1.2. Método de análise e breve nota biográfica de LGB

Considerando o objeto de estudo, e conforme já foi referido, entendemos que seria de grande pertinência a adoção de uma análise de pendor biográfico enquanto forma de aproximação ao tema. Reconstituir trajetos de vida - considerando interesses e motivações individuais mas pensando também as ideias e ações de indivíduos por relação com outros agentes e estruturas envolventes - inserindo-os em processos históricos mais amplos, possibilita a construção de conhecimento sobre fenómenos que "ultrapassam" esses indivíduos, e cujo interesse para a historiografia é, naturalmente, maior. A leitura de percursos individuais demonstra, portanto, ser de grande utilidade para a elucidação das questões de partida deste trabalho.

No entanto, para os objetivos por nós propostos, não se demonstraria suficiente o "simples" enquadramento do indíviduo no seu contexto histórico, ou seja, a análise dos atos, atitudes e valores duma pessoa particular por relação a um quadro mais amplo que permitiria a compreensão dessas caraterísticas do sujeito. De modo a analisar a comunidade mercantil portuguesa - enquanto um coletivo - na cidade de Cartagena, optou-se por, sempre que tal se mostrou possível, comparar a situação de LGB com a de outros portugueses aí presentes, tentando-se encontrar pontos em comum no que toca aos seus perfis sociais e aos seus mecanismos e formas de relação inter e intra-grupais.

Durante as investigações bibliográficas, uma figura que acabaria por se destacar seria a de LGB. Apesar de já referido em alguns trabalhos - sobretudo aqueles que tratam da perseguição inquisitorial nas Américas, das redes comerciais iberoamericanas ou da história local de Cartagena - nunca esse traficante de escravos português foi objeto de estudos de maior detalhe, como o foram, por exemplo, os comerciantes Jorge Fernandes Gramaxo (também ele fixado em Cartagena) e Manuel Batista Peres (estabelecido em Lima)[6].

Natural da cidade de Viseu, LGB envolver-se-ia desde jovem no tráfico de escravos, acabando por fixar-se em Cartagena no início da década de 1590. Progressivamente, acabaria por conseguir inserir-se no meio das elites locais – processo que culmina em 1607, com a compra do cargo de "*depositario general*"[7] do *Cabildo*, passando assim a integrar-se oficialmente nesta instituição de poder local. A partir daí, a

[6] VENTURA, Maria da Graça A. Mateus - *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências.* Lisboa; IBID – *Jorge Fernandes Gramaxo, um mercador algarvio em Cartagena das Índias (1590-1626).* Portimão.

[7] Este funcionário do *Cabildo* estava encarregado de cobrar e gerir as receitas dessa instituição, devendo ainda tutelar os bens sob litígio.

sua rede de contactos comerciais conquistara as condições para se expandir enormemente, articulando-se com negociantes portugueses de vários pontos do mundo atlântico, como o já referido Manuel Batista Peres em Lima, ou Simón Rodriguez Bueno em Sevilha.

No entanto, e dentro dum contexto de acirrar das tensões entre espanhóis e portugueses - especialmente aqueles dedicados ao comércio - o seu percurso final de vida acabaria marcado pela perseguição que lhe foi movida pela Inquisição, com base em acusações de criptojudaísmo. Conseguindo absolver-se neste primeiro processo datado de 1636 e que envolveu também vários outros influentes portugueses da cidade, acabaria por não conseguir escapar duma segunda acusação, movida contra ele a partir de 1650, no contexto da visita do inquisidor sevilhano Pedro de Medina Rico[8]. Acabaria, com isso, condenado no ano seguinte à penitência em procissão de auto de fé, sendo depois desterrado de Cartagena, com metade dos seus bens confiscados.

1.3. Crítica da fonte

De modo a estudar a vida de LGB, a fonte que por si só se previu ser mais abundante em informação foi, precisamente, o seu longo processo inquisitorial de 1650-51. Apesar de nunca lhe haverem sido dedicadas numerosas páginas, este documento particular já foi analisado por alguns autores, no âmbito de estudos de história económica e comercial (relacionando-o com o comércio interno das colónias e do mundo iberoamericano), ou através de uma inserção do seu caso no quadro geral da repressão inquisitorial americana[9]. Em qualquer dos modos, nunca se ultrapassou a mera dimensão biográfica ou se enveredou em profundidade na análise dos outros agentes envolvidos no processo e das relações entre eles.

Este documento judicial da Inquisição de Cartagena (aí estabelecida desde 1610)

[8] Os visitadores eram enviados metropolitanos da Inquisição, encarregados de fiscalizar a atividade das ramificações coloniais do Santo Ofício e detetar irregularidades no funcionamento das mesmas. O julgamento de LGB em 1650 integra-se no esforço deste visitador particular de retomar processos considerados indevidamente resolvidos no passado (neste caso, a acusação de judaizante feita contra LGB, em 1636).

[9] Os estudos que referiram a figura de LGB e a analisaram de forma mais ou menos extensiva são os seguintes: ESCOBAR, Ricardo - *Los Criptojudíos de Cartagena de Indias: un Eslabón en la Diáspora Conversa (1635-1649).* Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura; FERNÁNDEZ, Manuel Tejado - *Aspectos de la vida social en Cartagena de Indias durante el seiscíentos***.** Sevilha; VENTURA, Ibidem; SCHORSCH, Jonathan - *Swimming the Christian Atlantic: Judeoconversos, Afroiberians and Amerindians in the Seventeenth Century.* Leiden; VIDAL ORTEGA, Antonino, D' AMATO CASTILLO, Guiseppe – *Cartagena de Indias y los Mercaderes Portugueses de Esclavos en la Primera Mitad del Siglo XVII*. Anais de Historia – CHAM; VILA VILAR, Enriqueta - *Extranjeros en Cartagena (1593-1630).* Anuario de Historia de América Latina.

segue uma rígida estrutura formal, descrevendo em detalhe os vários passos do processo, indo desde a recolha de denúncias e a detenção do réu, passando pelas audiências do tribunal e a aplicação da tortura, culminando na sentença final. Inclui ainda excertos de outros processos - mais habitualmente depoimentos de outros réus ou testemunhas, o que nos concede informações preciosas relativas a outros portugueses envolvidos. Em suma, esta fonte revela-se como essencial não somente para conhecer a história de vida dessa personagem, visto que nos apresenta também uma grande quantidade de informação relativa a outros importantes setores da sociedade local, quer estes tenham acabado ou não perseguidos pelo tribunal.

Tendo este documento sido escrito por membros do Santo Ofício (fiscais, inquisidores e o visitador de Cartagena, Pedro de Medina Rico), as afinidades destes a essa instituição são óbvias, traduzindo-se num documento carregado de tons acusatórios e pendor antijudaico. Todo o julgamento era orientado, desde o começo, para a condenação do réu - recolhidas as denúncias, era a ele que competia a demonstração da sua inocência, e não ao tribunal, como no sistema judicial moderno. Devido a esta falha estrutural, levantam-se algumas dificuldades sempre que se torna necessário analisar o conteúdo particular de cada depoimento e determinar o seu grau de veracidade. Nesses momentos, o problema de discernir entre "verdade" e "falsidade" deve ser resolvido de forma casuística, tendo em conta as limitações já referidas e atendendo aos perfis, interesses e valores conhecidos para cada um desses testemunhos.

Além disso, o facto de o processo gravitar em torno de um só homem tem óbvios efeitos restritivos sobre o potencial de informação, nunca se evadindo muito além do círculo de relações de LGB ou das figuras que com ele trataram, direta ou indiretamente. A leitura de processos inquisitoriais de outros portugueses perseguidos em Cartagena expandiria assim, logicamente, a rede de relações em análise. No entanto, e apesar destas limitações, a natureza da fonte escolhida, assim como as caraterísticas do próprio LGB - homem de considerável estatuto social e extensa rede de contactos - possibilitaram alargar o foco deste estudo para além da escala estritamente individual.

Por esse motivo - e tomando inspiração nos estudos recentes sobre o papel da cooperação na construção de redes[10] - procurou-se, ao longo da leitura da fonte, além de traçar os perfis socioeconómicos de todos os que contribuíram para o processo com

[10] Alguns exemplos: RIBEIRO, Ana Sofia - *A endogamia em redes mercantis da «Primeira Idade Global»: O caso da rede de Simon Ruiz (1553-1597).* Porto; CURTO, Diogo Ramada, MOLHO, Anthony - *Commercial Networks in the Early Modern World.* Florença.

depoimentos, reunir dados como a profissão, o cargo, as honras e títulos concedidos, a naturalidade e local de residência, entre outros. Além destas caraterizações individuais, também se examinou a relação desses com LGB e o conteúdo particular de cada testemunho. Apenas deste modo se conseguiria passar a reconstituir cenários mais amplos, referentes a aspetos da vida social de Cartagena das Índias.

2. Contexto Histórico

2.1. Fluxo português para a América espanhola: traços gerais

Apesar das numerosas restrições à entrada de estrangeiros nas Américas e dos vários protestos das autoridades locais, é atualmente inquestionável o fluxo de vários europeus (italianos, franceses, flamengos, mas, sobretudo, portugueses) para o Novo Mundo, quer de modo legal – através de naturalizações, licenças individuais, etc. - quer clandestinamente. Facilmente encontramos muitos portugueses com percursos semelhantes ao de LGB. Estes tendem a nascer na península, evadindo-se depois para as Américas, onde permanecem com diferentes graus de integração, acabando por abandonar essas terras por opção própria ou – normalmente caso se tratem de comerciantes cristãos-novos - devido à repressão inquisitorial que se inicia em peso na década de 1630. Em Portugal, é de especial destaque a investigação de Maria da Graça Mateus Ventura sobre as comunidades mercantis portuguesas da América espanhola. A sua longa pesquisa materializou-se na obra de referência "Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências", onde junta uma volumosa recolha empírica com uma análise das formas de agrupamento e sociabilidade desses comerciantes, trabalho este empreendido numa escala ainda não igualada em Portugal.

Foi no tráfico de escravos que os portugueses (de Cartagena e não só) se destacariam, criando redes de negócios que partiam de Lisboa e Sevilha, ligando as feitorias na costa atlântica africana aos territórios ibéricos na América. Desde meados do século XVI que as casas comerciais portuguesas iam desempenhando um papel cada vez maior neste negócio, trocando os escravos por prata peruana e produtos tropicais. Esta "infiltração" portuguesa na economia da América espanhola apenas seria reforçada com a União Ibérica, e mais ainda no século XVII, quando os poderosos comerciantes portugueses aproveitaram as dificuldades financeiras da Coroa espanhola para

consolidar o seu domínio sobre este negócio[11].

2.2. Cartagena das Índias no Império espanhol

A cidade de Cartagena das Índias encontra-se na costa caribenha da antiga Audiência de Santa Fé de Bogotá – por sua vez integrada no Vicerreino do Peru (exibem-se estas divisões administrativas e judiciais na Figura 1) - e destacou-se durante o período colonial como um importante porto de escravos[12]. Apesar da colonização da América espanhola ter assentado em grande parte na exploração económica dos indígenas por meio de formas semiforçadas de trabalho (é o caso, por exemplo, da exploração mineira de Potosí baseada na "*mita*", sistema que impunha às comunidades indígenas duras prestações regulares de trabalho), a importação de escravos africanos nunca foi interrompida, não apenas em função do estatuto social que um escravo conferia, mas sobretudo pela sua importância económica nas regiões onde a mão de obra indígena se havia tornado escassa.

Figura 1. Subdivisões administrativas e judiciais do Vicerreino do Peru em 1650 e indicação da localização de Cartagena das Índias (Wikimedia Commons).

Legenda: 1 – Real Audiência do Panamá
2 – Real Audiência de Santa Fé de Bogotá
3 – Real Audiência de Quito
4 – Real Audiência de Lima
5 – Real Audiência de Charcas
6 – Real Audiência do Chile

[11] BARRETO, Gleydi Sullón - *Vasallos y extranjeros. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680.* Madrid; HUTZ – *Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América espanhola (1580-1640).* Campinas; VENTURA - *A participação Dos portugueses no comércio regional e inter- regional Hispano-Americano, a partir do Rio da Prata (1580-1640).* Colónia do Sacramento. VIDAL ORTEGA, D' AMATO CASTILLO, Ibidem.

[12] IBID, Ibidem, p.188-189; RIVERA – *Los Portugueses y la Trata Negrera en Cartagena de Indias.* Temas Americanistas. p. 19-23.

No início do século XVI a Coroa espanhola passou a permitir o envio de escravos para os portos caribenhos. É a partir do último quartel do século XVI, e durando até meados do século seguinte, que Cartagena se afirma como principal ponto redistribuidor de escravos da chamada *Tierra Firme* (os territórios continentais banhados pelo mar das Caraíbas), das Antilhas e da restante América do Sul, tornando-se uma "grande feitoria" onde eram "armazenados" centenas de escravos à espera de serem comprados ou redistribuídos. A cidade deveu essa sua nova centralidade à integração do seu porto na rede das Frotas sevilhanas, à conquista da autorização de comércio esclavagista (pela Real Ordem do dia 23 de fevereiro de 1571) e à intensa circulação local de metais preciosos[13].

2.3. O peso do tráfico esclavagista

Se recorrermos ao processo inquisitorial de LGB, confirmaremos que a enorme maioria dos portugueses mencionados no processo estavam ligados ao comércio: o próprio feitor do "*asentista*" em Cartagena era um português, Fernando Lopes de Acosta, também ele mais tarde acusado de criptojudaísmo[14]. Um dos principais factores a beneficiar esta tentativa portuguesa de domínio do tráfico teria sido a substituição do sistema de "*Licencias*" pelo "*Asiento*" monopolista em 1595. O "*asentista*", um intermediário entre a Coroa e os traficantes de escravos, encarregava-se de encontrar compradores para as licenças de tráfico, servindo assim de mediador entre estes e a Coroa. Para um *asentista* português, isto significaria a possibilidade de garantir que apenas os membros da sua rede de influências (tendencialmente portugueses) poderiam legalmente fornecer escravos às colónias espanholas[15]. O facto das quotas limites de escravos definidas pela Coroa se demonstrarem cronicamente insuficientes para satisfazer a procura americana conduziu a que fossem novamente os traficantes de Portugal que, penetrando nesses mercados, abastecessem diversas regiões da América recorrendo ao contrabando, ao suborno, a influências políticas, etc.

Por outro lado, o tráfico intercolonial tendeu sempre a ser controlado, não pelos negreiros que atravessavam o Atlântico, mas antes pelos intermediários dos grandes portos americanos, à cabeça dos quais se encontrava Cartagena. Eram estes feitores que, recebendo as cargas de escravos vindas de África, se encarregavam de as redistribuir

[13] AZOPARDO - *El comercio y mercado de negros esclavos en Cartagena de Indias (1533-1850).* p. 189.
[14] AHN - *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bl. 2, 19 verso; Idem, 133 Verso.
[15] VILA VILAR – *Los asientos portugueses y el contrabando de negros*. Anuario de Estudios Americanos. p. 557-558; AZOPARDO, Ibidem, p. 188-191.

pela sua rede americana de contatos comerciais. Também este tráfico entre regiões americanas conheceu a participação dos comerciantes portugueses fixados em Cartagena, muitos dos quais acabaram, aliás, por aproveitar a sua presença nos mercados locais para exportar para a Europa produtos como o tabaco, cacau, gengibre, couros, etc[16].

2.4. Os portugueses em Cartagena das Índias

Foi durante a União Ibérica que Cartagena se afirmou enquanto porto redistribuidor de escravos, com uma notável e crescente presença portuguesa. Não apenas grandes comerciantes vinham estabelecer-se na cidade, pois lá chegariam portugueses de várias condições sociais, atraídos pelas possibilidades de trabalho e enriquecimento que o comércio (novamente, sobretudo o negreiro) aí garantia[17]. Conforme nos indicam Antonino Vidal Ortega e Giussepe D' Amato Castillo, em 1590 o capitão Luis de Santamaría relatava a existência de 140 portugueses instalados na costa caribenha da Audiência de Santa Fé, e a chegada de cada vez mais[18]. Por sua vez, Jonathan Schorsch aponta para a existência, em 1630, de pelo menos 154 portugueses apenas na cidade de Cartagena, compondo cerca de 10% da população europeia da cidade[19]. São estes testemunhos que sustentam a defesa, por Vidal Ortega e de Castillo, de que entre 1580 e 1640 "lo portugués estuvo presente de manera cotidiana en todos los aspectos de la vida diaria de Cartagena de Indias"[20].

Para além da sua importância em termos numéricos, esta comunidade destacava-se também em termos económicos. Participando no comércio transatlântico, mas também no intercolonial e regional, haviam assim conseguido fortunas e uma preponderância social notável. A sua relação com os outros setores da cidade era, deste modo, pautada por uma constante tensão e ambiguidade, dado a sua riqueza, prestígio e crescente poder estarem constantemente contrapostos à sua condição de estrangeiros, monopolistas e, em vários casos, cristãos-novos.

[16] IBID, Ibidem, p.188-189; RIVERA, Ibidem, p. 22-25.
[17] VILA VILAR – *Extranjeros en Cartagena*.
[18] VIDAL ORTEGA, D'AMATO CASTILLO, Ibidem, p.5.
[19] SCHORSCH, Ibidem, p.123.
[20] VIDAL ORTEGA, D'AMATO CASTILLO, Ibidem, p.7

2.5. Escalar das tensões luso-espanholas

Apesar de se dever relativizar a hostilidade para com a presença portuguesa, a certa altura torna-se inegável uma perseguição acesa de alguns dos setores mais influentes desta comunidade portuguesa na América. O constante fluxo português para a América espanhola levou a que algumas das tensões entre esta crescente comunidade e certos setores das elites e das autoridades locais americanas não fossem nunca acalmadas em definitivo[21]. Para além de constituírem poderosos rivais no comércio e na obtenção de cargos públicos, tendiam a ser acusados das já referidas práticas de contrabando, criptojudaísmo e, nas áreas de incursão dos bandeirantes, da captura e escravização de índios.

Eventualmente, desde o início do século XVII, mas especialmente a partir da década de 1620, a pressão política colocada sobre a Coroa espanhola iria conduzir ao agravar das restrições à emigração estrangeira para as Índias, ao mesmo tempo que a Inquisição estendia a sua influência e exacerbava as perseguições ao criptojudaísmo. O clima de perseguição e hostilidade culminaria numa série de grandes processos inquisitoriais na década de 1630, destacando-se, em 1639, o grande auto de fé em Lima que vitimaria mais de uma centena de comerciantes de origem portuguesa, suspeitos de manterem os rituais judaicos. Após a Restauração, em 1640, a situação tornar-se-ia ainda mais complicada para os portugueses e seus descendentes na América espanhola, forçando-os frequentemente a redefinir-se totalmente como "espanhóis". A averiguação da natureza mais profunda desta onda americana de repressões – que, para além da sua dimensão religiosa, conjuga ainda fatores sociopolíticos e económicos – está, em grande medida, ainda por fazer, e a sua análise seria do maior interesse para a compreensão da história da presença portuguesa nestas colónias.

3. Análise

3.1. Os portugueses aos olhos das autoridades coloniais

Como apontam Stuart Schwartz e Lewis Hankel, apesar da presença portuguesa na América espanhola ser já conhecida - tanto ao tempo da Conquista do continente como durante a União Ibérica e em épocas posteriores - este tema apenas começou a ser objeto de estudos mais aprofundados e sistemáticos a partir da segunda metade do

[21] VENTURA - *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica.*

século XX[22]. É importante mencionar, no entanto, que para a região do Rio da Prata em geral, e Buenos Aires em particular, os investigadores locais tenderam a reconhecer mais precocemente o peso das comunidades portuguesas no desenvolvimento histórico dessas áreas[23].

Nos primeiros trabalhos versando sobre a penetração portuguesa nos territórios espanhóis, esta acabou encarada como essencialmente disruptiva, contrária aos interesses dos monarcas Habsburgos e de grande parte das elites criolas. Analisados sobretudo pela sua associação à prática do contrabando e às incursões de captura de índios, tendeu-se ainda a reproduzir uma imagem redutora dos portugueses enquanto maioritariamente cristãos-novos, agrupados em comunidades fechadas e endogâmicas. Apesar de se admitir a formação de relações de clientela e uma certa influência na administração local, a presença dos portugueses foi, portanto, inicialmente analisada enquanto elemento intrusivo, um entrave ao domínio efetivo da Coroa espanhola sobre esses territórios.

Tal deveu-se, em grande parte, ao facto dos estrangeiros penetrarem sobretudo por meios clandestinos nas colónias espanholas, tornando esta presença difícil de quantificar. No entanto, a comunidade portuguesa torna-se relativamente mais simples de detetar (quando comparada à presença de outros estrangeiros) devido à sua notória participação no comércio e contrabando atlântico, intercolonial e regional, e, a partir da década de 1630, pela já referida perseguição que a Inquisição moveria a proeminentes comerciantes portugueses. Apesar de se admitir a formação de relações de clientela e uma certa influência na administração local, a presença desta comunidade foi, portanto, sempre analisada enquanto elemento intrusivo, um entrave à acumulação de poder da Monarquia.

No entanto, e como as investigações mais recentes procuram acentuar, a própria Coroa tinha uma relação contraditória com os portugueses presentes em território espanhol. Após 1580, as restrições que limitavam a entrada de estrangeiros nas Índias

[22] Podem ser referidos, como exemplos deste ponto de viragem na historiografia: HANKE, Lewis – *The Portuguese in Spanish America, with Special Reference to the Villa Imperial de Potosí*. Revista de Historia de America; REPARAZ, Gonçalo – *Os portugueses no vice-reinado do Perú: século XVI e XVII*. Lisboa; SCHWARTZ, Stuart B. – *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brazil, 1580-1640*. The Americas.

[23] Esta atenção dada à presença portuguesa no Rio da Prata inicia-se na segunda metade do século XIX e estaria relacionada com a busca por uma identidade nacional assente nas raízes europeias. Podem ser mencionados assim, a título exemplificativo: TRELLES, Manuel Ricardo – *Registo y desarme de portugueses.* Revista del Archivo General de Buenos Aires; MACHAIN, Ricardo de Lafuente – *Los portugueses en Buenos Aires (siglo XVII)*. Madrid; LEWIN, Boleslao - *El judío en la epoca colonial: Un aspecto de la historia rioplatense***.** Buenos Aires.

de Castela continuavam a incluir os portugueses nessa categoria, mas, conforme as práticas políticas da época, essas restrições legais eram frequentemente flexibilizadas ou ignoradas pelas autoridades, conforme o interesse destas na suspensão da lei e a sua capacidade de a por em prática. Segundo Maria da Graça Ventura, em 1596 Felipe II teria chegado a recomendar moderação na aplicação das restrições, especialmente para com os súbditos lusitanos, cujas atividades económicas não eram sempre vistas negativamente[24]. A historiografia tende também agora a relativizar a importância da proveniência geográfica enquanto elemento determinante na construção de relações de confiança, dado o facto de os portugueses terem estabelecido importantes e duradouras relações com estrangeiros – fossem estas de cariz comercial, social, político ou familiar.

3.2. Mobilidade geográfica portuguesa

Apesar das numerosas restrições à entrada de estrangeiros nas Américas e de vários protestos das autoridades locais neste sentido, torna-se assim atualmente inquestionável o fluxo de vários europeus não-espanhóis (italianos, franceses, flamengos, mas, sobretudo, portugueses) para o Novo Mundo, quer de modo legal – através de naturalizações, licenças individuais, etc. - quer clandestinamente. Além disso, mesmo que a passagem às Índias se realizasse de forma ilícita, o pagamento duma taxa calculada em função do património – a *composición* – permitia aos estrangeiros a "legalização" da sua estadia[25]. Esta "porosidade" das redes comerciais da época teria promovido o florescimento do comércio mundial, pois permitia o acesso de agentes diversos a espaços comerciais, contatos e produtos anteriormente indisponíveis. É particularmente notável a grande mobilidade dos comerciantes portugueses e a enorme extensão da sua rede de contactos transimperiais.

No processo de LGB, são sobretudo os cristãos novos portugueses que mencionam – ou denunciam - outros conterrâneos que passaram por Cartagena, referindo também por vezes os locais de proveniência ou os destinos destes. Foi possível apurar estes últimos dados para um total de 18 portugueses, distinguindo entre aqueles de que se conhece o local de origem imediata e os de que se sabe o destino seguinte de viagem.

Ao sermos confrontados com estes dados, podemos averiguar que os trajetos desses portugueses condizem com os principais circuitos económicos do Atlântico e da

[24] VENTURA - *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica*. p. 78.
[25] CARDIM - *Todos los que no son de Castilla son yguales*. p. 522-523.

América Latina. Parece natural que Cartagena, principal porto esclavagista na América deste período, recebesse bastantes comerciantes oriundos de Angola[26] e São Tomé[27] (7 e 1 pessoas, respetivamente), regiões de compra de escravos. Do mesmo modo, enquanto um dos poucos portos americanos onde era legalmente permitida a entrada de navios da península, é compreensível que a esta cidade chegassem embarcações vindas ou destinadas a Portugal[28] (1 pessoa daí proveniente) e Espanha[29] (2 pessoas aí dirigidas). Por fim, pode-se também facilmente entender a presença da Guatemala[30] (2 pessoas aí dirigidas) e do Peru[31] (4 pessoas daí provenientes, 1 aí dirigidas) - entendido aqui como a região central do Vicerreino, nos arredores de Lima, a capital administrativa - nestas carreiras, sendo ambos pontos nevrálgicos do mundo latinoamericano, ainda que, sem dúvida, o Peru assumisse uma mais elevada importância política e económica.

O próprio LGB, nascido em Portugal, teria alternado a sua residência entre Angola, Brasil, São Tomé e São Domingo, antes de se fixar decididamente em Cartagena. A sua carreira de comerciante ter-se-ia iniciado, aliás, graças à articulação de contatos em diversos espaços do Império. Apesar de nascido em Viseu, LGB mudou-se ainda muito novo para Lisboa, onde foi criado pelos irmãos mais velhos. Mais tarde, na adolescência, vai ter com um dos seus irmãos, João de Oliveira, a São Tomé - onde, de resto, o pai de ambos havia servido como oficial régio, aí vindo a falecer. Como consta no seu processo, nessa ilha iniciar-se-ia na atividade comercial, sob a supervisão do irmão. Após alguns anos, acaba por decidir lançar-se de forma mais autónoma, indo a Angola, onde

> (...) hallo (...) dos amigos suyos que estaban alli de asiento, portugueses, el uno de ellos nombrado Garcia Mendez Castaño, y el otro Antonio Gomez Leiria, los quales le encargaron de un nabio que tenian con armacion de negros suyos, y de pasajeros, y con el fue al Brasil y desde alli bolvio a Angola a dar quenta y en esta manera hico dichos biajes[32].

A própria família de LGB serve também de exemplo à mobilidade portuguesa desta época. Para além do já referido João de Oliveira (irmão de LGB) e do pai de

[26] 27 AHN - *Inquisición,* 1620, Exp.18, Bloque 2, 17 recto, 46 verso, 54 recto, 60 verso, 133 verso, 235 recto, 268 recto.
[27] Idem, 222 verso.
[28] Idem, 62 recto.
[29] Idem, 38 recto, 39 recto.
[30] Idem, 17 recto, 38 recto.
[31] Idem, 16 verso, 37 verso-38 verso.
[32] Idem, 265 recto e verso.

ambos, acantonados em São Tomé, a parentela direta de LGB disseminou-se também por vários cantos dos Impérios ibéricos. Este comerciante cristão novo teve sete irmãos no total, sendo que duas irmãs morreriam ainda durante a infância, e o mais novo, António Gomes - descrito como "falto de juicio", ou seja, provavelmente possuidor de uma deficiência psíquica - sempre viveria em Lisboa com a irmã mais velha, Clara Gomes. Um dos outros irmãos, Manuel de Lira, tornou-se impressor de livros e passou a Castela, onde casou com uma castelhana, voltando depois a Lisboa. Aí enviuvou, casando em segundas núpcias com uma portuguesa de quem teve quatro filhos, conhecendo LGB apenas dois deles - um que foi para Sevilha exercer a profissão de impressor e outro que se tornou comerciante em Lima onde casou com uma mulher "de buena jente"[33].

A já referida irmã, Clara Gomes, casou em Lisboa com um homem de naturalidade incerta, que trabalhava entre Castela e Portugal, não tendo deixado prole[34]. Um outro irmão de ambos, Jorge Rodrigues, dedicou-se também ao comércio, tendo passado ao Peru ainda quando LGB era adolescente, onde morrera "(...) hacia muchos años"[35]. Indo além destes familiares diretos, também os parentes da esposa de LGB, Bárbara Pereira, servem como um bom exemplo da mobilidade portuguesa e da sua capacidade de inserção local. Esta mulher, também ela de raízes portuguesas, era filha de Beatriz Gomes, nascida em Cartagena, e de André Fernandes. Este último, natural do Algarve, teria sido piloto da "carrera de España a este puerto [Cartagena]", morrendo afogado num naufrágio ocorrido ao viajar de Cartagena a Havana[36].

Por último, e como um outro exemplo de circulação promovida por agentes portugueses, podemos destacar o modo como a mobilidade geográfica estimulada pelo comércio saldou-se numa intensa circulação de conhecimentos pelos vários espaços da Monarquia - de cariz religioso neste caso. Blas de Paz Pinto, cirurgião natural de Évora, conta na sua confissão perante o tribunal que, após ser iniciado no judaísmo em Lisboa, ainda muito novo, por uma mulher chamada Violante Duarte, voltaria anos depois a reaprender, em Angola, os preceitos e rituais da Lei de Moisés com um outro português, Manuel Álvares Preto, que também passaria a Cartagena[37]. Este último, que também

[33] Idem, 263 recto.
[34] Idem, 263 verso.
[35] Idem.
[36] Idem, 264 verso.
[37] "(…) declara que quando la dicha Violante Duarte le enseño en Lisboa a la guarda y obserbancia de la Ley de Moyses era muchacho y como tal se ynclino luego a seguir la dicha Ley y despues fue a Angola adonde allo al dicho Manuel Albarez Prieto el qual le dixo y aconsejo que seguiese la Ley de Moyses que

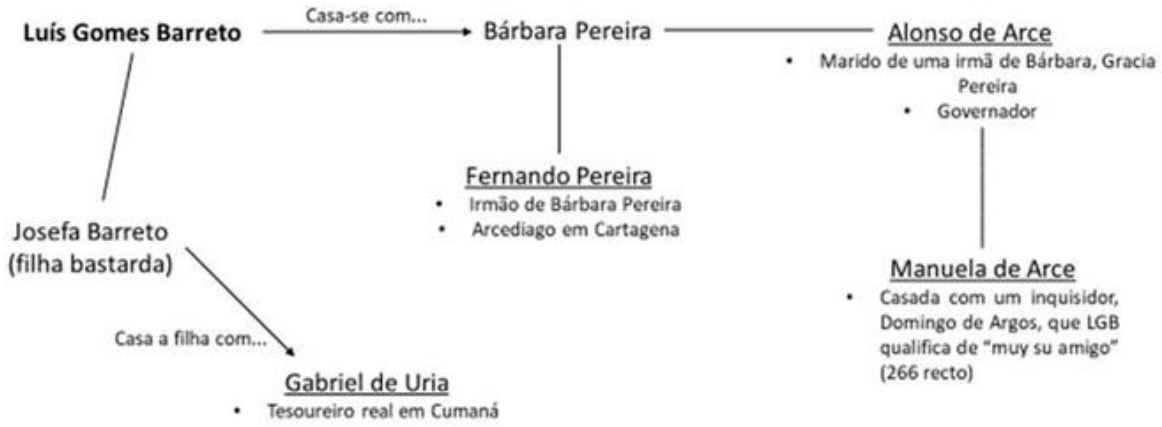
passaria a Cartagena e se veria preso nos cárceres do Santo Ofício, confirma ter conhecido Paz Pinto em Angola, e refere ter sido também aí que os seus conhecimentos religiosos se tinham aprofundado, sob a tutela de Diego de Santillana[38].

3.3. Estratégias de integração e ascensão social

Em resumo, a circulação de portugueses em todo o espaço do Atlântico tornou-se agora mais "naturalizada" aos olhos da historiografia. Ainda que não se negue a hostilidade de certos setores espanhóis, e, em certas ocasiões de forma mais veemente, da Coroa, entende-se agora o "elemento português" como parte integrante da estrutura colonial, atuando em prol da construção duma ordem espanhola no território, inserindo-se nas dinâmicas locais e regionais de poder.

Em vários sentidos, a integração destes "forasteiros" seria bastante evidente, sendo a sua proximidade com os espanhóis demonstrada pela frequência dos mesmos espaços, a pertença às mesmas instituições, a cooperação para objetivos comuns, etc. Nesse processo de inserção numa dada sociedade local os portugueses valeram-se de diversas estratégias, amplamente documentadas, inclusive em Cartagena das Índias. O percurso de vida de LGB ilustra bem, por si só, como esse processo se arrastava ao longo de uma vida inteira. Valendo-nos do processo inquisitorial, é possível detetar algumas dessas práticas comuns, destinadas a melhorar as condições económicas pessoais, ampliar a rede de influências locais e aumentar a própria reputação.

Figura 2. Rede de parentela de LGB



era la buena para salbarse en ella y le enseño de nuebo la dicha Ley (…)" - Idem, 54 recto. Esta confissão foi extraída de Blas de Paz Pinto durante o seu julgamento em 1636, do qual acabaria por sair reconciliado, ainda que obrigado a sair em procissão de auto de fé e a pagar uma pesada multa.

[38] Idem, 235 verso. Álvares Preto, também ele natural de Évora, acabaria por morrer em 1636 na prisão e sem reconciliação, em resultado das feridas infligidas pela tortura inquisitorial.

LGB pelo Santo Ofício, em 1636. Nessa ocasião, e conforme descrito pelo processo, o clérigo procurou, além de recorrer aos seus contactos para recolher testemunhas de defesa[39], intervir junto dos inquisidores pressionando pela absolvição do seu cunhado – citando o documento, "(...) dicho Arcediano havia ablado a todos los demas consultores, pidiendo que mirasen con piedad dicha causa (…)"[40].

É natural que uma ocasião de perseguição jurídica corresponda a um momento de mobilização de todos os favores, alianças e laços de solidariedade de que se possa dispor e que se foram acumulando ao longo dos anos. Além de recorrer ao arcediago, a mulher de LGB, Bárbara Pereira – que empreendeu uma série de esforços autónomos, entre os quais "(...) [ter ido] a ablar a dichos religiosos de la Compañia [de Jesus]"[41] – irá também requerer o auxílio dos espanhóis Alonso de Arce, governador e esposo duma irmã sua, e Gabriel de Uria, tesoureiro real e seu genro.

Todos estes procurarão valer-se da sua reputação e recursos financeiros para ajudar LGB, não negligenciando o suborno – é por esse motivo, aliás, que conseguimos hoje conhecer todas estas ações, visto que o processo inclui também relatórios de investigações à corrupção no tribunal durante esses anos do primeiro processo. Gabriel de Uria, apesar de residente em Cumaná (na atual República Bolivariana da Venezuela), irá destacar-se pelos fundos que mobiliza, na esperança de favorecer o julgamento de LGB. Por isso Josefa Barreto - filha bastarda deste cristão novo e esposa de Gabriel de Uria - irá denunciar ao tribunal em 1650, em tom de lamentação pela perda dessas somas, que " (...) el dinero que havia prestado Gabriel de Uria se havia gastado en docientos pesos que se dieron a Rodrigo Pereyra, alcayde, y ciento a don Juan Pacheco su ayudante, y ciento a Juan Ramos Perez, y ciento de limosna al colegio de la Compañia, y que el resto que havia quedado se havia dado a un consultor que no le nombro (...)"[42].

Também o referido Alonso de Arce, cunhado de LGB, colaborou nestes esforços de libertação do seu parente e companheiro de negócios. É novamente Josefa Barreto que divulga a conversa que teve com este homem, tendo-se ele queixado que "(…) todo el ajuar que su muger tenia para su hija doña Manuela de Arce se lo havia dado al dicho Juan de Uriarte [notário da Inquisição] (…)"[43].

[39] Idem, 119 verso.
[40] Idem, 118 recto.
[41] Idem, 85 recto.
[42] Idem, 118 verso.
[43] Idem, 113 recto e verso.

Do mesmo modo que o seu casamento, a entrada de LGB no *Cabildo* de Cartagena em 1607 através da compra do cargo de *depositario general* constituiu uma etapa do esforço contínuo de ascensão social e expansão de redes de influências. Para além de poder agora tomar parte nas decisões políticas locais – uma mais-valia enorme – esse cargo permitia-lhe também gerir as mercadorias abandonadas e confiscadas na alfândega da cidade. Segundo Vidal Ortega e Castillo, tal ter-lhe-ia além disso facilitado a entrada no contrabando de escravos africanos, "guardando-os" nestes armazéns[44]. Dado que a cidade se assumia enquanto porto esclavagista por excelência, a sua profissão de traficante seria em tudo beneficiada pelo novo acesso a escravos sem dono, assim como pelo estreito contato com outros tratantes que passavam pelo porto. Além disso, a integração no *Cabildo*, detendo um cargo importante, garantia-lhe um maior reconhecimento por parte da comunidade local, abrindo-lhe novas portas em termos sociais.

Pode-se ainda referir, como exemplo de estratégia destinada a prestigiar o indivíduo, as doações a instituições - normalmente de cariz religioso ou assistencial. Na audiência a Manuel de Fonseca Henriques, um outro português acusado de criptojudaísmo, é referido o facto desse homem distribuir esmolas, encomendar missas e doar bens para um hospital local. No caso dos praticantes efetivos do judaísmo, tais ações não tinham uma função exclusivamente prestigiadora, dado que também pretendiam desviar suspeitas sobre a sua confissão religiosa. O próprio Manuel Henriques admite isto, pois, ao ser perguntado o porquê de que "(…) como siendo judio judaycante obserbante de la Ley de Moyses, como lo tiene confesado desde el año de seiscientos y treinta y dos, daba limosnas y hacia actos de caridad y de christiano", este responde que "(...) lo hacia por disimular mas su delito del judaismo y apostacia y para no ser descubierto"[45].

3.4. Mecanismos de coesão intragrupal

Enquanto grupo com laços de solidariedade económica, familiar e, eventualmente, religiosa, os cristãos novos portugueses desenvolveram também eles formas de garantir uma certa solidariedade interna. No que toca aos suspeitos de praticarem o judaísmo, foram amplamente denunciadas as reuniões feitas em casas de uns e outros, alegadamente destinadas à prática dos rituais judaicos, conduzidos por

[44] VIDAL ORTEGA, D'AMATO CASTILLO, *Ibidem*, p.13.
[45] AHN - *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bloque 2, 74 recto.

Blas de Paz Pinto num clima de grande discrição. Ainda que a existência real de tais "sinagogas" deva ser sempre objeto de dúvida, o próprio LGB refere que frequentemente se reuniria na sua casa com outros portugueses, com o objetivo de tratar negócios relativos ao tráfico de escravos[46]. No mínimo, tal constatação poderá refletir a existência de alguma proximidade entre os membros da comunidade portuguesa, articulados entre si no que tocava à prática comercial, principal sustento de muitos deles.

O processo de LGB refere ainda, repetidas vezes, a existência de uma "confraria de Holanda". Esta reuniria os vários judeus de Cartagena com o objetivo de angariar fundos destinados a financiar as frotas das Províncias Unidas na guerra contra Espanha. Ainda que a Inquisição nunca tivesse conseguido provar a existência desse grupo, podendo ter sido um mero rumor destinado a acalentar os ânimos contra os portugueses, vários dos réus que confessaram a existência de tal confraria revelaram informações semelhantes sobre ela, de modo não concertado. É João Rodrigues Mesa, comerciante natural de Estremoz, o homem acusado de ter

> "(...) en su poder el libro de la cofradia de los judios de olanda adonde estaban asentados los judios que contribuyan y las cantidades y que dicho dinero lo remitia a olanda por mano de un judio para el apresto de las armadas contra el rey de españa que viniesen al brasil, pernambuco o a este puerto"[47].

Um dos detidos, o já referido Manuel de Fonseca Henriques, relataria ainda que "quando se le lebo el dicho libro para que firmase este confesante (...) vio muchas firmas de diferentes portugueses"[48].

Apesar da incerta veracidade desses depoimentos, dada a suscetibilidade destes presos às sugestões de membros do tribunal (que poderiam pressionar estes cristãos-novos a "confessar" uma falsa conjura desta gravidade), assim como o contexto em que foram extraídos – sob tortura, maioritariamente –, não é impossível que seguidores duma religião perseguida nos territórios espanhóis procurassem apoiar uma potência conhecida pela sua maior tolerância para com os judeus. No entanto, é preciso ter sempre em mente que a existência de tal confraria poderia ter sido manufaturada - ou no mínimo distorcida nos seus objetivos – para legitimar a perseguição com base em

[46] Idem, 266 verso
[47] Idem, 25 verso.
[48] Idem, 80 verso.

argumentos de cariz político[49]. Tal como a paranoia relativa aos ajuntamentos em casas de cristãos-novos (as "sinagogas"), esta imagem da confraria remete-nos para um certo imaginário antijudaico – com intenções políticas concretas - que então se disseminava pelo mundo Ibérico, assente no medo de agrupamentos de cristãos-novos, decididos a planear revoltas contra a Igreja e a Monarquia[50].

Independentemente da existência "factual" de tais reuniões ou confrarias, estas acusações são importantes para compreender a ideologia que subjazia a estas perseguições, e o modo como esta integrava, num todo coerente, conceções religiosas e políticas, ajudando-nos a compreender o modo como - para certos setores, e num dado momento histórico de crise da Monarquia - o elemento religioso se mostrava fundamental na inclusão ou exclusão da comunidade política. Tal vai de encontro à noção coeva de "espanholidade" descrita por Tamar Herzog, uma identidade assente mais em conceções "civilizacionais" e hábitos culturais e religiosos (estritamente católicos) do que em noções de naturalidade ou proveniência geográfica[51]. Tal conceção do que constitui um "verdadeiro espanhol" estaria também por detrás do discurso anti estrangeiro, mas também antijudaico, nas Índias de Castela, sendo que, no caso português, pode-se dizer que estes dois tipos de ansiedade acabaram por confundir-se, redundando na comum associação dos portugueses ao criptojudaísmo (ou, pelo menos, à heterodoxia religiosa).

3.5. Confiança e reputação

É necessário conferir destaque ao papel da confiança e da reputação individual nas relações interpessoais e intergrupais. Estes aspetos demonstraram-se particularmente relevantes na construção de vínculos entre comerciantes, mas também entre todos aqueles envolvidos nos jogos políticos locais. Para além de possibilitarem a elevação do estatuto social, numa sociedade hierarquizada em torno da conquista de privilégios, uma reputação pessoal favorável garantia a continuidade da atividade comercial. As redes de comerciantes portugueses ter-se-iam assim formado com base, não num "puro" individualismo egoísta, mas sobretudo no mutualismo e na

[49] NORRIS, Alfonso W. Quiroz – *La Expropriación Inquisitorial de Cristianos Nuevos Portugueses en Los Reyes, Cartagena y México, 1635-1649*. Historica. p. 258.
[50] SOYER, François - *'Secret Synagogues': Fact and Fantasy from Portugal to Macau.* pp. 47-66
[51] HERZOG, Tamar – Can You Tell a Spaniard When You See One? "Us" and "Them" in the Early Modern Iberian Atlantic. In CARDIM, Pedro, et. al. (eds.), *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Mantain a Global Hegemony?* Brighton

interdependência[52].

A importância da informalidade e da cooperação voluntária resultava do problema, detectado já pelos comerciantes coevos, de como garantir o cumprimento de promessas e "contratos" entre pessoas de diferentes proveniências, culturas, estatutos sociais e "Estados", sem a existência de mecanismos ou instituições legais "supranacionais", capazes de garantir a sua salvaguarda por meios coercivos. A solução adotada passava, sobretudo, pela construção de uma reputação pessoa favorável e pela "monitoração" constante da fiabilidade dos parceiros, valendo sobretudo os elementos "informais" – amizade, bom nome e crédito, trocas de informação, partilha de valores – para a sustentação das relações comerciais[53].

Nas palavras de Daviken Studnicki-Gizbert, "A good reputation was a merchant's most precious asset. (...) It established his standing within the community, helped him secure long-standing commercial relations and provided the collective confirmation of his self-worth."[54] Para atingir esse objetivo valiam diversos mecanismos, destinados a aproximar as pessoas, num quadro de mutualismo e interdependência. Estes foram utilizados tanto no seio da comunidade portuguesa, como entre pessoas de diferentes grupos "nacionais" e sociais.

A vida de LGB – assim como a de outros portugueses residentes em Cartagena – constituiu, neste sentido, um caso exemplar. Toda a sua vida profissional, social e política desenvolveu-se com base neste esforço de construção de uma reputação benéfica que permitisse a extensão da sua rede clientelar e a ascensão social desse homem. Apenas já octogenário, fragilizado pelas anteriores associações públicas ao judaísmo e com fraca capacidade de mobilizar recursos e contactos, é que LGB acabaria por sucumbir ao avanço do Santo Ofício e das forças sociais que se apoiavam nesta instituição – possivelmente promovendo também estas perseguições.

No processo de LGB encontra-se referido um exemplo particularmente marcante, por revelar também o elevado grau de imiscuição dos portugueses na sociedade local. Pouco antes do início das perseguições aos cristãos-novos, em 1636, teriam havido alguns convívios em estâncias[55] de portugueses, para os quais foram

[52] STUDNICKI-GIZBERT, *Ibidem*, p. 100.
[53] TRIVELLATO, Francesca – *Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period.* In RAMADA CURTO, MOLHO - *Commercial Networks in the Early Modern World.* p. 61.
[54] STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Interdependance and the Collective Pursuit of Profits: Portuguese Commercial Networks in the Early Modern Atlantic.* In RAMADA CURTO, MOLHO. *Ibidem.* p. 102.
[55] Grandes propriedades rurais destinadas primariamente à pecuária.

convidadas diversas figuras eminentes, destacando-se a presença de inquisidores e outros funcionários da Inquisição. O próprio LGB admitiu participar nestes retiros amigáveis, onde tratava com vários inquisidores. Destes, destaca o "señor inquisidor Argos (...) muy su amigo", e ainda os inquisidores Damian Velasquez, Monseñor Cortazar e Augustin de Ugarte Sarabia, com quem admitia ter alguma proximidade[56]. É curioso notar que vários destes membros do Santo Ofício haveriam de estar mais tarde envolvidos no seu primeiro julgamento, possivelmente contribuindo para a sua rápida absolvição...

Alguns destes convívios haveriam de se repetir ainda durante os anos seguintes de repressão ao criptojudaísmo, mas desta vez associados a tentativas dos cristãos novos em influenciar os membros do tribunal envolvidos nos seus processos. De certo modo, essas práticas de corrupção não se afastam muito dos demais mecanismos informais assentes na interdependência – todos se encaixam numa lógica mutualista, onde as dádivas são executadas tendo em mente uma futura retribuição. O processo de construção de confiança e reputação feita pelos cristãos novos portugueses em Cartagena seria, no entanto, profundamente abalada pela ação da Inquisição, com muitos desses homens a sofrerem pesadas penas e o estigma do judaísmo, quando não o exílio ou a morte. Antes de referirmos alguns exemplos, é de grande importância voltar a insistir que, previamente às perseguições, muitos desses cristãos novos eram bem vistos publicamente. Uma testemunha, Francisco Velasco, ex-*teniente general* de Cartagena, menciona que já havia reparado nas reuniões que os cristãos novos faziam de forma regular na casa de um deles, sem que alguma vez ele ou os seus conhecidos houvessem comentado o facto, sendo que apenas após as prisões se começou a "murmurar" publicamente sobre o assunto[57].

A já referida denúncia de Josefa Barreto das práticas de corrupção levadas a cabo em 1636, durante a primeira prisão de LGB, foi feita por iniciativa da própria, em 1650. Esta ação deve ser entendida no contexto de uma quebra de confiança entre LGB, a filha e o genro, que o primeiro qualifica repetidamente como "inimigos" seus[58]. Isto deveu-se ao facto destes últimos entenderem que a obrigação de auxílio (derivada sobretudo dos laços familiares) que os prendia a LGB ter sido aproveitada de forma

[56] AHN - *Inquisición*, 1620, Exp.18, Bloque 2, 266 recto.
[57] "(...) y que los vio muchas veces juntos, y que antes que le prendiesen este Santo Oficio no sabe que causase mormuracion en la ciudad, y despues de la prision se a notado y mormurado mucho las dichas juntas (…) " - Idem, 143 Recto.
[58] Idem, 271 verso-272 verso

abusiva ou excessivamente desvantajosa para eles. Para além das grandes quantidades de dinheiro que forneceram para os subornos, ainda lhe foi requerida a prestação de alguns trabalhos manuais – a confeção de roupas e alimentos para o casamento da filha de um inquisidor[59] - e a mobilização de influências e contatos próprios, tendo Gabriel de Uria ido falar com o inquisidor D. Cortazar, pretendendo fazer valer o seu prestígio e os seus laços de parentesco com Antonio Hurtado de Mendoza, "secretario de su Magestad y del Consejo de Ynquisición"[60].

Um momento particularmente ofensivo para Josefa Barreto foi divulgado por Gabriel de Uria a Alonso de Arce, que relata ao tribunal em 1648 que

> (...) el dicho Juan de Uriarte [fiscal da Inquisição] la comenco a galantear y a solicitar, y que habiendo lo sabido el dicho Arcediano [Fernando Pereira] y la dicha doña Barbara le persuadieron a que le dexase galantear del dicho Juan de Uriarte para tener lo mas a su debocion, pero que ella no dio lugar a ello[61]."

Estas confissões de Gabriel de Uria teriam, assim, um tom altamente reprovador sobre as ações de Bárbara e Fernando Pereira. Tudo isto acabaria por criar um clima de tensão dentro da própria família, culminando na "traição" de Josefa Barreto e de Gabriel de Uria, com estes a delatar LGB quando lhes parecia que, estando o visitador Pedro de Medina Rico no encalço deste cristão novo, a confissão do seu papel na corrupção dos inquisidores em 1636 lhes poderia ganhar alguns benefícios (ou atenuantes).

Também as boas relações entre LGB e Alonso de Arce cairiam por terra após a libertação do primeiro. O cristão novo português atribuiu esta animosidade às "barias quentas de hacienda" que teria com Alonso de Arce, assim como à turbulenta separação deste e da sua cunhada[62]. Após estes episódios, Alonso de Arce teria ameaçado LGB de que, se o não pudesse vencer em ações judiciais, "(...) havia de hacer que lo bolviesen a prender en este Santo Oficio", segundo lhe teria informado pessoalmente o reitor do colégio de Jesuítas, Sebastian Murillo[63]. Como vemos, Alonso de Arce acabaria por concretizar as suas ameaças, tendo denunciado (em 1648) os esforços de corrupção do tribunal, coordenados por Bárbara Pereira em 1636.

Compôs-se assim um breve quadro de uma sociedade onde, dada a importância renovada que o Santo Ofício passou a deter, intensas rivalidades pessoais detiveram a

[59] Idem, 107 verso.
[60] Idem, 96 recto e verso.
[61] Idem, 95 verso.
[62] Idem, 247 verso.
[63] Idem, 258 recto e verso.

capacidade de se traduzir em perseguições judiciais de cariz religioso. Torna-se assim percetível a importância central da construção de laços informais de confiança, podendo a rutura destes, neste contexto, significar a ruína parcial ou total do estatuto social detido por uma pessoa.

4. Conclusão

Ao analisar o percurso de vida de LGB, comparando-o com informações referentes a outros cristãos novos com que se relacionou, assim como com os depoimentos de outras figuras envolvidas no processo, foi possível inferir uma série de considerações relativas à comunidade portuguesa em Cartagena das Índias. Ao contrário do que faziam transparecer as primeiras investigações sobre a temática, esses grupos não foram constantemente vistos como um elemento intrusivo e indesejado. Apesar de ser inegável a pressão que um importante grupo de cristãos novos passou a sofrer a partir de 1636, a sua inserção na sociedade colonial foi bastante profunda em datas anteriores, sendo relativamente comum encontrarmos, por toda a América espanhola durante a União Dinástica, portugueses poderosos e influentes, envolvidos em próximas e duradouras relações com espanhóis. Apesar de naturalmente abalado pela sua prisão em 1636, o próprio LGB não deixaria de circular na alta sociedade local, detendo o seu cargo no *Cabildo* até 1650. Tentamos, portanto, relativizar a noção de uma universal hostilidade "xenofóbica" e antijudaica para com os cristãos novos portugueses na América espanhola, e apelar à ênfase numa explicação de cariz social e política desses momentos de maior antagonismo e de perseguições inquisitoriais.

A vida de LGB – assim como a de outros portugueses residentes em Cartagena – constituiu, neste sentido, um caso exemplar. Toda a sua vida desenvolveu-se com base neste esforço de construção de uma reputação benéfica que permitisse a extensão da sua rede clientelar e a ascensão social desse homem. Apenas já octogenário, fragilizado pelas anteriores associações públicas ao judaísmo e com reduzida capacidade de mobilizar recursos e contactos, é que LGB acabaria por sucumbir ao avanço do Santo Ofício e das forças que se apoiavam nesta instituição – ou, no mínimo, beneficiavam colateralmente das perseguições.

Apesar de neste trabalho já se ter analisado aspetos da organização das comunidades mercantis portuguesas e das suas relações com as sociedades envolventes,

esta questão – a averiguação da verdadeira natureza de uma onda de repressões inquisitoriais bem localizadas no tempo (décadas de 1620 a 1640, período de crise na Monarquia hispânica) e no espaço (América espanhola) – permanece em grande medida, e como já foi referido anteriormente, ainda em aberto. Como bem explica Alfonso Quiroz Norris, "Los inquisidores tenían las evidencias que consideraban suficientes, mucho antes del inicio de las campanas contra los cristianos nuevos. Sin embargo, las expropiaciones se realizaban en momentos claves"[64].

Cremos, portanto, que fatores de ordem pessoal e institucional demonstram-se insuficientes para explicar a repressão que se abateria sobre os portugueses. Do mesmo modo que se pretendeu, neste estudo, relativizar a importância da partilha de crenças religiosas, proveniências geográficas e laços familiares (preexistentes) na construção de relações entre indivíduos, também uma análise da repressão inquisitorial deve optar por privilegiar, acima de tudo, fatores sociopolíticos - tendo em conta, sobretudo, o contexto de crise que se abatia sobre a Monarquia e as soluções apresentadas para a resolver - na explicação das origens destas purgas e do discurso ideológico que as acompanhou e sustentou. Esta necessidade torna-se clara ao deparamo-nos com um caso como o de LGB - cristão-novo que permanece no *Cabildo* de Cartagena das Índias, após a primeira onda de perseguições e após a Restauração de 1640 -, mas também quando verificamos um considerável grau de inserção dos portugueses na sociedade *cartagenera* no período anterior às perseguições, realidade cuja visibilidade este trabalho procurou promover.

Fontes e Bibliografia:

Obras e artigos:

AZOPARDO, Ildefonso Gutiérrez - *El comercio y mercado de negros esclavos en Cartagena de Indias (1533-1850).* Quinto Centenario. N. 12 (1987), pp. 187-210.

BARRETO, Gleydi Sullón - *Portugueses en el Perú virreinal (1570- 1680): Una aproximación al estado de la cuestión.* Mercurio Peruano. Nº 523 (2010), pp. 116-129.

CARDIM, Pedro - *Todos los que no son de Castilla son yguales. El estatuto de*

[64] NORRIS, Ibidem, p.255.

Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares. Pedralbes. Vol. 28 (2008), pp. 521-552.

CEBALLOS, Rodrigo – *Arribadas Portuguesas: A participação Luso - Brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1650).* Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.

CEBALLOS, Rodrigo - *Da União à Restauração: considerações sobre o comércio, a administração e os lusitanos na Buenos Aires seiscentista.* Escuela de Historia. Vol. 15, n. 2 (2016).

CURTO, Diogo – *O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c. 1630 – c. 1640).* Topoi. Vol. 11, n. 20 (2010), pp. 27-35.

CURTO, Diogo, MOLHO, Anthony – *Commercial Networks in the Early Modern World.* Florença: European University Institute, 2002.

ESCOBAR, Ricardo - *Los Criptojudíos de Cartagena de Indias: un Eslabón en la Diáspora Conversa (1635-1649).*_Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura. N. 29 (2002), pp. 45-71.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena - *¿Comerciantes o Especuladores de Metal? Las Elites Mercantiles de Cartagena de Indias a Principios y Finales del Periodo Colonial.* Historia y Espacio. Nº 28 (2007), pp. 7-65

FERNÁNDEZ, Manuel Tejado - *Aspectos de la vida social en Cartagena de Indias durante el seiscíentos.* Sevilha: Escuela de Estudios Hispano- Americanos, 1954.

FRAGOSO, João – *A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império português (séculos XVI e XVII).* Dimensões: Revista de História da Ufes. Nº 13 (2001), pp. 15-27.

FRAGOSO, João, et. al. – *Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império.* Penélope: revista de história e ciências sociais. Nº23

(2000), pp. 67-88.

GRUZINSKI, Serge - *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories.* Topoi. (2001), pp. 175-195.

HANKE, Lewis – *The Portuguese in Spanish America, with Special Reference to the Villa Imperial de Potosí.* Revista de Historia de America. Nº 51 (1961), pp. 1-48.

HERZOG, Tamar – *Can You Tell a Spaniard When You See One? "Us" and "Them" in the Early Modern Iberian Atlantic*. In CARDIM, Pedro, et. al. (eds.), Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Mantain a Global Hegemony?. Brighton: Sussex Academic Press, 2012

HUTZ, Ana – *Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América espanhola (1580-1640)*. Campinas: UNICAMP, 2008.

NORRIS, Alfonso W. Quiroz – *La Expropriación Inquisitorial de Cristianos Nuevos Portugueses en Los Reyes, Cartagena y México, 1635- 1649.* Historica. Vol. 10, nº 2 (1986), pp. 237-303

RIVERA, Julián B. Ruiz – *Los Portugueses y la Trata Negrera en Cartagena de Indias.* Temas Americanistas. N. 15 (2002), pp. 19-41.

SCHORSCH, Jonathan - *Swimming the Christian Atlantic Judeoconversos, Afroiberians and Amerindians in the Seventeenth Century.* Leiden: Koninklijke Brill NV, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. – *Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brazil, 1580-1640.* The Americas. Vol. 25, nº 25 (1968), pp. 33-48.

SOYER, François - '*Secret Synagogues': Fact and Fantasy from Portugal to Macau*. Cadernos de Estudos Sefarditas. Vol. 19 (2018), pp. 47-66

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus – *Cristãos-novos portugueses nas Índias de*

Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590-1639). Oceanos. Nº 29 (1997), pp. 93-105.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus - *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

VIDAL ORTEGA, Antonino; D' AMATO CASTILLO, Guiseppe – *Cartagena de Indias y los Mercaderes Portugueses de Esclavos en la Primera Mitad del Siglo XVII.* Anais de Historia – CHAM. Vol. 16 (2015), pp. 17- 50.

VILARDAGA, José Carlos – *De São Paulo a Potosí: fluxos e conexões no império filipino.* Vitória: Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008

VILARDAGA, José Carlos - *Identidades instáveis: um padre português no Império dos Felipes.* Antíteses. Vol. 7, n. 13 (2014), pp. 517-534

VILA VILAR, Enriqueta - *Extranjeros en Cartagena (1593-1630).* Anuario de Historia de América Latina. N. 16 (1979), pp. 147-184.

VILA VILAR, Enriqueta – *Los asientos portugueses y el contrabando de negros.* Anuario de Estudios Americanos. Nº 30 (1973), pp. 557-609.

Fontes primárias:

Archivo Histórico Nacional, *Inquisición,* 1620, Exp.18, Bloque 2 – Portal de Archivos Españoles (PARES).

CARVALHO, Alexandra Margarida – Execução técnica do Tratado de Madrid (1750): o contributo dos engenheiros portugueses. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 334-375.

Execução técnica do Tratado de Madrid (1750). O contributo dos engenheiros portugueses

Alexandra Margarida Ferreira Carvalho

alexandr_ac1@hotmail.com

Resumo

O Tratado de Madrid de 1750 foi um marco importante para a História Moderna Portuguesa, Espanhola e Brasileira. Tendo como referência esse tratado e a sua execução, foi possível perceber que grande parte dos técnicos / engenheiros contratados para a realização das demarcações no território brasileiro eram estrangeiros. Partindo deste pressuposto, tentámos perceber como se manifestava o ensino técnico – científico no Portugal Setecentista. Com base nos manuais escritos pelo Jesuíta Manuel de Campos (Aula da Esfera, Colégio de Santo Antão, Lisboa) e pelo engenheiro Manuel de Azevedo Fortes (Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, Lisboa), levantámos e analisámos informações que permitiram perceber um dinamismo assinalável no domínio do ensino de técnicos e engenheiros, em Portugal.

Palavras-chave: Tratado de Madrid 1750, ensino técnico – científico português, demarcações fronteiriças, técnicos / engenheiros.

Abstract

The Treaty of Madrid of 1750 was an important mark for the Portuguese, Spanish and Brazilian Early Modern History. Having the treaty as a reference and its execution, it was possible to understand that the majority of the hired technicians/ engineers for the setting of the Brazilian geographical borders, were foreigners. With this assumption, we tried to understand how the technical – scientific education during the 18th century Portugal - developed. Based on the manils written by the Jesuit Manuel de Campos (Aula da Esfera, Colégio de Santo Antão, Lisboa) and the engineer Manuel de Azevedo Fortes (Aula de Fortigicação e Arquitetura Militar, Lisboa), we collected and analyzed information that allowed to understand that there was dynamism, in Portugal, in what concerns the development of teaching institutions that trained technicians and engineers.

Keywords: Treaty of Madrid 1750, scientific and technical studies, Portugal, demarcation of borders, technicians / engineers.

Introdução

Em Portugal, segundo um estudo do Jornal Público[1], existia, no ano 2000, cerca de 200 mil estrangeiros. O número de estrangeiros aumentou nos últimos anos. Este aumento ficou a dever-se, sobretudo, aos fluxos migratórios da Europa do Leste. Nos dias de hoje, Portugal é um centro de correntes de "gentes e trabalho". No entanto, não há muitas referências à presença e mobilidade de técnicos qualificados. Assiste-se, isso sim, a um fluxo de agentes qualificados portugueses para o exterior em busca de oportunidades de emprego. Estas dinâmicas, *in* e *out*, não são apenas de hoje. Toma-se, neste trabalho, o contexto de realização do Tratado de Madrid, em 1750, para se discutir esta matéria, no passado, tendo em vista também o presente.

O Tratado de Madrid de 1750 foi um acordo diplomático entre as duas coroas Ibéricas, assinado por D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, a 13 de janeiro de 1750. O historiador Mário Clemente Ferreira refere que o Brasil nasceu do Tratado de Tordesilhas de 1494 e que atingiu "a sua maioridade" com o tratado de 1750, pois nele definiram-se, praticamente, os limites do território que hoje constitui o Brasil[2]. Com o tratado reconheciam-se e aceitavam-se as expansões territoriais realizadas pelos portugueses e espanhóis nos séculos anteriores, nos territórios coloniais. Apesar da sua anulação, em 1777, com a assinatura do convénio de Santo Ildefonso, grande parte das linhas delimitadoras estabelecidas no Tratado de Madrid foram mantidas.

A investigação trata as dificuldades encontradas, à época, para se proceder à execução técnica do previsto no Tratado de Madrid de 1750. Procuramos, aqui, compreender os principais motivos históricos que levaram à assinatura do Tratado e entender o contexto da complexa formação dos técnicos / engenheiros nos séculos XVII e XVIII, em Portugal. Trata-se, nesta investigação, de duas temáticas, uma referente ao Tratado de Madrid de 1750 e outra relativa ao ensino técnico – científico no Portugal seiscentista e setecentista. Deste modo, queremos perceber se de facto o ensino português na área das ciências aplicadas era suficientemente capaz para formar técnicos / engenheiros habilitados academicamente e capazes de executar no território brasileiro

[1] BOTELHO, Leonete – *Um país de migrantes.* In Jornal Público. Disponível em: https://www.publico.pt/2000/12/22/jornal/um-pais-de-migrantes-152791. Consultado a: 21 de fevereiro de 2018.

[2] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 23.

o previsto no tratado, ou seja, a delimitação no terreno dos limites coloniais entre as duas coroas então acordados. Para dar resposta à nossa pretensão, estudámos a "Aula da Esfera", que se inseria no Colégio de Santo Antão, onde lecionou o matemático Manuel de Campos que fez introduzir o manual de *Trigonometria Plana e Esférica*. Como o processo de execução da delimitação territorial implicava a participação de engenheiros, também procedemos a um estudo da Aula de Fortificação e Engenharia Militar, centrando-nos na figura de Manuel de Azevedo Fortes e na sua obra *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*.

Este trabalho compõe-se de três partes. Começámos por enumerar a bibliografia em destaque no âmbito da nossa investigação, evidenciando a sua pertinência, tanto para o tema relacionado com o Tratado de Madrid, como para o tema proposto sobre o ensino técnico – científico em Portugal. Procedemos à apresentação das *fontes primárias* utilizadas, através da leitura e análise das obras *A Trigonometria Plana e Esferica* e *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*. Para além dessas *fontes*, também se fez uso de documentação avulsa manuscrita (como ofícios, relatos, relatórios, minutas e cartas), a partir da qual foi possível destacar o papel de técnicos / engenheiros envolvidos no processo da delimitação brasileira. Num segundo momento, procurámos inserir a temática abordada no seu contexto histórico. Assim, relatamos o que levou à assinatura do Tratado de Madrid de 1750 e como surgiu o Colégio de Santo Antão e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Por último, procedemos a uma análise dos dados coligidos à luz das *fontes primárias* escolhidas, inserindo-as em contextos mais específicos.

Com este trabalho, pretendemos mostrar que, de facto, as atividades delimitadoras inerentes do Tratado de Madrid de 1750 foram complexas, sendo necessários homens academicamente bem preparados nas áreas científicas da geometria, cartografia, cosmografia e astronomia. Também pretendemos provar que o ensino técnico – científico em Portugal, no século XVIII, não estava cultural e cientificamente desfasado em relação ao resto dos países da Europa e que não se vivia no por vezes proclamado "obscurantismo científico".

Quadro teórico

Este trabalho, como já referido, trata da problemática da delimitação fronteiriça do Tratado de Madrid de 1750, na América do Sul. Para compreender a complexidade daquela tarefa é necessário saber quem foram os técnicos / engenheiros envolvidos no processo, de onde provinham, a sua formação académica e que tipo de conhecimento impregnavam no processo delimitador. Das equipas delimitadoras que trabalhavam no terreno, formadas por técnicos ao serviço das duas coroas, uma parte significativa dos envolvidos pelo lado português eram técnicos / engenheiros estrangeiros que para isso foram contratados. Em face do atrás referido, surgiu a necessidade de perceber como funcionava e se estruturava o ensino técnico – científico em Portugal, no século XVIII. Conhecer as academias científicas, que matérias eram aí lecionadas e saber quem eram os promotores da difusão do conhecimento científico nessas instituições. A partir destas questões base determinou-se a bibliografia a ser consultada, que foi direcionada para o conhecimento científico no Portugal seiscentista e setecentista.

Parte-se, habitualmente, do pressuposto de que o ensino técnico – científico em Portugal estava desfasado do resto da Europa. Todavia, vários são os autores consultados a negá-lo. A obra que serviu de base a este trabalho foi *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional – Os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749 – 1761)*[3], do professor Mário Clemente Ferreira. Do mesmo autor, foram analisados os artigos *Os demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e As reformas pombalinas do ensino*[4] e *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia*[5]. Na obra e nos artigos são mencionados os contributos impulsionadores de D. João V para as academias científicas, como a Academia Real de História Portuguesa, ou a Academia das Ciências onde trabalharam homens de ciência com a função de promoverem o conhecimento, histórico e científico, à luz das tendências da época. Desses homens de ciências, é feita referência especial ao

[3] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0.

[4] FERREIA, Mário Olímpio Clemente - Os demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as reformas pombalinas do ensino. In *IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica. Territórios: Documentos, Imagens e Representações*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2011. ISBN: 978-972-8932-88-6.

[5] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Vol. 23, n. 37 (2007). ISSN: 1982-4343. P. 51 - 69.

Padre Jesuíta Manuel de Campos e ao engenheiro Manuel de Azevedo Fortes, tema que à frente retomaremos.

Na obra *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*[6], o professor Mário Clemente Ferreira salienta o quanto trabalhoso foram os processos de demarcação da fronteira do Brasil meridional. Ainda menciona alguns dos técnicos / engenheiros militares que participaram na demarcação. São os casos de José Fernandes Pinto Alpoim e de Miguel Ângelo Blasco, que tiveram uma ação de destaque naquele processo, como adiante comprovaremos com as *fontes primárias* selecionadas. São ainda referidos os nomes do engenheiro João Bento Pithon e do astrónomo Miguel António de Ciera, entre outros.

Desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), a elaboração do *Mapa das Cortes* (1749), até ao Tratado de Madrid de 1750, várias foram as vicissitudes do processo.

Na época, a execução dos trabalhos demarcatórios no Brasil, previstos no tratado de 1750, constituía um verdadeiro "desafio" técnico – científico. Importou-nos, então, entender o desenvolvimento do ensino técnico – científico em Portugal e perceber se havia transmissão de saberes em astronomia, cartografia, topografia, geografia e cosmografia, áreas de estudo relevantes para a preparação de técnicos e engenheiros militares. A história do ensino científico em Portugal foi um processo antigo que teve, como se pode inferir das obras analisadas, grande influência dos Padres da Companhia de Jesus até às Reformas Pombalinas, no reinado de D. José I. Como refere Rómulo de Carvalho, na obra *A Física Experimental em Portugal no século XVIII*[7], "grande foi o número de escolas criadas pelos jesuítas em todo o país, (…), dentre as quais três de grande projecções nacional: o Colégio das Artes, em Coimbra, o Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e a Universidade de Évora"[8].

Das escolas e aulas de ensino técnico – científico, no Portugal setecentista, salientam-se o Colégio de Santo Antão e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. A este propósito, Rómulo de Carvalho, ainda na obra *A astronomia em Portugal no século*

[6] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0.
[7] CARVALHO, Rómulo de – *A física experimental em Portugal no século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1982.
[8] *Idem*, p. 35.

XVIII[9], alude à importância do Colégio de Santo Antão no desenvolvimento dos estudos científicos em Portugal. Há também menção deste colégio na obra do professor Mário Clemente Ferreira, bem como à figura do Padre Jesuíta Manuel de Campos. O matemático Manuel de Campos é, por sua vez, também um elemento central nesta investigação pelas suas lições da "Aula da Esfera", bem como pelo seu manual de apoio ao estudo da física para os seus alunos, uma das *fontes primárias* por nós analisada. É neste manual, *Trigonometria Plana e Esférica* (1737), que encontramos respostas sobre as áreas científicas que eram lecionadas no século XVIII, a partir do qual pretendemos perceber se se enquadravam nas áreas técnico – científicas exigidas pelo processo da demarcação do território brasileiro. Para uma análise sobre o Colégio de Santo Antão, recorremos à obra *A Ciência na "Aula da Esfera" no Colégio de Santo Antão, 1590-1759*[10], de Henrique Leitão, professor de História da Ciência na Universidade de Lisboa.

É comummente referido que a Universidade de Coimbra, no primeiro quartel do século XVIII, não apresentava um grande desenvolvimento pedagógico no ensino técnico – científico comparativamente com o Colégio de Santo Antão. Todavia, Luís Miguel Carolino, no artigo *Science, patronage, and academies in early seventeenth-century Portugal: The scientific academy of the nobleman and university professor André de Almada*[11], refere a existência de uma aula informal, a do professor André de Almada, na Universidade de Coimbra, no século XVII, onde se promoviam e estimulavam os estudos na área da astronomia. O artigo é pertinente ao afirmar que existiam instituições académicas portuguesas, formais ou informais, que promoviam um ensino das ciências exatas, já no século XVII.

Procedemos também a outras consultas bibliográficas para validar as nossas afirmações. Paralelamente, fez-se uma pesquisa sobre os engenheiros que o professor Mário Clemente Ferreira refere na sua obra no *Dicionário Histórico e Documental dos*

[9] *Idem.*
[10] LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2008. Disponível em: http://www.ciuhct.org/pt/aula-da-esfera2008. Consultado em: dezembro de 2017.
[11] CAROLINO, Luís Miguel – Science, patronage, and academies in early seventeenth-century Portugal: The scientific academy of the nobleman and university professor André de Almada. *History of Sience*, Vol. 54 (2016), p. 107 – 137. ISSN: 1753-8564.
Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12712. Consultado em: dezembro de 2017.

Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses[12]. Ainda no âmbito da educação científica em Portugal, a procura estendeu-se a outras obras sobre a matéria, com ênfase na obra de A. M. Amorim Costa, *Primórdios da Ciência Química em Portugal*[13], que faz alusão às Reformas Pombalinas de 1772 na Universidade de Coimbra. Ainda sobre a educação científica em Portugal é relevante a obra de Rómulo de Carvalho, *A história natural em Portugal no Século XVIII*[14], onde se sublinha o contributo de Luís António Verney para o ensino técnico-científico. Relevante foi também a análise da obra *O pensamento pedagógico em Portugal*[15], de Rogério Fernandes, sobre o desenvolvimento da pedagogia em Portugal. Foram tidos em conta, relativamente ao Tratado de Madrid de 1750, os contributos de Jaime Cortesão com a monumental obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*[16], a qual evidencia o papel do secretário particular de D. João V na preparação e negociação do acordo de 1750.

As *fontes primárias* selecionadas para a realização do trabalho foram escolhidas, em grande medida, no decorrer das leituras bibliográficas e a sua seleção procurou responder às questões de partida deste trabalho de investigação.

A *Trigonometria Plana e Esférica (1737)*, o manual de Manuel de Campos, atrás referido, e *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*, de Manuel de Azevedo Fortes, utilizado também como um manual de aprendizagem / estudo na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, foram as duas *fontes primárias* selecionadas para a compreensão do desenvolvimento do ensino técnico – científico em academias / colégios portugueses. Existe uma cópia da obra de Manuel de Campos, digitalizada, na biblioteca Wissensportal der ETH-Bibliothek, na Suíça[17]. Na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), encontra-se um exemplar, também digitalizado, do compêndio *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*, de Manuel de Azevedo Fortes[18].

[12] VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. 1ª ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
[13] COSTA, A. M. Amorim da – *Primórdios da Ciência química em Portuga*l. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.
[14] CARVALHO, Rómulo de – *A história Natural em Portugal no Século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.
[15] FERNANDES, Rogério – *O pensamento pedagógico em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978. ISBN 972-566-052-8.
[16] CORTESÃO, Jaime - Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. *Revista de História*. Vol. 1, n. 4 (1950), p. 437-452.
[17] Encontra-se na Wissensportal der ETH-Bibliothek: https://www.e-rara.ch/zut/content/titleinfo/1410704, Cota: Rar 5381.
[18] Encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP): http://purl.pt/14547, Cota: sa-3905-p_2.

Para a investigação foram igualmente selecionados catorze documentos do núcleo "Brasil-Limites", do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa[19]. Foram indispensáveis para a realização do trabalho, pois respondem às questões iniciais da investigação: quem eram e de onde provinham, e que formação tinham os técnicos / engenheiros envolvidos no processo de demarcação fronteiriça do Tratado de Madrid de 1750, quais foram as suas funções e os materiais que usaram. Ao conhecermos os agentes envolvidos conseguimos perceber de onde provinham. Por outro lado, ao saber quais foram as suas funções aferimos quais eram as suas habilitações / conhecimentos académicos e, desta forma, concluir se esses conhecimentos eram semelhantes àqueles difundidos nas academias/aulas em Portugal.

2. O Tratado de Madrid de 1750 e o ensino técnico – científico no Portugal setecentista:

O Tratado de Tordesilhas de 1494 dividia o mundo colonial em duas zonas de influência a partir de uma linha que passaria a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. À época, o Brasil ainda não tinha sido oficialmente "descoberto". Todavia, o tratado contemplava uma parte substancial do território que viria a ser "achado" em 1500 por Pedro Álvares Cabral. No entanto, registaram-se enormes dificuldades na determinação geográfica e topográfica para a demarcação prevista no tratado, as quais deram lugar a disputas entre as duas coroas Ibéricas. Tanto as expedições portuguesas, como as castelhanas, não cumpriram os limites estipulados no Tratado de Tordesilhas de 1494 assinado pelo Rei D. João II de Portugal e os Reis Católicos D. Fernando II e D. Isabel I[20].

No século XVI, na América do Sul, as entradas feitas no sertão eram protagonizadas pelos bandeirantes[21]. Essas entradas tinham como função o

[19] AHU_CU_059, Cx.1, D.3; AHU_CU_059, Cx.1, D.4; AHU_CU_059, Cx.1, D.5; AHU_CU_059, Cx.1, D.9; AHU_CU_059, Cx.1, D.10; AHU_CU_059, Cx.1, D.12; AHU_CU_059, Cx.1, D.20; AHU_CU_059, Cx.1, D.33; AHU_CU_059, Cx. 1, D.35; AHU_CU_059, Cx.1, D.57; AHU_CU_059, Cx.1, D.60; AHU_CU_059, Cx.1, D.68; AHU_CU_059, Cx.1, D.71; AHU_CU_059, Cx.1, D.93.

[20] ALBUQUERQUE, Luís de – Tordesilhas. Tratado de (1494). In SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992. P. 175 – 176.

[21] "Bandeirantes: no Brasil designa o individuo que participava nas expedições armadas, que, dos séculos XVI a XVIII, explorava o interior do país com o objetivo de cativar indígenas ou descobrir minas. Essas expedições eram as bandeiras". Em MELLO, José António Gonsalves de – Bandeirantes. In SERRÃO,

desbravamento do território, sendo parte delas financiadas por particulares e outras pela coroa. Com elas obteve-se conhecimento sobre o território e localizaram-se as áreas com interesse económico, nomeadamente a localização das minas de ouro. São vários os historiadores que não consideram estas entradas como uma colonização, uma vez que não eram movimentos de povoamento, mas sim de desbravamento do sertão e de captura de indígenas que viriam a ser escravizados. O povoamento, propriamente dito, só se inicia mais tarde com o crescimento demográfico e com a descoberta de minas de ouro que levaram a uma fixação de colonos. No primeiro quartel do século XVII, as bandeiras já tinham penetrado largamente o sertão sem respeitar o limite que havia sido estipulado inicialmente no Tratado de Tordesilhas (370 léguas a oeste de Cabo Verde), começando-se a mencionar o espaço conquistado como uma entidade política[22].

Três séculos mais tarde o Tratado de Tordesilhas foi anulado com a assinatura em 1750 de um novo tratado de limites, comumente conhecido como Tratado de Madrid. Este novo acordo político redefinia os limites legais das possessões das Coroas Ibéricas, na América do Sul. A necessidade desse redesenho dos limites deveu-se ao facto de nos séculos anteriores ter existido dificuldade em determinar, sobretudo, as longitudes e latitudes, o que impossibilitava saber com exatidão por onde passavam os limites que tinham sido definidos. As negociações do novo tratado tiveram início em 1746 e é nesse contexto que se começa a dar uma maior importância à cartografia e à geografia enquanto ciências ao serviço da diplomacia política em Portugal.

O ambiente para a realização das negociações foi favorável. O Rei de Espanha, D. Fernando VII, que tinha subido ao trono em 1746, casara com a filha do Rei D. João V de Portugal, D. Bárbara de Bragança. Também nesse ano, Alexandre de Gusmão assumira grande destaque nas negociações do lado português. Do lado espanhol destacava-se José de Carvajal y Lancaster. Com estes dois diplomatas intensificaram-se as negociações que, iniciadas em janeiro de 1747, terminaram três anos depois com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. Este novo acordo apresenta com maior inovação a utilização dos princípios das "balizas naturais", ou seja, das fronteiras

Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Impressão Ramos dos Santos, 1992. Vol. I. P. 291 – 293.

[22] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 29 – 35.

naturais[23], e do "uti possidetis" no estabelecimento dos domínios coloniais das potências ibéricas. Deste modo, os limites territoriais entre as duas coroas foram estabelecidos atendendo aos rios, às cordilheiras, às cumeadas dos montes, ou seja, elementos geográficos de fácil identificação e não definindo uma linha imaginária como havia sido estabelecido em 1494[24]. Por outro lado, o "uti possidetis", velho princípio do direito romano, estabelecia que os territórios já ocupados pelas duas coroas estão acordados. Portugal mantinha assim a bacia amazónica e o território de Mato Grosso.

Os limites territoriais estabelecidos com o Tratado de Madrid de 1750 circunscreviam, em grande medida, o que é hoje o território brasileiro. Eles estão representados no célebre Mapa das Cortes, elaborado por ordem de Alexandre de Gusmão, em Lisboa, em finais de 1748 e inícios de 1749, e que serviu de base às negociações em Madrid[25]. Desse mapa foram elaboradas seis cópias, três para cada corte. Duas delas, devidamente autenticadas, seriam entregues aos respetivos comissários principais das comissões demarcadoras do norte e do sul de cada país. No caso português Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Gomes Freire de Andrade, respetivamente. O mesmo sucederia com os comissários espanhóis, para então se poder dar início ao processo delimitador, evitando contestações entre as duas coroas. O terceiro mapa de cada país ficaria guardado na respetiva secretaria de estado[26].

No entanto, para delimitar no terreno os limites acordados e traçados no Mapa das Cortes, foi necessária a contratação de técnicos / engenheiros academicamente preparados com conhecimentos de geografia, cosmografia, cartografia, topografia e astronomia. Estas áreas do saber científico eram utilizadas no âmbito de cálculos matemáticos que projetavam o espaço a ser delimitado na América meridional. Assistia-se, em todo ente processo, à utilização do conhecimento científico como fundamento para as decisões de ação diplomática.

---

[23] CASTELO-BRANCO, Fernando – Madrid. Tratado de (1750). In SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992. P. 133.

[24] SEABRA, Miguel Costa Saldanha – *O Conceito de Fronteira: Uma abordagem multifacetada*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf. Consultado em: Maio de 2018.

[25] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Vol. 23, n. 37 (2007). ISSN: 1982-4343. P. 53.

[26] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. PP. 60 - 65.

A partir da análise das obras consultadas, é possível constatar que a atividade científica e pedagógica no Portugal setecentista não estava desfasada em relação ao resto dos países europeus. Pelo contrário, neste período ocorria uma intensa atividade científica promovida pelo Rei D. João V, nomeadamente com o desenvolvimento de academias científicas. Foi também sob a sua influência que os Jesuítas genoveses João Baptista Carbone e o seu auxiliar Domenico Capacci vieram para Portugal para realizar observações astronómicas no Observatório do Paço[27].

Em Portugal, desde o século XVI (1553), existia o Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, o qual funcionou até ao século XVIII. No Colégio, o ensino era ministrado por Padres Jesuítas. Estes fizeram chegar a Portugal as ideias científicas emanadas das luzes que percorriam a Europa. No Colégio lecionavam-se matérias científicas, como a cosmografia, a astronomia e a matemática, mas também se ensinava filosofia, latim e grego. Em 1555, no Colégio, iniciou-se um curso de introdução à cosmografia e astronomia que, mais tarde, se viria a chamar "Aula da Esfera", orientada pelo Padre Jesuíta Francisco Rodrigues. A "Aula da Esfera" nasceu a pedido do Cardeal Infante D. Henrique, em nome do Rei D. Sebastião. Na Universidade de Coimbra, o ensino na área da matemática estava obsoleto e em Lisboa chegou a existir a "Aula do Cosmógrafo-mor". No entanto, estas aulas eram irregulares por serem facultadas na casa do Cosmógrafo-mor e a um nível minimalista[28].

A "Aula da Esfera", enquanto curso regular científico-matemático, foi criada como um recurso educativo e cultural com o intuito de servir o monarca. Na Aula aprendia-se matemática avançada, como se pode apurar por alguns manuscritos dos alunos que foram conservados. No século XVII, as aulas passam a ter uma tónica mais assente em temas relacionados com a náutica e a cosmografia, uma vez que as exigências políticas assim o requeriam. As aulas também eram frequentadas por alunos leigos que tinham interesse em aprofundar os seus conhecimentos[29].

O Colégio de Santo Antão recebeu inúmeros mestres estrangeiros que trouxeram consigo conhecimentos científicos que percorriam a Europa do tempo. Tal facto foi

[27] CARVALHO, Rómulo de – *A astronomia em Portugal no século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1985. P. 41.
[28] LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759.* Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier. 2008. Disponível em http://www.ciuhct.org/pt/aula-da-esfera2008. Consultada em: dezembro de 2017. P. 27-33.
[29] *Idem*, p. 45 - 48.

fulcral para a transmissão de conhecimentos na capital portuguesa. A "Aula da Esfera" foi dirigida tanto por mestres estrangeiros, como por mestres portugueses[30].

No século XVII, o Colégio de Santo Antão recebeu os metres Ignace Stafford e Simon Fallon. Estes lecionaram na "Aula da Esfera" assuntos com uma vertente voltada para a engenharia que incluía matérias científicas como astronomia, cosmografia e geografia, sendo estas áreas uma novidade. A arte da engenharia militar, em Portugal, foi ganhando cada vez mais preponderância no campo do saber, por questões político - diplomáticas. Na sequência da Guerra da Restauração (1640 – 1668) foi necessário instruir homens doutos em saberes de engenharia e arquitetura militar. Como tal, desde 1640 que a "Aula da Esfera" se centrou na aprendizagem da "geometria aplicada à engenharia"[31] e formou o que se viria a designar mais tarde de engenheiros militares. Ela foi essencial para formar competentes homens de ciência em Portugal, os quais viriam a ser recrutados pela coroa. No século XVIII assiste-se a mudanças pedagógicas na "Aula da Esfera". A partir de setecentos, todos os professores / mestres que aí lecionaram eram portugueses[32]. Uma das figuram mais preponderantes deste século, no Colégio, foi o padre Jesuíta Manuel de Campos, professor de matemática.

Ainda na primeira metade do século XVIII, construiu-se no Colégio um observatório astronómico. Desse observatório também fizeram uso os Padres Jesuítas João Batista Carbone e o seu auxiliar Domenico Capacci[33]. É de notar que Domenico Capacci em 1729 foi enviado para o Brasil, por ordem real, juntamente com o Padre Jesuíta Diogo Soares, que também foi professor da "Aula da Esfera" (1721 – 1722). Estes tiveram uma ação notável no Brasil, pois foram responsáveis pela elaboração de um significativo número de cartas geográficas do litoral, mas também de certas regiões do interior brasileiro[34].

Contemporânea do Colégio de Santo Antão foi a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, do século XVII. O Portugal seiscentista foi um período de uma intensa atividade de fortificação por razões político - militares. Foi no reinado de D.

[30] *Idem*, p. 45- 46.
[31] *Idem*, p. 68.
[32] Em anexo: *Anexo 1* - Lista dos professores da "Aula da Esfera" desde o século XVI ao século XVIII.
[33] CARVALHO, Rómulo de – *A astronomia em Portugal no século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1985. P. 41.
[34] LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2008. Disponível em http://www.ciuhct.org/pt/aula-da-esfera2008. Consultada em: dezembro de 2017. P. 80-82.

João IV (1640 – 1656) que se iniciou a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, que tinha por objetivo formar um "escol de engenheiros"[35] destinado à atividade militar.

Manuel de Azevedo Fortes, autor da obra *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*, além de ter lecionado matemática na Aula de Fortificação Militar, também participou em campanhas militares e teve funções governativas[36]. Este engenheiro teve uma formação académica no estrangeiro, passando por Espanha e França. Em Espanha ingressou no Colégio Imperial, em Madrid, aos 12 anos de idade, e concluiu os seus estudos em filosofia experimental e matemática no Colégio (universitário) de Plessis-Sorbonne, em França. Trouxe consigo os modernos conhecimentos científicos que vigoravam na Europa, fazendo introduzir essa erudição na Aula de Fortificação, bem como a sua experiência enquanto Engenheiro-Mor do Reino[37].

A Academia Real de História Portuguesa teve a proteção e apoio do monarca D. João V. Aí trabalharam o Padre Jesuíta Manuel de Campos e o engenheiro Manuel de Azevedo Fortes que estavam encarregues da realização de cartas geográficas com os "pontos geográficos"[38] antigos e modernos para a ilustração de uma obra que seria publicada.

3. *Trigonometria Plana e Esférica, O Engenheiro Portuguez Dividido em Dous Tratados* e documentos manuscritos referentes ao processo da demarcação

Importa agora discutir de que forma as *fontes primárias* selecionadas respondem às questões de base da investigação e se relacionam com o tema, procurando identificar o tipo de *fonte*, contextualizar o seu conteúdo, avaliar o seu contributo para a História da Cultura Moderna, bem como a sua originalidade / pertinência. Para estas observações

[35] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo.* Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 38.
[36] FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. ISBN: 978-972-42-5173-8. P. 11.
[37] *Idem*, p. 9.
[38] GARCIA, João Carlos – Manoel de Azevedo Fortes e os mapas da Academia Real da História Portuguesa, 1720 - 1736. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 146.

dividimos a análise das *fontes primárias* em dois capítulos. O primeiro capítulo corresponde à análise das obras de Manuel de Campos – *Trigonometria Plana e Esférica* e à obra de Manuel Fortes de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*. O segundo capítulo é dedicado à análise das *fontes* selecionadas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, num total de catorze documentos manuscritos. Este último capítulo é inerente ao Tratado de Madrid de 1750.

3.1. Situação técnica – científica no Portugal setecentista:

Quando nos referirmos ao ensino em Portugal, seja ele científico, seja humanístico, é essencial reconhecer importância à Companhia de Jesus.

Foi em Coimbra, em meados do século XVI, que os Jesuítas fundaram o Colégio de Jesus e começaram a inserir-se no meio educacional, junto da Universidade de Coimbra. Antes, tinham os Jesuítas fundado o Colégio do Espírito Santo, em Évora, cujas obras se iniciaram em 1550. Pouco tempo depois de se estabelecerem em Coimbra, fundaram em Lisboa, no ano de 1533, o Colégio de Santo Antão. Ele teve o início da sua atividade na Mouraria. Apesar do edifício original do Colégio ser despretensioso, desde logo ganhou importância e aceitação. Nesse novo espaço, a partir de 1553, lecionaram-se regularmente matérias de áreas científicas como a cosmografia e a astronomia. Só mais tarde se veio a desenvolver as aulas na área da matemática[39]. Ainda no ano de 1555, o Padre Jesuíta Melchior Carneiro foi designado reitor do Colégio e, para aí, chamou outros professores que o tinham anteriormente acompanhado no Colégio de Jesus, em Coimbra, como os professores Cipriano Suárez e Manuel Álvares. Mais tarde, em 1555, o professor Melchior Carneiro foi substituído pelo professor Inácio de Azevedo. Foi nesse ano que se iniciaram as aulas de introdução à astronomia e à cosmografia na aula que futuramente viria a chamar-se "Aula da Esfera". Elas foram, numa primeira fase, lecionadas pelo Padre Jesuíta Francisco Rodrigues. O Colégio de Santo Antão foi alcançando um enorme prestígio no seio das elites existentes na cidade, ganhando a adesão de vários alunos. Por essa razão, as instalações do edifício original deixaram de responder às necessidades decorrentes do aumento dos

[39] LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759.* Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2008. Disponível em http://www.ciuhct.org/pt/aula-da-esfera2008. Consultada em: dezembro de 2017. P. 27 – 29.

discentes. Perante esta situação, tornou-se necessário contruir um edifício de raiz para receber cerca de dois mil alunos[40].

O Cardeal Infante D. Henrique conseguiu junto do Rei D. Sebastião, seu sobrinho, obter apoio para dar início às obras para o novo edifício do Colégio, em 1573. É nestas novas instalações que se inicia a famosa "Aula da Esfera", sendo esta uma condição do Cardeal Infante D. Henrique para a abertura do novo edifício[41]. Roma concedeu, por sua vez, a autorização para a nova construção. Desde logo, procuraram-se mecenas ou patronos para financiarem a amplitude da obra. Na qualidade de "fundador", o Cardeal Infante D. Henrique conseguiu um financiamento por parte do Rei D. Sebastião para o funcionamento do Colégio.

Os Padres Jesuítas, desde o Colégio de Coimbra, dedicaram uma especial atenção aos assuntos científicos. Em Lisboa, no Colégio de Santo Antão estas áreas de estudos científicos foram largamente desenvolvidas, principalmente desde que os estudos na Universidade de Coimbra estavam cada vez mais desvalorizados. Na Universidade, as aulas relativas aos estudos científicos tinham sido entregues a lentes de pouca qualidade, que mostravam pouco cuidado com a matéria a ser lecionada. Também a pedagogia se mostrava cada vez mais desfasada com o que se passava no resto da Europa. Sentiu-se, assim, em Portugal, a necessidade de desenvolver e criar um espaço onde os estudos científicos fossem mais desenvolvidos e modernos, o que levou à construção, com o apoio real, do novo edifício. Neste contexto, o Colégio de Santo Antão tornou-se um sucesso, nomeadamente pelo envolvimento e apoio direto do Cardeal Infante D. Henrique[42].

A construção do Colégio de Santo Antão demorou algum tempo devido a alguns constrangimentos, nomeadamente, a falta de recursos económicos para a sua construção. No entanto, isso não impossibilitou o decorrer das aulas. A "Aula da Esfera" teve início no ano de 1590, no novo Colégio, tornando-se uma aula de excelência que decorria com regularidade, atraindo a si inúmeros alunos[43].

A "Aula da Esfera", como um pedido expresso do poder real, foi uma forma de colocar o ensino ao serviço do poder político real e da diplomacia, como procuraremos

[40] *Idem*, p. 31 - 33.
[41] *Idem*, p. 32.
[42] *Idem*, p. 32 - 33.
[43] *Idem*, p. 37.

demonstrar no caso do Tratado de Madrid de 1750. As primeiras aulas foram lecionadas pelo professor João Delgado, importante professor matemático que, a partir das suas escassas notas, nos permite entender que aprofundou o ensinamento de cosmografia na aula, não se limitando a um ensino meramente introdutório. As "Aulas da Esfera" tinham uma grande componente ligada à náutica e à cosmografia e, como tal, realizaram-se grandes projetos ligados aos interesses da coroa em detrimento do que realmente indicava o programa pedagógico estabelecido pelo Colégio. Estes projetos levaram a que o Colégio de Santo Antão atraísse a si personalidades de relevo, contratando-se matemáticos, cosmógrafos, astrónomos, cartógrafos e geógrafos estrangeiros que, por sua vez, traziam consigo conhecimentos científicos que se difundiam pela Europa Ocidental[44]. O Colégio de Santo Antão, para além de contratar um grande número de estrangeirados, também promoveu o treino de professores. Reservou-lhes programas pedagógicos específicos e desenvolveu trabalhos científicos que aumentaram o espólio das bibliotecas. Desta forma podemos perceber que houve uma ampla intenção de difundir, corretamente, o ensino científico em Portugal. Os jesuítas tiveram em atenção os programas lecionados, adaptando-os aos professores e aos alunos, pois as aulas eram habitualmente lecionadas em latim, mas como grande parte dos alunos eram leigos e não detinham grande aptidão para a língua antiga, as aulas passaram a ser dadas em português.

Como já referimos, as lições da "Aula da Esfera", no século XVII, adquiriram uma vertente mais voltada para a engenharia. Sob a insistência da coroa, o Colégio de Santo Antão promoveu estudos de geometria aplicados à engenharia, que implicava um conhecimento do território[45]. Nesse âmbito, as aulas lecionadas pelos professores estrangeiros Stafford e Simon Fallon, já acima mencionados[46], fizeram introduzir nas aulas conhecimentos sobre os logaritmos[47].

Na primeira metade do século XVIII, o Padre Jesuíta Manuel de Campos, matemático, desempenhou um papel de grande relevo na "Aula da Esfera". Veio substituir o Padre Jesuíta Inácio Vieira (1708 – 1719) que foi seu professor. Manuel de

[44] *Idem*, p. 46 - 48.
[45] LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759.* Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2008. Disponível em http://www.ciuhct.org/pt/aula-da-esfera2008. Consultada em: Dezembro de 2017. P. 67.
[46] CORREIA, Carlos Alberto Calinas – *A Arte de Navegar de Manuel Pimentel (as edições de 1699 e 1712).* Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2010. P. 113.
[47] Logaritmos: função matemática onde o logaritmo é o expoente de uma determinada base.

Campos, antes de lecionar no Colégio de Santo Antão, foi membro da Academia Real de História Portuguesa. Esta academia tinha sido fundada pela ação do 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, no intuito de fomentar um estudo mais aprofundado e moderno sobre a História de Portugal e das suas possessões. No ano de 1728, Manuel de Campos foi chamado a Madrid, pelo Rei de Castela para lecionar matemática no Colégio Imperial daquela cidade e também veio a ser nomeado Cosmógrafo – Mor de Castela. Contudo, por razões desconhecidas, foi expulso de Madrid e regressou ao Colégio de Santo Antão, onde começou a lecionar matemática na "Aula da Esfera" (1733 – 1742)[48]. É nestas aulas que Manuel de Campos faz apresentar o seu manual - *Trigonometria Plana e Esférica* (1733).

O manual *Trigonometria Plana e Esférica*, dedicado aos alunos da "Aula da Esfera", tratava de uma componente da matemática que calculava ângulos no plano e a trigonometria esférica que calculava ângulos na esfera. O manual foi publicado no ano de 1733 em língua vernácula, pois, como já referido acima, pelo facto de grande parte dos alunos da Aula serem leigos. O manual foi considerado uma novidade. Todavia, não teve um impacto imediato por ser um manual específico para a "Aula da Esfera". Não se tratava, portanto, de uma obra para um vasto público científico.

A partir da análise da obra *Trigonometria Plana e Esférica com o Canon Trigonometrico Linear e Logarithmico* de Manuel de Campos, ficamos a perceber que, embora sendo uma obra específica para os seus alunos da "Aula da Esfera", sistematizava os conteúdos matemáticos ensinados na Aula[49]. O manual é composto por um Prólogo, uma Prolusão, quatro Livros e uma Sinopse. A obra, quando editada, foi revista por Luís Francisco Pimentel, Cosmógrafo – Mor do Reino e Académico Real. Este alude, numa das páginas iniciais, que "V. Magestade favorece aos cultores das Sciencias"[50], referindo-se a D. João V. Era muito comum na época mencionar D. João V como um protetor da difusão da ciência em Portugal. Nesta dedicatória, Luís Francisco

[48] CORREIA, Carlos Alberto Calinas – *A Arte de Navegar de Manuel Pimentel (as edições de 1699 e 1712).* Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010. P. 116.

[49] JUNIOR, Armando Pereira Loreto – *Uma obra do Matemático Jesuíta Manuel de Campos para a "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão.* São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13250/1/Armando%20Pereira%20Loreto%20Junior.pdf. Consultada em: maio de 2018.

[50] CAMPOS, Manuel de – *Tigonometria Plana, e Esferica com o canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico: Tirada dos authores mais celebres, que escreverão sobre esta materia: e regulada pelas impressões mais correctas, que atéqui tem fahido. Para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Ocidental.* Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Môr, 1737.

Pimentel também refere que o manual fazia "enriquecer as bibliotecas", dando a entender que eram poucas as obras que tratavam estes assuntos científicos em Portugal, além de que as existentes eram em latim, o que dificultava a sua compreensão.

Na Prolusão, Manuel de Campos revela a importância da trigonometria como uma área da matemática essencial à engenharia militar e à náutica. Chega mesmo a referir que "quem quer dar passo na Astronomia sem pleno conhecimento da Trigonometria, he querer caminhar sem luz, e navegar sem agulha"[51].

O Prólogo e a Prolusão não são numerados, mas contam ao todo vinte e cinco páginas. A Prolusão é a parte inicial e intitula-se de Prolusão Encomiástico-Histórico-Crítica. Os quatro livros da obra estão devidamente numerados, bem como a Sinopse: Livro I: Da Construcção do Canon Linear (pp.1-22); Livro II: Da Construcção do Canon Logarithmico (pp. 23-66); Livro III: Da Trigonometria Plana, Teorica e Practica (pp. 67-102); Livro IV: Da Trigonometria Esferica, Teorica e Practica (pp. 103-192); Synopse dos Casos, que Commumente Occorrem na Trigonometria Plana, e Esferica (pp. 193-212).

A Sinopse, que encerra o manual, é uma conclusão dos quatro livros onde se aborda os problemas estudados da trigonometria e contém uma série de tabelas.

A linguagem usada no manual é muito simples e clara. Ele contém ilustrações e tabelas que acompanham os conteúdos aí explicitados, resultando daí uma melhor perceção. Neste trabalho não nos interessa compreender os ensinamentos matemáticos dados pelo Padre Jesuíta Manuel de Campos, mas sim percecionar como a obra foi importante, naquela altura, para ajudar na formação de técnicos / engenheiros. Parece-nos, sem sombra de dúvida, que esta obra foi um indispensável auxiliar da astronomia, pois a matemática era um conhecimento científico estruturante para a astronomia. Percebemos que no Portugal setecentista se lecionavam aulas de matemática que eram fundamentais para a engenharia militar e, por sua vez, importantes para formar técnicos / engenheiros que se viriam a revelar essenciais para a realização da delimitação fronteiriça do Tratado de Madrid de 1750. O grande impulsionador, no século XVIII, destas aulas foi o Rei D. João V que, vivendo numa época de revolução científica e de

[51] CAMPOS, Manuel de – *Tigonometria Plana, e Esferica com o canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico: Tirada dos authores mais celebres, que escreverão sobre esta materia: e regulada pelas impressões mais correctas, que atéqui tem fahido. Para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Ocidental.* Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Môr, 1737. Passagem da Prolusão, que não é numerada.

desafogo financeiro, fomentado pelo ouro do Brasil, tentava projetar e fortalecer o prestígio do seu Reino através das academias e colégios. Porém, no reinado de D. José I o Colégio de Santo Antão encerrou as suas atividades, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal.

Este Colégio teve um grande impacto na produção científica em Portugal, através da ação dos jesuítas. Apesar de todas as inovações introduzidas, esforços e a ambição de um grande projeto de ensino técnico – científico em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, os ensinamentos das ciências exatas ainda ficaram aquém daquilo que era a realidade científica europeia.

Na "Aula da Esfera", no século XVII, como já referido, foi dada uma enorme importância à arquitetura militar na formação de engenheiros. Nessa mesma época surge a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, dedicada fundamentalmente à engenharia militar portuguesa. Esta Aula foi estabelecida, em 1647, por ordem de D. João IV, inserida num conjunto de medidas orientadas para um sistema defensivo de Portugal[52].

Na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar foi lente Luís Serrão Pimentel, antigo aluno da "Aula da Esfera"[53]. Desta forma, houve uma ligação entre esta e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Manuel de Azevedo Fortes também foi professor na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, entre 1686 e 1701, onde lecionou aulas de matemática. A sua formação académica foi feita no estrangeiro, em Espanha e França, o que permitiu trazer para Portugal novidades do desenvolvimento técnico e científico que fez introduzir nas suas aulas[54]. "Foi nomeado Engenheiro - Mor por carta de 23 de Outubro de 1719"[55] e, desde 1720, foi membro da Academia Real da História, passando a estar encarregue das questões geográficas das "Províncias do Reino e Conquistas"[56]. Manuel de Azevedo Fortes, apesar de ter falecido a 28 de março de 1749, antes da

[52] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 37.

[53] FERREIRA, Nuno Alexandre Martins – *Luís Serrão Pimentel (1613 -1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2009. Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. P. 4.

[54] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 41.

[55] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 98.

[56] *Idem*, p. 98.

assinatura do Tratado de Madrid de 1750, produziu obras de extrema importância para entender os estudos nas áreas científicas no Portugal setecentista. É da sua autoria *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados* (1728 – 1729).

Nesta obra, é feita referência ao facto de que os engenheiros da época deveriam apresentar conhecimentos em conteúdos matemáticos, físicos e arquitetónicos essenciais à engenharia militar. Tais conhecimentos viriam a revelar-se fundamentais para a aplicação do Tratado de Madrid de 1750. Para além destes conhecimentos, Manuel de Azevedo Fortes, reforça também a importância do desenho topográfico, da arquitetura da fortificação, entre outros. A obra foi realizada no sentido de atualizar a pedagogia da cultura técnico – científica portuguesa.

Ela é composta por dois tomos[57] e esta foi impressa na Oficina de Manuel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício. A sua impressão deu-se em dois momentos distintos: a impressão do primeiro tomo data de 1728 e a do segundo tomo data do ano seguinte.[58] Depois do rosto do manual, aparece a dedicatória. A obra é dedicada ao Rei D. João V pelo seu contributo para a difusão da ciência em Portugal. Contém uma nota à edição, onde o Padre Jesuíta João Batista Carbone dá o seu parecer sobre a mesma referindo que: "O methodo com que o Author explica as regras mais proprias da Fortificação, he o melhor;"[59]. Como já foi referido, o jesuíta João Batista Carbone foi um astrónomo italiano de notabilidade convidado pelo Rei D. João V para vir para Portugal. Aqui, o seu trabalho passou por realizar observações no Observatório do Paço e, em 1724, recebeu o título de *Matemático Régio*. João Batista Carbone, apesar de referir que não é do seu entendimento o saber de fortificação, considera que a obra de Manuel de Azevedo Fortes foi um grande complemento nessa área e também na da matemática. Ainda no início, o compêndio contém as licenças do Santo Oficio. Uma das licenças é assinada por Luís Francisco Pimentel[60] que, em 1733, também escreveu

[57] Também designados por Tratados.

[58] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 42

[59] FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Prymeiro que Comprehende a Geometria Pratica sobre o papel, e sobre o terreno: uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares e no Appendice a Trigometria rectilinea. Obra Moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais officiaes Militares.* Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729. Vol. 1. Página não numerada.

[60] Era filho de Luís Serrão Pimentel e também foi lente na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Em: FERREIRA, Nuno Alexandre Martins – *Luís Serrão Pimentel (1613 -1679): Cosmógrafo Mor e*

na dedicatória do manual *Trigonometria Plana e Esferica* de Manuel de Campos, como já anteriormente aludido. Nessa licença, Luís Francisco Pimentel refere que "Nesta obra se vê tratado com muita perspicuidade (…) métodos da fortificação, (…), expedidas com muito acerto as suas máximas…"[61].

Os dois tomos contêm índices pormenorizados. O primeiro tomo, no qual se encontra o Tratado I – Da Geometria Pratica, contém três livros: Livro I – Da Longemetria (pp. 5 – 55); Livro II – Da Planimetrica (pp. 62 – 213); Livro III – Da Stereometria (pp. 216 – 447); e por fim, contém um Apendice – Da Trigonometria Rectilinea (pp. 459 – 536). Podemos perceber que o manual do primeiro tomo é bastante extenso e completo. Cada um dos livros e o apêndice apresentam um índice muito detalhado, dividido por vários subcapítulos. Ainda neste primeiro tomo, Manuel de Azevedo Fortes apresenta as soluções para os vários casos práticos.

No segundo tomo, por sua vez, encontra-se o Tratado II – Da Fortificação ou Arquitetura Militar, e contém oito livros: Livro I – Da Fortificação Geral (pp. 3 - 49); Livro II – Da Fortificação Regular (pp. 58 - 151); Livro III – Das Obras Exteriores (pp. 157 - 178); Livro IV – Da Delineaçam do corpo da Praça, e Obras (pp. 183 - 209); Livro V – Da Fortificação Irregular (pp. 219 - 249); Livro VI - Da Fortificação Effetiva (pp. 264 - 316); Livro VII – Da Fortificação Offensiva das Praças (pp. 323 - 376); Livro VIII – Da Fortificação Deffensiva das Praças (pp. 384 - 439); e por último; Appendice das Armas de Guerra, e seus Uzus (pp. 454 - 487). Este segundo tratado é igualmente extenso e contém um índice bastante completo.

Neste trabalho, interessa-nos fundamentalmente o primeiro tratado por ser referente às áreas da matemática pura, nomeadamente à geometria. Como escreveu Manuel de Azevedo Fortes, "A Geometria especulativa considera simplesmente as propriedades das grandezas extensas, a que chamão quantidade continua (…) A Geometria pratica he a sciencia, que ensina a dividir, e medir a quantidade continua

Engenheiro Mor de Portugal. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. 2009. Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. P. 5.

[61] FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Prymeiro que Comprehende a Geometria Pratica sobre o papel, e sobre o terreno: uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares e no Appendice a Trigometria rectilinea. Obra Moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais officiaes Militares.* Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729. Vol. 1. P. 52 – 53.

segundo a sua extençaõ"[62]. A geometria é uma área da ciência / matemática que calcula as dimensões das linhas, das superfícies e dos volumes[63]. Cientificamente, a geometria era indispensável para o estudo de estereometria[64], geodesia[65], hidrometria[66] e aerometria[67]. Esta área do saber era fulcral para a realização dos cálculos de demarcações no espaço geográfico, pois delineava o espaço através de cálculos corretos. Estes conhecimentos vieram a revelar-se fundamentais para a execução das demarcações do Tratado de Madrid de 1750.

Nos dois tomos, o engenheiro e professor faz uso de ilustrações, como os da *Estampa 6 e 7*[68], para uma melhor compreensão de como realizar os cálculos e que género de materiais / utensílios se deveriam empregar nas suas execuções. Ao longo da obra, no desenvolvimento da matéria, Manuel de Azevedo Fortes faz uma constante referência à listagem das figuras que se encontram no final dos tomos. Denota-se, deste modo, uma clara organização da obra.

Manuel de Azevedo Fortes demonstrou uma preocupação com a orgânica das matérias dos dois Tratados. No primeiro é exposta uma vertente mais matemática, separando-a da explicação dedicada à engenharia militar que é patente no segundo Tratado. Sobre a obra, Margarida Tavares da Conceição diz tratar-se de "um verdadeiro manual académico"[69]. *O Engenheiro Portuguez: Dividido em Dous Tratados*, foi uma obra assinalável para o aperfeiçoamento dos estudos dos técnicos / engenheiros que se

[62] FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Prymeiro que Comprehende a Geometria Pratica sobre o papel, e sobre o terreno: uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares e no Appendice a Trigometria rectilinea. Obra Moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais officiaes Militares.* Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729. Vol.1. P. 1 - 2.

[63] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 42.

[64] Estereometria: Medição geométrica dos sólidos.

[65] Geodesia: ciência que ensina a medir a Terra ou uma parte da sua extensão, bem como o processo de levantamento dos mapas geográficos.

[66] Hidrometria: Medição da força, quantidade e velocidade dos líquidos, em especial da água.

[67] Aerometria: edição da constituição física do ar e dos seus efeitos mecânicos.

[68] FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Segundo que Comprehende a Fortificação Regular, e Irregular: o Ataque e Defesa das Praças; e no Appendice o Uso das Armas de Guerra*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729. Vol.2. p. 627. Em anexo: *Anexo 2* – imagem de alguns instrumentos no Tomo 2.

[69] CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da – A teoria nos textos Portugueses sobre engenharia militar: O Engenheiro Portuguez e os tratados de fortificação. In FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. P. 43.

formaram na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, no século XVIII. O manual tanto servia para os aprendizes das academias militares, como também tinha como função reforçar e aprofundar a formação profissional dos engenheiros. Formavam-se, desta forma, várias gerações de engenheiros competentes. Obviamente não se tratava de uma obra generalista para o público, dado o seu caráter eminentemente científico.

3.2. Os técnicos / engenheiros contratados para a realização do Tratado de Madrid de 1750:

Definidos os limites da nova linha demarcadora entre os territórios portugueses e espanhóis na América do Sul, subjacentes ao Tratado de Madrid de 1750, deu-se início aos trabalhos dos técnicos / engenheiros militares no terreno. Os processos de demarcação apresentaram-se como um desafio técnico e científico para as duas coroas ibéricas. Para além das despesas motivadas pela contratação de técnicos / engenheiros especializados, há que acrescentar os gastos das viagens e dos materiais utilizados durante todo o processo.

Para a realização das demarcações formaram-se várias equipas multidisciplinares designadas por *partidas.* A totalidade da linha de limites a demarcar na América do Sul foi dividida em duas partes, entregues cada uma delas a uma *comissão* (do norte e do sul). Por sua vez, cada *comissão* foi dividida em três *partidas*, cada uma delas responsável pela demarcação de um troço daquela linha. Em cada uma dessas esquipas foram integrados técnicos, nomeadamente astrónomos, cartógrafos, desenhadores, matemáticos, havendo até a alusão a um boticário. As equipas eram, portanto, compostas por homens que detinham diversos tipos de conhecimentos científicos. Contudo, na primeira metade do século XVIII, o número de técnicos / engenheiros portugueses disponíveis para a realização dos processos demarcatórios no território brasileiro ainda era insuficiente, ou estes ainda não gozavam de uma preparação académica completa. Houve, então, a necessidade de contratar técnicos / engenheiros estrangeiros que permitissem constituir as seis *partidas* para a realização das demarcações.

Pretendemos apresentar as *fontes primárias* selecionadas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e expô-las de acordo com os seguintes itens: o tipo de documentação, a que regiões do território brasileiro se referem e que técnicos / engenheiros que aí são mencionados, suas funções e proveniência.

3.2.1. O tipo de documentação das *fontes* selecionadas:

Quadro 1: Documentos manuscritos selecionados das fontes do Arquivo Ultramarino de Lisboa

Tipo de Documento	Nº de documentos
Ofícios	9[70]
Decreto	1[71]
Relato	1[72]
Carta	1[73]
Minuta	1[74]
Instruções	1[75]

Legenda: Ofícios - AHU_CU_059, Cx.1, D.3; AHU_CU_059, Cx.1, D.5; AHU_CU_059, Cx.1, D.9; AHU_CU_059, Cx.1, D.20; AHU_CU_059, Cx.1, D.33; AHU_CU_059, Cx.1, D.35; AHU_CU_059, Cx.1, D.68; AHU_CU_059, Cx.1, D.71; AHU_CU_059, Cx.1, D.93; Decreto - AHU_CU_059, Cx.1, D.10; Relato - AHU_CU_059, Cx.1, D.12; Carta - AHU_CU_059, Cx.1, D.60; Minuta - AHU_CU_059, Cx.1, D.57; Instruções - AHU_CU_059, Cx.1, D.4.

As *fontes* utilizadas variam entre ofícios, decretos, relatos, cartas, minutas e instruções (Quadro 1). A maior parte das *fontes* selecionadas são ofícios. Estes tomam a forma de correspondência escrita formal, enviada aos membros dirigentes das outras *partidas* ou a autoridades superiores. Entre os anos 1750 e 1755, os ofícios eram emitidos essencialmente pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, como Marco António de Azevedo Coutinho (1750) ou Sebastião José de Carvalho e Melo (a partir de 1751). Os comissários das demarcações da América Meridional também fizeram remeter ofícios, como ocorre com Gomes Freire de Andrade, em 1752, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real ou ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. É possível encontrar ainda um ofício enviado pelo engenheiro genovês Miguel Ângelo Blasco[76] a Sebastião José de Carvalho e Melo. Os ofícios mencionam geógrafos e desenhistas italianos que viriam a ser contratados[77]. Acompanhavam exemplares do Tratado de Madrid de 1750, juntamente com instruções das negociações realizadas pelas coroas Ibéricas[78], escritos de medições do grau

[70] AHU_CU_059, Cx.1, D.3; AHU_CU_059, Cx.1, D.5; AHU_CU_059, Cx.1, D.9; AHU_CU_059, Cx.1, D.20; AHU_CU_059, Cx.1, D.33; AHU_CU_059, Cx.1, D.35; AHU_CU_059, Cx.1, D.68; AHU_CU_059, Cx.1, D.71; AHU_CU_059, Cx.1, D.93.
[71] AHU_CU_059, Cx.1, D.10.
[72] AHU_CU_059, Cx.1, D.12.
[73] AHU_CU_059, Cx.1, D.60.
[74] AHU_CU_059, Cx.1, D.57.
[75] AHU_CU_059, Cx.1, D.4.
[76] AHU_CU_059, Cx.1, D.35.
[77] AHU_CU_059, Cx.1, D.3.
[78] AHU_CU_059, Cx.1, D.5.

meridiano realizado pelos astrónomos Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti[79], ou referiam promoções de alguns comissários, como as de José Custódio e Sá e Faria e as de Gregório de Morais e Castro[80]. A partir dos ofícios, ficamos a saber quem eram os comissários de cada região, bem como os técnicos / engenheiros, a par das suas funções na execução delimitadora do Tratado de Madrid de 1750.

O decreto, emanado por D. José I, em 1752, ordenava ao Conselho Ultramarino para "satisfazer ao Boticario do Collegio de Santo Antão, Alexandre Botelho dous Contos cento cincoenta e cinco mil, cento e outto reis"[81] de materiais boticários e de cirurgia. Os materiais eram enviados para os técnicos / engenheiros que se encontravam no território brasileiro "dos meus Dominios para aparte do Sul"[82].

O relato refere-se ao encontro entre António Gomes Freire de Andrade, comissário português, e o Marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa. Narra uma reunião entre ambos, na qual marcaram um novo encontro "dali a 2 dias"[83] para se dirigirem ao Monte de Castilhos (Castilhos Grandes) para "darem principio às deligencias"[84] relativas ao acerto da linha delimitadora do Tratado, dado não haver concordância com as determinações.

Em 1754, João Ângelo Brunelli, astrónomo italiano, escreveu uma carta ao Rei D. José I, expressando o desejo da substituição do seu ajudante no processo demarcatório do Brasil. Na carta refere que é "distintíssimo onore di servire in qualita di Astronomo"[85] e pede para "degnare (…) un sostituto o Ajutante"[86], e que seria "l'ottimo giovane Domenico Sambuceti"[87].

A minuta[88], datada de 1754, refere a ocorrência de problemas com os índios durante a atividade delimitadora. Segundo o documento, os padres astrónomos foram atacados durante o seu trabalho, o que complicou a realização da delimitação. É posta em evidência uma resistência dos indígenas aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da

[79] AHU_CU_059, Cx.1, D.20 - (Em anexo: *Anexo 3* – tabelas de registos de medição do grau meridiano pelos padres jesuítas Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti.)
[80] AHU_CU_059, Cx.1, D.68.
[81] AHU_CU_059, Cx.1, D.10.
[82] AHU_CU_059, Cx.1, D.10.
[83] AHU_CU_059, Cx.1, D.12.
[84] AHU_CU_059, Cx.1, D.12.
[85] AHU_CU_059, Cx.1, D.60 - (tradução: distintíssima honra de servir na qualidade de Astrónomo).
[86] AHU_CU_059, Cx.1, D.60 - (tradução: condescender (…) um substituto ou ajudante).
[87] AHU_CU_059, Cx.1, D.60 - (tradução: o excelente jovem Domenico Sambuceti).
[88] AHU_CU_059, Cx.1, D.57.

definição da nova linha demarcadora que tinha sido acordada no Tratado de Madrid de 1750. Esta oposição conduziu, inclusivamente, a um importante conflito entre as forças Ibéricas e os índios aldeados por jesuítas, a chamada Guerra Guaranítica (1753-1756), o que naturalmente atrasou o processo de delimitação[89]. A origem deste conflito relaciona-se com o estipulado no texto do Tratado. Ao longo do rio Uruguai situavam-se as sete Missões Orientais jesuítas, cujo território de acordo com os novos limites coloniais passaria da jurisdição espanhola para a portuguesa. Pelo Tratado de Madrid de 1750 o rio Uruguai determinava uma das fronteiras naturais e, por isso, as Missões do Oriente tinham que ser desmanteladas, o que levou a acometidas aos acampamentos dos espanhóis e dos portugueses, por parte dos indígenas.

A instrução[90] contém vários pontos das ordens do rei D. José I ao embaixador em Madrid, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás da Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles. Nas disposições é referido que o embaixador português deveria seguir as ordens que o Rei D. José I tinha acordado com o embaixador espanhol Duque de Sotomaior, que estava em Lisboa. No encontro deveriam ser discutidos vários assuntos sobre o Tratado de Madrid de 1750, em particular a falta de entendimento nas delimitações, facto que estava a atrasar e a impedir o avanço do processo.

3.2.2. Região das partidas mencionadas nas *fontes* selecionadas:

Quadro 2: As Partidas do sul subjacentes ao Tratado Madrid de 1750

As partidas	Localização das Partidas	Técnicos / engenheiros intervenientes nas Partidas
Primeira Partida	De Castilhos ao rio Uruguai	Miguel Ângelo Blasco, José Custódio de Sá e Faria
Segunda Partida	Da foz do rio Ibicuí ao Salto Grande	-[91]
Terceira Partida	Do Salto Grande do Panamá à foz do rio Jaurú	José Custódio de Sá e Faria, Miguel António de Ciera

Legenda: Localização e os técnicos / engenheiros envolvidos na primeira, segunda e terceira Partida.

Como já anteriormente referido, as *partidas* eram as equipas que tinham como função a execução das demarcações na América Meridional. Para isso, para a região sul formaram-se três equipas (Quadro 2). Cada uma destas equipas foi constituída por um

[89] QUEVEDO, Júlio R. – A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas Missões. *Estudos Ibero-Americanos.* V. 20, n. 2 (1994), p. 6.
[90] AHU_CU_059, Cx.1, D.4.
[91] Nos documentos selecionados para a realização deste trabalho do Arquivo Histórico Ultramarino, nenhum dos técnicos / engenheiros referidos participou no processo de demarcação da Segunda Partida.

número variável de membros, apesar de todas elas manterem uma estrutura idêntica. A sua composição variou também atendendo às características das regiões que iriam ser demarcadas. Todas elas consistiam em grupos formados por técnicos / engenheiros militares, como astrónomos, cartógrafos, cosmógrafos, geógrafos e desenhadores[92]. Cada equipa era comandada por um Primeiro Comissário, como foi o caso de José Custódio de Sá e Faria que dirigiu a segunda fase da Primeira Partida, em 1758[93]. Aos técnicos / engenheiros das *partidas* estava incumbida a missão de medir e registar todas as operações realizadas no terreno para definir a linha demarcadora estabelecida no Tratado. Contudo, a equipa composta por técnicos / engenheiros não era fixa. Os técnicos / engenheiros podiam ser chamados para outras *partidas* a fim de responderem às necessidades do processo de demarcação. Da situação atrás descrita, o engenheiro José Custódio Sá e Faria, que participou no processo delimitador da Primeira Partida[94], mais tarde, veio a ser nomeado também Primeiro Comissário da terceira Partida, como refere António Gomes Freire de Andrade num ofício enviado a Sebastião José Carvalho e Melo[95].

3.2.3. Os técnicos / engenheiros envolvidos na execução técnica, da parte portuguesa:

Quadro 3: Técnicos / engenheiros presentes nos documentos selecionados do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Nome dos técnicos / engenheiros	País de origem	Função no processo da realização do Tratado de Madrid de 1750
Miguel Ângelo Blasco	Itália (Génova)	Astrónomo
Estevão Bramieri	Itália	Astrónomo
Bartolomeu Pinceti	Itália	Astrónomo
João Bento Pithon	França	Ajudante / astrónomo
Miguel António de Ciera	Itália (Pádua)	Astrónomo
João Ângelo Brunelli	Itália	Astrónomo
Domenico Sambuceti	Itália	Auxiliar
José Custódio de Sá e Faria	Portugal	Engenheiro
José Fernandes Pinto Alpoim	Portugal	Coronel
Carlos Francisco Ponzoni	Itália	Desenhista

Legenda: Listagem dos nomes, proveniência e função dos técnicos / engenheiros mencionados nas *fontes* selecionadas para este trabalho.

[92] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 135.
[93] *Idem*, p. 139.
[94] AHU_CU_059, Cx.1, D.68.
[95] AHU_CU_059, Cx.1, D.93: "chegou ao Rio Grande o Sargento Joseph Custodio primeiro Commissario da terceira Partida".

De um modo geral, os historiadores consideram que a necessidade da contratação de técnicos / engenheiros estrangeiros foi uma consequência do atraso técnico – científico das instituições académicas portuguesas em comparação aos outros países da Europa. A partir dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, foi possível comprovar que houve o recurso à contratação de técnicos / engenheiros estrangeiros, mas também a portugueses, para a realização das demarcações. Todavia, os técnicos / engenheiros estrangeiros tinham uma maior representatividade nas *partidas*.

3.2.3.1. Técnicos / engenheiros contratados portugueses:

José Fernandes Pinto Alpoim teve a sua formação de engenheiro na Academia Militar de Viana, onde foi lente[96]. Em 1751, foi promovido à patente de Coronel de Artilharia no Rio de Janeiro e chefiou a Segunda Partida[97] das demarcações na América Meridional. Esteve juntamente com Gomes Freire de Andrade, em 1752, na conferência com o Marquês de Valdelírios [98], que deu início às demarcações em Castilhos Grandes e, por isso, no ano de 1754 ingressou nas "guerras antijesuítas"[99].

José Custódio de Sá e Faria formou-se em engenharia na Academia Militar das Fortificações[100]. Quando destacado para a execução do Tratado de Madrid de 1750 foi contratado na qualidade de Sargento – Mor, desempenhando funções de engenheiro[101]. Devido às suas iniciativas no Brasil, António Gomes Freire de Andrade indicou-o para Primeiro Comissário da Terceira Partida[102].

3.2.3.2 Técnicos / engenheiros contratados estrangeiros:

Miguel Ângelo Blasco, engenheiro genovês, foi contratado, em 1750, na qualidade de coronel[103]. Foi reconhecido pelo seu mérito científico devido às suas habilitações de engenheiro, de cartógrafo e de desenhador. Durante os trabalhos

[96] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 237.
[97] AHU_CU_059, Cx.1, D.68.
[98] AHU_CU_059, Cx.1, D.12.
[99] QUEVEDO, Júlio R. – A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas Missões. *Estudos Ibero-Americanos.* V. 20, n. 2 (1994), p. 8.
[100] Academia Militar das Fortificações é o mesmo que a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar.
[101] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 242.
[102] AHU_CU_059, Cx.1, D.68.
[103] AHU_CU_059, Cx.1, D.3.

demarcadores no Brasil também auxiliou o Comissário Principal do sul, António Gomes Freire de Andrade, na evacuação das Missões Jesuítas. A propósito dessas Missões, o engenheiro Miguel Ângelo Blasco enviou um ofício[104] ao Secretário de Estado dos Negócios e Guerra, Sebastião de Carvalho e Melo, em 1753. No ofício referia os problemas "il mappa del principio della Demarcazione da Castiglio grande (…) seguirono de grandi controversie"[105]. As disputas a que se referia eram relativas às definições das posições dos limites propostas pelo engenheiro espanhol D. Francisco Millau Maraval. Este propunha uma linha natural diferente da que tinha sido acordada no Tratado de Madrid de 1750. Refere ainda a desonestidade do desenhista italiano Carlos Francisco Ponzoni e que era necessário reaver os desenhos do território feitos por ele[106].

Miguel António de Ciera, natural de Pádua, formou-se em astronomia. Contudo, pouco se sabe sobre a sua biografia[107]. Veio para Portugal em 1751, seguindo na nau Nossa Senhora de Lampadoza, juntamente com o ajudante francês João Bento Pithon, para participar no processo de demarcação do sul das fronteiras do Brasil[108]. Em 1753, o astrónomo permaneceu na colónia de Sarmento juntamente com o engenheiro Miguel Ângelo Blasco e com o ajudante Pithon, continuando a receber o soldo da "Real Fazenda"[109]. Quando Miguel António Ciera regressou a Portugal foi nomeado Prefeito dos Estudos do Colégio dos Nobres, em 1765. Aí tentou, simultaneamente, com o Marquês de Pombal, desenvolver um trabalho para a renovação do ensino[110].

Houve técnicos / engenheiros que foram dispensados durante o processo demarcador devido à sua falta de preparação técnica para as funções que lhes foram atribuídas ou pelo seu trabalho mostrar-se pouco produtivo. Foi o que sucedeu aos astrónomos italianos Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti, os quais "vaó na frota,

[104] AHU_CU_059, Cx.1, D.35.
[105] AHU_CU_059, Cx.1, D.35 - (tradução: "o mapa do princípio da Demarcação de Castilhos Grandes (…) seguiram de grande controvérsia").
[106] AHU_CU_059, Cx.1, D.35.
[107] COSTA, Maria de Fátima – Miguel Ciera: Um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*. Vol.17, n. 2 (2019), p. 190.
[108] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 254.
[109] AHU_CU_059, Cx.1, D.33.
[110] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 256 – 257.

ficando Livre a Real Fazenda desta despeza"[111]. No entanto, antes de regressarem a Lisboa, os dois astrónomos realizaram "operações de triangulação"[112] para as medições do grau meridiano[113] produzindo cartas geográficas do território brasileiro.

João Ângelo Brunelli, astrónomo italiano, em 1754 fez chegar ao rei D. José I uma carta, como já acima referido, a pedir a contratação do jovem italiano Domenico Sambuceti[114].

Considerações finais:

Ao longo do trabalho procuramos perceber que contributos trouxeram a "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa na formação dos técnicos / engenheiros portugueses do século XVIII para a execução do Tratado de Madrid de 1750.

A "Aula da Esfera" e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar tiveram apoio efetivo da coroa portuguesa. Os contributos de D. João V, no século XVIII, são constantemente mencionados nas obras / manuais dos professores destas aulas. O interesse e o apoio régio na formação académica de técnicos / engenheiros viria a revelar-se crucial aquando o Tratado de Madrid de 1750, quer na sua realização teórica, quer na sua implementação técnica no território.

O ensino no Colégio e na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, nos séculos XVII e XVIII, revelam, à luz do seu tempo, um desenvolvimento rigoroso nas áreas do saber científico. Houve uma clara preocupação em instruir uma elite de técnicos / engenheiros através do conhecimento difundido na Europa. São contratados vários professores estrangeiros para lecionarem no Colégio de Santo Antão e na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Caso ímpar é o do professor engenheiro Manuel de Azevedo Fortes que teve a sua formação académica no estrangeiro. Este "estrangeirado" trouxe a sua formação académica de França, fazendo-a introduzir em Portugal. Os

[111] AHU_CU_059, Cx.1, D.33.
[112] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 273.
[113] AHU_CU_059, Cx.1, D.20; (Em anexo: *Anexo 3* – tabelas de registos de medição do grau meridiano pelos padres jesuítas Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti).
[114] AHU_CU_059, Cx.1, D.60.

professores Manuel de Campos e Manuel de Azevedo Fortes foram grandes instigadores do processo da difusão do saber técnico – científico através dos seus manuais. Além de preencherem as bibliotecas com saber científico, direcionavam esse saber para os seus alunos e para os já formados adquirirem novos ou aperfeiçoar conhecimentos. As obras apresentadas por estes dois mestres eram bem estruturadas e tinham em atenção a valorização das competências dos alunos que frequentavam as aulas. Eram escritas na língua vernácula e os assuntos tratados eram acompanhados de ilustrações e tabelas.

Não nos foi possível encontrar uma lista dos alunos que frequentaram a "Aula da Esfera" e a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, no século XVIII. Isso impossibilitou a comprovação da existência de técnicos / engenheiros aí formados na composição das *partidas* das demarcações do Tratado de Madrid de 1750. Assim, procurou-se através dos técnicos / engenheiros mencionados nas fontes selecionadas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, encontrar alunos do Colégio de Santo Antão ou da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Seguindo este procedimento, identificámos dois engenheiros que se formaram na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar. Referimo-nos ao engenheiro José Custódio de Sá e Faria que participou nas primeira e segunda *partidas* das demarcações no sul do Brasil e ao engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim que, inicialmente, se formou na Academia Militar de Viana do Minho e onde lecionou. Veio a aprofundar os seus estudos na Academia Militar das Fortificações, em Lisboa, tendo sido discípulo do engenheiro Manuel de Azevedo Fortes[115]. Não encontrámos nenhum técnico / engenheiro que tivesse tido formação na "Aula da Esfera" e que integrasse o processo da delimitação fronteiriça da América Meridional.

O trabalho demarcatório no território brasileiro, decorrente do Tratado de Madrid de 1750, permitiu à coroa um conhecimento do território e uma melhor administração. Os engenheiros, astrónomos, geógrafos, cartógrafos e topógrafos mostraram-se ser imprescindíveis no processo delimitador. Todavia, como pudemos atestar pelas *fontes* analisadas, a coroa portuguesa teve que recorrer à contratação de técnicos / engenheiros estrangeiros devido à carência em número de técnicos / engenheiros portugueses devidamente formados.

[115] FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0. P. 99.

A concluir, as expedições feitas pelas *partidas*, respeitantes ao Tratado de Madrid de 1750, revelaram-se ações verdadeiramente científicas que permitiram a produção de novos saberes que viriam a ser usados em processos geopolíticos posteriores, como aquele que conduziu à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

Bibliografia:

BOTELHO, Leonete – *Um país de migrantes.* In Jornal Público. Disponível em: https://www.publico.pt/2000/12/22/jornal/um-pais-de-migrantes-152791. Consultado a: 21 de fevereiro de 2018.

CAMPOS, Manuel de – *Tigonometria Plana, e Esferica com o canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico: Tirada dos authores mais celebres, que escreverão sobre esta materia: e regulada pelas impressões mais correctas, que atéqui tem fahido. Para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Ocidental.* Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Môr, 1737

CAROLINO, Luís Miguel – Science, patronage, and academies in early seventeenth-century Portugal: The scientific academy of the nobleman and university professor André de Almada. *History of Science*. Vol. 54 (2016), p. 107 – 137. ISSN: 1753-8564.

CARVALHO, Rómulo de – *A física experimental em Portugal no século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1982.

CARVALHO, Rómulo de – *A astronomia em Portugal no século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1985.

CARVALHO, Rómulo de – *A história Natural em Portugal no Século XVIII*. 1ª ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1987.

CORREIA, Carlos Alberto Calinas – *A Arte de Navegar de Manuel Pimentel (as edições de 1699 e 1712).* Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2010.

CORTESÃO, Jaime - Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. *Revista de História*, Vol. 1, n. 4 (1950), p. 437-452.

COSTA, A. M. Amorim da – *Primórdios da Ciência química em Portuga*l. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

COSTA, Maria de Fátima – Miguel Ciera: Um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, Vol. 17, n. 2 (2009), p. 189-214.

FERNANDES, Mário Gonçalves – *Manoel de Azevedo Fortes (1660 – 1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

FERNANDES, Rogério – *O pensamento pedagógico em Portugal*. 1ªed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1978. ISBN 972-566-052-8.

FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*. ISSN: 1982-4343. Vol. 23, n. 37 (2007), p. 51-69.

FERREIRA, Mário Olímpio Clemente – *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: CNCDP, 2001. ISBN 972-787-026-0.

FERREIA, Mário Olímpio Clemente - Os demarcadores do Tratado de Madrid (1750) e as reformas pombalinas do ensino. In *IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica. Territórios: Documentos, Imagens e Representações*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2011. ISBN: 978-972-8932-88-6.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins – *Luís Serrão Pimentel (1613 -1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2009. Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017. ISBN: 978-972-42-5173-8.

FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Segundo que Comprehende a Fortificação Regular, e Irregular: o Ataque e Defesa das Praças; e no Appendice o Uso das Armas de Guerra*. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729. 2 vols.

JUNIOR, Armando Pereira Loreto – *Uma obra do Matemático Jesuíta Manuel de Campos para a "Aula da Esfera" do Colégio de Santo Antão.* São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

LEITÃO, Henrique - *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2008.

QUEVEDO, Júlio R. – A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas Missões. *Estudos Ibero-Americanos*. V. XX, n. 2 (1994), p. 5 – 26.

SEABRA, Miguel Costa Saldanha – *O Conceito de Fronteira: Uma abordagem multifacetada*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 1ª ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa: consultado em janeiro de 2018

1750, abril, 19, Lisboa
OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Marco António de Azevedo Coutinho, ao frei João Álvares de Gusmão, sobre os contactos com os geógrafos e desenhistas italianos que seriam possivelmente contratados; da contratação do coronel Miguel Ângelo Blasco e suas conversações, em Gênova, com outros oficiais para atuarem todos na Demarcação dos Limites da América Meridional.
AHU_CU_059, Cx.1, D.3.

1751, março, 2, Lisboa
INSTRUÇÕES dadas pelo rei de Portugal [D. José I] ao embaixador de Portugal em Madrid e negociador do Tratado de Madrid, visconde de Vilanova de Cerveira, [D. Tomás da Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles], para serem seguidas

em seus entendimentos com o embaixador extraordinário do rei espanhol em Lisboa, duque de Sotomaior, e com outras autoridades sobre a execução do Tratado de Madrid.
AHU_CU_059, Cx.1, D.4.

1751, agosto, 23, Lisboa
OFÍCIO do [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, enviando vários exemplares do Tratado de Madrid e cópias de outros cinco tratados feitos entre as coroas portuguesa e espanhola sobre a divisão dos limites das conquistas, assim como as instruções e plenos poderes para as negociações com o [comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], Marquês de Valdelírios, [D. Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa].
Anexo: lista de documentos e 3 tratados.
AHU_CU_059, Cx.1, D.5.

1752, março, 25, Taramandaí
OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o receio de que os padres da Companhia de Jesus possam embaraçar as conferências com o [comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], Marquês de Valdelírios, [D. Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa], acerca da abertura do caminho de Santa Catarina para os Sete Povos das Missões; refere-se também ao mau governo do Rio Grande de São Pedro.
AHU_CU_059, Cx.1, D.9.

1752, junho, 9, Lisboa
DECRETO do rei D. José I, ordenando que o Conselho Ultramarino mande pagar ao boticário do Colégio de Santo Antão, Alexandre Botelho, a importância das boticas e instrumentos de cirurgia, que foram enviadas na nau Lampadosa para servirem os

engenheiros, astrônomos, desenhistas e demais oficiais da Demarcação dos Limites da América Meridional.
AHU_CU_059, Cx.1, D.10.

[post. 1752, outubro, 22]
RELATO dos primeiros encontros do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, com o [comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], Marquês de Valdelírios, [D. Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa].
AHU_CU_059, Cx.1, D.12.

1753, fevereiro, 20, Colônia do Sacramento
OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, remetendo documento das operações para medir o grau meridiano que os padres astrónomos, Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti, fizeram no Curral Alto.
Anexo: relatório.
AHU_CU_059, Cx.1, D.20.

1753, julho, 25, Colônia do Sacramento
OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, enviando notícias sobre as negociações das demarcações dos limites, informando da partida dos oficiais estrangeiros, com exceção do coronel-engenheiro Miguel Ângelo Blasco, do engenheiro Pithon e do astrónomo Miguel Ciera, e pedindo fardamentos para as tropas.
AHU_CU_059, Cx.1, D.33.

1753, agosto, 20, Colônia do Sacramento

OFÍCIO do [coronel-engenheiro], Miguel Ângelo de Blasco, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a desonestidade do desenhista Ponsoni, de regresso a Lisboa, e solicitando que a sua casa fosse vigiada para retirar os desenhos feitos furtivamente por ele no Brasil.
Obs.: doc. em italiano.
AHU_CU_059, Cx. 1, D.35.

1754, agosto, 3, [Lisboa]
RELAÇÃO (minuta) dos despachos expedidos pelo [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo], ao [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, na data de 3 de Agosto de 1754, sobre: a resolução para atacar os índios; a relação dos padres astrónomos acerca da conquista dos mesmos índios; a circunspeção necessária naquela circunstância; o mapa do território demarcado feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo Blasco e tendo como anexo cópia de ofício dirigido a ele sobre o desenhista Ponsoni e cópias de outros dirigidos a Pascoal de Azevedo e ao governador da ilha de Santa Catarina D. José de Melo Manuel.
Anexo: 8 ofícios (minutas), 2 relatórios, anotação.
AHU_CU_059, Cx.1, D.57.

[ant. 1754, outubro, 2]
CARTA do astrónomo italiano, João Ângelo Brunelli ao rei [D. José I], pedindo a nomeação do italiano Domenico Sambuceti para servir como seu ajudante ou ser seu substituto nas operações dos Tratados de Limites da América Meridional.
Obs.: doc. em italiano.
AHU_CU_059, Cx.1, D.60.

1755, fevereiro, 22, Rio Grande de São Pedro
OFÍCIO (2ª via) do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, propondo as promoções do 1º comissário da 3ª Partida, o

sargento~mor engenheiro José Custódio de Sá [e Faria], para tenente-coronel do regimento de Artilharia, de que é coronel José Fernandes Pinto e Alpoim; e do 2º comissário da 3ª Partida, o capitão Gregório de Morais e Castro, para sargento-mor do regimento de Infantaria de que é coronel Francisco António Cardoso de Meneses e Sousa.
Anexo: aviso.
AHU_CU_059, Cx.1, D.68.

1755, fevereiro, 26, Rio Grande de São Pedro
OFÍCIO do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional, Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José [de Carvalho e Melo, sobre o envio, pelo piloto Joaquim Pereira Cordovil, de um mapa feito pelo engenheiro-coronel Miguel Ângelo de Blasco, cujo desenho mostra o que as tropas portuguesas percorreram desde Colónia do Sacramento até ao Rio Jacui, e o pouco que avançaram as tropas castelhanas.
AHU_CU_059, Cx.1, D.71.

1755, dezembro, 25, Parateni
OFÍCIO (1ª via) do [1º comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o regresso dos homens da 3ª Partida ao Rio Grande, o 1º comissário sargento-mor engenheiro José Custódio de Sá e Faria, o astrónomo Miguel Ciera, o 2º comissário capitão Gregório de Castro, o ajudante João Bento Pithon e o resto da tropa; enviando diário e cópia do mapa da 3ª Partida e ainda alguns prospetos e trabalhos do engenheiro-coronel Miguel Ângelo de Blasco.
AHU_CU_059, Cx.1, D.93.

Fontes impressas:

Biblioteca: ETH-Bibliothek Zürich, cota do exemplar digitalizado: Rar 5381:
https://www.e-rara.ch/zut/content/titleinfo/1410704, consultado em: dezembro de 2017

CAMPOS, Manuel de – *Tigonometria Plana, e Esferica com o canon Trigonometrico Linear, e Logarithmico: Tirada dos authores mais celebres, que escreverão sobre esta materia: e regulada pelas impressões mais correctas, que atéqui tem fahido. Para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Ocidental.* Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Môr, 1737.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cota do exemplar digitalizado: sa-3905-p_2: http://purl.pt/14547, consultado em fevereiro de 2018

FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Prymeiro que Comprehende a Geometria Pratica sobre o papel, e sobre o terreno: uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares e no Appendice a Trigometria rectilinea. Obra Moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais officiaes Militares. Tomo Segundo que Comprehende a Fortificação Regular, e Irregular: o Ataque e Defesa das Praças; e no Appendice o Uso das Armas de Guerra*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729, 2 vol.s.

Anexos:

Anexo 1: Lista dos professores da "Aula da Esfera" entre os séculos XVI e o século XVIII: Relação dos professores da "Aula da Esfera", segundo Baldini.

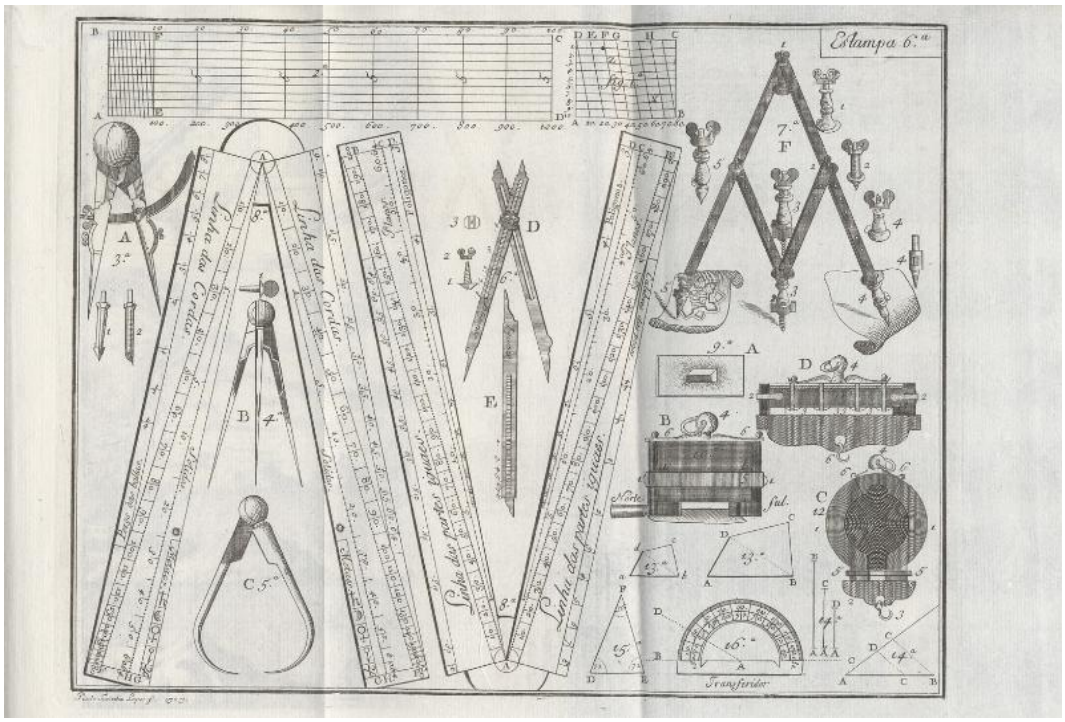
L'insegnamento della matematica nel collegio di S. Antão a Lisbona, 1590-1640, in A Companhia de Jesus e a missionação no Oriente, Lisboa, *Brotéria*, 2000, pp. 275-310.

Professores do século XVI	Professores do século XVII	Professores do século XVIII
1590-93: João Delgado	1599-1602: Christoph Grienberger	1700-06: Luís Gonzaga
1595-97: João Delgado	1602-04: Francisco da Costa	1706-07: João Garção

1597-98: António Leitão	1604-05: Francisco Machado	1707-08: Jerónimo de Carvalhal
1598-99: João Delgado	1605-08: João Delgado	1708-11: Inácio Vieira
	1610-14: Sebastião Dias	1709-19: Inácio Vieira
	1615-17: G. Paolo Lembo	1719-21: Manuel de Campos
	1617-19: Dionísio Lopes	1721-22: Diogo Soares
	1620-25: J. Chrysostomus Gall	1724-25: Domingos Pinheiro
	1627-28: Cristoforo Borri	1725-31: Jacinto da Costa
	1630-36: Inácio Stafford	1733-42: Manuel de Campos
	1638-41: Simon Fallon	1742-43: Francisco Gião
	1641-42: Jan Cierman	1743-48: João de Borja
	1642-46: Hendrick Uwens	1748-51: Tomás de Campos
	1648-49: Thomas Barton	1753-59: Eusébio da Veiga
	1651-52: John Riston	
	1655-58:Bartolomeu Duarte	
	1658-63: Valentin Stansel	
	1664-65: John Marques	
	1668-85: George Gelarte	
	1686-87: F. X. Schildenhofen	
	1689-90: F. X. Schildenhofen	
	1692-93: George Gelarte	
	1695-1700: George Gelarte	

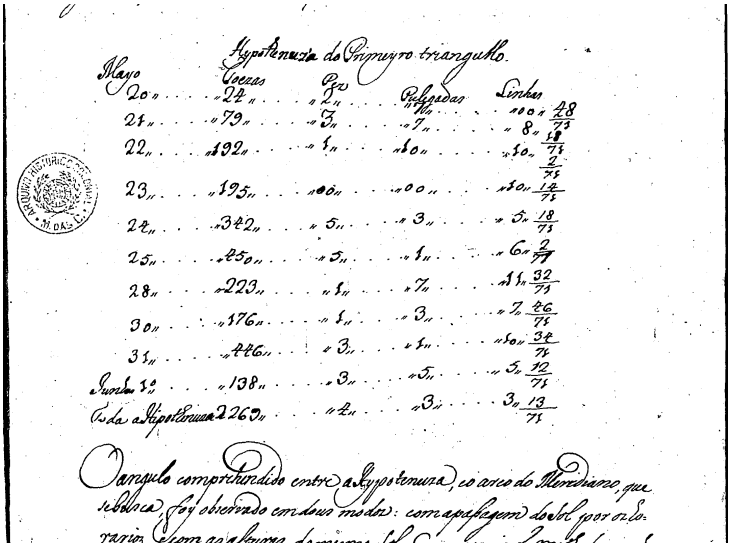
Anexo 2: Imagem de alguns instrumentos

FORTES, Manuel de Azevedo – *O Engenheiro Portuguez: Dividido em dous Tratados, Tomo Segundo que Comprehende a Fortificação Regular, e Irregular: o Ataque e Defesa das Praças; e no Appendice o Uso das Armas de Guerra*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 – 1729, Vol.2. p. 627.



Anexo 3: tabelas de registos de medição do grau meridiano pelos padres jesuítas Estevão Bramieri e Bartolomeu Pinceti.

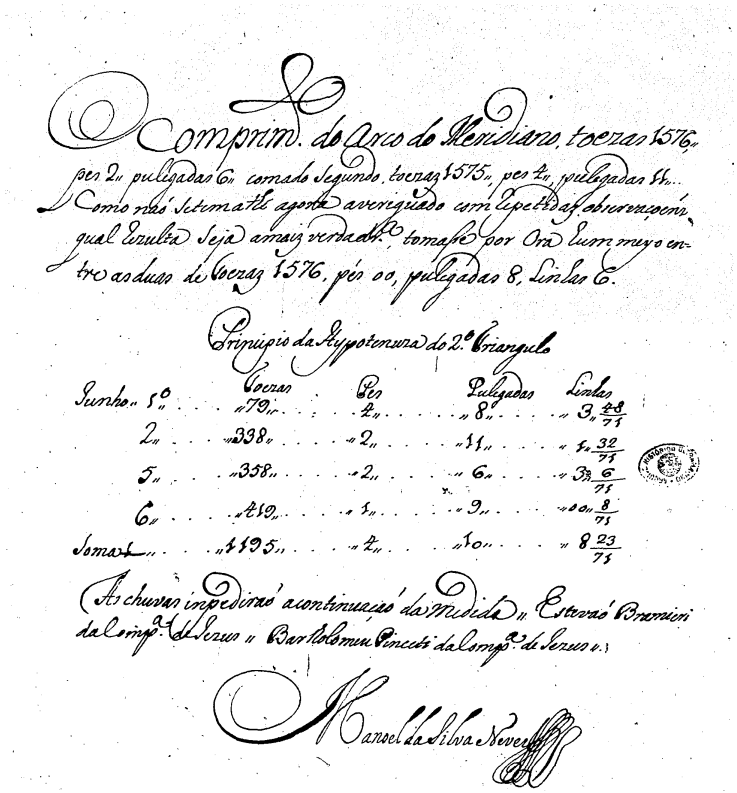
AHU_CU_059, Cx.1, D.20;



Hypotenusa do Primeyro triangulo.

Mayo	Toezas	Pes	Pulgadas	Linhas
20	22	2	11	00 28/73
21	79	5	7	8 58/73
22	192	1	10	10 2/73
23	195	00	00	10 12/73
24	342	5	3	5 18/73
25	250	5	1	6 2/73
28	223	1	7	11 32/73
30	176	1	3	7 26/73
31	226	3	1	10 32/73
Junho 1º	138	3	5	5 12/73
Da Hypotenusa	2260	2	3	3 13/73

O angulo comprehendido entre a Hypotenusa, e o arco do Meridiano, que se observou, foy observado em dous modos: com a applicação do dobrado por ou-



Comprim.to do Arco do Meridiano, toezas 1576, pes 2, pulgadas 6, comado Segundo, toezas 1575, pes 2, pulgadas 8, ... Como não sitio mais agosto averiguado com tal perfeição a observação, qual escolher seja a mais verdadeira, tomarão por ora hum meyo entre os dous de toezas 1576, pés 00, pulgadas 8, linhas 6.

Principio da Hypotenusa do 2º Triangulo

Junho 5º	Toezas	Pes	Pulgadas	Linhas
	79	2	8	3 28/73
2	338	2	11	4 32/73
5	358	2	6	3 6/73
6	219	1	3	00 8/73
Somas	1195	2	10	8 23/73

As chuvas impedirão a continuação da Medida. Estevão Bramieri da Comp.ª de Jesus. Bartolomeu Pinceti da Comp.ª de Jesus.

Manoel da Silva Neves

BATISTA, Cristiano – O Suicídio na Europa da Época Moderna: perspetivas cruzadas. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 376-402.

O Suicídio na Europa da Época Moderna. Perspetivas Cruzadas

Cristiano Batista

up201504816@letras.up.pt

Resumo

O suicídio, enquanto ato que intencionalmente causa a própria morte, é uma temática que pode ser abordada a partir de diferentes perspetivas, desde a Psicologia à Sociologia, à Teologia, entre outras. No período moderno, o suicídio era já um assunto controverso para a sociedade e para a religião, por esta considerar o suicídio uma ofensa contra Deus (um pecado). Essa era a perspetiva dominante. Para confirmar ou refutar esta hipótese, procedeu-se à leitura e análise do *Biathanatos*, de Donne, o *Ensaio Filosófico sobre o Suicídio*, de Hume e o romance *Werther*, de Goethe, em busca dos vários argumentos utilizados para condenar ou legitimar o suicídio. A análise das fontes validou também a hipótese, que ao longo da época moderna, a insanidade substitui o pecado, e isto é consubstanciado no modo como a sociedade considera os suicidas.

Palavras-chave: Suicídio, morte, Psicologia, Sociologia, Teologia e Literatura.

Abstract

Suicide, as the act of intentionally causing one's own death, it's a theme that can be approached from multiple perspectives, from the Psychology to Sociology, to Theology, among others. In the Early Modern Era, suicide was already a controversial issue for the society, but also for religion, because this one traditionally considers suicide as an offense towards God (a sin), being the theological the mainstream perspective. To confirm (or not) this hypothesis, this paper analyzes *Biathanatos* of Donne, the *Essays on Suicide* of Hume and *Werther* of Goethe in search for arguments that condemn or support suicide. The analysis validates the hypothesis that insanity replaces sin in the way early modern societal outlook towards suicides.

Keywords: Suicide, death, Psychology, Sociology, Theology, Literature.

"*A morte não nos diz respeito; pois, enquanto existimos, a morte ainda cá não está, e quando a morte chega, nós já não existimos*"[1] – Epicuro.

Introdução

Apesar de este trabalho apresentar um tema por muitos considerado obscuro, o suicídio deve ser discutido academicamente. O suicídio, em grande medida por ser considerado socialmente um tabu, implica que haja poucos momentos e espaços historiográficos onde ele seja debatido. Tal só acontece quando existe o chamado "pânico moral" por parte da sociedade, em resposta a casos concretos de suicídio ou à sua tentativa. Um desses momentos ocorreu em 2017, aquando da divulgação do jogo *online* "baleia azul", um desafio com 50 etapas[2], na qual a última é o suicídio. A partir da discussão social que se seguiu, surgiu a ideia de estudar esta temática.

O mesmo ocorreu aquando dos debates do Parlamento português sobre a eutanásia, em 2018. Em simultâneo, foi notícia a atitude de um cientista, com 104 anos, que veio de Perth, Austrália, para praticar eutanásia na Suíça. David Goodall entendia que a sua vida já não merecia ser vivida e que "*obrigar alguém a permanecer vivo é cruel*"[3].

Escolhido o tema, importava identificar algumas perguntas iniciais para despoletar a investigação. No início, pretendia-se descobrir qual seria, na Europa moderna, o perfil e o número dos suicidas, quais os métodos e as formas mais utilizados para o concretizar, qual seria a atitude das Igrejas e das autoridades perante o suicídio e se seria Portugal similar ou diferente dos outros países europeus nesta questão. Em grande medida devido à falta de documentação que respondesse a estas questões, outras foram surgindo, associadas a uma visão mais intelectual e literária na abordagem do tema.

Mas comecemos pelo início e pela apresentação de uma definição de suicídio. Esta é simples e clara: um suicida é todo o indivíduo que se mata intencionalmente. Esta definição, aparentemente óbvia, suscita, porém, muitas dúvidas, nomeadamente no caso de doentes que recusam ou abandonam os tratamentos, e doentes em estado terminal

[1] HALÍK, Thomás; GRÜN, Anselm – *O Abandono de Deus: Quando a crença e a descrença se abraçam*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2016.p.86

[2] DN [Em linha]. 28 Abril 2017. [Consult. 10 Out. 2017]. Disponível em WWW: http: // www.dn.pt/ sociedade/ interior/ baleia-azul- em-portugal- dois- jovens- internados.

[3] OBSERVADOR. [Em linha]. 10 Maio 2018. [Consult. 14 Maio 2018]. Disponível em WWW: https://observador.pt/2018/05/10/cientista-de-104-anos-viajou-para-a-suica-para-se-submeter-a-eutanasia-obrigar-alguem-a-permanecer-vivo-e-cruel/.

que suplicam por uma injeção letal. Nestes casos a dúvida instala-se![4]. O que é então suicídio?

Na Idade média e moderna, o suicídio era condenado e considerado um pecado mortal. Passa-se, então, de um problema individual a um problema social; de um atentado a Deus a um crime social; de uma ação pecaminosa a um ato corajoso; de um ato consciente a um desvio psíquico, de um ato de reprovação a um ato de interrogação. Estas são várias possibilidades de leitura quando questionamos a evolução histórica das atitudes, individuais e sociais, face a este fenómeno.

O estudo da mentalidade e pensamento da época moderna aproximou-nos da resposta a muitas das questões iniciais, mas algumas perguntas ficaram sem resposta, o que neste caso é positivo, pois é indicador da dúvida e do debate que elas geraram e ainda geram. Essas dúvidas permitem refletir sobre a atualidade, mas também sobre o período histórico das fontes a ser analisadas. O suicídio é um ato de loucura ou não? E é o suicídio um ato de coragem ou não?

E o que é um ato de coragem? "*um acto de coragem é aquelle em que nos sacrificamos ao cumprimento d'uma lei, qualquer que seja a sua natureza; pelo contrario, um acto de fraqueza é aquelle em que sacrificamos uma lei ao nosso interesse pessoal. Partindo d'este principio, vamos demonstrar que o suicidio, que, considerado em si mesmo, denota algumas vezes grande firmeza de caracter, é, sob o ponto de vista das causas que o determinaram e das leis moraes por elle violadas, um acto de fraqueza."*[5]. *"Ambiciosos, que a intriga elevou ás dignidades publicas, á fortuna, á consideração e até á gloria (...) matam-se. Insensatos, que se apaixonam subitamente por mulheres d'uma virtude incerta (...) matam-se. Jogadores que perderam em algumas horas o que seus pães ganharam á custa de tantos trabalhos (...) matam-se. Outros, desgostosos de tudo, bastante preguiçosos para empregar, mesmo em artes recreativas, as doze horas do dia, perseguidos pelo terrível «taedium vitae», matam-se por distracção. Onde está a virtude, a grandeza d'alma, a coragem moral d'estes infelizes?*"[6]. "*Se compararmos os suicídios actuaes com este procedimento de Job, não encontraremos um único signal de coragem, de grandeza d'alma. O suicidio é o acto d'um jogador que perdeu tudo, ou d'um pródigo arruinado, e não é senão uma*

[4] CAEIRO, Vânia Sofia Rosa - *Sui caedes: morte voluntária*. Porto: Edição do Autor, 2010.p.13
[5] VIEGAS, José Ferreira - *O suicídio livre em face da religião, da moral e da sociedade*. Porto: [s.n.], 1901. Dissertação apresentada à Escola Médico Cirurgica do Porto.p.56.
[6] IDEM, ibidem, p.59.

falta de coragem, em logar de ser uma prova d'ella"[7].

O anterior excerto denota a clássica posição moralista em relação ao suicídio, aquela que o condena veemente, e fá-lo do ponto de vista dominante em sociedades europeias de Antigo Regime: o do pecado. Digo dominante por esse não ser o único, até porque o suicídio também é condenado pela sua alegada ligação à insanidade. Mas será mesmo o suicídio uma loucura, ou será Job louco? Assim, ficará sempre a dúvida: será louco aquele que se mata ou aquele que continua a viver?

Neste quadro de reflexão complexa, o que mais importa é aquilo que disse o filósofo francês Albert Camus, no seu livro *Le mythe de Sisyphe*: "*só há um problema filosófico verdadeiramente sério e é o suicídio*"[8]. A vida é absurda nas suas tarefas, como exemplifica o Mito de Sísifo. "*Os deuses condenaram Sísifo a empurrar sem cessar uma pedra até ao cume de uma montanha, de onde a pedra rolaria por sua própria vontade. Os deuses tinham pensado, por alguma razão, que não havia punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança*"[9]. Será este o pensamento de um para-suicida ou suicida?

Na historiografia, nomeadamente francesa, da Escola dos Annales, acerca da morte, verifica-se uma grande ausência: a morte voluntária. Esta, de facto, quase nunca aparece ao longo das obras que abordam a morte no Antigo Regime[10], como ocorre com Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Philippe Áries, ou, em outras escolas historiográficas, com John MacManners. Tal lacuna resulta, em parte, do universo documental com que trabalham, pois as fontes que dizem respeito às mortes voluntárias são diferentes daquelas que registam as mortes naturais, dado que os suicidas não tinham direito ao enterramento religioso, por a morte voluntária ser considerada como um crime[11]. Mas isso não quer dizer que não existam estudos sobre o suicídio na época moderna para vários países da Europa[12], assim como obras de síntese da história do suicídio, que abordam o tema desde a Antiguidade até ao século XX, sendo *Le suicide et la morale*

[7] IDEM, ibidem, pp.61-62.
[8] CAMUS, Albert - *Le mythe de Sisyphe*. Nouv. ed. augm. d'une étude sur Franz Kafka. Paris: Gallimard, [imp. 1957]. p. 15.
[9] IDEM, ibidem, p.163.
[10] Veja-se como exemplo Michel Vovelle - *La Mort et L'Occident de 1300 à nos jours*. Paris, 1983. / Pierre Chaunu - *La Mort à Paris (XVI-XVIII siècles).* Paris, 1977. / Philippe Áries - *L'Homme devant la mort*. Paris, 1977. / John MacManners - *Death and the Enlightenment*. Oxford, 1981.
[11] MINOIS, Georges - *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p. 7.
[12] Sobre este assunto vd. HOUSTON, R. A - *Punishing the Dead? Suicide, Lordship and Community in Britain, 1500-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2010. (…) WATT, Jeffrey R. - *Choosing Death: Suicide and Calvinism in Early Modern Geneva*. Kirksville: Truman State University Press, 2001.

(1922) de Albert Bayet disso um exemplo.

1. Abordagens do suicídio

1.1. Abordagem sociológica do suicídio

Para além da historiografia do suicídio existem muitas outras abordagens, a começar pela da Sociologia.

O Suicídio de Émile Durkheim, publicado em 1897, é um exemplo de uma monografia sociológica lida com esta matéria. Nela, o autor distingue três tipos de suicídio: o suicídio egoísta, o suicídio altruísta e o suicídio anómico[13]. Existe também o oposto do anómico, o suicídio fatalista.

Uma individualização excessiva conduz ao suicídio, uma insuficiente individualização produz os mesmos efeitos. Quando um Homem está afastado da sociedade ele facilmente se mata, mas também o faz quando está demasiadamente integrado[14]. Mas a sociedade também é um poder que regula. E entre essa ação reguladora e a taxa de suicídio existe igualmente uma relação[15].

Durkheim foi o primeiro autor a destacar a discrepância das taxas de suicídio entre protestantes e católicos, sendo estas mais elevadas no primeiro universo, no seu entendimento, devido a um maior individualismo e menor integração. Os vários autores que se seguiram aos trabalhos de Durkheim e que investigaram a influência da religiosidade nos comportamentos suicidas favorecem a ideia de que níveis elevados de religiosidade estão associados a uma diminuição do risco de suicídio, ainda que por vezes os estudos nesta área sejam contraditórios[16].

Durkheim, em 1897, inicia todo um estudo sociológico que distingue o fenómeno suicida de acordo com vários critérios, tais como as classes etárias e os estados civis, entre outros, que serão posteriormente alvo de inúmeras análises por parte de outros. Entre esses podemos incluir o estudo sobre o suicídio em Portugal durante o século XX[17].

---

[13] DURKHEIM, Émile - *Le suicide: étude de sociologie*. Paris: Presses Universitaires, 1979. (Bibliothèque de philosophie contemporaine). ISBN 2-13-036170-6. p.261.
[14] IDEM, ibidem, p.233.
[15] IDEM, ibidem, p.261.
[16] FERREIRA, Susana Gaudêncio - *Razões para viver em diferentes grupos etários: relações com a espiritualidade, religiosidade, perdão e bem-estar subjetivo*. Porto: [Edição do Autor], 2013. p.17.
[17] FREITAS, Eduardo de - *O suicídio em Portugal no século XX: elementos empíricos para uma pesquisa*. Finisterra, XVII. 34, Lisboa, (1982), p.267-300.

Maurice Halbwachs diz que é desnecessário acreditar que há duas categorias de suicídio, uma dependendo do indivíduo e outra de determinismo social. Todo o suicídio pode ser encarado segundo dois pontos de vista. Este sociólogo continua o trabalho do seu mentor, apesar de criticar Durkheim, por este não ter reconhecido o fator da marginalização e isolamento social, mesmo nas situações patológicas[18].

Pode afirmar-se que, em geral, as causas da morte estão situadas mais fora do que dentro do indivíduo[19].

1.2. Abordagem psicológica do suicídio

Quando lidamos com a psicologia do suicídio, torna-se inevitável a referência ao livro sobre a loucura no Antigo Regime de Michel Foucault. Foucault, em *Histoire de la folie a l'âge classique* subscreve que o suicídio esteve durante muito tempo no âmbito do crime e do sacrilégio. E o sacrilégio do suicídio encontra-se articulado com a loucura[20].

O psicólogo Carlos Braz Saraiva diz que, para a Sociologia, a prevenção do suicídio significa reforço grupal, mas para a Psiquiatria ela passa pela preocupação pelo sofrimento do indivíduo[21]. Em questão está a saber se a "culpa" é da sociedade ou do indivíduo.

Os investigadores Chiles e Strosahl procuram sintetizar as características da personalidade dos suicidas, em sete *items*, tidos como possíveis alavancas do suicídio[22]:

- Aspetos cognitivos (pensamento dicotómico, rigidez, desesperança).
- Resolução de problemas (suicídio como uma estratégia de resolução de problemas por défice de outro tipo de estratégias).
- Regulação dos afetos (cólera, culpa, depressão).
- Tolerância e afetos (baixa tolerância à frustração).
- Dinâmica interpessoal (baixo auto-conceito, fobia social grave, isolamento).
- Auto-controlo (comportamentos aditivos, resistência à mudança).
- Variáveis ambientais (experiências de vida, como o desemprego e o divórcio).

[18]MARTINS, Manuela Fazenda - *A tentativa de suicídio adolescente: da clínica às ciências sociais e humanas*. Porto: Afrontamento, 1990. (Biblioteca das Ciências do Homem). ISBN 972-36-0237-7. p.30.
[19] MACHADO, António Ferreira - *Suicídios e suas tentativas no Pôrto: estatística (1900-1915)*. Porto: [s.n.], 1919. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto.p.31.
[20] FOUCAULT, Michel - *Histoire de la folie a l'âge classique*. Paris: Gallimard, imp. 1987. pp.107-109.
[21] SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7. p. 163.
[22] IDEM, ibidem, pp.140-141.

Torna-se curioso notar, porém, que, enquanto a depressão se agrava sobretudo durante a noite, a maioria dos suicídios acontece durante o dia[23].

Uma tese de Medicina de 1881 distingue duas categorias de suicídio: os indivíduos em estado de razão invocam para se suicidar motivos que são fornecidos pelas paixões, desejos e desgostos. Nos alienados, pelo contrário, a tendência suicida é ocasionada pelas alucinações, ilusões e conceções delirantes, por um verdadeiro estado patológico. Assim, nuns conserva-se o livre arbítrio, enquanto nos outros este não existe, ou pelo menos está profundamente lesado[24].

Phillips, em 1974, chamou ao suicídio por imitação o «efeito de Werther». referindo-se ao romance de Goethe, que acaba com o suicídio do seu protagonista, e que provocou uma onda de suicídios por imitação após a sua primeira publicação, em 1774[25].

1.3. Abordagem filosófica do suicídio

São vastas as correntes filosóficas que lidam com o suicídio. Podemos referir, como centrais, em primeiro lugar, o Estoicismo. A partir de Zenão (400 a.C.) o suicídio passa a ser compreendido e tolerado principalmente em três circunstâncias: sacrifício pela pátria, fuga a ato imoral ou ilegal, coercivamente imposto, e doença crónica ou mental[26].

Num contexto Iluminista, Diderot, no artigo *Suicídio* da *Enciclopédia* alinha com os argumentos, éticos e teológicos, tradicionais. Mas para este filósofo, o suicídio deveria ser primeiramente condenado por razões associadas às leis da Natureza, e só depois por constituir uma ofensa à lei de Deus. Diderot também procura refutar os argumentos de Donne, não deixando qualquer dúvida de que o suicídio apresenta um carácter criminal[27].

Voltaire, apesar de estabelecer ligação entre suicídio e insanidade, sustenta que o suicídio nem sempre ocorre devido à loucura. Assim, um Homem sábio poderia seguir

[23] *O gesto suicida na Área Metropolitana do Porto: um estado de "alma" e de "tempo"*. [S.n.: s.l.], 1999.p.58

[24] VALLE, José Machado do - *O suicídio*. Porto: Typographia Occidental, 1881. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto. p.15.

[25] D. PHILLIPS citado por ALMEIDA, Ana Filipa – Efeito de Werther. *Análise Psicológica*. 1 (XVIII) (2000). p. 37.

[26] SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7. p.20.

[27] BÄHR, Andreas – Between "Self-Murder" and "Suicide": The Modern Etymology of Self-Killing. *Journal of Social History*. vol. 49 nº 3 (2013), p. 625.

por esse caminho, mas, em geral, as pessoas não se matam quando estão no total domínio da sua razão[28].

Falando do suicídio, autores como Hume, Montesquieu e d'Holbach não fazem a associação deste a qualquer atitude patológica, mas, pelo contrário, tentam justificá-lo moralmente. Questionando a tradição, estes afirmam o direito à morte voluntária naqueles casos onde a vida se torna insuportável ou um fardo para a sociedade[29]. David Hume defende o direito ao suicídio, designadamente em casos de dor, doença, vergonha e miséria.

Nos primórdios do século XIX, Schopenhauer, um pessimista influenciado pelas correntes orientais, diz que o suicídio seria um erro ou ato de loucura, mas nem pecado nem libertação. O filósofo critica a posição da Igreja[30].

Já no século XX, afirma Camus, "*Se Deus não existe, eu sou Deus*". E tornar-se Deus é ser livre. Então porquê matar-se e deixar o mundo, após ter conquistado a liberdade?[31]. Assim, para o absurdismo, nem o suicídio nem a religião são solução.

1.4. Abordagem teológica do suicídio

Mas também a Teologia, as Teologias, tratam do suicídio. No Hinduísmo, nas escrituras dos Vedas, o suicídio é tolerado, podendo mesmo significar o mais nobre dos sacrifícios. No Budismo, a vida humana existe para ser sofrida, pelo que é difícil aceitar que alguém que pretendeu libertar-se a si próprio do sofrimento venha a reencarnar[32].

Em nenhuma outra religião existe uma reprovação tão acentuada do suicídio como no Islamismo. Alá concedeu a vida, só Alá pode determinar a hora da morte. As taxas de suicídio nos países islâmicos são das mais baixas do mundo[33]. Apesar do enumerado por esta religião, restam questões em aberto relacionadas com os bombistas suicidas, que acreditam ser mártires em nome da Jihad, martírio esse que, sobre determinadas circunstâncias, é apoiado por alguns clérigos.

---

[28] WATT, Jeffrey R. - *Choosing Death:Suicide and Calvinism in Early Modern Geneva*. Kirksville: Truman State University Press, 2001. p.120.
[29] IDEM, ibidem, pp.626-627.
[30] SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7. p.21.
[31] CAMUS, Albert - *Le mythe de Sisyphe*. Nouv. ed. augm. d'une étude sur Franz Kafka. Paris: Gallimard, [imp. 1957]. p. 146.
[32]SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7. p.15.
[33]IDEM, ibidem, pp.16-17.

Quanto ao Judaísmo: mesmo não sendo permitido o suicídio, no Velho Testamento são descritos quatro casos: os de Sansão, Saúl, Abimeleque e Aitofel. Os judeus tiveram sempre o suicídio em grande abominação, como indica o historiador Flávio Joseph no discurso que dirigiu aos seus companheiros de armas que se queriam suicidar[34].

Para o Cristianismo o suicídio será sempre uma vitória do Diabo[35]. Existem sobre esta matéria, obras chave: a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho é uma delas. Para este autor, no que se refere ao suicídio, não é não (não matarás, o 5º mandamento). Este define as regras restritas em relação ao suicídio, que influenciam a Teologia e a sociedade nos séculos seguintes (época medieval e moderna), ao afirmar " *nós dizemos, declaramos e confirmamos de qualquer forma que ninguém tem o direito de espontaneamente se entregar à morte sob pretexto de escapar aos tormentos passageiros, sob pena de mergulhar nos tormentos eternos; ninguém tem o direito de se matar por faltas passadas, porque são sobretudo os que pecaram que mais necessidade têm de vida para nela fazerem a sua penitência e curar-se; ninguém tem o direito de se matar na esperança de uma vida melhor imaginada depois da morte, porque os que se mostram culpados da sua própria morte não terão acesso a essa vida melhor*"[36].

A *Suma Teológica*, de S. Tomás de Aquino, na qual expressa a doutrina oficial da Igreja Católica, condena o suicídio por três razões: por ser contranatura, por ser anti-social e por desafiar uma dádiva de Deus[37].

A Reforma Protestante trouxe pouca mudança. Calvino chamava o suicídio de "monstruoso" e considerava aqueles que o faziam, para escapar ao sofrimento, como ímpios cobardes[38]. Lutero também condena o suicídio, associando-o a influências diabólicas[39].

A Casuística (associada à Escola de Salamanca, a Francisco de Vitoria e Domingo de Soto, referidos na obra de Donne), é abordagem que deve muito aos Jesuítas. Os casuístas discutem o suicídio, em particular nos casos onde há um conflito de valores,

[34]VIEGAS, José Ferreira - *O suicídio livre em face da religião, da moral e da sociedade*. Porto: [s.n.], 1901. Dissertação apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto.pp.35-36.
[35] SCHMITT citado por PARAVICINI, Werner – Un Suicide à la cour de Bourgogne: Roland Pippe. *Revue du Nord*. n.º 380 (2009). p. 407.
[36] Santo Agostinho citado por MINOIS, Georges - *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p.39.
[37]SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7. p.19.
[38] HUNTER, Elisabeth K. – Between the bridge and the brook: suicide and salvation in England, c. 1550-1650. *Reformation & Renaissance Review*. 15: 3 (2003), p. 241.
[39] IDEM, ibidem, p.249.

passando em revista todas as situações, para fecharem todas as portas. No entanto, esta possui um grande mérito: substitui as condenações globais pelo estudo de casos particulares[40].

Por fim, refiramos, para o Cristianismo, os *Códigos Canónicos de 1917*[41] *e 1983*. O primeiro, no seu cânon 1240, ainda proíbe o enterramento aos suicidas, "*As pessoas seguintes devem ser privadas de sepultura eclesiástica, a não ser que antes da morte deem sinais de arrependimento*". No ponto 3 desse mesmo cânone refere os "suicidas", enquanto o último código, que agora apresenta a mesma disposição legal no cânone 1184, já não o faz. Mas na época moderna, o suicídio leva à excomunhão e, como consequência, ao enterramento fora do solo sagrado[42].

As doutrinas da Igreja proíbem o suicídio e logo a sua influência começa a sentir-se e torna a Idade Média escassa em tendências suicidas. Mas com o decorrer do tempo, as ideias vão mudando, as crenças religiosas perdendo algum terreno, e desde 1400 a 1700 os suicídios sofrem largo incremento[43].

2. Contexto histórico

Em termos de contexto histórico, e no século XVII, Shakespeare, com *Hamlet* e o "*Ser ou não ser – eis a questão*", ao promover o debate sobre se Ofélia deve ou não ter enterramento cristão[44], contribui para relançar a discussão, que é aprofundada pelo *Biathanatos* de John Donne[45], um tratado redigido por volta de 1608, que é o primeiro inteiramente consagrado ao suicídio. O debate sobre o suicídio não acontece só no teatro ou em tratados, mas também no romance. O século XVII é também a época em que se evidencia uma resposta sistemática das autoridades, civis e religiosas, no sentido da

[40] MINOIS, Georges - *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p.151-155.
[41] NOTA: A presença de dois códigos canónicos referentes ao ano de 1917 (em latim e inglês) acontece devido a ser o latim a língua original deste código e a língua erudita da época moderna. O uso do código em inglês acontece por limitação da parte do autor deste trabalho na compreensão do primeiro idioma referido. Veja-se assim os 3 códigos canónicos presentes em fontes Impressas.
[42]SCHRAGE, Eltjo – Suicide in Canon Law. *The Journal of Legal History*. vol. 21 nº1 (2000), p. 61.
[43] MACHADO, António Ferreira - *Suicídios e suas tentativas no Pôrto: estatística (1900-1915)*. Porto: [s.n.], 1919. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto.p.38.
[44]CLARE, Jane – Buried in Open Fields: Early Modern Suicide and the case of Ofelia. *Journal of Early Modern Studies*. nº2 (2013), p. 247.
[45] DONNE, John. - *Biathanatos: A Modern-Spelling Edition, With Introduction and Commentary*. ed. Rudick, Michael and M. Pabst Battin. New York and London: Garland Publishing, 1982. [inclui texto original de: DONNE, John. *Biathanatos*. 1608]. Impresso originalmente em 1647 – obra póstuma publicada pelo seu filho.

repressão do suicídio[46]. Preocupados com a filosofia estoica, e com medo de que essas ideias conduzissem a mais incidentes, o clero condenou, com uma linguagem forte, o suicídio, dizendo que a saída fácil apenas levaria a um pior sofrimento no Inferno[47].

Na Idade Média aparecem, no Direito, os processos levantados em casos de suicídio, uma prática que prossegue até ao século XVIII. Apesar disso, nem todos os suicídios eram tratados judicialmente, por certos casos serem dissimulados como mortes naturais, estes quase sempre ligados à nobreza e ao clero, que assim e desta forma escapavam à repressão[48]. Como mostram os processos do King's Bench, entre 1530 e 1680, as leis contra o suicídio foram de facto rigorosamente aplicadas, e isto indica um duplo testemunho: o de que ele constituía um horror para o povo e que existia vigilância da parte dos oficiais régios[49].

Biathanatos não conhecerá grande sucesso, mas Donne deu um grande passo ao colocar-se para lá daquilo que a sua época poderia entender. Em Inglaterra, após a Restauração (em 1660), muitos leigos educados começaram a sentir que os argumentos filosóficos e médicos condenando o suicídio eram mais convincentes que os religiosos. Assim, um renovado interesse em *Biathanatos* gerou a sua condenação, em 1674, e elogios, em 1680, por isso, uma nova edição apareceu em 1700[50].

No Século XVIII existe um debate sobre o suicídio no contexto das "Luzes", com inúmeros filósofos a escreverem sobre o tema, em que se incluem Kant, Hume, Montesquieu, d'Holbach, Rousseau, Diderot, ou Jean Dumas com o *Traité du suicide ou du meurtre volontaire de soi-même*, publicado em Amsterdão, em 1773. A filosofia iluminista e a secularização das elites europeias levaram os escritores da época a considerar o suicídio como consequência de uma doença mental ou de uma escolha racional[51], verificando-se assim a progressiva passagem do suicídio do campo da moral para o da medicina.

[46]MINOIS, Georges - *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p.130.
[47] HUNTER, Elisabeth K. – Between the bridge and the brook: suicide and salvation in England, c. 1550-1650. *Reformation & Renaissance Review*. 15: 3 (2003), p. 253.
[48] ORTOLANI, Marc – Les procès à cadavre des suicidés à la fin de l'Ancien Régime. Deux exemples provinçaux. *Historia et ius: rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna* 10 (2016), paper 10: p.2.
[49] MacDONALD, Michael - The Secularization of Suicide in England, 1660-1800. *Past & Present* 111 (1986): p.73.
[50] MacDONALD, Michael - The Secularization of Suicide in England, 1660-1800. *Past & Present* 111 (1986): p.81.
[51]HOUSTON, R. A, - *Punishing the Dead? Suicide, Lordship and Community in Britain, 1500-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p.12.

As penas infligidas contra os cadáveres, mais até que os catecismos, mostram ao público como o suicídio é um crime. Os filósofos atacam vigorosamente o direito da sua época. Disso temos o exemplo do Barão d'Holbach a apelidar de inconsequentes as leis contra o suicídio[52]. Mas o decréscimo das penas judiciais não pode ser atribuído aos escritores do Iluminismo[53].

Num ponto todos estes pensadores concordavam: os Ingleses tinham uma particular predileção para o suicídio. Assim, no século XVIII, o suicídio era também conhecido como a "doença inglesa"[54].

O ensaio *O Suicídio* de David Hume[55] é a contribuição mais destacada da literatura filosófica favorável ao suicídio. Mas Hume recua no momento da sua publicação, talvez por correr o risco de ser posto à margem pelas autoridades, e por uma boa parte da sociedade. A imprensa literária acolhe o livro com uma violenta hostilidade, qualifica mesmo o ensaio de "pequeno manual de infidelidade". Havia um alarme geral, ligado à ideia de que o suicídio era mais frequente em Inglaterra do que em outras paragens. Por isso, muito poucas pessoas advogavam abertamente a liberalização da lei contra o suicídio[56]. Virtualmente, todos os intelectuais dos séculos XVI e XVII viam o suicídio como abominável. Pelo contrário, já no século XVIII muitos, durante o Iluminismo, como Montesquieu, Voltaire e Hume, defenderam a morte voluntária em determinadas circunstâncias[57].

Invocações ao Diabo, para entender o suicídio, eram mais raras na Escócia, por este ser considerado, para todos os efeitos, um país mais secular do que a Inglaterra. Mas apesar de tudo isto, e do famoso ensaio de Hume sobre o suicídio, ambos os países continuaram incrivelmente hostis a este fenómeno até à era Vitoriana[58].

---

[52] BAYET, Albert - *Le suicide et la morale*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1922. (Bibliothèque de philosophie contemporaine) p.660.
[53] WATT, Jeffrey R., ed. - *From Sin to Insanity: suicide in Early Modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2004. p.5.
[54]WATT, Jeffrey R. - *Choosing Death: Suicide and Calvinism in Early Modern Geneva*. Kirksville: Truman State University Press, 2001. p.120. p.117.
[55] HUME, David - *Da imortalidade da alma e outros textos póstumos*. trad. Daniel Swoboda Murialdo, Davi de Souza, Jaimir Conte. Ijuí: Unijuí, 2006. (Coleção filosofia). 84 p. ISBN 85-7429-558-2. [Publicação original de: HUME, David - *Essays on suicide, and the immortality of the soul*. published at London first in 1777 as 'Two essays'.] publicado postumamente em 1776.
[56] MacDONALD, Michael - The Secularization of Suicide in England, 1660-1800. *Past & Present* 111 (1986): pp.83-84.
[57] WATT, Jeffrey R., ed. - *From Sin to Insanity: suicide in Early Modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2004. p.4.
[58] HOUSTON, R. A, - *Punishing the Dead? Suicide, Lordship and Community in Britain, 1500-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2010. pp.6-7.

Pelo meio do século apareceram em certas partes da Europa programas de salvamento de suicidas, mas também entraram em moda a atribuição de prémios e as discussões mediáticas sobre o salvamento, que eram dirigidas particularmente às elites[59]. À medida que o século XVIII progredia, a sociedade ilustrada adotava uma atitude geralmente tolerante e mesmo sentimental em relação ao suicídio. Depois de 1745, a maioria dos comentários na *Gentleman's Magazine*, mostrava compaixão em relação às vítimas e às suas famílias. O suicídio do poeta Thomas Chatterton, em 1770, inspirou uma efusão de lamentações românticas[60]. Nos anos derradeiros do século XVIII os jornais reportavam mais os casos de suicídio feminino. Este era aparentemente mais digno de notícia, talvez por se pensar que esses casos eram os mais chocantes[61].

No final do século XVIII, ganha fama o "suicídio romântico" com a personagem *Werther* de Goethe[62]. O impacto desta obra projeta-se por toda a Europa, e não apenas nos territórios germânicos, nos quais o romance foi produzido, visto que o seu impacto social vai muito além do que o espaço físico onde Goethe o escreveu. Por tal motivo, é necessário analisar a receção da obra nos diferentes espaços geográficos. No que diz respeito à "Alemanha", a este se opunham os representantes da ortodoxia protestante, violentamente condenatórios. Já na França, os críticos denunciavam questões estéticas, e apenas por inícios do século XIX viriam a adotar uma perspetiva moralizante. Quanto à Espanha, a intervenção censória impediu simplesmente a publicação da tradução do romance até finais da segunda década de Oitocentos[63]. Em Portugal, a primeira geração romântica manifesta sérias reservas quanto ao desfecho de *Die Leiden des jungen Werthers*[64].

[59] KÄSTNER, Alexander – Saving Self-Murderers: Lifesaving programs and the Treatment of Suicides in Late Eighteenth-Century Europe. *Journal of Social History*. vol. 46 nº3 (2013), p. 637.
[60] MacDONALD, Michael – The Secularization of Suicide in England, 1660-1800. *Past & Present* 111 (1986): p.82.
[61] HOUSTON, R. A. – Madness and gender in the long eighteenth century. *Social History*. 27: 3 (2002), p. 323.
[62] GOETHE, Johann Wolfgang von – *Werther*. Trad. João Teodoro Monteiro. Lisboa: Abril Controljornal, 2000. (Biblioteca visão). ISBN 972-611-645-7. [Publicação original de: GOETHE, Johann Wolfgang von - *Die Leiden des jungen Werthers*.1774].
[63] TEIXEIRA, Maria Antónia Gaspar – *A recepção portuguesa de Die Leiden des jungen Werthers: (de 1784 até finais do primeiro romantismo).* Coimbra: Minerva, 2009. ISBN 978-972-798-254-7. pp.41-42.
[64] IDEM, ibidem, p.32.

3. As Fontes

A leitura e análise da bibliografia que permitiu chegar a fontes, também permitiu a escolha deliberada de algumas destas, mas devemos afirmar que, tendo em conta a temática do trabalho, todas as fontes escolhidas são necessárias e pertinentes, mesmo aquelas que se referem a casos concretos de suicídios e a tentativas de suicídio contidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo[65], a que adiante nos referiremos. Estas, apesar de se reportarem ao início do século XIX, não deixam de ser a prova que o suicídio em Portugal, ainda nessa cronologia, era criminalizado e assim era mais que lógico que também o fosse no período precedente.

Por fim, importa referir que se torna difícil, se não impossível para o período moderno, fazer da demografia do suicídio na época moderna o ponto central deste trabalho de investigação, pelo que, ao invés, se optou por se desenvolver algo mais associado às mentalidades e ao pensamento da época.

3.1. Crítica das Fontes

Como afirmámos atrás, este trabalho centra-se em três fontes, primordialmente: o *Biathanatos*, de Jonh Donne[66]; *Werther*, de Goethe[67], e, de David Hume, *Essays on suicide, and the immortality of the soul*[68].

Do ponto de vista dos produtores das três fontes que tomamos como primárias, importa sublinhar que Donne é um humanista, pregador e teólogo anglicano, recetivo a todas as correntes de opinião do seu tempo. Sendo um alto clérigo, responsável institucional, vai conferir ao seu tratado uma comprovada seriedade. Por esta razão, recusa absolutamente a sua publicação e apenas faz circular algumas cópias entre os amigos mais fiéis. Só em 1647, dezasseis anos após a sua morte, o livro será impresso. Tudo isto indica que tratar do tema suicídio nesta época envolvia uma grande complexidade, como mostra o seu subtítulo, à época provocador, "*O homicídio de si próprio não é tão naturalmente um pecado que não possa nunca ser entendido de outro modo*". Esta dupla negação aponta para a dificuldade de explicitamente afirmar a legitimidade do tema a ser tratado, mas não deixa de enunciar, por outras palavras, que o suicídio pode ser, talvez, justificado. Por isso este tratado é relevante para o estudo da

[65] Veja-se os casos do século XIX que se encontram nas fontes manuscritas deste trabalho.
[66] DONNE, op.cit.
[67] GOETHE, op.cit.
[68] HUME, op.cit.

temática, visto ser o primeiro inteiramente consagrado a uma reabilitação do suicídio. O livro de John Donne divide-se em três partes ou questões: será o suicídio contrário à lei da Natureza, à lei da Razão, à lei de Deus?[69]. Donne refutava o discurso clerical, que presumia todos os casos de suicídio como sendo motivados por cobardia ou desespero[70].

Tomemos de seguida uma outra fonte. Refiro-me ao ensaio de David Hume. As suas três partes são consagradas a demonstrar que o suicídio não contradiz os nossos deveres em relação a Deus, ao nosso semelhante e a nós mesmos. Assim, o suicídio não é uma ofensa a Deus, não é em nada prejudicial à sociedade, e não é uma ofensa em relação a si mesmo. Tal como Donne, um século e meio antes, também David Hume recua no momento da publicação, talvez por encontrar fraqueza e banalidade na maioria dos seus argumentos. Hume morre em 1776 e os seus dois ensaios aparecem publicados no ano seguinte, sempre sem a indicação do autor, que só aparecerá na edição de 1783[71]. Hume defendera solitariamente a legitimidade do suicídio, demonstrando que era um direito individual e assim opondo-se à sua condenação como crime contra o Estado ou contra Deus[72].

Quanto a *Werther*, quando o publica, em 1774, Goethe tem vinte e cinco anos e sente-se marcado pelo suicídio de um jovem que conhecia bem, e que se matara por ter sido rejeitado numa relação amorosa. Nesta época, o próprio Goethe se sente atraído por uma mulher também casada, e são estes dramas pessoais que estão na origem de *Werther*. Mas o romance é também revelador da sensibilidade do ambiente. *Werther* não cria uma moda, é antes a expressão de um clima, pois os debates sobre o suicídio sensibilizam largamente os meios cultos desde meados do século[73]. No romance concentram-se os principais elementos da estética da juventude de Goethe, a ênfase no sentimento e na expressão imediata da paixão[74]. Pouco tempo após a publicação do romance, Lessing temeu que este pudesse induzir a juventude à imitação, um medo também expresso pelo próprio Goethe, lamentando assim a transformação, por parte das

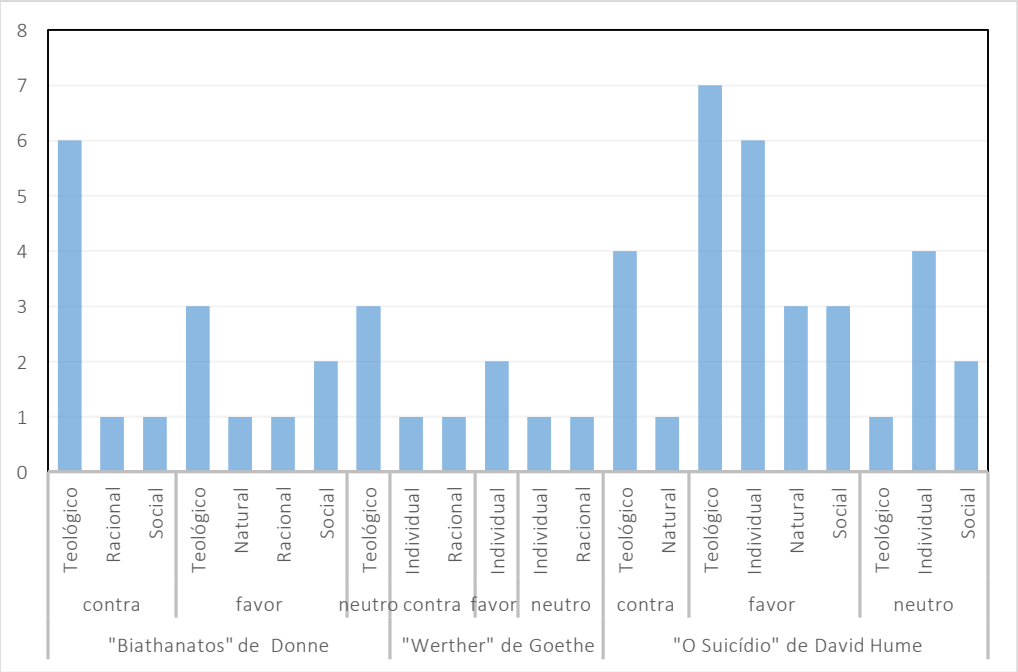
[69] MINOIS, Georges – *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. pp. 120-122.
[70] HUNTER, Elisabeth K. – Between the bridge and the brook: suicide and salvation in England, c. 1550-1650. *Reformation & Renaissance Review*. 15: 3 (2003), p. 243.
[71] MINOIS, Georges – *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. pp.311- 314.
[72]MARTINS, Manuela Fazenda – *A tentativa de suicídio adolescente: da clínica às ciências sociais e humanas*. Porto: Afrontamento, 1990. (Biblioteca das Ciências do Homem). ISBN 972-36-0237-7. p.25.
[73] MINOIS, Georges – *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p. 331.
[74]WERLE, Marco Aurélio – Natureza e Sociedade no Werther de Goethe. *ArteFilosofia: Revista do Programa de Pós-graduação em Estética e Filosofia da Arte da UFOP*. Nº22. Julho de 2017, p. 39.

pessoas, da sua ficção numa realidade[75]. De *Werther*, mais até do que das outras fontes, pode ser retirada uma dupla função/intenção, que se relaciona, primeiro, com o intuito da sua imediata produção, e que podemos caracterizar como de mero intuito literário. Só em segundo lugar surgem outras intenções que lhe foram posteriormente atribuídas pelas autoridades e pela sociedade em geral. Tudo isto conduzirá a que o livro seja proibido em certas regiões. Mas Goethe escreveu um romance e não uma apologia do suicídio. Se as reações contra *Werther* se revelam tão vivas é porque muitos têm a impressão de que o suicídio se tornou um "fenómeno da sociedade" e um flagelo perigoso com o qual não se tem o direito de brincar[76].

3.2. Análise comparativa dos argumentos usados nas fontes

Em ordem a proceder a uma análise mais objetiva, e "quantificável" dos argumentos apresentados pelas fontes analisadas, o gráfico seguinte procura ponderar, comparativamente, o peso dos argumentos mobilizados pelos vários autores em estudo.

Gráfico 1. Comparação dos argumentos usados nas Fontes



Em síntese, e como resultado da análise comparativa das fontes, verificamos que argumentos de natureza teológica são dominantes em *Biathanatos*, de Donne e no

[75] THORSON, Jan & ÖBERG, Per-Arne – Was There a Suicide Epidemic After Goethe's Werther?. *Archives of Suicide Research*. 7: 1 (2003), p.70.
[76] MINOIS, Georges - *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X. p. 332-333.

ensaio *O Suicídio*, de Hume. No ensaio de Hume, os argumentos teológicos mobilizados são mais a favor do que contra. O autor usa-os para desmontar os argumentos tradicionais. Argumentos a favor do suicídio dominam no ensaio de Hume. Em *Biathanatos* são mais numerosos os argumentos contra.

Não há, compreensivelmente, argumentos teológicos no romance *Werther*. *Werther*, por ser um romance, apresenta menos argumentos que as outras fontes, que são, respetivamente, um tratado e um ensaio.

O ensaio de Hume tem o maior número de argumentos de ordem psicológica, (individual), e muitos são comentários do próprio e não referência a outras autoridades**.**

Em termos da estrutura argumentativa das fontes, e tendo em conta a orientação dos argumentos aduzidos, contabilizam-se 15 argumentos contra, 28 a favor e 12 marcados por uma certa neutralidade.

Quanto à tipologia de argumentos aduzidos, 24 são de natureza teológica, 14 de natureza psicológica, 8 do foro social, 5 de tipo natural e 4 os que poderíamos chamar de "racionais".

Importa, para além de uma análise estatística, proceder a uma análise de conteúdo das fontes, para o que mobilizaremos alguns extratos textuais. Estes ilustram as tendências estatísticas que apresentamos e justificam as breves conclusões a que por fim chegaremos.

Em *Biathanatos*, de John Donne, uma das personagens afirma: "*Azor, como eu disse, e muitos outros fazem do auto-homicídio um exemplo de pecado contra a lei da natureza*"[77]. Aqui, Donne faz uma referência a Azor, um jesuíta espanhol que considera pecado o auto-homicídio. Na verdade, a palavra suicídio ainda não existe como conceito. A sua associação ao homicídio autoinfligido é indicativa da carga negativa que lhe é atribuída, mesmo do ponto de vista penal.

Partindo ainda da doutrina dominante, Donne afirma também que "*Sir Thomas Moore diz [que] aqueles que se matam sem darem conta das suas razões a eles [padres e magistrados] devem ser enterrados sem sepultura*."[78].

Ainda balizado na ortodoxia vigente, o autor invoca e subscreve o pensamento de Santo Agostinho sobre a matéria, ao afirmar: "*Como Santo Agostinho, nós dizemos (...) que nem para evitar problemas temporais, nem para se remover de outras ocasiões de pecado, nem para punir pecados passados, nem para prevenir futuros, nem em desejo*

[77] DONNE, op. cit, ln.1679-1681, p.148.
[78] Idem, ln. 2349-2354, p.83

da próxima vida, pode ser legal qualquer homem se matar"[79]. Lembremos que Santo Agostinho permanece, no século XVII, como uma das grandes autoridades sobre o tema do suicídio, tanto para teólogos católicos, como protestantes.

O autor não invoca, na verdade, apenas o pensamento católico, ao incluir também o Calvinismo nos seus referenciais de argumentação: "*Calvino constrói o seu argumento contra o divórcio baseado nisto. Deus fez deles um só corpo, não é em nenhum caso legal um homem destruir o seu próprio corpo*"[80]. Calvino compara o divórcio com o suicídio. Para ele, ambos devem ser condenados, porque são ilegais.

A tradição judaica não escapa à análise de Donne, que afirma que "*Em toda a lei de Moisés não há menção ao auto-homicídio. Ele ensinou o que não devíamos comer, vestir e falar, e ainda assim nada contra isso*"[81] .

Este extrato mostra que Donne faz referências à tradição judaica, para afirmar que esta é tendencialmente omissa no que diz respeito ao suicídio. Assim, tende a apontar para uma perspetiva mais neutra em relação ao mesmo, o que é atestado pela citação seguinte: "*O auto-homicídio não é mais contra a lei da natureza do que qualquer outro pecado*"[82]. Aqui, Donne considera o auto-homicídio igual a outros pecados, em oposição à opinião de muitos da sua época, que o consideram o pior de todos pecados.

Do mesmo modo o faz, retomando a autoridade de Thomas Moore, ao dizer: "*Sir Thomas Moore, (...) diz na "Utopia" que padres e magistrados exortavam os homens afligidos com doenças incuráveis a matarem-se, e que eles eram obedecidos como intérpretes da vontade de Deus*"[83]. Na verdade, na *Utopia*, Tomás Moore defende que há casos em que matar-se pode ser justificado. Muitos podem ver na anterior citação a legitimação da eutanásia.

E, na mesma lógica de contra-argumentação, vai retomar Santo Agostinho, como dissemos, tido como grande autoridade sobre a matéria: "*Mas nem Santo Agostinho nem nós negamos que em casos onde a parte está desinteressada, e apenas ou maioritariamente quando a glória de Deus é respeitada ele pode ser legal*"[84]. Esta citação prende-se com a ideia de que Santo Agostinho aceita certos casos de martírio (uma forma de morte autoinfligida, ou consentida) tida como válidos para a glória de Deus.

[79] Idem, ln.2887- 2893, p.102.
[80] Idem, ln.3641-3644, p. 129.
[81] Idem, ln.4162-4166, p. 148.
[82] Idem, ln.1613-1614, p. 57.
[83] Idem, ln.2349-2352, p. 83.
[84] Idem, ln.2893-2896, p.102.

Este mesmo jogo argumentativo contra e a favor do suicídio é possível ser aferido a partir da análise do breve ensaio de David Hume, *O Suicídio*. Aqui, o autor retoma, em estratos sucessivos, argumentos aduzidos contra o suicídio, sem necessariamente a eles se associar:

"*[É] considerada uma violação do direito divino que os homens disponham de suas próprias vidas*"[85].

"*É ímpio, diz a superstição europeia moderna, pôr fim à própria vida e revoltar-se contra o nosso Criador*"[86].

"*Tão grande é o nosso medo da morte que quando ela se apresenta proporciona temor e domina nossa fraca coragem*"[87].

Estes constituem claros argumentos contra, por o suicídio ser entendido como uma violação do direito divino, por ser ímpio revoltar-se contra o Criador. Entenda-se que esta não é a opinião de Hume, mas apenas o enumerar das ideias tradicionais e vigentes na sua época e na teologia cristã. Outro argumento aduzido é, claro, o medo da morte.

Outros argumentos são considerados neutros por se apresentarem sob a forma de perguntas, mas não deixam de ser provocatórios para a época, e por isso incentivam a formulação de dúvidas sobre a a condenação do suicídio. Veja-se, a título de exemplo:

"*Seria talvez porque a vida humana tem tanta importância que se considera uma presunção da parte da prudência humana dispor dela*?"[88].

"*Que há de criminoso, então, em desviar algumas gotas de sangue dos seus canais naturais*?"[89].

Como se atestou pela análise estatística efetuada a esta obra, maioritariamente os argumentos aduzidos por este autor pretendem desculpabilizar o suicídio. O elenco seguinte prova-o. O autor começa por afirmar que, como pensavam os filósofos antigos (talvez os estoicos), ao suicídio não deve ser atribuído culpa ou censura.

"*Permitam-me tentar aqui restituir aos homens sua liberdade natural, examinando todos os argumentos comumente apresentados contra o suicídio, e mostrar*

[85] HUME, op. cit., p. 37.
[86] Idem, p. 40.
[87] Idem, p. 33.
[88] Idem, p. 37.
[89] Idem, p. 38.

que esta ação, conforme já pensavam todos os filósofos antigos, pode ser considerada livre de qualquer atribuição de culpa ou censura"[90].

A citação seguinte mostra que Hume contrapõe a sua própria opinião aos argumentos teológicos, na verdade expressa de forma perentória: " *Afirmaremos que o Todo Poderoso reservou a si mesmo, de uma maneira particular, o direito de dispor da vida humana, e que não submeteu este evento às leis gerais que governam o universo? Isto é manifestamente falso*"[91].

As suas visões incluem a consideração de perspetivas deístas "*a vida humana depende das leis gerais da matéria e do movimento, e que não constitui nenhuma intromissão no domínio da providência*"[92]. Mas também as de natureza cósmica, comparando a vida humana à de outras formas da natureza: "*A vida de um homem, contudo, não tem maior importância para o universo que a vida de uma ostra*"[93]. A insignificância da vida humana constitui-se, assim, em argumento favorável á sua extinção, sem consequências para os planos cósmicos ou divinos.

Hume não deixa ainda de considerar argumentos sociais, ao afirmar que "*Um homem que se retira da vida não causa mal algum à sociedade; ele apenas deixa de lhe fazer o bem*"[94]. Estes são, porém, minoritários quando comparados com argumentos de natureza teológica

Finalmente, a questão da eutanásia e a consideração de que é legítimo o suicídio quando a vida é um fardo, e causa sofrimento, emerge também da obra de Hume: "*Ninguém que reconheça que a idade, as doenças ou a má fortuna podem transformar a vida num fardo e torná-la até pior que a aniquilação, pode duvidar que o suicídio muitas vezes seja compatível com o interesse e com o dever para com nós mesmos*"[95] .

Em *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, de Goethe, a doença está também presente como elemento que conduz a interrogações sobre o carater justificado do suicídio, sendo a postura do autor claramente contrária: "*Podes acaso exigir de um infeliz cuja vida se extingue lentamente, minada por incurável enfermidade, podes exigir dele que ponha termo ao seu sofrimento com uma punhalada*?"[96].

A questão da loucura é também invocada: "*Tão inconcebível me parece haver um*

[90] Idem, p. 33.
[91] Idem, p. 36
[92] Idem, p. 37.
[93] Idem, p. 37
[94] Idem, p. 42.
[95] Idem, p. 44.
[96] GOETHE, op. cit, p. 45-46.

homem tão louco que dê um tiro nos miolos, que só pensar nisso me horroriza"[97].

A questão da cobardia emerge também, considerando-se que é mais fácil morrer que suportar uma vida de tormentos: "*não tens razão quando comparas o suicídio com as ações heroicas e grandiosas, por isso que o suicídio só pode ser considerado como uma cobardia, é mais fácil morrer do que suportar com coragem uma vida cheia de tormentos*"[98].

As questões dos limites da natureza humana e do sofrimento são também invocadas, porém, em contraponto:

"*A Natureza humana tem os seus limites, pode suportar, até um certo grau, a alegria, a dor, a tristeza, se ultrapassa esse grau, a natureza sucumbe. É tão desassisado qualificar de covarde o homem que se suicida como chamá-lo ao que morre de uma febre maligna*"[99].

A ponderação dos argumentos contra, a favor ou neutros em cada um dos autores estudados fica assim fundamentada a partir das suas obras e das suas próprias palavras, sendo claro que nenhum deles postula uma posição de absoluta concordância e validação ou de absoluta negação da sua legitimidade ou, pelo menos, compreensão. A necessidade de se adiantarem, sempre, pressupostos teóricos ou doutrinais da ortodoxia vigente (política, social e religiosa) torna-se compreensível à luz dos contextos históricos conhecidos e da existência de um ativo controlo ideológico e doutrinal por parte dos poderes instituídos. Mesmo que esses sejam invocados para os contraditar…

Conclusões

Para concluir, poder-se-á afirmar que, por existir um estigma social associado ao suicídio, que leva a que este surja como um tabu, esta é motivação suficiente para este ser objeto de um trabalho académico. Assim, diríamos mesmo, do ponto de vista académico, um assunto impertinente pode ser da maior pertinência científica. Acresce que, no caso do suicídio, o tema é extremamente relevante por estar relacionado com a Psicologia, o Direito penal, a Demografia, a Teologia, a Literatura, a Medicina, a Psiquiatria e a Sociologia.

[97] Idem, p. 48.
[98] Idem, p. 49.
[99] Idem, p. 50.

Através da análise empreendida, compreendeu-se que os argumentos teológicos são dominantes nas fontes que constituem tratados e ensaios (Donne e Hume). Estes são referidos seja para afirmar, seja para refutar a legitimidade do suicídio. Isso acontece também por ser no âmbito da Teologia que o suicídio é mais discutido durante o Antigo Regime.

Do mesmo modo, encontra-se também pensamento normativo nas fontes, em particular de natureza eclesiástica, apesar de, de certa forma, de um modo ou de outro, os autores o questionarem. Assim, as fontes analisadas não expõem o ponto de vista maioritário da época em que foram produzidas, sendo deste modo fortemente condenadas pela sociedade envolvente. Isso indica um desfasamento entre o pensamento incutido por algumas fontes, de charneira no seu tempo, e o pensamento porventura dominante entre o seu público. Por esta razão, não constitui, de todo, um espanto o facto de os autores do tratado e ensaio em análise terem decidido não os publicarem. Isto não significa que as fontes escolhidas façam uma apologia do suicídio, mas ao não condenarem explicitamente esse ato, já realizam uma rutura com o pensamento dominante na sua sociedade.

De igual forma, a análise das fontes valida a hipótese sugerida pela bibliografia, segundo a qual há uma "secularização do suicídio" ao longo da época moderna. A ideia de insanidade tende a substituir a de pecado. Mas tal não acontece de maneira linear, e do dia para a noite. Torna-se evidente que o pensamento já não é o mesmo em 1800, quando comparado com o que era em 1500, pelo menos, no que às elites instruídas diz respeito. Algo vai mudando, mesmo que paulatinamente, no abordar da questão do suicídio. No início deste período há claramente o domínio da Teologia e das questões folclóricas associadas ao demónio, na maneira como a sociedade do Antigo Regime reage perante o fenómeno. Se, no Antigo Regime prevalecem as inúmeras acusações de possessões demoníacas a serem dirigidas aos suicidas, posteriormente, e ainda que não se possa afirmar que estas acusações desapareçam totalmente, com a passagem dos séculos e o aproximar do fim daquilo que se convencionou apelidar de Antigo Regime, elas vão sendo, cada vez mais, permutadas pelos argumentos filosóficos e médicos no momento de analisar o suicídio.

Assim, a questão da doença/psicologia/loucura como fator de suicídio também é tratada nas fontes, ainda que de forma comparativamente menos expressiva.

Mais complicado é o estudo deste tema para Portugal, por limitações impostas pelas fontes, e também devido ao facto de o tema ser muito pouco estudado em

Portugal, no que se refere ao período moderno. A temática tende, de facto, a ser omitida pela sociedade, embora, em História, por vezes, os silêncios sejam também reveladores.

Finalmente, espera-se que este trabalho permita chamar a atenção para a premente realização de uma síntese geral sobre o suicídio em Portugal na Época Moderna, na linha do que existe em outros países europeus. Assim, esperamos, com este pequeno trabalho, dar um contributo para a comunidade académica, ao fazer notar que esta é uma temática pouco ou nada abordada pela historiografia portuguesa e que precisa de ser estudada de maneira mais aprofundada.

Por fim, importa salientar, com Michael MacDonald, que, se a História do Suicídio não nos revela tudo o que precisamos saber sobre as mudanças sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, ela pode, sem dúvida, ser responsável pela criação de novas perspetivas. Só isto deve ser razão, mais que suficiente, para despertar nos historiadores pelo menos o mesmo interesse que desperta nos sociólogos. Este é, sem dúvida, um tema candente, que importa tomar em mãos e aprofundar, até pela capacidade que tem para promover um profundo debate sobre códigos de comportamento, valores éticos, religião, racionalismo, psicologia coletiva e orientações individuais.

Fontes

Fontes Manuscritas

ANTT, Documentos em Chinês, Chapas sínicas, T 986 (Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6068304)

ANTT, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra I, J, mç. 195, n.º 51, cx. 522 (Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4265902)

ANTT, Juízo Crime de Bairros, Bairro de Santa Isabel, mç. 44, n.º 29 (Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4716925)

ANTT, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra L, mç. 16, n.º 43, cx. 39 (Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4270240)

ANTT, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra G, mç. 10, n.º 34-B, cx. 29 (Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4260168)

Fontes Impressas

PII X PONTIFICIS MAXIMI – *CODEX IURIS CANONICI*. TYPOGRAFY PONTIFICII. MCMXVIII. (Código canónico de 1917, imprenso em latim em 1918).

REV. STANISLAUS WOYWOD, O.F.M. – *THE NEW CANON LAW*, New York: Joseph F. Wagner, (Inc.). 1918. (código canónico de 1917, versão em Inglês).

Papa João Paulo II – *Código de Direito*. Braga: Conferência Episcopal Portuguesa.4ª edição revista. Versão Portuguesa. 1995. ISBN 978-972-39-0098-9. (código canónico de 1983).

DONNE, John. – *Biathanatos: A Modern-Spelling Edition, With Introduction and Commentary*. ed. Rudick, Michael and M. Pabst Battin. New York and London: Garland Publishing, 1982. [inclui texto original de: DONNE, John. *Biathanatos*. 1608]. Impresso originalmente em 1647 – obra póstuma publicada pelo seu filho.

GOETHE, Johann Wolfgang von – *Werther*. Trad. João Teodoro Monteiro. Lisboa: Abril Controljornal, 2000. (Biblioteca visão). ISBN 972-611-645-7. [Publicação original de: GOETHE, Johann Wolfgang von - *Die Leiden des jungen Werthers*.1774].

HUME, David – *Da imortalidade da alma e outros textos póstumos*. trad. Daniel Swoboda Murialdo, Davi de Souza, Jaimir Conte. Ijuí: Unijuí, 2006. (Coleção filosofia). 84 p. ISBN 85-7429-558-2. [Publicação original de: HUME, David - *Essays on suicide, and the immortality of the soul*. published at London first in 1777 as 'Two essays'.] publicado postumamente em 1776.

Bibliografia

ALMEIDA, Ana Filipa – Efeito de Werther. *Análise Psicológica*. 1 (XVIII) (2000). p. 37-51.

BÄHR, Andreas – Between "Self-Murder" and "Suicide": The Modern Etymology of Self-Killing. *Journal of Social History*. vol. 49 nº 3 (2013), p. 620-632.

BAYET, Albert – *Le suicide et la morale*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1922. (Bibliothèque de philosophie contemporaine)

CAEIRO, Vânia Sofia Rosa – *Sui caedes: morte voluntária*. Porto: Edição do Autor, 2010.

CAMUS, Albert – *Le mythe de Sisyphe*. Nouv. ed. augm. d'une étude sur Franz Kafka. Paris: Gallimard, [imp. 1957].

CLARE, Jane – Buried in Open Fields: Early Modern Suicide and the case of Ofelia. *Journal of Early Modern Studies*. n.º 2 (2013), p. 241-252.

DURKHEIM, Émile – *Le suicide: étude de sociologie*. Paris: Presses Universitaires, 1979. (Bibliothèque de philosophie contemporaine). ISBN 2-13-036170-6.

FERREIRA, Susana Gaudêncio – *Razões para viver em diferentes grupos etários: relações com a espiritualidade, religiosidade, perdão e bem-estar subjetivo*. Porto: [Edição do Autor], 2013.

FOUCAULT, Michel – *Histoire de la folie a l'âge classique*. Paris: Gallimard, imp. 1987.

FREITAS, Eduardo de – O suicídio em Portugal no século XX: elementos empíricos para uma pesquisa. *Finisterra,* XVII. 34, Lisboa, (1982), p.267-300.

HALÍK, Thomás; GRÜN, Anselm – O *Abandono de Deus: Quando a crença e a descrença se abraçam*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2016. ISBN 978-989-673-567-8.

HOUSTON, R. A, – *Punishing the Dead? Suicide, Lordship and Community in Britain, 1500-1830*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HOUSTON, R. A. – Madness and gender in the long eighteenth century. *Social History*. 27: 3 (2002), p. 309-326.

HUNTER, Elisabeth K. – Between the bridge and the brook: suicide and salvation in England, c. 1550-1650. *Reformation & Renaissance Review.* 15: 3 (2003), p. 237-257.

KÄSTNER, Alexander – Saving Self-Murderers: Lifesaving programs and the Treatment of Suicides in Late Eighteenth-Century Europe. *Journal of Social History*. vol. 46 nº3 (2013), p. 633-650.

MacDONALD, Michael – The Secularization of Suicide in England, 1660-1800. *Past & Present* 111 (1986): p. 50-100.

MACHADO, António Ferreira – *Suicídios e suas tentativas no Pôrto: estatística (1900-1915)*. Porto: [s.n.], 1919. Tese inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto.

MARTINS, Manuela Fazenda – *A tentativa de suicídio adolescente: da clínica às ciências sociais e humanas*. Porto: Afrontamento, 1990. (Biblioteca das Ciências do Homem). ISBN 972-36-0237-7.

MINOIS, Georges – *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, imp 1998. (Teorema). ISBN 972-695-343-X.

O gesto suicida na Área Metropolitana do Porto: um estado de "alma" e de "tempo". [S.n.: s.l.], 1999.

ORTOLANI, Marc – Les procès à cadavre des suicidés à la fin de l'Ancien Régime. Deux exemples provinçaux. *Historia et ius: Rivista di storia giuridica dell'età medievale e moderna*. 10 (2016), paper 10. ISSN 2279-7416.

PARAVICINI, Werner – Un Suicide à la cour de Bourgogne: Roland Pippe. *Revue du Nord*. n.º 380 (2009), p. 385-420.

SARAIVA, Carlos Braz – *Para-suicídio: contributo para uma compreensão clínica dos comportamentos suicidários recorrentes*. Coimbra: Quarteto, 1999. (Teses). ISBN 972-8535-00-7.

SCHRAGE, Eltjo – Suicide in Canon Law. *The Journal of Legal History*. vol. 21, nº1 (2000), p. 57-62.

TEIXEIRA, Maria Antónia Gaspar – *A recepção portuguesa de Die Leiden des jungen Werthers: (de 1784 até finais do primeiro romantismo)*. Coimbra: Minerva, 2009. ISBN 978-972-798-254-7.

THORSON, Jan & ÖBERG, Per-Arne – Was There a Suicide Epidemic After Goethe's Werther?. *Archives of Suicide Research*. 7: 1 (2003), p. 69-72.

VALLE, José Machado do – *O suicídio*. Porto: Typographia Occidental, 1881. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto.

VIEGAS, José Ferreira – *O suicidio livre em face da religião, da moral e da sociedade*. Porto: [s.n.], 1901. Dissertação apresentada à Escola Médico Cirurgica do Porto.

WATT, Jeffrey R. – *Choosing Death: Suicide and Calvinism in Early Modern Geneva*. Kirksville: Truman State University Press, 2001.

WATT, Jeffrey R., ed. – *From Sin to Insanity: suicide in Early Modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

WERLE, Marco Aurélio – Natureza e Sociedade no Werther de Goethe. *ArteFilosofia: Revista do Programa de Pós-graduação em Estética e Filosofia da Arte da UFOP*. Nº22, Julho de 2017, p. 39-49.

Parte III: Época Contemporânea

SANTOS, Natacha – As Irmãs Morais Sarmento: quatro mulheres na Academia do Porto. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 404-434.

As irmãs Morais Sarmento: Quatro Mulheres na Academia do Porto

Natacha Santos

Natacha.9490@gmail.com

Resumo

As irmãs Morais Sarmento foram as primeiras mulheres a concluir um curso superior na Universidade do Porto, nas áreas de Medicina e Engenharia. Este artigo debruça-se sobre a biografia de Aurélia, Laurinda, Guilhermina e Rita. Procura perceber a razão do seu espírito de pioneirismo em detrimento das demais mulheres em finais de século XIX. Visa investigar a influência do pai, Anselmo Evaristo, do seu afamado círculo social e da sua profissão nos caminhos percorridos por estas mulheres. É analisado o percurso educacional e pessoal tanto quanto possível. Paralelamente, é também possível perceber o Porto académico da época.

Palavras-chave: Morais Sarmento, Anselmo Evaristo, Medicina, Universidade do Porto, mulheres.

Abstract

The Morais Sarmento sisters were the first women to ever conclude a course in the University of Porto, in Medicine and Engineering. This article focuses on the biography of Aurélia, Laurinda, Guilhermina and Rita. It tries to understand their pioneering spirit in the detriment of other women at the end of the 19th century. Its aim is to investigate the father's influency, Anselmo Evaristo, of his famous social circle and his profession on the paths taken by these women. It analyses the educational and personal journeys as much as possible. Meanwhile, it is also possible to understand the academic way of living in Porto.

Keywords: Morais Samento, Anselmo Evaristo, Medicine, University of Porto, women.

Introdução

A questão da formação da mulher em Portugal no século XIX desenrola-se numa época dominada por homens, cujos progressos foram conseguidos através dos esforços pontuais de diversas personalidades.

Na região do Porto, destacaram-se as irmãs Morais Sarmento, as primeiras mulheres a terminarem um curso superior na cidade invicta. O estudo biográfico destas

senhoras encontra-se realizado, são aliás tidas como figuras ilustres da Universidade do Porto e da sua História. Ainda assim, não existe nenhuma investigação para perceber o porquê de terem sido as irmãs Morais Sarmento a atingir este estatuto e não outras.

A família era composta por quatro irmãs e um irmão: Laurinda, Aurélia e Guilhermina, formadas em Medicina, Rita, em Engenharia, e Joaquim, formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Denotei que existem textos publicados que se debruçam sobre o percurso académico individual de cada uma das quatro irmãs. É de salientar que são biografias incompletas e sobretudo bastante semelhantes. Não há, portanto, qualquer referência à infância ou ao ambiente familiar. Nunca se faz a ligação entre o percurso das senhoras e o panorama da sociedade da época. Fazem apenas referência ao nome dos pais (ignorando por completo o papel que estes tiveram no desenrolar da vida dos seus filhos) e relegam para segundo plano o filho mais novo, Joaquim, mencionando apenas a sua existência, sem nunca referirem o seu nome.

Os avanços na pesquisa acabaram por suscitar questões que conduziram a um aperfeiçoamento do objeto de estudo. Procurei sobretudo perceber o ambiente familiar em que cresceram as irmãs. Destaca-se a influência de um pai empresário, amante das Letras, a precoce morte da progenitora e o quotidiano partilhado pelos cinco irmãos no agregado.

O estudo desta família permite ir um pouco além das biografias dos seus membros: possibilita que se estude o ensino superior em Portugal, especificamente no Porto, em finais do século XIX, e as relações sociais mantidas nestes meios mais restritos.

Além do percurso de vida das irmãs Morais Sarmento, importa compreender sempre outros aspetos, a figura paterna, Anselmo Evaristo de Morais Sarmento; tratar a influência da mãe que morre no ano seguinte à formatura das suas duas filhas mais velhas; a presença de Teófilo Braga no círculo familiar (sendo inclusive padrinho de uma das meninas); o ambiente académico portuense e como seria este para jovens raparigas.

É certo que as meninas tiveram de receber algum tipo de educação para conseguirem realizar os exames escolares com êxito. O comum da época era terem uma percetora. Quem seria essa mulher? Será que era uma mulher? Se era de facto uma mulher, onde adquiriu ela o conhecimento para lecionar as jovens raparigas? São muitas as perguntas que foram surgindo: Qual a verdadeira influência da mãe? Aprovaria ela

que as filhas fossem alvo de mediatismo? Teria ela mesma, na sua infância, vontade de prosseguir uma formação académica? Seriam as Morais Sarmento alvo de comentários grosseiros por parte das outras mulheres, suas amigas?

No Estado da Arte, destacam-se as obras de Cecília Barreira[1] e Michelle Perrot[2] na história das mulheres e da educação, bem como do professor Cândido dos Santos sobre a História da Universidade do Porto, que refere mesmo os nomes destas mulheres e de uma outra, Maria Leite da Silva Tavares Pais Moreira, colega no curso de Medicina[3].

1. A mulher no ensino superior em finais do século XIX

No século XIX, a mulher tinha uma posição secundária tanto na estrutura familiar como na sociedade. Era vista como um objeto decorativo do qual dependia a continuidade da raça humana e pouco mais.

Acreditava-se, na linha dos ideais freudianos, que a mulher era um ser incompleto por lhe faltar o órgão peniano. Que as meninas pequenas, por falta deste mesmo órgão, culpavam a respetiva progenitora e que, consequentemente, se aproximavam mais do chefe de família, o pai. Era também comum pensar que pelo ato sexual envolver a penetração da mulher por parte do homem, esta era automaticamente submissa. É de acrescentar ainda a ideia de que o homem era uma espécie de «deus» por ser portador e depositador da «semente da vida», enquanto a mulher era apenas uma recetora[4].

A educação das mulheres, nos raros casos em que esta era praticada, limitava-se àquilo que fosse útil no meio doméstico. Portanto, pode-se apenas imaginar como terá sido para as primeiras mulheres quebrar o estigma de quererem aceder à educação universitária.

O Ensino Superior, na Europa e em Portugal, não estava recetivo ao ingresso das mulheres. «Uma mulher aceder aos cursos/profissões ditas superiores tinha de ser tentada a pulso e era alvo de polémicas públicas gerando debates acesos»[5]. Veja-se por

[1] BARREIRA, Cecília — *História das Nossas Avós: retrato da burguesa de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
[2] PERROT, Michelle — *Uma História das Mulheres*. Porto: Edições Asa, 2007.
[3] SANTOS, Cândido dos — *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2011.
[4] PERROT, Michelle — *Uma História das Mulheres*. Porto: Edições Asa, 2007.
[5] *O Tripeiro*. Vol. XXI, nº 7, 2002, p. 9.

exemplo o episódio ocorrido em França com a aprovação de uma médica: «Os colegas de curso da médica Blanche Edwards queimaram a efígie da mulher aquando a sua aprovação do curso de internato»[6]. Episódios como este não eram pontuais e mostravam apenas a reação da sociedade face ao desejo destas mulheres de ingressarem nos estudos superiores.

No caso português também haveria entraves. A área de estudos da Medicina era uma esfera estritamente masculina. Qualquer mulher que visasse ingressar nos estudos médicos era vista como uma profanadora do que representava ser mulher. Eram, aliás, acusadas de «se masculinizar, de perder o charme e de ameaçar a reprodução da espécie»[7]. Os homens dividiam-se em duas posições: ou eram totalmente contra a prática da Medicina pelas mulheres, ou colocavam barreiras às mesmas permitindo que tratassem apenas doenças do foro ginecológico e obstétrico.

Não obstante, Laurinda, Aurélia, Guilhermina e Rita, as quatro mulheres que se pautaram pela diferença, decidiram ser a exceção à regra. Em julho de 1886, matricularam-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto as duas mais velhas, Laurinda e Aurélia, perseguindo o sonho de serem médicas. Este ato terá gerado alguma polémica na sociedade da época, figurando em alguns jornais do país. No *Jornal do Porto*, lê-se na primeira página do dia 10 de novembro de 1891:

> As duas filhas do nosso prezado colega da *Ideia Nova*, senhor Anselmo de Morais Sarmento, concluíram como se sabe distintamente o curso da Escola Médico-Cirúrgica no Porto. As duas inteligentes meninas fizeram ontem com muito brilho, as suas teses na Escola. […] Ambas ficaram plenamente aprovadas pelo que as felicitamos.[8]

Em Portugal, foi um processo demorado e em que apenas as famílias com mais influência, tanto social como financeira, podiam aceder. A lista que se segue, com datas de formatura e as respetivas teses, apresenta as mulheres que, no seguimento das pegadas das Morais Sarmento, concluíram cursos superiores na academia portuguesa até 1906[9]. Note-se a coincidência de apelidos.

- Guilhermina de Morais Sarmento – *A Dilatação do Estômago*, 1894;
- Maria Genoveva de Jesus e Silva – *Placenta Prévia*, 1900;

[6] *O Tripeiro*. Vol. XXI, nº 7, 2002, p. 9.
[7] *O Tripeiro*. Vol. XXI, nº 7, 2002, p. 9.
[8] *Jornal do Porto*. Porto, nº 266, 1891, p. 1.
[9] *O Tripeiro*. Vol. XXI, nº 7, 2002, p. 9.

- Maria Arminda da Costa Prata – *Ação dos Medicamentos sobre a Secreção Láctea*, 1902;
- Guilhermina Arminda da Costa Prata – *Gravidez Ectópica*, 1902;
- Casimira Ferreira Loureiro – *Profilaxia e Tratamento da Sífilis do Recém-nascido*, 1906;
- Leonor Amélia da Silva – *A Anestesia Geral e o Clorofórmio*, 1906.

É possível perceber o ambiente estudantil no tempo em que as Morais Sarmento frequentavam a Escola Médico-Cirúrgica através de uma edição comemorativa, do *Porto Académico*, do 1º Centenário da Academia Politécnica, onde se lê uma notícia intitulada de «Os Académicos do meu Tempo».

O professor Alberto de Aguiar escreve a propósito das celebrações de aniversário da Academia Politécnica do Porto. A intenção desta prosa era essencialmente perceber como se relacionavam os estudantes na Academia do Porto. Ou seja, este texto, depois de analisado, não só conta um episódio específico relativo às Morais Sarmento, como ainda nos permite perceber o panorama social em que elas se inseriam. Começa por escrever sobre as manifestações académicas. Explica, essencialmente, que os momentos conturbados que se viveram na política portuguesa tiveram uma grande repercussão social, nomeadamente no meio estudantil onde os alunos não deixavam de emitir as suas opiniões.

> Batidas e agitadas por movimentos grandiosos e de repercussão formidável e profundamente modificadora da vida social e política da minha pátria – como o do Ultimatum (1890) e a Revolução de 31 de janeiro […] A academia do meu tempo era convicta e entusiasticamente republicana, sob o impulso de uma fé ardente nos destinos gloriosos da pátria, mas a sua intervenção, mais teórica do que prática […] profundamente saudosa, pelas recordações de camaradagem e de convívio académico que elas evocam.[10]

O texto prossegue com recordações de uma insurreição militar republicana no dia 31 de janeiro de 1891, onde participaram alguns dos seus colegas. Conta o que chama de «formidáveis 'charges' reveladoras da exuberância da vida, espírito crítico, justiça, sentimento e correção, características da mocidade académica»[11].

A propósito da frequência da Academia pelas irmãs Morais Sarmento, recorda:

[10] *Porto Académico*. Número único do 1º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-cirúrgica. Porto, 1937, p. 31.
[11] *Porto Académico*. 1937, p. 31.

> Uma graciosa paródia de doutoramento realizada no final do ano escolar de 1890-1891: teve como protagonista um antigo empregado da *Imprensa Portuguesa*, o falecido António Augusto de Sousa Vieira, homem de toda a confiança do saudoso Anselmo de Morais, seu diretor a quem ele confiava a ingrata e delicada missão de acompanhar às aulas as suas filhas […] Esta vigilância, produto da época e da novidade (hoje ridícula pela sua banalidade) aliada á natural comoção que as simpáticas académicas despertaram no meio dos seus condiscípulos, foi desempenhada com todo o escrúpulo pelo guardião, que os rapazes respeitavam embora o alvejassem com naturais piadas e alcunhas inofensivas […] O bondoso Vieira cumpriu a preceito as suas funções: acompanhava às aulas as filhas do seu amigo e diretor, assistia às respetivas lições, silencioso, resignado e cônscio do seu papel e retirava-se com elas indiferente às inofensivas chalaças, piadas ou alcunhas com que os mais irrequietos condimentavam, de longe, sempre a meia voz e corretos, a evangélica paciência de tão fiel servidor. […] Assim se passaram os cinco anos do curso médico, e no final, a ideia de diplomar em sessão magna quem com tal assiduidade, zelo, e 'nula competência' assistira a todas as lições sem faltas, salvo as das pupilas, surgiu […] e concretizou-se […] na grandiosa manifestação de homenagem a que o atingido assistiu com enorme aprazimento e contentamento só percebendo no final que era o protagonista.[12]

O professor Alberto de Aguiar mais acrescenta ao seu longo texto:

> O Ato passou-se no Teatro Anatómico, para tal profusamente ornamentado e engalanado pelos rapazes, tomando o inocente homenageado o seu lugar de honra nas doutorais, com a assistência […] dos representantes das várias universidades […] Famosos os vários discursos […] os esfuziantes comentários da assembleia entusiástica ruidosa e alegre, os aplausos, as gargalhadas espontâneas e sonoras da assistência […] as manifestações álacres da mocidade atingem o rubro quando é feita a entrega do diploma honorífico com todas as suas fitas, selos e predicados ao novo e original doutor que só então atinge o objetivo de tão movimentada e aparatosa sessão. […] Grandiosa e memorável sessão […] um ato em que à originalidade do conceito, se aliava uma opulência de pormenores de facécias, no propósito sadio, alegre e inofensivo, de focar um acontecimento único na história jocosa da Academia portuense […] Tão correta foi e tão graciosa que o novo e original doutorado […] se considerou lisonjeado […] com a elevada honra académica prestada.[13]

Numa conclusão, onde apenas se refere indiretamente ao ato específico do assíduo acompanhante das irmãs Morais Sarmento, o professor descreve aquilo que seria o comportamento dos universitários nas suas manifestações académicas:

> Sirvam estas despretensiosas evocações de traço espiritual de união entre todos aqueles, e bastantes ainda são, que viveram esse inesquecível e alegre momento da sua vida académica e dela conservam perduráveis e gratíssimas recordações. […] Se poderá aquilatar das manifestações

[12] *Porto Académico*. 1937, p. 31.
[13] *Porto Académico*. 1937, p. 31.

> académicas […] que se expandia o espírito irrequieto, audaz e alegre da mocidade académica do meu tempo […]. Teremos uma ideia do grau de atividade cultural e sentimento dos académicos da minha geração e de quanto contribuíram para manter, perpetuar e honrar as tradições da galhardia da mocidade, estudiosa superior de todos os tempos […]. Destas várias exteriorizações do potencial académico, em que todos […] participaram […] como figurantes, manifestantes, espetadores animados ou ouvintes chalaceadores, nasceu essa estreita e viva camaradagem que a todos nos une […] uma das mais gratas recordações da mocidade […] Procura manter esperto e vivo o fogo sagrado destas encantadoras reuniões.[14]

É possível perceber, através deste artigo, que o próprio academismo era moldado pela quase ausência de mulheres. Vê-se isso no uso das palavras «ruidosos, alegres, gargalhadas espontâneas e sonoras», tudo comportamentos que não se esperavam de uma senhora. As mulheres esperavam-se sossegadas e delicadas, quase mais bonecas do que propriamente seres humanos.

As irmãs Morais Sarmento seriam, com toda a certeza, uma novidade. No entanto, nada nos leva a crer que não estivessem perfeitamente integradas e não fossem respeitadas. Não há provas em contrário, ou seja, de que os rapazes da turma de Medicina finalista em 1891, não convivessem com as suas colegas.

As Morais Sarmento tiveram aliás uma outra colega de curso de seu nome Maria Leite da Silva Tavares Pais Moreira. Esta senhora, natural de Canedo, Vila da Feira, foi na verdade a primeira mulher a matricular-se na Academia Politécnica do Porto, em 1884. Todavia, como apresentou a sua tese final no ano de 1892 (no ano seguinte à das irmãs Morais Sarmento) não se sagrou a primeira mulher formada em Medicina no Porto.

É de salientar que Maria Pais Moreira seria significativamente mais velha. Tinha 27 anos e era a única mulher entre os 206 matriculados. Mas o seu nome não consta da lista alfabética uma vez que o tipógrafo não acreditou tratar-se de uma mulher e escreveu «Mário» em vez de Maria[15].

[14] *Porto Académico*. 1937, p. 31.
[15] SANTOS, Cândido dos — *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

2. As dissertações da turma finalista de Medicina de 1891

Para concluir o curso de Medicina, era necessário escrever uma tese, normalmente designada de «Dissertação Inaugural» ou «Ato Grande». Esta seria posteriormente apresentada e avaliada por um júri.

Através das dedicatórias das Dissertações Inaugurais é possível inferir das amizades entre os estudantes e a maneira como se relacionavam com as suas colegas mulheres. De 30 finalistas, 28 são homens e 2 são mulheres. De 30 Dissertações Inaugurais, 8 delas abordam doenças do foro ginecológico e obstétrico:

- *Patogenia e tratamento da eclampsia puerperal*[16], por José dos Santos Andrade[17];
- *Gravidez Ectópica*[18], por Francisco de Vasconcelos e Carvalho Beirão[19];
- *O caso de quisto no ovário com torsão do pedículo*[20], por Alberto Perry de Sampaio;
- *Breve estudo sobre a etiologia e tratamento da esterilidade na mulher*, por Ricardo de Lemos e Castro;
- *As Salpingites*[21]: *(ensaio de histologia patológica*), por António Caetano Ferreira de Castro;
- *A versão podálica*[22] *e discussão com o fórceps*[23] nos apertos de bacia, por Alberto Goullart de Medeiros[24].

Das teses acima referidas saliento alguns casos especiais. No caso de Ricardo de Lemos e Castro, que escreve sobre a infertilidade, contextualiza na introdução a maneira como a mulher tem vindo a ser culpada pela infertilidade ao longo da História:

[16] Eclâmpsia puerperal — perturbação da gravidez (convulsões) em que se verifica hipertensão arterial, quantidade elevada de proteínas no sangue ou outras disfunções em órgãos.
[17] ANDRADE, José dos Santos — *Patogenia e tratamento da eclampsia puerperal*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.
[18] Gravidez Ectópica — Complicação da gravidez em que o embrião se forma fora do útero.
[19] BEIRÃO, Francisco de Vasconcelos e Carvalho — *Gravidez Ectópica*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891.
[20] SAMPAIO, Alberto de Perry — *Um caso de quisto no ovário com torsão do pedículo*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891.
[21] Salpingites — inflamação pélvica das trompas de Falópio.
[22] Versão podálica — Posição do feto que torna complicada a sua expulsão na hora do parto.
[23] Fórceps — Instrumento utilizado na medicina obstetrícia para auxiliar na retirada do feto aquando haja uma complicação no parto.
[24] MEDEIROS, Alberto Goullart de — *A versão podálica e discussão com o fórceps nos apertos de bacia*. Porto: Imprensa Económica, 1891.

> Se remontarmos aos tempos mais antigos da história da humanidade […] A mulher estéril não tinha a menor consideração, era repudiada da afeição do seu marido e rejeitada, como um ser inútil e incompleto. [25]

No caso de António Caetano Ferreira de Castro, vê-se que conduziu um estudo científico sobre o sistema reprodutor feminino com base na experimentação:

> Recolhi-me ao remanso de um gabinete […] aí empreendi estudar as peças extirpadas […]. As minhas investigações […] versaram sobre peças frescas, extraídas do vivo e mergulhadas, logo em seguida, em líquidos apropriados […] descobertas do novo mundo ginecológico, desvendado aos clínicos […] catequisados na fé antisséptica, tiveram a suficiente confiança para penetrar nas regiões pélvicas, até então verdadeiras regiões misteriosas, trancadas pelo pudor e pelo terror à perícia […] visam ao estudo de uma das regiões menos conhecidas desse novo mundo, região onde há muito que descobrir, muito que desbastar.[26]

O autor do estudo acerca das inflamações nas trompas de Falópio – *As salpingites* – dedica a sua tese, à semelhança de poucos dos seus contemporâneos, à colega Maria Pais Moreira. Apesar de poucas, há efetivamente dedicatórias e reconhecimento de que Maria Pais Moreira era efetivamente parte da turma. Há também um jovem estudante de Medicina que dedica a sua obra final a Anselmo de Morais Sarmento. No entanto, nas dedicatórias não há qualquer referência a nenhuma das irmãs Morais Sarmento.

Há também outras teses elaboradas pela turma finalista de 1891 que, apesar de não tratarem temas do foro ginecológico-obstétrico, têm particularidades que é importante referir.

Na tese final de Aníbal Barbosa de Pinto Lousada, lemos nas dedicatórias: «Aos meus condiscípulos, às minhas condiscípulas, aos meus contemporâneos e meus companheiros de casa»[27]. Havendo aqui uma referência a um número plural de colegas mulheres: Maria Pais Moreira, Laurinda e Aurélia de Morais Sarmento.

Lúcio Gonçalves de Nunes, autor da dissertação *A propósito de um caso de quelotomia*[28], apresenta uma secção de dedicatórias particularmente simples. No entanto há uma página curiosa, onde se lê «Ao meu bom amigo, Anselmo Evaristo de Morais

[25] CASTRO, Ricardo Lemos e — *Breve estudo sobre a etiologia e tratamento da esterilidade na mulher*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891.
[26] CASTRO, António Caetano Ferreira de — *As Salpingites: Ensaio de histologia patológica*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891.
[27] LOUSADA, Aníbal Barbosa de Pinto — *Higiene caseira nas doenças infeciosas.* Porto: Tipografia Gandra, 1891.
[28] Quelotomia — Intervenção cirúrgica aquando haja uma hérnia estrangulada.

Sarmento e a sua excelentíssima família»[29], tendo até recorrido aos seus serviços para imprimir a sua tese final na *Imprensa Portuguesa*, que, como já foi referido anteriormente, era propriedade de Anselmo de Morais Sarmento.

Relativamente às restantes dissertações, apresentam temas de clínica geral. Nas dedicatórias conseguimos perceber que há um espírito académico entre os estudantes. Dedicam os seus trabalhos finais aos familiares mais próximos, aos professores e aos colegas de turma, sendo que alguns dedicam aos colegas de casa. Há inclusive quem dedique ao «Grupo académico – recordação dos melhores dias da minha vida»[30].

É igualmente notório que estes estudantes de Medicina, para além de homens da ciência, eram também homens letrados, o que transparece nas dedicatórias dirigidas aos colegas de turma e amigos.

> A ausência não tem força para destruir esta íntima amizade, que uma longa convivência fez brotar em nossos corações. Acabou-se a melhor quadra da nossa vida, em que o coração é tão puro e a alma tão impressionável, onde nunca a sombra de um pesadelo veio escurecer o céu eternamente azul da nossa mocidade. Em todas as agruras da vida prática, em que vamos entrar, eu tenho a convicção íntima de que há-de triunfar sempre o vosso coração generosíssimo e o vosso talento esclarecido.[31]

As Morais Sarmento também tiveram que elaborar uma dissertação sobre um tema à escolha. As suas teses encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto[32] e no Repositório Aberto da Universidade do Porto[33].

A escolha do tema, as dedicatórias na parte introdutória das teses e a maneira como são escritas são fatores relevantes para percebermos melhor a personalidade destas senhoras. É de salientar que todas as três teses foram impressas na *Imprensa Portuguesa*, tipografia cujo dono era Anselmo de Morais Sarmento, patriarca da família. Serão abordadas já de seguida.

[29] NUNES, Lúcio Gonçalves — *A propósito de um caso de quelotomia*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.
[30] CASTRO, João Leite de — *Breve estudo sobre a etiologia e tratamento das pleurisias purulentas*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.
[31] PEREIRA, Artur Alberto Vaz — *Envenenamentos profissionais: o fosforismo*. Porto: Tipografia A. F. Vasconcelos, 1891.
[32] Disponível on-line em: https://biblioteca.med.up.pt/wordpress/
[33] Disponível on-line em: https://repositorio-aberto.up.pt/

3. As irmãs Morais Sarmento: Percurso familiar e académico

Figura 1 — A família Morais Sarmento. Da esquerda para a direita: Guilhermina, Rita, Aurélia, Laurinda. Ao centro Anselmo Evaristo, ca. 1891. Fotografia de autor desconhecido, Porto. Fonte: Arquivo Reitoria do Porto.

3.1. Laurinda

A mais velha das irmãs, nascida a 28 de outubro de 1867, foi batizada a 21 de novembro na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, no Porto. Os seus padrinhos de batismo foram António Joaquim de Morais Sarmento, Escrivão do Tribunal da Relação no Porto, e a sua avó materna, D. Margarida Emília da Costa Oliveira[34].

Frequentou, aos 18 anos, juntamente com a sua irmã dois anos mais nova, Aurélia, a Academia Politécnica do Porto, nas cadeiras de *Física Geral, Química Inorgânica Geral* e *Química Orgânica Geral e Biológica*[35]. Laurinda foi mais tarde admitida às cadeiras de *Patologia e Terapêutica Externas, Medicina Operatória* e *Patologia Interna.* Juntamente com a sua irmã Aurélia, distinguiu-se na disciplina de Obstetrícia ou Partos, onde foram «aprovadas com louvor». A 9 de novembro de 1891, com 24 anos de idade, Laurinda defendeu o «Ato Grande» na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, por volta das 12 horas.

[34] Arquivo Distrital do Porto — Registo de Batismo de Laurinda de Moraes Sarmento, Porto, 1867.
[35] SANTOS, Cândido dos — *A mulher e a Universidade do Porto: a propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas.* Porto: Universidade do Porto, 1991.

Quando as duas terminaram o curso de Medicina, abriram um consultório médico privado, na Rua do Almada, nº 579. Este consultório dedicava-se exclusivamente às doenças das senhoras e das crianças e dispunha de um serviço de partos permanente.

No entanto, uns meses mais tarde, Laurinda contraiu matrimónio com o Dr. Abílio da Silva Carvalho, antigo colega de curso, o que a levou a suspender a prática da profissão que com o passar do tempo desejou retomar. Laurinda, que teria cerca de 30 anos de idade, Aurélia e a colega de curso Maria Paes Moreira, apresentaram-se a concurso para o lugar de clínica auxiliar no Hospital Geral de Santo António. A selecionada foi Maria Pais Moreira, deixando as irmãs Morais Sarmento para trás.

Do seu casamento resultaram duas filhas: Laurinda Sarmento da Silva de Carvalho e Maria Luísa Sarmento de Carvalho.

No seu testamento, a sua maior preocupação é dividir os seus bens pelas suas duas filhas e eventuais netos. Pede que a sepultem perto do marido, no jazigo no cemitério de Agramonte, no Porto[36].

Quanto à sua tese, esta tem por título *Breves Considerações sobre a Higiene do Vestuário Feminino* e tem 154 páginas. Começa por dedicar «A meu extremosíssimo pai», «A minha querida mãe», «A minhas irmãs e irmão». Dedica logo de seguida aos seus queridos avós, como, aliás, já foi mencionado anteriormente. Nesta simples frase podemos ver que os ideais do liberalismo estão bem presentes no seio desta família. À partida, seriam temas abordados com frequência nas suas vidas privadas, talvez os seus familiares mais velhos lhes contassem memórias na primeira pessoa. No círculo social do pai, sendo que alguns dos seus amigos se destacaram enquanto homens de ideais republicanos, também se abordaria o liberalismo com frequência.

Outra das dedicatórias que merece destaque é «Ao Exmo. Senhor Teófilo Braga e sua Exma. Esposa e minha amiga D. Maria do Carmo Xavier Braga – À memória de seus filhos e meus amiguinhos Teófilo e Maria da Graça». Sabemos que Teófilo Braga era amigo íntimo do pai das Morais Sarmento e sabemos também que ambas as famílias se relacionavam intimamente; particularidade que será esmiuçada mais adiante.

Dedica também ao Dr. Abílio de Carvalho, que seria um colega de curso mais velho com quem, mais tarde, contrai matrimónio.

[36] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Laurinda de Moraes Sarmento*, Porto, 1929.

Figura também uma dedicatória ao corpo docente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, aos professores da Politécnica e do Secundário, aliás todas as irmãs o fazem com maior ou menor pormenor.

Como já foi referido anteriormente, Laurinda escreve sobre a moda e o vestuário. Das três teses analisadas, esta é a mais opinativa.

Na introdução escreve:

> Animamo-nos ainda da esperança de conseguir orientar um pouco a curiosidade da mulher, em conhecimentos que para ela são de uma importância capital, visto que, infelizmente, tantas vezes as vemos submeter-se com temeridade aos maiores sofrimentos físicos […] com todas as modas absurdas, que o capricho francês se lembra de inventar para nosso martírio. [A moda] sempre implacável com as suas exigências.[37]

Laurinda defendia que deveria haver maior circulação de ar nas roupas; revela formas higiénicas de vestir. Escreve que a moda surge de uma forma avassaladora, impondo novidades efémeras em contínua mudança. A moda e a higiene não harmonizam. De todas as peças, Laurinda concentra-se em duas: o espartilho e o calçado. Refere-se aos espartilhos como:

> Moldes inflexíveis, que em vez de se adaptarem ao corpo […] forçavam os contornos naturais, impunham-lhes uma forma de convenção […] e opunham-se, como um duro encaixe, às menores variações de volume e de situação dos órgãos, donde resultavam pressões exageradas para fora e recalcamentos para dentro, incompatível com a integridade dos órgãos e com o jogo regular de funções.[38]

O uso do espartilho perturbava a respiração, a circulação, a digestão e a nutrição, gerando problemas como a morte súbita. Laurinda defendia a proibição médica do uso do espartilho a mulheres impúberes, grávidas, em lactação e com infeções.

Quanto aos sapatos deviam ser estes a adaptar-se aos pés e não o contrário: «Notemos mesmo que a generalidade das mulheres usa o calçado feito com cabedal ou fazendas […] inconvenientes; por isso é da máxima importância que olhem com mais atenção para esta parte da sua *toilette*»[39].

[37] SARMENTO, Laurinda de Morais — *Breves considerações sobre a higiene do vestuário feminino*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.
[38] SARMENTO, Laurinda de Morais — *Breves considerações sobre a higiene do vestuário feminino*.
[39] SARMENTO, Laurinda de Morais — *Breves considerações sobre a higiene do vestuário feminino*.

Laurinda, na última página da sua tese, escreveu: «Julgamos, todavia, dever aproveitar o ensejo para chamar- a atenção para os diversos expedientes […]. Foi o que fizemos, á medida que explanámos o assumpto que nos propusemos tratar»[40].

3.2. Aurélia

Nascida a 4 de junho de 1869, e batizada treze dias mais tarde, foi apadrinhada pelo Dr. António Augusto Soares de Sousa Cirne, um bacharel em Direito, antigo juiz do Tribunal da Relação do Porto e ex-governador substituto da cidade, e sua avó paterna, D. Guilhermina Carlota de Almeida Morais.

Como foi referido anteriormente, aos 16 anos, Aurélia «frequentou o curso da Escola Médico-Cirúrgica do Porto na companhia de Laurinda, dois anos mais velha: assistiam juntas às aulas, apresentavam-se a exame sempre no mesmo dia»[41].

Defendeu o seu «Ato Grande» no mesmo dia que a irmã mais velha, sendo a primeira na ordem de apresentação, e por isso, a primeira mulher a defender uma dissertação de final de curso, em Medicina, no Porto, e, consequentemente, a primeira mulher diplomada da Academia portuense. A irmã foi a segunda.

A atividade profissional é, em tudo, semelhante à da irmã.

Quanto ao casamento, Aurélia contraiu matrimónio com Júlio Gustavo Romanoff Soares Salvini, um professor de canto pioneiro na preocupação com a questão do canto na Língua Portuguesa, numa época em que cantar ópera em italiano era uma prática comum. Juntos tiveram 3 filhos: Anselmo, Aurélia e Julieta de Morais Sarmento Romanoff Salvini.

Aliás, o filho Anselmo figura no livro de curso da turma finalista de 1927 de Medicina[42]. Isto já depois da criação da Universidade do Porto no ano de 1911, que anexou a Escola Médico-Cirúrgica do Porto à nova instituição – embora as instalações tivessem continuado as mesmas junto ao Hospital de Santo António. Apenas no ano de 1959 é que a FMUP se mudou para as instalações atuais.

A elaboração do seu testamento data de 22 de janeiro de 1904, onde regista «Declaro que […] sou casada com o senhor Júlio Gustavo Romanoff Soares Salvini de cujo matrimónio não existem filhos, e como não tenho herdeiros legítimos […] meu querido esposo […] único e universal herdeiro de todos os meus bens, direitos e

[40] SARMENTO, Laurinda de Morais — *Breves considerações sobre a higiene do vestuário feminino*.
[41] SANTOS, Cândido dos — *A mulher e a Universidade do Porto: a propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas.* Porto: Universidade do Porto, 1991.
[42] *Os novos quintanistas da Faculdade de Medicina do Porto*. Porto: Faculdade de Medicina, 1927.

ações»[43]. Uma vez que só falece em 6 de abril de 1939, ou seja, 35 anos depois de elaborar o seu testamento, os seus herdeiros legítimos passaram a ser os seus três filhos.

A sua tese de *Higiene da Primeira Infância,* estende-se ao longo de 137 páginas[44]. A parte das dedicatórias aos pais e às irmãs e irmão é muito semelhante à da irmã mais velha. Referindo-se aos tios-avós, escreve: «Últimos representantes da velha raça dos fortes; herdeiros do vivo sentimento liberal, democrático (que levou seus irmãos ao martírio cívico da Praça Nova, e que a eles os arrastou por as prisões de estudo, por o desterro e por a deportação, como presa vil»[45].

Dedica ainda, à semelhança da irmã mais velha, aos corpos docentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, aos professores da Politécnica e do Secundário.

Começa por escrever «Há uma época na vida em que o indivíduo mais carece dos cuidados da higiene»[46], defendendo que a educação destas meninas dependia muito pelas práticas da higiene desde jovens. Aurélia debruça-se sobre puericultura. Descreve os cuidados que as mães ou as amas deveriam ter para com os bebés. Aborda, essencialmente, a fase mais sensível dos recém-nascidos que, muitas vezes, pereciam por falta de conhecimentos básicos dos adultos. Escreve sobre o parto em si, os banhos, a dentição, a queda do cordão umbilical, entre outros.

Dá a sua opinião ao longo da tese sobre diversos assuntos, desmistificando algumas práticas correntes da época, como quando escreve: «O banho de água fria é detestável. […] A água açucarada […] tem o inconveniente de determinar […] vómitos […] que é sempre conveniente evitar»[47], isto porque era uma prática comum administrar água açucarada aos recém-nascidos de modo a retardar a hora de amamentar. Alerta para o perigo dos bebés dormirem com as suas mães/amas pelo risco de asfixia.

O tema da amamentação era polémico. Aurélia escreve: «entre nós é frequente o preconceito de que quase fica mal a uma senhora, sobretudo se ela pertence a uma certa camada social, dar o seio aos seus filhos». Acrescenta que as amas de leite forneciam «alimento artificial»[48].

A sua dissertação termina quando chega aos cuidados do segundo ano de vida das crianças «Essa alimentação, porém, sai já fora dos limites que traçamos ao nosso

[43] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Aurélia de Moraes Sarmento.* Porto, 1904.
[44] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.
[45] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*.
[46] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*.
[47] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*.
[48] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*.

trabalho e, portanto, damo-lo por findo aqui»[49].

3.3. Guilhermina

Nascida a 4 de julho de 1870 e batizada no dia 17 do mesmo mês, teve como padrinhos o Dr. Joaquim Teófilo Braga e Emília Ludovina de Morais Sarmento, uma familiar de Aveiro.

Aos 17 anos de idade, juntamente com a irmã mais nova, Rita, ingressou na Academia Politécnica do Porto. Guilhermina concluiu com distinção as cadeiras de *Química Inorgânica Geral, Botânica* e *Física Geral*. Nas cadeiras de *Química Orgânica e Analítica* e de *Zoologia,* foi-lhe atribuída a classificação de 15 valores em ambas, distinguindo-se a nível escolar.

Quando ingressaram na Escola Médico-Cirúrgica no ano de 1889, as irmãs já estavam nos últimos anos do curso e preparavam-se para o concluir (foram diplomadas em 1891).

Apesar da exigência do curso ir aumentando, e da morte da sua mãe em 1892, Guilhermina continuou a mostrar provas de excelência no desempenho nas diferentes cadeiras. Mesmo com adversidades, as cadeiras de *Patologia e Terapêutica Externas, Patologia Interna* e *Medicina Operatória*, foram concluídas com rigor.

Em 11 de julho de 1894, foi a única mulher, em 28 diplomados, distinguida com louvor.

Quanto ao restante percurso da sua vida, assim que termina o curso existem muitas incertezas. Em princípio, exerceu durante mais tempo do que as suas irmãs e continuou a morar na Rua do Almada.

No seu testamento lê-se: «Deixo às criadas que estiveram ao meu serviço à data do meu falecimento, trinta mil réis a cada uma, livres de imposto»[50], mostrando que herdou do pai o espírito filantrópico.

Deixou à sua irmã Rita e ao esposo desta a sua residência «Deixo à minha irmã D. Rita […] o prédio que tenho na Rua do Almada, 579, na cidade do Porto»[51].

Ao que tudo indica, Guilhermina não teve mesmo qualquer descendência. No seu testamento pode ler-se «Deixo à minha sobrinha e afilhada Helena, filha da minha irmã

[49] SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância.*
[50] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Guilhermina de Moraes Sarmento*. Porto, 1904.
[51] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Guilhermina de Moraes Sarmento*. Porto, 1904.

D. Rita, o cordão de ouro […] o meu broche de brilhantes em forma de meia lua e os brincos de brilhantes»[52].

Concluiu o seu testamento com um pedido: «Desejo ser enterrada no lugar mais próximo do meu pai no jazigo que tenho em Agramonte no Porto»[53].

A tese de Guilhermina intitula-se de *A Dilatação do Estômago*[54] e tem 125 páginas.

Nas dedicatórias de Guilhermina há uma diferença logo no início. Dedica-a «à memória de minha mãe», uma vez que D. Rita de Cássia falecera no ano de 1892.

Dedica a sua tese ao seu padrinho, Teófilo Braga, a quem havia pedido conselhos durante a escrita da mesma. Lê-se sobre Teófilo: «Exemplo raro de honradez e de trabalho, em sinal de profunda homenagem à sua carinhosa amizade, ao seu nobilíssimo carácter e à sua incontestável superioridade intelectual»[55].

Dedica apenas ao tio-avô (e não ao casal de avós), referindo o seu nome. Menciona «Aos meus professores» e «Ao meu presidente», sem acrescentar nomes, ao contrário do que as suas duas irmãs mais velhas fizeram. Das três irmãs médicas parece ser a mais impessoal e, talvez, menos sentimental.

Justifica a escolha do seu tema como sendo «singela curiosidade científica». Mais uma vez, das três irmãs é a mais pragmática, a única que não trata assuntos relacionados estritamente com a mulher e/ou a criança. Ou seja, com isto entra nas esferas da Medicina dominadas pelos homens.

É também a menos opinativa. Divide esta tese em duas partes: uma primeira, com definições anatómicas; uma segunda, em que se estudam as várias formas sob as quais a doença se pode manifestar.

Não deve ser esquecido que, apesar de todas as irmãs terem sido «aprovadas com louvor» em diferentes cadeiras, Guilhermina é a que recebe mais elogios pelas suas capacidades intelectuais.

3.4. Rita

Nascida a 11 de fevereiro de 1872 e batizada a 5 de abril, recebeu por padrinhos Duarte Mendes Correia da Costa, escrivão de Direito em Coimbra, e D. Firmina Augusta de Morais e Costa, sua tia.

[52] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Guilhermina de Moraes Sarmento*. Porto, 1906.
[53] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Guilhermina de Moraes Sarmento*. Porto, 1904.
[54] SARMENTO, Guilhermina de Morais — *A dilatação do estômago*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1896.
[55] SARMENTO, Guilhermina de Morais — *A dilatação do estômago*.

Como já foi referido, aos 15 anos matriculou-se na Academia Politécnica, juntamente com a irmã Guilhermina. Foi na escolha das disciplinas nas quais desejava inscrever-se que a Medicina deixou de ser a única área no meio das irmãs. Rita optou por escolher *Geometria Analítica, Desenho de Figura, Paisagem e Ornato* e *Química Inorgânica Geral*, cadeiras estas que faziam parte do plano curricular do 1.º ano do curso de Engenheiros Civis de Obras Públicas. No ano seguinte, acrescentou as cadeiras de *Cálculo Diferencial e Integral, Física Geral* e *Desenho de Arquitetura e Aguadas*. Obtêm distinções em duas das disciplinas: *Química Inorgânica*, talvez com a ajuda das irmãs mais velhas que haviam passado pela mesma cadeira, e *Desenho de Arquitetura e Aguadas.*

No ano de 1889 Guilhermina matriculou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto e os caminhos das duas irmãs mais novas separaram-se.

Com o último exame, à cadeira de *Construções e Vias de Comunicação*, no dia 30 de junho de 1894, ficou concluído o curso de Obras Públicas, com aproveitamento final de 12,5 valores. Rita de Morais Sarmento foi a primeira mulher a conquistar um diploma em Engenharia Civil, em Portugal.

O seu casamento foi no dia 25 de setembro de 1898, com António dos Santos Lucas, Doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra e Tenente de Engenharia.

Em 1900, o casal fixou residência em Lisboa, por razões profissionais do seu marido. Rita viveu em Lisboa até falecer, em 28 de março de 1931, e dedicou a sua vida a apoiar incondicionalmente o seu cônjuge. Era muito respeitada na comunidade universitária lisboeta e nas esferas políticas[56].

Segundo os registos, teve uma filha, Helena, que viria a ter uma relação muito especial com a sua tia-madrinha Guilhermina (como já foi mencionado).

4. O meio familiar e social das irmãs Morais Sarmento

O pai, nascido em Aveiro, a 5 de julho de 1847, filho de Bento Augusto de Morais Sarmento e Guilhermina Carlota de Almeida Morais, era descrito como «Altruísta e cativante […] captou rapidamente o interesse dos colegas das filhas […] Enviuvou cedo e dedicou-se à educação dos filhos»[57].

[56] Disponível *online* em: https://sigarra.up.pt/up/pt. Consultado em: 7/11/2017
[57] SANTOS, Cândido dos — *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

Cassou com D. Rita de Cássia Oliveira Morais, natural do Porto, com quem teve cinco filhos.

Tinha no seu círculo de amigos homens como Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Antero de Quental e Oliveira Martins.

Foi mentor de todos os seus filhos. Com especial destaque para as quatro meninas. É de salientar a excecionalidade que seria, à luz da época, tanto em termos económicos como sociais, ter todos os cinco filhos com cursos superiores completos. Sendo ainda mais admirável e surpreendente sendo quatro desses filhos mulheres: médicas e engenheira.

Era portanto descendente de uma família liberal de Aveiro. Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* pode ler-se, na entrada *Anselmo de Morais*, o seguinte:

> Pertencia à família Morais, de Aveiro, sobre a qual havia de cair desgraça, em consequência do malogro do movimento anti-absolutista iniciado naquela cidade em 16/5/1828, pelos liberais […] Um dos seus tios, Clemente de Morais Sarmento, sargento daquele batalhão […] foi enforcado e decapitado na, então, chamada Praça Nova, do Porto (9/10/1829), tendo a sua cabeça sido exposta ao público, em Aveiro, suspensa de alto poste, em frente à casa onde vivera sua mãe.[58]

Todos os seus tios foram perseguidos pelos ideais políticos defendidos. Isto conduziu a uma opressão e intimidação psicológica à mãe dos Morais Sarmento, ou seja, avó de Anselmo: «Entretanto, em Aveiro […] apesar de viúva [avó de Anselmo], sofria constantes opressões, passando meses encarcerada, sem culpa, apenas por ser mãe dos Morais»[59]. Pode ler-se também:

> O mais novo [dos irmãos Morais], ainda de menor idade, suportou também as maiores inclemências em prol da liberdade. Era Bento Augusto de Morais Sarmento, que havia de vir a ser o pai do prestantíssimo Anselmo de Morais, figura de grande prestígio no meio social do Porto, onde se evidenciou pela sua inconfundível personalidade, pelas excelsas qualidades de caráter e pelos seus invulgares sentimentos altruístas.[60]

É natural que pela perseguição que a sua avó e tios tinham vindo a sofrer pelos seus ideais políticos, Anselmo fosse um fervoroso apoiante dos princípios liberais. Consequentemente, seria expectável que passasse esses mesmos valores aos seus filhos.

[58] CORREIA, António Mendes — "Morais, Anselmo de". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XVII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 2005, p. 801.
[59] CORREIA, António Mendes – "Morais, Anselmo de". p. 801.
[60] CORREIA, António Mendes – "Morais, Anselmo de". p. 801.

Foi empresário tendo fundado a tipografia e editora, Imprensa Portuguesa, e jornalista, dirigindo os periódicos *Gazeta Literária do Porto* e *A Atualidade*, assim como, mais tarde, *A Ideia Nova – diário democrático*. Era tido como ser de «inteligência superior, homem de Letras, crítico de Arte»[61].

As inclinações republicanas de Anselmo, serão visíveis em diferentes situações. Por exemplo, é noticiada no *Jornal do Porto*, na edição do dia 24 de junho de 1873, uma manifestação anticlerical. Intitulada de «Os acontecimentos de domingo[62]», refere-se a um acontecimento «no largo da Sé e próximo da entrada do paço episcopal», no Porto. Pode ler-se o que decorreu, terminada a cerimónia:

> Vivas à liberdade, os quais foram calorosamente correspondidos pela multidão […] os guardas municipais e civis intervieram na manifestação e trataram de dispersar o povo por meio da força, seguindo-se então grande balburdia que não é fácil descrever-se […] Gritos, correrias […] chapéus atirados ao ar […] os municipais a fazer uso das coronhas das espingardas […] No meio deste tumulto fez-se a captura dos senhores Anselmo Evaristo de Morais Sarmento […] escoltados […] até ao quartel do Carmo, acompanhados por grande concurso de povo, que se mostrava afeiçoado aos presos. Decorrido algum tempo foram postos em liberdade, sob fiança.[63]

Foram detidos 9 homens nessa manifestação, incluindo o patriarca da família Morais Sarmento.

Na altura em que participou nesta manifestação anticlerical, tinha 25 anos de idade. A sua filha mais nova, Rita, havia completado 1 ano de idade em fevereiro desse mesmo ano.

O anticlericalismo era um traço característico dos apoiantes do Partido Republicano. Defendiam a lei da separação do Estado das Igrejas que, em Portugal, apenas entrou em vigor no dia 20 de abril de 1911, já depois da implantação da República.

Como editor, contactou com grandes e diversos vultos dos meios literários, tornando-se amigo de muitos deles, mas sofrendo também alguns dissabores, dentre os quais os que motivaram a polémica que manteve com Camilo Castelo Branco.

Camilo Castelo Branco é uma personagem, no mínimo, peculiar. Vivera para a boémia e para as suas paixões fervorosas, tumultuosas e efémeras. No campo académico, tenta cursar Medicina e mais tarde Direito, cursos inacabados, porque as mulheres lhe diziam muito mais do que qualquer área de estudos. Paralelamente a tudo

[61] CORREIA, António Mendes – "Morais, Anselmo de". p. 801.
[62] *Jornal do Porto*. Porto, nº 141, 1873, p. 1-2.
[63] *Jornal do Porto*. Porto, nº 141, 1873, p. 1-2.

isto, havia já ingressado nos caminhos do jornalismo. Caminhos esses que o levam inevitavelmente a conhecer Anselmo Evaristo, na década de 1870.

Dramas que ficaram registados em *Noites de Insónia oferecidas a quem não pode dormir*, um conjunto de folhetos com publicação mensal, ao longo do ano de 1874. Camilo refere-se a desavenças com Evaristo de Morais Sarmento.

As quezílias entre os dois homens dever-se-iam à diferença de ideais mas principalmente a questões monetárias. Isto porque Camilo Castelo Branco foi redator da *Actualidade*, da qual Anselmo era proprietário. Ou seja, podemos estar aqui a falar de honorários em atraso ou até mesmo em falta. Como é sabido, a vida boémia de Camilo exigia largas quantidades de dinheiro.

Nos referidos folhetos, Camilo regista as quezílias que teve com Anselmo, escrevendo injúrias e insultos ao longo de várias edições.

> O meu nome foi banido das colunas daquele jornal. Assim o rosnou o lebréu por entre os arames da mordaça. Foi realmente banido? Então, adeus, desgraçado! Que o mundo tenha tanta piedade de ti, lázaro, quanto eu me arrependo de te haver baldeado do charco da petulância para outro pior – o do silêncio. Adeusinho! Coça a tua lepra com os teus folhetins; mas some-te, escalracho![64] […] P.S. Eu dissera-lhe adeusinho, quando fui banido; mas ele, mentindo e espremendo novamente o fígado, espirrou um golfo de bílis negra.[65]

Na sexta edição de *Noites de Insónia*, Camilo escreve em jeito de parágrafo introdutório, intitulado «Estúpido e Infame».

> Alguns rapazes sem habilidade, nem estudo que lhes suprisse a incapacidade do engenho, aparecem aqui a pinchar na vaza das letras como sapos de lameiro em tarde trovejada de julho. O mais sapo nas verdes podridões […] é este marau da *Atualidade*[66].

Ainda nesse texto, segundo Camilo Castelo Branco, Anselmo Evaristo de Morais Sarmento defendera-se no número 94 da sua publicação periódica, *A Actualidade*. Camilo transcreve mesmo as palavras de Anselmo, que se referia ao romancista como «chapado ignorante que só serve para fabricar descomposturas».

Tendo apenas em conta esta fonte, podemos perceber que há uma elevada animosidade na relação destes dois senhores. Camilo menciona outros nomes de

[64]BRANCO, Camilo Castelo — *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1874, p. 53-54.
[65]BRANCO, Camilo Castelo — *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*, p. 99.
[66]BRANCO, Camilo Castelo — *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*, p. 88-94.

homens ao serviço de Anselmo, aborda também que Anselmo é um amigo de Teófilo Braga quando escreve «O senhor Teófilo Braga mandou acorrentar esse *house-dog* à porta da *Actualidade*. Fez mal»[67].

No total, existem menções ao nome de Anselmo em 7 dos 12 números que o *Noites de Insónia* publicou.

Não há como saber se Anselmo respondeu a Camilo de igual forma uma vez que *A Actualidade* não se encontra disponível para consulta. No entanto, tudo leva a crer que sim, pelas citações que Camilo inclui em vários dos seus números de *Noites de Insónia*.

5. O Republicano que não viu a República

Como se sabe, a República foi implantada em Portugal no dia 5 de outubro de 1910, cujo Governo Provisório foi presidido por Teófilo Braga. Já o falecimento de Anselmo data de 8 de junho de 1900, dez anos antes.

Lê-se, na edição de *A Voz Pública* do dia 9 de junho de 1900, a notícia de sua morte, acompanhada de uma pequena biografia:

> Faleceu ontem na sua casa no Buçaco […] o Sr. Anselmo Evaristo de Moraes Sarmento […] foi editor de várias obras de invenção e de crítica, tais como a "História da Literatura Portuguesa", de Teófilo Braga, "Primaveras Românticas", de Antero de Quental […] fundou vários periódicos, tanto políticos como artísticos […] onde escreveram muitos dos mais distintos jornalistas portugueses contemporâneos […]. O falecido era dotado de ânimo bondoso e esmoler; assim, a notícia da sua morte causou ontem grande impressão de tristeza nas classes populares […] A classe tipográfica deveu-lhe importantes serviços; e este jornal […] cumpre a obrigação de inscrever hoje o protesto de seu pesar por este inesperado e prematuro trespasse. [68]

O funeral realizou-se no dia 10 de junho de 1900, na capela do cemitério de Agramonte, assinalado na edição do mesmo dia e do mesmo periódico. Pode ler-se «rogam às pessoas de suas relações e amizade a fineza da sua assistência aos ofícios fúnebres»[69]. Está assinado por todos os seus cinco filhos, dois cunhados e outros familiares.

Também nesta edição do dia 10 de junho, foi publicada uma notícia a descrever os acontecimentos da chegada do cadáver ao Porto em «caixão de chumbo». Atenderam ao

[67] BRANCO, Camilo Castelo — *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*, p. 88-94.
[68] *A Voz Pública*. Porto, nº 313, 1900, p. 2.
[69] *A Voz Pública*. Porto, nº 313, 1900, p. 3.

funeral «cavalheiros de todas as classes sociais»[70]. O caixão foi acompanhado pelos seus funcionários da Imprensa Portuguesa, de quem recebeu uma coroa de flores com a seguinte inscrição «Os empregados da *Imprensa Portuguesa* ao seu saudoso chefe e amigo»[71]. Os aprendizes também ofereceram um *bouquet*, uma prática comum à época.

Ao lado direito desta notícia de grandes dimensões se encontra o obituário que, em duas linhas noticia o nome e o local do falecimento das pessoas em questão. Anselmo teve destaque em duas páginas da mesma edição.

No seu testamento, Anselmo Evaristo, além da fortuna deixada aos seus cinco filhos, preocupou-se em recompensar a criada que o serviu nos últimos anos de vida: «Tenho cinco filhos legítimos sendo um rapaz e quatro senhoras, aos quais deixo toda a minha fortuna; com exceção dos seguintes […] Olímpia da Natividade, criada de servir, atualmente servindo em minha casa, como recompensação dos seus serviços»[72]. Mostrando uma enorme preocupação para com os de classe social inferior.

Referiu-se também a algumas quantias de dinheiro que devias às suas filhas, Guilhermina e Laurinda, sendo que, em relação a esta última acrescentou: «também devo à minha filha Laurinda trezentos e cinquenta mil réis para uma mobília e prenda que lhe prometi»[73].

6. Correspondência trocada com Teófilo Braga

Por outro lado, entre os colaboradores de A Atualidade e amigos de Anselmo, contava-se Teófilo Braga, com diversas obras editadas pela Imprensa Portuguesa, que era compadre de Anselmo.

No Arquivo Regional de Ponta Delgada, nos Açores, encontram-se diversos documentos que pertenceram outrora a Teófilo Braga. No seu repositório, existem cartas trocadas com alguns membros da família Morais Sarmento. É de salientar que mesmo depois da morte de Anselmo Evaristo, algumas das filhas mantiveram contacto com Teófilo e a sua família.

[70] *A Voz Pública*. Porto, nº 313, 1900, p. 2.
[71] *A Voz Pública*. Porto, nº 313, 1900, p. 2.
[72] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Anselmo de Moraes Sarmento*. Porto, 1900.
[73] Arquivo Municipal do Porto — *Registo de Testamento de Anselmo de Moraes Sarmento*. Porto, 1900.

Refira-se por exemplo uma carta de Aurélia à esposa de Teófilo, Maria do Carmo Xavier Braga, a propósito da nomeação do seu marido para chefe do Governo Provisório:

> Eu não sei como testemunhar-lhes o prazer que senti com a nomeação, aliás esperada e absolutamente justa do Senhor Doutor Teófilo Braga para presidente do novo regime que hoje nos governa. Só lamento muito profundamente que meu pai, seu velho amigo e compadre, assim como seus extremosos filhinhos não possam já compartilhar desta grande alegria e glória. No entanto e ainda no nome daquela, me permito abraça-los fazendo os mais sinceros votos.[74]

Outra carta de Laurinda, com o mesmo propósito da irmã, evoca também a amizade entre o pai, Anselmo, e Teófilo: «Lamento que o meu querido e saudosíssimo pai não possa hoje ver realizado o ideal de toda a sua vida, e abraçar cheio de júbilo o seu glorioso compadre e fiel amigo de tantos anos»[75].

7. O irmão mais novo: Joaquim de Morais Sarmento

Há neste espólio algo muito curioso. Como já foi referido, Anselmo tinha um filho rapaz, Joaquim de Morais Sarmento, de quem muito pouco se sabe. Aliás, é de salientar que nos estudos já existentes sobre a família Morais Sarmento é mencionada apenas a sua existência, sem a referência ao seu nome.

Contudo, é no meio do espólio documental de Teófilo que se podem vislumbrar alguns traços da personalidade de Joaquim. Isto porque, uma vez que é o único filho de Anselmo que se vai formar fora da cidade do Porto, é mantida uma certa vigilância. As cartas dão a impressão de que Teófilo intercedeu junto dos seus colegas na área de Direito em Coimbra para vigiarem o rapaz de perto.

A este propósito troca cartas com Manuel de Oliveira Chaves de Castro e José Joaquim Lopes Praça, professores de Direito na Universidade de Coimbra. A correspondência a propósito de Joaquim começa de uma forma bastante positiva.

Lopes Praça escreve:

[74] Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de Laurinda para Maria do Carmo Xavier Braga*, ca. 1910.
[75] Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de Laurinda Morais Sarmento de Carvalho para Maria do Carmo Braga*, Outubro de 1910.

> É sempre agradável para mim ter notícias suas. Marquei hoje a lição o seu – Joaquim de Morais Sarmento – Bom rapazinho me pareceu o seu protegido, e fiquei bem impressionado. Notei que é tímido e pouco animado. Tinha estudado, e é preciso deixá-lo dizer o que sabe em qualquer observação, por mais simples que seja, porque facilmente se perturba. Talvez possa evitar esse defeito com um estudo mais intenso. De resto bem sabe como eu o estimo e quanto valor dou às suas informações benéficas.[76]

Nas palavras de Lopes da Praça percebe-se que já tem uma opinião do rapaz indicado por Teófilo – é um jovem que pode ter algum potencial mas que precisa de se aplicar um pouco mais nos estudos.

Já Chaves de Castro escreve com uma sinceridade acrescida quando comparado com o remetente anterior. Castro regista:

> O seu recomendado Joaquim de Morais Sarmento é destes estudantes que pertencem ao comum dos doutores, isto é, dão o seu recado sofrivelmente, se lhes não tocam, mas, tocando-lhes, desmancham-se de todo. Deu-me duas lições fraquitas, e pode no ato dizer alguma coisa e passar […] pode também copiar e dizer tolices, e neste caso, e se nos outros autos tiver má frequência, pode ser mal sucedido. […] o meu amigo […] sabe o que é ser estudante pouco seguro, e escuso de lhe dizer mais nada. A infelicidade deste foi não estar já formado, quando o João Franco arranjou a atual câmara dos deputados, porque, se está formado, podia achar-se enfileirado […] e não havia de ser dos piores.[77]

Chaves de Castro nesta carta faz referência a diversas situações. Primeiramente, é bem possível que Joaquim fosse frequentador assíduo das tradições académicas conimbricenses. De seguida, menciona que era um estudante fraquinho, seguro de si mesmo, mas rápida e facilmente desconstruído por alguém da área. Por último, ironiza com os deputados escolhidos por João Franco, que considerava pouco dotados. Refere que, se Joaquim já tivesse completado o curso de Direito, poderia ingressar na Câmara de Deputados escolhida por João Franco. Aliás, Franco era ele próprio formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Numa outra carta, aproximadamente cinco meses depois da anterior, Chaves de Castro escreve:

> O seu recomendado Joaquim de Morais Sarmento foi hoje aprovado […] e para isto foi preciso converter toda a água do Mondego em água benta. […] O pai […] me procurou e comigo conversou, teve ocasião de ver

[76] Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de José Joaquim Lopes Praça para Teófilo Braga*, 11.12.1893.
[77] Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de Manuel de Oliveira Chaves de Castro para Teófilo Braga comentando a aprendizagem do aluno Joaquim de Morais Sarmento*, 24.03.1896.

> os trabalhos escritos e jurídicos do filho e de apreciá-los […] lhos mostrei, para ele ver o que fazem por cá esses meninos que fora daqui se apresentam Cícero e Papiniano, mas que durante o curso só procuram tolices e bernardices […]. Ele lá passou […] brevemente estará um dos homens mais importantes do nosso país, e se for a concurso dos delegados do procurador régio, aprovam-no.[78]

Nesta última carta chega a tão aguardada notícia da conclusão do curso, embora carregada de ironia quando se refere à conversão da água do rio Mondego em água benta. É evidenciada também a ida de Anselmo Evaristo a Coimbra a propósito de falar sobre o filho e ver os seus «trabalhos escritos jurídicos» que Chaves de Castro lhe mostra, quase com regozijo, para confrontar o progenitor de Joaquim com as provas da boémia estudantil do filho mais novo. «Esses meninos que fora daqui se apresentam Cícero e Papiniano[79], mas que durante o curso só procuram tolices e bernardices», termina ele.

Conclusão

É de salientar que o mediatismo do qual estas irmãs foram protagonistas é incomensurável. A entrada destas quatro mulheres nas esferas da Medicina e Engenharia foi uma novidade chocante.

Foi possível perceber, ao longo da investigação, que o panorama no Ensino Superior do século XIX não facilitou a vida às Morais Sarmento. Era uma sociedade aprisionada nas grilhetas do machismo que ou impedia, por completo, o acesso das mulheres aos estudos universitários, ou lhes impunha barreiras nos temas que poderiam estudar e trabalhar.

No entanto, ao analisar as dissertações finais da turma finalista de Medicina no ano de 1891 é-nos revelado que as ideias começavam a mudar. Quando o colega Ricardo de Lemos e Castro escreve que a infertilidade, muitas vezes, nada tem a ver com a mulher, acaba por afirmar cientificamente que esta não é culpada por todos os males que assombram as famílias.

O facto de Anselmo ter arranjado um empregado da sua confiança para acompanhar as meninas às aulas demonstra que estava consciente da novidade que as suas

[78] Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de Manuel de Oliveira Chaves de Castro para Teófilo Braga criticando o aluno Joaquim de Morais Sarmento*, 03.07.1896.
[79] Referindo-se aos romanos Cícero e Papiniano que, entre muitas outras áreas, se destacaram no exercício das suas funções jurídicas.

descendentes protagonizavam e do perigo que poderiam correr. Daí a necessidade de acompanhamento.

Como foi apontado anteriormente, todas as áreas eram vedadas às mulheres, mas muito mais a Medicina e a Engenharia. Não só por serem áreas consideradas impróprias à delicadeza dos seres femininos, mas essencialmente porque a ideia das mulheres estudarem, terem inteligência e pensamentos próprios lhes parecia inadequado. Aliás, mesmo depois das Morais Sarmento concluírem os seus cursos superiores, as mulheres continuaram a aceder aos estudos muito paulatinamente, com longos períodos onde não figurava um único nome feminino nas turmas. As que acediam eram senhoras com famílias de mentalidades mais abertas e com poder económico e social.

Quanto ao quadro familiar e social há muito a dizer. A influência exercida pela mãe das meninas, D. Rita de Cássia, é desconhecida. Não se sabe nada sobre esta mulher, apenas que se dedicava à educação dos cinco filhos e que morreu cedo. Anselmo editava muitos livros das mais diversas temáticas e tinha muitos conhecimentos em todas as camadas sociais, nomeadamente na área das Letras e do Direito, como se percebe pelas escolhas de padrinhos das suas filhas. Decerto tudo isto se interligou de modo a proporcionar os conhecimentos certos para todas as quatro irmãs se distinguirem com louvores perante o olhar atento do público.

Apesar de no círculo social do pai se destacarem figuras maculinas, as irmãs Morais Sarmento também teriam influências femininas, as amigas. Fazem questão de lhes agradecer aquando elaboram as dedicatórias das suas dissertações finais.

Rita, como se nota ao longo de toda a investigação, é a jovem com menos pormenores relativamente ao seu percurso académico. Sabe-se pouco porque, ao contrário de Medicina, Engenharia não exigia a elaboração de uma dissertação final.

No que ao irmão mais novo, Joaquim, diz respeito, afastou-se para a cidade de Coimbra com o objetivo de estudar Direito. Fê-lo porque no Porto a Faculdade de Direito ainda não existia à época. Seria muito curioso estudar as relações entre ele e as irmãs mais velhas. Era típico dividir a educação dos rapazes da das raparigas mas tudo leva a querer que Anselmo não o tenha feito. As irmãs Morais Sarmento tinham algum protagonismo na imprensa, seria interessante perceber como os colegas de Joaquim reagiam à fama das irmãs do colega de curso.

Vale a pena estudar mais aprofundadamente o quotidiano destas tão ilustres mulheres, que abriram caminhos que, lentamente, foram permitindo que hoje não haja distinção entre o feminino e o masculino quando se acede ao Ensino Superior.

Fontes e Bibliografia

Fontes de Arquivo

Arquivo Distrital de Aveiro — *Registo de Batismo de Anselmo de Moraes Sarmento*, Aveiro, 1847.

Arquivo Distrital do Porto. Registos Paroquiais. Cedofeita. Batismos, 1869, 1870, 1867, 1872.

Arquivo Municipal do Porto. Administração do Bairro Ocidental — Registos de Testamento de Anselmo de Morais Sarmento, Porto, 1900; *Registo de Testamento de Aurélia de Morais Sarmento*, Porto, 1904; *Registo de Testamento de Guilhermina de Morais Sarmento*, Porto, 1906; *Registo de Testamento de Joaquim de Morais Sarmento*, Porto, 1905; *Registo de Testamento de Laurinda de Moraes Sarmento*, Porto, 1929.

Arquivo Regional de Ponta Delgada. Fundo Teófilo Braga — *Carta de Laurinda para Maria do Carmo Xavier Braga*, ca. 1910; *Carta de Laurinda Morais Sarmento de Carvalho para Maria do Carmo Braga*, Outubro de 1910; *Carta de José Joaquim Lopes Praça para Teófilo Braga*, 11.12.1893; *Carta de Manuel de Oliveira Chaves de Castro para Teófilo Braga comentando a aprendizagem do aluno Joaquim de Morais Sarmento*, 24.03.1896.

Fontes Hemerográficas

A Voz Pública. Porto, 1900.

Jornal do Porto. Porto, 1891.

O Tripeiro. Porto, 2002.

Porto Académico. Número único do 1º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-cirúrgica. Porto, 1937.

Fontes Impressas

ANDRADE, José dos Santos — *Patogenia e tratamento da eclampsia puerperal*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.

BEIRÃO, Francisco de Vasconcelos e Carvalho — *Gravidez Ectópica*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891

BRANCO, Camilo Castelo — *Noites de insónia oferecidas a quem não pode dormir*, Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1874.

BRANDÃO, Viriato — *Breve estudo sobre os apertos da uretra*. Porto: Imprensa Nacional, 1891.

CARVALHO, Cipião José de — *Breve estudo sobre as manifestações oculares da sífilis*. Porto: Papelaria e Tipografia Azevedo, 1891

CASTRO, João Leite de — *Breve estudo sobre a etiologia e tratamento das pleurisias purulentas*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.

CASTRO, Ricardo de Lemos — *Breve estudo sobre a etiologia e tratamento da esterilidade da mulher*. Porto: Tipografia Ocidental, 1891.

GARCIA, Francisco da Silva — *O vinho do Porto: história, composição, análise química, aplicações terapêuticas, falsificações e inconvenientes do seu abuso*. Porto: Imprensa Nacional, 1891.

LEMOS, José Maria Pacheco da Silva — *História e Patogénico da dispepsia neurasténica*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.

LEMOS, Manuel Marques de — *Algumas palavras sobre a termometria clínica*. Porto: Tipografia A.F. Vasconcellos, 1891.

MACEDO, Joaquim Pereira de — *Algumas palavras sobre a ciática*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.

MAGALHÃES, José Pinto de Queiroz — *O cancro do corpo tiroideo e a especificidade celular.* Porto: Tipografia Ocidental, 1891.

MOREIRA, Jerónimo — *O hipnotismo e a lei*. Porto: Tipografia Elzeviriana, 1891.

MOURA, José Maria de — *Um capítulo de higiene alimentar*. Porto: Imprensa Internacional, 1891.

NOVAIS, Francisco Xavier de Abreu e Couto Amorim — *A tuberculose e os seus novos meios de tratamento.* Porto: Tipografia Gandra, 1891.

PEREIRA, José Jorge — *Um capítulo de medicina legal — Simulação e dissimulação de doenças na Marinha*. Porto: Tipografia A. F. Vasconcellos, 1891.

PINHAL, Manuel José — *As ténias do homem*. Porto: Imprensa Nacional, 1891.

SARMENTO, Aurélia de Morais — *Higiene da primeira infância*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.

SARMENTO, Guilhermina de Morais — *A dilatação do estômago*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1896.

SARMENTO, Laurinda de Morais — *Breves considerações sobre a higiene do vestuário feminino*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.

VON HAFE, Otto Reiner — *Breves considerações sobre a cistoscopia*. Porto: Tipografia Gandra, 1891.

Bibliografia

BARREIRA, Cecília — *História das Nossas Avós: retrato da burguesa de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

CASANOVA, José Luís — *Estudantes universitários: composição social, representações e valores*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Instituto da Juventude, 1993.

CORREIA, António Mendes — "Morais, Anselmo de". *In Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Vol. XVII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 2005.

FERRAZ, Amélia Assunção Beira Ricón — *A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto: contributo para a história da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2013. (Edições centenário)

Os novos quintanistas da Faculdade de Medicina do Porto. Porto: Faculdade de Medicina, 1927.

PEREIRA, Gaspar Martins — *Famílias Portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Porto: Afrontamento, 1995.

PERROT, Michelle — *Uma História das Mulheres*. Porto: Edições Asa, 2007.

SANTOS, Cândido dos — *A mulher e a Universidade do Porto: a propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*. Porto: Universidade do Porto, 1991.

SANTOS, Cândido dos — *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

SANTOS, Cândido dos — *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto. Fundação Gomes Teixeira. 1996.

CARVALHO, Joana Patrícia Simões – Os Pescadores bacalhoeiros nos anos 60. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 435-479.

Os pescadores bacalhoeiros nos anos 60

Joana Patrícia Simões Carvalho

joana.patricia.97@hotmail.com

Resumo

A pesca do bacalhau desempenhou um papel importante para Portugal e tinha um grande peso na alimentação deste povo. Portanto, não é de admirar que no início do século XX se começasse a organizar esta atividade. Este ensaio pretende abordar e dar a conhecer a vida dos pescadores bacalhoeiros. Devido a constrangimentos de tempo escolheu-se apenas os anos 60, pois marca o início da Guerra Colonial, e a pesca de bacalhau era uma das escapatórias.

Palavras-chave: pesca de bacalhau; Estado Novo; pescadores; aspetos sociais, década de 60, Portugal, Canadá.

Abstract

The cod fishing played an important role for Portugal and had a great weight in the feeding of this people. Therefore, it is not surprising that at the beginning of the twentieth century began to organize this activity. This essay aims to approach and make known the life of fishermen codfish. Due to time constraints, the 1960s were only chosen because it marks the beginning of the Colonial War, and cod fishing was one of the loopholes.

Keywords: cod fishing, Estado Novo, fishers, social aspects, 60's, Portugal, Canada.

Abreviaturas

GANPB - Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

> «Pensando em tantos perigos, nas lutas que trava heroicamente, por cada instantes da sua faina, o pescador ido de Portugal para aqueles mares, senti que cada um deles é herói nessa grande escola de heróis que o mar foi sempre para os portugueses» **(**Jorge Simões, 2007).

Introdução

Com este trabalho pretende-se estudar os pescadores bacalhoeiros nos anos 60. Tenciona-se abordar os homens que participavam na faina maior e que muitas vezes são esquecidos.

É pertinente mencionar que, da bibliografia consultada, apenas um livro contém relatos de pescadores, possuindo a restante, maioritariamente, relatos de capitães. Além disso, a principal fonte primária, as fichas de inscrição do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau[1], que me proponho estudar, não está estudada. A fonte primária utilizada é demasiado extensa, comparativamente com o tempo disponível para realização deste trabalho. Por isso, optei por analisar os dados de apenas um ano. Assim sendo, foram analisados apenas os registos de 1966. Portanto, neste trabalho pretende-se abordar o perfil dos pescadores que participaram na campanha de bacalhau de 1966, a partir dos seus dados pessoais nos registos de inscrição no grémio, e a vida em alto mar durante a década de 60.

Estado da Arte

O livro *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo,* de Aurora Rego, além de tratar aspectos da história da pesca do bacalhau dos dados sobre os homens que nela participavam, possui entrevistas, transcritas na íntegra, que realizou aos pescadores de Vila Praia de Âncora e Caminha[2]. Assim sendo, utilizamos também alguns destes relatos como fonte para estudar os homens que foram à pesca do bacalhau durante os anos 60.

O livro *Heróis do Mar. Viagem à pesca do Bacalhau* foi escrito por um repórter do *Diário da Manhã,* de Lisboa, Jorge Simões, enviado aos mares da Terra Nova e Gronelândia na campanha de 1941, a bordo do navio "Gronelândia" e do "Gil Eanes", durante um cruzeiro de 182 dias, que foi patrocinado pelo GANPB. Este foi o primeiro repórter a aventurar-se nos mares do Norte. Devo salientar que, devido ao facto de ter sido escrito nos anos 40, o texto sofre grande influência das ideologias do Estado Novo. Além disso, em confronto com a restante bibliografia, nota-se que o autor tenta dar, por

[1] A partir de agora utilizarei a abreviatura GANPB.
[2] REGO, Aurora Botão – *Viagens á Terra Nova: Memórias de um Tempo*. Caminha, 2016. p. 119-285.

exemplo, uma perspetiva de que os pescadores viviam em boas condições e possuíam uma boa alimentação[3].

Fontes principais

Como principal fonte de estudo utilizei as fichas de inscrição do GANPB. Devido às limitações de tempo, tivemos que escolher apenas um ano, pois era impossível tratar toda a informação da década de 60. Estas fichas contêm informações como o ano de inscrição, o porto em que se inscreveu, as campanhas que realizou, o navio e a categoria. Além disso possui também informações pessoais como o nome, a idade e a sua naturalidade. Estas são as fontes estudadas.

Ao realizar a recolha dos dados, reparamos que estes não correspondiam com os que estavam presentes na obra de Álvaro Garrido. O historiador Álvaro Garrido, na obra *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, com base nas fontes, *Estatísticas do INE; Estatísticas das Pescas Marinhas…; MMI, Navios enviados à pesca do bacalhau, GANPB, s.d*, aponta que, em 1966, o número de pescadores e tripulantes era 3680[4]. No entanto, nas fichas de inscrição do GANPB publicadas no site do museu, só estão inscritos 733 pescadores e tripulantes, a última vez consultado a 11 de Março de 2018.

Ao analisar a ficha de inscrição do GANPB de Joaquim Carvalho[5], que participou pela primeira vez nesse mesmo ano (1966), reparou-se que na secção dos anos em campanha só constava a campanha de 1966 e a de 1967. Decidiu-se então confrontar estes dados com os presentes na sua cédula marítima[6], sendo que esta dava um total de cinco campanhas realizadas. As cédulas marítimas eram pessoais e, portanto, não se encontram disponíveis em arquivo. Tornou-se necessário procurar no arquivo do Museu Marítimo de Ílhavo se existia alguma fonte com a informação mais completa acerca destes homens, descobrindo que, junto às fichas dos pescadores e tripulantes, eram colocados uns cartões que complementavam a informação[7]. Ao contrário das fichas de inscrição, estes documentos possuem a informação completa sobre todas as campanhas realizadas, contendo também algumas informações sobre

[3] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007 p. 67.
[4] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Lisboa: Temas e Debates, 2010. p. 263.
[5] Anexo 1.
[6] Anexo 3.
[7] Anexo 2.

determinado indivíduo em alto mar, como, por exemplo, se o indivíduo adoeceu ou desertou.

Quanto às fontes hemerográficas, utilizou-se O *Jornal do Pescador,* uma publicação mensal, complementar da *Revista de Marinha,* que foi editada entre 1939-1974 e abordava temáticas relacionadas com a pesca, o mar e os pescadores. Possui ainda testemunhos de capitães, bem como legislação sobre a pesca. Além disso, aborda vários tipos pesca, a pesca local, a pesca da sardinha, a pesca do bacalhau e a pesca no exterior. Utilizou-se também recortes de 2 jornais.

Outra das fontes utilizada foi a entrevista. Para esta entrevista foi elaborado um guião com perguntas ligadas às questões apontadas acima. Ao analisar-se as entrevistas pretendeu-se confrontar com a bibliografia, bem como as entrevistas realizadas por Aurora Rego.

Questões de investigação

A problemática inclui a formulação de questões relacionadas com os aspetos sociais dos pescadores, utilizando como fonte os registos no GANPB, e à vida em alto mar, utilizando as entrevistas como fontes. Assim, com este estudo pretende-se responder às seguintes questões: Como evoluiu a pesca do bacalhau nos anos 60? Que papel desempenhava o Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca de Bacalhau? O que terá encorajado a participação na pesca do bacalhau nos anos 60? Qual o perfil dos tripulantes que participaram na campanha de 1966 (idade; naturalidade e residência; função profissional; estado civil; situação militar)? Como era a vida destes pescadores em alto mar? Como os pescadores interpretavam os papéis sócio-profissionais de cada um? Como estes homens interagiam uns com os outros, existiria espírito de camaradagem? Qual o papel de St. Johns na vida destes pescadores?

Opções técnico-metodológicas:

No decorrer do trabalho foi necessário utilizar métodos de investigação, de modo a alcançar conhecimentos sobre o tema a trabalhar. Assim sendo, passo a mencionar os instrumentos que utilizei para a elaboração deste trabalho.

De modo a entender o que estava já estudado sobre este tema, decidi realizar uma pesquisa bibliográfica utilizando as seguintes palavras-chave: pesca de bacalhau; Estado Novo. Desta pesquisa obtive as seguintes obras: o livro *O Estado Novo e a*

Campanha de Bacalhau, de Álvaro Garrido, *História da Pesca do Bacalhau*, de Mário Moutinho, e *Faina Maior*, de Francisco Marques e Ana Lopes. Além disso, tinha já consultado o livro *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo*, de Aurora Rego. Através destas obras percebi o tipo de metodologia que deveria utilizar neste trabalho.

Quanto às fontes primárias, também se desconhecia o que existia sobre a pesca do bacalhau, então decidiu-se contactar o CIEmar – Ílhavo, onde se encontra a biblioteca e os arquivos guardados no Museu Marítimo de Ílhavo, para saber as fontes que possuía sobre este período. Aí existem vários arquivos disponíveis ao público, entre os quais o do Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca de Bacalhau (1935-1976). No arquivo consultou-se as Actas do Conselho e as Fichas de Inscrição do Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca do Bacalhau (1935-1976), e concluiu-se que para este tema deviam ser utilizadas as fichas de inscrição, pois são a melhor forma para analisar o recrutamento, não tendo sido ainda estudadas.

Após uma breve pesquisa, percebeu-se que, apesar de a pesca do bacalhau estar bastante estudada, não existe nenhum estudo concreto nem trabalhos específicos sobre os homens que participaram nesta atividade durante a década de 60.

Como já referi anteriormente, devido ao tempo reduzido para trabalhar este tema e ao facto de a informação para a década de 60 ser abundante, decidi analisar apenas um ano, 1966. Numa primeira fase, fiz o levantamento da informação presente nas fichas de inscrição do GANPB, privilegiando a informação pessoal como: a idade em que se inscreveram nas respetivas capitanias; a idade com que embarcavam na campanha; se era a primeira campanha; a naturalidade; e a situação militar. Para a recolha destes dados, decidi utilizar como base de dados uma folha de cálculo em *Numbers*. Quanto à análise dos dados, esta será quantitativa.

Outra fonte utilizada foi a entrevista. Foram realizadas entrevistas a dois pescadores que participaram na pesca de bacalhau durante a década de 60.

1. A pesca de bacalhau durante o Estado Novo e o GANPB

Em 1921, apenas 10% do bacalhau produzido era nacional em relação ao consumo do país. O restante era importado e "representava a saída de verbas vultosas"[8]. Nesse mesmo ano, o governo nomeou uma comissão que tinha o objetivo de "estudar e propor um conjunto de medidas que conduzissem ao desenvolvimento da pesca do bacalhau"[9].

Esta comissão tirou as seguintes conclusões: o problema devia ser dividido em duas partes. Expunham-se medidas referentes à iniciativa privada e medidas referentes à iniciativa do Estado. Quanto à primeira, "era necessário que se organizassem empresas comerciais que se dedicassem à pesca de bacalhau"[10] e que promovessem tudo que envolvesse isso, por exemplo o fabrico nacional de barcos, etc.

Quanto à iniciativa do Estado, salientava-se ser preciso "isentar do serviço militar os mancebos que durante três campanhas sucessivas forem à pesca do bacalhau"[11]. A nível de mão-de-obra, facilitava-se a matrícula e atribuíam-se bonificações. Além disso, os trabalhadores ficavam livres do serviço militar para se poderem dedicar à pesca[12].

A 23 de Novembro de 1935, o Estado Novo criou o Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca de Bacalhau através do decreto-lei nº 26 106, sendo "o primeiro organismo corporativo do setor"[13]. Tal como outros grémios "obrigatórios" criados por iniciativa pública, correspondia a uma concepção de corporativismo de Estado. Os grémios dependiam do Governo, tendo um delegado encarregue de "vigiar a vida associativa, de impedir que se desviassem dos seus fins estatutários, de estimular a implantação dos regulamentos corporativos e de impor a colaboração entre 'capital' e 'trabalho' "[14].

Estava previsto no decreto que o Grémio devia: desenvolver e orientar a pesca, a secagem e a venda do bacalhau nacional; facilitar o desenvolvimento desta indústria; criar uma sociedade mútua de seguros; melhorar as condições de vidas nas

[8] MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo".* Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 69.
[9] MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo",* p. 69.
[10] MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo",* p. 70.
[11] MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo",* p. 70.
[12] MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo",* p. 70.
[13] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 170.
[14] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 172.

embarcações; assegurar a proteção contra os acidentes de trabalho e os riscos da profissão[15].

Segundo Álvaro Garrido, estes deviam trabalhar em sintonia com os sindicatos nacionais e com as futuras Casas dos Pescadores de modo a resolver os "problemas do trabalho e da 'previdência social' "[16], deviam trabalhar também "com os organismos de coordenação económica na regulamentação das atividades produtivas ou comerciais que dirigiam"[17].

Em teoria, o Grémio entregava uma lista com a tripulação relativa a cada navio. No entanto, sabe-se que as tripulações pouco mudavam, à excepção da saída de uns pescadores e entrada de outros. Quanto aos salários, estes eram pagos "em conformidade com os termos de um contrato firmado entre os seus representantes e o grémio"[18]. Além do salário, cada pescador recebia os seguintes artigos: um par de botas de borracha até à coxa; lona para coser velas novas para o dóri, um sueste, um kg de tabaco; oito litros de óleo para tratar as rabanas, as velas e os aventais de pesca; seis pares de luvas[19].

Até 1961-1962, verifica-se um aumento quase constante de pescadores. A partir desses anos, inicia-se a desmobilização dos navios de pesca à linha. Entre 1961 e 1967, "o número de homens que vão ao mar decresce na ordem dos 46% e aproxima-se dos valores médios dos últimos anos quarenta, período em que o número de navios enviados aos "bancos" era, porém, substancialmente menor"[20].

Os veleiros possuíam mais mão-de-obra (80%), já os navios de pesca à linha sofrem "uma quebra irrecuperável"[21] a partir dos inícios dos anos 70, descendo a valores sempre inferiores a 70%. Por fim, os arrastões mobilizavam muito menos mão-de-obra do que os navios à linha, "sendo responsáveis pela ligeira quebra da expressão demográfica e social dos ativos da pesca de bacalhau que se regista por meados dos anos sessenta"[22].

Segundo Álvaro Garrido, podemos concluir que, entre 1960 e 1967, há um

[15] *Decreto-lei n.º 26 106.*
[16] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 171.
[17] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 171.
[18] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 369.
[19] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 369.
[20] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 263.
[21] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 263.
[22] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 263.

decréscimo no número de navios, que passam de 6.286 para 3.549.[23]

A atração pelos navios de arrastão, que ofereciam melhores condições, levou a que as remunerações médias por homem da pesca à linha aumentassem de 15,8 contos para 20,6 contos, entre 1956 e 1964. Neste mesmo período, as remunerações dos pescadores dos navios de arrasto "decrescem ligeiramente e acusam mesmo alguma descida em termos reais"[24]. Isto evidencia que o problema da mão-de-obra persistia nos navios de linha, "cuja pesca seletiva o Estado considerava decisiva para aprovisionar o mercado de peixe de tamanhos médios e superiores"[25]. Segundo o autor, a "transformação de navios de linha em arrastões e a paralisação das construções para a pesca com dóris"[26] exerceu influência na diminuição do número de pescadores.

Nas últimas décadas dos anos 60 é evidente nos jornais que a pesca de bacalhau estava a perder o seu fulgor. No jornal *A Capital*, é publicado, a 20 de Agosto de 1968, um texto onde João Sarabando afirma que, apesar de os navios portugueses terem capacidade de encher 433 000 quintais, no mês anterior apenas estavam nos porões 150 000 quintais[27]. Para esta mesma altura, Aurora Rego afirma que o número de primeiras viagens desce, considerando que isto se deveu a dois fatores principais: naufrágios e inutilização de muitas embarcações e da forte emigração para a Europa.

2. A vontade de partir

Além de dura, esta faina tinha uma duração grande, cerca de seis meses. Assim, temos de tentar perceber o que motivava estes homens a partir.

Para Aurora Rego, a partida dos homens do concelho de Caminha devia-se essencialmente a duas necessidades fundamentais: a pobreza da classe piscatória e a fuga ao serviço militar a partir do início da Guerra do Ultramar, em 1961, uma vez que "a pesca do bacalhau, embora arriscada parece aportar, finalmente, um futuro para os mais jovens e um auxílio imprescindível para que os chefes equilibrem a economia familiar"[28]. Já o jornalista Jorge Simões escreveu na sua obra que, entre os relatos que

[23] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 264.
[24] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 265.
[25] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 265.
[26] GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau,* p. 265.
[27] SARABANDO, João – A captura do bacalhau exige dos pescadores penosos sacrifícios. In *A Capital*. Lisboa, 20 de Agosto de 1968.
[28] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo,* p. 18.

ouviu, um homem disse que a ideia que o animou a vir de viagem foi "ser gente, fazer a sua casa"[29].

Ambos os entrevistados para este trabalho, quando questionados sobre o(s) motivo(s) que os levaram a inscrever-se na pesca do bacalhau, ambos disseram que se inscreveram para não prestar serviço militar.

> […] como o meu pai era pescador, eu decidi escrever-lhe para pedir para me levar para a beira dele, para fugir à tropa[30].

Como já referi anteriormente, na altura, muitos jovens tentaram escapar ao recrutamento militar sobretudo através da emigração "a salto", já outros auto-infligiam, de modo a serem considerados inválidos. Além disso, há que salientar que, apesar de ser um trabalho duro, esta actividade fornecia mais estabilidade financeira, uma vez que era mais bem paga em relação a outros ofícios.

Antes de embarcarem para a pesca de bacalhau, os pescadores deviam integrar a Escola de Pesca. No entanto, um dos entrevistados não integrou a escola, recorrendo antes a familiares que estavam na pesca:

> […] decidi pedir à mulher de um tio meu, que andava no David Melgueiro, […], para ver se ele também me levava para lá […] Essa minha tia escreveu ao homem, e ele pediu ao capitão, que era o capitão Gilberto Morgado, para ver se me levava para lá, e o Gilberto Morgado como era muito amigo desse meu tio, disse que sim, inscreveu-me na SNAB[…][31].

Já o outro entrevistado, Celestino Carvalho, afirma que foi o pai dele que o inscreveu na Escola de Pesca[32]. Esta situação de não ter sido aluno na Escola de Pesca também aparece nos relatos recolhidos por Aurora Rego[33], em que, tal como Joaquim Carvalho, os pescadores recorreram a um familiar ou amigo para ingressar na pesca. O facto de Joaquim Carvalho não ter ingressado na Escola de Pesca levou-me a questionar se encontrou algum problema ao matricular-se. Este disse que não, apenas que após fazer a inscrição devia ter ido "ao banho"[34] e que este não sabia nadar.

[29] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*, p. 55.
[30] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[31] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[32] Entrevista a Celestino Carvalho, 2018 Cf. Anexo 5.
[33] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo, p. 130, 157, 185, 220, 236, 243*.
[34] Expressão utilizada que significa nadar.

> Eles não me puseram nenhum problema, só que fiz a inscrição e depois tinha que se ir lá porque tinha que ir ao banho, para saber se sabia nadar, e eu fui para a pesca do bacalhau e não sei nadar, é curioso, eu fui para a pesca de bacalhau e não sei nadar, só que quando eu fui para ir lá, naquele dia marcado que tinha que ir ao mar, ao banho, chovia muito, e então, o senhor que esta na capitania virou-se para mim e disse "Ó meu menino isto está tanta chuva, tanta chuva, tu sabes nadar" "Sei, sim senhora", menti. Passamos ali um bocado de tempo e voltamos para dentro outra vez e passaram a coisa como se fosse certa[35].

3. O perfil dos associados inscritos no GANPB no ano de 1966

3.1. Idades

Tabela 1. Grupos etários

Idades	Nº de inscritos	%
< 18	102	13,92
19 —29	425	57,98
30 — 39	33	4,50
40 — 49	98	13,37
50 — 59	64	8,73
60 <	10	1,36
Indeterminado	1	0,14
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Como podemos observar na tabela 1, a maior parte dos inscritos era jovem. Cerca de 70% dos inscritos estava entre os 18 e os 29 anos, o que demonstra uma adesão das camadas jovens à campanha de pesca do bacalhau. Assim sendo, podemos considerar válida a ideia de que muitos destes jovens se inscreveram neste ano para escapar ao serviço militar.

[35] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.

3.2. Naturalidades e residência

Tabela 2. Naturalidade (por distritos)

Naturalidade	Nº de inscritos	%
Bragança	1	0,14
Cabo Verde	1	0,14
Castelo Branco	1	0,14
Portalegre	1	0,14
Guarda	2	0,27
Santarém	2	0,27
Viseu	2	0,27
Vila Real	3	0,41
Indeterminado	4	0,55
Açores	6	0,82
Braga	11	15,01
Setúbal	16	2,18
Lisboa	20	2,73
Viana do Castelo	32	6,00
Faro	47	6,41
Leiria	65	8,87
Coimbra	116	15,83
Porto	140	19,10
Aveiro	263	35,88
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Tabela 3. Residência (por distritos)

Residência	Nº de inscritos	%
Guarda	1	0,14
Vila Real	1	0,14
Santarém	2	0,27
Açores	6	0,82
Braga	10	1,36
Setúbal	23	3,14
Lisboa	25	3,41
Viana do Castelo	30	4,09
Indeterminado	38	5,18
Faro	40	4,80
Leiria	59	8,05
Coimbra	112	15,28
Porto	133	18,14
Aveiro	253	34,2
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Quanto à naturalidade e residência, reparamos numa prevalência das zonas costeiras, não invalidando a presença de homens vindos de concelhos como Vila Real e Guarda. Podemos observar que o distrito que mais sobressai em termos de naturalidade e residência é Aveiro, com 35,08% e 34,2%, respetivamente. Devemos salientar que a maioria dos inscritos deste distrito vivia em Ílhavo. Segue-se como segundo distrito com mais inscritos o distrito do Porto, sendo naturais 19,10% dos inscritos e 18,14% residentes, destacando-se os concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde. Outro distrito que sobressai é Coimbra, de onde eram naturais 116 inscritos e 112 residentes, do qual se destaca o concelho de Mira.

3.3. Estado civil

Tabela 4. Estado Civil

Estado Civil	Nº de inscritos	%
Amancebado	4	0.55
Casado	144	19.65
Separado	1	0.14
Solteiro	142	19.37
Indeterminado	442	60.30
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Quanto ao estado civil, notamos que a maioria é indeterminado, cerca de 60%. É também visível que o número de homens casados ou amancebados e de homens solteiros é muito próximo, 148 e 142, respetivamente.

3.4. Situação militar

Tabela 5. Situação militar

Situação militar	Nº de inscritos	%
Foi Militar	251	34,24
Não foi militar	126	17,19
Indeterminado	356	48,57
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

A situação militar foi outro aspeto que interessou para o estudo. Em 1961 iniciou-se a Guerra Colonial, que conduziu ao recrutamento da maioria da população

masculina jovem e, consequentemente, à fuga ao serviço militar obrigatório por parte de alguns. Podemos concluir que quase 50% dos homens não tinha situação militar determinada. Numa análise mais qualitativa, estes são sobretudo jovens que nasceram na década de 40 e, portanto, estariam aptos para o serviço militar. O número de homens que foram militares, 251, ocupava, sobretudo, categorias profissionais como capitão e piloto.

3.5. Categoria profissional

Tabela 6. Categoria Profissional

Categoria Profissional	Nº de inscritos	%
Indeterminado	1	0,14
Chefe de Salga	1	0,14
Médico	1	0,14
Praticante de piloto	1	0,14
Maduro/verde	1	0,14
1º maquinista	3	0,41
Ajudante de cozinheiro	3	0,41
Radiotelegrafista	3	0,41
3º maquinista	4	0,55
Especial	4	0,55
Imediato	5	0,68
Maduro	5	0,68
Redeiro	6	0,82
Salgador	8	1,09
Capitão	10	1,36
2º motorista	11	1,50
3º motorista	11	1,50
Eletricista	11	1,50
Piloto	11	1,50

Categoria Profissional	Nº de inscritos	%
1º motorista	12	1,64
Cozinheiro	12	1,64
Enfermeiro	12	1,64
1ª linha	13	1,77
Contramestre	13	1,77
3ª linha	14	1,91
Escalador	19	2,59
Criado	26	3,55
2ª linha	37	5,05
Ajudante de motorista	37	5,05
Moço	74	10,10
Verde	364	49,66
Total	733	100%

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Por fim, quanto às categorias profissionais, as características desta faina conduziam a que, para o bom funcionamento do navio, fosse necessário uma rigorosa organização do trabalho, bem estruturada e hierarquizada.

A maior parte dos homens inscritos em 1966 eram pescadores, cerca de 64%. Por sua vez, os pescadores eram divididos em várias categorias. Os iniciantes na faina eram os "verdes", e na campanha de 1966 eram 364. Já os que tinham realizado mais que uma viagem eram tratados por "maduros", eram 6. Já os "especiais" eram 4 e os de "primeira linha" eram 13, a que se seguiam os de "segunda e terceira linha", respetivamente 37 e 14, sendo escolhidos por serem os mais experientes e que rendiam mais[36]. Existia também o "redeiro", 6; o "salgador", 9; o "escalador", 19; e o "troteiro" (este, apesar de ser mencionado na bibliografia e nas fontes orais, não o é nesta fonte).

[36] AMORIM, Inês – "As pescas". In MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) - *História do Trabalho e das Ocupações*. Oeiras: Celta Editora, 2001. Vol. II. p. 139

Passamos então para os tripulantes dos navios que, apesar de não serem pescadores, desempenhavam também um papel fundamental na vida em alto mar. Começamos pelos o "moços", com 74 inscritos. Esta categoria, ausente na bibliografia, fazia limpezas dentro da embarcação e vigia[37]. Seguiam-se os motoristas, que eram 71, também divididos em primeiro, segundo e terceiro, como os pescadores de linha. Esta categoria também se encontra ausente na bibliografia e não foi abordada nas fontes orais. Estavam também inscritos 26 como criados, 15 como cozinheiros, 13 como contramestres, 12 como enfermeiros, 11 como eletricistas, 7 como maquinistas, 3 como radiotelegrafista e 1 como médico.

Por fim, a hierarquia superior era composta pelo capitão, o piloto e o imediato, correspondendo a 10, 12 e 5 inscritos, respetivamente.

Passamos a elencar o que competia a cada categoria profissional durante a faina maior. Os capitães eram "homens de grande experiência e domínio de técnicas de navegação"[38]. Quando se encontrava no pesqueiro, competia ao capitão "estudar o melhor lugar para fundear o barco e realizar a pesca"[39]. Além disso, este tinha que mostrar uma posição de superioridade para manter a sua autoridade e a disciplina a bordo.

Os imediatos não pescavam mas eram "conhecedores de manobras de navegação em alto mar"[40]. O imediato tinha de trabalhar "em consonância com o capitão, podendo substituí-lo em situações de emergência"[41]. O imediato transmitia à restante tripulação as ordens e instruções que recebia do capitão.

O piloto destas embarcações recebia ordens do capitão para "atender as fragatas fornecedoras dos bens de equipamento a embarcar e verificar toda a lista de requisições de abastecimento para os homens […] assim como para a pesca e navegação"[42]. No pesqueiro, competia-lhe "zelar pela gestão da limpeza e organização do convés a fim de assegurar a recepção do peixe"[43].

Dentro de algumas embarcações eram também colocados médicos e enfermeiros.

[37] Entrevista a Celestino Carvalho, 2018 Cf. Anexo 5.
[38] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 130.
[39] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 128.
[40] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 131.
[41] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 132.
[42] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 143.
[43] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 143.

Ao cozinheiro competia fazer uma boa racionalização dos mantimentos para a campanha toda. O cozinheiro contava com ajudantes auxiliares.

O cargo de eletricista está ligado à operacionalidade e manutenção dos aparelhos e circuitos elétricos dos navios e equipamentos instalados no interior de um navio, Como tal, compreende-se que a inclusão no setor das pescas se fizesse "à medida que as técnicas de pesca e construção naval o exigiam"[44].

Os maquinistas estavam divididos em 3 subcategorias. Para alcançar este cargo era necessário a obtenção da carta de maquinista, que se obtinha na Escola Náutica.

O contramestre recebia este posto devido à sua experiência, acumulada nas sucessivas campanhas de pesca em que tinha participado. Era ele que mandava nos outros pescadores, mas também trabalhava com estes. Nos navios de pesca à linha, este pescador podia escolher o seu dóri, ao contrário dos seus colegas. Segundo Joaquim Carvalho, no arrastão a sua responsabilidade era mais no convés.

O troteiro degolava o bacalhau e abria-o tirando-lhe as vísceras. Havia ainda um quebra-cabeças que partia a cabeça ao bacalhau. A seguir passava para o escalador que retirava a espinha. O bacalhau descia por uma caneja até ao porão, passando para o salgador. Aí era deitado o sal e era acamado. Cada um destes setores tinha um responsável: o mestre. Todos estes serviços eram feitos "durante horas, apesar do frio, do balanço do barco, da chuva, da agitação do mar, numa constante prova de esforço que exigia estratégias para aguentar a dureza do trabalho. Cantava-se, fumava-se, bebia-se café, ou ainda, prémio merecido, aguardente que ajudava a aquecer os pés, quase sempre metidos em água"[45]. Por fim, o redeiro tinha, durante a viagem até ao pesqueiro, que preparar as redes.

Por pura coincidência, quando questionados sobre as categorias profissionais que desempenharam, ambos os entrevistados referiram que foram timoneiros. No entanto, esta profissão não se encontra presente nem na bibliografia consultada, nem no GANPB. Assim sendo, leva-nos a especular que esta categoria não era reconhecida no GANPB. Concluiu-se que o timoneiro era um homem escolhido entre os pescadores pelo capitão, que ficava encarregue do leme e tinham que aprender a tirar posições[46]. O horário destes era mais folgado, uma vez que trabalhavam de seis em seis horas.

[44]AMORIM, Inês – "As pescas". p. 152.
[45]AMORIM, Inês – "As pescas". p. 155.
[46] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4. e Entrevista a Celestino Carvalho, 2018 Cf. Anexo 5.

4. A vida em alto mar

Normalmente, a partida para a campanha de pesca de bacalhau ocorria entre Março e Maio e os pescadores e tripulantes só regressavam cinco a seis meses depois, "dependendo muito da abundância do pescado e da boa sorte em encontrar pesqueiros certos"[47].

A campanha da pesca do bacalhau iniciava-se com a bênção dos lugres bacalhoeiros, ainda realizada na década de 60[48], presidida por altas individualidades, descrito por Jorge Simões como um "cenário de majestade e grandeza"[49]. Esta cerimónia de partida é comparada com a partida para os Descobrimentos no século XV, como podemos observar pela seguinte frase: "festa de carácter religioso e marítimo, junto ao rio de onde saíram naus quinhentistas, coalhado de barcos ansiosos por largar, próximo do mar, tendo por fundo do altar uma vela e uma cruz de Cristo, como a dos Descobrimentos"[50]. Considerava-se que a partida destes homens para a pesca do bacalhau se assemelhava às partidas realizadas em outros séculos, afirmando que estes pescadores tinham "o mesmo espírito de audácia, a mesma luminosa fé cristã"[51].

Devido à escassez de peixe na Terra Nova, os pescadores portugueses passaram a procurar este peixe na Gronelândia. Durante a II Guerra Mundial, os portugueses eram os únicos a pescar nos bancos da Gronelândia, mas mal a guerra acabou aparecerem navios de outras nacionalidades. Foi por esta mesma altura que se começou a desenvolver a pesca por navios arrastões.

Quanto a mantimentos, Alan Villiers diz que as reservas "eram enormes"[52]. Estas eram: barris de vinho e aguardente, pipas de azeitonas e azeite, leguminosas, açúcar e farinha, pés de porco salgados, carne de vaca argentina, comida enlatada, banha de porco, cereais e tubérculos. As câmaras frigorificas levavam também comida fresca. Havia ainda um compartimento com produtos médicos.

Outro aspeto que decidi abordar foi a alimentação destes homens. A alimentação era um factor importante, pois estes homens trabalhavam um grande número de horas seguidas e lidavam com temperaturas baixas, o que fazia com que ficassem rapidamente desgastados e, consequentemente, necessitassem de ingerir calorias. A comida servida

[47] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo*, p. 32.
[48] *Jornal do pescador*. Lisboa, 1960-1969.
[49] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*, p. 41.
[50] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*, p. 44.
[51] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*, p. 44.
[52] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau*, p. 88.

aos pescadores não era de boa qualidade. No livro de Aurora Rego, um maquinista afirma que para o pescador "que era quem trabalhava"[53] a comida não era tão boa como a que era servida àqueles que frequentavam a ré do navio, ou seja, ao capitão, piloto, imediato, maquinistas, motorista, médicos e enfermeiros. Normalmente, era dado ao pescador peixe e carne que vinham da América Latina. Para reforçar a sua alimentação, os pescadores faziam *panelacas,* um petisco feito com arroz e com carne de pássaros, normalmente pombaletes, cagarras e gaivinas, que voavam junto à embarcação e os pescadores, utilizando um isco, apanhavam.

Após a partida do porto, os dóris eram distribuídos por cada homem. Após o sorteio dos dóris, a tripulação era dividida. Segundo Alan Villiers, na sua viagem a bordo do lugre *"Argus",* ficaram os açorianos a bombordo sob a orientação do imediato, e os continentais a estibordo sob a orientação do piloto. Esta divisão não significava qualquer disputa entre uns e outros, pois "todos viviam como melhores amigos"[54], tratando-se apenas "de uma forma de organizar o navio"[55]. No entanto, no rancho (divisão onde os pescadores viviam, dormiam), não existia essa divisão.

Para Alan Viliers, parecia estranho que, "na suposta era da energia atómica, ainda fosse possível encontrar homens dispostos a arriscar a vida num ofício aparentemente tão frágil e ínfimo"[56], uma vez que os dóris eram embarcações simples sem nenhuns apretechos.

Durante a travessia do Atlântico, cada homem preparava o seu dóri e apetrechava-o utilizando madeira (especialmente eucalipto). Além disso, ficavam encarregues de o pintar e arranjar. Segundo Alan Villers, "todos os homens eram carpinteiros, mas não havia nem uma oficina de carpinteiro a bordo"[57].

Na primeira largada ao mar, os pescadores apareciam no convés "com luvas de lã grossa enfiadas nas mãos, com roupas oleadas vestidas, nos "fokins" o peixe frito, o pão e a tralha toda, desde o tabaco, em cigarros cuidadosamente enrolados, até às linhas de pesca e aos anzóis"[58]. Antes da largada, era distribuído pela campanha o "mata-bicho".

[53] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo,* p. 133.
[54] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 88.
[55] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 89.
[56] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 50.
[57] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 89.
[58] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 57.

A bibliografia é consensual sobre a hora em os pescadores dos navios à linha acordavam para iniciar a faina. Toda a gente era acordada às 4 da madrugada. Tomavam o pequeno-almoço, cada pescador recebia "a sua porção de isca para os anzóis"[59] e, poucos minutos após as 5, o capitão mandava arriar à água os dóris. Eduardo Lopes recorda que os pescadores "içaram as velas minúsculas e afastaram-se, à procura de fundos próprios com o mar ainda agitado e debaixo de uma chuva miúda e gélida"[60]. Os dóris suportavam "condições de mar extremamente duras e transportam cargas de peixe que chegam aos 500 kg".

Na Terra Nova, os pescadores iniciavam um duro trabalho. A pesca em dóris era, sem dúvida a mais perigosa, pois os pescadores ficavam afastados algumas milhas do lugre, "desde que eram lançados às águas a partir das 4 horas da manhã, ficavam entregues à sua sorte"[61], sendo a luta pela sobrevivência uma constante para estes que tinham de lidar com os elementos da natureza, bem como com visitas imprevistas de baleias e tubarões.

A partir da campanha de 1937, as condições de trabalho e, em particular, a forma de cálculo dos salários dos pescadores "passou a ser fixada, unilateralmente pelo Grémio, rectificada por um outro organismo corporativo, a Casa dos Pescadores. O salário constava de uma parte fixa e outra parte percentual. As soldas fixas eram pagas metade no momento e a outra metade nas 24 horas que precediam ao embarque"[62].

Sobre os horários de trabalho, nas fontes orais analisadas, os pescadores falam muitas das vezes em horários duríssimos. Na obra de Aurora Rego, um pescador afirma que, antes do 25 de Abril, chegou a trabalhar 36 horas seguidas[63]. Também Joaquim Carvalho fala na entrevista que, antes de passar a timoneiro[64], trabalhava entre 12 a 18 horas. Nos navios de arrastão a tripulação trabalhava por quartos, o que, segundo João Sarabando, fazia com que a pesca rendesse mais[65]. Joaquim Carvalho, na entrevista, relatou como era o horário durante a faina: pegava-se à meia-noite e trabalhava-se até às

[59] LOPES, Eduardo – *Os pescadores de dori*, p. 22.
[60] LOPES, Eduardo – *Os pescadores de dori*, p. 22.
[61] REGO, Aurora Botão – *Viagens á Terra Nova: Memórias de um Tempo*, p. 39.
[62] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 140.
[63] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo*, p. 122.
[64] Esta categoria profissional será abordada mais para a frente deste trabalho
[65] SARABANDO, João — A captura do bacalhau exige dos pescadores penosos sacrifícios. In *A Capital*. Lisboa, 20 de Agosto de 1968.

6 da manhã, era servida a chora[66], parando meia hora, a seguir trabalhavam até ao meio dia, paravam para comer, lavar-se e iam descansar, e voltavam a levantar-se às 18 horas.

Quanto ao comportamento, este ficava marcado na cédula marítima do pescador[67]. Caso fosse classificado como mau, dificilmente embarcaria em viagens seguintes. As irregularidades eram sujeitas a punição pelos capitães dos navios, ou pelo comandante do navio Gil Eanes e, às vezes, pelo cônsul português em St. John's. As sanções passavam por perder dias de solda fixa, dias de prisão ou suspensão de embarque temporária ou definitiva.

Não podemos falar sobre a vida em alto mar sem nos vir à cabeça o navio hospital Gil Eanes. Este navio era o único com capacidade de assistir os tripulantes nos mares da Terra Nova, sendo inclusive utilizado por estrangeiros. No *Jornal do Pescador*, enaltece-se muito este navio. Inclusivamente, numa entrevista aos capitães dos arrastões bacalhoeiros, é questionado ao capitão Manuel Gonçalves Viana se existia algum navio melhor que o Gil Eanes. Esta questão vem de uma outra sobre se na última campanha o mesmo capitão se deparara com barcos novos de outros países, tendo este respondido que chegou a ver dois barcos britânicos, chamados de navios-fábricas, por serem navios onde se fabricava de tudo (filetes, farinha, óleo). Isto dá-nos a entender que para o Estado era importante ter um navio que mostrasse a sua grandeza, e este era nem mais nem menos o Gil Eanes[68]. O *Jornal do Pescador* tinha também uma rubrica onde escreviam os médicos que viajavam a bordo deste navio, designada *A assistência médica ao pescador bacalhoeiro*. O navio andava pelos bancos e, quando alguém estava doente, era-lhes comunicado e o doente levado até lá num bote a remos. Os pescadores só recorriam ao navio-hospital caso fosse grave, as coisas pequenas eram tratadas pelo médico ou enfermeiro que ia a bordo da embarcação bacalhoeira[69].

4.1 As relações sócio-profissionais

Quanto às relações sócio-profissionais, o capitão era o topo da hierarquia e, portanto, os pescadores deviam obedecer-lhe. Num navio com muitos homens o capitão era obrigado a ter pulso firme. Nesta época, era constante o capitão, ao mínimo

[66] Tratava-se de uma sopa feita com peixe.
[67] Anexo 3.
[68] Conversando com os capitães dos arrastões bacalhoeiros, quase na hora da largada para os bancos da Terra Nova e da Gronelândia. SARABANDO, João — A captura do bacalhau exige dos pescadores penosos sacrifícios. *Jornal do Pescador*. Lisboa, Março de 1961, p. 17.
[69] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.

desacato, ameaçar que mal a embarcação atracasse em Lisboa, os pescadores iam logo para a Guerra Colonial[70].

Na bibliografia consultada é mencionado o facto de os pescadores verem os maquinistas com alguma desconfiança, uma vez que não conviviam com a restante tripulação e auferiam um rendimento extra sobre o óleo de fígado de bacalhau[71]. No entanto, através dos relatos recolhidos e consultados no livro de Aurora Rego, pode-se concluir que, na década de 60, os pescadores apesar de pouco conviverem com eles, não os viam com desconfiança. Aliás, segundo Joaquim Carvalho, recorriam muitas vezes a eles, que lhes arranjavam gasóleo para fazer "panelacas"[72].

Segundo a historiadora Inês Amorim, tanto o capitão como o grémio tentavam recrutar a tripulação de modo a "impedir a constituição, a bordo, de fortes grupos de solidariedade e interação, de cariz local ou regional, e impedir qualquer gesto de mínima rebelião às suas ordens"[73], mas na prática isto acabava por não acontecer.

De facto, nas fontes analisadas para a realização deste trabalho, a maioria dos pescadores era colocada nas mesmas embarcações que familiares ou amigos. Isto porque recorriam a estes, que já andavam na pesca, para os levar e desse modo escapar à Guerra Colonial. Foi este o caso de Joaquim Carvalho que tinha o pai e tios na pesca e decidiu recorrer a eles. Na entrevista, conta que foi o tio, que andava no arrastão David Melgueiro, que falou com o capitão, Gilberto Morgado, que lhe deu uma resposta positiva e o inscreveu na SNAB[74]

Por fim, o facto de estes homens passarem cerca de 6 meses em alto mar dentro de um navio, levou a questionar se existiria espírito de camaradagem. De maneira geral, existia espírito de camaradagem, estes homens, além de cuidarem uns dos outros, eram como uma família. Verificou que eram geralmente camaradas, "auxiliando-se mutuamente"[75], mas existiam também aqueles que "destoavam do conjunto"[76]. No entanto, isto não impedia que, de vez em quando, houvesse algum tipo de confusão, mas que rapidamente era resolvida pelo capitão.

[70] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[71] AMORIM, Inês – "As pescas". p. 157.
[72] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[73]AMORIM, Inês – "As pescas". p. 141.
[74] Abreviatura para Sociedade Nacional do Armadores de Bacalhau.
[75] LOPES, Eduardo – *Os pescadores de dori*, p. 19.
[76] LOPES, Eduardo – *Os pescadores de dori*, p. 20.

4.2 Adversidades

Durante a sua estadia em alto mar, o pescador tinha que lidar com adversidades de foro geo-climático e outras, como o nevoeiro, a presença de baleias[77], os ciclones e o gelo. O maior inimigo dos pescadores era a névoa que, no entanto, não os detinha de ir à pesca, mesmo tendo consciência que podiam ficar perdidos durante dias, e de conhecerem histórias sobre pescadores que foram encontrados mortos no dóri e outros que com os remos e a vela conseguiram chegar a portos canadianos.

Jorge Simões diz na sua obra que, à conta da névoa, um pescador se perdeu e só foi encontrado, por acaso, por outro navio português. Quando o pobre pescador recuperou os sentidos pedia que lhe dessem um par de remos que ia para a sua terra[78]. Já Eduardo Lopes relembra na sua obra uma memória sobre um homem que se perdeu no banco. Quando apareceu junto à embarcação, o pescador foi auxiliado, mas com dificuldade, pois, segundo o autor, "o homem tremia, devido ao frio e ao medo. Um medo angustioso que decerto os torturara durante as horas passadas, e cuja lembrança o fazia ainda gerar os maxilares, com uma força espasmódica, que lhe vincava fortemente os traços do rosto lívido e molhado"[79]. Ao lembrar de um incêndio numa embarcação, Jorge Simões escreve o seguinte:

> em complemento e para aumentar a tragédia, o mar negro, violento, forte, sempre agitado, erguendo castelos e abismos de água e espuma. A finalizar um navio que se perde, e trinta e seis náufragos, trinta e seis portugueses, que ficam abandonados durante horas, em onze dorys pequenos[80].

Outro medo, este pouco conhecido, era o das baleias. O autor relata o encontro entre um pescador açoriano e uma baleia que se emaranhou nas linhas de pesca e veio à superfície "praticamente debaixo da embarcação, agitando-se quase ao ponto de a virar e deitando fora parte do equipamento", depois foi se arrastando levando consigo o trol e consequentemente todo o bacalhau, tendo depois recuperado o que conseguiu do trol e todo o equipamento que flutuava. As colisões entre dóris e baleias eram recorrentes.

Os ciclones também assustavam os pescadores portugueses. Este fenómeno afetava tanto os navios de pesca à linha como os navios de arrasto. Estes são mencionados tanto nos relatos orais como no *Jornal do Pescador* e no *A Capital*. São

[77] No caso dos pescadores lançados ao mar nos seu dóris.
[78] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 110.
[79]LOPES, Eduardo - *Os pescadores de dori,* p. 44.
[80]SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 103.

vários os relatos em entrevistas, publicadas no *Jornal do Pescador*, sobre o medo de ciclones. Segundo Joaquim Carvalho, quando havia ciclones graves, o Canadá avisava através de código morse e, se o navio estivesse perto do porto, refugiavam-se lá, se fossem só umas "brizazitas", o navio era colocado em capa "e navegava para regiões mais calmas"[81] e não pescava[82].

O gelo era outro factor geo-climático que podia afetar a navegação, sendo que numa das entrevistas, Joaquim Carvalho conta que devido ao gelo as portas do navio de arrasto fizeram ricochete e furaram o porão[83]. Os graus negativos com que estes pescadores tinham que lidar eram outro flagelo. As temperaturas negativas levavam a que as mãos destes homens gretassem, causando feridas.

4.3 O papel de St. Johns na vida destes pescadores

O porto de St. Johns teve um papel importante na vida destes pescadores, mas não era o único porto onde os navios portugueses atracavam, uma vez que também paravam na Noruega. Com a chegada dos portugueses, a baía enchia-se de embarcações e eram constantes os trabalhos de carga e descarga. Em St. John's, os navios abasteciam-se com mantimentos, isco e combustível[84].

Eduardo Lopes, na sua obra, considera St. John's como um dos melhores portos de abrigo, graças à sua configuração única. Além disso, afirma que pela sua barra só passava um navio de cada vez. A paragem neste porto servia muitas vezes para familiares que estavam em diferentes navios se encontrarem.

Em St. John's juntavam-se, segundo Allan Villers, cerca de 1000 pescadores. Este porto era um lugar para os pescadores "esticarem as pernas", depois de várias semanas em alto-mar, num espaço confinado. Os pescadores aproveitavam para passear e "conviver e beber uma cerveja"[85] em bares, como o Borings. Havia também quem aproveitasse para dançar, aliás são vários os relatos no livro de Aurora Rego sobre os bailes[86]. Os pescadores também visitavam a Casa dos Pescadores construída nesse porto, onde aproveitavam para conviver, mas, muitas das vezes, também para tomar

[81] SARABANDO, João – "A captura do bacalhau exige dos pescadores penosos sacrifícios". *A Capital*. Lisboa, 20 de Agosto de 1968.
[82] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[83] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[84] REGO, Aurora Botão – *Viagens á Terra Nova: Memórias de um Tempo*, p. 119, 184, 186.
[85] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[86] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo*, p. 191.

banho[87]. O regime pretendia que esta fosse um "prolongamento da Obra Social do Estado Novo no campo da pesca"[88]. Na sua edição de Dezembro de 1962, o *Jornal do Pescador*, mostra as instalações que a Casa dos Pescadores possuía, como um salão de convívio, balneários, uma sala para os oficiais e ainda dois gabinetes médicos a que o pescador podia recorrer na ausência do Gil Eanes. Há também relatos de homens que aproveitavam esta paragem para lavar a sua roupa[89]. Segundo Alan Villiers, em St. John's, sempre que o clima permitia, aproveitavam para ir em grupos até aos ribeiros mais próximos "levando consigo a roupa suja para lavar, batendo-a contra as rochas, já que nos lugres não havia água doce disponível para esse efeito"[90]. Outros preferiam ficar pelos cais.

Segundo Jorge Simões, a cidade parecia "regida por uma grande central mecânica em que os propulsores se movimentam sempre com ritmo igual"[91]. O mesmo autor compara, na sua obra Lisboa a St. Johns caraterizando a primeira como uma cidade "luminosa e clara"[92] e a segunda "cinzenta e negra", pois possuem um clima muito diferente.

Havia uma grande diferença de mentalidades entre estes dois países. Podemos comprovar isto através da crítica feita por Jorge Simões às "misses", desde a sua estrutura física até ao vestuário, bem como "farpas" que lhes dirige ao decorrer do texto como a seguinte frase acerca a descrição da cidade "negra do fumo dos caloríficos, do pó de carvão do porto e, talvez, dos cigarros da "misses" loiras que passeiam nas suas ruas"[93].

Jorge Simões também faz comparações relativas ao custo de vida entre ambos os países. Segundo este, os estabelecimentos possuíam variados artigos e os preços equiparavam-se aos de Lisboa. Apenas os restaurantes e cervejarias, salvo raríssimas excepções podem considerar-se inferiores.

Quando questionado sobre as principais diferenças entre os portos canadianos e Portugal, Joaquim Carvalho referiu a modernidade que se via lá:

[87] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo,* p. 194.
[88] "Pescadores Bacalhoeiros em S. João da Terra Nova". *Jornal do Pescador*, Dezembro de 1962, p. 49.
[89] REGO, Aurora Botão – *Viagens à Terra Nova: Memórias de um Tempo,* p. 188.
[90] VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau,* p. 107.
[91] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 156.
[92] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 158.
[93] SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau,* p. 160.

> Lá era outra história. Vestiam-se e andavam muito melhor que nós. Enquanto aqui era uma miséria lá não. Já havia escadas rolantes, as vezes íamos lá só para andar nas escadas rolantes, subíamos numa descíamos noutra[94].

Era através deste porto que os pescadores recebiam e trocavam correspondência com a família. Esta chegava, sobretudo, através de cartas, uma vez que o envio de telegramas era caro. Isto levava a que o telegrama apenas fosse utilizado para transmitir informações rápidas, como um falecimento ou um nascimento.

A bibliografia menciona que os pescadores recebiam as cartas através de St. John's ou do navio hospital Gil Eanes[95]. Na sua tese, Nuno Costa apurou, através da entrevista a duas mulheres de pescadores, uma cujo homem participou num navio de arrastão e outra cujo marido participou num navio de pesca à linha, que em ambos os casos as cartas eram enviadas ao correspondente da empresa em St. John's que só enviava as cartas quando um navio ia a terra.

Nas entrevistas constatou-se que a troca de correspondência também era feita quando algum navio que estava na faina parasse no porto. O primeiro navio que parasse no porto recolhia as cartas e enviava as que lhes haviam sido entregues, ou trazia as cartas que lá havia. Depois os pescadores dos diferentes navios metiam-se em botes e iam buscar[96].

Conclusão

Em suma, na década de 60, um dos motivos que levou estes homens a participar nas campanhas de bacalhau foi a Guerra Colonial. A grande maioria dos pescadores e tripulantes inscritos, em 1966, era jovem (mais de 70% com idades até 29 anos), natural de e residente nos distritos de Aveiro, Porto e Coimbra.

Com este estudo também se procurou perceber, através dos testemunhos orais e das entrevistas transcritas no livro de Aurora Rego, como era a vida em alto mar. Concluímos que esta faina era dura, mas que era uma melhor hipótese do que a guerra.

Quanto às relações sócio-profissionais, os testemunhos estudados dão uma visão diferente da bibliografia acerca da relação entre os pescadores e os maquinistas,

[94] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.
[95] Entrevista a Celestino Carvalho, 2018 Cf. Anexo 5.
[96] Entrevista a Joaquim Carvalho, 2018 Cf. Anexo 4.

demonstrando que estes se davam bem, apesar de pouco falarem por estarem confinados a espaços diferentes. O espírito de camaradagem estava presente nos navios, até mesmo entre os tripulantes e os pescadores, mas não podemos negar que era maior entre pescadores. A duração e a dureza desta faina conduziu a que os pescadores criassem laços de amizade, sendo raro haver casos de zaragatas.

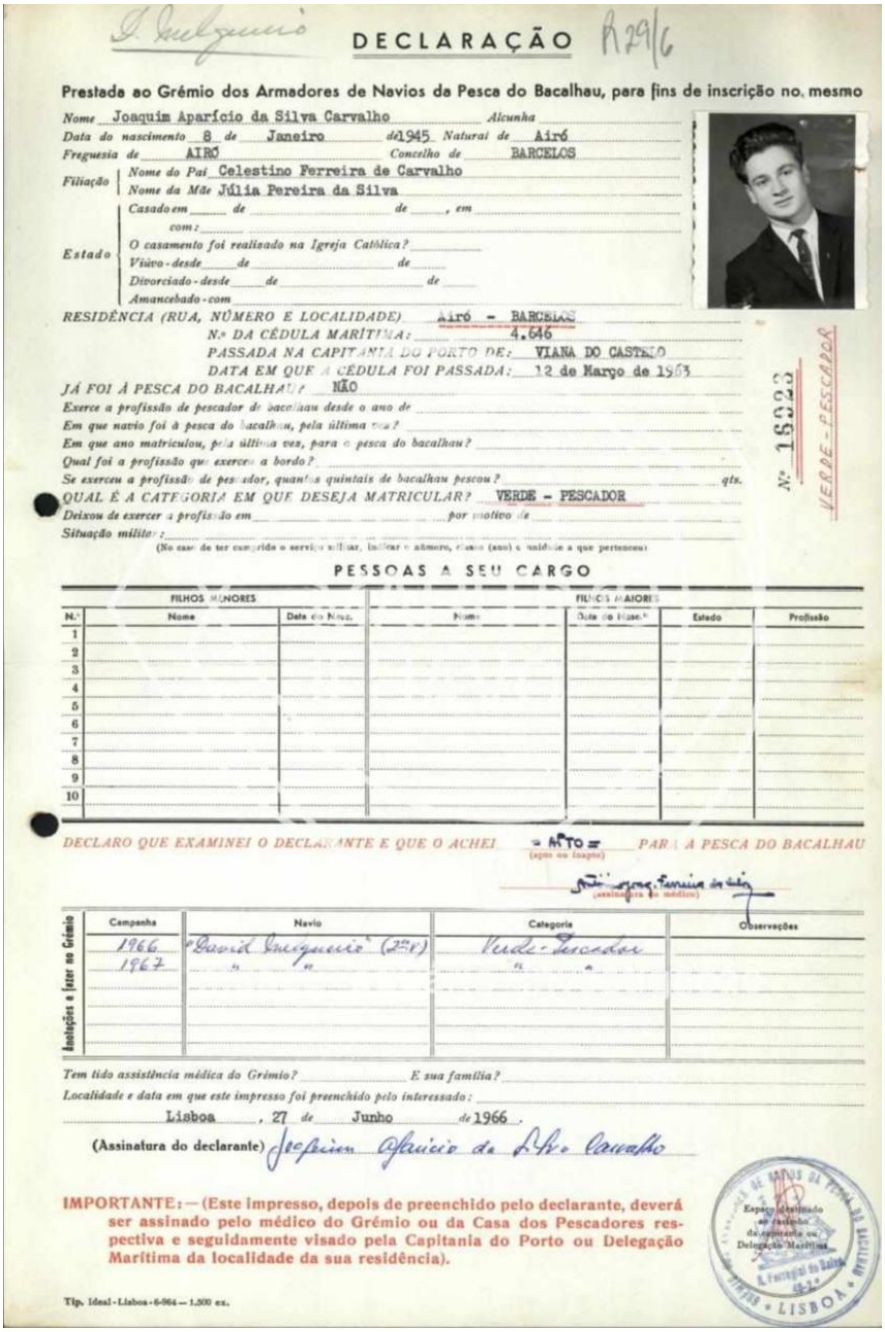
Por fim, acerca do papel de St. Johns e as diferenças entre Portugal e Canadá, deve destacar-se que era um lugar de lazer e diversão para os portugueses, onde também havia um choque cultural, entre uma cultura mais desenvolvida e outra muito mais conservadora.

Tanto a fonte utilizada como o tempo para a realização deste trabalho apresentaram algumas limitações. Por um lado, a fonte utilizada revelou-se incompleta, sendo que uma das maneiras de a completar seria a utilização das fichas complementares que os trabalhadores do GANPB anexavam à ficha de inscrição, que continha todas as campanhas e relatava acontecimentos, como um desaparecimento. Por outro lado, devido à limitação de tempo foi apenas analisado um ano, pelo que consideramos que, para um estudo mais aprofundado, deveria ser realizado um estudo a toda a década.

Assim sendo, deixamos em aberto para um trabalho posterior, a possibilidade da realização de um estudo sobre as representações da pesca do bacalhau na imprensa nacional e/ou internacional e sobre os pescadores bacalhoeiros, através do cruzamento das fichas de inscrição do GANPB com as fichas complementares do GANPB.

Anexos

Anexo 1. Ficha de Inscrição no GANPB de Joaquim



D. Inelgueiro

DECLARAÇÃO R29/6

Prestada ao Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, para fins de inscrição no mesmo

Nome Joaquim Aparício da Silva Carvalho Alcunha
Data do nascimento 8 de Janeiro de 1945 Natural de Airó
Freguesia de AIRÓ Concelho de BARCELOS
Filiação: Nome do Pai Celestino Ferreira de Carvalho; Nome da Mãe Júlia Pereira da Silva
Estado: Casado em ___ de ___ de ___, em ___ com: ___; O casamento foi realizado na Igreja Católica? ___; Viúvo - desde ___ de ___ de ___; Divorciado - desde ___ de ___ de ___; Amancebado - com ___
RESIDÊNCIA (RUA, NÚMERO E LOCALIDADE) Airó - BARCELOS
Nº DA CÉDULA MARÍTIMA: 4.646
PASSADA NA CAPITANIA DO PORTO DE: VIANA DO CASTELO
DATA EM QUE A CÉDULA FOI PASSADA: 12 de Março de 1963
JÁ FOI À PESCA DO BACALHAU? NÃO
Exerce a profissão de pescador de bacalhau desde o ano de ___
Em que navio foi à pesca do bacalhau, pela última vez? ___
Em que ano matriculou, pela última vez, para a pesca do bacalhau? ___
Qual foi a profissão que exerceu a bordo? ___
Se exerceu a profissão de pescador, quantos quintais de bacalhau pescou? ___ qts.
QUAL É A CATEGORIA EM QUE DESEJA MATRICULAR? VERDE - PESCADOR
Deixou de exercer a profissão em ___ por motivo de ___
Situação militar: ___
(No caso de ter cumprido o serviço militar, indicar o número, classe (ano) e unidade a que pertenceu)

Nº 16923 VERDE - PESCADOR

PESSOAS A SEU CARGO

Nº	FILHOS MENORES Nome	Data do Nasc.	FILHOS MAIORES Nome	Data do Nasc.º	Estado	Profissão
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

DECLARO QUE EXAMINEI O DECLARANTE E QUE O ACHEI = APTO = (apto ou inapto) PARA A PESCA DO BACALHAU

(assinatura do médico)

Anotações a fazer no Grémio

Campanha	Navio	Categoria	Observações
1966	"David Inelgueiro" (2º P)	Verde - Pescador	
1967	" "	" "	

Tem tido assistência médica do Grémio? ___ E sua família? ___
Localidade e data em que este impresso foi preenchido pelo interessado: ___
Lisboa, 27 de Junho de 1966.
(Assinatura do declarante) Joaquim Aparício da Silva Carvalho

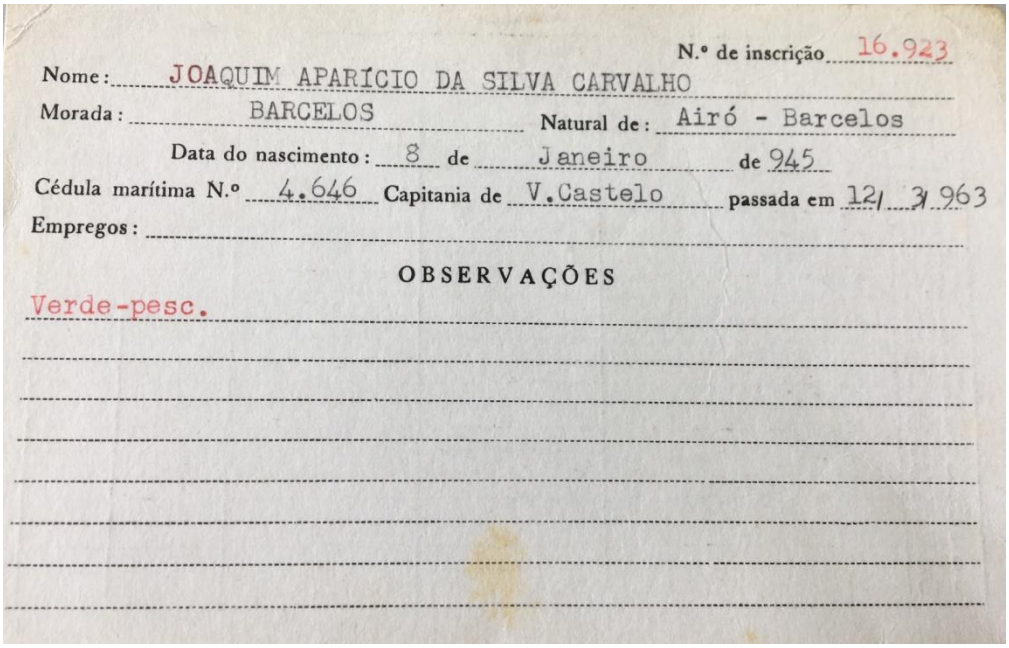
IMPORTANTE: — (Este impresso, depois de preenchido pelo declarante, deverá ser assinado pelo médico do Grémio ou da Casa dos Pescadores respectiva e seguidamente visado pela Capitania do Porto ou Delegação Marítima da localidade da sua residência).

Espaço destinado ao carimbo da capitania ou Delegação Marítima

Tip. Ideal - Lisboa - 6-964 — 1.500 ex.

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes, 1966.*

Anexo 2. Ficha complementar do GANPB de Joaquim Carvalho



N.º de inscrição 16.923

Nome: JOAQUIM APARÍCIO DA SILVA CARVALHO

Morada: BARCELOS Natural de: Airó - Barcelos

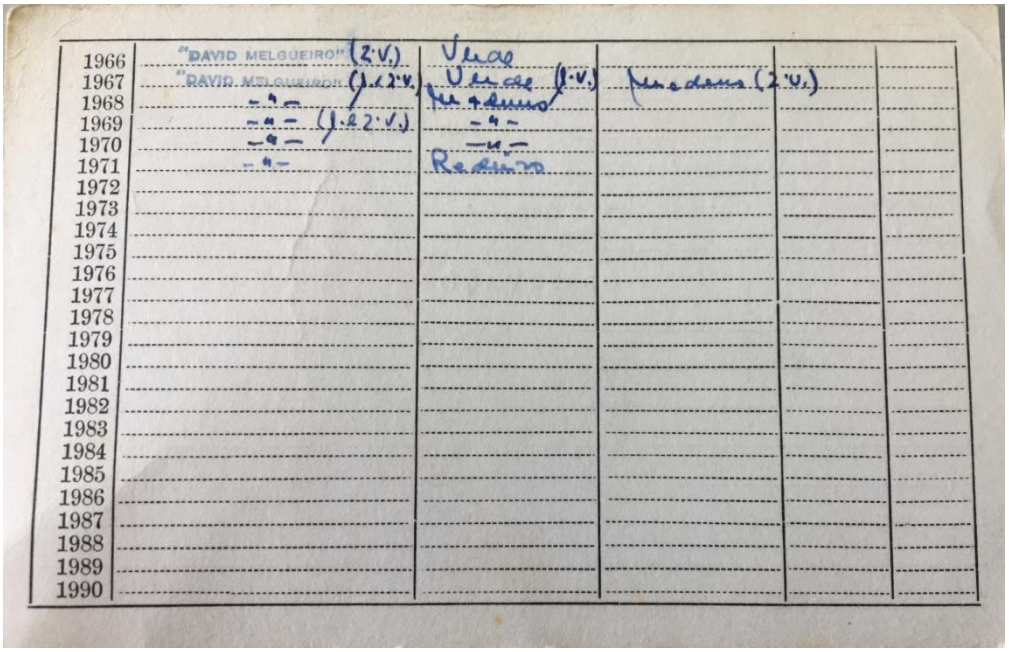
Data do nascimento: 8 de Janeiro de 945

Cédula marítima N.º 4.646 Capitania de V.Castelo passada em 12/ 3/ 963

Empregos:

OBSERVAÇÕES

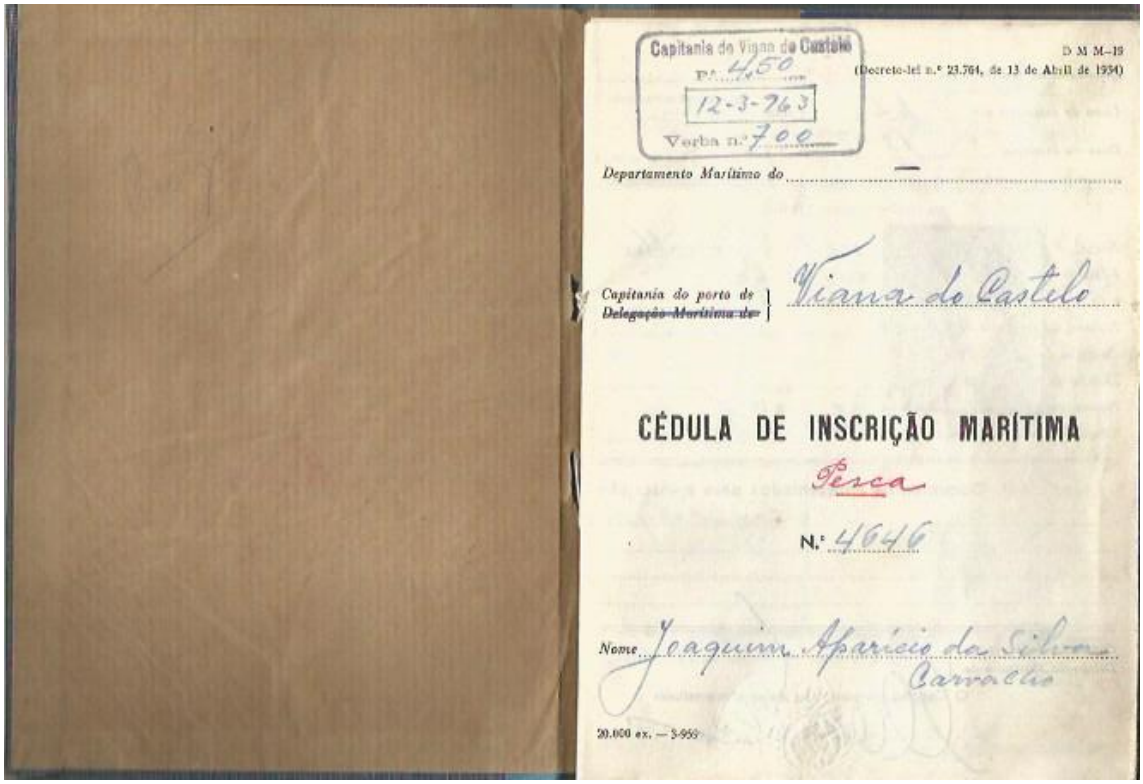
Verde-pesc.



1966	"DAVID MELGUEIRO" (2.V.)	Vera			
1967	"DAVID MELGUEIRO" (1.2.V.)	Verão (1.V.)	Verão (2.V.)		
1968	-"-	-"-			
1969	-"- (1.2.V.)	-"-			
1970	-"-	-"-			
1971	-"-	Reform			
1972					
1973					
1974					
1975					
1976					
1977					
1978					
1979					
1980					
1981					
1982					
1983					
1984					
1985					
1986					
1987					
1988					
1989					
1990					

Fonte: CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas complementares do GANPB.*

Anexo 3. Cédula de Inscrição Marítima de Joaquim



Capitania do Viana do Castelo
Fl.ª 450
12-3-963
Verba n.º 700

D M M–19
(Decreto-lei n.º 23.764, de 13 de Abril de 1934)

Departamento Marítimo do —

Capitania do porto de / ~~Delegação Marítima de~~ Viana do Castelo

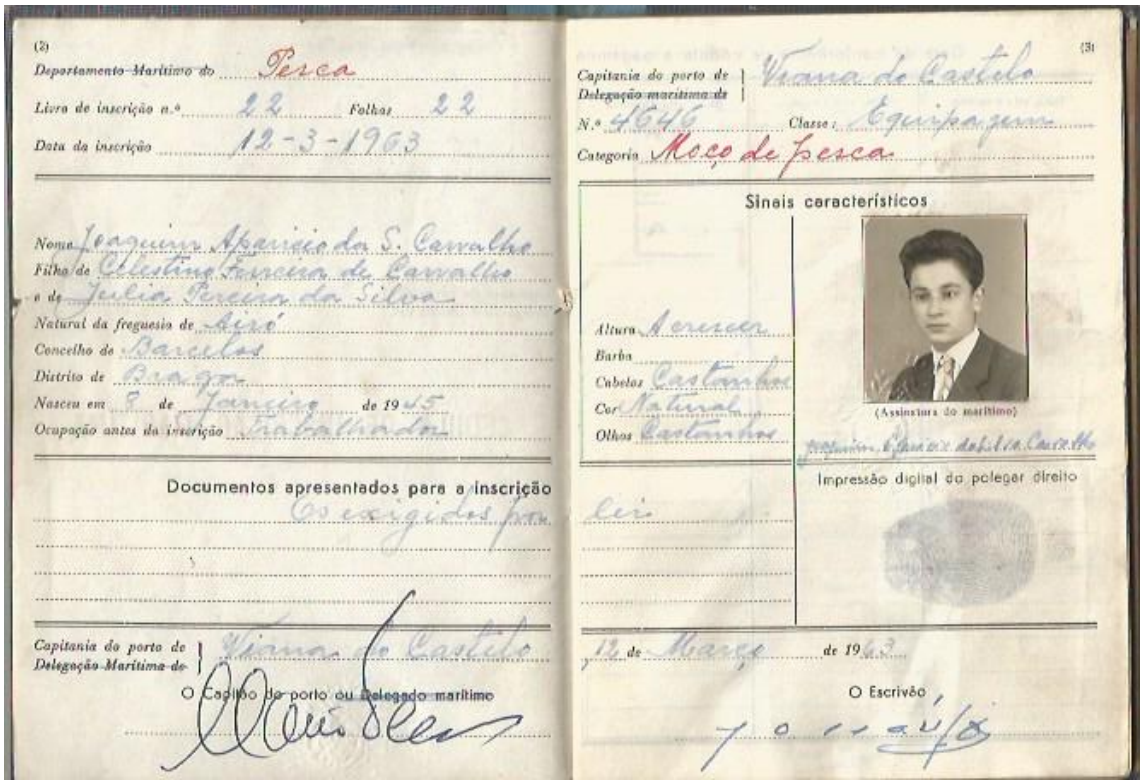
CÉDULA DE INSCRIÇÃO MARÍTIMA

Pesca

N.º 4646

Nome Joaquim Aparício da Silva Carvalho

20.000 ex. — 3-955



(2)
Departamento Marítimo do Pesca
Livro de inscrição n.º 22 Folhas 22
Data da inscrição 12-3-1963

Nome Joaquim Aparício da S. Carvalho
Filho de Clestino Pereira de Carvalho
e de Julia Pereira da Silva
Natural da freguesia de Aró
Concelho de Barcelos
Distrito de Braga
Nasceu em 8 de Janeiro de 1945
Ocupação antes da inscrição Trabalhador

Documentos apresentados para a inscrição
Os exigidos por lei.

Capitania do porto de / ~~Delegação Marítima de~~ Viana do Castelo
O Capitão do porto ou Delegado marítimo

(3)
Capitania do porto de / Delegação marítima de Viana do Castelo
N.º 4646 Classe: Equipagem
Categoria Moço de pesca

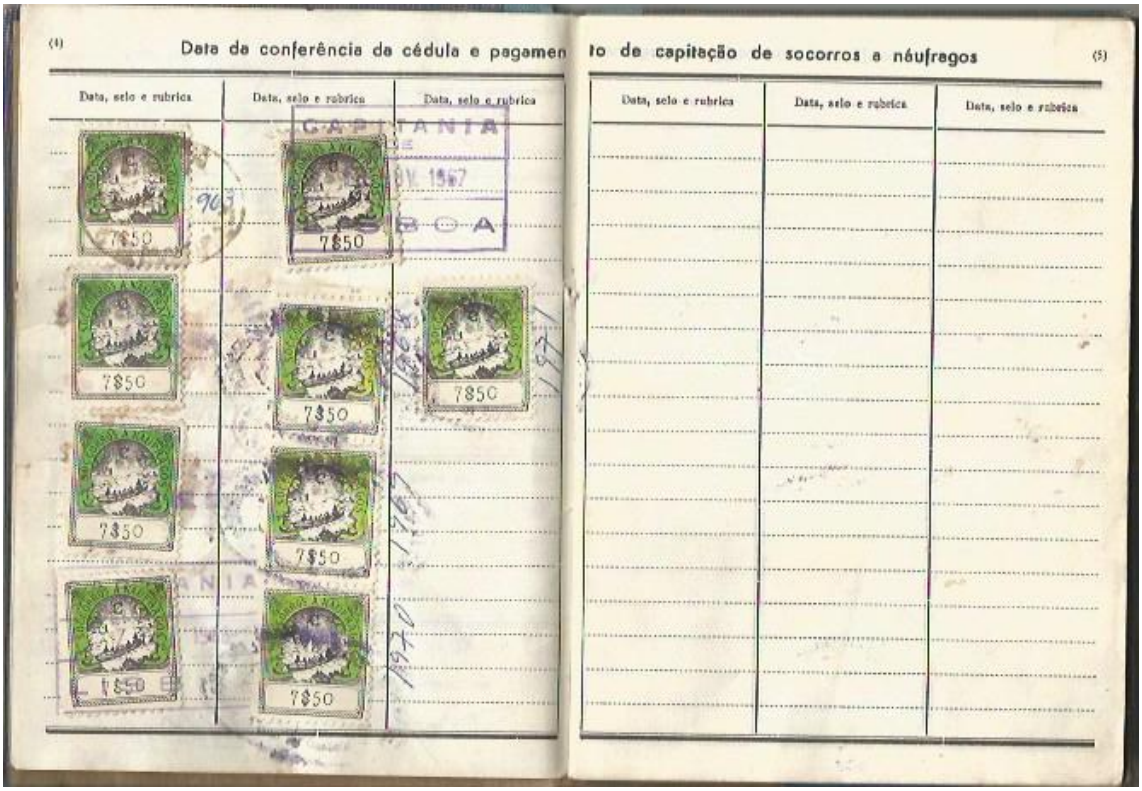
Sinais característicos

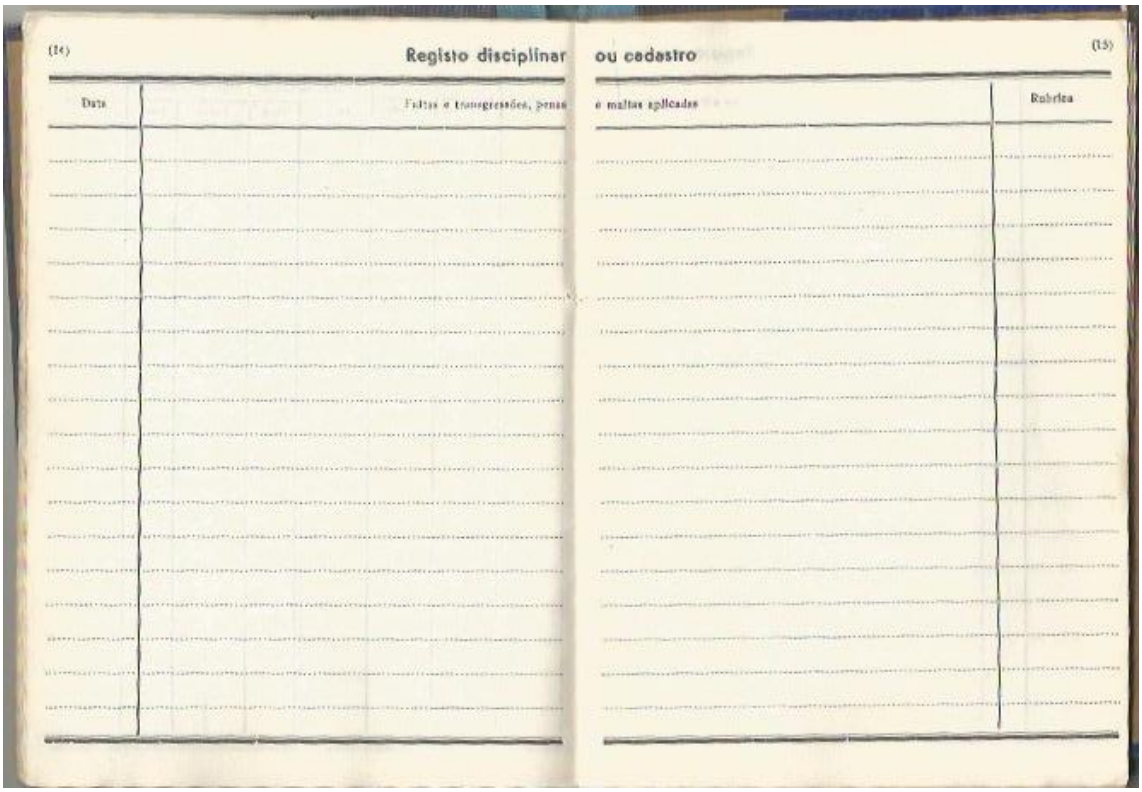
Altura Mediana
Barba
Cabelos Castanhos
Cor Natural
Olhos Castanhos

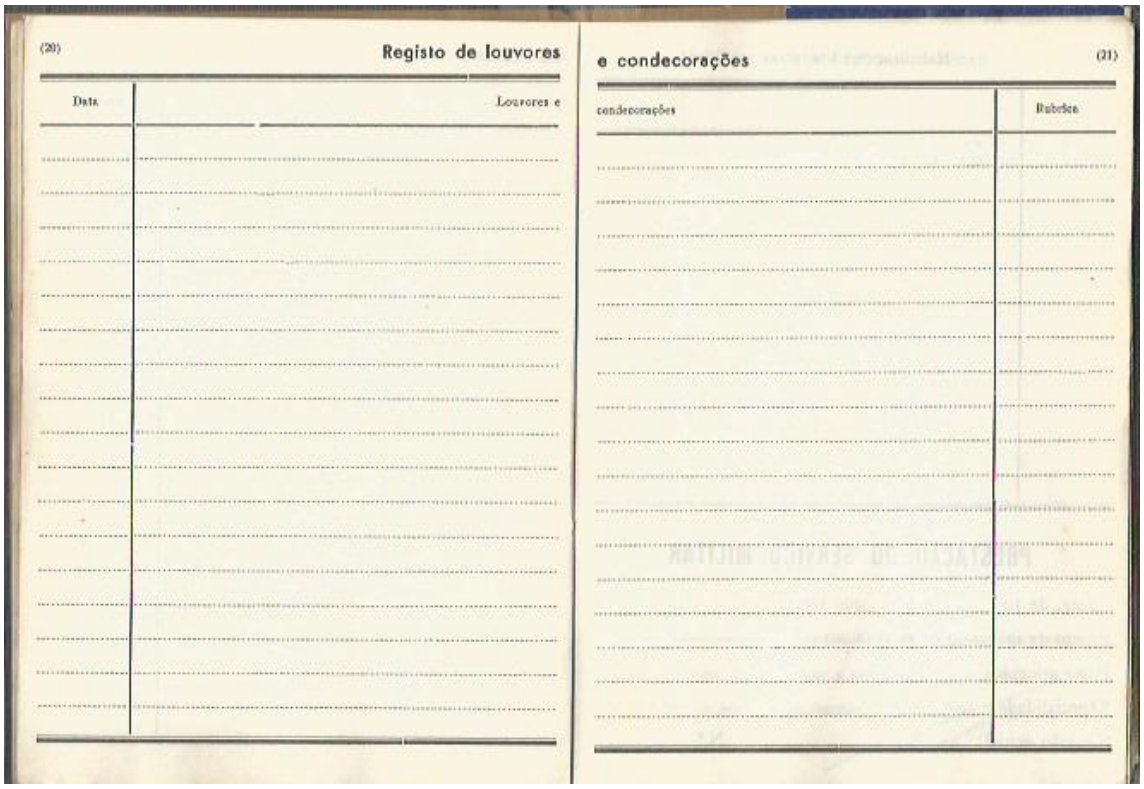
(Assinatura do marítimo)
Joaquim Aparício da Silva Carvalho

Impressão digital do polegar direito

12 de Março de 1963
O Escrivão


(4)
Data da conferência da cédula e pagamen
Data, selo e rubrica
Data, selo e rubrica
Data, selo e rubrica
7$50
7$50
7$50
7$50
7$50
7$50
7$50
7$50
(5)
to de capitação de socorros a náufragos
Data, selo e rubrica
Data, selo e rubrica
Data, selo e rubrica


(14)
Registo disciplinar
ou cadastro
(15)
Data
Faltas e transgressões, penas
e multas aplicadas
Rubrica

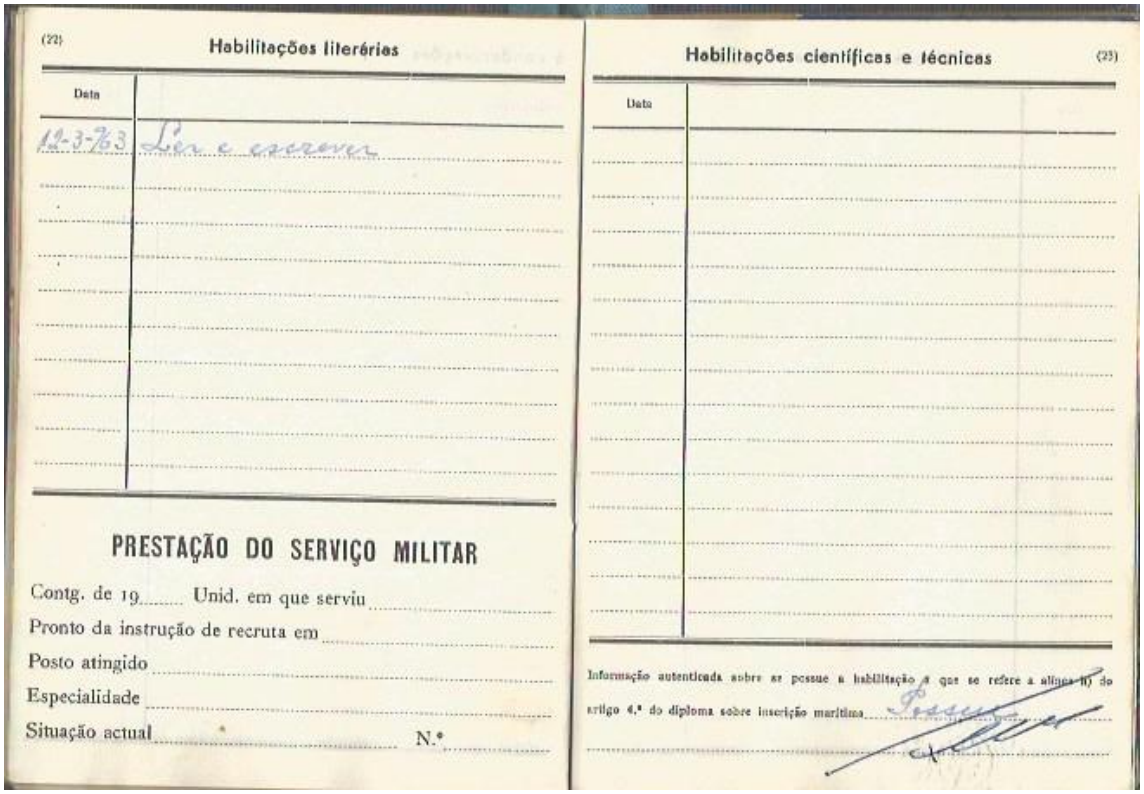


(20) Registo de louvores

Data	Louvores e

e condecorações (21)

condecorações	Rubrica



(22) Habilitações literárias

Data	
12-3-963	Lêr e escrever

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Contg. de 19..... Unid. em que serviu .....

Pronto da instrução de recruta em .....

Posto atingido .....

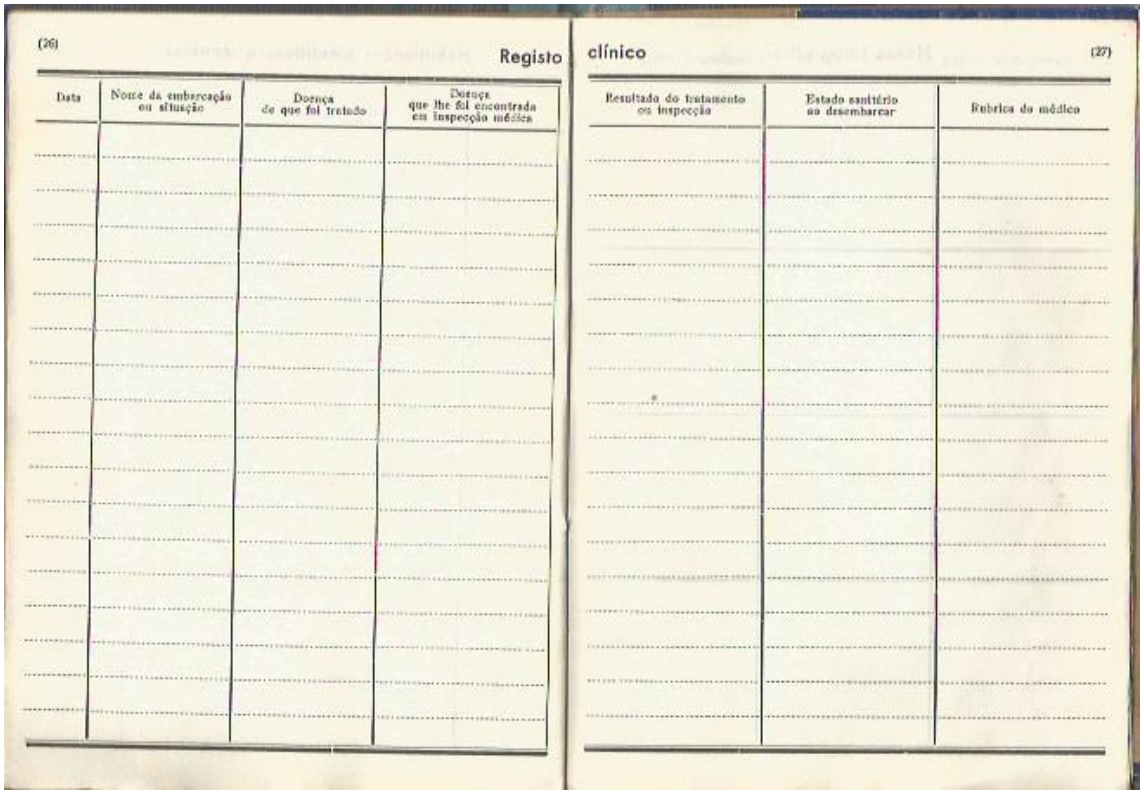
Especialidade .....

Situação actual ..... N.º .....

Habilitações científicas e técnicas (23)

Data	

Informação autenticada sobre se possue a habilitação a que se refere a alínea b) do artigo 4.º do diploma sobre inscrição marítima .....



(26) Registo clínico (27)

Data	Nome da embarcação ou situação	Doença de que foi tratado	Doença que lhe foi encontrada em inspecção médica

Resultado do tratamento ou inspecção	Estado sanitário ao desembarcar	Rubrica do médico

Fonte: Arquivo Particular de Joaquim Carvalho.

Anexo 4. Entrevista a Joaquim Carvalho

1. Por que motivo(s) decidiu inscrever-se na pesca do bacalhau?

JC: Ora, eu decidi inscrever-me na pesca do bacalhau porque sou filho já de pai pescador. Tive o meu pai que andou lá 20 anos e, como em 1965 tive que ir à inspeção, e fiquei apurado, ia para o curso de sargentos milicianos, porque tenho o segundo ano, para Santarém, mas nessa altura guerra tinha instaurado em Angola e nessas províncias ultramarinas, e o medo da tropa era muito grande. Houveram colegas meus que foram para a França a salto, e eu fui convidado por um amigo meu para ir com ele, mas como o meu pai era pescador, eu decidi escrever-lhe para pedir para levar para a beira dele, para fugir à tropa. Só que o meu pai quando me respondeu disse-me que não, não queria nenhum filho passa-se a vida que é a de pescador. É muito dura. Mas eu, também para ir para a tropa, tinha medo. Então decidi pedir á mulher de um tio meu, que andava no David Melgueiro, era copeiro, para ver se ele também me levava para la, uma vez que o meu pai não quis que eu fosse para lá, para a beira dele, eu decidi pedir ao um tio meu. Essa minha tia escreveu ao homem, e ele pediu ao capitão, que era o capitão Gilberto Morgado, para ver se me levava para lá, e o Gilberto Morgado como era muito amigo desse meu tio, disse que sim, inscreveu-me na SNAB e quando ele veio, eu fui para lá, não fui para o lugar dele, fui como se vai hoje para o primeiro emprego que lá éramos verdes, depois no segundo ano, quando é coisa, se aquilo corresse bem passávamos a maduros, já se ia ganhar mais um bocadinho e depois dali tínhamos que procurar um emprego dentro do próprio navio. Eu também procurei um emprego. Lá era salgador. Nos primeiros anos andei a servir os outros. Buscar a comida à ré para a proa para servir os outros, ao fim tinha que lavar a louça dos outros pescadores, e depois ia-se trabalhar, havia dias em que eu trabalhava 18 horas por dia, 6 horas eram o descanso, só que a gente ia comer, ia-se lavar e essa história toda, e vá-lá ficariam 5 horas para a gente descansar.

2. Encontrou algum problema a inscrever-se?

JC: Eles não me puseram nenhum problema, só que fiz a inscrição e depois tinha que se ir lá porque tinha que ir ao banho, para saber se sabia nadar, e eu fui para a pesca do bacalhau e não sei nadar, é curioso, eu fui para a pesca de bacalhau e não sei nadar, só que quando eu fui para ir lá, naquele dia marcado que tinha que ir ao mar, ao banho, chovia muito, e então, o senhor que esta na capitania virou-se para mim e disse " Ó meu

menino isto está tanta chuva, tanta chuva, tu sabes nadar" "Sei, sim senhora", menti. Passamos ali um bocado de tempo e voltamos para dentro outra vez e passaram a coisa como se fosse certa.

3. Como era a feita a escolha da companhia e do navio em que embarcava?

JC: No meu caso, foi feito um pedido ao comandante para eu ir para esse navio

4. Quantos anos esteve na faina?

JC: Andei lá de 1966 a 1971, mas era obrigatório 7 anos que era para liberar à tropa. Só que eu apanhei uns anos, umas viagens que eram longas e apanhavam mais de um ano. Pedi ao comandante que foi substituir o Gilberto Morgado, que era o Cardinal Ribeiro, pedi para ficar em terra, e ele disse que sim, disse-me que podia ficar, só que ainda tinha que fazer mais uma viagem, só que eu, por outras histórias, fui a Alcântara Mar com um sujeito, falei-lhe que ia ficar mas precisava de meter um atestado para o ministério da marinha como andava lá, mas eu fiquei em terra. Nunca mais fui chamado, só recebi uma carta a dizer "fica cativo à SNAB".

5. Como era a viagem até atingir os bancos e começar a faina?

JC: Durante essa viagem, nós saíamos no porto de Lisboa e no caso (do navio) em que eu andei íamos, se não me engano a Cartagena ou Torrevieja meter sal […] e enchíamos um porto de sal, de lá vamos diretos para a Terra Nova. O primeiro banco era o Flesmish Cap mas era muito fundos depois íamos sempre por aí fora, para a terra Nova o Lavrador, para o canal S. Lourenço entre o Canada e Newfoundland […] e andávamos a procurar porque x navios tinham um código para saber se estava a dar peixe ou não ou se iam procurar outros pontos de pesca […]. Durante a viagem daqui para lá, quem era redeiro tinha que arranjar as redes […] uma rede que levava umas boias e tinha umas comportas muito pesadas que é para ir ao fundo, que é para abrir; os salgadores iam […] pôr o sal todo em ordem, no meu caso que quando fui era verde, […] haviam uns cestos de verga ou de Vine grandes que eram para as caras e línguas de bacalhau e essa história toda mas nós tínhamos que meter umas cordas porque ao pegar naquilo eles podiam partir, por isso metíamos umas cordas, entrançávamos aquilo tudo, e ponhamos tudo em ordem para quando chegássemos lá estar tudo pronto. Ali não se podia falhar nada, era sempre a trabalhar, ali não se podia para nada.

6. Que categoria profissional exerceu?

JC: Ao fim de dois anos de verde-maduro, fui para timoneiro, fazer as vezes do piloto. Mas não havia piloto no navio?

JC: Houve, mas nesse ano que eu fui para cima ele ficou em terra e então foi quando a SNAB como construiu um navio de arrasto de polpa, e esse que estava lá (*no David Melgueiro*) a timoneiro foi para esse navio novo. Eles passavam aqueles que eram melhores, que tinham mais anos para o navio novo. E eu nesses dois anos como andava em baixo, devia ser o meu tio que falou com o comandante. […] Então nesse segundo ano o comandante do navio chamou o contramestre [e disse] vai chamar o Aparício para vir fazer leme que vai ficar aqui a fazer leme, não há piloto. Eu não percebia nada daquilo, mas pronto fui e aprendi. Quando andei em baixo trabalhei 12 a 18 horas, e lá foi de 6 em 6 horas. Pronto, foi melhor, para mim foi melhor. Mas tive que aprender outras coisas, tirar posições, saber onde o navio andava, porque aquilo é quase como aqui em terra, há regras, o navio não pode cruzar-se com outro tem que se ter direitas e passava bombordo com bombordo, e aquilo ia bem. Tivemos lá um caso onde uma vez um caso de um navio russo nos passa pelo lado estibordo, o nosso navio pescava por aquele lado. E o navio russo, um navio grande de polpa, veio encostado a nós e levou-nos o aparelho todo, foi bacalhau, foi aparelho, foi tudo. Eles ao puxar as redes para cima, com uns maçaricos cortaram-nos o cabo levaram nos tudo e nós ficamos sem nada.

7. Como era o dia-a-dia no navio?

JC: O meu dia-a-dia era o seguinte eu quando fui para lá, foi para servir os outros, ia buscar o comer para os outros. O navio era aberto de face a face e fazia-se uma passarela, uma passagem em tábuas com cordas da proa à ré. Estão, nós íamos para cima da proa e depois vínhamos pela passarela fora. Quando o mar estava bravo muitas vezes ia comida ia tudo, a gente tinha que se agarrar, vínhamos com o pão numa mão e a terrina da sopa noutra e tínhamos que andar, o navio gingava e a gente tinha que correr e andar a sacudir-se para outro lado depois de passar para o outro lado já haviam pegas porque ali eram só cordas […] ao fim ia lavar a louça dos tripulantes […] e ao fim de lavar isso ia tirar línguas e caras de bacalhau que aquele navio fazia farinhas, farinhas de peixe, ali só se perdiam as tripas de bacalhau de resto, era tudo para farinhas, as espinhas, cabeças, depois de limpas. Depois quando passei a maduro ia fazer o trote, era amarrar no bacalhau, quando ele sai do mar cai num *quete*[2], amarrava-se nele espeta-se num prego e faz-se uma cruz e tira-se-lhe o fígado, o fígado vai para fazer óleo as tripas vão para uma caneja, chamava-se caneja aquilo que estava sempre a deitar água para levar para o mar, depois atirávamos o bacalhau para outro lado. Uns estavam a fazer o

trote, outros para cortar as cabeças e botar para cima de umas mesas onde estavam os escaladores que abriam o bacalhau tirar a espinha que ia para uma caneja […] levada lá para fora, para o convés para meter para farinha.

8. Considera que era um trabalho duro?

JC: *Uiii*, se era, quando te falei que trabalhava 12 a 18 horas…é difícil, é dura, mas duríssima, mas era a única hipótese que a gente podia ter

9. Lembra-se das adversidades que passavam, como o mau tempo?

JC: Sim, tivemos lá um problema muito grande até. Eu vou comentar um, mas houve muitos. O navio quando haviam certas tempestades, chamava-se o navio ficava de capa, não pesca. A ondulação era muito alta, muito grande e então o navio tinha de estar sempre com a proa às vagas. Muitas das vezes, uma hipótese, eu ia a 30 ou 40 graus, o navio ao levantar e ao bater ele fugia-me para o outro lado, ja para uns graus e eu tinha que gingar ali com força para pôr aprumado outra vez […]. Quando havia ciclones graves, o Canadá […] avisava por morse, que era um telegrafista que recebia isso, […] até para mandar telegramas para aqui era ele que os mandava. Quando ia haver um ciclone muitas das vezes se tivéssemos perto da terra ia mos até St. Johns, outras vezes não, se fossem essas *brisazitas*, parava o navio não pescava e andávamos ali assim. Mas houve lá uma altura uma um bocado dura. Andávamos na costa do Lavrador, e o mar estava todo congelado praticamente, gelo mas que o navio partia, mas andávamos a fazer o arrasto e então as vagas eram grandes e no gelo não partem tanto porque o gelo amortiza muito, só que debaixo para cima, as portas são assim umas coisas grandes de ferro pesado que andam a arrastar pelo fundo, fez ricochete e furou-nos o navio, quando deram por ela, os salgadores quando foram já estava um porão meio de água, onde tinha muito bacalhau. O navio está a meter água 3x, e o comandante enviou ao Invicta, que estava a ir para terra que precisava da ajuda dele, para ir á frente como havia muita vaga eles largaram gasóleo, porque com o gasóleo a vaga não parte tanto. E nós viemos da costa do lavrador a St. Johns dois dias quase sem dormir praticamente ali sempre a tirar água porque ela entrava por um lado e tínhamos que tirar por outro, e viemos por ali fora. Chegamos a St. Johns e estava a barra fechada com o gelo. Veio um rebocador de St. Johns com um quebra-gelo à frente, com mergulhador que foi ver o buraco que era veio acima e levou uma saca que tapou o buraco, e depois tivemos lá 15 dias à espera para arranjar aquilo. Só que o bacalhau estava a desfazer-se todo e nós tinhamos que o deitar fora, eles disseram-nos onde ir despejar e nós já lá andávamos há uns meses, 6 ou

7 meses, já éramos para vir embora, e botamos um porão quase cheio de bacalhau, e fizemos greve lá porque queríamos vir embora, e o comandante não tinha ordens de terra para vir sem estar o navio cheio. Nós não 3x e ele também nos apoiava que ele também queria vir, mas não tinha aquelas ordens, não podia. Ele até dizia "Vocês quando chegarem a terra vão todos para a tropa", mas ele mandou um telegrama para terra e foi lá o Gilberto Morgado que era o comandante de terra, e foi lá de avião, e depois ele lá convenceu as pessoas. Ele disse "vamos ficar aqui mais dois meses", foi o ano que mais dinheiro eu ganhei, "nesses dois meses se o navio não encher vamos embora com ele tal e qual como está, eu vou com vós" e ele ficou lá também, já não veio embora de avião. Mas para ir para o lavrador por esse tempo vamos nos entreter por aqui e então o Gilberto morgado disse "vamos indo lá para o Flemish Cap, pescar por ali alguma coisa, a ver se dá e depois vamos embora". Carregamos outra vez o navio, aquilo é que foi trabalhar […] ora receber uma parte do bacalhau, o ordenado e depois o seguro foi o ano que mais ganhei.

10. E a alimentação, era boa ou má?

JC: A alimentação era normal, comia-se muito peixe […] carne de orça que vinha se não me engano do Brasil. E havia a chora, era a sopa de manhã e davam o mata-bicho, sempre de madrugada, todos os quartos que faziam a noite quando fossem 3/4 horas vinha o comandante, o imediato ou eu, eles diziam-me muitas vezes eles diziam-me "manda-lá buscar o mata bicho" e eu ia à cozinha e o cozinheiro que estava de serviço[…] davam-me água ardente e eu metia numa garrafa. E aqui quando ia para lá comprava ameixas secas, partia, meti-as em garrafas de água ardente e ficava amarela, quando chegava ao Canadá era coado, metia noutra garrafa e quando chegava ao Canadá ganhava 5 dólares por aquilo

11. E o que era permitido levar?

JC: Às vezes levava vinho, eles davam mas a gente queria mais qualquer coisa. Eu comprovava […] 100 litros de vinho maduro e levava, e a gente ia lá ao barril e tirava quando se fazia umas *panelacas*.

O que eram *panelacas*?

JC: Era tipo espanholada, era tipo um petisco que a gente fazia. […] caçava pombaletes, cagarras (pássaros) e gaivinas. A gente então ia buscar fígado, com um fio de pesca um anzol metíamos o fígado atirávamos elas comiam e a gente caçava-as pelo

bico, matava esfolava, metíamos em vinha de alho e fazíamos uma arrozada. […] ia-se ao cozinheiro […] e pedia-se uma caneca de arroz para a gente fazer à proa.

Era o navio que racionava o tabaco?

JC: Quando o meu pai andou era tabaco em fio, davam-lhe um kg a cada um. Quando eu fui para lá eles davam parece-me que era um maço Marlboro. Por falar em tabaco, quando foi essa história do navio arrebentar. Eu tinha comprado uma caixa para trazer para cá, mas a gente ao ir a terra tinha que meter num porão para que a polícia do Canadá vinha e lacrava aquele porão e ninguém ia lá buscar, quando o navio saí do porto então abriam aquilo e podiam ir buscar o que quisessem em alto mar, mas em terra não que era para não andar candongas a vendê-los. Quando o navio arrebentou eu estava a dormir e tinha o tabaco, eu já dormia à ré […] e debaixo do meu beliche tinha uma gaveta e eu meti ali o tabaco todo, quando o navio encostou estava a dormir […] eu ferrei o galho e não fui levar o tabaco ao porão. Não fui levar o tabaco ao porão entra a polícia montada por lá dentro e ripou o tabaco todo. pronto, foi apreendido […] levaram-me tudo e eu pedi tinha um maço que era do Porto, o tabaco que era Porto, e eu disse "deixe-me aquele", tinha mais maços de tabaco e ele "não, este não", deu-me um maço de Marlboro e eu disse "mas quero aqueles" mas ele não me deu. Depois foram para a proa e arrebentaram com tudo. O navio ia ser multado […] só que o capitão foi também com eles para tribunal como fizeram estragos no navio, o capitão também exigia indemnização. […] sei que fomos à Casa dos Pescadores lá em St. Johns onde vieram os polícias que fizeram essa buscada ao navio […] e o capitão contestou que eles partiram isto, partiram aquilo, partiram assado… só sei que nós sem as coisas ficamos, mas também não autuaram […]

12. Qual a relação sócio-profissional entre os homens dentro do navio? Existia espírito de camaradagem?

JC: Nunca houve, nada uns contras os outros. Haviam aquelas zangas uns com os outros mas amanha seguinte já estava tudo bem. Só tivemos lá um problema que foi o António Fé que estava a contar os quintais de bacalhau, vinha o bacalhau para lavar, lavava-se e ele com um garfo botava em cima de uma coisa que ele tinha que levava um quintal dele, abria e aquilo ia para o porão, era um quintal e tinha que contar os quintais que saiam. Esse é que pegou-se lá com um sujeito e atirou-lhe com uma faca, e ele foi fazer queixa ao capitão e o capitão chamou-o lá cima e mandou-lhe duas sapatadas.

O capitão tinha de ter o pulso firme?

JC: […] Aquilo era como na tropa. Mas de resto nunca havia nada, dávamos-mos todos bem. Com 70 e tal homens ali todos… claro…não era fácil. Só que um quarto tinha x homens, outro tem outros x, outro tem outros x.

E não existia conflitos com os superiores, como com os maquinistas?

JC: Não […] Nós que íamos para a tropa não podíamos estar a contestar as decisões que eram dadas pela companhia.

E vocês conviviam com os superiores?

JC: Sim, eu tenho ali uma máquina a petróleo que levei e ia-se buscar gasóleo aos maquinistas para fazer as tais panelacas. Ia-se lá baixo ao maquinista que ficava na casa das máquinas, eles davam gasóleo a gente metia na máquina e fazia panelacas.

Então era um ambiente em que todos davam-se bem, claro que o capitão tinha que o capitão tinha que manter uma postura mais exigente, mas mesmo assim vocês se davam bem com o capitão

JC: Claro, então não dávamos. Ele quando a gente, eu quando fui ao primeiro para tirar as caras e as línguas, quando por exemplo o trote acabava a escala eles ainda vinham dormir um bocado mas nós não ficávamos ali a tirar as cara e as línguas […] olhávamos para cima para ver se o capitão nos via e empurrávamos com a bota as caras. Ele as vezes estava lá cima, fumava cachimbo vinha (batia) com quem olha que eu estou a ver. […]

13. Qual era a relação dos pescadores com os superiores do navio? E a relação entre os diferentes grupos de pescadores?

JC: Dávamo-nos todos bem.

14. Como se organizava a tripulação, de acordo com as diferentes funções a executar?

JC: Pega-se a meia-noite a trabalhar até às 6 da manhã, sempre seguido, a não ser que acabasse o peixe, aí vamos dormir. Às 6 da manhã ia-se comer a chora […] era meia horta e depois ia-se trabalhar outra vez até ao meio dia, […] ao meio dia ia-se descansar, comia, a gente ia lavar-se ia comer e ia descansar, muitas das vezes descansava-se assim vestido. Só se tirava a roupa oleada. Às 6 da tarde já tinha que estar outra vez a pé, meia hora antes iam chamar que era para a gente ter tempo de se preparar, comer qualquer coisa para trabalhar até à meia-noite. No caso de apanhar a meia-noite […] apanhava 18 horas por dia. O maduro é quando passas já …já sabe mais daquilo passa por exemplo o roteiro, o maduro vai cortar as cabeças ao bacalhau, já conhece mais daquilo […] para botar para o escalado. O escalador é o tal emprego, a função do escalador era abrir o

bacalhau e tirar-lhe a espinha. O salgador vai para o porão, eu cheguei a andar a aprender, como eu falei aquele António Fé contava os quintais e ia por uma caneja lá para o porão, e os salvadores estão lá em baixo a amarrar no bacalhau e a deitar-lhe sal e acamá-lo direitinho. O contramestre era o responsável, ele mandava, mas também fazia. A responsabilidade dele era mais no convés, porque depois também havia o mestre de salga, o responsável pela salga, cada sector tinha o seu responsável. (O capitão) era o responsável de tudo. Ele mandava me tirar posições ao lorã e ver se a sonda marcava peixes ou não e tirar as posições do navio. (o imediato) Quando o capitão estava em serviço o capitão é que mandava, o imediato estava em baixo. Mandar lagar as redes, recolher as redes. Ele é que tinha que passar as ordens do capitão aos pescadores. (O piloto), eu é que fiz a vez dele. No nosso navio existia enfermeiro, só íamos lá quando houvesse uns cortes nas mãos ou se doía a cabeça ele dava-nos uma aspirina. Havia eletricista, radiotelegrafista. Para saber tínhamos lá uma lata em que se botava uma tinta num coisinha que tinha dava-se à corda ela ia e quando vinha mau tempo ela subia tipo umas escalas um tipo ia ali (e dizia) "Sr. imediato vai vir mau tempo" ele ia ali começava a ver e já sabia se era grave ou não. (O cozinheiro) tínhamos que conviver se quiséssemos que ele nos desse arroz. (os maquinistas) Havia o 1º, 2º, 3º e depois haviam dois empregados lá a aprender.

15. Como eram as trocas de notícias com os familiares que estavam no continente?

JC: Era por cartas, a gente escrevia […] e o primeiro navio que viesse a terra trazias, metia-se num saco, e a mesma história as que vinham daqui para lá iam para St. Johns e o primeiro navio que fosse a terra eles metiam para o navio […] metiam num saco, e quando chegavam metíamo-nos em botes e íamos buscar.

Devia ser complicado perder certos acontecimentos que se passavam aqui no continente…

JC: Era complicado, custa um bocado mas dali não podíamos sair, ela (a mãe) morreu, eu estava a dormir até e chegou lá o telegrama, estão foram me por o telegrama por cima, eu dormia no beliche de baixo […] só dizia "mãe morreu, Jaime", foi que eu olhei dai a um bocado veio o contramestre e disse "deixa-te estar, descansa um bocado"

15. Quando paravam nos portos canadianos, o que faziam?

JC: Nos tínhamos uma roupa domingueira para quando íamos lá. íamos ao bar, Borings beber uma cerveja e conviver, muitos iam dançar. Aquilo comparado a Portugal naquela altura estava muito evoluído.

16. Esteve na casa de pescadores em St. Johns?

JC: Sim, ia mos lá porque era uma casa de convívio […] jogava-se às cartas bebia-se café

17. Quais as principais diferenças entre os portos canadianos e Portugal?

JC: Lá era outra história. Vestiam-se e andavam muito melhor que nós. Enquanto aqui era uma miséria lá não. Já havia escadas rolantes, as vezes íamos lá só para andar nas escadas rolantes, subíamos numa descíamos noutra.

18. Alguma vez visitou o navio hospital Gil Eanes?

JC: Uma vez, fui lá arrancar um dente. O Gil Eanes quando andava a fazer a visita a gente dizia-lhe tenho um problema aqui com este doente. Então levávamos de bote até lá. E depois metiam-nos nos botezinhos e íamos a remo até ao navio.

Anexo 5. Entrevista a Celestino Carvalho

1. Por que motivo(s) decidiu inscrever-se na pesca do bacalhau?

CC: Para fugir à tropa.

2. Encontrou algum problema a inscrever-se?

CC: Não. Foi o meu pai que me inscreveu na escola de pesca. Naquele tempo havia a escola de pesca.

3. Como era a feita a escolha da companhia e do navio em que embarcava?

CC: Foi a escola que me mandou.

4. Quantos anos esteve na faina?

CC: Andei 7 anos. De 1969 a 1971.

5. Como era a viagem até atingir os bancos e começar a faina?

CC: Fazíamos vigia do navio, porque eu era moço, os outros faziam o trole. Estive sempre no navio.

6. Que categoria profissional exerceu?

CC: Fui moço, pescador, ajudante de cozinheiro e timoneiro, a fazer o leme.

7. Como era o dia-a-dia no navio?

CC: Fazia limpezas.

8. Considera que era um trabalho duro?

CC: Duro e ingrato.

9. Lembra-se das adversidades que passavam, como o mau tempo?

CC: Já vi um navio a ir ao fundo.

Lembra-se de algum desaparecimento?

CC: De perder não, mas de ficar mais distantes sim mas depois através da sirene ou buzina eles conseguiam os encontrar.

11. E a alimentação, era boa ou má?

CC: Alimentação não faltava lá, fazia-se as panelacas. De manhã era a chora.

10. Qual a relação socioprofissional entre os homens dentro do navio? Existia espírito de camaradagem?

CC: Era uma família autêntica. No tempo que lá andei foi uma família.

11. Qual era a relação dos pescadores com os superiores do navio?

CC: Nunca tive problema com ninguém. Escolhiam-me para olhar pela descarga do bacalhau.

12. E a relação entre os diferentes grupos de pescadores?

CC: Cada um tinha a sua profissão, mas não havia problema nenhum.

13. Como se organizava a tripulação, de acordo com as diferentes funções a executar?

CC: O moço fazia tudo o que mandavam, nos arreávamos os botes; o contramestre mandava no convés, haviam dois a mandar (haviam um substituo); enquanto tivesse peixe tínhamos que ficar acordados a trabalhar, tinham que limpar tudo e o bacalhau estar no porão; com maquinista não existiam problemas. Havia enfermeiro.

14. Como eram as trocas de notícias com os familiares que estavam no continente?

CC: Era através de cartas quando íamos a terra ou através do Gil Eanes.

15. Quando paravam nos portos canadianos, o que faziam?

CC: Tanto parece em St. Johns como na Noruega, dependendo onde estava o navio.

16. Esteve na casa de pescadores em St. Johns?

CC: Estive na Casa dos Pescadores, onde ficava a ver televisão.

17. Quais as principais diferenças entre os portos canadianos e Portugal?

CC: Era muito diferente, já estavam muito evoluídos, até as pessoas.

18. Alguma vez visitou o navio hospital Gil Eanes?

CC: Visitei.

Fontes e bibliografia:

Fonte arquivística:

CIEmar - Ílhavo. Grémios dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau — *Fichas de inscrição de Pescadores e Tripulantes*, 1966.

Fontes hemerográficas:

Jornal do pescador. Lisboa, 1960-1969.

SARABANDO, João – A captura do bacalhau exige dos pescadores penosos sacrifícios. *A Capital*. Lisboa, 20 de Agosto de 1968.

Fontes orais:

Entrevista a Joaquim Carvalho, 10.03.2018.

Entrevista a Celestino Carvalho, 17.03.2018.

Bibliografia:

AMORIM, Inês – "As pescas". In MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) - *História do Trabalho e das Ocupações*. Oeiras: Celta Editora, 2001. Vol. II.

COSTA, Nuno Miguel Patacão Loureiro da – *Mulheres de Bacalhoeiros: Sazonalidade e Género (1950 – 1974)* [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de mestrado. Disponível em: www: <http://hdl.hsmdle.net/10071/1469>. [Consult. 15 out. 2017]

GARRIDO, Álvaro – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

LOPES, Eduardo – *Os pescadores de dori*. Ílhavo: Museu Marítimo de Ílhavo, 2004.

MOUTINHO, Mário – *História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do "fiel amigo*". Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

REGO, Aurora Botão – *Viagens á Terra Nova: Memórias de um Tempo*. Caminha, 2016.

SIMÕES, Jorge – *Heróis do Mar. Viagem à Pesca do Bacalhau*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

VILLIERS, Alan – *A Campanha do Argus. Uma viagem na pesca do bacalhau*. Lisboa: Cavalo de Ferro Editores, 2005.

CASTRO, Joana Catarina Ramos – Correspondência na Guerra Colonial: aerogramas entre Portugal e Angola (1967-1973). In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 480-502.

Correspondência na Guerra Colonial: Aerogramas entre Portugal e Angola (1967-1973)

Joana Catarina Ramos Castro

joannacatarinna@hotmail.com

Resumo

A eclosão do conflito colonial em janeiro de 1961 viria a trazer como consequência 13 anos de Guerra Colonial, que não só desgastou o regime (para alguns foi o principal motivo do seu colapso) como penalizou duramente a sociedade portuguesa, que enviou muitos dos seus jovens para as diversas frentes de guerra no Ultramar.

Este estudo visa analisar dois conjuntos de aerogramas, um proveniente de um espólio privado do Porto, constituído por mais de três centenas de aerogramas cujos emissores são, na totalidade, familiares e madrinhas de guerra do soldado, e outro depositado no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, havendo dez emissores nestes 87 aerogramas, sobretudo soldados, que inclusivamente usavam este meio para comunicarem entre si; saliente-se que os dois acervos são relativos a soldados em combate em Angola, embora em diferentes locais, entre 1967 e 1973. Pretende-se identificar os respetivos emissores e recetores, perceber a periodicidade da troca das suas correspondências (pese embora se acredite que muitos aerogramas se tenham extraviado e estas séries não estejam completas) e, sobretudo, analisar os seus conteúdos, numa exploração das temáticas tratadas, das representações aí consubstanciadas, das referências à guerra, ao regime e ao inimigo, bem como do discurso utilizado. Paralelamente à análise dos assuntos tratados nos aerogramas, naturalmente diverso consoante a natureza do emissor, ter-se-á igualmente em conta o discurso utilizado, também ele intrinsecamente dependente de quem o produz – soldados, seus familiares, amigos ou madrinhas de guerra.

Em suma, através desta amostra analisada pretendeu-se estudar os aerogramas militares e os discursos aí presentes, principalmente no que diz respeito às representações de guerra. Note-se ainda que poucos estudos existem no que concerne ao estudo deste tipo de fonte, uma vez que a maioria se encontra em espólios privados.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Angola, Aerogramas, correspondência de guerra, Serviço Postal Militar.

Abstrat

The outbreak of colonial conflict in January 1961 is a 13-year challenge to the Colonial War. The war brought the consequences of the salutary regime as an attempt to make a Portuguese society hard, which took many of its young people to be fronts of war in the overseas.

At the end of April 1961 the country attended the creation of the service of distribution of aerograms of the National Women's Movement, which served to distribute and print the aerograms.

The study aims at two sets of aerograms, is an indicator of a private space in Porto, consisting of three groups of radiant aerosols, is formed by all communities of soldier's war and another deposited at the 25 de Abril Documentation Center in Coimbra , emitters emitting 87 aerograms, mainly soldiers, that even used this means to communicate among themselves; It is intended to identify the respective emitters and receivers, to perceive a periodicity of the exchange of their correspondences (although it is believed that many and the fact that they are not the same as the ones used in the past, and that they are not the same as the ones used in the past. In parallel, in memory of mattersies applied in aerograms, naturally diverse introsecely dependent anes of the edit, have their own distressed, there are intrinsecially dependent their users the produce, their friends, their friends or bridesmaids.

In short, through the analysis analyzed, the risks are high and the discourses present them, especially with respect to the representations of war. It should also be noted that some studies exist regarding the study of this source, since the destination is deposited in private spaces.

Keywords: Colonial War, Angola, Airgrams, war correspondence, Military Postal Service.

Introdução

No âmbito das temáticas que compõem a história contemporânea decidiu-se estudar um tópico da Guerra Colonial Portuguesa, mais especificamente a troca de aerogramas entre Portugal e Angola; a escolha deste tema justifica-se pelo interesse pessoal sobre o assunto, mas também pela perceção da importância do estudo deste tipo de fontes epistolares, os aerogramas, que se distinguem pela sua natureza e riqueza de conteúdo.

Para conhecer o tema em análise foi fundamental o recurso a estudos já existentes, nomeadamente bibliografia sobre a Guerra Colonial e mais especificamente sobre a circulação dos aerogramas, produzida por autores especialistas matéria, que, na sua maioria, escreveram diversas obras sobre ela. Assim, demarcam-se quatro estudos importantes, que serviram como base teórica a esta investigação.

Desde logo, a obra *Os anos da Guerra Colonial*[1], de Aniceto Afonso e de Carlos de Matos Gomes, fundamental para a contextualização e compreensão do conflito, particularmente no período em preço.

Por sua vez, a *História do Serviço Postal Militar*[2], de Luís Barreiros e Eduardo Barreiros, permitiu compreender de que forma transitavam os aerogramas, a

[1]AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos – *Os anos da guerra colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

estruturação deste tipo de correspondência, bem como o funcionamento do Serviço Postal Militar e função de assistência postal àqueles que se encontravam na guerra.

A obra *A História Postal do S.P.M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino*[3], de Alberto Oliveira Pinto, forneceu informações pertinentes sobre a quantidade de aerogramas trocadas, periodicidade dessas trocas e estrutura deste tipo de correspondência, esclarecendo sobre a importância do MFN na troca desta correspondência.

Igualmente fundamental foi a monografia *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*[4], da autoria de Sílvia Espírito Santo, que detalhadamente explica a criação e organização do Movimento Nacional Feminino, não negligenciando a articulação entre os ideais do regime e o serviço de aerogramas.

Pretende-se identificar os emissores e recetores dos espólios estudados e a frequência da troca de aerogramas. E finalmente, importa analisar as temáticas e representações que estes aerogramas veiculavam, bem como o tipo de discurso utilizado.

Já o segundo espólio está à guarda do Centro de Documentação 25 de Abril, de Coimbra, e tem disponível para consulta 87 aerogramas trocados entre militares destacados em Angola, e entre alguns destes e suas famílias, residentes na metrópole. Segundo indicações do Centro de Documentação 25 de Abril, os dados não podem ser revelados na íntegra uma vez que pessoas envolvidas ainda se encontram vivas. Aliás, na análise de ambos os espólios serão omitidos todos os nomes, para observar esta exigência de privacidade. Para finalizar esta breve descrição das fontes escritas, impõe-se mencionar que a leitura destes textos permitiu perceber que havia aerogramas em falta, situação recorrente em vários tipos de acervos mas particularmente frequente nos epistolares.

Quanto à fonte oral[5], foi recolhido o testemunho de José Carneiro, militar condutor em Angola no período em análise, que nos revela pormenores da guerra na

[2]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974.* Lisboa: Edição de Autor, 2004.
[3] PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino.* Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003.
[4]SANTO, Sílvia Espírito – *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974).* Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
[5]Entrevista a José Carneiro (militar-condutor em Angola, entre 1961-1964), realizada em 30.03.2018.

primeira pessoa, designadamente algumas informações que maximizam a articulação dos resultados da pesquisa.

No que concerne às opções metodológicas, para melhor tratamento dos dados recolhidos construiu-se uma base de dados, em *Microsoft Excel*, onde se registaram os dados empíricos. Embora a análise seja predominantemente qualitativa, engloba também a abordagem qualitativa, nomeadamente no tocante à frequência da troca de aerogramas.

1. A Guerra Colonial e o serviço dos aerogramas – breve contextualização

A Guerra Colonial decorreu no período compreendido entre 1961 e 1974, nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné, onde estiveram em confronto as forças armadas portuguesas contra os movimentos de libertação dessas colónias. O número de efetivos militares rondou os 50 mil em 1961, chegando aos 149 mil no final da guerra. Especificamente em Angola, o número variou de cerca de 34 mil militares no início do conflito até 65 mil efectivos em 1974.

As primeiras rebeliões iniciam-se em Março na zona norte de Angola, nomeadamente nas regiões do Zaire, Uíje e Cuanza Norte. Neste território, os primeiros movimentos de luta pela independência foram a União das Populações de Angola (UPA), principalmente de caráter tribal, e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), juntando-se, a partir de 1966, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)[6]. Face à onda de guerra, assiste-se ao envio dos primeiros contingentes militares para o norte de Angola, a 21 de abril de 1961, que chegam a este território a 1 maio de 1961, a bordo do navio *Niassa*. Ainda nesse mês, aportam mais reforços militares transportados no *Vera Cruz* que vão ocupar as zonas de Maquela do Zombo e Santa Cruz, junto à zona norte da fronteira.[7]

Porém, era necessária a manutenção do bem-estar dos vários militares que se encontravam no Ultramar, proporcionando-lhes contacto frequente com as suas famílias, e este estabelecia-se através da troca de aerogramas.

[6]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Edição de Autor, 2004, p. 18 e 19.
[7]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Edição de Autor, 2004, p. 19.

O serviço de distribuição dos aerogramas foi criado pelo Movimento Nacional Feminino (MNF), a 28 de abril de 1961, por mulheres da alta burguesia, representadas pela figura de Cecília Supico Pinto. Teve um papel fundamental no apoio moral e social aos soldados e suas famílias. O Movimento Nacional Feminino imprimia e distribuía e os aerogramas que serviam como meio de comunicação entre aqueles que se encontravam no Ultramar e aqueles que permaneciam na Metrópole[8].

A correspondência dividia-se em vários tipos, destacando-se os aerogramas[9] considerados por muitos como uma subcategoria deste meio de comunicação e transitavam por via aérea, nos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), usufruindo de isenção de franquia militar[10].

Os soldados esperavam ansiosamente pela chegada e partida semanal do correio do Serviço Postal Militar, que era o responsável pelo transporte de aerogramas e notícias entre os combatentes e as suas famílias. Alguns dos soldados chegavam a enviar anúncios para revistas da metrópole a pedir madrinhas de guerra, outros com menor instrução pediam auxílio daqueles que a quem lhes estavam mais próximos para os ajudar a ler e escrever os aerogramas[11].

Este conflito foi também pautado pela falta de comunicação que desencadeava nos soldados várias dificuldades.

Este movimento regia-se pelos ideais vinculados ao regime salazarista, onde estava patente a ideia do esforço de guerra para o bem da pátria, e a da "vocação natural"[12] das mulheres imposta pelas organizações do Estado, como o caso da Mocidade Portuguesa. As mulheres que integravam este movimento eram originárias quer da comissão central, quer das comissões provinciais, ou distritais, onde desempenhavam funções de solidariedade para com aqueles que estavam no campo de batalha, e com aqueles que ficavam na metrópole, como era o caso dos Serviços Sociais das Forças Armadas[13].

[8]PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino.* Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 50.
[9] Também conhecidos como bate-estradas, in PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino.* Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 50.
[10]PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino.* Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 50.
[11]TEIXEIRA, Nuno Severiano – O correio. IN BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal* Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 5, p. 154-155.
[12] SANTOS, Sílvia Espírito – *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974).* Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 20.
[13] SANTOS, Sílvia Espírito – *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974).* Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 28.

Quanto às madrinhas de guerra, foi uma das iniciativas de maior sucesso e destinava-se a apoiar aquelas que se encontravam na guerra, através da correspondência. De acordo com as normas do MNF, a troca de correspondência das madrinhas deveria ser regular, obrigatória, incutindo no afilhado o sentimento de glória pelo país, devendo ainda estabelecer contacto com a família dele, zelando pelo bem-estar desta[14]. Havia ainda um perfil para estas mulheres, elas deveriam ser portuguesas, maiores de 20 anos e, moralmente deveriam identificar-se com os ideais defendidos pelo regime, nomeadamente, o patriotismo e o espírito de coragem e sacrifício. Note-se que existiam inúmeros pedidos para madrinhas de guerra, todavia, o processo de distribuição levado a cabo pelo Movimento Nacional Feminino era lento, o que levava a que muitas madrinhas acabassem por aceitar cerca de três ou quatro afilhados.

O Serviço Postal Militar, a partir de 1971, passa a controlar directamente o transporte e distribuição dos aerogramas, funções que até aí pertenciam aos comandos militares e ao Movimento Nacional Feminino[15].

No início das operações militares o Serviço de Postal Militar em Angola não se encontrava organizado, nem existia um local para acomodação dos efectivos militares, e assim sendo inicia-se a construção do Campo Maior de Grafanil, nos arredores de Luanda.

As comissões de serviço militar duravam cerca de dois anos e os militares durante a sua estadia podiam ocupar vários locais, na Província onde se encontravam destacados. Entre as possíveis deslocações, o Indicativo Postal Militar (ou SPM) atribuído a um militar mantinha-se habitualmente inalterado, sendo que o indicativo da Província de Angola terminado com o número 6[16]. Note-se ainda que quando as operações militares eram mais prolongadas e as zonas onde decorriam as operações eram de difícil acesso as malas do correio tinham características específicas para serem lançadas a bordo de um avião[17].

Segundo o historiador Oliveira Pinto "o aerograma consiste numa folha de

[14]SANTOS, Sílvia Espírito – *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 29.
[15] SANTO, Sílvia Espírito – *Adeus até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*, p. 50.
[16] BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Edição de Autor, 2004, p. 85.
[17]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Edição de Autor, 2004, p. 75.

correspondência cujo volume, depois de dobrada e fechada, corresponde ao de um postal correio. A parte dianteira destinava-se ao endereço e necessitava da inscrição "AEROGRAMME"[18].

Inicialmente, os primeiros aerogramas eram distribuídos com algumas limitações, sendo cedidos somente àqueles militares ao serviço do Ultramar, e só posteriormente são concedidos àqueles que se encontravam destacados na Metrópole e ilhas. No que diz respeito ao conteúdo, não se podiam transportar folhas de papel ou objetos, nem existia censura sobre o conteúdo dos mesmos. Todavia, inúmeros militares, por vezes, acrescentavam folhas de papel no seu interior, quando tinham muito para dizer ou queria poupar noutro aerograma[19].

Quanto às normas de circulação, no aerograma só deveriam constar o nome do militar, o seu posto, o número do destinatário e o seu número de SPM, que era pessoal, bem como, intransmissível, e lhe era dado quando este embarcava, nunca podendo constar a província ultramarina onde este se encontrava. Todos os dias eram mandados aerogramas provenientes das várias regiões do país para Lisboa, onde eram organizados, segundo os indicativos postais de cada província. Já no Ultramar funcionava de forma diferente, pois os militares mandavam as suas cartas para os comandos, que as enviavam para as forças armadas[20].

Este tipo de correspondência, isenta de franquia, era então dividida em dois tipos: os aerogramas amarelos que eram enviados no sentido Ultramar – Continente e os aerogramas azuis enviados no sentido Continente – Ultramar[21]. Contudo, devido à grande carência de aerogramas a cor nem sempre era cumprida, pois, apesar dos esforços feitos pelo Movimento Nacional Feminino, não conseguia responder às solicitações crescentes[22]. Nesse contexto, o MNF sobrevivia sobretudo graças a patrocínios, provenientes de entidades tais como: o Banco de Angola e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que marcavam o seu logotipo nos envelopes dos vários

[18]PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino.* Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 50.
[19]PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino*. Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 51.
[20]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974.* Lisboa: Edição de Autor, 2004, p. 38.
[21]PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino*. Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 53.
[22]BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service*. *Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974.* Lisboa: Edição de Autor, 2004. p. 32.

aerogramas. Dado isso, o preço de cada aerograma era de 20 centavos e o carimbo com o preço era colocado na frente do aerograma[23]. Já em Angola, os aerogramas editados pela região militar de Angola contavam com a publicidade de entidades como o Banco Comercial de Angola.

Durante a Guerra Colonial, a troca massiva de aerogramas era uma realidade conhecida por todos, todavia, os números conhecidos que a ela se referem, por vezes demonstram uma certa discrepância. Segundo dados do Serviço Postal Militar durante a Guerra Colonial foram trocados em média cerca de 300 milhões de aerogramas. Contudo, estes dados divergem com os fornecidos pela Liga dos Combatentes, que nos afirma que foram trocados 373 629 533 aerogramas, valor este superior àquele apontado pelo S.P.M. Neste contexto, são ainda mencionados os dados apontados pelo historiador, António de Oliveira Marques, na obra "Catálogo de Inteiros Postais Portugueses", que afirma que as emissões totalizariam 376 milhões de aerogramas[24].

2. A Comunicação entre Angola e a Metrópole: Emissores, Recetores e Frequência da troca de aerogramas

2.1. O espólio do Porto

A primeira análise realizou-se ao espólio do Porto (1967-1969) que como foi mencionado anteriormente, era constituído por 316 aerogramas, todos eles redigidos ao mesmo militar, mas não havendo missivas escritas por ele.

Desta forma, este espólio contava com a redação de aerogramas de 8 intervenientes[25], sendo cada um deles analisado de seguida.

No que diz respeito aos emissores deste espólio é nos percetível que a maioria da correspondência, correspondente a um total de 251 aerogramas, foi redigida pela companheira do militar.

Segue-se a mãe deste militar que ao longo da sua estadia na guerra colonial redigiu um total de 21 aerogramas para o seu filho. Esta era uma quantidade bastante mais reduzida, comparativamente ao caso anterior. Todavia, tal justifica-se segundo a análise da correspondência, pois a mãe do militar possuía um nível de escolaridade

[23] BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Postal Militar/History of Portuguese Military Postal Service Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974*, p. 32.
[24] PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P. M, 1961- 1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino*. Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003, p. 55.
[25] Diagrama disponível em anexo.

bastante baixo, necessitando da ajuda de outrem para redigir a correspondência, e deste modo, comunicar com o seu filho.

Seguem-se os aerogramas da sogra do militar, que não sendo um familiar direto foi autora de 17 dos aerogramas presentes neste espólio.

Outro dos intervenientes deste espólio é alguém que se identifica como irmã deste militar, contando este com 16 aerogramas redigidos por esta. Note-se que esta é somente uma análise do espólio em questão, que pertencia à companheira do militar, pois provavelmente esta irmã terá redigido mais missivas que não constam neste acervo.

O pouco acesso à escolarização, justifica também que o pai deste militar tenha somente enviado 6 aerogramas ao seu filho durante os 24 meses de estadia em Angola. Contudo, a maioria das mensagens que este desejava transmitir ao seu filho iam pela via da correspondência da sua esposa.

Em menor quantidade existem ainda aerogramas redigidos pelas madrinhas de guerra deste militar. Neste fundo documental identifica-se a existência de 3 madrinhas de guerra diferentes, sendo estas tinham enviado no total somente 4 aerogramas, duas delas enviaram 1 cada uma, e uma outra tinha enviado 2 aerogramas para este soldado.

Frequência de envio de aerogramas por emissor

Madrinha nº 1	Madrinha nº 2	Madrinha nº 3	Mãe	Pai	Irmã	Companheira	sogra	Sem remetente	Total
2	1	1	21	6	16	251	17	1	**316**

(Fonte: Arquivo Particular Porto, 1967-1969)

Tabela nº1: Tabela de frequência de envio de aerogramas por emissor- espólio do Porto

No que diz respeito à frequência anual de envio destes 316 aerogramas presentes neste acervo, estes dividem-se conforme os dois anos que o militar esteve destacado em Angola, nomeadamente entre o ano de 1967 e 1969. O ano de 1967 contém 102 aerogramas redigidos a partir de Outubro de 1967, altura em que o militar terá partido para Angola. Note-se que o militar só esteve no Ultramar somente 3 meses desse ano, todavia, recebeu 102 cartas, o que demostra que inicialmente a regularidade de escrita para este era maior.

No ano de 1968, apesar de o militar ter permanecido os 12 meses no destacamento, existem somente 77 aerogramas. Todavia, não nos é possível saber se foram só este que o militar recebeu ou se existiram outros que se tenham perdido.

Por fim, o fundo documental contava ainda com 137 aerogramas redigidos para o militar no ano de 1969. Segundo a análise do espólio, este ano era aquele em que mais

emissores redigiram para o militar, contudo, sem qualquer razão aparente. Provavelmente tal dedução devia-se ao maior cuidado na conservação dos aerogramas deste ano.

Frequência da troca de aerogramas – Espólio do Porto (1967-1969)

Frequência anual

1967	1968	1969	Total
102	77	137	**316**

(Fonte: Arquivo Particular Porto, 1967-1969)

Tabela nº2: Tabela de frequência de envio anual de aerogramas - espólio do Porto

2.2. O espólio de Coimbra

No espólio de Coimbra (1971-1973), onde se procedeu à consulta de 87 aerogramas, contando com 10 intervenientes, todos eles emissores[26].

Dos aerogramas analisados 77 são redigidos pelo militar nº 1 para a sua mãe, a quem originalmente pertencia o acervo documental.

Seguem-se ainda em menor quantidade 2 aerogramas redigidos pelo militar número 3, e os restantes intervenientes redigem somente 1 aerograma (militar nº2, nº4 e nº5, mãe do militar nº1, amiga do militar nº3, madrinha do militar nº2, pai do militar nº2 e M.N.F.), daqueles presentes no espólio. Neste contexto, é ainda de destacar que apesar de a maioria dos aerogramas serem redigidos pelo militar número 1 para a sua mãe, a maioria dos intervenientes deste espólio, mais particularmente 7 intervenientes, redigem aerogramas para o militar nº2. Tal demonstra assim uma ligação deste militar a todos os outros intervenientes, e certamente também à mãe do militar número 1, uma vez que esta acaba por ficar na posse dos seus aerogramas. Existindo ainda correspondência trocada entre o militar número 1 e o militar número 2, e a deste com os militares números 3,4 e 5.

Frequência de envio de aerogramas por emissor

Militar nº 1	Militar nº 2	Militar nº 3	Militar nº 4	Militar nº5	Mãe Militar nº1	M.N.F	Amiga do Militar nº3	Madrinha do Militar nº2	Pai Militar nº2	Total
77	1	2	1	1	1	1	1	1	1	**87**

(Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 1971-1973)

Tabela nº3: Tabela de frequência de envio por emissor de aerogramas – espólio de Coimbra

[26] Diagrama disponível nos anexos.

Quanto à frequência anual do envio de aerogramas, contem 33 aerogramas do ano de 1971, em detrimento dos 53 do ano de 1972, que nos vão conceder mais pormenores acerca das representações da guerra.

Por fim, explicar que no ano de 1973 só se encontra um aerograma disponível para consulta, apesar de o militar nº 1 ter permanecido mais tempo na guerra.

Frequência da troca de aerogramas – Espólio de Coimbra (1971-1973)

Frequência anual

1971	1972	1973	Total
33	53	1	**87**

(Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 1971-1973)

Tabela nº4: Tabela de frequência de envio anual de aerogramas – espólio de Coimbra

3. Notícias de "casa" – das madrinhas de guerra, aos familiares e amigos

Os aerogramas eram uma espécie de refúgio para tentar diminuir a distância daqueles que estavam na guerra e daqueles que se encontravam na metrópole. E por isso, passamos de seguida a analisar o que cada tipo de interveniente transmitia aos seus soldados.

As madrinhas de guerra obedeciam a características que o regime pretendia. Deveriam assim moldar os seus afilhados com os ideais tipicamente patrióticos, estabelecendo um vínculo regular com estes. Todavia, segundo a análise realizada às poucas cartas se encontram provenientes deste emissor nos dois espólios.

As jovens que estabeleciam contacto com estes soldados muitas vezes pertenciam ao Movimento Nacional Feminino, mas noutras vezes o envio de aerogramas para os militares fazia-se através de uma iniciativa livre. Os pedidos para madrinha de guerra eram crescentes, principalmente a partir da 2ª metade da década de 60, o que levava a que muitas delas tivessem vários afilhados, e talvez por isso, existam nestes espólios poucos aerogramas redigidos pelas mesmas. Neste contexto, pode ainda colocar-se a hipótese de ou a maioria dos aerogramas destas se terem extraviado, ou então, de as conversas entre os dois intervenientes serem tão superficiais que se mantinham por um curto período de tempo

Mesmo existindo poucos aerogramas de madrinhas de guerra nos dois acervos documentais (4 no acervo do Porto e 1 no de Coimbra) podemos retirar algumas conclusões quanto à prática discursiva presente nestes aerogramas.

Era comum que estas mulheres numa fase inicial se apresentassem através de uma descrição física da pessoal, contendo nos aerogramas elementos como altura, peso, bem como, cor do cabelo e dos olhos. Note-se que por vezes era constante expor um exagero da realidade, no que diz respeito às qualidades físicas, sendo frequente o pedido de fotografias, de modo a idealizar de forma mais realista soldados e madrinhas de guerra.

> «[…] tenho 1,54 m e altura, peso 52 kg, tenho outros castanhos, cabelo igual, ou seja castanho e tenho um sinal castanho na face do lado direito. Sou natural de Trás-os-Montes, estou no Porto há um ano, faz agora para Janeiro e tenho 19 anos feitos. Quanto a fotos presentemente não as tenho, mas ou tira-las como todo o gosto lhe mandarei uma. Já agora se não sou [-] fazia o gosto que você me mandasse umas e eu depois retribuo. Já agora é caso ou solteiro? Já está há muito tempo? Também conheço a casa onde você trabalhava ainda há pouco comprei lá uns sapatos. Eu não sou enfermeira, mas ando a lutar para o ser se Deus me der sorte talvez para o ano já seja estagiaria assim como espero que Deus me ajude. Para o próximo mês de Janeiro já vou para a Escola de Enfermagem de Alvares Cabral […]»[27].

A primeira destas madrinhas era do Funchal e estabelece desde o início a amizade que desejava manter com o combatente, contudo desta existe somente um aerograma.

Outra destas madrinhas era a de Trás os Montes, que apesar de só existirem 2 "aéreos", é nos perceptível que somente a sua mãe sabia que ela escrevia, pois foi obrigada a pedir-lhe autorização. Esta identificava-se como uma recém enfermeira, o que desde logo demarca a sua juventude. Através dos seus discursos é notório que o combatente se sentiu ofendido quando questionado acerca da sua solteirice. Porém, percebia a dor que estava subentendida à família do militar, pois ela própria tinha tido em tempos um irmão na guerra do Ultramar.

Quanto à outra madrinha de guerra analisada esta era do distrito do Porto, mas o seu aerograma poucas informações nos transmite, estando presente neste a valorização do esforço do militar, pela sua Pátria, onde lhe eram transmitidos votos de coragem.

No entanto, muitas destas madrinhas eram-no por conhecimento de pessoas em comum, exemplo disso é o da madrinha da qual existe 1 aerograma, no fundo documental *Maria Cesaltina Matos*, ou seja, no acervo de Coimbra, que desejava tornar-se madrinha de guerra de redes de conhecimento do seu primo.

Quanto às temáticas veiculadas pelos familiares e amigos, estas debruçam-se sobre os mais diversos assuntos tais como: a recorrente necessidade em manifestar

[27] Arquivo Particular Porto – Aerogramas (10-12-1967).

sentimentos amorosos e debatem-se essencialmente problemas familiares, onde se fazia sempre presente a evocação religiosa.

Era frequentemente, o relato de acontecimentos banais quer da sua vida destes emissores, bem como da vida alheia, como forma, de conceder ao combatente a ideia de tranquilidade da vida na Metrópole, de o entreter e satisfazer a sua curiosidade.

Contudo, em algumas cartas são concedidas informações acerca do falecimento de algum conhecido dos combatentes, notícia que muitas vezes não era expressa através de "aerogramas de luto". Segundo leituras considera-se que este tipo de aerogramas era redigido normalmente quando, se tratava de noticiar o falecimento de algum familiar direto.

Nos aerogramas era frequente a troca de fotografias, bem como postais, para que os militares conseguissem acompanhar o quotidiano das suas famílias.

No que diz respeito ao espólio do Porto, a companheira do combatente tece numerosas lamentações pela sua ausência no processo de crescimento da filha do casal, criticando ainda o refúgio no álcool dos militares e de que forma a forçada ausência ao serviço nas colónias poderia levar a que estes caíssem em desgraça. Note-se que por parte desta emissora são enviadas várias cartas, com uma periocidade quase diária em alguns meses.

Quando o envio e receção de aerogramas não chegavam atempadamente às suas famílias era justificada pela incapacidade do Movimento Nacional Feminino e do Serviço Postal Militar em conseguir acompanhar as crescentes trocas de aerogramas, que ocorreram a partir de meados da década de 60.

Quanto aos pais do militar do espólio do Porto, são notórias as falências nos discursos com estes, pedindo o combatente frequentemente aos seus pais que lhe escrevessem mais vezes aerogramas. No seguimento disto, é referido ainda o analfabetismo dos seus progenitores, que pediam sempre a alguém conhecido para lhes redigir as cartas, e provavelmente daí provém a troca de correspondência menos regular.

No que se refere à correspondência trocada com a sua irmã, foi perceptível a preocupação constante para com o bem-estar do irmão, bem como os constantes discursos patentes de esperança e "esforço pela nação". Por consequência é nos possível constatar adesão aos ideais nacionalistas vinculados pelo Estado Novo, mas também a constante crítica ao regime e às desgraças resultantes da guerra. Neste contexto, surge várias vezes como assunto as baixas remunerações pagas pelo Estado aos familiares daqueles que se encontravam na guerra.

Destacam-se ainda as épocas festivas, tais como o natal e o ano novo, que eram sempre celebradas com votos de esperança por aqueles que não se encontravam nas colónias, e onde se incutia o espirito de solidariedade e ajuda ao próximo, onde as mulheres dos militares mandavam postais não só para os maridos, mas também para os seus restantes colegas.

Note-se ainda, que o espólio do Porto conta com uma carta sem remetente, mas onde nos é compreensível que este aerograma fora escrito por um militar, colega do combatente onde são denunciados constantes refúgios no álcool, como forma de esquecer a guerra. Neste contexto, é também necessário perceber o porquê de este espólio não contar com os aerogramas redigidos pelo próprio militar. Segundo testemunhos que foram obtidos através de um discurso oral, mas que não estão expostos em qualquer documentação, o militar e a família acabou por se desfazer da mesma, uma vez que não lhe atribuía qualquer valor patrimonial.

Quanto ao espólio de Coimbra, sendo este constituído por cartas que nos transmitem na sua maioria representações da vida no Ultramar, pouco nos é possível acrescentar no que diz respeito a temáticas e tipos de discurso.

Genericamente, o discurso dos familiares e amigos, assumia frequentemente um carácter subtil no que diz respeito à guerra, preferindo-se na maioria das vezes relatar acontecimentos banais do dia-a-dia na metrópole, ou do quotidiano das suas famílias.

Mencionavam, também de forma constante, o número de meses que o militar se encontrava em guerra, bem como o tempo que lhe faltava cumprir, informação que parecia incutir ânimo àquele que passava tanto tempo privado da companhia dos seus familiares e amigos.

A reclamação pela falta de correio era uma constante, pois os atrasos chegavam a reter 3 ou 4 aerogramas, que, portanto, só muito tardiamente chegavam quer a familiares, quer a militares. Estes atrasos levavam ainda a que muitas vezes se fizessem suposições sobre possíveis acontecimentos, colocando-se a traição conjugal como hipótese.

4. Representações da Guerra Colonial em Angola através dos aerogramas dos militares

As representações da Guerra Colonial que os militares transmitiam para a Metrópole assentavam numa imagem de bem-estar na colónia, como se o pior da guerra tivesse já passado[28].

A troca de correspondência entre o militar número 1 e a sua mãe inicia-se ainda a bordo do navio "Vera Cruz", justificando que relatava a viagem antes de chegar ao destino, porque depois poderia não ter tempo. Revela ainda que à deriva em alto mar, a vida era pacífica, apesar da enorme quantidade de água, em seu redor[29].

Posteriormente transmite ainda à sua mãe a beleza da cidade de Luanda, constando nos seus aerogramas um discurso bastante monótono, onde eram constantes as questões acerca dos seus irmãos mais novos, bem como questões acerca do quotidiano e da sua família.

O militar número 1 chega mesmo a denominar o território como um "desterro, que não se vê ninguém, a população mais perto está a 15 km"[30], tal denotava a uma atitude de desvalorização do conflito, ou então que o epicentro deste não se encontrava na região de Mucondo, que era onde este militar se encontrava.

Todavia, apesar do clima de estabilidade parece ser logo abalado, pois no mês seguinte inicia-se a primeira das várias queixas, no que dizia respeito ao atraso no pagamento por parte do Estado aos seus militares, queixando-se do atraso de 2 meses[31].

Eram também uma constante as reclamações acerca das burocracias para obter os rendimentos provenientes da estadia dos militares em Angola[32], chegando o militar nº 1 a mencionar que se sustentava com 600 escudos provenientes dos rendimentos da sua mãe[33]. Pedia-lhe que lhe enviasse dinheiro embrulhado em jornais e em correio dito "normal", uma vez que havia menos probabilidade de o envelope ser aberto pelas

[28] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 27 de Maio de 1971.
[29] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 1971.
[30] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 30 de Maio de 1971.
[31]Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 9 de Junho de 1971.
[32] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 11 de Novembro de 1971.
[33] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 17 de Fevereiro de 1972.

autoridades competentes[34].

Nas poucas queixas que existiam à sua mãe, este militar chega mesmo a pedir à mãe para esta lhe enviar aerogramas, pois os que davam aos soldados eram cada vez menos, cerca de 10 por mês ("aqui só se come e dorme […] só nos dão 10 aerogramas por mês […] para nada dão"[35]), isto já numa fase de falência do Movimento Nacional Feminino, em que poucos aerogramas eram concedidos aos combatentes.

Existem ainda relatos sobre épocas festivas como o Natal, onde apesar do discurso saudoso, relata que os militares passavam estas épocas todos juntos, relatando a vinda da mulher do seu capitão, o jantar em conjunto, e as posteriores voltas à fazenda já embriagado, sendo mais um militar a afirmar que o álcool servia de refúgio para a tristeza.

Porém, a imagem que era veiculada entre os militares, sobre os diferentes locais onde estes se encontravam, ou aqueles para os quais eram dirigidos em missão, era diferente daquela que transmitiam para a metrópole.

Entre estes militares, a crítica à guerra era uma constante e, de forma indireta, ao regime que defendia a sua manutenção.

Exemplo disso é o relato de um episódio em que um destacamento esteve cerca de 2 horas de baixo de fogo; estes militares relatam que foi um milagre não ter havido feridos (Janeiro de 1972).

Sucedem-se os relatos onde são revelados pormenores das operações e o sacrifício, exemplo disso foi um aerograma do militar número 3, para o militar número 2, onde relata que a zona onde este se encontrava era perigosa e que constantemente existiam problemas. Conta-lhe episódios do quotidiano, tais como a ida a um acampamento a cerca de 20 km em Janeiro e que foi um milagre não existirem feridos. Conta que a 29 de fevereiro foram a um acampamento "turra" e que ao tentarem lá entrar houve uma pessoa que morreu e um ferido, de Coimbra, de seguida revela outro episódio onde existiu um morto e 4 feridos e que passados 2 dias rebentou uma mina, em Mucondo. Conta também que a 28 desse mês foram a S. Eulália e cravaram de balas uma cantina civil. Respondendo ao aerograma do amigo que lhe contou que os nativos

[34] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 8 de Abril de 1972.
[35] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 18 de Novembro de 1972.

tinham atacado umas viaturas civis, onde questiona o amigo se este andava com as viaturas sem serem escoltadas[36].

Para escapar à guerra muitos dos soldados faziam-se de doentes, existindo relatos do militar número 1, que num certo dia os seu companheiros tinham voltado do combate, mas ele fez-se de doente, com a pulsação fraca, recorrendo à enfermaria para não ir, onde lhe foi dada uma dispensa, ficando de cama e só saiu de lá quando os seus colegas ausentar-se para as operações, que tinha a duração de 4 dias[37].

No que diz respeito à linguagem, empregavam o calão com frequência, designando os inimigos por "turras". O calão era usado em aerogramas enviados para a metrópole, bem como para aerogramas enviados entre os militares, onde se intensificava a linguagem imprópria.

A sua linguagem torna-se particularmente obscena quando os militares se referiam às mulheres africanas, sendo mencionadas como prostitutas, que vendiam serviços sexuais aos soldados, revelando que o incomoda a maneira de como estas mulheres se insinuavam aos homens, dizendo que muitas delas se põem à porta deles[38].

De facto, segundo os relatos trocados por entre os vários militares o desagrado face à guerra era uma contante, e este refletia-se nas suas acções, bem como nos seus discursos. A guerra era vista como uma calamidade e todos estavam inseridos no conflito por obrigação, pois o desejo que esta terminasse estava patente na população, e em particular nos militares. Estes estavam sujeitos a más condições, bem como a má alimentação, não lhes sendo concedido o básico para que estes pudessem exercer as suas funções.

> «Mandas-me dizer que para ti a guerra só agora está a começar. Deus queira que esses 80 dias que te faltam que passem depressa…. […] também mandaste dizer que em 14 dias de mato só comeste rações de combate, pois isso para aí é de praxe e não podemos dizer mal, se não lerpamos […] é assim, quem não gosta não come»[39].

[36] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 29 de Março de 1971.
[37] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 2 de Maio de 1972.
[38] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 20 de Abril de 1972.
[39] Centro de Documentação 25 de Abril – *Espólio de Maria Cesaltina Matos* [Coimbra], 18 de Julho de 1972.

Conclusão

No início da investigação procurou-se delimitar objectivos orientadores deste estudo, como forma de serem produzidas contribuições historiográficas, no âmbito do tema em estudo, particularmente a troca de aerogramas na Guerra Colonial.

Deste modo, procurou-se realizar uma análise cuidada e rigorosa à fonte seleccionada, nomeadamente os aerogramas. Esta fonte revelou-se primordial, uma vez que a investigação visava compreender as representações da guerra neste meio de correspondência e de que forma a abordava.

Foi necessário perceber de que forma circulavam os aerogramas, a que formalizações legais estavam submetidos e por que tipo de particularidades este tipo de correspondência era caracterizada, para entender a sua difusão e a sua massificação.

Posteriormente foram analisados os emissores e recetores dos acervos seleccionados, bem como a frequência do envio de aerogramas nestes, como forma de se entender se de facto este era o meio de comunicação predominante entre as famílias e estes militares.

E seguidamente, tentou perceber-se que tipas de temáticas eram abordadas neste meio de correspondência, e com que tipo de discursos estas eram difundidas, de modo, a analisarmos quais as representações que os combatentes transmitiam da guerra, e se o transmitiam do mesmo modo para todos.

A investigação permitiu-nos retirar algumas conclusões, no âmbito da troca de aerogramas durante o conflito colonial.

De facto, apesar dos constantes atrasos, os aerogramas agilizaram a correspondência durante a guerra colonial, graças ao seu serviço de impressão e de transporte. E nem mesmo quando o Serviço Postal militar assume o controlo deste meio de correspondência, não se denota um decréscimo da sua utilização.

Quanto à análise dos vários textos, verifica-se o receio de falar e pensar na política e na situação de guerra, isto é, no regime – autocensura quer por parte dos militares quer dos familiares, que preferiam dar destaque a acontecimentos banais do dia-a-dia ou de âmbito familiar.

Destaca-se ainda uma forte influência dos ideais do regime na correspondência analisada: no caso das madrinhas de guerra era de esperar, mas também surge no discurso dos familiares.

As fontes serviram de suporte científico para esta investigação, uma vez que nos concederam informações bastante importantes sobre o tema e nos permitiu responder às problemáticas propostas. Todavia, sendo estas fontes em papel e provenientes de arquivos particulares era de esperar encontrar obstáculos, desde a indevida conservação do papel, bem como, à falta de aerogramas na sequência lógica dos espólios, que por vezes nos poderia ter levado à incompreensão de certas questões.

Por fim, apesar dos objectivos propostos inicialmente terem sido alcançados, é nos possível levantar outras questões às quais se poderá procurar dar resposta futuramente. Espera-se assim continuar a investigação através da análise de outros espólios, bem como outro tipo de fontes no âmbito deste tema, que nos permitam desenvolver outros conteúdos e aprofundar algumas questões.

Fontes

Fontes epistolares:

Arquivo Particular Porto – Aerogramas (19.10.1967- 29.09.1969).

Centro de Documentação 25 de Abril – Aerogramas. Espólio de Maria Cesaltina Matos [Coimbra], (02.1.1971-22.3.1973).

Fontes orais:

Entrevista a José Carneiro (militar-condutor em Angola, entre 1961-1964), realizada em 30.03.2018.

Biobliografia

AFONSO, Anacleto; GOMES, Carlos de Matos- – *Os anos da guerra colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

ALMEIDA, Ana Nunes de (coord.) – Os nossos dias. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2011. Vol. 4.

ANTUNES, José Freire – *A Guerra em África*, 2 vol. Lisboa: Temas e Debates, 1996.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal: O Real: A experiência da Guerra, O imaginário: O Discurso sobre a Guerra*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004,Vol. 5.

BARATA, Paulo Rui – *Aerogramas de Portugal*. Lisboa: Edição Publifil, 1976.

BARREIROS, Eduardo e Luís – *História do Serviço Militar/History of Portuguese Militar Postal Service*. Aerogramas militares. Catálogo. Guerra Colonial 1961-1974. Lisboa: Edição de Autor, 2004.

MATEUS, Dalila Cabrita – *Angola 61: Guerra colonial: causas e consequências*. 2ª ed. Alfragide: Texto Editores, 2011.

PINTO, António Costa – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações, 2004.

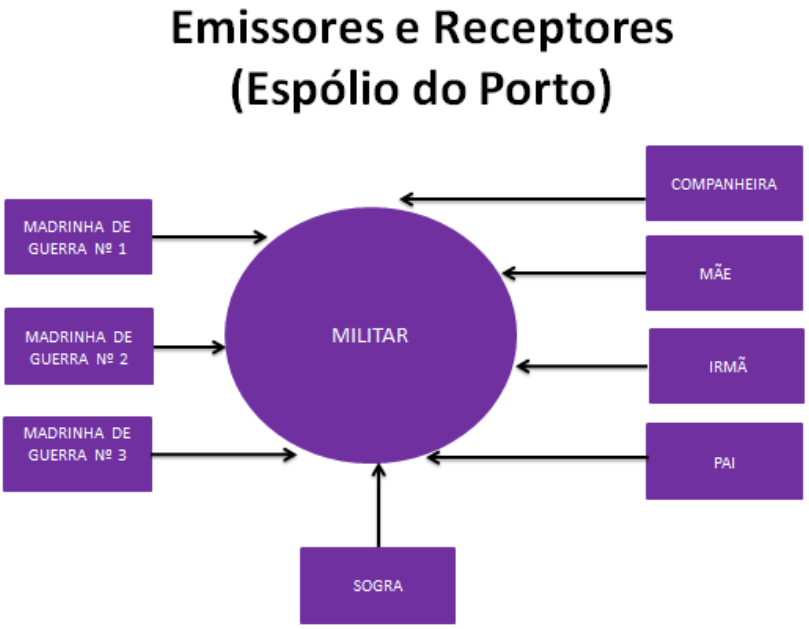
PINTO, Oliveira – *História Postal do S.P.M 1961-1981: Aerogramas e Movimento Nacional Feminino*. Porto: Núcleo Gráfico do Exército, 2003.

ROSAS, Fernando – O Estado Novo (1926-1974). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994. Vol.7.

SANTO, Sílvia Espírito – *Adeus, até ao teu regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial: 1961-1974*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

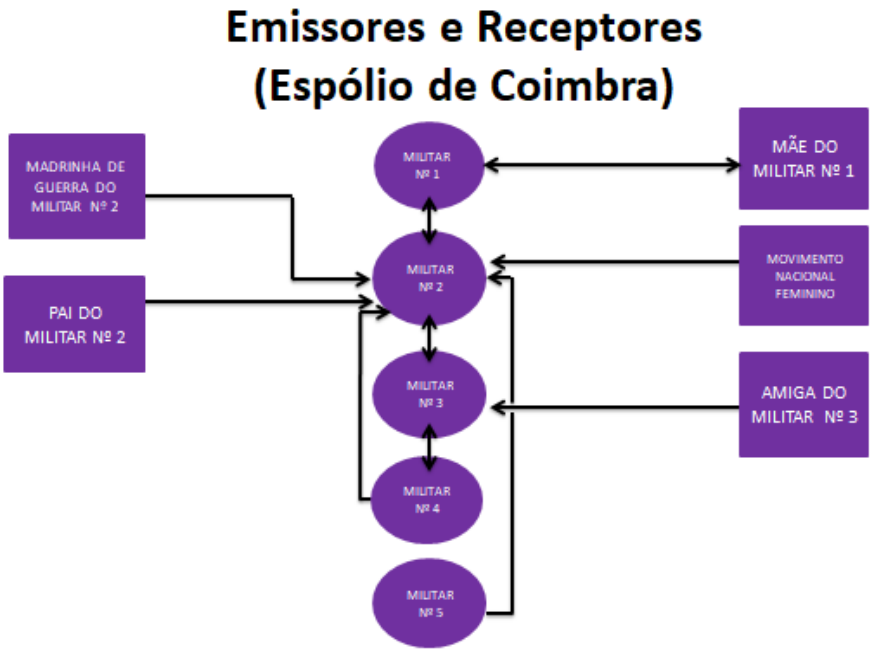
Anexos

Anexo 1



(Fonte: Arquivo Particular Porto, 1967-1969)

Anexo 2



(Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 1971-1973)

Anexo 3

(FONTE: *Disponível em: ultramar.terraweb.biz* [consultado em 19.3.2018])

Anexo 4

Entrevista realizada a José Carneiro (militar condutor em Angola) e à sua esposa, realizada a 30 de Março de 2018.

Entrevistador: Foi em 1961 para a guerra, certo? Em que cidade esteve?

José Carneiro: Em tantas (…) Luanda, Manguela, Salazar, Mugongo, Sanzala

E: Não sabe em quantas cidades esteve no total?

J. C.: Foi muita coisa (…) Eu andei de lado para lado sempre. Estive no sul, estive no norte, corri quase tudo.

E: Como é que se deslocava de um lado para o outro?

J.C: Era condutor.

E: E como era quando você ia para a frente de guerra?

J.C: Eu não ia para o mato, ia sempre com o carro. Ficava no carro até uma certa altura, todos acomodados e depois deixava-os sozinhos.

E: E o que é que viu enquanto lá se encontrou?

J.C: Ver não vi nada, só ouvia (…) muitos tiros. Eles já não eram para lá honrados, eram russos e outros, queriam eram derrotar os portugueses. Todos os que lá estão agora, todos eles eram contra Portugal. Todas elas eram para matar os portugueses porque lhes davam armamento, bombas e tudo para os matar.

E: Como é que trocava correspondência com a sua mulher?

J.C: Estava lá além sempre. O correio ia ter ao batalhão, era entregue no batalhão e de lá era distribuído para as companhias de cada província, e daí era distribuído e depois nos entregue.

E: Escrevia muito para a sua esposa?

J.C: Não sei, nem dei conta. Não era todos os dias, era conforme podia e muitas vezes não se podia.

[…]

J.C: Muitas vezes a gente escrevia e elas não chegavam. Elas iam à censura.

E: E se você mandasse dinheiro?

J.C: Podia passar, mas podia não passar também. Era todo pelo Estado, pela Companhia.

E: Quando escrevia para a sua mulher sobre que tipo de assuntos ou temáticas falavam?

J.C: Falava do amor, mas não falava do que se passava lá, não se podia, porque se contasse alguma coisa as cartas não chegavam, nem saíam de lá. Acontecia com as cartas e mesmo se fossem os aerogramas. Em tudo há censura, de lá não saía nada sem ir à censura.

E: Então do que falavam?

J.C: Do dia-a-dia e das saudades, e pouco mais.

E: Que situações mais o marcaram?

J.C: Uma vez nós motoristas fomos levar o batalhão até determinado ponto, com as luzes apagadas, sem o mínimo som, para alcançar o objetivo que eles queriam a troco de muito sangue. Aquilo era uma espécie de três muros. Lançaram uma espécie de bomba, uma granada de mão para o que estava em primeiro, ele ficou ceguinho, ficou ferido gravemente e morreu. Depois tentaram vir em massa para lhe tirar a roupa e levá-lo com eles, mas a malta reagiu e não os deixou aproximar. Nisto estava um furriel e estivemos presos com o melhor comandante deles, o melhor do norte de Angola. Entretanto levaram um dos nossos e um foi buscá-lo. Levou um tiro e morreu ali. Depois outros foram buscá-lo a ele também. O que eles queriam era roubar-lhe farda, armas e tudo, eles eram mais de 6000 e morreram muitos deles, nós eramos perto de 170 (cento e setenta).

De outra vez, íamos de helicóptero e um levou um tiro numa asa a 7 km levamos-lhes até 4 o resto foram a pé. Eles cortaram-lhes as antenas todas dos rádios, ele cortaram-nas todas.

Houve também um dia muito marcante para nós condutores, tivemos de os vestir e os enterrar, mas não era numa vala comum (…) Depois de vir não sei se os trouxeram, mas ainda hoje eles estão a trazer pessoal.

E: Como é que era quando o correio lá chegava? O que sentiam?

J.C: Quando a avioneta vinha, era uma alegria. Nem que estivéssemos longe, vínhamos para a formatura e entregavam-nos.

E: E como era um dia lá?

J.C: Era acordar com os tiros, de um lado e de outro.

E: E os aerogramas? Ainda os guarda?

J.C: Se calhar trouxe na mala, mas a vida é tão dura que nem sei mais deles.

DUARTE, Maria João Domingues – Os «Retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 503-529.

Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos

Maria João Domingues Duarte

duarte_mj@hotmail.com

Resumo

Após o 25 de abril de 1974, dá-se o fim da guerra colonial e o início do processo de descolonização, que consequentemente provocou o regresso de milhares de portugueses das ex-colónias portuguesas, ficando conhecidos por «retornados». Partindo da análise da fonte hemerográfica, *O Comércio do Porto*, e na recolha de testemunhos, este artigo pretende analisar o perfil dos retornados, o seu regresso e a sua reintegração durante o ano de 1975, no Porto. A maioria dos retornados provinha de Angola e detinham qualificações superiores à média nacional. Muitos regressaram através da "ponte aérea" contando com ajuda internacional e de vários apoios, como por exemplo o IARN, que foram importantes para o seu regresso.

Palavras-chave: retornados, ex-colónias portuguesas, descolonização, 1975, Porto.

Abstract

After the 25th April 1974, the colonial war ended and the process of decolonization began which resulted in the return of thousands of Portuguese from the former Portuguese colonies, later being known as «retornados». Based on the analysis of the hemerographic source, *O Comércio do Porto* and on the gathering of testimonies, this article intends to analyse the profile of the «retornados», their return and their reintegration during the year 1975 in Oporto. Most of the *retornados* came from Angola and had qualifications above national average. Many returned through the *ponte aérea*, with international help and many other supports, such as the IARN, which were very important for their return.

Keywords: retornados, former Portuguese colonies, decolonization, 1975, Oporto.

Introdução

O meu tema para a realização do Seminário de História Contemporânea são os «retornados» das ex-colónias portuguesas utilizando representações na imprensa periódica, no Porto, durante o ano de 1975 e a recolha de testemunhos de retornados. A fonte selecionada foi o jornal *O Comércio do Porto*, consultando apenas o ano de 1975. Sendo um jornal diário permitiu ter uma visão da sociedade portuguesa perante o fenómeno dos retornados. Foi neste ano que se registou o grosso modo regresso dos portugueses que se encontravam nas ex-colónias a Portugal e, também, o surgimento da "ponte aérea" para o transporte dos portugueses. Escolhi este tema por motivos pessoais, dado que os meus avós e o meu tio foram exemplos dos milhares ex-colonos regressados a Portugal. Por esse motivo, decidi reunir os seus testemunhos enquanto "retornados", realizando entrevistas para compreender melhor este fenómeno[1].

O tema sobre os retornados é relativamente estudado e isso reflete-se no estado da arte. Na bibliografia essencial para a melhor compreensão do tema destacam-se as obras de Rui Pena Pires, que nos apresenta a informação a nível estatístico e demográfico[2]. Além disso, utilizei para realização deste trabalho outras obras como as de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes[3] e de António Costa Pinto[4].

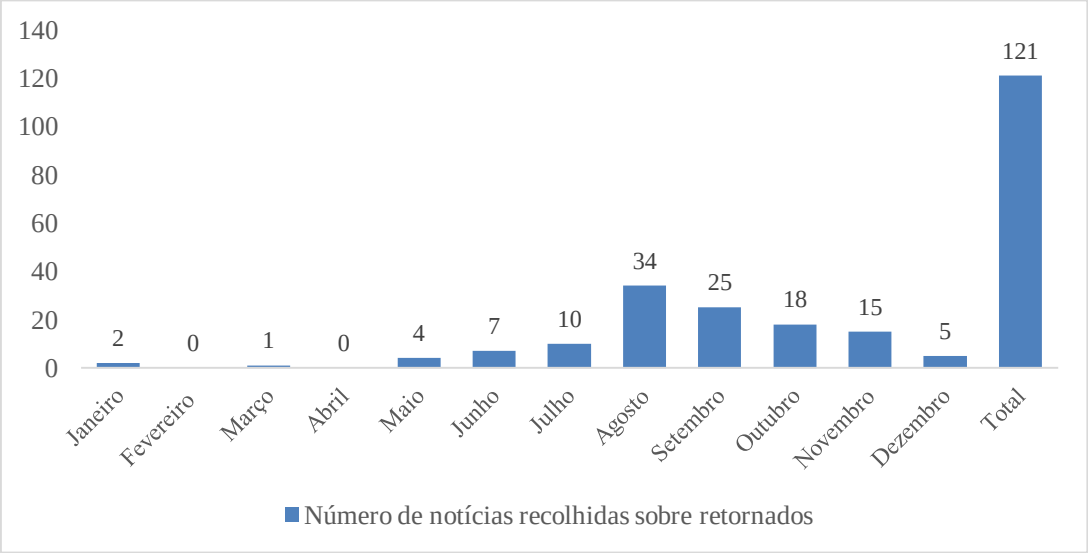
As minhas questões de investigação são: em que contexto se processou o fenómeno dos «retornados»? quem eram os retornados? de onde vieram os retornados e qual o seu destino? quais os motivos que levaram ao seu regresso? quando e como é que o governo português lidou com o fenómeno? quais os apoios que os retornados tiveram? e, por fim, que condições e medidas foram tomadas pelo governo para a integração dos retornados?

A metodologia utilizada ao longo do trabalho a análise documental, a partir das notícias que recolhi, na fonte, neste caso, o jornal *O Comércio do Porto*. Posteriormente, criei uma base de dados (com data, palavras-chave, autor, corpo de notícia e notas). No programa FileMarker, inseri-as em categorias. Na realização deste processo deparei-me com alguns obstáculos, nomeadamente os nomes das cidades, principalmente em Angola, em que muitos territórios mudaram as suas antigas

[1] Consultar em anexos o guião da entrevista e as respetivas entrevistas.
[2] PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.
[3] MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa". In MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.) – *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina / CES, 2013.
[4] PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

designações criadas durante o período colonial. Também encontrei alguns erros ortográficos nas notícias. No levantamento da informação encontramos várias designações para referir aos portugueses que regressaram das ex-colónias. Como por exemplo, "retornados", "refugiados", "espoliados" e "desalojados do ultramar", sendo os dois primeiros os mais usados. Obtive mais informação de retornados provindos de Angola do que das outras ex-colónias. Tal pode ser explicado pelo facto da colónia de Angola ter mais portugueses do que as restantes. Além disso, ao analisarmos *O Comércio do Porto* ao longo do ano, há mais notícias a partir do mês de maio, como podemos ver na tabela seguinte:

Tabela 1. Distribuição mensal das notícias recolhidas sobre os retornados no jornal *O Comércio do Porto*, 1975[5]:

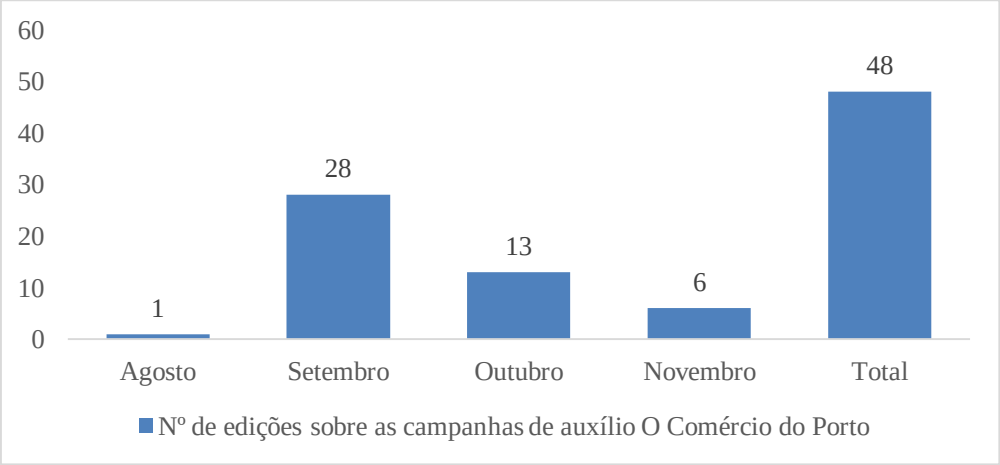


Fonte: *O Comércio do Porto*, 1975.

Além disso, realizei à parte uma recolha de notícias de apoio aos retornados, principalmente por iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*. Como podemos ver na tabela seguinte, as "campanhas de auxílio aos deslocados de Angola" surgem a partir dos finais de agosto até ao mês de novembro. Faz sentido, dado que durante o "verão quente" se dá o regresso maciço dos retornados e são imprescindíveis os apoios para os acolher.

[5] Não incluí as "campanhas de auxílio aos deslocados de Angola" do jornal *O Comércio do Porto*.

Tabela 2. Distribuição das "campanhas de auxílio aos deslocados de Angola" no jornal *O Comércio do Porto*, 1975:



Fonte: *O Comércio do Porto*, 1975.

São poucas as notícias que aparecem na primeira página do jornal. As que surgem destacam o regresso maciço de retornados, a chegada dos primeiros, a ponte aérea, as manifestações feitas pelos retornados e as campanhas de auxílio.

1. Contexto histórico

A revolução de 25 de abril de 1974 foi suscitada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com a finalidade de estabelecer um regime político democrático pondo fim às instituições do Estado Novo e à guerra colonial (iniciada em 1961)[6]. Marcelo Caetano, que tinha assumido o cargo de presidente do Conselho de Ministros em setembro de 1968 como sucessor de Oliveira Salazar, é exilado para o Brasil[7]. Este movimento revolucionário destaca-se pela característica particular, como afirma António Reis, de ser "um movimento estritamente militar" que atuou de forma autónoma em relação às forças políticas e partidárias existentes[8]. Foram responsáveis pela preparação do Programa do Movimento das Forças Armadas, em que apresentavam as principais linhas orientadoras de ação, tais como a criação de um governo provisório e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que seria eleita através do sufrágio universal direto e secreto; o respeito pelas liberdades fundamentais; a extinção

[6] REIS, António – A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Edições Alfa, 1990, p. 13.
[7] FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-42-0972-5, p. 18-19.
[8] REIS, António – A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização, p. 15.

da polícia política e abolição da censura; e a criação de uma nova política económica e social[9].

A questão sobre o destino das colónias encontrava-se no centro dos problemas nacionais a resolver e na origem da revolta das Forças Armadas. Em relação à descolonização, surge divergências entre o general Spínola e os principais oficiais do MFA. O general Spínola acabaria por excluir a versão original do programa do movimento relativamente ao direito de que determinação das colónias. Estava definido o "claro reconhecimento do direito à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos", passando a estar o "lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduz à paz" [10].

De todas as colónias, o processo de descolonização mais rápido foi o da Guiné-Bissau, já que o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) tinha declarado a independência em 24 de setembro de 1973. O Estado português reconhece a República da Guiné-Bissau a 10 de setembro de 1974 e a, afirmação do direito à independência de Cabo Verde (a 5 de julho de 1975) com assinatura do acordo em Argel, a 26 de agosto de 1974[11]. No caso das ilhas de São Tomé e Príncipe, segundo António Costa Pinto, foi "uma das claras independências" que foram uma consequência da transição democrática em Portugal e do surto global de descolonização e, assim, proclamou a independência a 12 de julho de 1975[12]. Em Moçambique, começaram as negociações na cidade de Lusaca, sendo proclamada, a independência a 25 de junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)[13]. Em Angola, o processo de descolonização foi o mais complexo, teve mais consequências internas e internacionais, o que criou maiores preocupações para Portugal[14]. Foi o Acordo de Alvor, com e os três movimentos nacionais angolanos, FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que marcou a data de independência para 11 de novembro de 1975[15]. E, ainda, Timor-Leste, que declarou a sua independência a 28 de novembro de 1975[16]. Contudo,

[9] *Ibidem*, p. 15-16.
[10] FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências, p. 54-55.
[11] PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*, p. 67-69.
[12] *Ibidem*, p. 71.
[13] FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências, p. 66-67.
[14] *Ibidem*, p. 69.
[15] *Ibidem*, p. 74.
[16] *Ibidem*, p. 82.

não houve propriamente uma transferência de soberania, dado que sofreu invasão das tropas indonésias no mês seguinte[17].

Ao mesmo tempo que ocorria a descolonização na "África Portuguesa", a nível internacional acontecia a Guerra Fria destacando-se a fase final da guerra do Vietname[18]. As colónias foram um dos palcos da Guerra Fria contando com a intervenção dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobretudo no apoio aos movimentos de libertação, como foi o caso de Angola[19].

2. O perfil dos retornados

O termo "retornado" ficou associado aos portugueses que regressaram das ex-colónias portuguesas durante os anos de 1974 a 1977[20], em que o período de maior retorno se registou entre maio de 1974 e novembro de 1975[21]. Como afirma Rui Pena Pires, foi um processo complexo e o "maior movimento populacional da história recente de Portugal"[22].

No uso do próprio termo "retornado" não há consenso e há uma carga de estereótipos[23]. Segundo Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, houve uma má receção aos retornados pois eram vistos como "colonialistas" que, ao regressarem a Portugal estavam a "competir pelos escassos empregos disponíveis"[24]. Como já referi, são utilizados outros termos para os designar como "deslocados do Ultramar", "desalojados" e "espoliados"[25].

Segundo Rui Pena Pires, regressou cerca de meio milhão de retornados (505 078), sendo que 61% dos retornados provieram de Angola, 33% de Moçambique e 6%

[17] *Ibidem*, p. 80.
[18] GILBERT, Martin – *História do século XX*. Vol. 6. Alfragide: Dom Quixote, 2009, p. 50-51.
[19] GILBERT, Martin – *História do século XX*, p. 53.
[20] O processo dos retornados acabaria em Maio de 1977: "*o Governo considerou que a fase predominante assistencial, de atendimento e apoio em regime de emergência dos cidadãos vindos das ex-colónias, está de facto concluída* [Decreto-Lei n. º209/77, de 26 de Maio, preâmbulo]". Cit. por PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa.* Oeiras: Celta Editora, 2003. ISBN 972-774-185-1, p. 232.
[21] MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa", p. 96.
[22] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 132.
[23] MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa", p. 97.
[24] MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa", p. 104.
[25] *Ibidem*, p. 99.

das outras ex-colónias[26]. Estes valores correspondiam a cerca de 5% da população portuguesa[27].

Perto de 60% dos retornados nasceram em Portugal, principalmente nas zonas norte (32%) e centro (36%) do país, sobretudo dos distritos de Lisboa, Porto, Viseu, Bragança, Guarda e Vila Real[28]. Segundo Rui Pena Pires, o alto número de portugueses naturais das cidades de Lisboa e de Porto que foram para as ex-colónias portuguesas, deve-se ao facto de, sobretudo a partir da década de 60, se terem tornado polos de atração com o crescimento indêntico dos aparelhos administrativos e de outras áreas, como saúde, educação, serviços de apoio às atividades económicas e investigação científica[29].

Em relação à estrutura por sexo e idade, a população retornada caracteriza-se por um ligeiro predomínio de população masculina (cerca de 52,7% de homens) e por ser uma população jovem (cerca de 65,5% dos retornados tem menos de 40 anos), o que contrasta com a população portuguesa. Detinham altas qualificações na formação escolar, com cursos superiores, predominando as áreas de tecnologia/engenharia e ciências agropecuárias[30]. Consequentemente, possibilitou uma rápida integração e reinserção profissional e o reforço dos efetivos mais qualificados da população portuguesa[31].

3. As representações dos retornados no jornal *O Comércio do Porto*

3.1. Regresso dos retornados

Na análise da fonte deparamos com notícias que retratam a previsão da chegada a Portugal de portugueses vindos das colónias. Regressam devido ao clima de insegurança e de violência que se sentia nas ex-colónias, "falta de confiança no futuro"[32] e falta de condições, como escassez de bens essenciais[33] e, também, devido às

[26] PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 38.
[27] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 189.
[28] PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 39.
[29] *Ibidem*, p. 41.
[30] *Ibidem*, p. 112-113.
[31] *Ibidem*, p. 114.
[32] "Teme-se o regresso maciço dos europeus à metrópole". *O Comércio do Porto*, nº 309, 11.05.1975, p. 6.
[33] "A situação dos desalojados é preocupante bem como a falta de géneros alimentícios". *O Comércio do Porto*, nº 45, 18.07.1975, p. 7.

dificuldades no alojamento e transporte devido à situação política[34].

Nos testemunhos que recolhi, os entrevistados afirmaram que regressaram devido à insegurança que se sentia em Angola:

> […] em 74 já tinha dado 25 de Abril […]. Depois começou tudo a fugir, uns puderam trazer coisas trouxeram, os que não puderam trazer deixaram lá ficar […][35].

> Sabes o que é estar dentro de uma casa e ter que andar de gatas dentro de casa e as balas passarem e baterem lá na parede […]. E fugimos de Angola o mais rapidamente possível com o pouco que tínhamos e conseguimos trazer[36].

As Forças Armadas Portuguesas prestaram apoio humanitário às populações afetadas pelos incidentes, efetuaram escoltas e "colunas" para reabastecer estas áreas[37].

Encontramos ainda um apelo emitido pelas forças do MPLA. Lopo do Nascimento aos funcionários portugueses para não regressarem a Portugal e não se inscreverem no Quadro Geral de Adidos. Querem que permaneçam no território e até que se integrem "nos quadros do funcionalismo nacional" e se "aliarem às massas trabalhadoras angolanas"[38].

Devido à instabilidade, muitos portugueses viajam para os países vizinhos para posteriormente regressarem, por via aérea ou marítima, a Portugal. Um numeroso grupo, proveniente de Angola, decide atravessar a África Ocidental em automóveis e camiões[39]. Outros dirigem-se para o Sudoeste Africano, como por exemplo, para cidade de Namíbia[40], chegam "munidos de armas"[41] e "com os seus pertences, empilhados em automóveis e camiões"[42]. E, também, deslocaram-se para o Sudoeste Africano formando longas filas[43] e recebiam a escolta do exército devido ao clima de insegurança[44]. E, ainda, regressaram a Portugal utilizando outros meios como navios[45]

[34] "Há mais de cem mil pessoas para evacuar gratuitamente". *O Comércio do Porto*, nº 81, 24.08.1975, p. 7.
[35] Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.
[36] Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.
[37] "Desalojados brancos pretendem regresso urgente a Portugal". *O Comércio do Porto*, nº 10, 13.06.1975, p. 8.
[38] "Apelo aos funcionários portugueses para não abandonarem Angola". *O Comércio do Porto*, nº 82, 24.08.1975, p. 7.
[39] "Tencionam regressar a Portugal três mil portugueses residentes em Angola". *O Comércio do Porto*, nº 18, 21.06.1975, p. 10.
[40] "Dez mil refugiados esperados na Namíbia". *O Comércio do Porto*, nº 68, 10.08.1975, p. 7.
[41] "Milhares de refugiados para Namíbia". *O Comércio do Porto*, nº 63, 05.08.1975, p. 7.
[42] "Refugiados angolanos em Namíbia". *O Comércio do Porto*, nº 64, 06.08.1975, p. 7.
[43] "Comboio de refugiados em Sá da Bandeira". *O Comércio do Porto*, nº 74, 16.08.1975, p. 9.
[44] "Mais nove mil refugiados chegaram ao Sudoeste Africano". *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 9.

ou traineiras[46]. Esta viagem era aventurosa e perigosa tendo chegado ao Funchal ou ao Brasil, ou ainda naufragado sem registar vítimas[47]. Para além dos portugueses, os estrangeiros (britânicos[48], franceses, belgas, italianos, alemães, suíços e australianos[49], bem como americanos e canadianos[50]) são aconselhados a sair das ex-colónias devido ao clima de insegurança.

O meio de transporte mais utilizado para o regresso dos retornados foi o avião, realizando uma ponte aérea entre as ex-colónias e Portugal. Foram utilizados os aviões portugueses da TAP, principalmente Boeing 747, mais conhecido por «Jumbo».

No caso de Angola, segundo *O Comércio do Porto*, "a mais importante ponte aérea jamais organizada na África Austral e destinada ao transporte de refugiados" estaria pronta até à data de independência, prevista para 11 de novembro[51]. O primeiro Jumbo chegaria a Lisboa no mês de maio, descrevendo a notícia que a maioria dos retornados era constituído por mulheres e crianças e que "foram obrigadas a abandonar as suas casas e seus haveres, pois viviam na periferia da cidade, onde a violência se faz sentir com maior fúria, trazem apenas as roupas que vestem, e um pequeno saco ou mala, contendo algumas coisas que lhes foi permitido retirar dos seus lares saqueados"[52].

Para além da ponte aérea entre Angola (das cidades de Luanda e Nova Lisboa) e Lisboa, a partir do dia 16 de setembro surge uma ligação para o Porto. Deve-se ao facto do aeroporto de Lisboa "já não suportar este movimento" e "da grande percentagem dos retornados [serem] nortenhos"[53]. Durante a ponte aérea deram prioridade às zonas interiores para terminar a operação. Como por exemplo, a prioridade na evacuação total dos desalojados e adidos da zona de Nova Lisboa, durante uns dias, regressando posteriormente à ligação entre Luanda e Lisboa[54]. A 31 de outubro, o governo daria por terminada a ponte aérea entre Luanda e Lisboa, tendo regressado cerca de 300 mil

[45] "Navio sul-africano no transporte de refugiados". *O Comércio do Porto*, nº 89, 31.08.1975, p. 8 e "Chegam hoje mais 969 pessoas". *O Comércio do Porto*, nº 163, 14.11.1975, p. 9.
[46] "Traineira com retornados de Angola rumo a Portugal". *O Comércio do Porto*, nº 137, 19.10.1975, p.6.
[47] "A inesquecível aventura dos retornados de Angola que regressaram em traineiras". *O Comércio do Porto*, nº 190, 12.12.1975, p. 10.
[48] "Cidadãos britânicos evacuados de Luanda". *O Comércio do Porto*, nº 55, 28.07.1975, p. 8.
[49] "Os europeus deixam Angola". *O Comércio do Porto*, nº 56, 29.07.1975, p. 8.
[50] "Estrangeiros em fuga". *O Comércio do Porto*, nº 136, 18.10.1975, p. 8.
[51] "A evacuação da população branca estará terminada no dia da independência". *O Comércio do Porto*, nº 72, 14.08.1975, p. 9.
[52] "A Nova "Emigração": 400 foragidos de Luanda chegaram a Lisboa". *O Comércio do Porto*, nº 312, 14.05.1975, p. 9.
[53] "A partir de amanhã: ponte aérea Angola-Porto". *O Comércio do Porto*, nº 104, 15.09.1975, p. 2.
[54] "O alto-comissário e os adidos e desalojados a evacuar". *O Comércio do Porto*, nº 113, 24.09.1975, p. 6.

portugueses[55]. Com aumento dos conflitos e da instabilidade à data próxima da independência, dá-se o crescente número de pessoas nos aeroportos e as horas de espera[56]. Segundo a fonte, com o fim da ponte aérea entre Angola e Portugal, ficaram cerca 30 a 40 mil portugueses em Angola, e a sua ligação com o exterior passaria a ser realizada com voos regulares[57].

Paralelamente a esta situação, ocorreu outra "ponte aérea" de bens alimentares e ajudas internacionais para as colónias, como por exemplo, para "socorrer milhares de pessoas afetadas pelos acontecimentos em Angola"[58].

No caso de Timor também ocorreu uma "ponte aérea" da Austrália para Portugal. Um "Jumbo" da companhia australiana ajudou no transporte de retornados portugueses oriundos de Timor, que se deslocaram através de um cargueiro para Darwin, na Austrália, para posteriormente, chegarem a Portugal. Os retornados afirmavam que deixaram Timor devido à insegurança, "quando começaram as lutas entre a União Democrática de Timor e a Frente Revolucionária para Timor Oriental Independente (FRETILIN)". Cerca de uma dezena de portugueses acabaria por ficar em Darwin[59].

A ponte aérea contou com a ajuda internacional de vários países, como Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Suíça, República Federal da Alemanha, República Democrática da Alemanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Segundo o Presidente da República, até ao dia 4 de outubro de 1975, teriam sido transportados cerca de 27.603 passageiros através da ponta aérea entre Angola e Portugal com ajuda internacional de vários países, de forma gratuita, como podemos observar na tabela seguinte[60]:

Tabela 3 - Distribuição de passageiros pela ajuda internacional na ponte aérea entre Angola e Portugal durante o ano de 1975:

Países	**Voos**	**Número de passageiros**
Estados Unidos da América	54	14.653
República Federal da Alemanha	14	3.214

[55] "Terminou a ponte aérea entre Luanda e Lisboa: evacuados cerca de 300 mil portugueses". *O Comércio do Porto*, nº 150, 01.11.1975, p. 11.
[56] "Portugueses abandonam Carmona". *O Comércio do Porto*, nº 86, 28.08.1975, p. 7.
[57] "30 a 40 mil brancos ficarão em Angola". *O Comércio do Porto*, nº 154, 05.11.1975, p. 8.
[58] "Dezasseis aviões da TAP levam alimentos para Angola". *O Comércio do Porto*, nº 81, 23.08.1975, p. 7.
[59] "232 refugiados a caminho de Portugal". *O Comércio do Porto*, nº 74, 16.08.1975, p. 6.
[60] "Cerca de 28 mil passageiros transportados já pela ponte aérea Angola e Portugal". *O Comércio do Porto*, nº 127, 09.10.1975, p. 7.

França	16	3.123
Inglaterra	21	3.014
República Democrática Alemã	16	2.417
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	8	1.182

Fonte: "Cerca de 28 mil passageiros transportados já pela ponte aérea Angola e Portugal". *O Comércio do Porto*, nº 127, 09.10.1975, p. 7.

Com base em dados do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), o jornal apresenta-nos alguns valores a cerca da "maior ponte aérea". Até 30 de Setembro já tinham sido requeridas cerca de 20.300 passagens. De 1 a 9 de outubro, tinham sido solicitadas cerca de 6.700 passagens. De África do Sul chegaram cerca 932 pessoas de avião e de barco cerca de 1.431. De 13 de maio a 9 de agosto, chegaram a Lisboa cerca de 15.031 retornados em voos especiais[61].

Portugal não foi o único destino de escolha para os retornados. Muitos retornados emigraram para outros países, tais como África do Sul, Brasil, Índia, Venezuela, Estados Unidos da América, etc. Ao Brasil desde o 25 de abril de 1974, terão chegado cerca 60.000 portugueses vindos de Angola[62].

Relativamente ao exército português, progressivamente, em Angola, começou a retirar do interior para o exterior, para reunir em Luanda e Nova Lisboa, sendo as duas cidades mais importantes. Acaba por arrastar os outros portugueses, visto não se sentirem seguros longe do exército[63]. As tropas portuguesas não deveriam permanecer no território angolano depois do dia 11 de novembro, data da independência, com exceção daqueles que quisessem ingressar nas forças armadas angolanas (exército, marinha e força aérea)[64].

Na fonte encontramos ainda informações relativamente às bagagens, para que os retornados pudessem recolher as bagagens ou as entregarem nas estações de comboio[65]. No Porto, encontramos avisos para que os retornados se dirigissem ao Porto de Leixões, em Leça da Palmeira, para buscarem as suas bagagens[66]. Por vezes, surgem esclarecimentos para tratar dos automóveis e bagagens dos retornados de Angola que se

[61] "A ponte aérea em números". *O Comércio do Porto*, nº 130, 12.10.1975, p. 6.
[62] "Refugiados chegados ao Brasil". *O Comércio do Porto*, nº 122, 03.10.1975, p. 8.
[63] *O Comércio do Porto*, 11.08.1975, p. 10.
[64] "Regresso das tropas portuguesas até ao dia 11 de Novembro". *O Comércio do Porto*, nº 108, 19.09.1975, p. 8.
[65] *O Comércio do Porto*, 17.07.1975, p. 10.
[66] *O Comércio do Porto*, 14.09.1975, p. 3.

deslocaram para o Sudoeste Africano e tiveram que deixar lá os seus bens[67]. Ou o IARN a fornecer listas com nomes de retornados para contactarem os seus familiares ou pedirem informações, sobre documentos e viaturas encontradas[68].

3.2. Reintegração dos retornados

É necessário salientar que Portugal se encontrava numa situação precária a nível político e económico. Além disso, com o regresso da grande massa de retornados, estes vão lidar com vários problemas como a falta de habitação, de emprego, com problemas de saúde, de ensino, etc. Contudo, apesar das condições não serem favoráveis, Portugal foi capaz de integrar a grande maioria dos retornados num período rápido.

Os portugueses que regressavam procuraram ficar nas regiões onde viviam as suas famílias, nas zonas mais urbanas e nas zonas onde poderiam encontrar mais facilmente emprego. Acabam por estar condicionados, uma vez que se vão fixar consoante os enquadramentos das solidariedades familiares e comunitárias e a capacidade de absorção do mercado de trabalho[69]. Como afirmam os testemunhos das pessoas que entrevistei, que foram para casas de familiares após o seu regresso a Portugal:

> Quando chegámos cá, tínhamos um autocarro para nos trazer ao comboio a Santa Apolónia e, depois, apanhamos o comboio para Campanhã. […] instalei-me na casa da minha mãe[70].

> Fui para casa dos meus avós, da parte do meu pai […] ainda ficámos lá por volta de um ano. Entretanto, os meus pais alugaram uma casa na Maia. Os meus avós eram de Rio Tinto[71].

As condições dos retornados à chegada no aeroporto eram desastrosas, destacam o papel fundamental dos voluntários:

> E convidem-se mesmo voluntários para esta humanitária tarefa. Não se pode perder mais tempo. É preciso mesmo deitar já mãos ao trabalho, porque o que se passa no aeroporto é grave. Essas crianças, essas mulheres, algumas vestidas com míseros trapos, espalhadas pelo chão da Alfândega, como ontem de manhã, no meio da porcaria, algumas, os mais velhos, chorando a sua sorte e os mais jovens gritando com falta de alimento, é um espetáculo chocante, por constrangedor e desumano[72].

[67] *O Comércio do Porto*, 27.09.1975, p. 5.
[68] *O Comércio do Porto*, 18.10.1975, p. 8 e 21.10.1975 p. 6; 22.10.1975, p. 7 e 14.11.1975, p. 9.
[69] PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 45.
[70] Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.
[71] Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.
[72] "No espaço de um dia: ponte aérea trouxe 2000 deslocados". *O Comércio do Porto*, nº 100, 11.09.1975, p. 8.

No caso da ponte aérea entre Luanda e Porto, com a chegada dos retornados ao aeroporto de Pedras Rubras, receberam auxílio do IARN, da Cruz Vermelha e da Comissão de Retornados. Foram depois transportados em carrinhas da PSP, para permitir um acolhimento capaz a todos os retornados, foi montada uma aerogare fora do aeroporto que ficaria a funcionar na fábrica de Conservas Serrano, em Matosinhos. Os retornados que tinham familiares na periferia da cidade foram levados aos respetivos locais. E ainda os que iam para a "província", ou seja, para o interior, o IARN garantia o transporte para a estação de Campanhã[73].

Foram criadas instituições para o apoio aos retornados. Um deles foi o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado a 31 de março de 1975 com o Decreto-lei 169/75, que ficaria colocado sob jurisdição da Presidência do Conselho de Ministros[74]. Tendo como o presidente o major Cardoso do Amaral, começaria a funcionar a 31 de maio, em operações de voo de retorno de Moçambique e, logo de seguida, na ponte aérea com Angola[75]. Em outubro de 1975, foi criada a Secretaria de Estado dos Retornados que passou a tutelar o IARN[76]. Segundo Rui Pena Pires, o IARN assumiu um papel fundamental no apoio dos retornados, visto que reduziu as tensões à chegada a Portugal e minimizou os processos de "desidentificação" na nova sociedade. O IARN trataria do "fretamento de aviões para o transporte gratuito dos retornados, das famílias e bagagens; receção e encaminhamento no aeroporto; concessão de viagens gratuitas para as localidades onde vão fixar residência; alojamento gratuito no campo de férias da Caparica, na Quinta da Uraca e em pensões (devido à falta de habitação ou familiares); concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação, vestuário, etc., para os mais carenciados; apoio médico, medicamentoso e hospitalar; auxílio imediato aos deslocados que pretendem emigrar para outros países"[77]. O IARN formou ainda contratos com hotéis e pensões no Porto e em Lisboa para ter descontos nas estadias[78]. O IARN tentou, acima de tudo, como afirmava Cardoso Lopes, não criar uma sociedade de retornados dentro da sociedade portuguesa[79].

[73] "Chegou a primeira vaga aérea de retornados em Angola". *O Comércio do Porto*, nº 106, 17.09.1975, p. 6.
[74] "Desalojados das ex-colónias e os seus problemas". *O Comércio do Porto*, nº 60, 02.08.1975, p. 7.
[75] "O IARN presta contas: um milhão e oitocentos mil contos já despendidos com os retornados". *O Comércio do Porto*, nº 131, 13.10.1975, p. 9.
[76] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 233.
[77] "Desalojados das ex-colónias e os sus problemas". *O Comércio do Porto*, nº 60, 02.08.1975, p. 7.
[78] "A ponte aérea em números". *O Comércio do Porto*, nº 130, 12.10.1975, p. 6.
[79] "A partir de amanhã: ponte aérea Angola-Porto". *O Comércio do Porto*, nº 104, 15.09.1975, p. 2.

Forma-se o Quadro Geral de Adidos, uma comissão encarregue de organizar a transferência dos funcionários públicos, que permitiu uma rápida inserção no mercado de trabalho. Muitas das vezes, era tida em consideração a preferência nos sectores e nas condições semelhantes aos da sua vida anterior nas ex-colónias, como afirma Rui Pena Pires, "O ingresso no Quadro Geral de Adidos dos funcionários públicos das ex-colónias constituiu outro dos processos fundamentais de integração dos retornados, dado que o Estado tinha sido, dados os objetivos da política colonial de povoamento, um dos principais empregadores da população branca das colónias"[80]. Foram integrados cerca de 45.601 funcionários públicos retornados, sendo 59% de Angola, 39% de Moçambique e 2% das restantes ex-colónias[81]. Para os funcionários das ex-colónias ingressarem no Quadro Geral de Adidos tinham que manter a nacionalidade portuguesa e que requerer o seu ingresso 60 dias antes da data marcada para a independência do território em que se encontrassem colocados. Os que quisessem continuar nas ex-colónias e que mantivessem a nacionalidade podiam, a qualquer momento regressar a Portugal. Já os que abandonassem os seus postos nos territórios independentes, apenas obtinham metade dos respetivos vencimento-bases, enquanto não fossem colocados noutro território independente ou na metrópole. E, por fim, para os que recusassem a prestação de qualquer serviço correspondia ao abandono do lugar[82].

Para além destas organizações criadas pelo Estado, surgiram outras para reintegrar os retornados, como, por exemplo, a Comissão de Deslocados do Ultramar e a Comissão de Refugiados de Angola[83]. No Porto, criou-se a 22 de maio de 1975 uma comissão de auxílio aos deslocados das ex-colónias portuguesas, sobretudo para os provenientes de Angola[84]. Em Guimarães, no edifício do Grémio do Comércio, criou-se uma comissão de apoio a todos os deslocados, com o objetivo de angariar fundos[85]. Em Aveiro, foi criada uma Comissão de Apoio aos Retornados de Angola, também com a função de socorrer os retornados, nomeadamente com alojamento e trabalho[86]. Destaque

[80] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 237.
[81] *Ibidem*, p. 239-240.
[82] "Um quadro geral de adidos para reintegrar os funcionários das ex-colónias portuguesas". *O Comércio do Porto*, nº 205, 25.01.1975, p. 9.
[83] FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências, p. 89.
[84] "Deslocados das ex-colónias: problema humano a resolver". *O Comércio do Porto*, nº 16, 19.06.1975, p. 2.
[85] "Auxílio aos deslocados de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 5.
[86] "Comissão de Apoio aos Refugiados de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 86, 28.08.1975, p. 5.

ainda para o papel da Cruz Vermelha Portuguesa na ajuda à reintegração dos retornados, segundo o presidente do IARN, "ao ponto de tapar várias lacunas do IARN"[87].

O governo português interveio em relação à nacionalidade dos retornados com receio de uma eventual forte imigração africana. Segundo o Decreto-Lei n.º 308-A/75 apenas aceitou que se mantivesse a nacionalidade portuguesa aos retornados das ex-colónias nascidos em Portugal ou com antepassados até ao terceiro grau naturais de Portugal[88].

Não foi rápida a resposta em relação à transferência dos bens das ex-colónias para Portugal, como demonstram Maria Paula Meneses e Catarina Gomes:

> […] não pudessem trazer livremente os seus haveres; dinheiro, carros ou quaisquer outros bens materiais. Prédios, terrenos urbanos ou rústicos, fazendas fábricas, estabelecimentos, imóveis de qualquer índole, estavam sentenciados a ficar. A maior parte dos bens pertencentes aos cidadãos portugueses foi pura e simplesmente abandonada pelo facto de seus donos não terem outra opção[89].

Muitos retornados ocuparam o bairro na Baixa da Banheira, no distrito de Setúbal, que não tinha condições. Não tinha água canalizada, nem eletricidade, nem esgotos. Contudo, recebiam apoios na alimentação, posto de socorro, medicamentos dos fuzileiros, dos trabalhadores e moradores desse mesmo bairro e do Vale do Zebro juntamente com apoio das várias comissões e da Câmara da Moita[90].

Além disso, surgiu uma solidariedade para com os retornados, que se caracterizou de variadíssimas formas. Maioritariamente, observamos no *O Comércio do Porto* as numerosas doações de diversas quantias de dinheiro por parte de várias pessoas, empresas, etc., para prestar auxílio aos retornados. Estas campanhas aparecem desde final de agosto até novembro, sobretudo nos meses de setembro e outubro. Encontramos campanhas a solicitar produtos de vestuário e de higiene para os retornados, como, por exemplo, campanhas a pedir cobertores para entregar aos retornados[91]. Ou, ainda, a Cruz Vermelha Portuguesa a solicitar que as pessoas enviem

[87] "Um milhão e oitocentos mil contos já dispendidos com os retornados". *O Comércio do Porto*, nº 131, 13.10.1975, p. 9.
[88] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 227.
[89] MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa", p. 104.
[90] "3.500 retornados de Angola ocuparam um bairro na baixa da banheira". *O Comércio do Porto*, nº 98, 09.09.1975, p. 7.
[91] *O Comércio do Porto*, 17.09.1975, p. 6.

peças de vestuário e cobertores. Afirmam ainda que diariamente distribuem cerca 1.300 peças de roupa de agasalho, esgotando assim todos os *stocks* existentes[92].

No caso da minha avó, para além do meu avô se ter inscrito no Quadro Geral de Adidos por ser funcionário público, obteve algumas ajudas de vestuário e de bens alimentares. Contrariamente ao meu entrevistado e à sua família que não tiveram quaisquer apoios:

> Íamos a Moimenta buscar farinha […] fui umas três vezes, deram-me numa vez dois cobertores, doutra deram outros dois e deram também farinha[93].

> Os meus pais chegaram a Portugal e começaram tudo do zero praticamente. Os meus avós ajudaram naquele período que lá tivemos. Mas daí para a frente foi começar do zero. Não tivemos apoios de ninguém[94].

Surgem também outros apelos auxílio aos retornados, como o que é feito pelo IARN, que se dirige aos portugueses de todo o país para concederem gratuitamente alojamento aos retornados[95]. O Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro faz um apelo para acolher e integrar os retornados na sociedade portuguesa[96].

Na Fundação Calouste Gulbenkian criou-se um fundo de auxílio com o valor de 50.000 contos[97]. Também se iria realizar uma exposição de gravuras na Fundação, em que os fundos obtidos com a venda das gravuras se destinavam aos retornados de Angola[98]. E, ainda, um espetáculo realizado no teatro Sá da Bandeira também os fundos obtidos nas bilheteiras seriam entregues aos retornados[99].

Por fim, encontramos diversas notícias sobre a ajuda internacional, como a disposição dos Estados Unidos da América na contribuição de um auxílio financeiro para os refugiados angolanos[100]. Conta-se com o apoio da Cruz Vermelha da Alemanha Federal com o envio de artigos de higiene e de vestuário[101]. Da mesma maneira, a oferta

---

[92] "A CVP carece de roupas para os retornados de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 122, 03.10.1975, p. 8.
[93] Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.
[94] Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.
[95] "Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais: Campanha com vista a obter alojamento para os cidadãos das ex-colónias". *O Comércio do Porto*, nº 73, 15.08.1975, p. 6.
[96] "Apelo pastoral em favor dos retornados de África". *O Comércio do Porto*, nº 72, 14.08.1975, p. 6.
[97] "Fundação Calouste Gulbenkian: fundo de auxílio de 50 mil contos". *O Comércio do Porto*, nº 73, 15.08.1975, p. 6.
[98] "Exposição de gravuras a favor dos retornados de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 124, 05.10.1975, p. 12.
[99] *Comércio do Porto*, 28.09.1975, p. 4.
[100] "Americanos dispostos a ajudar refugiados". *O Comércio do Porto*, nº 43, 16.07.1975, p. 9.
[101] "A Alemanha Federal presta auxílio aos refugiados de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 136, 18.10.1975, p. 8.

de alimentos pela Cáritas dos Estados Unidos, da Comunidade Económica Europeia, da Dinamarca, da Noruega, Áustria, Luxemburgo, Alemanha Federal, etc.[102].

Os portugueses que ainda se encontravam nas ex-colónias portuguesas e dos que já tinham a chegado a Portugal reivindicavam que este processo de evacuação fosse o mais rápido possível com a intensificação da ponte aérea[103]. Desejavam, por motivos de segurança, que o transporte das pessoas e dos bens fossem feitos antes da independência de Angola[104].

Reagiam a ser designados por retornados, considerando-se de refugiados, o único termo que, segundo diziam, lhes assentava melhor, visto que tinham sido corridos a tiro[105]. Ambos os meus entrevistados não compreendem o facto de serem designados por retornados:

> Não aceito o termo. Eu fui por bem e lá é correram com a gente […]. O que é que eu hei de ser? Sou Portuguesa […][106].

> Não me importo que me chamem de "retornado". No fundo, os meus pais estavam em Portugal e emigraram para um país para tentar uma melhor estabilidade de vida […]. Acabamos por ser um pouco também refugiados, fugimos pela guerra […][107].

Solicitam sobretudo emprego, a integração dos retornados em empresas nacionalizadas, concessão de alvarás para fomentar a iniciativa privada e criação de escolas especiais para os seus filhos[108]. Também os professores que estavam nas ex-colónias reclamavam o direito à colocação, mesmo que fosse necessário criar escolas para os filhos dos ultramarinos, e garantia de trabalho para os professores efetivos e provisórios, ou de vencimento, caso não ficasse garantido a colocação[109].

A 9 de agosto, muitos refugiados angolanos deslocaram-se ao Palácio de São Bento para reivindicar melhores condições de vida[110], bem como solicitar ao Presidente

[102] "Reunião no governo civil do Porto: Secretário de Estado dos retornados dialogou com as comissões distritais". *O Comércio do Porto*, nº 151, 02.11.1975, p. 8.
[103] "Nova manifestação de Portugueses". *O Comércio do Porto*, nº 76, 18.08.1975, p. 8.
[104] "Dez mil (para mais?) desalojados de Angola na zona do Porto: as dificuldades são muitas e os auxílios ainda pouco". *O Comércio do Porto*, nº 89, 31.08.1975, p. 2.
[105] "Refugiados sim retornados não!". *O Comércio do Porto*, nº 106, 17.09.1975, p. 5.
[106] Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.
[107] Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.
[108] "Os retornados de Angola reivindicam a sua integração em empresas nacionalizadas". *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 8.
[109] "Professores ultramarinos reclamam direito à colocação". *O Comércio do Porto*, nº 142, 24.10.1975, p. 2.
[110] "Refugiados angolanos reivindicam em S. Bento". *O Comércio do Porto*, nº 67, 09.08.1975, p. 9.

da República que abrisse um inquérito para apurar as responsabilidades de todos os intervenientes da "descolonização vergonhosa" das ex-colónias[111].

Em Angola, a Frente de Organização dos Repatriados Portugueses pediu a organização de uma manifestação pública para "forçar" o Governo português a evacuar os milhares de portugueses. E, ainda, pediram a substituição de alguns elementos do IARN por refugiados uma vez que "que estão mais a par dos problemas vividos pelos interessados"[112].

Na cidade de Aveiro, realizou-se o 1º Plenário Nacional de Desalojados das ex-colónias, em que aprovavam as seguintes deliberações: criação de postos de trabalho; salvar os bens deixados nas ex-colónias; isenção de alguns impostos; cedências do Estado para construção de habitações para os órfãos das vítimas do Ultramar e de terrenos para a construção de habitações e remodelação temporária dos contratos de arrendamento em favor dos retornados[113]. Reivindicaram ainda a troca de escudos angolanos por escudos portugueses, permitindo assim que muitos retornados deixassem de viver à custa do Estado e, também, a saída de alguns elementos do IARN e da Cruz Vermelha Portuguesa por não servirem os interesses dos refugiados. Pediam que o governo não autorizasse o IARN a fazer transferência de retornados que estavam nos hotéis para as colónias da INATEL, devido à falta de condições mínimas de habitabilidade[114].

Surgiram várias associações para organizar manifestações dos retornados, como Comissão dos Desalojados do Ultramar[115] ou Movimento de Apoio aos Refugiados[116]. Posteriormente foram criadas, em 1986 e 1987, as associações como a Associação de Espoliados de Moçambique (Aemo) e a Associação de Espoliados de Angola (Aeang), com o objetivo de exigir indemnizações ao Estado[117].

Em Lisboa, o Banco de Angola foi ocupado por centenas de retornados, que reivindicavam "a troca imediata da moeda de Angola e das outras províncias ultramarinas", que todos os bens que fossem depositados em bancos do ultramar fossem

[111] "Desalojados reunidos em Viseu exigem posto de trabalho (imediato) ou recorrerão a posições de força". *O Comércio do Porto*, nº 160, 11.11.1975, p. 8.
[112] "Manifestação pública dos repatriados portugueses". *O Comércio do Porto*, nº 82, 24.08.1975, p. 7.
[113] "I Plenário dos desalojados do: «Não a qualquer manifestação antes da Independência de Angola". *O Comércio do Porto*, nº 152, 03.11.1975, p. 6.
[114] "Retornados vítimas de torturas da PM". *O Comércio do Porto*, nº 190, 12.12.1975, p. 10.
[115] "Desalojados reunidos em Viseu exigem posto de trabalho (imediato) ou recorrerão a posições de força". *O Comércio do Porto*, nº 160, 11.11.1975, p. 8.
[116] "Retornados entregam caderno reivindicativo em S. Bento". *O Comércio do Porto*, nº 194, 16.12.1975, p. 8.
[117] PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 198.

protegidos e sob a responsabilidade do governo português, Caso contrário, os retornados ameaçavam a intensificação da ocupação e até mesmo "à tomada do edifício"[118]. Devido à ocupação do banco, surgia a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar (APRU) com o objetivo de defender os interesses dos refugiados, principalmente na transferência dos bens que possuíam. Afirmavam que desejavam ver o seu dinheiro transferido para Portugal para "serem criados postos de trabalho"[119].

Os ex-militares encontravam-se no desemprego e, por isso, também reivindicavam subsídio de desemprego e assistência médica. Criticavam o facto das entidades oficiais darem mais atenção e prioridade nos postos de trabalho aos retornados do que aos ex-militares. Afirmavam ter sido alvo de injustiça "pois foram arrancados do País para cumprirem o serviço obrigatório nas antigas colónias" e que regressaram sem qualquer garantia de emprego[120].

Conclusão

A investigação permitiu verificar, através das representações no jornal *O Comércio do Porto*, a importância do fenómeno do retorno de nacionais das colónias portuguesas, sobretudo de África, em 1975, durante o processo de autonomização dessas colónias. A maioria da informação recolhida corrobora com a bibliografia. A maioria dos retornados era de Angola e, como prova disso, temos o grande número de notícias que falam apenas sobre os retornados desta colónia. Ou, ainda, da ajuda internacional na ponte aérea, o regresso de retornados para outros países e criação de apoios, que foram importantes para a reintegração dos retornados no país, como o IARN. Contudo, o contacto com a fonte permitiu saber mais informação sobre este processo. Como, por exemplo, em Angola e também em Timor, a "fuga" dos portugueses para outros países, para depois regressarem a Portugal. E mais informação detalhada sobre o IARN ou sobre como se processou o regresso dos retornados, sobretudo, no caso da cidade do Porto, no momento em que chegavam ao aeroporto, tratamento dos documentos e apoios médicos, o transporte dos retornados para as zonas onde moravam os seus familiares. Igualmente, a realização de várias campanhas de

[118] "Banco de Angola em Lisboa ocupado por retornados". *O Comércio do Porto*, nº91, 02.09.1975, p. 9.
[119] "Criada a associação dos portugueses refugiados do ultramar". *O Comércio do Porto*, nº 116, 27.09.1975, p. 8.
[120] "Ex-militares no desemprego debatem os seus problemas". *O Comércio do Porto*, nº 102, 13.09.1975, p. 7.

solidariedade para apoiar os retornados, como, por exemplo, a criação de campanhas por parte do jornal. Ao consultarmos a bibliografia, percebemos que os retornados detinham qualificações superiores à média nacional que permitiram a sua rápida integração. Por outro lado, na fonte deparamos com várias reivindicações, através de manifestações organizadas pelos retornados. Reivindicavam melhores condições de vida, como novas oportunidades de emprego e com forte insistência, reclamavam às entidades e o governo medidas para o regresso dos portugueses que ainda se encontravam nas ex-colónias.

Relativamente aos testemunhos que recolhi, permitiram compreender melhor este drama humano em duas histórias diferentes. Por um lado, de uma criança que, aos poucos, se percebia do que sucedia em Angola e que regressava a Portugal logo após a revolução de 25 de abril de 1974. Por outro, de uma mulher casada com dois filhos que se viu obrigada a regressar a Portugal, nos finais do mês de agosto de 1975, uma vez que o seu marido pertencia ao corpo de polícia de Angola. Contudo, encontrei semelhanças como o facto de terem ido para Angola à procura de melhores condições de vida, de terem boas recordações do tempo que lá viveram e, obviamente, más devido aos conflitos vividos em Angola.

Poderia ter alargado o meu período de investigação, desde 1974 até 1977, e ter utilizado outras fontes, como outros jornais do Porto ou de Lisboa. Ou, ainda, procurar mais testemunhos de pessoas que regressaram das ex-colónias. Seria necessário aprofundar melhor o estudo da ponte aérea e os preparativos de viagens para Portugal, a reintegração dos retornados e algumas instituições de apoio, com a utilização de documentação disponível nos arquivos portugueses. Estudar também como se processou o regresso das forças armadas portuguesas que se encontravam nas ex-colónias e a sua reintegração. E, ainda, sobre os retornados que se encontravam nas outras ex-colónias, já que este trabalho deu um destaque maior ao regresso de retornados de Angola. E, sobre os que deslocaram para outros destinos, saber como decorreu a viagem, a sua integração. Se receberam algum tipo de ajuda do Estado onde se encontravam, do governo português ou de alguma instituição. Ou dos portugueses que regressaram a Portugal e, posteriormente, voltaram para as ex-colónias.

Fontes

Fonte hemerográfica

O Comércio do Porto. Porto, 1975.

Fontes orais

Entrevista realizada a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23 de março de 2018.

Entrevista realizada a Maria de Lurdes Duarte, 21 de março de 2018.

Bibliografia

FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal.* Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-42-0972-5

GILBERT, Martin – *História do século XX.* Vol. 6. Alfragide: Dom Quixote, 2009.

MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa". In MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.) – *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados.* Coimbra: Almedina / CES, 2013. ISBN 978-972-40-5196-3

PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1147-0

PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa.* Oeiras: Celta Editora, 2003. ISBN 972-774-185-1

PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.

REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Edições Alfa, 1990.

Anexos

Guião para entrevista

1. Em que ano foi para Angola?
2. Que idade tinha?
3. Qual era a sua situação socioprofissional em Portugal, antes de partir para Angola?
4. Onde e com quem vivia em Portugal, antes de ir?
5. Que motivos o levaram a ir para Angola?

6. Com quem foi?
7. Em que cidade ou zona de Angola se fixou?
8. Tinha aí contactos que o ajudaram a instalar-se? De quem (amigos, familiares)?
9. Que atividade ou atividades passou a desenvolver em Angola?
10. Que memórias tem dos seus primeiros tempos em Angola?
11. Durante a sua permanência em Angola, que acontecimentos mais o marcaram?
12. Que recordações tem da Guerra Colonial?
13. Que recordações tem do 25 de abril em Angola? E do fim da Guerra Colonial?
14. Que impacto tiveram esses acontecimentos na sua vida?
15. O que o motivou a regressar a Portugal?
16. Lembra-se da data em que fez a viagem para Portugal?
17. Regressou sozinho ou acompanhado por quem?
18. Como decorreu essa viagem?
19. O que sentiu quando chegou a Portugal?
20. Onde se instalou?
21. Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio do Estado ou de organismos do Estado português (IARN, etc.)?
22. Sentiu o apoio dos seus familiares mais próximos?
23. Como reiniciou a sua atividade profissional ou ocupação?
24. Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

Entrevista realizada a César Augusto Moreira Oliveira Freire a 23 de março de 2018

Em que ano foi para Angola?

CF: Nasci em 1967 (17 de abril) foi para aí uma meia dúzia de meses quando fui para Angola […] no máximo de 10 meses.

Que motivos o levaram a ir para Angola?

CF: Uma melhor situação económica. Os meus pais já tinham lá família em Angola, tinha lá um tio já vivia há muitos anos e tinham pessoas amigas também. O meu pai já estava lá e a minha mãe veio para cá ter-me e depois foi outra vez para Angola e ficamos lá até 1974.

Em que cidade ou zona de Angola se fixou?

CF: Cuca, ou seja, mesmo em Luanda. A localidade chamava-se Cuca, que é um nome de uma cerveja que existe em Angola. Ficamos mesmo no centro de Luanda, em tal zona na Cuca.

Que memórias tem dos seus primeiros tempos em Angola?

CF: Muitas boas memórias, memórias porreiras de infância. De criança a brincar na rua, tinha muitos amigos de pessoas já conhecidas […] e que regressaram para Portugal após o 25 de Abril e com quem dou-me muito bem […] crianças que brincávamos juntos […]. Andávamos para aqui e para acolá, andávamos de bicicleta.

Durante a sua permanência em Angola, que acontecimentos mais o marcaram?

CF: Sim, momentos de lazer, de praias, de brincadeiras […] tínhamos as vendedoras de peixe e de fruta que às vezes iam lá à porta e cheguei a andar às costas delas como os filhos delas. No fundo, na altura, tratávamos pretos e brancos era tudo quase como se fosse uma família. Esse tipo de momentos e de brincadeiras que às vezes recordo bastante.

Que recordações tem da Guerra Colonial?

CF: Tenho, vivi um pouco disso. Sabes o que é estar dentro de uma casa e ter que andar de gatas dentro de casa e as balas passarem e baterem lá na parede e um gajo ter que praticamente andar de rastos […].

Que recordações tem do 25 de abril em Angola? E do fim da Guerra Colonial?

CF: Mais ou menos. Soube pelo que os meus pais diziam, o meu pai estava a trabalhar e teve que regressar para casa urgentemente e tivemos que arranjar as coisas para, mais tarde ou mais cedo, estarmos preparados para, que não demorou muito, foi uns dias depois, para regressar Portugal. Essas recordações são sempre um bocado triste. Mas pronto, é a vida […].

O que o motivou a regressar a Portugal?

CF: Foi mesmo por obrigação, por causa da guerra. Pelo que ouço dos meus pais contar de pessoas amigas que ficaram lá morreram assassinadas pelos angolanos por inveja […] desde assassínio e mutilações, o que levou aos meus pais terem preocupações por mim e pelo meu irmão e também por eles. E fugimos de Angola o mais rapidamente possível com o pouco que tínhamos e conseguimos trazer.

Lembra-se da data em que fez a viagem para Portugal?

CF: Sim, entre o dia 24 ou 25 de abril, não chegou ao final do mês [...]. Aquela coisa de ter que ter as coisas prontas e pegares e andares, ires para o aeroporto o mais rapidamente possível e embarcares e vir para Portugal.

Como decorreu essa viagem?

CF: A viagem para uma criança que tem 8 anos na altura, que foi quantos anos tinha, era uma viagem magnífica. Ainda por cima viajar, como na altura viajámos, no maior avião português, que era o Boeing 747 da TAP, aquilo era alucinante. A pessoa esquece tudo e mais alguma coisa, nem sabe sequer que há guerra lá em baixo […] uma viagem que demorou muitas horas de avião, mas correu magnificamente.

O que sentiu quando chegou a Portugal?

CF: Tristeza enorme. Primeiro saí de lá era verão, um calor imenso. Cheguei aqui e estávamos no inverno, apesar de abril já estarmos na primavera, não tem nada a ver o tempo que era lá em Angola. Sais de uma situação em que andas de calções, de chinelinho e de t-shirt ou até sem t-shirt, só com o calção. E que chegas a um país quando sais do avião e começas a bater o dente de frio. Totalmente diferente […]. E depois é tudo estranho, chegas a um país onde olhas e não vês nada, não conheces nada, não tens noção, apesar de com 8 anos não ter muita noção da realidade, mas tens aquele impacto totalmente diferente de onde vens. Vens de um país em que andas totalmente à vontade e vens para onde é totalmente estranho para ti e desconhecido […].

Onde se instalou?

CF: Fui para casa dos meus avós, da parte do meu pai […] ainda ficámos lá por volta de um ano. Entretanto, os meus pais alugaram uma casa na Maia. Os meus avós eram de Rio Tinto.

Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio do Estado ou de organismos do Estado português (IARN, etc.)?

CF: Não, pelo que se ouvia falar e pelo que sei de muita gente, incluindo tenho pessoas de família que tiveram […] mas nós não. Os meus pais chegaram a Portugal e começaram tudo do zero praticamente. Os meus avós ajudaram naquele período em que lá estivemos. Mas daí para a frente foi começar do zero. Não tivemos apoios de ninguém. E os meus pais recorreram a esses apoios, mas nunca tiveram a sorte ou felicidade de os ter. Mas sei de pessoas que tiveram incluindo uma tia minha, irmã de minha mãe, que teve apoio [...].

Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

CF: Não me importo que me chamem de "retornado". No fundo, os meus pais estavam em Portugal e emigraram para um país para tentar uma melhor estabilidade de vida. É o mesmo que estar em Portugal e depois emigrar para a França ou Inglaterra […] mas chega a uma altura e pensas "já tenho um pé de meia, vou regressar a Portugal". Como é que se chamam essas pessoas? Emigrantes? Ou retornados? Essa questão deixo sempre no ar. No fundo, os meus pais foram para Angola, mas podiam ter ido para a França […] regressaram a fim de x tempo. Estão-nos a chamar, porquê? Viemos por causa da guerra? É o motivo, senão ainda lá estaria […]. Não me interessa que chamam de retornado […]. No fundo, um retornado é um emigrante […]. E refugiados? Acabamos por ser um pouco também refugiados, fugimos pela guerra […]. As pessoas acabaram por encarar o retornado […] como um colonialista, não sei, talvez. No fundo, Angola era um país português […] não percebo e continuo a não perceber porque é que uns chamam de retornados e outros de emigrantes. Mas é uma coisa que se vive com isso.

Entrevista realizada a Maria de Lurdes Duarte a 21 de março de 2018

Em que ano foi para Angola?

ML: Em 1965.

Que idade tinha?

ML: Tinha por volta de 30 anos.

Qual era a sua situação socioprofissional em Portugal, antes de partir para Angola?

ML: Era doméstica.

Onde e com quem vivia em Portugal, antes de ir?

ML: O meu pai foi para o Brasil e deixou ficar a minha mãe. Fui criada com o meu avô e minha avó, em Sarzedo.

Que motivos a levaram a ir para a Angola?

ML: Porque já estava lá o teu avô. Já o conhecia e ele resolveu ir para lá (Angola). […]. Foi em fevereiro num barco que demorou muito e chegou em março […] foi por intermédio de um senhor de Serzedo e depois arranjou trabalho […]. Em abril, escreveu a dizer "Lurdes, informa-te numa agência para tratares da viagem para poderes vir". Então fui a Lamego […] arranjei então no barco Uíge, era o único, era o mais rasteiro, mas o mais barato também. Fui então no dia 30 (de março), saí do Sarzedo, vim ficar no Porto […] fui para Leixões apanhar o barco de manhã, pelas 10 horas. De Leixões fomos durante o dia para Lisboa […] e no dia 31 arrancámos para Luanda […] passámos por Las Palmas […] estivemos lá um dia para ver aquilo e depois seguimos […]. Cheguei lá no dia de Santo António (de 1965).

Então foi sozinha?

ML: Sim, fui sozinha, ele já lá estava e já tinha arranjado uma casa […].

Em que cidade ou zona de Angola se fixou?

ML: Em Luanda […] no bairro de São Pedro à Cuca.

Tinha aí contactos que a ajudaram-na?

ML: Não conhecia lá ninguém […] ele arranjou a casa a uma senhora ali de Penafiel […] fui andando e convivendo com as vizinhas, eram gente boa. Aquela rua era gente unida e muito amiga.

Que atividade passou a desenvolver em Angola?

ML: Passado um ano, o tal senhor (Sr. Guimarães), que era nosso amigo, tinha um sobrinho, que era o Comandante da Polícia Segurança Pública de Angola, e então arranjava lhe trabalho ou para a polícia ou para machimbombo (condutor de autocarro) […] e eu disse-lhe "vai para a polícia" […] e então foi para a polícia, entrou em Janeiro […] ajudava-lhe a fazer ditados porque ele não sabia ler bem nem escrever, tinha um bocado de dificuldades. E lá fez o exame da polícia em Catete. Depois, quando foi destinado, foi para Henrique de Carvalho, para longe. Eles dizem para o "mato", mas ali era a cidade de Henrique de Carvalho […] em abril foi logo

para cima […] para um posto […] estive pouco tempo. Vim para baixo (Luanda) e o sr. Guimarães arranjou-nos uma casa, para quando saísse do hospital […]. Depois comprei pintainhos, o teu avô fez um galinheiro, criei ali galinhas e coelhos […] estava muito bem, quem me dera […] e vendi coelhos e ovos.

Que recordações tem da Guerra Colonial?

ML: Depois tudo fugiu e ali no bairro de São Pedro era só nós que lá estávamos. Eles diziam que não entravam lá porque o bairro de São Pedro estava armado até aos dentes […] em 74 já se tinha dado o 25 de abril […]. Depois começou tudo a fugir, uns puderam trazer coisas trouxeram, os que não puderam trazer deixaram lá ficar […].

Que recordações tem do dia 25 de abril?

ML: Mal, tudo tinha os rádios de manhã**,** às 7 horas, ligados a tocar música portuguesa […] de uma hora para a outra, o rádio calou-se. "O que é que foi? O que é que foi?". Entretanto, veio o meu senhorio […] e eu disse "Então senhor Vaz, o que é que aconteceu?". "Falam que houve um golpe de Estado em Portugal.", e eu disse "Ai, meu Deus". "Mas eles não podem entregar isto assim". Ai não podem, entregaram tudo e os portugueses tiveram que vir com uma mão à frente e outra atrás. Mas o avô ainda fez dois caixotes […]. Os portugueses lá coitadinhos, ficaram logo aflitos. Havia lá duas mulheres, coitadas, compraram dois terrenos […] vieram-se embora, deixaram lá ficar as casas. Trabalharam lá na construção civil e deixaram lá ficar as casas, é pecado isto […]. Nem gosto de falar do 25 de abril.

O que o motivou a regressar a Portugal?

ML: Veio tudo, mas, como o avô era polícia, não podia regressar sem ter ordens. Então quando chegou as ordens, viemos. Chegámos aqui no dia 1 de setembro (1975) […]. Na terça-feira (26 de agosto) fomos para o aeroporto, havia lá muita gente […]. Os caixotes já tinham vindo com as malas […] traziam roupas, loiças e 150 kg de açúcar […] que vieram de barco. Nós levamos uma mala de mão só com as nossas roupas. Depois chegámos ao aeroporto e não havia lugar para vir. Ficamos lá terça, quarta, quinta, sexta e só no sábado (30 de setembro) é que viemos. Estava lá muita gente, tudo cheio de fome porque não tinha ali onde comer. Andavam lá umas freiras a trazer umas bolachas para quem tinha crianças.

Regressou sozinho ou acompanhado por quem?

ML: Vim com o avô e já trazia o Carlos e o Fernando.

Como decorreu essa viagem?

ML: Chegámos ao avião cheios de fome e vieram logo as hospedeiras trazer comida. Fomos bem-recebidos. Quando chegámos cá, tínhamos um autocarro para nos trazer ao comboio a Santa Apolónia e, depois, apanhamos o comboio para Campanhã. Chegámos a Campanhã às 6 horas da manhã. Apanhámos um comboio para a Régua por volta das 8 horas. Depois apanhámos uma carreira às 10 horas que chegava ao Sarzedo às 12 horas (dia 1 de setembro) […] instalei-me na casa da minha mãe.

O que sentiu quando chegou a Portugal?

ML: Diferente. O clima lá era quente, aqui já era frio. Deixei lá uma casa jeitosa […]. Gostava de viver lá, gostava do clima e gostava do ambiente. Lá era mais barato, as coisas eram mais baratas. Estava a pagar dois contos e quinhentos por uma casa grande.

Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio?

ML: Quando cheguei cá, estávamos no Sarzedo e veio de lá também um que era polícia e dava-se bem como avô. Íamos a Moimenta buscar farinha […] fui umas três vezes, deram-me numa vez dois cobertores, doutra deram outros dois e deram também farinha.

Como reiniciou a sua atividade profissional ou ocupação?

ML: Depois a polícia pôs o avô para Lisboa. Foi no dia 20 de janeiro para Lisboa. Depois, ele pediu para vir para cá, para a esquadra de Vila Nova de Gaia, e viemos morar para Serzedo.

Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

ML: Eu não. A culpa foi daqueles que fizeram o 25 de abril que foram uns ladrões. Já viste os portugueses que tinham lá as suas casas, ali a trabalhar de noite e de dia? […]. Não aceito o termo. Eu fui por bem e lá é correram com a gente […]. O que é que eu hei-de ser? Sou Portuguesa […] depois o avô foi a Lisboa para naturalizá-los (Carlos e Fernando) […] são os dois portugueses.

XIII ENCONTRO DA PRIMAVERA

PROGRAMA

Dia 17 de Maio

9h00m: SESSÃO DE ABERTURA

* José Augusto Pizarro (Diretor de Curso do 1º ciclo em História)

* Intervenção da Comissão Editorial dos Encontros da Primavera

9h15m: Painel 1

* Diana Pardal: "O Tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479: uma derrota política e uma vitória económica?"

* Joana Alves: "As mulheres que fazem do corpo sua vontade

* João Pedro Alves: "A evolução do Almirantado Português ao longo da época medieval"

11h00m: Painel 2

* Jorge António Araújo: "Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita"

* Rúben Filipe Conceição: "'Quo Vadis?': pelos caminhos do Entre-Cávado-e-Minho nas Inquirições de 1258"

* Sofia Inês Kinnon: "Colegiada da Senhora da Oliveira de Guimarães e Sé de Braga: lutas de poderes?"

14h00m: Painel 3

* Vanessa Sampaio Neves: "Os motins anti-judaicos em Portugal, séculos XVI-XVII"

* Cláudia Nunes Duarte: "Judeus Portugueses em Amesterdão no século XVII. Fluxos e níveis de integração"

* Simão Castro Feijó: "A presença portuguesa na América Espanhola no século XVII. Luís Gomes de Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias"

15h50m: Painel 4

* Alexandra Carvalho: "O tratado de Madrid (1750). Da formação à execução técnica"

* Beatriz Figueiredo Tomé: "A dança no reinado de D. João V. Representações na Gazeta de Lisboa"

* Carlos Cristiano Oliveira Batista: "O suicídio na Europa da época Moderna. Perspetivas cruzadas"

16.50h: Debate

Dia 18 de Maio

09h00m: Painel 5

* Natacha Filipa da Silva Santos: "As irmãs Morais Sarmento: quatro mulheres na Academia do Porto"

* Edna Isabel Ramos Pereira: "As Revoltas da Farinha e da Madeira (1931) – Representações na imprensa periódica (Diário de Lisboa e O Comércio do Porto)"

* Joana Patrícia Simões Carvalho: "Os pescadores bacalhoeiros nos anos 60"

11h00m: Painel 6

* Carlos Augusto Marques Maio: "O Movimento Estudantil na Universidade do Porto (1967-1974)"

* Joana Catarina Ramos Castro: "Correspondência na Guerra Colonial – Aerogramas entre Portugal e Angola (1967-1973)"

* Maria João Domingues Duarte: "Os 'retornados' das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos"

INFOGRAFIA : comunicação gráfica de Conhecimento : FLUP : 2018

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Departamento de
História e de Estudos Políticos e Internacionais